UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA DE RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

GESTÃO E GOVERNANÇA NO CAPITALOCENO: FRAMEWORK HEURÍSTICO DE RESILIÊNCIA SOCIOECOLÓGICA NO SISTEMA APA ALDEIA BEBERIBE, RECIFE-PE

DANIELLE ALENCAR DANTAS

Campina Grande - PB

Dezembro de 2024

DANIELLE ALENCAR DANTAS

GESTÃO E GOVERNANÇA NO CAPITALOCENO: FRAMEWORK HEURÍSTICO DE RESILIÊNCIA SOCIOECOLÓGICA NO SISTEMA APA ALDEIA BEBERIBE, RECIFE-PE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Recursos Naturais.

Área de concentração: Sociedade e Recursos Naturais

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo

Campina Grande - PB

2025

D192g Dantas, Danielle Alencar.

Gestão e governança no Capitaloceno : *framework* heurístico de resiliência socioecológica no Sistema APA Aldeia Beberibe, Recife-PE / Danielle Alencar Dantas. – Campina Grande, 2025.

329 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2024.

"Orientação: Prof. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo".

Referências.

1. Capitaloceno. 2. Governança Ambiental. 3. Resiliência Socioecológica. 4. Área de Proteção Ambiental (APA) - Aldeia Beberibe (PE). 5. Mata Atlântica - Brasil. 6. Gestão de Recursos Naturais - Desenvolvimento Sustentável. I. Araújo, Sérgio Murilo Santos de. II. Título.

CDU 35:502.14(813.4)(043.2)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA MEIRE EMANUELA DA SILVA MELO CRB-15/568

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM ENGENHARIA E GESTAO DE RECURSOS NATURAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

DANIELLE ALENCAR DANTAS

“GESTÃO E GOVERNANÇA NO CAPITALOCENO: FRAMEWORK HEURÍSTICO DE RESILIÊNCIA SOCIOECOLÓGICA NO SISTEMA APA ALDEIA BEBERIBE, RECIFE - PE”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais como pré-requisito para obtenção do título de Doutora em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais.

Aprovada em: 16/12/2024

Dr. **Sergio Murilo Santos de Araújo** (Orientador PPGEGRN).

Dr. **José Otávio Aguiar/PPGEGRN** (Examinador Interno).

Dr. **Carlos Antônio Costa dos Santos/PPGEGRN** (Examinador Interno).

Documento assinado digitalmente
LAISE DO NASCIMENTO CABRAL RAMALHO
Data: 10/06/2025 09:31:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. **Laise do Nascimento Cabral Ramalho/IF-GOIANO** (Examinador Externo).

Documento assinado digitalmente
CECILIA PATRICIA ALVES COSTA
Data: 10/06/2025 12:05:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. **Cecília Patrícia Alves Costa/UFPE** (Examinador Externo).

Documento assinado eletronicamente por **SERGIO MURILO SANTOS DE ARAUJO**, **PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/02/2025, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ANTONIO COSTA DOS SANTOS**, **PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/02/2025, às 08:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **VIVIANE FARIAS SILVA**, **COORDENADORA DE PÓS GRADUAÇÃO**, em 10/02/2025, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE OTAVIO AGUIAR**, **PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/02/2025, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade, informando o código verificador **5092795** e o código CRC **9B2DBD44**.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM ENGENHARIA E GESTAO DE RECURSOS NATURAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata da Quadragésima Quarta (44ª) sessão pública de Defesa de Tese do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais – PPGEGRN do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais – CTRN da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Ao Dezesseis dia do mês de Dezembro de 2024, às 14:00 horas, **no formato Híbrido**, reuniu-se na forma e Termos do Art. 62 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "Stricto Sensu" da UFCG e do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais, Resolução 02/2019 do Colegiado Pleno do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UFCG, a Banca Examinadora composta pelos professores/pesquisadores Prof. Dr. **Sergio Murilo Santos de Araújo**, como orientador principal; Prof. Dr. **José Otávio Aguiar/PPGEGRN**, como membro interno; Prof. Dr. **Carlos Antônio Costa dos Santos/PPGEGRN**, como membro interno; Profa. Dra. **Laise do Nascimento Cabral Ramalho/IF-GOIANO**, como membro externo; Profa. Dra. **Cecília Patrícia Alves Costa/UFPE,** como membro externo, a qual foi constituída pela Portaria **PPGEGRN 70/2024** da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais, juntamente com **Danielle Alencar Dantas** candidata ao Grau de **Doutora** em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. **Sergio Murilo Santos de Araújo**, anunciou que a sessão tinha a finalidade de julgamento da apresentação e de defesa da **Tese** sob o título: **"GESTÃO E GOVERNANÇA NO CAPITALOCENO: FRAMEWORK HEURÍSTICO DE RESILIÊNCIA SOCIOECOLÓGICA NO SISTEMA APA ALDEIA BEBERIBE, RECIFE-PE**" Área de Concentração: **Gestão de Recursos Naturais**, orientada pelo Professor Dr. **Sergio Murilo Santos de Araújo**. O presidente concedeu à palavra a candidata para, no prazo de tempo estipulado, efetuar a apresentação de seu trabalho. Concluída a exposição da candidata, o Presidente iniciou a segunda etapa do processo de defesa passando a palavra a cada membro da Banca Examinadora para as devidas considerações, correções e arguição da candidata. Em seguida, a Banca Examinadora solicitou a saída dos presentes para, em sessão secreta, avaliar a apresentação e defesa. Após chegar a uma decisão final, a Banca Examinadora solicitou o retorno da Assembleia e anunciou, de conformidade com o que estabelece o Art. 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais, o Conceito **APROVADO**, o qual será atribuído após a candidata, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, efetuar as correções e modificações sugeridas e aprovadas pela Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar pelo Coordenador, pelo candidato e pelos membros da Banca Examinadora.

Campina Grande, 16 de Dezembro de 2024

Assinaturas:

Coordenadora do PPGEGRN _____

Candidato(a)_____

Presidente ____ _____

Examinador __ Documento assinado digitalmente gov.br CECILIA PATRICIA ALVES COSTA Data: 12/02/2025 22:08:04-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br _____

Examinador _____

Examinador _ _____

Examinador _ Documento assinado digitalmente gov.br LAISE DO NASCIMENTO CABRAL RAMALHO Data: 12/02/2025 16:29:59-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br _____

Documento assinado eletronicamente por **SERGIO MURILO SANTOS DE ARAUJO**, **PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/02/2025, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ANTONIO COSTA DOS SANTOS**, **PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/02/2025, às 08:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE OTAVIO AGUIAR**, **PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/02/2025, às 08:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **VIVIANE FARIAS SILVA**, **COORDENADORA DE PÓS GRADUAÇÃO**, em 10/02/2025, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE ALENCAR DANTAS**, **Usuário Externo**, em 12/02/2025, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade, informando o código verificador **5092730** e o código CRC **586B2EFB**.

Àqueles que ESPERANÇÃO por um mundo melhor,

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

À vida que me deu (dar) tanto!

À ancestralidade!

A mainha e painho, por tudo e por tanto e para sempre!

Ao meu inestimável filho! Obrigada pela experiência de ser sua Nave-Mãe!

Aos meus irmãos!

A tia Daniela e tio Sérgio! Agradeço por existirem, por ter segurado meu coração e mão e por acreditar em mim muito mais do que consigo fazê-lo!

Aos AMIGOS!

Ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais (PPGEGRN) do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), especialmente, ao meu orientador Prof. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo, pela humanidade, profissionalismo e firmeza na condução!

Às professoras e aos professores da minha Banca de Qualificação (Dra. Cecília Patrícia Alves Costa, Dr. Ivanklin Soares Campos Filho, Dra. Janaína Barbosa da Silva, Dr. Jémison Matos dos Santos, Dr. José Otávio Aguiar, Dra. Laíse do Nascimento Cabral, Dra. Maria de Fátima Nóbrega Barbosa, Dr. Sergio Murilo Santos de Araújo e Dr. Veneziano Guedes de Sousa Rêgo)!

Às professoras e aos professores da minha Banca Examinadora (Dr. Carlos Antônio Costa dos Santos, Dra. Cecília Patrícia Alves Costa, Dr. José Otávio Aguiar, Dra. Laíse do Nascimento Cabral e Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo)!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)!

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo interesse na minha proposta de doutoramento e pelo apoio financeiro concedido na forma de bolsa de estudos durante todo o processo!

Ao Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe!

Àqueles que, direta ou indiretamente, me ajudaram a ser Doutora em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais! Um pouco de mim, um pouco de nós!

Meu mais sincero Axé!

Quando você sentir que o céu está ficando muito baixo, é só empurrá-lo e respirar.

Ailton Krenak

RESUMO

A presente tese investiga a gestão e governança da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia Beberibe, em Pernambuco, sob a perspectiva do Capitaloceno, com o intuito de desenvolver um *framework* heurístico de resiliência socioecológica capaz de endereçar os complexos desafios advindos da cisão natureza-sociedade, das assimetrias de poder e das diversidades de interesses que permeiam o sistema. O problema central da pesquisa reside na dificuldade de construir um projeto civilizatório e de conciliar interesses conflitantes na APA diante das pressões hegemônicas do capital e suas consequências socioambientais. Para tanto, adotou-se uma metodologia de pesquisa aplicada, exploratória e explicativa, configurada como um estudo de caso. A coleta de dados foi embasada em pesquisa documental (com destaque para as Atas das Reuniões do Conselho Gestor da APA de 2015 a 2024, Plano de Manejo e relatórios de projetos), complementada por observação participante e microanálise etnográfica. A análise dos dados foi guiada pela abordagem da complexidade, aplicando os princípios metodológicos do pensar complexo e a avaliação da resiliência (AR) adaptada da *Resilience Alliance*, em uma perspectiva de triangulação de métodos e hermenêutica dialética. Os resultados revelaram que a APA Aldeia Beberibe constitui um Sistema Socioecológico (SSE) complexo, marcado por intensas interações e vulnerabilidades aos impactos da ação antrópica, como desmatamento de 189 hectares, perda de 335.307 árvores e redução da conectividade florestal em até 87%. Evidenciou-se a manifestação do racismo ambiental, que afeta desproporcionalmente populações vulneráveis, como as que sofrem com catástrofes climáticas e com a negligência em infraestrutura. A análise da efetividade das ações do Conselho Gestor demonstrou tanto avanços na auto-organização, quanto persistentes desafios de governança, especialmente na articulação intergovernamental e na gestão de conflitos de interesse, notadamente em relação à Lei de Proteção de Mananciais e a licenciamentos de grandes empreendimentos que ocorrem sem a devida ciência da gestão da APA. Considera-se que o *framework* heurístico proposto contribui para fortalecer a resiliência geral da APA, oferecendo um guia para aprimorar a integração intergovernamental, fortalecer a participação social e desenvolver estratégias adaptativas de conservação.

Palavras-chave: Capitaloceno; Resiliência Socioecológica; Governança Ambiental; Áreas Protegidas; Mata Atlântica; APA Aldeia Beberibe.

ABSTRACT

This thesis investigates the management and governance of the Aldeia Beberibe Environmental Protection Area (APA), in Pernambuco, from the perspective of the Capitalocene, with the aim of developing a heuristic framework for socioecological resilience capable of addressing the complex challenges arising from the nature-society divide, the asymmetries of power, and the diversity of interests that permeate the system. The central problem of the research lies in the difficulty of constructing a civilizing project and reconciling conflicting interests in the APA in the face of the hegemonic pressures of capital and its socioenvironmental consequences. To this end, an applied, exploratory, and explanatory research methodology was adopted, configured as a case study. Data collection was based on documentary research (with emphasis on the minutes of the APA Management Council meetings from 2015 to 2024, the Management Plan, and project reports), complemented by participant observation and ethnographic microanalysis. Data analysis was guided by the complexity approach, applying the methodological principles of complex thinking and resilience assessment (RA) adapted from the Resilience Alliance, from a perspective of triangulation of methods and dialectical hermeneutics. The results revealed that the Aldeia Beberibe APA constitutes a complex Socioecological System (SSE), marked by intense interactions and vulnerabilities to the impacts of human action, such as deforestation of 189 hectares, loss of 335,307 trees and reduction of forest connectivity by up to 87%. The manifestation of environmental racism was highlighted, which disproportionately affects vulnerable populations, such as those suffering from climate catastrophes and neglect of infrastructure. The analysis of the effectiveness of the Management Council's actions demonstrated both advances in self-organization and persistent governance challenges, especially in intergovernmental coordination and in the management of conflicts of interest, notably in relation to the Water Source Protection Law and the licensing of large projects that occur without due knowledge of the APA's management. The proposed heuristic framework is considered to contribute to strengthening the overall resilience of the APA, offering a guide to improve intergovernmental integration, strengthen social participation and develop adaptive conservation strategies.

Keywords: Capitalocene; Socioecological Resilience; Environmental Governance; Protected Areas; Atlantic Forest; Aldeia Beberibe APA.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 16

1.1 Escrevivências 16

1.2 Tema da pesquisa 19

1.3 Delimitação, problema e hipótese da pesquisa 21

1.4 Justificativa 27

1.5 Inovação e ineditismo 29

1.6 Aspectos socioeconômicos e ambientais 30

1.7 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 34

1.8 Objetivos 42

1.8.1. Geral 42

1.8.2 Específicos 42

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 43

2.1 Capitaloceno e Sistemas Socioecológicos: Origem, premissas e implicações para governança 43

2.1.1 Vertentes Teóricas do Capitaloceno 47

2.2 Resiliência Socioecológica 49

2.3 Gestão e governança de recursos naturais 61

3. METODOLOGIA 66

3.1 Lócus da pesquisa 66

3.2 Caracterização da pesquisa: métodos e técnicas utilizados 70

3.2.1 Métodos de abordagem 70

3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados 73

3.3.1 Pesquisa documental 73

3.3.2 Estudo de caso 74

3.3.3 Observação participante 74

3.3.4 Avaliação da Resiliência (AR) 76

3.4 Etapas da pesquisa 80

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO 81

4.1 Pesquisa bibliográfica: pesquisas científicas na APA Aldeia Beberibe 81

4.2 Gestão e governança no sistema socioecológico APA Aldeia Beberibe 83

4.3 Análise das sínteses das Atas do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe (2015-2024) 113

4.4 Destaques dos resumos síntese das Atas 120

4.5 Poiética de gestão e governança 128

4.5.1 Conceitos fundamentais para governança de Áreas Protegidas 129
5. CONCLUSÃO..... 132
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 136
7. APÊNDICES 151
7.1 APÊNDICE I- Síntese das reuniões do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe (2015-2024) 151

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Capítulo I - Introdução

Pág.

Tabela 1. Desflorestamento de mata e restinga arbórea no período 2022-2023 (em hectare), na Região Nordeste 25

Capítulo II – Fundamentação Teórica

Quadro 1. Definições de resiliência 50

Quadro 2. Conjunto de princípios genéricos para aumentar a resiliência 59

Quadro 3. Síntese dos sete princípios para aumentar a resiliência 59

Tabela 2. Definições de governança 61

Capítulo III – Metodologia

Quadro 4. Atas do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe que não constam no site da CPRH 73

Capítulo IV -Resultados e Discussão

Quadro 5. Síntese dos estudos sobre a APA Aldeia Beberibe (2013 – 2023) 81

Quadros 6 a 75. Solicitações, sugestões e demandas presentes na síntese das reuniões ANO: Nº Ata 86-112

Quadro 76. Destaques dos resumos das Atas do Conselho Gestor 121

LISTA DE FIGURAS

Capítulo I – Introdução

	Pág.
Figura 1. Evolução anual da cobertura e uso da terra (1985-2023) na Mata Atlântica	22
Figura 2. Panorama da Mata Atlântica	31
Figura 3. A concentração de pobreza em municípios com grande cobertura vegetal nativa remanescente representa um risco, que pode se tornar uma grande oportunidade de conciliar conservação da natureza com desenvolvimento humano	32
Figura 4. Hierarquia de funções entre biosfera, sociedade e economia e suas relações com os ODS (baseado Folke et al, 2016)	35

Capítulo II - Fundamentação Teórica

Figura 5. Fases do ciclo heurístico	53
Figura 6. Ciclos adaptativos e suas relações através das escalas (panarquia), as fases do ciclo (k, Ω e α) e as relações entre eles (*revolt* e *remember*) são indicadas	54
Figura 7. Os sete princípios agrupados naqueles que se relacionam às propriedades do SSE genérico a serem gerenciadas e aquelas que se relacionam às propriedades chave da governança de SES	58

Capítulo III – Metodologia

Figura 8. Área da APA Aldeia Beberibe (em amarelo) sobreposta por remanescentes florestais (em verde), a zona de corredor ecológico (em cinza) e as UCs (em hachurado)	67
Figura 9. Tipos de pesquisa científica	72
Figura 10. Observação participante realizada na APA Aldeia Beberibe	75

Capítulo IV -Resultados e Discussão

Figura 11. Quantitativo de solicitações e sugestões no período de 2015 a 2024 segundo sua efetividade	83
Figura 12. Quantitativo de demandas no período de 2015 a 2024 segundo sua efetividade	84
Figura 13. Especulação imobiliária na APA Aldeia Beberibe (Assentamento Pitanga II e III)	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACADE - Associação de Catadores de Material Reciclável

AP- Área Protegida

APA - Área de Proteção Ambiental

AR - Avaliação da Resiliência

BPBES - Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CAS - Sistema Adaptativo Complexo

CPRH - Agência Estadual do Meio Ambiente

CQUNMC - Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática

ETEPs - Espaços Territoriais Especialmente Protegidos

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Inf. - Informação

IPA – Instituto Agronômico de Pernambuco

IPBES - Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos

ITCBIO - Instituto Tecnológico das Cadeias Biossustentáveis

ITERPE - Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco

MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONU - Organização das Nações Unidas

PCTs - Povos e Comunidades Tradicionais

PEDI - Parque Dois Irmãos

PIB - Produto Interno Bruto

PPBIO - Programa de Pesquisa em Biodiversidade

PSA - Pagamento por Serviços Ambientais

RMR - Região Metropolitana do Recife

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

RSE - Resiliência Socioecológica

RSEG - Resiliência Socioecológica Geral

RVS - Refúgio de Vida Silvestre

SAF- Sistema Agroflorestal

SE – Serviço Ecossistêmico

SICAR - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SSE - Sistemas Socioecológicos

UC - Unidade de Conservação

UCN - Unidade de Conservação da Natureza

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1. INTRODUÇÃO

1.1 Escrevivências

Esse prólogo representa meu escrever e vivência, no sentido alcunhado por Conceição Evaristo, contudo, sem rigores metodológicos conceituais. Logo, essa escrevivência nasceu do meu MUNDO VIVIDO: das minhas conversas, vivências, reflexões, saberes, fazeres, angústias, anseios, bloqueios, expansões, dificuldades, emoções, sentidos... Escrevê-la, foi uma maneira de compartilhar com os leitores os meus "íntimos" e exercitar uma escrita livre, fluida e sem comprometimentos de natureza científica, temático e temporal.

COMPARTILHANDO O IMPARTILHÁVEL

SOU PONTO DE AGULHA, quando mexo, mexo bem! O silêncio e não acontecimentos também são sinais...: bênção, livramento, colheita, aprendizado, descoberta, fonte de pesquisa... Que eu APRENDA e VIVA: o que afirmo Ser verdade, bom, justo, belo, coerente, magia, necessário, utopia (desenvolvimento sustentável?!) ...!

Sou FRUTO e, ao mesmo tempo, SEMENTE!

Vivendo isso, busco minhas RAÍZES, diante de CONDIÇÕES novas, incertas, desafiadoras, COMPLEXAS e, por vezes, adversas e não vividas pelo medo, "discurso competente", contextos e escolhas pessoais que me levam a essas "decisões" ... Diz um dito popular: *quando não se sabe para onde quer ir, qualquer vento é favorável*!

VÁ: te escuta, analisa, planeja, excuta, ERRA, erra... ASSIM TAMBÉM SE APRENDE..., principalmente para um SER tão complexo, poderoso, desejador e, ao mesmo tempo, tão compreensível, frágil e repleto de dúvidas.

A residência (HABITAR) é o lugar que se pode chamar de DESCONHECIDO, o OUTRO, o que AINDA NÃO SEI por que *nem sei saber que não sei*! AMBIENTE...!

VÁ: porque no CAMINHAR se faz o caminho... "O caminho é que faz o CAMINHANTE! NÃO há caminho..." ENTRETANTO, por vezes, PARECE HAVER, e, inclusive, SER o ÚNICO, o CERTO, o firmado pelo "DISCURSO COMPETENTE", o caminho a seguir, adotar, o sucesso e DESENVOLVIMENTO garantidos.

Daí SE FEZ (fazem) e afirmam-se as COLONIZAÇÕES das mais diferentes naturezas..., inclusive dos meus saberes e fazeres, mas VÁ: porque "QUEM DIZ que VAI, quando VIU já não QUIS...", o homem que "diz SER já não ESTAR..., porque quando diz, já não é mais o mesmo"!

Não ESQUECE, LEMBRA, lembra, lembra... MEMÓRIA É CRÍTICA! CONSTRÓI, LUTA, luta. O que a VIDA te trouxe e o que queres dela para fazer e criar a partir da mesma?

SER RESILIENTE...?! *Sobre o quê? Para quê? Por quê?...* Quantos SENTIDOS, PERCEPÇÕES, REALIDADES, PODERES, TRANSFORMAÇÕES existem quando se ESCUTA e VIVE a "PALAVRA" e reflete sobre...

SÓ SOU, porque sou AMBIENTE, contexto, interação...: TENTE, tente, resista: "a cabeça não aguenta se você parar" ... *ao continuar a ler esse texto depois de UM, vamos lá... DOIS, ... vamos mais... VINTE E DOIS minutos SEM RESPIRAR...*!

Viu NÉ...?! Eis como sinto (senti), reflito (refleti), vivenciei (vivo) o PROCESSO de construção da presente tese "GESTÃO E GOVERNANÇA NO ANTROPOCENO: FRAMEWORK HEURÍSTICO DE RESILIÊNCIA SOCIOECOLÓGICA NO SISTEMA APA ALDEIA BEBERIBE, PE".

Silêncio, construção, desconstrução... "HÁ UMA VOZ QUE CANTA BAILANDO NO AR", TENTE! Procuremos refletir e concretizar a RESILIÊNCIA GERAL.

PERGUNTAS VÃO NOS MOSTRAR...?! "Estou em você, mas você não está em mim" ... *O que é ESTAR em e estar em mim?*

Nossa, *EUREKA*, *SERENDIPITY*!! Aprendemos desde cedo os IRREGULÁVEIS...: Ser, Ficar, Permanecer, Andar, Torna-se...! São os que por hora lembro... Rsrs.

Continuar SENDO QUEM (ou que se é...) mesmo diante de *mudanças, adversidades, rupturas, eventos singulares, eventos críticos, eventos "pequenos" que causam a LIBERAÇÃO DE INFORMAÇÕES que mudam o rumo do sistema...*

Melhor DEIXAR, (*Co- Re- Des*) CRIAR uma DIREÇÃO, para saber se é DESEJÁVEL ou não manter o "regime" e/ou o "estado" do que se almeja e/ou considera-se SER RESILIENTE para o SISTEMA.

"Basta ser SINCERO e desejar PROFUNDO" ..., "Dê-me um PONTO DE APOIO e moverei o mundo"!

SOMOS A RESPOSTA DO QUE A GENTE PERGUNTOU!

Eu, em 08 de julho de 2023.

O QUE ESTÁ EM CIMA TAMBÉM ESTÁ EM BAIXO: A PRÓXIMA VEZ QUE VOCÊ PRECISAR DE VOCÊ, ESTEJA!

> *"Ogun diz: As decisões mais importantes e que lhe levarão à vitória nunca serão as mais confortáveis. Para ser facão o ferro se permite moldar pelo fogo e pela força da bigorna e do martelo"*

Sim, há (É) SISTEMA (S), INTERAÇÕES, LAÇOS...EU SOU essa "metamorfose ambulante"! E sou sendo. "NÃO ESQUEÇA DE CHAMAR SEU VIZINHO!

Como diz Donna Haraway: "O QUE IMPORTA É QUE NARRATIVAS CONTAM NARRATIVAS, e que conceitos pensam conceitos. Matematicamente, visualmente e narrativamente, é importante pensar que figuras figuram figuras, que SISTEMAS SISTEMATIZAM SISTEMAS".

Eu, em 14 de julho de 2024.

MEU TEMPO INTERNO: A VIDA SEGUE E PRECISA SEGUIR...

> *"Exu diz: Acolha sua impotência diante de algumas situações. Preserve sua força vital"*

1.2 Tema da pesquisa

A crise ambiental é um dos temas mais debatidos mundialmente, nos incita urgência e envolve uma nova postura e responsabilidade dos Estados e da sociedade civil. Entretanto, não raro, ela é entendida desde e apenas na sua dimensão ecológica. Leff (2007, 2009) aduz que ela transcende o ecológico, pois também é uma crise de percepção, de valores, do pensamento, do entendimento, da ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental compreendeu o Ser, os entes e as coisas, da ciência cartesiana e das razões de sua produção intelectual e tecnológica com as quais a natureza foi dominada e o mundo moderno precificado.

A conjuntura atual é tão repleta de mudanças e complexidade que se pode falar de uma nova era geológica determinada fortemente pela ação antrópica, a qual os "geólogos-feitos-filósofos" propõem chamar de Antropoceno. Esse conceito permite realizar uma construção social da natureza e sair da armadilha da separação entre Natureza e Humanidade, que tem paralisado a ciência e a política desde a aurora do modernismo (Latour *et al.*, 2014). O Antropoceno pretende indicar que estamos vivendo transformações socioecológicas tão fundamentais que elas, literalmente, mudam a própria estrutura geológica de nosso planeta (Büscher e Fletcher, 2019).

Dentre tais transformações, pode-se citar as Mudanças Climáticas a qual pode ser traduzida como a "corporificação dos erros de toda uma época de industrialização contínua que perseguem seu reconhecimento e correção com toda a violência da possibilidade de aniquilação" (Beck, 2018, p.54). Neste seguimento, Ulrich Beck afirma que vivemos em um mundo que não está apenas mudando, mas sim se "metamorfoseando".

A metamorfose implica uma transformação muito mais radical, em que velhas certezas da sociedade moderna estão desaparecendo e algo inteiramente novo emerge. Consequentemente, e anunciando, em escala mais abrangente, o tema da presente pesquisa, é premente o questionamento: "como construir um projeto civilizatório frente ao sistema hegemônico atual em um mundo em metamorfose"?

Considera-se que um bom direcionamento para esse questionamento pode ser alicerçado na Teoria da Resiliência desde a categoria, que é tanto analítica quanto nativa[1], "Sistema Socioecológico (SSE)", a qual implica na ideia-chave que:

[1] **Categoria analítica**: é o que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. **Categoria nativa:** é uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo, possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano, trabalhos com o mundo real. Mas frisa-se que qualquer conceito, seja analítico, seja nativo, só faz sentido no contexto ou de uma teoria específica ou de um momento histórico específico (Gaspar, 2018).

> [...] incertezas e surpresas inevitáveis na dinâmica de sistemas complexos inviabilizam sua gestão para uma trajetória predeterminada; em vez de conduzir para um rumo específico, é melhor **fortalecer capacidades e características do sistema** que mantém a flexibilidade para **sobrevivência, aprendizagem e adaptação durante um processo dinâmico e imprevisível de mudança** (Buschbacher, 2014, p.12, grifo nosso).

Por definição, em um SSE coexistem múltiplos grupos de interesse em busca de variados objetivos numa conjuntura em que fatores biofísicos afetam e são afetados por atividades sociais e econômicas; a dinâmica do sistema socioecológico é influenciada por fatores internos e externos de diferentes origens e escalas espaciais e temporais. Tal influência se dá através de ciclos adaptativos virtuosos (ex.: ações educativas ambientais, os plantios coletivos e um novo estilo de governança) ou ciclos adaptativos viciosos (ex.: limitações econômicas, a baixa biodiversidade ou extinção local de espécies e a pobreza de ideias, visões e vontade política) que podem desencadear armadilhas de rigidez, ou seja, o sistema ficar mais homogêneo, menos flexível às mudanças e mais responsivo a choques externos; tais ciclos podem potencializar ou não a adaptação e a transformação do sistema. Por conseguinte, os Sistemas Socioecológicos (SSEs) exibem características emergentes, não lineares e mudanças imprevisíveis, bem como põe em evidência a fatídica e importante integração dos recursos naturais com a sociedade (Buschbacher, 2014; Figueiredo *et al.*, 2017).

No contexto desta abordagem "não equilíbrio" inerente aos SSEs e da marcante patologia reducionista "um sistema socioecológico é talvez o epítome da complexidade e a compreensão de sua dinâmica e funcionamento o grande desafio de uma ciência que não se resigna ao conforto estéril [...]" (Reyes e Ballesteros, 2011, p. 116, tradução nossa). À vista disso, tomou-se como premissa que a categoria "Sistema Socioecológico" é uma tempestiva alternativa, assente no conceito de Resiliência Socioecológica (RSE), para analisar a dinâmica de gestão e governança em contextos complexos. É pertinente registrar, que foi fato recorrente, durante a escrita desta tese, o corretor de texto substituir a sigla "RSE" por "SER".

Isto posto, realizar o exercício heurístico-hermenêutico de delimitação e compreensão do "Sistema Socioecológico Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia Beberibe", Unidade de Conservação (UC)[2] de Uso Sustentável[3] enfocada na presente tese, a parir da lente da resiliência

[2] **Unidade de Conservação:** espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, Art. 2º, Inciso I).

[3] **Uso sustentável:** exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (BRASIL, 2000, Art. 2º, Inciso XI).

socioecológica, é, portanto, um ponto-chave para análise e proposição de estratégias eficientes e eficazes de gestão e governança desse território especialmente protegido, haja vista que:

> Quando pesquisadores, tomadores de decisão e atores sociais tentam gerenciar sistemas socioecológicos, ou mesmo compreender o seu funcionamento, as perspectivas de economistas, advogados, cientistas sociais e ecólogos, entre outros, são válidas, mas depender de qualquer uma dessas perspectivas exclusivamente é insuficiente, pois os parâmetros e limitações de outras áreas irão sobrecarregar os esforços se não forem adequadamente considerados. Torna-se necessário, portanto, criar teorias, conceitos, ferramentas e metodologias para enxergar o sistema como um todo e entender seus processos de mudança (Buschbacher, 2014, p.12).

Por analogia, pode-se contribuir com sugestões aplicáveis às demais Categorias de UCs de Uso Sustentável4. Acrescenta-se ainda que a resiliência socioecológica é uma abordagem metodológica interdisciplinar, portanto, abrangente, sensível ao contexto, de estrutura aberta a várias áreas do conhecimento, inteligível para pessoas de diferentes níveis de instrução e de interesse de diversos grupos sociais.

Um propósito mais amplo desta tese de doutoramento, foi "fazer emergir" os sentidos de "habitar", "comunidade" e "participação", pois durante todo o percurso de pesquisa utilizamos como tônica para as análises a imprescindível inter-relação entre sociedade e natureza, almejando apontar estratégias para que cada qual desenvolva adequadamente o maior número possível de suas funções, potencialidades e sinergias- em outras palavras, para que a Resiliência Socioecológica Geral (RSEG) do sistema socioecológico APA Aldeia Beberibe seja fortalecida.

Como tema da pesquisa propõe-se, portanto, a discussão centrada na afirmativa de que um processo de desenvolvimento focado na resiliência socioecológica é mais pertinente do que um focado na sustentabilidade, haja vista que a primeira pode ser vista como "uma síntese entre estabilidade e dinâmica, integrando as ideias de mudança e limites" (Buschbacher, 2014, p.18); possibilitando, então, uma gestão e governança dinâmica das diversidades- biológica, social, epistemológica, de interesse e de relações de poder. Tal perspectiva, no contexto de UCs, mostra-se extremamente oportuna, pois elas são consideradas o *mainstream* e desafio das estratégias conservacionistas no âmbito *Zeitgeist*.

1.3 Delimitação, problema e hipótese da pesquisa

[4] As Unidades de Conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: I - Unidades de Proteção Integral; **II - Unidades de Uso Sustentável.** O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000, Art. 7º, Inciso II, § 2º).

O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão e o sexto em população. Em estimativa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até 1º de julho de 2024, a população brasileira era de 212,6 milhões de habitantes, dos quais 1,7 milhão são indígenas (0,8% do total de habitantes) de 305 etnias distintas e 4,5 milhões (2,17% do total de habitantes) são povos tradicionais[5] (IBGE, 2024; FUNAI, 2024; MMA, 2024; SECOM, 2024).

O Brasil é também reconhecidamente um dos países mais biodiversos do mundo, possuindo cerca de dois milhões de espécies, ou seja, 10% a 20% da diversidade global. Contrastantemente, nos últimos 20 anos, os biomas brasileiros têm enfrentado quantiosos e violentos impactos decorrentes das atividades humanas e de desastres estritamente naturais, os quais resultam em crescentes e substanciais perdas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Os vetores de degradação atuam com diferenciadas intensidades nos distintos biomas, sendo a expansão urbana, a poluição, a introdução de espécies exóticas invasoras, as obras de infraestrutura e as mudanças no uso da terra- que resultam em conversão e fragmentação de habitats naturais para introdução de novos ambientes (Figura 1), as principais ameaças à biodiversidade e, consequentemente, à qualidade de vida humana. Ainda assim, o panorama brasileiro, é de contínuo avanço da conversão de áreas, outrora de vegetação nativa, em áreas destinadas a usos múltiplos, com exceção da Mata Atlântica, onde não ocorreu expansão de áreas agrícolas e pastagens nos últimos 15 anos (Bustamante *et al*., 2019; Joly, *et al.,* 2019).

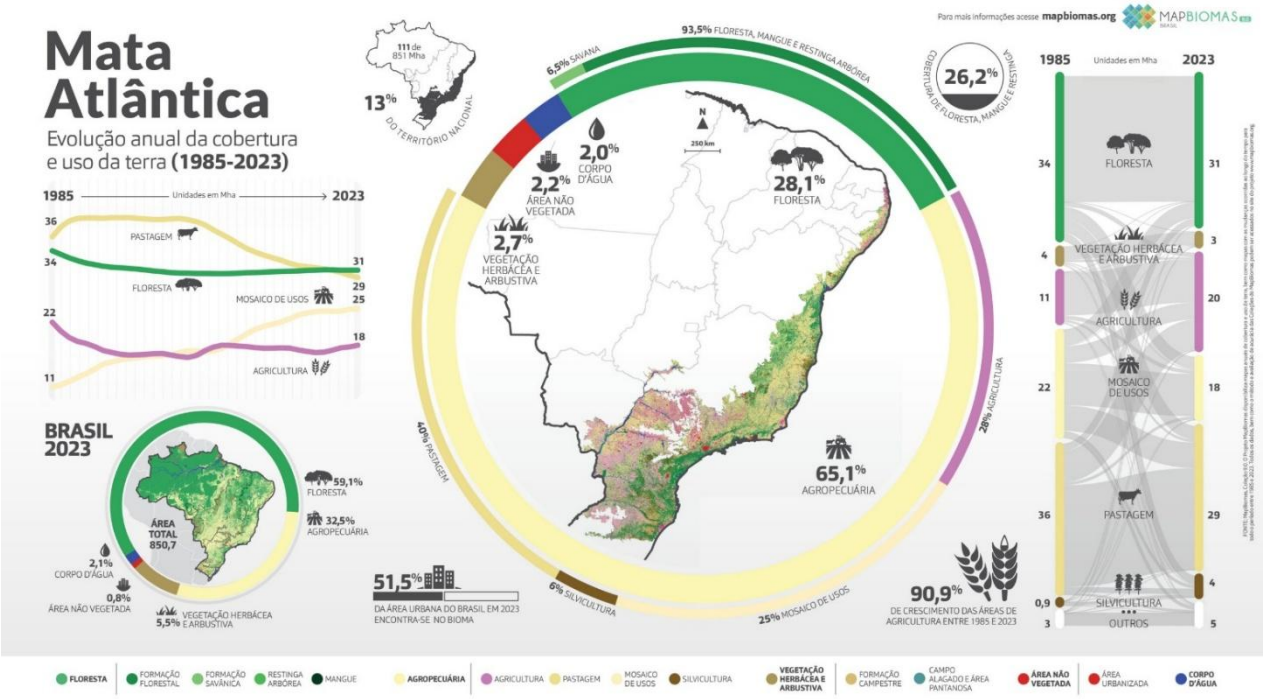
O cenário brasileiro é alarmante[6], especialmente na Mata Atlântica, cuja composição original é um mosaico de vegetações definidas como: florestas ombrófilas densas, abertas e mistas, florestas estacionais deciduais e semideciduais, campos de altitude, mangues e restingas (SOS Mata Atlântica, 2024); é uma das florestas com maior número de espécies animais e vegetais por unidade de área, abrigando entre 1% e 8% de toda a flora e fauna mundial. Os percentuais de biodiversidade em relação ao somatório existente nos demais biomas brasileiros são: 261 espécies de mamíferos (40% do total), 688 de aves (38% do total), 200 de répteis (29% do total)

[5] **Povos e Comunidades Tradicionais (PCT):** são grupos sociais culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. No Brasil, os PCTs são representados por 28 segmentos que constituem parcela significativa da população e ocupam parte considerável do território nacional. São oficialmente reconhecidos pelo Decreto 6.040, de fevereiro de 2007, e representados pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Estão presentes em todos os biomas- Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. [...] *Os povos indígenas e quilombolas, respectivamente, têm reconhecimento assegurado pelos artigos 231, da Constituição Federal e 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Os demais grupos ainda lutam por instrumentos legais de reconhecimento de seus territórios* (MMA, 2024, grifo nosso).

[6] Ometto *et al.* (2019) analisou cenários sobre o futuro da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos no Brasil que indicam perda de biodiversidade, até 2050, da ordem de 20 a 25% com referência ao ano de 1970, dependendo da trajetória de desenvolvimento considerada.

e 280 de anfíbios (35% do total). Das 32.831 espécies de angiospermas no Brasil, 47, 25% (15.511) ocorrem na Mata Atlântica, sendo que 8.433 (54,37%) são endêmicas. No que concerne à flora, é o bioma brasileiro com maior número de espécies ameaçadas. Situação semelhante ocorre em relação à fauna ameaçada de extinção no Brasil: 61% das espécies ocorrem na Mata Atlântica (Marques *et al*., 2016).

Figura 1. Evolução anual da cobertura e uso da terra (1985-2023) na Mata Atlântica



Fonte: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/09/MBI-Infograficos-MataAtlantica-9.0-BR-scaled.jpg.

O referido bioma ocupava originalmente uma extensão correspondente a 15% do território brasileiro (1.110.182 Km²), distribuídos ao longo de um amplo gradiente latitudinal da costa, englobando áreas de dezessete estados (PI, CE, RN, PE, PB, SE, AL, BA, ES, MG, GO, RJ, MS, SP, PR, SC e RS), estendendo-se ainda até o leste do Paraguai e nordeste da Argentina. Atualmente, o território de domínio original da Mata Atlântica brasileira abriga mais de 145 milhões de pessoas (72% da população brasileira), três dos maiores centros urbanos do continente sul-americano e sete das nove maiores bacias hidrográficas do país (SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2019), além dos relevantes dados socioeconômicos relacionados ao bioma no Brasil.

O menor percentual de desmatamento do bioma, desde 1985, ano em que a Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), iniciou o

monitoramento da cobertura vegetal, foi alcançado no período de 2017-2018, representando uma queda de 9,3% em relação ao período anterior, 2016-2017. No Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, publicado em 2020, o estado de Pernambuco constou como um dos estados com desmatamento tecnicamente zero, contudo, o estudo mede desflorestamentos maiores que três hectares, portanto, em muitos estados que chegaram ao nível do desmatamento zero pode ocorrer o chamado "efeito formiga", ou seja, desmatamentos pequenos que o satélite não enxerga (SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2019).

À outrance da animadora diminuição no percentual de desmatamento acima mencionado, levando-se em consideração ainda que os dados não conseguem retratar com total fidedignidade a realidade, é sabido o quanto o bioma em questão já foi depredado e que seus ecossistemas associados são de suma importância por seus atributos naturais e socioeconômicos, contribuindo para qualidade de vida, proteção da biodiversidade, equilíbrio climático, disponibilidade de água em quantidade e qualidade para a população e para oportunidades estratégicas de desenvolvimento sustentável envolvendo, por exemplo, a agricultura, pesca, turismo e geração de energia.

Neste seguimento, Rosa *et al.* (2021) ao discutir a "destruição oculta" da Mata Atlântica ressaltam, dentre outros aspectos: (i) a expansão de florestas secundárias jovens em terras agrícolas marginais pode esconder a destruição contínua de florestas mais antigas em áreas favoráveis para a produção agropastoril; (ii) os diferentes benefícios em termos de serviços ambientais advindos do estágio sucessional da floresta e (iii) muitos estudos não diferenciam coberturas de árvores nativas e exóticas.

No Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, publicado em 2024, é apresentado o percentual de cobertura da vegetação nativa de acordo com a metodologia utilizada no estudo, bem como em outros monitoramentos similares:

> Com a particularidade de cada iniciativa, chegamos aos seguintes resultados sobre a cobertura da vegetação nativa da Mata Atlântica: (...) **PRODES Mata Atlântica:** (...) **27,7%** de cobertura de vegetação nativa no bioma Mata Atlântica (2022); (...) **MapBiomas**: **24%** de cobertura florestal, somando-se todos os fragmentos jovens e maduros acima de meio hectare (...); **Atlas dos Remanescente Florestais: 12,4%** da cobertura florestal original do bioma, composta por todos os fragmentos maduros acima de três hectares (...) (SOS MATA/INPE, 2024, p.61, grifo nosso).

O total de desflorestamento observado foi de 14.697 hectares, que correspondem à perda de 40 hectares de matas maduras por dia e à emissão de 7,032 milhões de toneladas de CO2 equivalente na atmosfera, similar às emissões do país Cabo Verde, em 2020, ou às do Distrito Federal, em 2022. Ainda segundo o Atlas, quatro estados acumularam 90% do

desflorestamento: Piauí (6.192 ha), Minas Gerais (3.193 ha), Bahia (2.456 ha) e Mato Grosso do Sul (1.457 ha). Houve aumento do desflorestamento em quatro Unidades da Federação (PI, MS, CE, PE) (SOS Mata Atlântica; INPE, 2024).

Vale mencionar que Rezende *et al.* (2018) realizaram um estudo sobre o uso e a cobertura da terra para todo o bioma Mata Atlântica, com resolução de 5 m, escala de trabalho sem precedentes de 1:10.000. Os autores constataram um total de 28% de cobertura vegetal nativa para o bioma em 2013, incluindo formações florestais (26%) e nativas não florestais (2%). O percentual de 28% é mais que o dobro da média das estimativas publicadas à época e ainda continua acima da maior estimativa atual, ou seja, a de 27,7% estimada pelo PRODES Mata Atlântica. O esforço de mapeamento realizado por Rezende *et al.* (2018) também revelou que 2% da superfície do bioma é coberta por água, 2% por áreas construídas, 3% por florestas e 65% por áreas antrópicas.

Tomando como referencial o percentual de 12,4% de remanescente com cobertura original-valor alto, principalmente porque é nas matas maduras onde estão os remanescentes maiores, mais bem conservados, com maior estoque de carbono e maior biodiversidade, tem-se que 80% destes estão em áreas privadas (SOS Mata Atlântica; INPE, 2024). Situação semelhante ocorre em Pernambuco, onde restam apenas 12% da cobertura original distribuída na forma de um mosaico formado de pequenos fragmentos florestais, geralmente menores do que 10 hectares, imersos em uma matriz dominada por centros urbanos, áreas agrícolas e industriais (Ribeiro *et al*., 2009; Tabarelli *et al*., 2005).

Entretanto, de acordo com o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica (SOS Mata Atlântica; INPE, 2024), o percentual em Pernambuco é ainda menor (11,2%), vide a Tabela 1.

Tabela 1. Desflorestamento de mata e restinga arbórea no período 2022-2023 (em hectare), na Região Nordeste

UF	AL	BA	CE	PB	PE	PI	RN	SE
Área UF	2.783.066	56.476.046	14.889.445	5.646.724	9.806.788	25.175.549	5.280.960	2.193.819
UF na Lei MA	1.523.382	17.988.591	866.840	599.370	1.689.578	2.661.852	350.839	1.021.622
% UF na LMA	55%	32%	6%	11%	17%	11%	7%	47%
Mata 2023	141.836	1.975.434	63.686	53.755	188.574	892.029	12.109	64.766
% Mata	9,3%	11,0%	7,3%	9,0%	11,2%	33,5%	3,5%	6,3%
Dec. Mata 22-23	14	2.456	7	30	94	6.192	5	208
Dec. Mata 21-22	28	5.719	6	34	93	282	0	410
Dec. Mata 20-21	26	4.968	28	21	250	598	14	342
Dec. Mata 19-20	7	3.230	42		38	372	14	117
Dec. Mata 18-19		3.532	25	85	79	1.558		139
Dec. Mata 17-18	8	1.985	7	33	90	2.100	13	98
Dec. Mata 16-17	259	4.050	5	63	354	1.478	23	340
Área Natural Não Florestal	10.234	402.744	50.505	3.276	856	19.908	37.117	15.448
Mangue	5.346	73.105	15.083	11.385	15.158	3.821	12.339	24.531
Dec. Mangue 22-23								
Restinga Arbórea	2.335	34.873	56.818	671		9.093	20.509	4.760
Dec. Restinga 22-23		91	526			67		

Fonte: Adaptado de SOS Mata Atlântica; INPE (2024).

Essa situação está na contramão de estudos internacionais que apontam a Mata Atlântica como um dos biomas prioritários no mundo para ser restaurado, considerando sua contribuição para a conservação da biodiversidade e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Ademais, a conservação e a restauração do bioma são fundamentais para garantir serviços ecossistêmicos e evitar desastres e tragédias para parcela significativa da população, bem como para economia brasileira. Pode-se, então, afirmar que a conservação da Mata Atlântica através da estratégia de UCs é, ao menos no plano teórico, uma alternativa para enfrentar as adversidades das mudanças climáticas, mitigar a emissão de CO2 e de outros gases de efeito estufa decorrente da degradação de ecossistemas naturais e de fornecer direta e indiretamente bens e serviços que satisfazem várias necessidades da sociedade brasileira, inclusive as produtivas (SOS Mata Atlântica; INPE, 2024; Medeiros *et al*., 2011).

A Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe no Estado de Pernambuco é responsável pelo provisionamento de significativos serviços ambientais, sobretudo os relacionados aos recursos hídricos, para a população local e da Região Metropolitana do Recife (RMR).

Visto que a formulação e efetivação de políticas públicas ambientais é uma necessidade das sociedades modernas, que os recursos naturais são esgotáveis e que existe uma complexidade de fatores, especialmente no que tange às contradições entre a lógica econômica e ambiental; a efetivação dos objetivos pretendidos com a criação da APA Aldeia Beberibe é, além de um

complexo quebra-cabeça, uma alternativa favorável e plausível para garantir a proteção e conservação da biodiversidade e dos serviços ambientais a ela associados e para qualidade de vida da população residente na UC e na RMR.

Em virtude do contexto geral exposto nesta seção, e como forma de dar consecução aos objetivos da presente pesquisa, partiu-se da **hipótese que a APA Aldeia Beberibe é um SSE que pode se valer de uma gestão e governança, fundamentadas na RSE, a fim de melhor se preparar para o futuro, superar problemas relacionados à cisão natureza-sociedade, às assimetrias de poder e às diversidades de interesses**.

1.4 Justificativa

Em primeiro lugar, destaca-se a abordagem marcadamente interdisciplinar do tema central da pesquisa e as complexidades decorrentes da análise desta fundamentada na resiliência socioecológica.

A APA Aldeia Beberibe é uma das seis, dentre as vinte e uma existentes em Pernambuco, que protege o bioma Mata Atlântica (CPRH, 2024). O qual, ainda que tardiamente, haja vista sua relevância e ameaças enfrentadas, foi reconhecido internacionalmente como Reserva da Biosfera[7] pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), além de duas de suas regiões terem sido reconhecidas como Patrimônio Mundial e uma como 3º *Hotspot*[8] mais ameaçado do mundo (IUCN, 2005). Em âmbito nacional, o bioma foi reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988 e o único, até então, a ter legislação própria, a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) (Marques *et al*., 2016; Pinto e Fernandes, 2020).

A APA Aldeia Beberibe é um exemplo representativo desse panorama, pois a Mata Atlântica nesta região é tida como uma das regiões do planeta onde os esforços de conservação são mais urgentes, sendo considerado um *hotspot* inserido em outro *hotspot* (Castelo Branco, 2015). Localizada na porção noroeste da Região Metropolitana do Recife (RMR), resguarda vinte por cento (20%) da Mata Atlântica remanescente no estado de PE, totalizando cerca de 220 fragmentos florestais, dentre eles o maior fragmento de Floresta Atlântica (cerca de 8.000

[7] **Reserva da Biosfera:** é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações (BRASIL, 2000, Art. 41º).

[8] ***Hotspot*:** regiões ricas em biodiversidade, endemismos e com alto grau de ameaça. Por definição, os *hotspots* de biodiversidade perderam 70% ou mais de sua vegetação primária (Myers *et al.,* 2000).

hectares) que existe desde o estado de Alagoas até o Rio Grande do Norte (área também chamada de Centro de Endemismo Pernambuco - CEP[9]). Essa região é também a detentora da maior porcentagem de cobertura florestal do CEP, a qual cobre 37% da área, o que equivale a 21.290,39 ha de Mata Atlântica em diferentes idades de regeneração (Dantas e Leão, 2008 *apud* SECTMA, 2012).

A APA Aldeia Beberibe, enfocada na presente tese, destaca-se ainda por possuir expressivos recursos hídricos, com dezenas de nascentes e afluentes de rios importantes como o Capibaribe e Beberibe, além de expressivo estoque subterrâneo de água potável e a Barragem de Botafogo – único reservatório na Região Norte de abastecimento público da RMR. O elevado número de mananciais hídricos da área contribui com aproximadamente 60% do abastecimento de água da RMR (SECTMA, 2012).

A importância dessa UC é tamanha que, ainda em 2002, foi classificada como área de importância biológica "Extrema" e "Muita Alta" para a conservação da biodiversidade, pelo Atlas da Biodiversidade de Pernambuco (SECTMA, 2012). No período de 2017 a 2018, a autora da presente tese de doutoramento, participou como especialista da área socioeconômica na execução de um serviço de consultoria no contexto do Projeto de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco – PSHPE com a finalidade de delimitar Áreas Prioritárias para Conservação e uma Zona de Corredor Ecológico na APA Aldeia Beberibe. O que foi realizado a partir do cruzamento de múltiplas camadas de análise, a saber: (i) Conectividade da Paisagem; (ii) Deslocamento de Fauna, (iii) Uso e Ocupação do solo; (iv) Aporte legal/ Vocações/Usos permitidos e (v) Socioeconômico. Um dos importantes achados do referido estudo foi que quase a totalidade das áreas apontadas como "muito alta" e "alta prioridade" para conservação encontram-se em comunidades rurais as quais estão inseridas numa complexa dinâmica, com uma gama de atores e interesses envolvidos.

Contudo, um dos grandes desafios nacionais tem sido a gestão e governança desses territórios, principalmente em Áreas de Proteção Ambiental, pois, dentre outros aspectos, abrangem amplos espaços, com múltiplos usos, interesses e ameaças. No caso da APA Aldeia Beberibe, por exemplo, a conjuntura é de um expressivo quantitativo populacional residente em chácaras, condomínios horizontais, aglomerados urbanos e favelas, expressiva "população passante"; além da existência de comércios, indústrias, instituições públicas e privadas e

[9] **Centro Pernambuco (CP)** é a denominação dos quatro estados que abrigam a floresta Atlântica ao norte do rio São Francisco. Além das espécies endêmicas, o CP possui mais de 50% (417 espécies) de todas as aves que ocorrem na floresta Atlântica brasileira e pelo menos 8% de todas as espécies de plantas lenhosas desta floresta. ***Comparado com outros setores da floresta Atlântica, o Centro Pernambuco é o mais desmatado, o mais desconhecido e o menos protegido*** (UCHOA NETO; TABARELLI, 2003, p. 3, grifo nosso).

agricultura industrial e familiar, implicando, então, em diferentes e conflitantes usos, interesses e assimetrias de poder sobre o território.

Logo, a gestão e a governança deste território é um melindroso desafio, principalmente quando se leva em consideração as limitações da gestão de recursos naturais convencional, a diversidade de leituras sobre gestão de recursos naturais, os conflitos de interesse entre a conservação e a lógica do capital, a ainda incipiente e, não raro, reducionista, análise de governança de sistemas complexos, o desconhecimento da existência de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos (ETEPs) e, consequentemente, dos objetivos pretendidos para os mesmos; como é o caso na APA Aldeia Beberibe.

1.5 Inovação e ineditismo

Mesmo com tamanha importância, são, pode-se dizer, escassos, os estudos acadêmicos na UC em tela. Ademais, tais estudos não trazem explicitamente a abordagem de sistemas socioecológicos, tampouco, a teoria da resiliência socioecológica.

Nesse seguimento, adenda-se que uma alternativa empreendida no esforço para evitar, por exemplo, a dicotomia Natureza-Sociedade foi a criação de ETEPs. No âmbito brasileiro, destaca-se a criação das Unidades de Conservação, sobretudo as de Uso Sustentável, as quais objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, sendo a Área de Proteção Ambiental (APA) uma das categorias mais representativa deste grupo.

Porém, a efetivação dos objetivos delineados para os ETEPs, não é tarefa trivial, haja vista o propósito *per si* dos mesmos e a complexidade que o tema aduz. No caso específico do lócus da presente pesquisa, tem-se um fator notável que é o desconhecimento da existência da APA Aldeia Beberibe por parte significativa da população local, fato documentado em Dantas (2014) e no estudo para proposição do Corredor Ecológico da APA Aldeia Beberibe (NBL Engenharia Ambiental, 2017; 2018a; 2018b e 2018c), assim como em Gomes (2010), Sotero (2013) e Azevêdo (2015).

Diante disto, e do fato que "poucos estudos adotam uma perspectiva explícita de governança ligando processos sociais e resultados da conservação" (Burgos, 2019, p.31), é pertinente problematizar as seguintes questões: "Quem e como os diferentes usuários dos recursos da APA Aldeia Beberibe podem participar efetivamente das decisões de gestão que afetam os seus modos de vida?" e "Como conciliar diferenças e objetivos normalmente contrastantes em prol de um bem comum?"

Esses questionamentos somam-se ao fato de as pesquisas em RSE ainda serem relativamente recentes, sobretudo no Brasil, carecendo, então, de mais experiências práticas e reflexões teóricas. No que tange a estas reflexões, percebe-se que o próprio campo de pesquisa possui muitas convergências e divergências com outros, como o da vulnerabilidade e da sustentabilidade, fato não abordado ou pouco abordado nos estudos destes campos.

Desta forma é importante, e de certa forma comumente realizado, que ao utilizar o arcabouço teórico-prático da resiliência socioecológica, seja considerado questionamentos, como: A resiliência é uma propriedade dos sistemas socioecológicos? A resiliência é um componente da sustentabilidade ou processo através do qual se pode chegar à mesma? Quais são as convergências e divergências entre sustentabilidade e resiliência? Existe uma perspectiva mais aderente aos objetivos de conservação? Se sim, qual é e como desdobrá-la em práticas conservacionistas no contexto brasileiro?

À vista disso, compreender o "Sistema Socioecológico Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe", alvo da presente tese, através da lente da resiliência socioecológica, representa, portanto, um ponto-chave para análise e proposição de saberes e fazeres no âmbito da gestão e governança desse território. Assim como, ampliando a "lente", pode-se também contribuir com sugestões para as UCs de Uso Sustentável pertencentes às demais categorias de UCs desse grupo.

Acentua-se ainda que um dos propósitos mais amplos no que concerne à construção da presente tese e contribuições pretendidas a partir desta, foi, ainda que se tenha contribuído efetivamente "de forma singela", tratar como um ponto-chave das análises a construção/entendimento de sentidos de "comunidade", "espaço", "percepção" e "participação", nomeadamente porque se adota também como tônica de pesquisa que é preciso conectar Sociedade e Natureza a fim de que, "cada qual", desenvolva o maior número possível de suas funções, potencialidades e sinergias, ou seja, que fortaleçam a Resiliência Socioecológica Geral (RSEG) do Sistema Socioecológico.

1.6 Aspectos socioeconômicos e ambientais

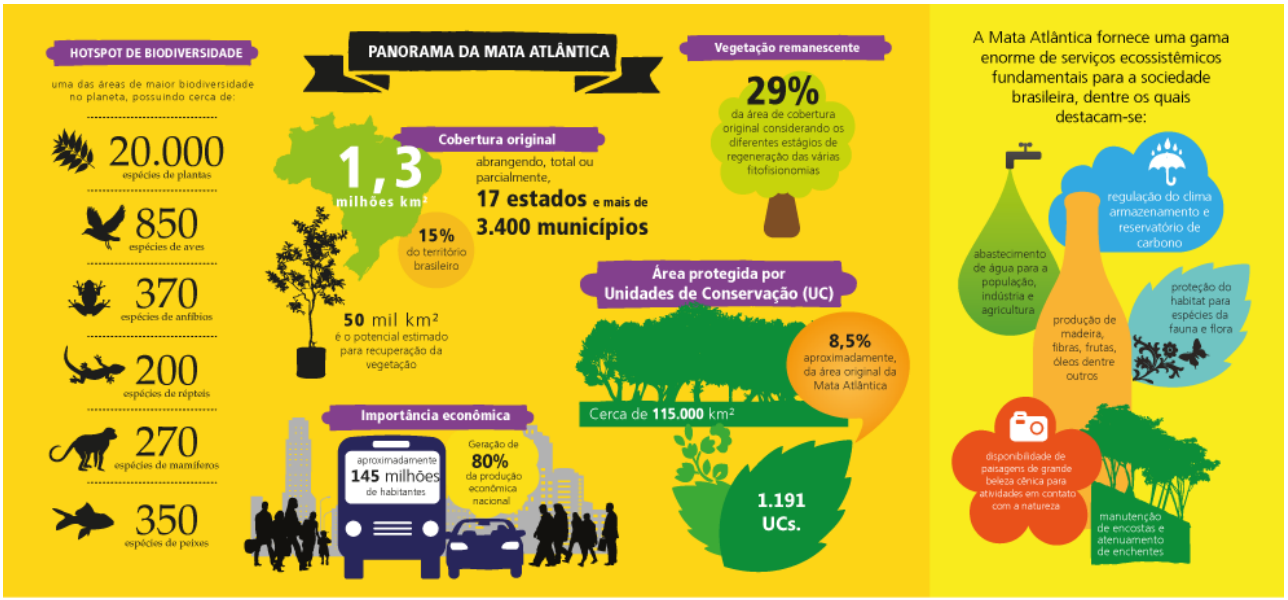
Apesar de ser um dos principais *hotspots* para a conservação da biodiversidade do mundo, o bioma Mata Atlântica, permanece gravemente ameaçado. Das 12 Regiões Hidrográficas do Brasil, nove estão nos domínios da Mata Atlântica: Parnaíba, Atlântico, NE Oriental, São Francisco, Atlântico Leste, Atlântico Sudeste, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Paraguai. Entretanto, a aparente comodidade hídrica no Brasil (12% da água doce do mundo) deve ser

vista com cautela, pois a disponibilidade de água doce não guarda proporcionalidade com a densidade demográfica, à título de exemplo, tem-se a os domínios da Amazônia (menos de 5% da população e 70% dos recursos hídricos) e as bacias no domínio da Mata Atlântica (72% da população e cerca de 10% dos recursos hídricos) cuja conjuntura ainda é agravada pelo fato de que muitos dos seus rios têm problemas em relação à qualidade e à quantidade de água, embora abasteçam grande parte da população e indústrias nacionais (SOS Mata Atlântica, 2024a; Pinto e Hirota, 2022; Seixas *et al.,* 2019).

Apesar de sua vital importância, restam apenas 8,5% de remanescentes florestais acima de 100 hectares de sua área original. Somando todos os fragmentos de floresta nativa madura acima de três hectares, o Brasil conta atualmente com apenas 12,4% da Mata Atlântica. Segundo dados do MapBiomas, quando se considera toda a colcha de regeneração de florestas jovens e as matas degradadas, tem-se 24% de cobertura florestal da área original. Esses dados avultam a fragilidade do bioma em manter seus serviços ecossistêmicos, visto que o desmatamento e a perda de grandes áreas de floresta nativa agravam os problemas de disponibilidade, escassez e qualidade da água, por isso sua conservação e restauração são fundamentais para a gestão desse recurso natural, um verdadeiro tesouro azul (SOS Mata Atlântica, 2024a; Pinto e Hirota, 2022).

Lar de 145 milhões de brasileiros, o domínio do bioma Mata Atlântica é o motor econômico do Brasil, contribui com 80% do Produto Interno Bruto (PIB), 2/3 da economia industrial, abriga alguns dos maiores centros urbanos da América do Sul (por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro) e algumas das terras mais produtivas do Brasil (mais da metade das terras nacionais dedicadas à horticultura) e é principal região agrícola do país, produzindo a maioria das culturas básicas e dos alimentos consumidos internamente (Figura 2) (SOS Mata Atlântica, 2024a; Pinto e Hirota, 2022; Seixas *et al.,* 2019; Rezende *et al*., 2019).

Figura 2. Panorama da Mata Atlântica



Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: https://geografiavisual.com.br/infografico/o-bioma-mata-atlantica-traduzido-em-imagens.

Como pode ser observado, maior parte dos brasileiros e do PIB do país dependem dos serviços ecossistêmicos da Mata Atlântica. As nascentes e mananciais abastecem as cidades, sendo um dos fatores que tem contribuído com os problemas de crise hídrica, associados à escassez, ao desperdício, à má utilização da água, ao desmatamento e à poluição.

É recorrente, no entanto, que os prejuízos advindos dessa degradação impactem especialmente a parcela mais vulnerável da população. Acarretando, a título de exemplo, armadilhas de pobreza[10].

De acordo com a Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES), a concentração de pobreza em municípios com grande cobertura vegetal nativa remanescente representa um risco, que pode se tornar uma grande oportunidade de conciliar conservação da natureza com desenvolvimento humano (Figura 3):

> **Cerca de 40% da cobertura vegetal do Brasil está contida em 400 municípios (7% do total de municípios no país) onde vivem 13% da população brasileira economicamente mais carente**. Historicamente a substituição da floresta por atividades agropastoris não resulta em um aumento significativo do IDH dos moradores previamente instalados, que acabam por engrossar o êxodo rural. A ampliação significativa da geração de renda a partir da natureza conservada – como é o caso da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da

[10] **Sobre armadilhas de pobreza, vide**: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/eventos-climaticos-podem-levar-milhoes-pobreza-extrema-no-brasil> e <https://ihu.unisinos.br/78-noticias/584531-biodiversidade-nao-e-problema-e-solucao-o-uso-sustentavel-do-ativos-ambientais-para-impulsionar-a-economia>.

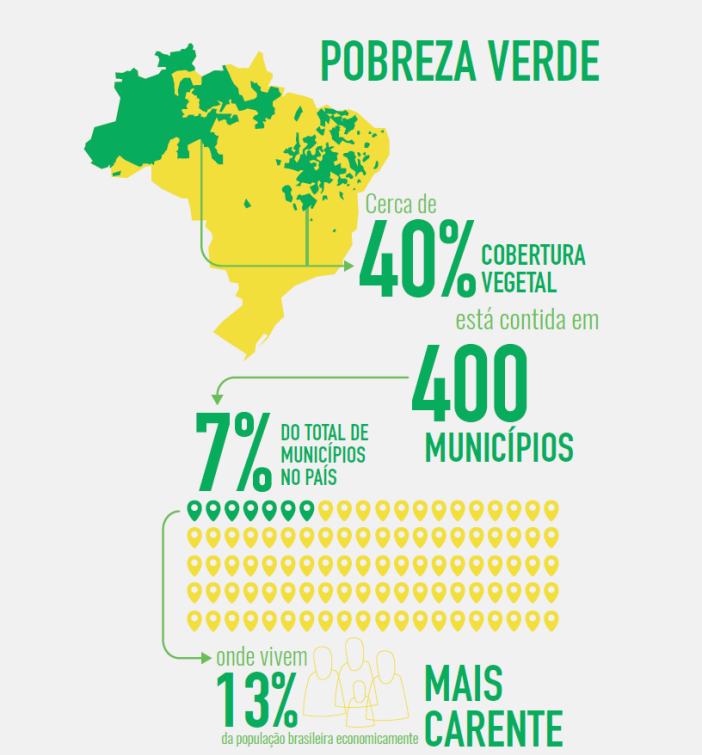
> Sociobiodiversidade, aplicada a produtos florestais não madeireiros, em sua maioria extraídos por populações tradicionais e agricultores familiares – será essencial para conciliar prosperidade socioeconômica com a conservação de recursos naturais (BPBES, 2018, p.18, grifos nossos).

Dessa forma, a conciliação entre Natureza- Sociedade, bem como entre Proteção e Uso Sustentável devem ser elementos centrais e estratégicos das políticas socioambientais.

Panorama similar ocorre na APA Aldeia Beberibe, localizada na porção noroeste da Região Metropolitana do Recife (RMR), com expressivos recursos hídricos, diversas nascentes e afluentes de rios importantes como o Capibaribe e Beberibe, além de estoque subterrâneo de água potável e a Barragem de Botafogo – único reservatório na Região Norte de abastecimento público da RMR. O elevado número de mananciais hídricos da área contribui com aproximadamente 60% do abastecimento de água da RMR (SECTMA, 2012).

Faz-se necessário adendar que a referida efetivação dos objetivos da APA Aldeia Beberibe é, também, uma estratégia política, porém não deve ser "estritamente política", ou seja, apenas constante nas "Estatísticas Verdes" (***Green Arithmetic***) do governo e sem reflexos no mundo real e na vida das pessoas. Por este, e por outros motivos, se faz necessária estratégias de gestão e governança de base comunitária e participativa.

Figura 3. A concentração de pobreza em municípios com grande cobertura vegetal nativa remanescente representa um risco, que pode se tornar uma grande oportunidade de conciliar conservação da natureza com desenvolvimento humano



Fonte: BPBES (2018).

Salienta-se ainda que, em 1998 foi criado o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Pernambuco[11] (Decreto Estadual n° 20.860/1998). A porção norte da APA Aldeia-Beberibe abrange parte dessa Reserva da Biosfera, o que só vem a destacar ainda mais a sua importância ambiental no contexto regional. Desta forma, deve-se privilegiar a conservação dos remanescentes de vegetação, e sempre que possível reconectá-los, para que possam cumprir a sua plena função ambiental (NBL Engenharia Ambiental, 2017, p. 22).

Os serviços ambientais prestados pela APA Aldeia Beberibe, segundo seu Plano de Manejo, envolvem usufruto presente e futuro e não se limitam aos tratados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), envolvendo (SECTMA, 2012, p. 167-169, grifos do autor):

> a) Usos diretos, que correspondem à extração de produtos para consumo e à visitação, o que ocorre com mais intensidade no uso do espaço, incluindo a água existente, a pesca por moradores e população visitante, dentre outros.
> b) Usos indiretos são aqueles que correspondem a sua função ecológica, variada e encadeada numa relação sistêmica, que repercute na diversidade biológica – variabilidade de organismos vivos de todas as origens, por ecossistema – e nos recursos ambientais – atmosfera, águas (interiores, superficiais e subterrâneas), estuários, solo, subsolo, fauna e flora – trazendo consequências que extrapolam os limites de cada ecossistema. Serve ainda a aeração, amenidade climática, a circulação e melhoria da qualidade do ar, prevenção a inundação e a erosão e, principalmente, a preservação de mananciais.
> c) Usos opcionais são aqueles que envolvem as potencialidades da área – correspondem tanto aos usos diretos quanto indiretos. São os também chamados usos sustentáveis – explorados de modo a manter a perenidade dos recursos. Envolvem usos culturais, paisagístico e educativo, direcionados à recreação, contemplação, visita, pesquisa, educação ambiental e ao turismo, além de atividades extrativistas.

Assim, a compreensão das dinâmicas socioambientais deste território perpassa pelas experiências individuais e coletivas e envolve assimetrias de diversas naturezas. Logo, a conciliação de interesses e alternativas inclusivas de desenvolvimento e restauração da Mata Atlântica na APA Aldeia Beberibe é crucial para o bem-estar das pessoas, para manutenção de padrões adequados de qualidade ambiental e para um desenvolvimento justo, inclusivo e duradouro.

1.7 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

“Repetidas vezes, a humanidade demonstrou que, quando trabalhamos juntos e aplicamos nossa mente coletiva, podemos criar soluções para problemas aparentemente intratáveis", disse

[11] Existem aproximadamente 350 Reservas da Biosfera no mundo, em 85 países diferentes, sendo quatro delas no Brasil. A primeira foi a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, criada em 1991, abrangendo toda a faixa de remanescentes de Floresta Atlântica, desde o Rio Grande do Sul até o Ceará (NBL Engenharia Ambiental, 2017).

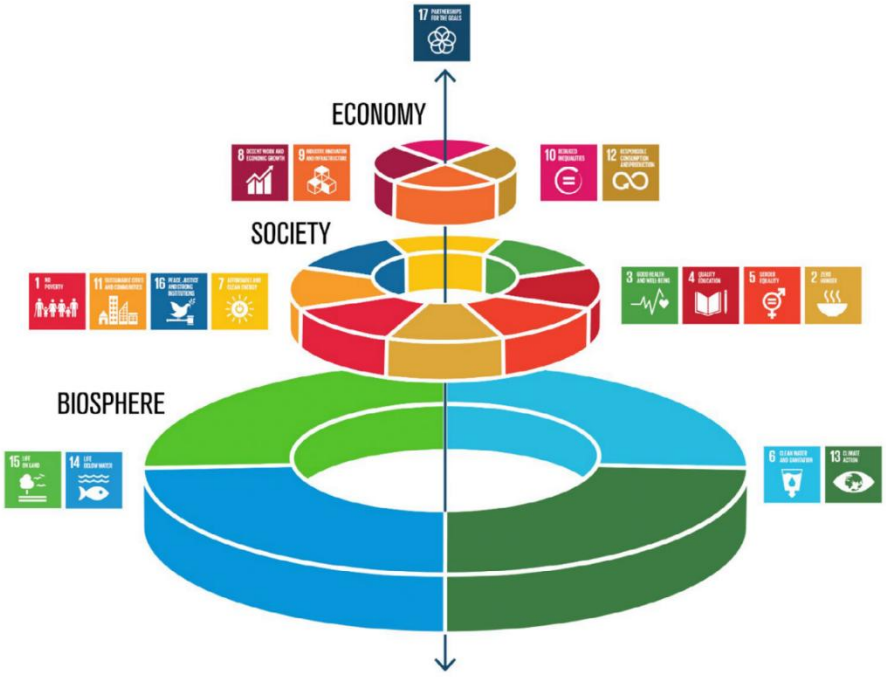
Li Junhua, subsecretário-geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais (ONU, 2024, grifo nosso).

A partir do legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), foram construídos os 17 "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" (ODS ou SDG, em inglês) e suas 169 metas (Agenda 2030), objetivando concluir o que os ODMs não conseguiram. Os Objetivos e metas "buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental" (ONU, 2024, p. 1). De acordo com o documento técnico "Aplicação dos Princípios de Equidade na Governança e na Gestão de Unidades de Conservação no Brasil" (GIZ Brasil, 2022):

> Desde a primeira e principal formulação internacionalmente aceita, o conceito de desenvolvimento sustentável inclui a noção de direito intergeracional: o desenvolvimento sustentável é o que atende às necessidades do presente sem comprometer as possiblidades de as futuras gerações também atenderem às suas necessidades. E traz embutido também o conceito de equidade, pois defende processos que levem a melhores distribuições das condições e das riquezas [...] Embora a noção mais aceita promova a integração do tripé economia, sociedade e meio ambiente (ou recursos naturais, ecologia, ecossistemas, natureza etc.), ainda que defendendo reformas importantes na economia e na sociedade, **em tempos mais recentes existe o entendimento de que há uma hierarquia entre esses três sustentáculos, pois a biosfera sustenta a possibilidade da vida em sociedade, que por sua vez constrói e processa a economia** [...] (p.13, grifos nossos).

A "Agenda 2030" ou "Agenda para o Desenvolvimento Sustentável", é um plano de ação global da ONU e representa um esforço mundial via uma agenda política ampla e universal, reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Os ODS estimularão a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta, o conhecido "5Ps": Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria (ONU, 2015). Nesse direcionamento, ressalta-se "a necessidade de uma compreensão da hierarquia de funções e dependências pela qual a natureza é parte fundamental da sustentação da sociedade, a qual viabiliza a economia" (GIZ Brasil, 2022, p. 157) (Figura 4).

Figura 4. Hierarquia de funções entre biosfera, sociedade e economia e suas relações com os ODS (baseado Folke *et al*, 2016)



Fonte: GIZ Brasil, 2022.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aderentes à presente pesquisa de doutoramento, são: ODS1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. ODS 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; ODS8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; ODS 1312: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; ODS 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; ODS 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

[12] Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Dada a natureza e objetivos da pesquisa há alinhamento com vários ODSs, porém alguns são mais aderentes ao tema da pesquisa do que outros, assim como acontece com suas metas[13]:

METAS ODS 1:

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

METAS ODS 2:

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola;

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos

[13] Os ODSs e metas específicas que guardam maior aderência foram descritas e negritadas. Para aprofundamento sobre ODSs, acessar: https://gtagenda2030.org.br/ods/

recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente;

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos;

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

METAS ODS 5:

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

METAS ODS 6:

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos;

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade;

6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente;

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;

6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;

6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos;

6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

METAS ODS 8:

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

METAS ODS 11:

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países;

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento;

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos

recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

METAS ODS 13:

13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;

13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais;

13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima;

13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

METAS ODS 15:

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;

15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;

15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo;

15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável;

15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;

15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem;

15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias;

15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas;

15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas;

15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento;

15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

METAS ODS 16:

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;

16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global;

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

METAS ODS 17:

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

1.8 Objetivos

Os objetivos da presente pesquisa de doutoramento, são:

1.8.1. Geral

Analisar a gestão e a governança na Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe, fundamentando-se na teoria da resiliência socioecológica.

1.8.2 Específicos

- Articular, alicerçado na abordagem da resiliência socioecológica, aspectos que levem ao refinamento teórico dos atributos de gestão e governança em contextos de Áreas de Proteção Ambiental.

- Estabelecer atributos e critérios para análise das variáveis da resiliência socioecológica na Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe;

- Propor um *framework* heurístico de gestão e governança focado na APA Aldeia Beberibe.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Capitaloceno e Sistemas Socioecológicos: Origem, premissas e implicações para governança

Antropoceno, hoje, é um dos termos repetidos em inúmeras obras, debates e entidades científicas de variadas áreas do conhecimento ao se referirem às condições atuais do planeta Terra e à interferência direta do humano na dinâmica da natureza. O vocábulo remete um período considerado como mais recente da vida na Terra e é assim designado em face das ações humanas nos ecossistemas, a exemplo das alterações climáticas presentes em todos os cantos do planeta. O termo tem origem nas palavras gregas *Anthropos* em referência ao ser humano e *Ceno* que remete a novo, recente. Tal conceito se tornou popular pelo químico holandês Paul Crutzen, ganhador do prémio Nobel (1995), que usou o termo para se referir a uma "Nova Era geológica" (Crutzen, 2000) caracterizada, principalmente, pelas ações humanas na Terra, de forma negativa, ou seja, ações degradantes em relação ao meio ambiente em geral.

O Antropoceno pretende indicar que estamos vivendo transformações socioecológicas tão fundamentais que elas, literalmente, mudam a própria estrutura geológica de nosso planeta (Büscher e Fletcher, 2019). Em análise complementar, Beck (2018) considera a mudança climática como um momento de metamorfose vivido na sociedade de risco visto que o risco climático aglutina natureza, sociedade e política.

À vista disso é preciso unir racionalidade científica com racionalidade social, pois os riscos são tratados atualmente tomando por base acidentes prováveis, mas a que se considerar como questão central o potencial catastrófico dos mesmos (Beck, 2011). Com efeito, os riscos são, para Urilch Beck, um estágio intermediário entre a segurança e a destruição, sendo a percepção dos mesmos a balizadora do pensamento e ação.

Todavia, há uma invisibilidade dos riscos (Giddens, 2010; Beck, 2011, 2018), os quais são por vezes tratados de forma dramática, minimizada ou mesmo totalmente negligenciados. Por isso Beck questiona, por exemplo: "Nas mãos de quem está o poder de estabelecer e medir os riscos?", "O que se deve e pode-se conhecer?" e "Quem produz os riscos?". Sobre o último questionamento, o autor assevera que **as pessoas que tomam as decisões não são as mesmas que sofrem as consequências, evidenciando uma irresponsabilidade organizada**.

Nessa conjuntura, o cenário de conservação da natureza e manutenção das condições adequadas para o bem-estar humano não é o dos mais animadores. Todavia, há muito a crise ambiental é anunciada pela ciência e sentida gradativamente no cotidiano das pessoas. Ainda

em 1962, a bióloga Rachel Carson publicou o livro *Silent Spring*, considerada um dos estudos mais relevantes do século XX e inspiradora do movimento ambientalista, o qual aborda o impacto dos pesticidas na natureza, saúde humana e nos seres vivos de forma geral.

Diversos estudos, como o Living Planet Report e o Relatório de Avaliação Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos de 2024 do IPBES (Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos), apontam que em breve ultrapassaremos os "limites planetários", para além dos quais, um declínio ainda mais dramático é inevitável.

Toda esta discussão incitada pelo Antropoceno deixou a comunidade conservacionista[14] ainda mais acalorada e fez surgir novas propostas radicais para revolucionar a conservação, como a "conservação convival"[15] (Büscher e Fletcher, 2019). A presente pesquisa pretendeu, para consecução dos seus objetivos, dentre outros procedimentos, discutir sobre as abordagens tradicionais e inovadoras de conservação adotadas internacionalmente, com destaque para o contexto brasileiro.

Um grande desafio do século XXI é garantir um fluxo adequado e confiável de serviços ecossistêmicos essenciais relacionados ao abastecimento (ex.: água doce, colheitas, carne), regulação (ex.: inundação e regulação do clima) e serviços culturais (ex.: recreação, valores espirituais) numa conjuntura de mudanças globais extensas, rápidas, não lineares e potencialmente irreversíveis. Tais eventos costumam ter impactos substanciais e às vezes catastróficos sobre os serviços ecossistêmicos (SE) e o bem-estar humano (Biggs *et al.*, 2012).

A influência antrópica nos processos naturais revela enfaticamente a não separação entre Natureza e Sociedade, isto num movimento dialético, haja vista que o desenvolvimento da última depende dos serviços proporcionados pela primeira. Em decorrência do panorama até aqui exposto, julga-se fundamental criar lugares de diálogo que permitam considerar incertezas e complexidade, amenos isso para referir-se a uma tarefa trivial a ser levada a bom termo.

Neste intento, e a partir de demandas específicas oriundas da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (CQUNMC), as pesquisas caminharam para um território interdisciplinar, também conhecido como pesquisa em sistemas socioecológicos (*Socialecological Systems* – SSE), a fim de construir uma agenda de adaptação. O conceito de

[14] São grupos e organizações de cunho político, ambiental e social que buscam meios para uso sustentável dos recursos naturais.

[15] "A abordagem da conservação convivial parte explicitamente de formulações baseadas na ecologia política e na crítica da economia capitalista, reconhecida como motor fundamental da degradação da biodiversidade e baseia-se na promoção da justiça social e da constituição de um ambiente próspero para as pessoas e a vida selvagem em suas interações" (Sandroni; Ferraz, 2023, p. 1500).

sistemas socioecológicos vem sendo utilizado para integrar os processos e componentes socioeconômicos e biofísicos, entretanto, vale ressaltar que a concepção de SSE é também uma construção social, não podendo ser confundida com a realidade (Lindoso, 2013).

Intentando um melhor esclarecimento sobre SSE, um bom exemplo é a fronteira amazônica, pois existe:

> [...] múltiplos grupos de interesse (madeireiros, agricultores, pecuaristas, assentados, indígenas e conservacionistas) interagem em busca de múltiplos objetivos (produção, lucro, equidade, conservação e manutenção cultural); onde os fatores biofísicos (como água, clima e biodiversidade) afetam e são afetados por essas atividades sociais e econômicas; e aonde múltiplos fatores, internos e externos, vindo das escalas locais, nacionais e internacionais (desde políticas públicas e aplicação das leis, a cultura, poder e eficácia de diferentes discursos) influenciam sua dinâmica (Buschbacher, 2014, p.12).

As Áreas Protegidas (AP) são frequentemente reconhecidas como SSE e a literatura mais abrangente sobre planejamento de conservação tem assumido que esforços de conservação ocorrem como parte de complexos SSE (Burgos, 2019). Ademais, segundo Folke *et al*. (2005), as implicações das análises dos sistemas socioecológicos geralmente diferem das análises dos sistemas sociais ou ecológicos isoladamente. Em virtude desse novo território epistêmico relacionado aos SSE e RSE, surgiram diversas correntes que podem ser agrupadas sob o guarda-chuva de duas grandes abordagens teóricas: Vulnerabilidade e Resiliência (Lindoso, 2013).

A tese que sustenta a emergência de uma nova era geológica, o Antropoceno, é amplamente aceita no debate científico, apontando para o impacto substancial das atividades humanas sobre os processos terrestres (Crutzen, 2000; Büscher; Fletcher, 2019). Contudo, uma perspectiva crítica a essa conceituação emergiu, argumentando que a simples atribuição da responsabilidade à "humanidade" de forma genérica obscurece as causas sistêmicas e estruturais da crise ambiental: o sistema capitalista (Moore, 2017; Malm, 2016). É nesse contexto que o conceito de Capitaloceno adquire proeminência.

O Capitaloceno, cunhado e desenvolvido por autores como Jason W. Moore (2017) e Andreas Malm (2016), propõe que o "Antropoceno" é, na verdade, uma manifestação da lógica de acumulação e expansão do capital. Não seria a ação humana per se, mas a forma como a sociedade humana se organiza sob o capitalismo – impulsionada pela busca incessante por lucro, pela exploração ilimitada da natureza e do trabalho, e pela externalização de custos – que teria inaugurado essa nova época geológica. Malm (2016), por exemplo, demonstra como a ascensão do carvão como principal fonte de energia durante a Revolução Industrial não foi uma escolha tecnológica neutra, mas uma decisão impulsionada pela necessidade de controlar e

intensificar a exploração da força de trabalho, estabelecendo as raízes fósseis do aquecimento global.

As premissas e fundamentos básicos do Capitaloceno são, portanto:

a. **Crítica à Generalização:** O Capitaloceno rejeita a ideia de que "nós" (a humanidade indiferenciada) somos a força geológica. Em vez disso, aponta para as relações de poder, classe, gênero e raça inerentes ao capitalismo como os verdadeiros motores das transformações planetárias. Não é o *anthropos* (ser humano), mas o *capital* a força motriz.
b. ***Web of Life*** **(Teia da Vida):** Moore (2017) argumenta que o capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas um *"ecology-making process"*, um processo de coprodução de natureza e sociedade. A natureza não é vista como um mero "palco" para a acumulação de capital, mas como parte integrante da própria acumulação, que se expande através da apropriação e mercantilização de "natureza barata" (energia, alimentos, matérias-primas e trabalho).
c. **História e Geologia Integradas:** O Capitaloceno busca reconectar a história do capital com a história da Terra, demonstrando como as transformações socioeconômicas (e.g., colonialismo, revolução industrial, globalização) são inseparáveis das alterações geológicas e climáticas. A crise ambiental é, assim, uma crise do modo de produção e da relação do capital com a "teia da vida".
d. **Desigualdade e Injustiça Ambiental:** A lente do Capitaloceno permite compreender que os custos ambientais e sociais da acumulação capitalista são distribuídos de forma desigual, afetando desproporcionalmente populações vulneráveis, como aquelas que sofrem com o racismo ambiental (conforme discutido no tópico 4.2.3). Essa perspectiva coaduna-se com a "sociedade de risco" de Beck (2011, 2018), onde os riscos são produzidos socialmente e distribuídos de forma assimétrica.

A literatura que aborda o conceito e que se alinha à bibliografia apresentada na tese é multifacetada. Além de Moore (2017) e Malm (2016), Büscher e Fletcher (2019) contribuem para a discussão ao questionar as abordagens tradicionais de conservação dentro de uma lógica que reconhece a influência do capital. Ulrich Beck (2011, 2018), com sua teoria da "sociedade de risco" e da "metamorfose do mundo", oferece um substrato fundamental para compreender as implicações sociais e políticas da crise ambiental, que no Capitaloceno é intrinsecamente

ligada à racionalidade econômica. Edgardo Lander (citado em Leff, 2010), ao criticar a modernidade capitalista e o "mito do desenvolvimento", também corrobora a perspectiva de que a crise ambiental é uma crise civilizatória enraizada em um modelo hegemônico. Leff (2007, 2009), por sua vez, com a "crise de percepção, de valores, do pensamento", aponta para a necessidade de uma racionalidade ambiental que confronte a lógica instrumental do Capitaloceno.

A conexão com o objeto de pesquisa, a APA Aldeia Beberibe, é central para esta tese. A escolha do termo "Capitaloceno" no título não é meramente conceitual, mas uma premissa analítica. A APA Aldeia Beberibe, um fragmento de Mata Atlântica sob intensa pressão antrópica, é um *case* paradigmático de como a lógica do capital (representada por projetos de infraestrutura, urbanização desordenada, licenciamentos que sobrepujam interesses socioambientais, e os conflitos de terra e água) molda e fragiliza um sistema socioecológico. A "diversidade de leituras" e os "conflitos de interesse entre a conservação e a lógica do capital" (SECTMA, 2012), evidenciados na gestão da APA, são reflexos diretos das tensões inerentes ao Capitaloceno.

Compreender a APA Aldeia Beberibe sob a lente do Capitaloceno permite ir além da mera constatação de impactos ambientais para investigar como as relações de poder e as lógicas de acumulação afetam a resiliência socioecológica e a efetividade da governança. Isso implica em questionar as premissas de um desenvolvimento que muitas vezes ignora os limites biofísicos e as necessidades das comunidades, buscando, assim, construir um "projeto civilizatório frente ao sistema hegemônico atual em um mundo em metamorfose", conforme proposto na introdução da tese. A análise da poiética de gestão e governança e dos conceitos fundamentais de governança será, portanto, informada por essa compreensão profunda das raízes do Capitaloceno.

2.1.1 Vertentes Teóricas do Capitaloceno

O conceito de Capitaloceno, embora centrado na crítica ao capitalismo como motor das transformações geológicas, não é monolítico e apresenta diferentes vertentes teóricas que aprofundam e diversificam sua compreensão. Essas perspectivas se complementam na análise das intersecções entre economia, sociedade e natureza.

Uma das vertentes mais influentes é a da **Ecologia-Mundo (World-Ecology)**, desenvolvida por Jason W. Moore (2016; 2017). Moore argumenta que o capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas uma "ecologia-mundo", um modo de organizar a natureza e a vida humana

através da apropriação de "natureza barata" – entendida como trabalho, alimentos, energia e matérias-primas que podem ser obtidos a custos cada vez menores. Para Moore (2016), a crise ambiental não é uma crise da natureza *per se*, mas uma crise do "fazer da natureza" (*nature-making*) pelo capital. A expansão capitalista é intrínseca à sua capacidade de encontrar e incorporar novas "fronteiras de natureza barata". Essa perspectiva enfatiza a coprodução histórica da natureza e da sociedade, questionando a dicotomia cartesiana que as separa. A relevância para a tese reside na análise de como a APA Aldeia Beberibe, mesmo sendo uma Unidade de Conservação, está inserida em uma "teia da vida" (Moore, 2017) que é constantemente moldada e ameaçada pela busca por "natureza barata" – exemplificada pelos projetos de infraestrutura e a urbanização que impactam seus recursos e comunidades.

Outra vertente significativa, frequentemente associada ao materialismo histórico, é a que se foca na **centralidade dos combustíveis fósseis e das relações de classe**, tendo Andreas Malm (2016) como um de seus principais expoentes. Malm (2016) critica o termo Antropoceno por diluir a responsabilidade de diferentes atores sociais, argumentando que a verdadeira força geológica reside nas relações de produção capitalistas que privilegiaram o carvão e, posteriormente, o petróleo, como fontes de energia. Para Malm, a escolha dos combustíveis fósseis não foi uma mera opção tecnológica, mas uma decisão política e econômica para disciplinar o trabalho e garantir a produção em escala, estabelecendo as bases materiais da crise climática. Essa vertente é crucial para a compreensão das "assimetrias de poder" mencionadas na tese, revelando como grandes empreendimentos, como a UTE Pau Ferro II (discutida nas reuniões do Conselho Gestor da APA), representam a continuidade de uma lógica extrativista e de exploração que privilegia o capital em detrimento dos ecossistemas e das comunidades locais.

Uma terceira vertente, que se articula com as anteriores e é fundamental para a análise da tese, provém das **perspectivas feministas e decoloniais** do Capitaloceno. Essas abordagens (Haraway, 2016; Cucuereanu; Meirieux, 2020) ampliam a crítica ao capitalismo ao integrar as dimensões de gênero, raça e colonialidade na compreensão da crise ambiental. Donna Haraway (2016), por exemplo, propõe o "Plantationoceno" ou o "Chthuluceno" como alternativas ao Antropoceno, visando deslocar o foco do "humano universal" para as histórias específicas de violência, exploração e extração ligadas à formação do capitalismo global, incluindo a escravidão e o colonialismo. Essas vertentes argumentam que a lógica de "natureza barata" de Moore (2017) e a exploração fóssil de Malm (2016) são profundamente enraizadas em e sustentadas por opressões patriarcais, racistas e coloniais. A "cisão natureza-sociedade" e as "assimetrias de poder" (mencionadas na hipótese da tese) são, portanto, historicamente

construídas e perpetuadas por um sistema que desvaloriza não apenas a natureza, mas também certos grupos humanos, como as "populações étnico-raciais em situação de vulnerabilidade" (Manual, p. 17), que são as mais afetadas pelo racismo ambiental na APA Aldeia Beberibe.

Em síntese, o Capitaloceno é um conceito multifacetado que permite uma análise aprofundada das causas e manifestações da crise ambiental. As vertentes da Ecologia-Mundo de Moore, da centralidade dos combustíveis fósseis de Malm, e das perspectivas feministas e decoloniais oferecem lentes críticas para compreender como a lógica da acumulação capitalista, suas relações de poder e suas manifestações históricas moldam o sistema socioecológico da APA Aldeia Beberibe, impactando sua resiliência e desafiando sua governança em um cenário de metamorfose global (Beck, 2011).

2.2 Resiliência Socioecológica

Resiliência socioecológica, segundo o pesquisador canadense C. S. Holling (1973), “é a capacidade de um ecossistema retornar a um equilíbrio ou estado estacionário após uma perturbação” (1973, p.6). Corroborando com esse pensamento, Folke observa que “resiliência é a capacidade intrínseca que o ecossistema apresenta para manter os serviços ambientais desejados, mesmo em conjunturas ambientais instáveis induzidas pelas atividades humanas” (Folke, 2002, p. 14). Nesse contexto, uma das principais aplicações da teoria da resiliência é na análise de sistemas socioecológicos, haja vista que a perspectiva interdisciplinar é indispensável para o gerenciamento deles. Para compreender tais sistemas, fez-se necessário a criação de teorias, conceitos, ferramentas e metodologias que estejam comprometidas com uma mudança paradigmática que buscam transcender o reducionismo, a noção de equilíbrio estático e a previsibilidade a fim de considerar a complexidade, incertezas e pontos de limiares, pois está cada vez mais evidente que o paradigma reducionista tem fortes limitações para análise das dinâmicas das sociedades hodiernas.

Neste direcionamento, a teoria da resiliência aplicada a sistemas socioecológicos é uma tentativa de mudança para um paradigma sistêmico ou complexo, ainda que seja um conceito paradoxal já que se refere à capacidade de um sistema não mudar substancialmente mesmo a mudança sendo um atributo permanente (Reyes e Ballesteros, 2011; Buschbacher, 2014).

As primeiras pesquisas sobre resiliência aconteceram no campo da física mecânica, em suas mais distintas formas de utilização, todas direcionadas para a aplicação em usos materiais (Andrade, 2011). Atualmente, há um amplo espectro de pesquisas sobre o enfoque da resiliência permeando diversas áreas do conhecimento como a Física, Engenharia, Sociologia, Educação,

Geografia, Psicologia, Ecologia, Biologia, Ciências da Saúde, dentre outras (Cabral, 2019). Sendo natural, portanto, encontramos diversos entendimentos, alguns dos quais se pode observar no Quadro 1.

Desta forma, sendo a resiliência um conceito sensível ao contexto e aos objetivos da investigação, em etapa posterior da presente pesquisa, estes entendimentos foram complementados, acrescidos e discutidos com o objetivo de articular aspectos teóricos que levaram a refinamentos epistemológicos dos atributos de gestão e governança em contexto de APAs sob a luz da RSE.

Quadro 1 - Definições de resiliência

ABORDAGENS HÍBRIDAS	DEFINIÇÃO	AUTORES
DESCRITIVA	"[...] medida da persistência e capacidade dos sistemas para absorver mudanças e perturbações mantendo a população e a estrutura de relações (ou entre variáveis de estado) [...]"	HOLLING (1973, p. 14)
	"[...] magnitude de perturbação que podem ser absorvidas, alterando as variáveis e os processos que controlam o seu comportamento, antes que o sistema mude a sua estrutura [...]"	HOLLING e MEFFET (1996, p. 4)
	"[...] capacidade de um sistema experienciar choques mantendo, essencialmente, a mesma função, estrutura, reações, e portanto, preservando a identidade [...]"	WALKER e SALT (2006, p. 2)
CAPACIDADE DE TERRITÓRIOS	"[...] para absorver perturbações, para gerar auto-organizações para desencadear aprendizagem e adaptação [...]"	WALKER *et al.* (2002)
	"[...] latitude (largura do domínio), resistência (altura do domínio), precariedade, relações entre escalas [...]"	FOLKE *et al.* (2004, p. 573)
PROPOR DIMENSÕES OPERACIONAIS	"resiliência do quê e para quê?"	CARPENTER *et al.* (2001)
	"[...] capacidade que o sistema demonstra de manter a sua identidade em quadros de perturbações, mudança e choques internos e externos [...]"	CUMMING *et al.* (2005, p. 976)
ASPECTOS SOCIAIS	"[...] capacidade que grupos ou comunidades manifestam para lidar com tensões e distúrbios externos, resultantes de mudanças sociais, políticas e ambientais [...]"	ADGER (2000, p. 347)
SOCIEDADE E ECONOMIA	"[...] probabilidade de transição entre estados, como função do balanço entre atividades de produção e padrões de consumo, condicionada pela ação dos decisores [...]"	BROCK *et al.* (2002, p.273)

	"[...] capacidade presente no sistema para suportar choques no funcionamento do mercado ou na estrutura ambiental, sem comprometer a eficiência na distribuição de recursos [...]"	PERRINGS (2006, p. 418)
ABORDAGENS HÍBRIDAS	"[...] capacidade intrínseca que o ecossistema apresenta para manter os serviços ambientais desejados, mesmo em conjunturas ambientais instáveis induzidas pelas atividades humanas [...]"	FOLKE *et al.* (2002, p. 14)
	"[...] capacidade que um sistema socioecológico apresenta para absorver perturbações recorrentes [...] mantendo as estruturas essenciais, os processos e os feedbacks [...]"	ADGER *et al.* (2005, p. 1036)
	"[...] propriedades quantitativas que, nos ecossistemas, mudam de modo dinâmico em todos os níveis da hierarquia [...]"	HOLLING (2001)
RESILIÊNCIA TERRITORIAL	"[...] perspectiva ou abordagem, capaz de analisar sistemas socioecológicos [...]"	FOLKE (2006, p. 260)
	"[...] flexibilidade projetada no longo prazo [...]"	PICKETT *et al.* (2004, p. 381)
	"[...] capacidade de manutenção, a longo prazo, de um dado capital natural [...]"	OTT e DÖRING (2004, p. 213)

Fonte: Smolski e Dalcin (2017).

Diante da diversidade de abordagens existentes, um ponto consensual é que a ideia de resiliência socioecológica pode ser utilizada como uma matriz para fazer efetiva a perspectiva socioecológica (Reyes e Ballesteros, 2011), contudo, o conceito comumente utilizado de resiliência surgiu a partir de muito esforço teleológico.

Na realidade surgiu a partir da "tentativa frustrada" do ecólogo C. S. Holling, em 1973, de enquadrar diversos estudos na visão da "ciência normal". Holling observou, contrariando o paradigma reducionista, que nem sempre uma população volta ao seu estado de equilíbrio depois de um surto de predação, pois existem **pontos limiares** (*thresholds* ou *tiping points*) nos sistemas que levam a **mudanças drásticas** (*catastrophic shift*) e introduzem **trajetórias não lineares e inesperadas** (*regime shift*) no sistema, podendo inclusive, em um mesmo sistema, ter **mais do que um estado ao mesmo tempo** (*histerese*) (Holling e Gunderson, 2002).

Holling, ainda em 1973, teceu forte crítica à gestão ambiental convencional, baseada no controle e otimização do uso dos recursos e serviços naturais, e incitou o debate entre as ciências humanas e naturais fazendo emergir o conceito de resiliência socioecológica comumente delineado como a capacidade do sistema manter suas características essenciais de estrutura e

função mesmo depois de um colapso e reorganização (Lindoso, 2013; Buschbacher, 2014). Há, pois, uma observação seminal sobre a resiliência em sistemas socioecológicos:

> A análise da resiliência pode parecer confusa em um primeiro momento. Em um olhar superficial, **a resiliência é uma propriedade do sistema**. Todavia, uma análise mais detida aponta **que não é o sistema que é resiliente** (apesar de frequentemente assim ser dito), **mas sim o domínio de estabilidade** (uma determinada configuração de funções, estrutura e relações). Não é o lago que é resiliente, mas sim o estado de água límpida que é resiliente ou, visto do outro extremo, o estado de água turva que é resiliente (Lindoso, 2013, p.50, grifo nosso).

Ainda de acordo com o autor supracitado, é fundamental tomar ciência de três aspectos: 1) processos ecológicos, sociais e econômicos são autônomos em suas regras de funcionamento, porém interdependentes no tempo e espaço; 2) diferentemente da abordagem da vulnerabilidade, que dá destaque ao subsistema humano, na abordagem da resiliência **não há hierarquia de importância entre o subsistema humano e o subsistema ecológico**, o foco da análise depende dos objetivos e interesses dos investigadores e 3) a escolha entre estados desejáveis e indesejáveis, segundo critérios humanos, marca a **transição da abordagem** neutra e amoral da **resiliência ecológica** para a abordagem moral e política da **resiliência socioecológica**.

Para um melhor entendimento deste último aspecto, o autor faz referência ao caso anteriormente apresentado:

> Suponhamos que o lago fosse um reservatório de água potável para abastecimento humano. Logo, a manutenção do estado **água límpida** seria crucial para a manutenção da qualidade do reservatório. Nesse caso, a unidade resiliente é a segurança hídrica humana, cuja resiliência, por sua vez, depende, mas não se resume, à resiliência do lago em seu estado **água-límpida**. A análise então expande as fronteiras do sistema socioecológico, abarcando novas interfaces homem-natureza, **thresholds** (e.g. nível do reservatório a partir do qual há escassez de água) e estados de equilíbrio (e.g. segurança x insegurança hídrica) (Lindoso, 2013, p.51, grifos do autor).

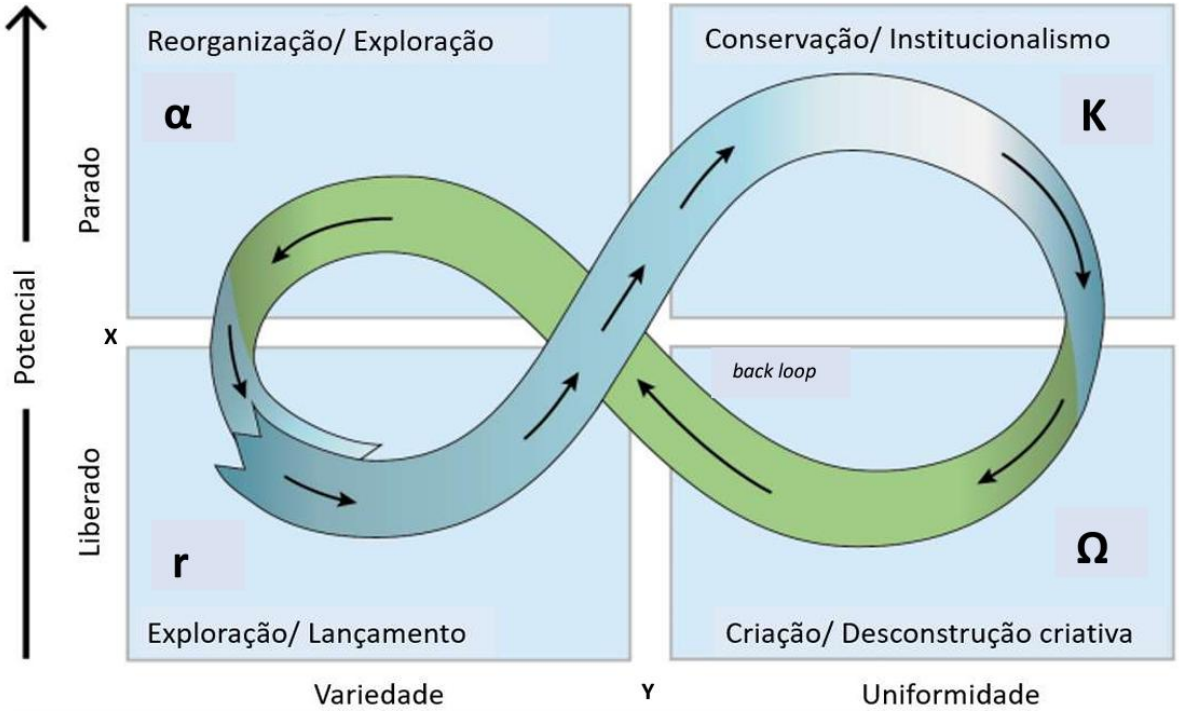
Tal consideração permite compreender "como a abordagem da resiliência socioecológica se desdobrou, sem se desvincular, do olhar ecológico e se aproximou, do ponto de vista analítico, da abordagem da vulnerabilidade" (Lindoso, 2013, p.53). Assim, a teoria científica sobre resiliência é baseada em um conjunto de premissas sobre o comportamento dos sistemas socioecológicos (Folke, 2006). Sendo assim, algumas perguntas que orientam a investigação no campo da resiliência, de acordo com Lindoso (2013, p.51), são:

- *Qual a unidade adaptativa de referência?*
- *Quais são os estados de equilíbrio possíveis? Se pertinente, quais são desejáveis?*

- *Quais as variáveis de estado relevantes? Quais tipos de distúrbio afetam essas variáveis e como as afeta?*
- *Quais os limiares (thresholds) que delimitam as mudanças abruptas de regime?*
- *Como o sistema responde ao distúrbio?*
- *Quais os processos e condicionantes associados à resposta?*

Visando compreender tal comportamento, dois conceitos-chave emergiram: o de "panarquia" e o de "ciclo adaptativo" o qual se configura como um dispositivo heurístico utilizado para compreender a dinâmica de sistemas ecológicos e sociais em um contexto de não equilíbrio (Figura 5).

Figura 5. Fases do ciclo heurístico



Fonte: Westley *et al.* (2013, p.5).

O ciclo tem duas partes e quatro fases: a primeira parte é mais lenta, começando com a colonização ou estabelecimento de um sistema (**fase r**) num longo processo de crescimento gradual que pode culminar numa condição relativamente estável que dura muito tempo (**fase k**). Esta dinâmica é a visão clássica de sucessão de ecossistemas. A inovação da teoria de Holling é reconhecer que esse equilíbrio não é permanente e enquanto o mesmo permanece, o sistema pode resistir a pequenas perturbações ao mesmo tempo em que acumula

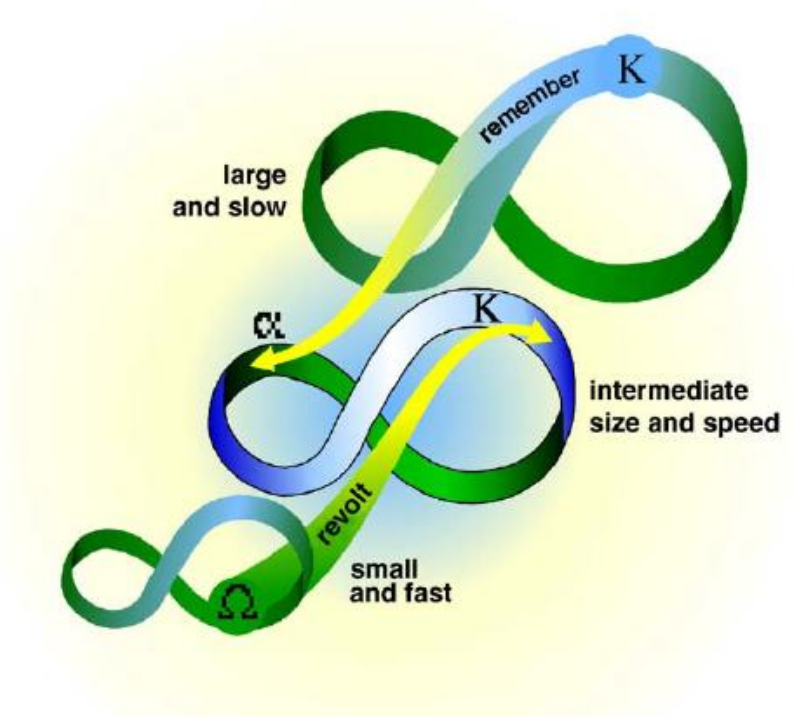
vulnerabilidades e fragilidades que podem levar a um rápido e grande colapso (**fase Ω**) decorrente de um evento rápido e extremo ou de uma perturbação pequena que chega num momento de maior vulnerabilidade (a gota d'água). A segunda parte é mais rápida porque o colapso (**fase Ω**) libera recursos e permite a reorganização dos "ativos" acumulados, iniciando um novo ciclo de colonização e crescimento (**fase α**) igual ao anterior ("sistema resiliente") ou de regime distinto ("transformação" representada pelo x na parte inferior esquerda da figura 4) (Buschbacher, 2014).

Para um melhor entendimento sobre a dinâmica descrita no ciclo adaptativo, é necessário diferenciar "estado" e "regime" em um sistema: o primeiro refere-se às condições especificas em um dado momento (ex.: floresta nova/ floresta madura; partido democrático x/ partido democrático y), enquanto o segundo refere-se às características gerais de estrutura e função do sistema (ex.: floresta para savana; democracia para ditadura). À vista disso é importante ressaltar três aspectos: 1) a definição do estado e regime em um dado sistema não é estanque à medida que dependem da leitura do observador; 2) ser resiliente não é necessariamente uma característica positiva como se pode observar ao analisar uma "armadilha de pobreza" e 3) quando se analisa a capacidade do sistema de se manter em um mesmo regime perante uma perturbação específica, fala-se de "resiliência específica", a qual considera mudanças e até mesmo o colapso, entretanto, não é flexível suficiente para exploração e adaptação a uma miríade de trajetórias possíveis, sendo assim, quando se considera essa miríade fala-se em "resiliência geral" que é sempre positiva e envolve a capacidade de adaptação, aprendizagem e auto-organização de um sistema perante um mundo repleto de incertezas, mudanças e surpresas (Buschbacher, 2014).

Igualmente necessário, no que concerne ao entendimento sobre a dinâmica de sistemas socioecológicos, é reconhecer que o mundo é organizado em hierarquias aninhadas em diferentes escalas de espaço e tempo (ex.: células, árvores, biomas, pessoas, famílias, comunidades, nações), fenômeno conhecido como *panarchy* "panarquia", o segundo conceito-chave (Figura 6). Ressalta-se que o termo foi introduzido primeiramente pelo filósofo, botânico e economista belga Paul Emile de Puydt em 1860, **ao referir-se a uma forma específica de governança que abrangeria todas as outras**. Mas foi no século XX que o termo foi reintroduzido por estudiosos das relações internacionais visando descrever o conceito de governança global. Já em 2002 foi utilizado por Gunderson e Holling em seus estudos sobre sistemas socioecológicos, resgatando a referência ao deus grego Pan, que tem personalidade paradoxal, em razão de ao mesmo tempo exercer papéis criativos, desestabilizadores e destrutivos no ambiente e nas sociedades humanas (Cavalcanti, 2015; Figueiredo *et al.,* 2017).

Em decorrência da dinâmica dos ciclos adaptativos, as escalas maiores passam por mudanças de maneira mais lenta e, consequentemente, acumulam ativos que podem ser liberados ("lembrança") como uma forma de colaborar com a continuidade ou reorganização dos ciclos de escalas menores que, diante de mudanças constantes, sofrem um colapso ("revolta") (Buschbacher, 2014). Sendo assim, a panarquia expressa a complexidade de interações que atravessam os ciclos adaptativos num movimento de criação (aprendizagem) e conservação (continuidade). Em outras palavras, "[...] o sistema socioecológico pode estar produzindo novos experimentos, inovações e soluções ao mesmo tempo em que está preservando e acumulando memórias" (Krasny e Tidball, 2015 *apud* Figueiredo *et al.,* 2017).

Figura 6. Ciclos Adaptativos e suas relações através das escalas (panarquia), as fases do Ciclo (k, Ω e α) e as relações entre eles (*revolt* e *remember*) são indicadas



Fonte: Folke (2006).

Na literatura sobre resiliência socioecológica, "adaptabilidade" é a capacidade dos atores de um sistema socioecológico de gerenciar a resiliência diante da incerteza e da surpresa. Implica permanecer e desenvolver-se dentro do atual cenário (atrator) do sistema socioecológico. Em contraste, "transformabilidade" é a capacidade de criar um sistema fundamentalmente novo quando as condições ecológicas, econômicas ou sociais (incluindo políticas) tornam o sistema existente insustentável. Transformabilidade significa criar e definir um novo atrator que

direcione o desenvolvimento do sistema socioecológico, introduzindo novos componentes e formas de ganhar a vida, alterando, assim, as variáveis de estado, e muitas vezes as escalas dos ciclos-chave, que definem o sistema (Walker *et al*., 2004).

Vale frisar que, mesmo sendo inerente a um sistema panárquico a capacidade de ser simultaneamente conservador e criativo, o sistema humano, apresenta, segundo Holling (2001) *apud* Cavalcanti (2015, p. 47-48), ao menos três características peculiares que alteram o sistema do qual fazem parte: (i) Previsão e intencionalidade; (ii) Comunicação e (iii) Tecnologia. A previsão e intencionalidade podem reduzir ou mesmo eliminar o comportamento caótico do sistema. As previsões sobre a iminência de crises econômicas e colapsos causados pela escassez de recursos, por exemplo, são importantes nos debates sobre sustentabilidade.

A resiliência socioecológica é, portanto, um promissor constructo teórico capaz de adentrar na leitura de SSE como Sistemas Adaptativos Complexos (CAS) os quais suscitam uma nova forma de conceber o mundo. De acordo com Biggs *et al*. (2012), é importante frisar que entender o SES como CAS não influencia diretamente a resiliência do SSE, mas afeta a escolha das abordagens de gestão. É igualmente importante frisar também que embora haja distintos CAS, os mesmos possuem muitas similaridades:

> [...] são denominados de complexos por estarem além da capacidade descritiva da forma de conceber a ciência nos moldes reducionistas da concepção positivista da produção do conhecimento. São adaptativos por sua capacidade de se adaptar a novas condições que lhes são impostas pelo seu ambiente. [...] Nesses sistemas o todo é maior que a soma das partes; são marcados pela incerteza e imprevisibilidade; se constituem por componentes que mantêm similaridades dentro da diversidade; **apresentam capacidade em evoluir, adaptar-se e aprender de acordo com as necessidades de mudanças nas características de seu ambiente e são marcados pela inexistência de uma coordenação global, absoluta, efetiva e duradoura**, embora vários mecanismos de coordenação mais fraca possam estar presentes (MAC, 1999 *apud* Andrade, 2011, P.35-36, grifo nosso).

Sendo assim, depreende-se que a resiliência é uma boa heurística para pensar o meio ambiente e a sociedade desde uma consideração simultânea de equilíbrio dinâmico, entretanto, a mesma apresenta alguns desafios como os relativos à sua medição, por vezes, tarefa obscura e relativa por estar relacionada à percepção e interesses de diferentes grupos; e ao fato que o resiliente hoje pode não o ser amanhã; ao entendimento que a resiliência é uma atitude antes que um estado, uma forma processual antes que um conteúdo e uma maneira de modelar a dinâmica inerente a um sistema, somente entendível a partir do protagonismo humano correspondente (Reyes e Ballesteros, 2011).

Lindoso (2013), em tese premiada na área de Ciências Ambientais, discorre sobre vantagens e potencialidades do uso da teoria da resiliência aplicada a SSE a começar pela afirmação que

“não é mais possível ignorar que a resiliência como metáfora tem grande inserção política e científica, mesmo que sua abordagem aparentemente seja de difícil operacionalização” (Lindoso, 2013, p.65). Considerando que tais vantagens e potencialidades já são bem documentadas na literatura pertinente, serão destacados alguns desafios levantados pelo autor, que envolvem: (i) Alto custo científico das pesquisas devido ao robusto poder explicativo que as mesmas implicam o que limita, por vezes, seu desenvolvimento e uso político; (ii) O forte viés matemático presente nos modelos teóricos torna a pesquisa hermética para leigos, tomadores de decisão e cientistas pouco familiarizados com a linguagem; (iii) A ênfase em processos faz com que trabalhos empíricos sobre resiliência esbarram em limitações experimentais decorrentes do grande esforço metodológico empreendido e do fato que muitos processos socioecológicos só serem possíveis de serem identificados após anos ou décadas de observação, ou seja, de análises *ex-post*; (iv) O caráter subjetivo na análise de *thresholds sociais* agrega grande complexidade à análise; (v) Os aspectos subjetivos inerentes à natureza humana são imprevisíveis e não passíveis de controle; (vi) O caráter de neutralidade (amoral) subjacente à teoria da resiliência socioecológica, mesmo as escolhas sociais sendo políticas e (vii) Ao fato da teoria da resiliência aceitar, em princípio, perdas e danos em escalas inferiores em prol da sustentabilidade de escalas superiores o que pode acarretar na marginalização política de alguns grupos.

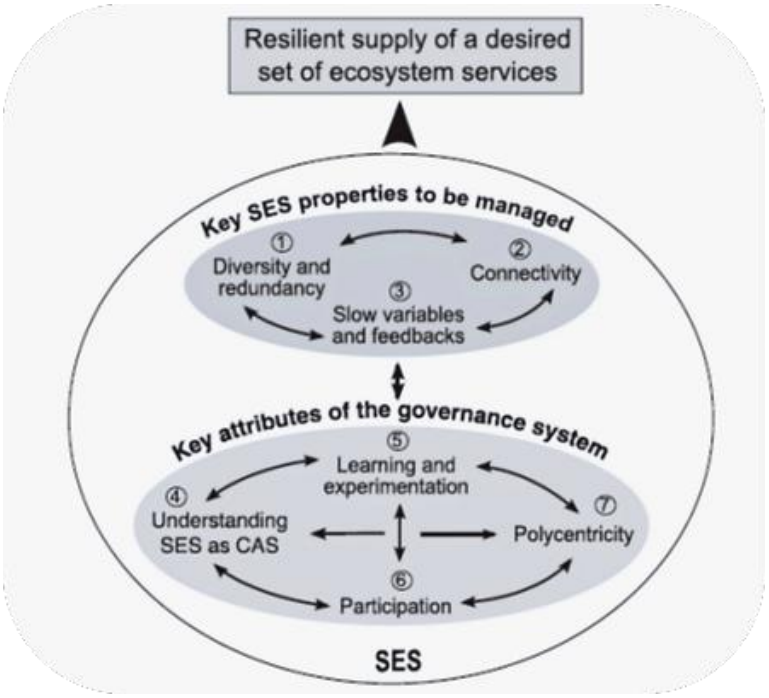
Contudo, tais desafios não são considerados como impeditivo para as pesquisas em resiliência socioecológica. Eles foram contornados, em parte, na presente pesquisa, a partir de uma abordagem qualitativa com enfoque êmico, apoiado na literatura pertinente e reconhecedora das limitações metodológicas impostas pela própria área de pesquisa e pelas peculiaridades da pesquisa. Haja vista as relevantes indicações do desdobramento desta nova visão para a gestão de sistemas por ser mais vantajoso e prudente pautar a gestão em capacidades de lidar com possíveis mudanças do que em alcançar e manter determinado estado rumo a trajetórias fixas (Buschbacher, 2014).

Dito de outra forma, a resiliência de um sistema socioecológico deve ser entendida como a capacidade para enfrentar mudanças, pois é fato que elas existem ou surgirão, pois são inevitáveis (Reyes e Ballesteros, 2011). Por conseguinte, considerações sobre políticas para aumentar a resiliência destes sistemas que sustentam o bem-estar social e econômico, é interesse político substancial, e requer uma especificação clara sobre o que é desejado para ser resiliente e para quê ("resiliência do que e para quê"). Todo SSE produz sinergicamente uma variedade de serviços ambientais em seu processo de panarquia, contudo, é inalcançável o resultado de aumento simultâneo de todos os serviços, visto que: existem muitos resultados desejados do

SSE (ex.: direitos humanos e democracia); as decisões sobre qual (s) serviço (s) manter são inerentemente políticas e mudam de acordo com valores e preferências sociais e *trade-offs* inevitáveis entre metas sociais divergentes e mutáveis; requerem a resolução de dilemas de ação coletiva e conflitos intergrupais num processo que vem repleto de desigualdades (Biggs *et al*., 2012).

Desponta, então, o questionamento: "*Quais são as características de um sistema que contribuem para sua capacidade adaptativa ou resiliência geral?"*. A resposta é que não existe um conjunto definitivo de princípios de reforço da resiliência ou uma compreensão sintética de onde e quando se aplicam. A despeito disto, e reconhecendo que a tomada de decisão é complexa, por envolver aspectos sociais, institucionais e políticos, Biggs *et al.* (2012) propuseram um conjunto de princípios genéricos para aumentar a resiliência, organizando-os de acordo com as **propriedades e processos de sistemas socioecológicos genéricos** e com a **forma como o sistema socioecológico é governado** (Figura 7).

Figura 7. Os sete princípios agrupados naqueles que se relacionam às propriedades do SSE genérico a serem gerenciadas e aquelas que se relacionam às propriedades chave da governança de SES



Fonte: Biggs *et al.* (2012).

Assim, os autores, distinguem o "sistema a ser governado" e o "sistema de governança". Os princípios são, respectivamente (Quadro 2):

Quadro 2- Conjunto de princípios genéricos para aumentar a resiliência

SISTEMA GOVERNADO	
PRINCIPÍO	**DESCRIÇÃO**
1	Manter a diversidade e redundância
2	Gerenciar a conectividade
3	Gerenciar variáveis lentas e feedbacks
SISTEMA DE GOVERNANÇA	
4	Promover uma compreensão de SES como Sistemas Adaptativos Complexos (*Complex Adaptive Systems* - CAS)
5	Estimular a aprendizagem e a experimentação
6	Ampliar a participação
7	Promover sistemas de governança policêntricos

Fonte: Elaborado a partir de Biggs *et al.* (2012).

Vale salientar que mesmo havendo uma apresentação individual para cada princípio, eles são, na prática, altamente interconectados e interdependentes, embora ainda careçam de apurada compreensão a este respeito e de evidências empíricas que os apoiem individualmente. Ademais, há uma lacuna no conhecimento, sobretudo por os princípios serem interdependentes e emergentes, sobre como operacionalizá-los e aplicá-los em diferentes contextos sem, contudo, cair na armadilha da generalização. Pois, a ciência da resiliência até hoje tem sido incrivelmente geral ou muito específica, é necessário buscar um meio termo, isto é, uma compreensão sensível ao contexto, mas não inteiramente dependente do mesmo. Uma descrição destes sete princípios pode ser conferida no Quadro 3, o qual representa uma tentativa de sintetizar as discussões empreendidas por Biggs *et al.* (2012)

Quadro 3 - Síntese dos sete princípios para aumentar a resiliência

P	DEFINIÇÃO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	COMO PODE AUMENTAR A RESILIÊNCIA?	COMO PODE COMPROMETER A RESILIÊNCIA?
1	Importantes elementos do sistema que podem exibir diversidade incluem genes, espécies, manchas de paisagem, grupos culturais,	Não se refere simplesmente à variedade, mas inclui três componentes inter-relacionados e distintos: **variedade** (quantos	Fornecendo **opções para responder à mudança e perturbação**, principalmente através da	Baixos níveis de diversidade e/ou redundância e níveis muito altos de diversidade e/ ou

	estratégias de subsistência e instituições de governança. A redundância é essencialmente o oposto da disparidade e fornece um 'seguro' para o fornecimento de serviços ecológicos, permitindo que alguns elementos do sistema compensem a perda ou falha de outros	elementos diferentes), **equilíbrio** (quantos de cada elemento) e **disparidade** (quão diferentes os elementos são uns dos outros)	diversidade de respostas e redundância funcional	redundância, pois a longo prazo são caras no sentido de que reduzem a eficiência do sistema e aumentam a possibilidade de estagnação (ex.: a diversidade de interesses, preferências e impactos esperados das mudanças climáticas e capacidade de resposta entre as nações)
2	A maneira e a extensão pela qual os recursos, espécies ou atores sociais se dispersam, migram ou interagem através de 'paisagens' ecológicas e sociais	As paisagens podem consistir em componentes, como manchas, habitats ou agrupamentos sociais. **Esses componentes são chamados de 'nós' e as conexões entre eles de 'links'**. A conectividade não é uma propriedade constante, pois a força e a estrutura dos links podem variar com o tempo, por exemplo	A conectividade em SSEs facilita a troca de material ou informação necessária para o funcionamento de processos ecológicos e sociais e recuperação de componentes do SSE com problemas (ex.: a conectividade em redes sociais pode facilitar a resiliência de SSEs por meio de oportunidades de governança aprimoradas)	Os sistemas fortemente conectados podem ser menos resistentes a perturbações (ex.: surtos de pragas, epidemias de doenças, invasão de espécies exóticas, crises financeiras como a propagação global da recessão de 2008)
3	Em um SSE as variáveis mudam e interagem em uma gama de escalas de tempo	As variáveis lentas determinam a estrutura subjacente do SSE, enquanto a dinâmica do sistema normalmente surge de interações e *feedbacks* entre variáveis rápidas que respondem às condições criadas pelas variáveis lentas	Mudanças em variáveis lentas e *feedbacks* podem levar a mudanças não lineares ou mudanças de regime no SSE se certos limites forem excedidos. Logo, fortalecer os *feedbacks* estabilizadores em um sistema pode ajudar a manter um regime particular do SSE e serviços ecológicos associado em face de tensões externas. Contudo, se o regime for negativo deve-se interromper ou enfraquecer os feedbacks	Ausência de informações de monitoramento sobre mudanças em variáveis lentas e feedbacks. E nos casos que há o monitoramento pode não haver, por diversos motivos, a ação apropriada
4	É um modelo mental particular, ou estrutura cognitiva, usado para interpretar e compreender o mundo e decidir sobre as ações apropriadas	Se refere a um **entendimento e apreciação entre cientistas e gestores** das propriedades do CAS e suas implicações para o gerenciamento do SSE	Fomentar uma compreensão do SSE como CAS entre os atores envolvidos na gestão. **Gerenciar de forma adaptativa a incerteza, perturbação e surpresa em vez de tentar eliminá-las**	Entendimentos equivocados sobre complexidade
5	Processo de modificar conhecimentos, comportamentos,	A aprendizagem é um processo intrinsecamente individual, mas também	A necessidade de aprendizagem baseia-se nos pressupostos de que **o**	Desconhecimento sobre que **tipo de aprendizado é mais apropriado** e em

	habilidades, valores ou preferências existentes ou adquirir novos	pode situar-se em grupos, organizações ou comunidades de prática mais amplos, onde é referido como **aprendizagem social** a qual ocorre por meio de interações sociais intencionais, facilitadas ou emergentes. **A participação é, portanto, um facilitador-chave da aprendizagem social**	**conhecimento é sempre incompleto e que a incerteza, a mudança e a surpresa são inevitáveis** em SSEs complexos	que condições. E **assimetrias de poder** em diferentes âmbitos
6	Envolvimento ativo das partes interessadas relevantes no processo de gestão e governança	A **participação pode variar** desde simplesmente **informar as partes interessadas** até a **devolução completa do poder** e pode ocorrer em diferentes estágios de um processo de gestão	A participação de uma **diversidade de partes interessadas na gestão do SSE é sugerida** para melhorar a legitimidade, facilitar o monitoramento e aplicabilidade, promover a compreensão da dinâmica do sistema e melhorar a capacidade de um sistema de gestão para detectar e interpretar choques e perturbações	Embora amplas evidências sugiram que a participação pode contribuir para aumentar a resiliência do SSE, **isso não ocorrerá em todos os casos, pois depende dos participantes, do processo e do ambiente social**
7	Governança é definida como o exercício de deliberação e tomada de decisão entre grupos de pessoas que têm várias fontes de autoridade para agir	A **governança pode ser praticada por meio de uma variedade de formas organizacionais** (departamento burocrático, conselho de bacias hidrográficas, organização sem fins lucrativos, etc.). **Um dos princípios-chave da policentricidade é combinar os níveis de governança com a escala do problema**	**Estruturas policêntricas conferem modularidade e redundância funcional** que podem preservar os principais elementos do SSE em face de distúrbios e mudanças, bem como favorecem a aprendizagem e experimentação	A governança policêntrica levanta **três desafios principais**: incompatibilidade de escala; negociar *trade-offs* entre vários usuários e o processo de resolução de conflitos e tomada de decisões coletivas sobre como alocar os *trade-offs*

Fonte: Elaborado a partir de Biggs *et al*. (2012).

2.3 Gestão e governança de recursos naturais

As discussões sobre governança provêm de diferentes contextos históricos e permeiam diferentes áreas do conhecimento como ciências políticas, administração pública, economia, bem como áreas ligadas à gestão de recursos naturais. Desta forma existem diversas definições para o termo governança (*governance*) (vide Tabela 2) o qual surgiu no debate público internacional através de estudos encabeçados pelo Banco Mundial para responder à necessidade

de ampliar e aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente (Cavalcanti, 2015; Burgos, 2019).

Tabela 2- Definições de governança

Definição	Autores/ano
Governança alude às interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como os cidadãos ou outras partes interessadas podem opinar	Institute on Governance, 2003
Governança se refere às interações públicas e privadas empreendidas para resolver os desafios sociais, e as instituições e princípios que mediam essas interações	Armitage et al., 2009
Governança é definida como a determinação consciente da ação através do uso de várias formas de poder que tem a ver com quem decide, como essas decisões são tomadas e quem é (ou deveria ser) responsabilizado por elas	Borrini-Feyerabend & Hill, 2015
Governança são as regras formais e informais, os sistemas de criação de regras e as redes de atores em todos os níveis (local, regional, global) que influenciam como as sociedades identificam, projetam e implementam ações de conservação	Alexander et al., 2016

Fonte: Burgos (2019).

É importante mencionar também que a Governança, refere-se:

> [...] à estrutura de sistemas sociais e econômicos e estruturas legais e políticas através das quais a costa é administrada. Grande parte dessa discussão está relacionada às instituições. Por 'instituições' entendemos as regras humanizadas que estruturam a interação humana. As instituições são, portanto, constituídas por restrições formais (regras, leis, constituições), restrições informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta autoimpostos) e suas características de aplicação [...]. As instituições são 'o conjunto de regras realmente usadas (as regras de trabalho ou regras em uso) por um conjunto de indivíduos para organizar atividades repetitivas que produzem resultados que afetam esses indivíduos e potencialmente afetam outros' [...]. As instituições incluem direitos de propriedade, bem como estruturas legislativas, organizações governamentais e não governamentais (ONGs) e ações coletivas menos formais (Brown *et al*., 2002, p.23, tradução nossa).

Nesta direção, os referidos autores esclarecem que é fundamental conhecer a ação coletiva para uma adequada gestão sustentável dos recursos integrando as dimensões social, econômica e ecológica e ainda que frequentemente é necessário reformas nas instituições de gestão em vários níveis.

A utilização da resiliência nas iniciativas de conservação tem despertado cada vez mais interesse entre cientistas, governos e gestores de recursos naturais por representar uma

alternativa para fazer com que o sistema socioecológico se transforme para um estado mais desejável ou para evitar que se mova para um estado indesejável. Sendo assim, um dos elementos "manejáveis" que podem contribuir para proporcionar uma maior capacidade de resiliência socioecológica e uma “boa governança” nos SSE pode ser reforçar a robustez da rede de governança ou contar com sistemas de governança robustos (Burgos, 2019).

De acordo com Biggs *et al*. (2012), inserir adequadamente a complexidade no debate de gestão de recursos naturais é um desafio-chave, posto que a complexidade pode ser entendida de diversas formas, algumas das quais não refletem uma apreciação das propriedades fundamentais dos CAS:

> [...], por exemplo, complexidade às vezes é considerada como significando todas as dimensões de um sistema que ainda não foram compreendidas. Ver a complexidade simplesmente como o desconhecido tende a sobrecarregar os gerentes e levar ao impasse e à estagnação. Quando combinadas com visões mais tradicionais sobre a necessidade de reduzir a incerteza antes de agir, tais interpretações podem levar os gestores a investir pesadamente no monitoramento e coleta de dados, ao invés de encorajar o uso de abordagens adaptativas que permitem a incerteza (p.5).

Contudo, ainda faltam mais evidências para afirmar até que ponto a compreensão dos CAS pode influenciar a motivação para gestores se engajarem em abordagens de aprendizagem adaptativa. O observável, na prática, é que uma compreensão do SES como CAS tende a emergir e ser reforçada por abordagens focadas na aprendizagem, como o gerenciamento adaptativo. Essa aprendizagem pode ocorrer em diferentes níveis: a de ciclo único compreende uma mudança nas habilidades, práticas ou ações para atender às metas e expectativas existentes; a de ciclo duplo questiona ativamente as suposições que fundamentam a ação, perguntando: *estamos fazendo as coisas certas?* a de ciclo triplo envolve um questionamento mais profundo dos valores e normas que fundamentam as instituições e ações, perguntando: *como sabemos qual é a coisa certa a fazer?* A aprendizagem de ciclo triplo pode resultar na reestruturação de crenças e valores, transformações subjacentes em visões de mundo e pode provocar mudanças na governança de ecossistemas e abordagens de gestão (Biggs *et al*., 2012).

Estimular a capacidade adaptativa através da aprendizagem é essencial, pois as teorias e abordagens do meio ambiente e da gestão de recursos têm, em grande medida, focado em questões ou recursos únicos sob uma perspectiva de estado estacionário, interpretando a mudança como gradual e incremental e desconsiderando as interações entre escalas. Essas abordagens parciais não têm se mostrado úteis na conjuntura atual, principalmente, diante da necessidade de garantir a capacidade de sustentação dos ecossistemas frente à mudança (Folke

et al., 2005). Essa capacidade adaptativa é um componente importante da resiliência em sistemas socioecológicos e tem implicações na gestão e governança dos mesmos:

> **Gestão adaptativa** é frequentemente apresentada como uma abordagem mais realista e promissora para lidar com a complexidade do ecossistema do que a gestão para uso otimizado e controle de recursos [...] o conceito de **governança adaptativa** expandi o foco da gestão adaptativa de ecossistemas e aborda os contextos sociais mais amplos que permitem a gestão baseada em ecossistemas. Por governança, queremos dizer criar as condições para uma regra ordenada e ação coletiva ou instituições de coordenação social. **Governança são as estruturas e processos pelos quais as pessoas nas sociedades tomam decisões e compartilham o poder**. Defendendo uma abordagem ecossistêmica adaptativa, Boyle et al. (2001) sugerem uma tríade de atividades, em que **governança é o processo de resolver trade-offs e de fornecer uma visão e direção para a sustentabilidade, a gestão é a operacionalização dessa visão e o monitoramento fornece feedback e sintetiza as observações para uma narrativa de como a situação surgiu e pode se desenvolver no futuro** (Folke *et al.* 2005, p.444, grifos e tradução nossos).

Cabe ressaltar, então, que gestão e governança não são fenômenos iguais, mas estão intimamente relacionados. Para Biggs *et al.* (2012), governança é entendida como o processo social e político de definição de metas para a gestão de SES e resolução de *trade-offs*; e gestão é definida como as ações realizadas para atingir esses objetivos e inclui monitoramento e implementação.

Logo, a gestão se concentra mais em decisões operacionais, resultados específicos, prazos mais curtos e aspectos técnicos ao passo que a governança se concentra em um escopo mais amplo, multidimensional e de longo prazo. Dessa forma, "a governança considera e fornece o contexto que permite a gestão, pois molda e influencia as respostas de manejo, e desempenha um papel fundamental em traduzi-las em resultados de conservação" (Burgos, 2019, p.31). Neste direcionamento, as condições de governabilidade são um elemento-chave nos estudos de governança. E por governabilidade entende-se a capacidade de um sistema socialmente construído governar um sistema complexo (Silva, 2019).

Existem muitas formas e modos de governança que vão desde a autogovernança local, de baixo para cima, até a governança hierárquica, de cima pra baixo (Silva, 2019). No que concerne à gestão de ecossistemas, houve um progresso substancial na compreensão de fontes sociais de resiliência, as quais envolvem o capital social (incluindo confiança e redes sociais) e memória social (incluindo experiência para lidar com a mudança). Este conjunto de esforços está sendo referenciado como "governança adaptativa", um modelo de governança mais flexível que reconhece em sua formulação o ambiente como realidade instável e imprevisível, que estimula o aprendizado e ajustes coordenados em diferentes escalas espaciais, níveis de tomada de decisão e horizontes temporais (Folke *et al*., 2005; Lindoso, 2013; Burgos, 2019).

A Resilience Alliance, uma rede internacional referência em pesquisa na área de resiliência socioecológica, pontua o seguinte sobre a governança adaptativa:

> Abordagens de governança adaptativa reconhecem interações em escala cruzada e promovem interações entre níveis organizacionais. A sociedade é composta por uma miríade de regras, algumas formais, outras informais [...] Juntas, essas instituições interagem formando o sistema de governança que orienta como a sociedade funciona e toma decisões. A **governança adaptativa** é uma forma particular de governança que enfatiza a capacidade de se adaptar às mudanças nas relações entre a sociedade e os ecossistemas [...] As **características da governança adaptativa** incluem experimentação; novas políticas de gestão de ecossistemas; novas abordagens para cooperação e relacionamentos dentro e entre agências e partes interessadas; novas maneiras de promover a flexibilidade; e novos arranjos institucionais e organizacionais. **Os sistemas de governança adaptáveis podem aumentar a resiliência geral ao encorajar flexibilidade, inclusão, diversidade e inovação** (Resilience Alliance, 2010, p. 8, tradução e grifos nossos).

O termo "governança" se tornou uma palavra-chave para várias alternativas ao controle governamental convencional de cima para baixo, pois suscita colaboração, parceria, redes, legitimidade e responsabilidades, além de representar uma solução do trilema caracterizado por tensões entre eficácia, participação e legitimidade. As fontes sociais de resiliência que estimulam e permitem uma cogestão adaptativa sustentadora da governança adaptativa podem ser sintetizadas em quatro pontos: aprender a conviver com mudanças e incertezas; combinando diferentes tipos de conhecimento para a aprendizagem; criar oportunidade para auto-organização em direção à resiliência socioecológica e nutrir fontes de resiliência para renovação e reorganização (Folke *et al.,* 2005).

Chaffin *et al.* (2016) reconhecem as contribuições da governança adaptativa e apresentam uma nova abordagem denominada "governança transformadora". O ponto central que distingue as duas propostas é que a primeira tem o objetivo de construir resiliência e permitir a gestão adaptativa em um regime SES desejável; já a governança transformadora busca mudar ativamente um SES para uma alternativa de regime inerentemente mais desejável, alterando as estruturas e processos que definem o sistema.

Vislumbra-se, então, a diversidade de frentes de pesquisa sobre resiliência socioecológica as quais têm fronteiras difusas e pouco rígidas, como a gestão ambiental adaptativa; a gestão dos recursos de uso comum; a tomada de decisão (Lindoso, 2013) e mais recentemente a governança transformadora (Chaffin *et al*., 2016). É, pois, um dos objetivos da presente pesquisa, investigar quais abordagens são mais aderentes aos objetivos de conservação em unidades de conservação de uso sustentável, especialmente em APAs.

3. METODOLOGIA

Nesse capítulo apresentaremos o lócus, orientação metodológica, procedimentos de coleta e análise de dados e as etapas da pesquisa.

3.1 Lócus da pesquisa

Os espaços territoriais especialmente protegidos (ETEPs) devem ser compreendidos em seu sentido amplo e em seu sentido estrito:

> [...] **parece-nos possível e didático sustentar que no conceito de espaços territoriais especialmente protegidos, em sentido estrito (*stricto sensu*), tal qual enunciado da Constituição Federal, se subsumem apenas as Unidades de Conservação típicas**, isto é, previstas expressamente na Lei 9.985/2000, e, por igual, aquelas áreas que, embora expressamente arroladas, apresentam características que se amoldam ao conceito de enunciado no art. 2°, I, da referida Lei 9.985/2000. (...) Por outro lado, constituiriam espaços territoriais especialmente protegidos, em sentido amplo (*lato sensu*), as demais áreas protegidas, como por exemplo, as Áreas de Preservação Permanente e as Reservas Florestais Legais (disciplinadas pela Lei 4.771/1965 – Lei Florestal), e as Áreas de Proteção Especial (previstas na Lei 6.766/1979 – Parcelamento do Solo Urbano), que tenham fundamento e finalidade próprias e distintas das Unidades de Conservação (Milaré, 2009, p.166, grifos nossos).

Como explicitado, na definição dos ETEPs *stricto sensu*, enquadram-se as Unidades de Conservação no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC- Lei Federal n° 9.985/2000). O SNUC categoriza as UCS em dois grandes grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável.

As UCs denominadas como Área de Proteção Ambiental (APA) pertencem ao grupo Uso Sustentável, o qual reúne UCs cujo objetivo básico é "compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais" (BRASIL, 2000, p. 4), pode ser instituída pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal e são definidas como:

> Área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, Lei 9.985/2000, art. 15º).

A categoria APA já era prevista pela Lei 6.902 de 27 de Abril de 1981(Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências), tendo sido ainda melhor conceituada na portaria CONAMA nº 010 em 1988 (Dispõe sobre a regulamentação das Áreas de Proteção Ambiental - APAs). O objetivo principal da criação da

categoria APA foi oportunizar espaços que propiciassem a conservação da biodiversidade sem a necessidade de desapropriação e compra de terras privadas para criação de UCs (Andrade, 2007).

No estado de Pernambuco a mais recente APA a integrar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC (Lei Estadual nº 13.787/2009) foi APA Aldeia Beberibe (Figura 8), instituída através do Decreto Nº 34.692 de 17 de março de 2010. A referida APA está localizada na porção noroeste da Região Metropolitana do Recife (RMR) e compreende parte dos municípios de Abreu e Lima (69%), Araçoiaba (29%), Camaragibe (47%), Igarassu (23%), Recife (23%), Paulista (22%), Paudalho (10%) e São Lourenço da Mata (3%), totalizando uma área de aproximadamente 31.697ha e população estimada de 56.900 habitantes (SECTMA, 2012). Sendo Paudalho, o único município que não integra a RMR.

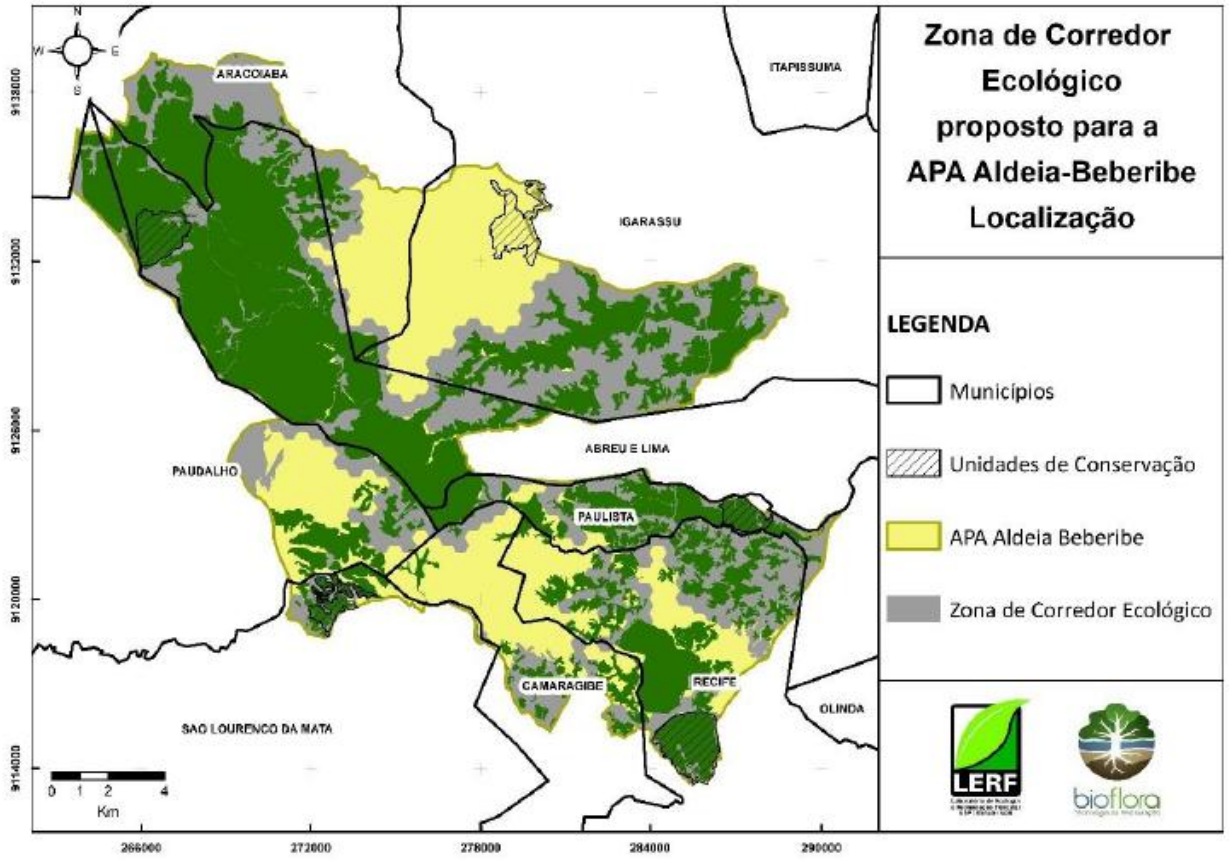
A APA em questão teve seu plano de manejo aprovado em 2012 e conta com um conselho gestor criado pela Portaria CPRH nº 43/2012 (DOE 26.06.12), o qual se reúne periodicamente para discutir assuntos pertinentes à gestão deste território. É composto por membros da sociedade civil, que inclui representantes de dezoito instituições, e de órgãos governamentais, doze instituições, incluindo as oito prefeituras presentes no território (NBL ENGENHARIA AMBIENTAL, 2018b).

É importante ressaltar que esta APA é uma das cinco, dentre as dezoito existentes em PE, que está inserida no bioma Mata Atlântica, comportando uma elevada importância socioambiental haja vista sua expressiva biodiversidade, sua oferta de serviços ambientais, especialmente os relacionados aos recursos hídricos, e o quantitativo de UCs que abrange.

Na esfera estadual abrange cinco UCs de Proteção Integral[16]: a Estação Ecológica de Caetés (Paulista), o Parque Estadual de Dois Irmãos (Recife), os Refúgios da Vida Silvestre Mata de Miritiba (Abreu e Lima), Mata de Quizanga (São Lourenço da Mata) e a Mata da Usina São José (Igarassu). E na esfera municipal abrange três UCs localizadas em Recife, mas que ainda não estão devidamente categorizadas nos termos da lei estadual ou federal: UCN Dois Irmãos (sobreposta ao Parque Estadual de Dois Irmãos- Decreto Municipal nº 23.807/2008); a UCN Beberibe (Decreto Municipal nº 23.804/2008) e a UCN do Rio Capibaribe (restrita à lâmina de água do curso hídrico- Decreto Municipal nº 23.809/2008) (NBL Engenharia Ambiental, 2017).

[16] A Usina Petribú, proprietária da área onde se localiza a RVS Mata de Quizanga, tem uma proposta em tramitação para recategorizar a referida UC como RPPN e aumentar em três vezes a área em relação à atualmente existente.

Figura 8. Área da APA Aldeia Beberibe (em amarelo) sobreposta por remanescentes florestais (em verde), a zona de corredor ecológico (em cinza) e as UCs (em hachurado)



Fonte: NBL Engenharia Ambiental (2018c).

O SNUC, assim como o SEUC, estabelece que havendo "um conjunto de unidades, de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e de outras áreas protegidas públicas ou privadas" a gestão seja feita de forma integrada, buscando o desenvolvimento sustentável do território. Para isso estabeleceu a figura do "mosaico de unidades de conservação" como forma de viabilizar a gestão dessas unidades.

Neste sentido, o governo do estado deverá envidar esforços para viabilizar a instituição de um mosaico, com vistas a integrar a gestão de todas as áreas protegidas da região, devendo ser observadas algumas diretrizes, das quais destacamos as seguintes (SECTMA, 2009, p.13): Adoção do Planejamento Participativo para uma atuação embasada em decisões colegiadas; Articulação das instituições e das políticas públicas, envolvendo as diversas esferas e níveis de governo; Execução de Ações Integradas / Integração com os Planos e Projetos existentes para a região; Descentralização de ações com a capacitação dos órgãos executores; Conscientização e mobilização dos atores sociais.

Contudo, na prática, as ações executadas até então não são suficientes para concretizar tal fim[17]. Em 2019, em decorrência dos estudos realizados no projeto "Execução dos serviços de mapeamento e elaboração de estratégia de implantação dos corredores ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe- PE", o governo do estado promulgou o Decreto nº 47.556 de 5 de junho de 2019 e o Decreto nº 48.638 de 6 de fevereiro de 2020 alterando o Decreto nº 34.692, de 17 de março de 2010 a fim de institucionalizar o corredor ecológico na APA Aldeia Beberibe.

O Decreto nº 47.556 de 5 de junho de 2019 inclui as RVS Mata de Miritiba, Mata da Usina São José e Mata de Quizanga na APA Aldeia Beberibe, institui a Zona de Corredor Ecológico demarcando suas funções, limites e principais estratégias para implantação; assim como inclui a referida APA no Cadastro Estadual de Áreas Prioritárias para PSA como área prioritária para implantação de projetos de pagamento por serviços ambientais no bioma Mata Atlântica para o estado de Pernambuco, nos termos da Lei nº 15.809, 17 de maio de 2016 (Art. 8º-B) e como área prioritária para compensação de reserva legal no bioma Mata Atlântica para o estado de Pernambuco, nos termos do § 6º e § 7º do artigo 66 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Art. 8º-C).

Já o Decreto nº 48.638 de 6 de fevereiro de 2020 ressalta a delimitação geográfica do corredor "desde que incorporado o conjunto de diretrizes, programas e atividades previstos no Plano de Manejo aprovado" e assevera que "a compatibilização de seu espaço territorial com projetos estruturadores para o Estado, como o do Arco Metropolitano, que visam assegurar a melhoria na qualidade de vida dos pernambucanos, conforme o disposto no art. 225 da Constituição Federal."

A iniciativa de constituição de um corredor ecológico na APA Aldeia Beberibe mostra-se pertinente visto que os corredores ecológicos são, de acordo com o MMA (2016), uma estratégia relativamente nova de conservação da biodiversidade consubstanciando-se como elemento de desenvolvimento territorial sustentável, promovendo ao mesmo tempo a conservação de áreas protegidas e unidades de conservação e qualificação e valorização da relação dessas áreas com outras áreas contíguas que contêm ou preveem o papel de setores produtivos como agropecuária, transportes, energia, indústria, entre outros. Entendimento este

[17] Esta questão ficou evidente quando da execução do estudo "Execução dos serviços de mapeamento e elaboração de estratégia de implantação dos corredores ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe- PE". Neste sentido, o Fórum Socioambiental de Aldeia, ONG atuante na APA, fez uma proposta para viabilização do Plano de Manejo da área haja vista que a referida ONG não via a efetivação do mesmo. Contudo, não tivemos acesso à proposta. As insatisfações do Fórum também podem ser conferidas em: <http://meioambiente.recife.pe.gov.br/noticias/corredores-ecologicos-e-protecao-de-mananciais-sao-discutidos>.

já ressaltado por Forman (1995) ao destacar que os corredores ecológicos possuem objetivos sociais, como: coesão cultural e de comunidades, recreação, proteção da biodiversidade, gestão de recursos hídricos e aumento da produtividade agroflorestal.

Sendo assim, a implementação deste corredor na mata atlântica pernambucana é de extrema importância, especialmente pela sua localização numa APA, incrustada dentro da Região Metropolitana do Recife, com possibilidades de uso diverso. Ademais, as reservas e parques em Pernambuco não tem garantido a sustentabilidade dos sistemas naturais, seja pela descontinuidade na manutenção de sua infraestrutura e de seu pessoal, seja por sua concepção em ilhas, ou ainda pelo pequeno envolvimento dos atores residentes no seu interior ou no seu entorno, isto é bem evidente no caso da APA Aldeia de Beberibe.

3.2 Caracterização da pesquisa: métodos e técnicas utilizados

De acordo com Demo (2000), cientista é quem duvida do que vê, se diz, do que parece e quem não acredita poder afirmar algo com certeza absoluta:

> No contexto da unidade de contrários, **o caminho que vai é o mesmo que volta**; **criticar e ser criticado são, essencialmente, o mesmo procedimento metodológico**. Nesse sentido, o conhecimento científico **não produz certezas**, mas fragilidades mais controladas. (Demo, 2000, p. 25, grifo nosso).

A matriz epistemológica da pesquisa foi guiada, inicialmente, pela complexidade. Dizemos inicialmente, pois, concebemos que o método é uma estratégia "para" e "do" pensamento, realizada por um sujeito vivente, capaz de aprender, inventar e criar "em" e "durante" o seu caminho. Desta forma, tanto corroboramos com a reintrodução do sujeito cognoscente em todo o conhecimento, quanto com o caráter vivo de uma pesquisa desta natureza.

3.2.1 Métodos de abordagem

A abordagem da presente pesquisa é acentuadamente qualitativa e parte do entendimento de Método de acordo com a proposta de Morin; Ciurana e Motta (2009), ou seja, como: "disciplina do pensamento", algo que deve ajudar a qualquer um elaborar sua estratégia cognitiva, situando e contextualizando suas informações, conhecimentos e decisões, tornando-se apto para enfrentar o desafio onipresente da complexidade. Logo, o método "só poderá nascer durante a pesquisa, talvez no final possa ser formulado, e até em alguns casos formalizar-se e propor uma nova viagem"

Como forma de realizar o exercício de tornar a complexidade inteligível, no contexto da presente pesquisa, utilizou-se a abordagem dos Sistemas Socioecológicos e os Princípios Metodológicos Orientadores do Pensar Complexo (Morin; Ciurana e Motta, 2009), os quais configuram um "guia" para um "**pensar complexo"**, brevemente sintetizados e descritos a seguir:

1. SISTÊMICO/ORGANIZACIONAL: o todo é mais que a soma das partes e a soma das partes é menor que o todo.

2. HOLOGRAMÁTICO: não só a parte está no todo, mas o todo está na parte.

3. RETROATIVIDADE: rompe com a causalidade linear ao propor que não só a causa age sobre o efeito, mas o efeito também retroage informacionalmente na causa.

4. RECURSIVIDADE: vai além da pura retroatividade, um processo recursivo é aquele cujos produtos são necessários para própria produção do processo, logo, é uma dinâmica auto-organizacional.

5. AUTONOMIA/DEPENDÊNCIA: ligado à ideia de processo auto-eco-organizacional, ou seja, todo sistema para se auto-organizar necessita se abrir para o meio; isto implica que a autonomia envolve várias dependências.

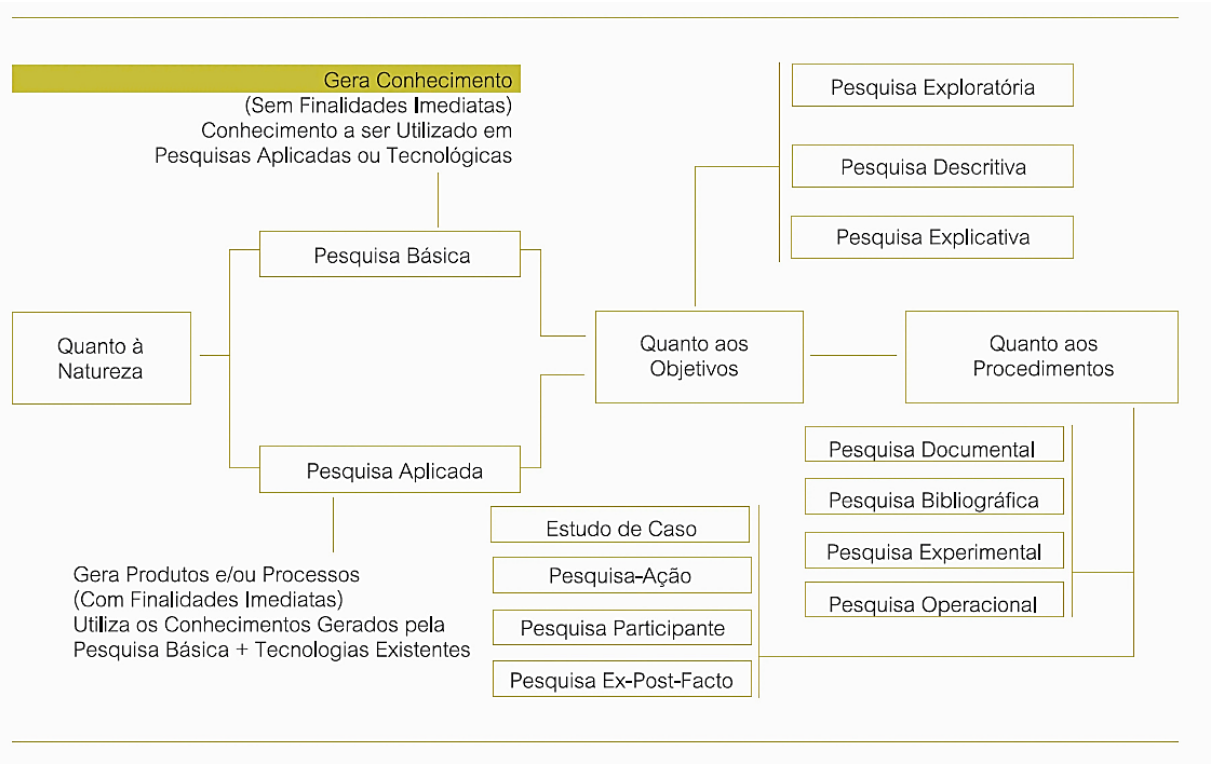
6. DIALÓGICO: num mesmo espaço mental este princípio ajuda a pensar lógicas que se complementam e se excluem. Um exemplo desse princípio reside na impossibilidade de pensar a sociedade reduzindo-a aos indivíduos ou à totalidade social.

7. REINTRODUÇÃO DO SUJEITO COGNOSCENTE EM TODO O CONHECIMENTO: é preciso devolver o papel ativo àquele que havia sido excluído por um objetivismo epistemológico cego.

Na medida do possível, a coleta, sistematização, análise e crítica dos dados da pesquisa, foram orientados a partir destes princípios. Tal escolha metodológica foi realizada, pois, pondera-se que, com isso, o exercício de "apreensão da complexidade do real" tão almejada nas análises sobre resiliência socioecológica, torna-se mais exequível. Enfatiza-se que nenhum tipo

de pesquisa é autossuficiente, logo, existem vários tipos e formas de classificá-las, bem como, é comum mesclar vários tipos de pesquisa, esmiuçando um ou outro (Gil, 2010; Marconi e Lakatos, 2004; Demo, 2000) (Figura 9).

Figura 9. Tipos de pesquisa científica



Fonte: Prodanov (2013).

Diante das especificidades do tema central e das escolhas metodológicas da presente pesquisa, ela é classificada:

- Quanto à sua natureza: Aplicada;
- Quanto aos seus objetivos: Exploratória e Explicativa;
- Quanto aos procedimentos: Estudo de caso; Pesquisa bibliográfica e Pesquisa documental;
- Quanto ao delineamento: Foram utilizados diferentes instrumentos metodológicos a fim de abordar a problemática em questão, a qual requer uma abordagem interdisciplinar, e dar consecução aos objetivos específicos.

3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados

A pesquisa foi estrutura em etapas que combinam diferentes instrumentos e procedimentos metodológicos que favoreceram uma abordagem interdisciplinar e análise da dinâmica de sistemas socioecológicos complexos. Os instrumentos metodológicos utilizados são os tipificados e detalhados.

3.3.1 Pesquisa documental

Assemelha-se à pesquisa bibliográfica diferenciando-se desta, primordialmente, pela **fonte de dados, já que na pesquisa documental há a utilização de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico**, os quais são comumente conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como: associações científicas, associações comunitárias, igrejas, sindicatos, websites, dentre outros. Também são utilizados documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, atas de reuniões, relatórios, regulamentos, ofícios e boletins (Gil, 2010).

Destacamos, dentre os materiais utilizados, os seguintes: (i) Plano de Manejo da APA Aldeia Beberibe; (ii) Relatórios do Projeto de Corredores Ecológicos; (iii) Atas das Reuniões do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe e (iv) Plano de Ação do Conselho Gestor.

No dia 21 de dezembro de 2022, foi protocolado na Ouvidoria da CPRH um pedido de acesso à informação, solicitando todas as Atas das Reuniões do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe. As atas dos anos 2023 e 2024 foram coletadas através das informações recebidas pela presente autora por meio do e-mail criado pela gestão CPRH (cg-apa-aldeia-beberibe@googlegroups.com) e através do site oficial (<https://www2.cprh.pe.gov.br/fauna-e-flora/unidades-de-conservacao/conselhos-gestores/apa-aldeia-beberibe/>). No Quadro 4 estão listadas as Atas que não se pôde encontrar no mencionado domínio eletrônico da CPRH.

Quadro 4 - Atas do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe que não constam no site da CPRH

ANO	TÍTULO DA ATA
2023	Ata da Reunião Extraordinária do Dia 02 de Junho de 2023 do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (*Ata 1 das Sínteses das Reuniões Realizadas em 2023*)
	Ata da Reunião Ordinária do Dia 13 de Dezembro de 2023 do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (*Ata 2 das Sínteses das Reuniões Realizadas*

	em 2023)
2024	Ata da Reunião Ordinária do Dia 15 De Março de 2024 do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (*Ata 1 das Sínteses das Reuniões Realizadas em 2024*)
	Ata da Reunião Extraordinária do Dia 23 de Maio de 2024 do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (*Ata 2 das Sínteses das Reuniões Realizadas em 2024*)
	Ata Ordinária do Dia 04 de Setembro de 2024 do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (*Ata 3 das Sínteses das Reuniões Realizadas em 2024*)

Fonte: Elaboração própria (2024).

De posse de todas as atas (2015 a 2024), foi realizada uma leitura minuciosa e posterior síntese analítica do conteúdo dessas, segundo: (i) Título; (ii) Data; (iii) Local; (iv) Pauta; (v) Participantes-Instituição; (vi) Atividades Realizadas; (vii) Desdobramentos; (viii) Observações e Comentários; (ix) Solicitações e (x) Demandas.

3.3.2 Estudo de caso

Também conhecido como "método monográfico", **tem como princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes.** Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidade etc. Nessa situação, o processo de pesquisa visa a examinar o tema selecionado de modo a observar todos os fatores que o influenciam, analisando-o em todos os seus aspectos (Prodanov, 2013).

3.3.3 Observação participante

A etnografia, também conhecida como observação participante, "pesquisa interpretativa" e "pesquisa hermenêutica" é um instrumento metodológico através do qual podemos observar, com o objetivo de revelar o significado cotidiano das ações, os modos como os grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas. Dessa forma, o intuito é documentar, monitorar e encontrar o significado da ação. Logo, desenvolver um trabalho etnográfico implica em: i) preocupar-se com uma análise holística e ou dialética da cultura; ii) introduzir os atores sociais com uma participação ativa, dinâmica e modificadora das estruturas sociais e iii) preocupa-se em revelar

as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado. Importante pontuar que o "guia" no processo etnográfico é o senso questionador do pesquisador, desta forma as técnicas e procedimentos utilizados nesta abordagem não são rígidos, mas sim, diretamente influenciados pelo trabalho de campo em determinado contexto social (Mattos, 2011).

Utilizamos, na presente pesquisa, mais especificamente, uma aproximação da microanálise etnográfica, pois nela:

> [...] existe uma preocupação com o interesse dos atores sociais na escolha de uma determinada forma de comportamento e qual o significado desta escolha [...] A microanálise etnográfica leva em consideração não somente a comunicação ou interação imediata da cena, como também a relação entre esta interação e o contexto social maior, a sociedade onde este contexto se insere (Mattos, 2011, p. 56).

A microanálise foi realizada na oportunidade de pesquisas acadêmicas, realizadas pela presente autora desde 2012, enfocando a APA Aldeia Beberibe, assim como, na oportunidade de realização de trabalhos acadêmicos-profissional, pois nesse processo foi possível realizar um diagnóstico qualitativo robusto do território, coletar dados primários e secundários, realizar entrevistas com diversos públicos, conhecer os variados contextos, dinâmicas, setores e atores-chave que contribuem ou que podem contribuir para gestão e governança da UC alvo desta pesquisa.

Estas oportunidades contribuíram para um melhor entendimento das dinâmicas e relações presentes na APA Aldeia Beberibe, bem como para uma imersão no território e aproximação com os diversos públicos de interesse. Dentre os públicos, estiveram: Secretarias Municipais (Agricultura; Meio Ambiente; Biodiversidade; Desenvolvimento; Infraestrutura; Desenvolvimento Agrário; Abastecimento; Educação; Turismo; Planejamento e Orçamento Participativo); Gestores Municipais; Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA); Sindicatos; Associações; Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC); Associações Comunitárias e de Moradores; Organizações Não Governamentais (ONG); Escolas; Usinas, Proprietários-chave; Pequenos Agricultores; Condomínios; Comunidade Religiosa; Moradores em geral; Comunidade acadêmica; CPRH; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (ITERPE); Estação Ecológica Caetés (ESEC Caetés); Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA); Viveiros; Associação de Catadores de Material Reciclável (ACADE); Instituto Tecnológico das Cadeias Biossustentáveis (ITCBIO); Conselhos Municipais de Meio Ambiente; Gestores de UCs (Figura 10).

Figura 10. Observação participante realizada na APA Aldeia Beberibe

Legenda: (A): Entrevistas com moradores da Vila Itepepire; (B) Reconhecimento do território da APA Aldeia Beberibe com a Associação de Pitanga II; (C) Reunião com o Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe; (D) Reunião com o Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe.

Fonte: Acervo próprio (2017).

3.3.4 Avaliação da Resiliência (AR)

A Resilience Alliance[18] é uma rede internacional referência em pesquisa, composta por cientistas e profissionais de diferentes áreas que desenvolvem e aplicam o conceito de resiliência. O grupo já produziu diversos manuais metodológicos que orientam a realização da Avaliação da Resiliência (AR) de forma bastante consistente em uma abordagem geral,

[18] Vide: www.resalliance.org.

contudo, variam em termos de organização, sequência e passos específicos a serem realizados. "Além disso, **há pouca ou nenhuma orientação sobre quais critérios podem ser utilizados para elencar como determinar as questões-chave, atributos ou estados desejáveis do sistema**" (Buschbacher *et al*., 2016, p. 40, grifo nosso). Foi por esta, dentre outras motivações, que os autores supracitados sugeriram uma Avaliação da Resiliência a partir de adaptações nos manuais produzidos pela Resilience Alliance.

À vista disso, na presente pesquisa, foi realizada, de forma aproximada, a AR de acordo com Buschbacher *et al*. (2016), a qual além de ser uma adaptação de diversos manuais da Resilience Alliance, adota uma perspectiva êmica e recomenda um percurso de cinco etapas sintetizadas a seguir:

ETAPA 1- Definição do sistema

a) Definição da questão-chave

A AR começa com a definição de uma ou mais "questão-chave" a qual pode ser diferente para cada grupo e melhor delineada no decorrer da investigação. A princípio, e consoante com os objetivos da presente pesquisa e com a literatura que a apoia, partiu-se das seguintes questões chave: "**Como os diferentes usuários dos recursos podem participar efetivamente das decisões de gestão que afetam os seus modos de vida?**" e "**Como conciliar diferenças e objetivos normalmente contrastantes em prol de um bem comum?**".

b) Os limites do sistema e escala focal

Como já explicitado, o sistema socioecológico influencia e é influenciado por diversas escalas espaciais e temporais que devem ser levadas em consideração. Tais escalas foram reconhecidas e entendidas com maior clareza no decorrer da investigação, assim como aconteceu com as escalas focais. A **escala focal temporal foi o período de 2010 a 2024**, definido em decorrência do ato de criação da APA Aldeia Beberibe e das Atas de Reunião do Conselho Gestor da UC analisadas na pesquisa. Já no que concerne à **escala focal espacial, foi considerado todo o território da APA,** porém, com especial atenção para as áreas de alta e muito alta prioridade para restauração na Zona de Corredor Ecológico.

ETAPA 2- História

a) Linha do tempo: aprendendo sobre a história dos atores sociais

A análise do SSE prevê o conhecimento da história de cada grupo social, a partir de dados primários e secundários, bem como, prevê a **construção de linhas do tempo com base no modelo heurístico de Ciclo de Adaptativo**, dividido em fases: exploração-colonização-liberação-reorganização. A análise destes ciclos heurísticos indica a velocidade das mudanças, como os atores foram afetados e suas respostas, momentos chave, dentre outros aspectos.

b) Fatores desencadeantes e interações entre escalas

A análise dos ciclos heurísticos permite conhecer a forma como o sistema mudou ao longo do tempo e as principais causas de mudanças (**fatores desencadeantes ou *drivers***) internas e externas. Esses *drivers* ajudam a entender as interações entre a escala focal e as escalas hierárquicas macro e micro que são aninhadas.

ETAPA 3- Resiliência do que e contra o quê?

Nessa etapa um **conjunto de atributos é escolhido para caracterizar a essência do sistema**, e assim podem ser usados para descrever seu **estado em qualquer ponto no tempo** (*resiliência do que*), **enquanto as causas** (*drivers*) **indicam as forças principais que afetam o sistema e podem causar mudança no sistema** *(resiliência contra o quê)* (Carpenter *et al*., 2001 *apud* Buschbacher *et al.*, 2016, p. 43).

a) Atributos

De acordo com Buschbacher *et al*. (2016) os atributos **são algumas poucas características que descrevem o estado do sistema**, logo, podem incorporar perspectivas culturais, éticas e epistemológicas do profissional que os utiliza. Na presente pesquisa, tal qual na dos autores supramencionados, foi utilizada uma perspectiva êmica para caracterização do estado do sistema, a partir das questões discutidas no âmbito do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe e da observação participante.

b) Variáveis

A variável **é a operacionalização de um atributo**, desta forma, um passo importante na definição de atributos é operacionalizá-los, definindo indicadores ou variáveis que possam ser mensuradas. Como a presente pesquisa de caráter qualitativo, tentamos utilizar termos relativos

como alta/média/baixa ou aumentando/diminuindo para caracterizar as variáveis ou efetivada/parcialmente efetiva/não efetivada.

ETAPA 4- Análise de cenários

Essa etapa e a 5 são análises que olham para o futuro e são destinadas a orientar ações de gestão. A análise de cenários enfatiza as principais conexões, conflitos, sinergias e compensações entre os atores do sistema.

a) Prováveis causas de mudança (*drivers*) no futuro

Deve-se realizar uma revisão dos **principais resultados das etapas anteriores na AR, e, posteriormente, complementá-los com dados secundários e conhecimento existente em busca de drivers**, os quais podem incluir: mudanças em políticas públicas, dinâmica do mercado, desenvolvimento de projetos de infraestrutura, tendências observadas e projetadas na qualidade e quantidade dos recursos naturais.

b) Possíveis regimes futuros

A análise de cenários prospecta **como possíveis *drivers* afetarão os atributos do sistema no futuro**. É importante ressaltar que se trata de uma ferramenta para visualizar possíveis trajetórias do sistema em termos de histórias plausíveis e consistentes. Desta forma, é possível avaliar se o conjunto atual de atributos se mantém no mesmo regime (sistema resiliente), ou haverá uma mudança fundamental do regime (transformação).

ETAPA 5 - Considerações sobre gestão

Nesta etapa foi investigado mais enfaticamente o sistema de governança. Para a consecução desta etapa levamos em consideração algumas das recomendações presentes no Manual da Resilience Alliance (Resilience Alliance, 2010) e os materiais levantados através da pesquisa documental e bibliográfica.

a) Como promover um cenário desejável?

Com base na etapa 4, e considerando as possíveis interações negativas ou positivas entre grupos sociais, bem como, dados secundários sobre gestão, foi feito o exercício de identificar

passos para: (i) mover o sistema para uma direção percebida como positiva no sentido de preparar-se para possíveis riscos, mudanças e cenários alternativos e (ii) promover resiliência geral em termos de aprendizagem, capacidade, flexibilidade etc.

3.4 Etapas da pesquisa

Como exposto, foi considerado e utilizado uma diversidade de instrumentos e procedimentos previstos. Logo, para balizamento do processo de análise foi utilizada a "Triangulação de Métodos". A triangulação pode ser considerada como uma estratégia de pesquisa com fundamento interdisciplinar e que contribui para aumentar o conhecimento do tema ao mesmo tempo em que atende aos objetivos da pesquisa (Minayo *et al*., 2010).

Para realização da triangulação foi seguida a concepção da hermenêutica dialética, ou seja, em um primeiro movimento analítico se realiza uma valorização fenomênica e técnica dos dados primários, qualitativos e quantitativos, em si mesmos e à exaustão. Em uma dinâmica subsequente, eles são ao mesmo tempo contextualizados, criticados, comparados e triangulados (Gomes *et al*., 2010).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em consideração ao exame atento das diversas fontes de dados analisadas, reitera-se a notoriedade e substancial importância da APA Aldeia-Beberibe. Os estudos realizados sobre a mesma, a exemplo dos apontados no Quadro 5, são fundamentais para o conhecimento sobre a existência desta UC, para sua visibilidade, para compreensão das dinâmicas de gestão e governança existentes e pretendidas, para a tomada de decisões, para formulação e efetivação de políticas públicas e para ações de conservação e preservação ambiental. Haja vistas, por exemplo, a diversidade de temas abordados, os quais perpassam desde a percepção ambiental dos moradores até a análise da biodiversidade da área.

Ainda assim, pontua-se que estes estudos são considerados, pela autora dessa tese, como "escassos", não só pelo quantitativo de pesquisas existentes e abordagens empregadas, como também pela complexidade deste espaço especialmente protegido e a importância socioecológica do mesmo.

Esse capítulo apresenta a síntese dos resultados da pesquisa, promovendo um diálogo analítico e crítico com a fundamentação teórica e os objetivos propostos.

4.1 Pesquisa bibliográfica: pesquisas científicas na APA Aldeia Beberibe

Esta subseção apresenta e analisa estudos realizados na APA Aldeia Beberibe (Quadro 5). Para cada estudo, é apontado abreviadamente sua relevância no sentido da conexão com a problemática da tese (gestão e governança, resiliência, desafios específicos da APA).

Doravante, pretende-se reafirmar as "lacunas significativas no conhecimento científico" sobre a APA, apontando como a abordagem de Sistemas Socioecológicos (SSE) e Resiliência Socioecológica (RSE) proposta pela tese atende essas lacunas oferecendo uma lente analítica inovadora.

Quadro 5 - Síntese dos estudos sobre a APA Aldeia Beberibe (2013 – 2023)

ESTUDOS	TÍTULO	ANO	AUTOR
E1	Percepção Ambiental e Participação Social na Área de Proteção Ambiental Aldeia-Beberibe, Região Metropolitana do Recife, PE	2013	SOTERO, Maria Carolina
E2	A Percepção da Transformação Socioambiental do Espaço Periurbano de Aldeia: uma Análise Sob a Ótica da Geografia Humanista	2017	MELO, Elidiane da Silva Amancio.
E3	Desafios e Potencialidades da Educação e Gestão Ambiental Participativa na Área de Proteção Ambiental Aldeia-Beberibe, PE	2014	DANTAS, Danielle Alencar.

E4	Percepção dos proprietários sobre a biodiversidade de suas florestas e a necessidade de incentivos econômicos para sua Conservação na APA Aldeia-Beberibe, Pernambuco	2015	AZEVEDO, Jéssica Karla Castro
E5	Utilização de sensoriamento remoto e geoprocessamento na indicação de corredores ecológicos para a APA Aldeia-Beberibe na zona da mata norte de Pernambuco	2018	PEREIRA, Hebert de Tejo
E6	A percepção dos moradores da comunidade Asa Branca, no município de Camaragibe-PE, sobre os problemas ambientais no rio Pacas	2019	BARROS, Débora Marcolino
E7	Utilização de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento na Indicação de Corredores Ecológicos para a APA Aldeia Beberibe na Zona Da Mata Norte De Pernambuco	2018	PEREIRA, Herbert de Tejo
E8	Trajetória da Conectividade Florestal em uma Paisagem de Floresta Atlântica: da Dinâmica Sucessional Ao Futuro Planejado	2023	CUNHA, Jéssica Stéfane Alves
E9	Agrofloresta e Pagamento por Serviço ambiental: perspectivas na Área de Proteção Ambiental Aldeia-Beberibe em Igarassu/PE	2021	SILVA, Mateus Ribeiro
E10	Répteis em Fragmento de Floresta Atlântica Localizado na APA Aldeia-Beberibe, Pernambuco, Nordeste do Brasil.	2016	KAMEOKA, Karina Mika
E11	Estudos Científicos de Biologia Realizados na Área de Proteção Ambiental Aldeia-Beberibe: Uma Revisão Sistemática	2022	VERÇOSA, Bruno Francisco Monteiro e MACHADO, Fábio Pereira
E12	Efeitos de Borda e de Espécies Exóticas Lenhosas na Comunidade Arbórea de Floresta Secundária de Mata em Aldeia, Região Metropolitana de Recife-PE	2011	FERREIRA, Luciana Marques Rocha
E13	Estrutura da Comunidade de Plantas do Refúgio de Vida silvestre Mata de Miritiba: Componente Arbóreo e Epifítico	2017	LIRA, Cristiane Salazar

Fonte: Elaboração própria (2024).

A Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe, localizada na Região Metropolitana do Recife, tem sido alvo de diversos estudos científicos, especialmente na área da Biologia. No entanto, existem lacunas significativas no conhecimento científico sobre essa região, com poucos estudos realizados. Assim, essa breve revisão bibliográfica integrativa tem como objetivo sintetizar as principais constatações de alguns desses estudos, que foram selecionados a partir de bases de dados telemáticos e de estudo difundidos por outros meios. O intuito foi destacar as informações que consideramos mais relevantes para o entendimento do que vem sendo investigado sobre este enclave ambiental.

4.2 Gestão e governança no sistema socioecológico APA Aldeia Beberibe

Essa subseção aborda os desafios de gestão e governança observados na APA Aldeia Beberibe, embasando-se, sobretudo nas Atas do Conselho Gestor do período de 2015 a 2024, e no referencial teórico apresentado na presente tese. No período de 2015 a 2024, o conselho realizou quarenta e três (43) reuniões, logo têm-se o mesmo quantitativo geral de Atas.

Dessa maneira, foi possível realizar, através de um processo de síntese analítica hermenêutica das informações contidas nas, uma Síntese das Reuniões Realizadas pelo Conselho Gestor (Apêndice I). Além disto, também foi feito uma análise da efetividade das ações propostas e deliberadas no âmbito do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe apresentada nos Quadros de Efetividade (Quadros 6 a 75).

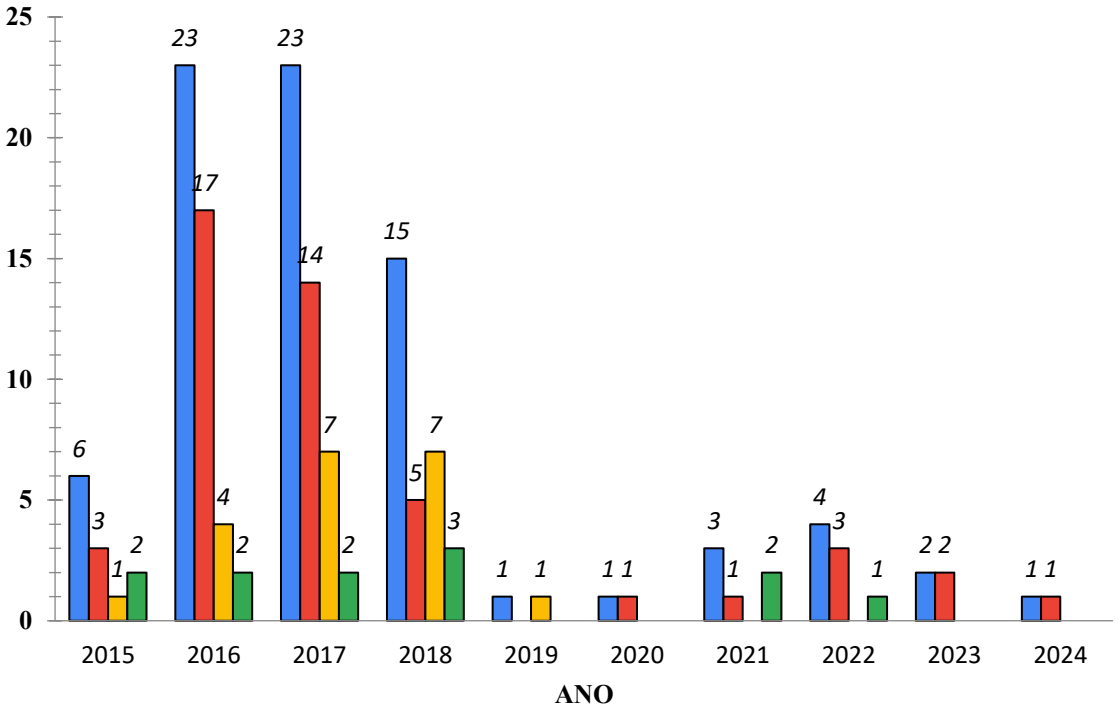
No contexto das análises realizadas, pontua-se que as Atas registram "Solicitações, Sugestões e Demandas" apresentadas pelos conselheiros e pelos demais públicos que se envolvem ou são demandados a se envolver na gestão e governança da APA Aldeia Beberibe. A efetividade destas solicitações, sugestões e demandas foi classificada em três categorias, a saber: Sim (S); Parcialmente efetivada (P) e Não efetivada (N).

Pontua-se que algumas solicitações, sugestões e demandas categorizadas como "não efetivada", deu-se devido à escala temporal da presente pesquisa e métodos utilizados para determinar as categorias. Logo, a categoria "N" é notória quando se enfoca, por exemplo, o conteúdo das Atas dos anos 2023 e 2024.

As Figuras 11 e 12 apresentam o panorama do quantitativo geral e por categoria. Pontua-se que, nos anos que não há representação gráfica indicativa de alguma categoria (S, P, N) é devido ao fato de, deveras, não ter nenhuma solicitação-sugestão que se enquadre.

No período de 2015 a 2024, contabilizou-se setenta e oito **(79) "solicitações e sugestões"**, das quais quarenta e sete **(47) foram efetivadas** (S), vinte **(20) foram parcialmente efetivadas** (P) e doze **(12) não efetivadas** (Figura 11).

Figura 11. Quantitativo de solicitações e sugestões no período de 2015 a 2024 segundo sua efetividade

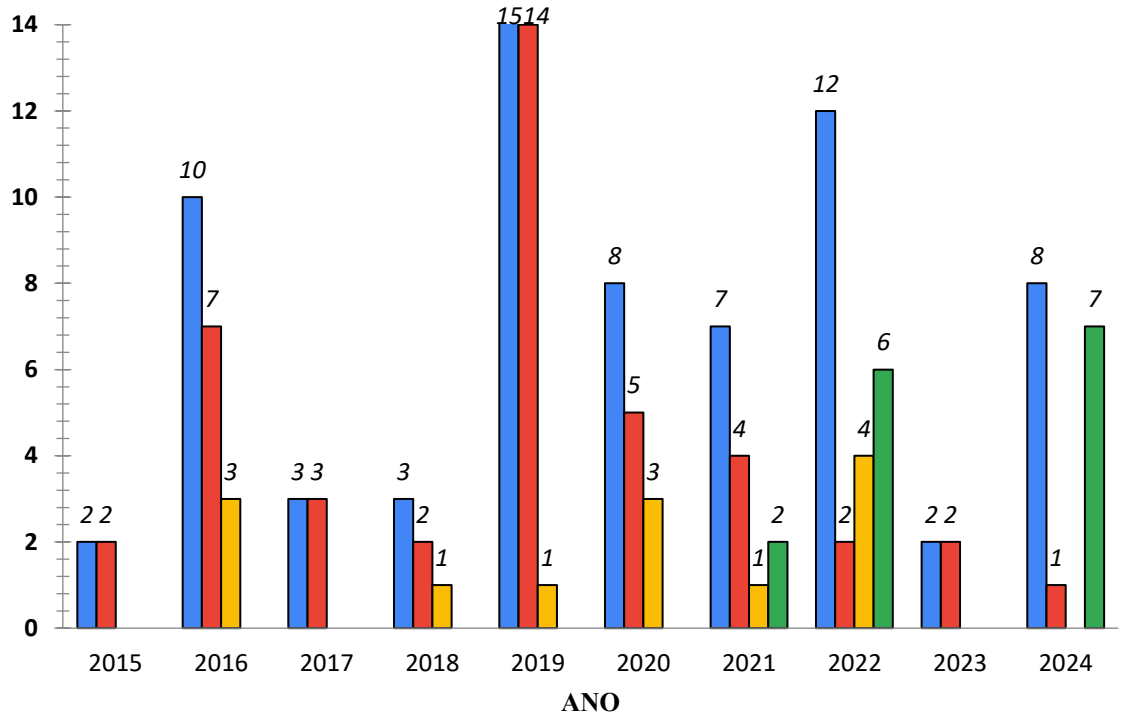


Legenda: Azul: Quantitativo geral de solicitações e sugestões. Vermelho: Quantitativo de solicitações e sugestões atendidas (S). Amarelo: Quantitativo de solicitações e sugestões parcialmente atendidas (P). Verde: Quantitativo de solicitações e sugestões não atendidas (N).

Fonte: Elaboração própria (2024).

No período de 2015 a 2024, contabilizou-se setenta **(70) "demandas"**, das quais quarenta e dois **(42) foram efetivadas** (S), treze **(13) foram parcialmente efetivadas** (P) e quinze **(15) não efetivadas** (N) (Figura 12).

Figura 12. Quantitativo de demandas no período de 2015 a 2024 segundo sua efetividade



Legenda: Azul: Quantitativo geral de demandas. Vermelho: Quantitativo de demandas atendidas (S). Amarelo: Quantitativo de demandas parcialmente atendidas (P). Verde: Quantitativo de demandas não atendidas (N).

Fonte: Elaboração própria (2024).

Analisando as Figuras 11 e 12, conclui-se que a grande maioria das solicitações e sugestões feitas pelo Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe foram efetivadas. A efetivação das solicitações e sugestões está representada nas atas, sendo poucas as que não foram efetivadas ou efetivadas parcialmente. A análise das atas revela um alto nível de atendimento às demandas e solicitações do Conselho, demonstrando o compromisso dos órgãos responsáveis em atender às necessidades da APA e de seus gestores, ainda que se reconheça que há muito por fazer, até porque tais demandas, refere-se a uma parcela das atividades efetivamente realizada e refere-se ao que é pautado e discutido nas atas.

Já nos Quadros 6 a 75 apresenta-se uma síntese dessas solicitações, sugestões e demandas e o rastreamento das suas respectivas efetivações de acordo com as categorias supramencionadas.

➢ SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES E DEMANDAS DO CONSELHO GESTOR DA APA ALDEIA BEBERIBE EM 2015

Quadro 6- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2015: Ata 1

A.1	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES
	Não houve

Quadro 7- Demandas presentes na síntese das reuniões 2015: Ata 1

A.1	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Enviar ao Conselho a "Minuta Final sobre Impacto Local e as Tipologias"	A.3 Ano 17		
	II. Aprovação do Regimento Interno do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe	A.2 Ano 15		

Quadro 8- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2015: Ata 2

A.2	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Envio da apresentação do Plano de Manejo aos conselheiros	A.2 Ano 15		
	II. Sugestão de Criação do Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Gestor para definir as ações prioritárias do Plano de Ação para efetivação do Plano de Manejo da APA	A.3 Ano 15		
	III. Necessidade de instituir um Gerenciamento Executivo da APA a partir da contratação de uma Organização Social	A.2 Ano 15		
	IV. O *Sr. Zenilson* sugeriu que as reuniões do Conselho sejam realizadas nesses municípios, de modo a aproximá-los da gestão			X
	V. Formação de um consórcio, entre as Prefeituras Municipais que compõem a APA e o Governo do Estado, de modo a garantir uma equipe para gestão e fiscalização ostensiva desse território			X
	VI. A *Sra. Samanta* sugeriu criar um Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Gestor para definição de ações prioritárias para o Plano de Ação		A.1 Ano 16	

Quadro 9- Demandas presentes na síntese das reuniões: 2015 Ata 2

A.2	DEMANDAS
	Não houve

➢ SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES E DEMANDAS DO CONSELHO GESTOR DA APA ALDEIA BEBERIBE EM 2016

Quadro 10- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2016: Ata 1

A.1	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. O *Sr. Herbert Tejo*, ao questionar como o Conselho Gestor se posicionará diante do objetivo do Estado em conectar a BR-101 a PE-27 e os impactos desse empreendimento no território da APA			X
	II. O *Sr. Herbert,* tratando sobre o adensamento populacional em regiões de recarga de aquífero, sugeriu debater o uso da Lei de Proteção de Mananciais no âmbito do Conselho. Sugeriu ainda a aproximação das Universidades para identificar os impactos e sugerir soluções	A.1 Ano 16		
	III. A *Sra. Giannina* sugeriu que, a partir dos objetivos da APA definidos no seu decreto de criação, fosse eleito um deles para centrar esforços durante o cronograma		A.1 Ano 16	
	IV. A *Sra. Danusa* sugeriu a utilização do Conselho para provocar a revisão da Lei Proteção de Mananciais, atualizando as situações socioambientais e as questões técnicas	A.1 Ano 16		
	V. O *Sr. Anselmo* sugeriu que a gestão da APA tente identificar de onde está partindo as provocações para alteração da Lei de Proteção de Mananciais para que se possa convocar o deputado ou grupo político interessado para discussão no Conselho Gestor a fim de esclarecer os rebatimentos da lei e a necessidade de sua revisão	A.4 Ano 21		
	VI. Sobre o andamento do Projeto dos Corredores Ecológicos na APA, *Cinthia Renata Vieira de Lima* informou que três trabalhos de mestrado na área de herpetofauna que estão em fase de conclusão terão seus autores contactados para que possam ter seus resultados apresentados no Conselho	A.4 Ano 22		

Quadro 11- Demandas presentes na síntese das reuniões 2016: Ata 1

A.1	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. O encaminhamento dado ao final das discussões sobre o Plano de Ação para efetivação do Plano de Manejo foi que cada representante e instituição estudará os programas e subprogramas do Plano de Manejo e elencará as ações prioritárias do ponto de vista de cada um dos segmentos da sociedade, indicando as ações que poderão participar ou contribuir, bem como ações que já estão em desenvolvimento	A.2 Ano 16		
	II. A *Sra. Giannina Cysneiros* sugeriu a elaboração de Câmara Técnica para realizar a proposição de uma Estrada-Parque para a rodovia PE-18, de modo a se antecipar a futuros pedidos	A.1 Ano 1		
	III. O *Sr. Herbert,* antevendo os desafios que envolvem a gestão de uma UC de categoria APA, relembrou a proposta submetida ao Conselho Gestor e endereçada à SEMAS, desde 2010, sobre Gestão da APA Aldeia Beberibe por uma Organização Social	A.2 Ano 17		
	IV. *Cinthia Renata Vieira de Lima* ao comentar que ainda não havia recebido nenhuma indicação de escolas públicas com bibliotecas para a aplicação do projeto de educação ambiental da CPRH denominado "Circuito Ambiental" recebeu a indicação de duas escolas pelo CIMNC no município de Araçoiaba.		A.2 Ano 16	

Quadro 12- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2016: Ata 2

A.2	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. O *Sr. Nelson* informa que os processos de licenciamento ambiental no território da APA são encaminhados para gestão da APA Aldeia-Beberibe e sugere que na próxima revisão do Plano de Manejo sejam incorporadas restrições para área de proteção de mananciais.	A.3 Ano 16		
	II. A *Sra. Norma Gusmão*, da UFPE, sugere que a CPRH convide a CONDEPE/FIDEM para uma Reunião Técnica para esclarecer e dirimir dúvidas e entendimentos diversos sobre a forma de cálculo do número de lotes permitido pela Lei de Proteção de Mananciais, visando fazer ajustes para os licenciamentos futuros e regularizar os empreendimentos já existentes no que for possível.	A.2 Ano 16		
	III. O *Sr. Herbert* pediu que seja esclarecida qual a linha em que se dá o licenciamento ambiental na APA, "*já que na percepção do FSaA, que estuda o assunto há muitos anos, a Lei de Proteção de Mananciais não está sendo respeitada*".			X

A.2	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	IV. A *Sra. Mônica Rocha* lembrou que a CPRH já trabalhou de diversas formas com educação ambiental e produção de material didático voltado ao tema com resultados satisfatórios e sugere que essas metodologias sejam resgatadas para se tornarem linhas de atuação do Conselho Gestor.		A.2 Ano 16	

Quadro 13- Demandas presentes na síntese das reuniões 2016: Ata 2

A.2	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. A *Sra. Mônica Rocha* sugeriu, como encaminhamento para a questão da falta de indicação de representantes para a implantação do Conselho Gestor, realizar contato com as instituições que não tem comparecido às reuniões para que indiquem seus representantes ou os substituam	A.2 Ano 16		
	II. A *Sra. Norma Gusmão* e o *Sr. Hebert*, sugeriu que a CPRH convide a CONDEPE/FIDEM para uma Reunião Técnica para esclarecimento sobre a forma de cálculo do número de lotes permitido pela Lei de Proteção de Mananciais, de modo a fazer os ajustes para os licenciamentos futuros e regularizar os empreendimentos já existentes no que for possível. O *Sr. Hibernon* sugere, ainda, que seja realizada uma Reunião Técnica prévia entre a CPRH, CONDEPE/FIDEM e o FSaA para nivelamento das informações a serem discutidas	A.2 Ano 16		
	III. *O Sr. Herbert* se pronuncia no entendimento de que se faz necessário um pronunciamento formal da CPRH quanto à aplicação da Lei de Proteção de Mananciais, uma vez que, diante dos casos concretos apresentados e da discussão, parece que tanto a CPRH quanto a CONDEPE/FIDEM não têm respeitado essa lei	A.2 Ano 16		
	IV. Durante a discussão dos pontos relativos à restauração e conservação, foi observada a inter-relação entre o Plano de Ação do Conselho e o Projeto dos Corredores Ecológicos, ficando clara a imensa contribuição que o projeto gerará para guiar a execução das ações do Plano de Manejo		A.2 Ano 16	

Quadro 14- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2016: Ata 3

A.3	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. O conselheiro *Herbert*, solicitou que fosse disponibilizada ao Conselho Gestor a lista de empreendimentos licenciados na APA	A.1 Ano 18		
	II. No âmbito da discussão sobre mudança na Lei de Proteção de Mananciais, o conselheiro *Anselmo Bezerra*, do IFPE, destaca que *"precisamos ser mais propositivos na reunião, considerando a periodicidade das reuniões e o tempo disponível para cada ponto de pauta"*, e propõe um Grupo de Trabalho com os órgãos envolvidos (CPRH e CONDEPE/FIDEM) e instituições do Concelho que queiram participar do processo		A.3 Ano 16	
	III. O conselheiro *Severino*, pontuou que a formação de um GT é uma saída interessante e que realizou trabalho semelhante em conjunto com outras instituições no âmbito do CONSEMA/PE para recomendar tecnicamente ações para conservação dos brejos de altitude, o que foi concluído com sucesso	A.3 Ano 18		
	IV. O conselheiro *Severino* sugeriu que o GT sobre a Lei de Proteção de Mananciais trabalhasse focado em dois pontos principais, o geoespacial e o legal, dividindo as tarefas entre os participantes e sistematizando as informações já existentes	A.4 Ano 17		
	V. A conselheira *Mônica Rocha*, da Usina São José, sugeriu dois encaminhamentos para o GT: (1) trabalhar na alteração da lei de proteção de mananciais com o objetivo de atualizá-la e (2) listar as diferentes interpretações e incongruências na referida lei para pedir pronunciamento a PGE sobre elas, já que somente a Procuradoria é responsável por ditar a interpretação legal no Estado de Pernambuco	A.1 Ano 17		
	VI. *Andrea Olinto*, da SEMAS, salientou que o Conselho Gestor pode ter o papel de propor subsídios para a alteração da legislação de proteção de mananciais	A.1 Ano 17		
	VII. Sobre a Lei de Proteção de Mananciais, a conselheira *Sandra Pires*, da Usina Petribú, sugere que o que se deve fazer é seguir o encaminhamento dado pela *Sra. Claudia*, da CONDEPE/FIDEM, e complementado pelos conselheiros *Mônica* e *Severino*, no sentido de sanar as lacunas existentes com base em informações técnicas para dar suporte concreto às decisões dos órgãos estaduais		A.1 Ano 17	
	VIII. A conselheira *Mônica*, da Usina São José, sugeriu que sejam encaminhadas correspondências às Prefeituras Municipais que estão realizando licenciamento ambiental informando sobre a existência da APA Aldeia Beberibe sobre a necessidade de informar ao Conselho Gestor e ao Órgão Gestor da UC sobre licenciamentos na APA	A.1 Ano 22		

A.3	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	IX. O conselheiro *Herbert* pontuou que o valor de R$ 200.000,00 é um valor razoável e suficiente para a execução de atividades interessantes de educação ambiental, que podem ir além das usuais cartilhas que, em sua opinião, não são efetivas para o que se propõe na prática	A.1 Ano 17		
	X. A *Sra. Samanta Bella*, sugeriu utilizar como base para elaboração dos Editais de educação ambiental os já utilizados pela CPRH, o que pode ser um ganho para acelerar o processo	A.1 Ano 17		
	XI. O conselheiro *Paulo Gileno*, do FSaA, sugere a elaboração de mapas da APA para disponibilizar para as escolas da região, no sentido de dar conhecimento às crianças, adolescentes e docentes sobre a UC	A.2 Ano 22		
	XII. A *Srta. Ana Luíza*, estagiária da UCMF/CPRH, comentou que é interessante envolver a extensão rural nos projetos de educação ambiental, além das escolas, uma vez que a conscientização das comunidades rurais no território da APA pode trazer resultados promissores, a exemplo do que vem sendo realizado nos arredores do Parque Dois Irmãos	A.1 Ano 17		
	XIII. *Cinthia Lima* sugere que se faça uma avaliação das ideias levantadas para observar se elas se encaixam nas Linhas de Ação definidas no Programa de Comunicação, Pesquisa e Educação Ambiental e que seja deliberado sobre a aplicação do recurso destinado pela Câmara Técnica Federal de Compensação Ambiental (IBAMA) na reunião extraordinária marcada para o dia 26 de outubro	A.1 Ano 16		

Quadro 15- Demandas presentes na síntese das reuniões 2016: Ata 3

A.3	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. *Mônica* propôs marcar uma Reunião Extraordinária para a discussão exclusiva do tema "Licenças Ambientais", dada a sua importância. A sugestão foi acatada pela Plenária e a Reunião Extraordinária foi agendada para o dia 26 de outubro de 2016, às 09h, no auditório da CPRH, oportunidade na qual devesse realizar uma Oficina para construção do Plano de Ação do Conselho Gestor.		A.3 Ano 16	
	II. *Cinthia Renata Vieira de Lima,* considerando o não encaminhamento de novas contribuições para a construção do Plano de Ação do Conselho Gestor e a falta de participação das Prefeituras nas reuniões, solicitou a	A.1 Ano		

	discussão desse assunto ponto a ponto em Reunião do Conselho, uma vez que não foi alcançada a objetividade pretendida inicialmente	17		

➢ SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES E DEMANDAS DO CONSELHO GESTOR DA APA ALDEIA BEBERIBE EM 2017

Quadro 16- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2017: Ata 1

A.1	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. *Cinthia Renata Vieira de Lima* propôs que se utilizasse como base o último edital da CPRH para adiantar a discussão sobre a aplicação de R$ 200.00,00 (duzentos mil reais) destinado pela Câmara Técnica Federal de Compensação Ambiental (IBAMA), já que ele trata de conteúdos mínimos para projetos de educação ambiental nas áreas temáticas "Produção de material educativo e de sensibilização" e "Formação em Educação Ambiental"	A.1 Ano 17		
	II. *Cinthia Renata Vieira de Lima* destacou que o Conselho precisa usar os poucos recursos existentes de maneira inteligente para buscar a máxima efetividade nas ações.		A.1 Ano 1	
	III. O conselheiro *Roberto*, da Associação Chã de Peroba, sugeriu que o Conselho Gestor se empenhe para pensar numa forma de gestão mais eficiente e viável para a APA, considerando a urgência de ações voltadas à conservação ambiental e a velocidade com a qual a degradação avança em seu território.		A.1 Ano 1	
	IV. O conselheiro *Roberto*, da Associação Chã de Peroba, sugeriu que o Conselho Gestor fizesse reuniões itinerantes entre os municípios que compõem a APA Aldeia-Beberibe, como forma de estimular o seu envolvimento.	A.2 Ano 17		
	V. O *Sr. Moacir*, do Instituto São Jorge, sugeriu que as próximas reuniões fossem na APA, para viabilizar a participação de outras pessoas da comunidade.	A.1 Ano 17		
	VI. *Cinthia Renata Vieira de Lima* sugeriu que a próxima reunião ainda seja na CPRH, e que nela sejam sugeridos locais para a realização das demais.	A.2 Ano 17		

Quadro 17- Demandas presentes na síntese das reuniões 2017: Ata 1

A.1	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Em relação ao projeto de Formação em Educação Ambiental a ser financiado com recursos da compensação ambiental federal, ficou acordado que *Cinthia Renata Vieira de Lima* fará um recorte nas partes pertinentes do edital anterior e encaminhará o documento para todos os conselheiros.	A.1 Ano 17		

Quadro 18- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2017: Ata 2

A.2	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. *Cinthia Renata Vieira de Lima* sugeriu que o CEPAN assumisse tanto a titularidade quanto a suplência da cadeira, em virtude da falta de indicação de outras instituições.		A.2 Ano 17	
	II. A *Sra. Cristiane*, representante do CEPAN, se comprometeu a divulgar a vaga no setor ONG ambientalista no Fórum de Entidades Ambientalistas de Pernambuco, do qual faz parte, e sugeriu que as demais instituições também fizessem a divulgação.		A.2 Ano 17	
	III. O *Sr. Herbert*, sugeriu que as demais instituições que não estão comparecendo às reuniões fossem sondadas sobre o interesse em permanecer no Conselho Gestor.		A.2 Ano 17	
	IV. *Roberto*, sugeriu que a Prefeitura de Camaragibe, com representante presente na reunião, tentasse entrar em contato com as Prefeituras de São Lourenço e Paudalho para sensibilizar sobre a importância de suas atuações no Conselho.		A.3 Ano 17	
	V. O *Sr. Moacir*, do Instituto São Jorge, sugeriu que a próxima reunião fosse realizada na FOP (Faculdade de Odontologia de Pernambuco), pois o local é mais central para a participação da comunidade e tem amplo estacionamento.			X
	VI. O *Sr. Roberto*, da Associação Chã de Peroba, sugeriu que as reuniões aconteçam nas Prefeituras municipais, sendo já a próxima em Camaragibe, visando envolver as diversas comunidades existentes no território da APA	A.3 Ano 17		
	VII. Após a apresentação do *Sr. Célio*, a *Sra. Mônica* se pronunciou sugerindo que podem ser aplicados no projeto de educação ambiental recursos de conversão de multas aplicadas pela CPRH em decorrência de infrações ambientais constatadas, conforme prevê a legislação vigente	A.1 Ano 18		

A.2	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	VIII. A *Sra. Norma Gusmão*, da UFPE, sugeriu que as secretarias de educação também sejam envolvidas no projeto com o intuito de profissionalizar crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas no projeto		A.2 Ano 17	
	IX. Em relação ao recurso de compensação ambiental, o *Sr. Anselmo* propôs que se melhorasse o documento com conteúdo mínimo para o projeto buscando atender as necessidades expostas	A.4 Ano 17		
	X. O *Sr. Herbert* sugeriu que se convocasse uma reunião extraordinária do Conselho Gestor para apresentação da proposta do Fórum antes da próxima reunião ordinária, salientando que a proposta apresentada previa a busca de recursos para manutenção da organização social após 1 ou 2 anos de contrato com o Governo do Estado, e acredita que existem recursos para a implantação do projeto, já que o secretário Sérgio Xavier prometeu a aplicação de R$ 1.000.000 (um milhão) oriundos de compensação ambiental para a APA Aldeia Beberibe. O *Sr. Hibernon* sugeriu, diante do exposto, que fosse agendada uma audiência com o secretário *Sérgio Xavier* para cobrar resposta à proposta	A.3 Ano 17		
	XI. O *Sr. Roberto*, da Associação Chã de Peroba, fez um apelo para que o Conselho Gestor adote a proposta do FSaA para a gestão executiva e a defenda perante o Governo do Estado para que a APA Aldeia-Beberibe seja implantada de fato			X
	XII. O *Sr. Hibernon* sugeriu que fosse agendada uma audiência com o secretário *Sérgio Xavier* para cobrar a resposta à proposta	A.2 Ano 19		
	XIII. A *Sra. Cristiane*, do CEPAN, sugeriu que estudassem a proposta do FSaA bem como outras possibilidades de gestão para a APA, observando as experiências de outras UCs e outros territórios, buscando a melhor solução para o nosso caso, sugeriu que o projeto de formação em educação ambiental seja adequado para atender às expectativas de todos, mas que não seja condicionado à resolução da questão da gestão	A.3 Ano 17		

Quadro 19- Demandas presentes na síntese das reuniões 2017: Ata 2

A.2	DEMANDAS
	Não houve

Quadro 20- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2017: Ata 3

A.3	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES Não houve

Quadro 21- Demandas presentes na síntese das reuniões 2017: Ata 3

A.3	DEMANDAS Não houve

Quadro 22- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2017: Ata 4

A.4	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Sobre o Projeto de Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos: - O conselheiro *Herbert* sugeriu que fosse criada uma dinâmica para tomada de conhecimento dos produtos entregues e das reuniões realizadas, de modo que os conselheiros que queiram fazer sugestões as façam em momento oportuno	A.5 Ano 17		

Quadro 23- Demandas presentes na síntese das reuniões 2017: Ata 4

A.4	DEMANDAS Não houve

Quadro 24- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2017: Ata 5

A.5	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Sobre o Projeto de "Formação em Educação Ambiental e Recomposição de Mata Ciliar – APA Aldeia Beberibe": - *Herbert*, do FSaA, questionou se a renda proveniente das mudas a serem produzidas no viveiro florestal será revertida aos participantes da produção, entendendo que esta pode ser uma saída para complementação de renda para a comunidade local	A.5 Ano 17		
	II.O *Fórum Socioambiental de Aldeia* solicitou o registro em ata do pedido de prioridade da CPRH na análise do processo de regularização	A.1		

A.5	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	ambiental do Parque Municipal de Aldeia (Parque do Saber), considerando o benefício socioambiental que o equipamento trará para a comunidade	Ano 18		
	III. Sugestão para que fosse definido o Coordenador e o Relator para que ele seja formalmente instituído, uma vez que diante das demandas de *Cinthia Renata Vieira de Lima* com a APA e com as atribuições enquanto Assessora da Presidência da CPRH tem ficado impossibilitada de conduzir as discussões	A.5 Ano 17		

Quadro 25- Demandas presentes na síntese das reuniões: Ata 5

A.5	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. *Cinthia Renata Vieira de Lima* se comprometeu em verificar a situação do processo de regularização ambiental do Parque Municipal de Aldeia e agilizar da forma que for possível	A.3 Ano 19		
	II. Discussão na próxima reunião sobre a definição do Coordenador e do Relator Grupo de Trabalho para o GT Lei de Proteção de Mananciais	A.1 Ano 18		

➢ SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES E DEMANDAS DO CONSELHO GESTOR DA APA ALDEIA BEBERIBE EM 2018

Quadro 26- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2018: Ata 1

A.1	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. ANE como membro titular do Conselho	A.2 Ano 18		
	II. Convidar a APAC e a COMPESA para participar das reuniões			X

A.1	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	III. NBL apresentar os produtos seguintes após a sua aprovação pela CPRH		A.2 Ano 18	
	IV. Devemos explorar o argumento do desenvolvimento econômico que poderá ser levado à Zona da Mata Norte ao considerar o traçado do Arco Viário circundando a APA			X
	V. As tramitações dos processos de apuração dos autos de infração sejam informadas ao Conselho, independentemente da criação da câmara		A.1 Ano 18	

Quadro 27- Demandas presentes na síntese das reuniões 2018: Ata 1

A.1	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Ficou acordado que a CPRH formalizará o convite a CIPOMA	A.2 Ano 18		
	II. Verificou-se baixa participação das Prefeituras, sobretudo de São Lourenço da Mata, que sequer tomou posse, além do CIMNC e da Agência CONDEPE/FIDEM	A.1 Ano 18		

Quadro 28- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2018: Ata 2

A.2	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. O projeto de Formação em Educação Ambiental seja trazido para o Conselho	A.1 Ano 19		
	II. Prédio do Parque Aldeia dos Camarás poderia funcionar como sede da APA Aldeia-Beberibe, concentrando as atividades de gestão ambiental no território da Unidade		A.2 Ano 18	
	III. Necessidade de implantar uma placa informando sobre o Parque Aldeia dos Camarás e ratificou a sugestão de alocar no parque a sede da APA		A.2 Ano 18	

Quadro 29- Demandas presentes na síntese das reuniões 2018: Ata 2

A.2	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Discussão sobre a problemática do lixo nas comunidades		A.2 Ano 18	

Quadro 30- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2018: Ata 3

A.3	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Destaque para a necessidade de desvincular a imagem do PEDI da imagem do zoológico que ele abriga, considerando que esse equipamento ocupa apenas 1% da UC		A.3 Ano 18	
	II. A necessidade, diante das problemáticas e potencialidades de cada unidade, de discussão da categorização das Unidades de Conservação da Natureza Municipais de Recife		A.3 Ano 18	
	III. Destaque para a necessidade de se realizar o diagnóstico socioambiental das Unidades de Conservação da Natureza Municipais de Recife e do seu entorno para estabelecer suas categorias e zoneamento para não se criar “UCs de papel"		A.3 Ano 18	
	IV. Sugestão para que o Conselho se aproprie dos resultados e da gestão do viveiro para fazê-lo se perpetuar e se converter em áreas a serem restauradas na APA	A.3 Ano 18		
	V. Sugestão para criação de um Grupo de Trabalho para pensar, dentro do Conselho Gestor, estratégias para atender aos objetivos do projeto ao longo do tempo			X
	VI. A conselheira *Ana Carolina*, da UFRPE, se ofereceu para participar do GT representando a academia	A.4 Ano 18		
	VII. Inclusão em uma próxima reunião do Conselho Gestor da APA a proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN	A.4 Ano 19		

Quadro 31- Demandas presentes na síntese das reuniões 2018: Ata 3

A.3	DEMANDAS Não houve

➢ SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES E DEMANDAS DO CONSELHO GESTOR DA APA ALDEIA BEBERIBE EM 2019

Quadro 32- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2019: Ata 1

A.1	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES Não houve

Quadro 33- Demandas presentes na síntese das reuniões 2019: Ata 1

A.1	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Encaminhamento que a aprovação da conversão do RVS Quizanga em RPPN proposta pela Usina Petribú seja condicionada à assinatura do Termo de Compromisso do PRA/PE para regularização ambiental do Engenho Quizanga	A.2 Ano 19		
	II. Pensar em um projeto simples para submeter a FIEPE visando acessar esses parceiros e recursos, de modo que possa iniciar a proposta e submeter à contribuição dos conselheiros		A.2 Ano 19	
	III. Todos se debruçarem sobre o documento e revisar as contribuições realizadas, de modo que possamos discutir com mais tempo em uma reunião extraordinária com pauta única	A.1 Ano 19		

Quadro 34- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2019: Ata 2

A.2	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Solicitado que tais esforços fossem reforçados para evitar que os planos de manejo dessas Unidades sejam incoerentes com o que dispõe os planos do PEDI e da APA Aldeia-Beberibe		A.3 Ano 19	

Quadro 35- Demandas presentes na síntese das reuniões 2019: Ata 2

A.2	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Sugeriu para que fossem criados Grupos de Trabalho com os diversos componentes do Conselho Gestor	A.1 Ano 19		
	II. Sugestão para que os CAR de propriedades que estejam em Unidades de Conservação que tenham gestão e Conselho Gestor ativo sejam priorizadas para as análises.	A.3 Ano 19		
	III. Solicitação de informações sobre as propriedades cadastradas na APA Aldeia- Beberibe	A.3 Ano 19		
	IV. A apresentação da proposta de gestão executiva da APA Aldeia-Beberibe elaborada pelo Fórum Socioambiental de Aldeia por meio de um órgão executivo vinculado ao conselho	A.3 Ano 19		
	V. Criar uma página no portal da CPRH para a APA Aldeia-Beberibe, onde seriam disponibilizados os materiais informações relacionados à UC. Reunindo os encaminhamentos proposto	A.2 Ano 19		
	VI. Estabelecer de 3 Grupos de Trabalho no âmbito do Conselho	A.1 Ano 19		

Quadro 36- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2019: Ata 3

A.3	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES Não houve

Quadro 37- Demandas presentes na síntese das reuniões 2019: Ata 3

A.3	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Realização de uma reunião entre representantes do Conselho Gestor da APA Aldeia- Beberibe com o Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade Antônio Bertotti, o Diretor-Presidente da CPRH	A.4 Ano 20		
	II. Agendar uma reunião com o presidente da CPRH para discutir a proposição da alteração legislativa para possibilitar a ampliação das conversões de multa e uma reunião com os gestores	A.4 Ano 19		
	III. Ficou definido como encaminhamento a continuidade dos trabalhos do GT de Proteção de Mananciais e o reenvio do material elaborado para subsidiar o nivelamento sobre o entendimento da aplicação da lei à diretoria da CPRH, bem como o envio das apresentações e documentos ao grupo de e-mails do Conselho	A.3 Ano 19		
	IV. Antecipada para a segunda quinzena de agosto a próxima reunião ordinária do Conselho Gestor	A.3 Ano 19		

Quadro 38- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2019: Ata 4

A.4	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES Não houve

Quadro 39- Demandas presentes na síntese das reuniões 2019: Ata 2

A.4	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. A votação dos conselheiros ficou decidido pela desvinculação da assinatura do referido Termo, porém que essa assinatura seja realizada em momento oportuno e onde se ler a palavra “apreciação”, leia-se “apresentação”	A.4 Ano 19		

➢ SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES E DEMANDAS DO CONSELHO GESTOR DA APA ALDEIA BEBERIBE EM 2020

Quadro 40- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2020: Ata 1

A1	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES Não houve

Quadro 41- Demandas presentes na síntese das reuniões 2020: Ata 1

A.1	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Formação do GT UTE Pau Ferro II para discutir o processo de licenciamento do empreendimento	A.2 Ano 20		

Quadro 42- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2020: Ata 2

A.2	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. A conselheira *Luciene Nascimento*, da FIEPE, afirmou que deve ser levar a problemática da UTE Pau Ferro II "para fora", para as redes sociais, para as ONGs ambientais, dando assim uma visibilidade maior ao fato que vem acontecendo	A.4 Ano 20		

Quadro 43- Demandas presentes na síntese das reuniões 2020: Ata 2

A.2	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Proposta para entregar a CPRH, SEMAS e MPPE a "Manifestação acerca do licenciamento ambiental da UTE Pau Ferro II" e solicitar reunião com o promotor André Felipe, do Centro de Apoio às Promotorias de Meio Ambiente (CAOPMA) do Ministério Público de Pernambuco (MPPE)	A.3 Ano 20		

Quadro 44- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2020: Ata 3

A.3	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. cobrar um posicionamento da CPRH sobre a Manifestação do licenciamento ambiental da Usina Termelétrica Pau Ferro II	A.4 Ano 20		
	II. Enviar de toda a documentação disponível sobre o caso (estudo ambiental, licença prévia e processo digitalizado, além da própria manifestação) para subsidiar um parecer do CAOPMA a ser encaminhado à Promotoria de Igarassu	A.4 Ano 20		

Quadro 45- Demandas presentes na síntese das reuniões 2020: Ata 3

A.3	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Proposta para que o Conselho Gestor seja mais propositivo na discussão sobre o Arco Viário	A.4 Ano 20		
	II. Proposta para Criação do GT Arco Viário	A.1 Ano 21		
	III. Reativar o GT Restauração, mas, por enquanto, priorizar as ações relativas ao GT Arco Viário		A.4 Ano 20	
	IV. A CPRH se comprometeu: Retomar a criação do Programa para Conversão de Multas Ambientais		A.1 Ano 24	
	V. A conselheira *Ana Carolina*, se comprometeu a iniciar tratativas com o Instituto Ipê para verificar a possibilidade de firmar Acordo de Cooperação com CPRH/SEMAS/PEDI para operacionalizar o Viveiro-Escola		A.1 Ano 24	

Quadro 46- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2020: Ata 4

A.4	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES Não Houve

Quadro 47- Demandas presentes na síntese das reuniões 2020: Ata 4

A.4	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Convidar atores da SEMAS envolvidos no projeto para participar das próximas reuniões do GT Restauração	A.3 Ano 21		
	II. *Herbert*, do FSaA, se comprometeu com o envio à ADDiper da Minuta de Consulta sobre o Arco Viário	A.1 Ano 21		

➢ SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES E DEMANDAS DO CONSELHO GESTOR DA APA ALDEIA BEBERIBE EM 2021

Quadro 48- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2021: Ata 1

A.1	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. A conselheira *Silvana*, da Agência CONDEPE/FIDEM, solicitou que *Jonathan* apresentasse à Plenária os dados preliminares que foram apresentados anteriormente ao GT Arco Viário	A.1 Ano 21		
	II. Solicitação de esclarecimento acerca do licenciamento ambiental de poços diante da recente alteração da legislação			X

Quadro 49- Demandas presentes na síntese das reuniões 2021: Ata 1

A.1	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Sugere-se que o Conselho envie ofício à SEMAS, à CPRH e ao MPPE solicitando pronunciamento	A.2 Ano 21		
	II. O conselheiro *Herbert*, do FSaA, lembrou que acordamos na reunião anterior de acatamos a sugestão da conselheira *Ana Carolina*, da UFRPE, no sentido de que, assim que for possível, propúnhamos uma reunião do GT Restauração com a equipe da SEMAS	A.2 Ano 21		

Quadro 50- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2021: Ata 2

A.2	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES
	Não houve

Quadro 51- Demandas presentes na síntese das reuniões 2021: Ata 2

A.2	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Elaborar um documento destacando todas as preocupações relacionadas aos impactos socioambientais do empreendimento e solicitando informações sobre o abstrato "plano de desenvolvimento territorial"			X
	II. Sugestão para que as instituições do Conselho usem outros espaços de representação, como comitê de bacias, conselhos de meio ambiente e recursos hídricos, fóruns municipais, etc., para levar a discussão da obra e seus potenciais impactos			X
	III. O GT Arco Viário consolide as informações em um documento formal e apresente ao Conselho		A.2 Ano 22	

Quadro 52- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2021: Ata 3

A.3	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Solicitação de informações sobre a metodologia "Avaliação Ecológica Rápida". Solicitou ainda que os proprietários dos imóveis privados sejam envolvidos nos trabalhos do Programa			X

Quadro 53- Demandas presentes na síntese das reuniões 2021: Ata 3

A.3	DEMANDAS
	Não houve

Quadro 54- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2021: Ata 4

A.4	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES Não houve

Quadro 55- Demandas presentes na síntese das reuniões 2021: Ata 4

A.4	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Encaminhamentos: (1) A *Cinthia Renata Vieira de Lima* minutará documento solicitando a audiência pública à ALEPE, o qual será disponibilizado aos conselheiros para contribuições e envio à Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade daquela Casa Legislativa; (2) o FSaA fará articulações com o deputado Wanderson Florêncio no sentido de destacar a urgência da pauta, assim como a gestora *Cinthia Renata Vieira de Lima* articulará com as Co-deputadas da Juntas com o mesmo objetivo.	A.5 Ano 21		
	II. O conselheiro *Herbert* sugeriu que o Conselho Gestor encaminhe a solicitação de audiência pública à Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade da ALEPE e, se necessário, que solicitemos também uma audiência prévia com o deputado estadual Wanderson Florêncio, presidente da referida comissão, para esclarecer a importância e a urgência dessa discussão	A.5 Ano 21		

Quadro 56- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2021: Ata 5

A.5	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES Não houve

Quadro 57- Demandas presentes na síntese das reuniões 2021: Ata 5

A.5	DEMANDAS Não houve

➢ SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES E DEMANDAS DO CONSELHO GESTOR DA APA ALDEIA BEBERIBE EM 2022

Quadro 58- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2022: Ata 1

A.1	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. encaminhamentos: (1) A *Cinthia Renata Vieira de Lima* minutará documento solicitando a audiência pública à ALEPE, o qual será disponibilizado aos conselheiros para contribuições e envio à Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade daquela Casa Legislativa; (2) o FSaA fará articulações com o deputado Wanderson Florêncio no sentido de destacar a urgência da pauta, assim como a gestora A gestora *Cinthia Renata Vieira de Lima* articulará com as Co deputadas da Juntas com o mesmo objetivo.	A.3 Ano 22		
	II. Sugestão para que o Conselho Gestor encaminhe a solicitação de audiência pública à Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade da ALEPE	A.2 Ano 23		
	III. Fazer uma abordagem do ponto de vista de reflexão sobre as mudanças climáticas no pronunciamento do Conselho			X

Quadro 59- Demandas presentes na síntese das reuniões 2022: Ata 1

A.1	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Proposta para que o Conselho solicitasse o levantamento dos condomínios e loteamentos residenciais licenciados pela CPRH e pelos órgãos municipais na APA Aldeia-Beberibe desde sua criação, ou seja, de 2010 a 2022			X
	II. A conselheira Silvana, da Agência CONDEPE/FIDEM, pediu que a CPRH reitera se o ofício enviado em novembro de 2021 à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAS) da Prefeitura do Recife solicitando que a gestão da APA Aldeia-Beberibe seja informada sobre os licenciamentos ambientais realizados na área protegida, considerando que, por participar da Comissão de Controle Urbanístico (CCU) daquele município, já presenciou inúmeros empreendimentos em análise sem o conhecimento da CPRH			X
	III. notifiquem o Ministério Público de Pernambuco para tomada de providências, considerando o descumprimento de ato normativo por parte desses municípios		A.2 Ano 22	
	IV. Registrada demanda como denúncia, para que seja investigada a conduta dos municípios nos licenciamentos na APA Aldeia-Beberibe, o que foi aprovado pela Plenária	A.1 Ano 22		

	V. Proposta para elaboração de um manifesto para compartilhar com a sociedade e solicitar o apoio de pessoas públicas para dar a maior repercussão possível a essa questão VI. Elaboração também um documento mais simples, com linguagem mais acessível e visual para compartilhar com a sociedade em geral, o que também foi acatado pela Plenária. Dessa forma, me comprometi a fazer os ajustes e submeter os documentos finais para aprovação dos conselheiros			X
	VII. Pensar em um nome para intitular a campanha, como teve o #Arrudeia para o Arco Viário			X

Quadro 60- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2022: Ata 2

A.2	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. *Valdir Luna*, novo coordenador técnico do Programa UC Pernambuco pelo ITEP, solicitou a palavra para se apresentar e se colocou à disposição para colaborar sempre que possível. Esclareceu que o programa está em descompasso com o cronograma previsto devido ao grande desafio de se gerenciar processos em conjunto	A.2 Ano 22		

Quadro 61- Demandas presentes na síntese das reuniões 2022: Ata 2

A.2	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Proposta para que encaminhemos documento à gestão ambiental estadual (CPRH/SEMAS) solicitando que envide esforços para sanar o decreto, salientando a urgência necessária			X
	II. Sugestão para que sejam enviadas camisas para pessoas públicas que possam divulgar a campanha e assim ajudar a mobilizar a sociedade			X
	III. A conselheira ***Luciane*** propôs, então, que solicitemos à ALEPE a alteração da lei de fogos de artifício, de modo a já constar em seu texto o órgão fiscalizador de seu cumprimento	A.3 Ano 22		

Quadro 62- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2022: Ata 3

A.3	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES
	Não houve

Quadro 63- Demandas presentes na síntese das reuniões 2022: Ata 3

A.3	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Marcar uma reunião do GT Revisão do Plano de Manejo para discutir o documento, além de incluir o CEPAN no GT para as discussões e contribuições, no sentido de agilizar e otimizar o tempo para trabalhar com o material		A.3 Ano 24	
	II. Marcar uma reunião extraordinária para tratar deste tema, tendo em vista a complexidade e a dificuldade dos Diretores comparecem numa reunião que tem outros temas em pauta		A.3 Ano 24	
	III. A conselheira *Mônica Rocha*, da Usina São José, falou sobre a importância de definir procedimentos internos na CPRH para ficar claro para a sociedade; *Cinthia* comentou que enquanto Conselho Gestor fica difícil contribuir em procedimentos internos da Agência, mas que podemos cobrar		A.4 Ano 22	

Quadro 64- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2022: Ata 4

A.4	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES
	Não houve

Quadro 65- Demandas presentes na síntese das reuniões 2022: Ata 4

A.4	DEMANDAS
	Não houve

➢ SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES E DEMANDAS DO CONSELHO GESTOR DA APA ALDEIA BEBERIBE EM 2023

Quadro 66- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2023: Ata 1

A.1	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Solicitado a atualização dos últimos acontecimentos relacionados à ESA e ao Arco Viário	A.1 Ano 24		

Quadro 67- Demandas presentes na síntese das reuniões 2023: Ata 1

A.1	DEMANDAS
	Não houve

Quadro 68- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2023: Ata 2

A.2	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Encaminhamento de documento formal às SEMAS solicitando a publicação do mapeamento dos corredores ecológicos da APA Aldeia-Beberibe.	A.2 Ano 23		

Quadro 69- Demandas presentes na síntese das reuniões 2023: Ata 2

A.2	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Encaminhe um documento à CPRH solicitando que indique um servidor para assumir a Secretaria Executiva do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe	A.2 Ano 23		
	II. Formalizou o convite em nome do Conselho Gestor para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico	A.2 Ano 23		

➢ SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES E DEMANDAS DO CONSELHO GESTOR DA APA ALDEIA BEBERIBE EM 2024

Quadro 70- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2024: Ata 1

A.1	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES
	Não houve

Quadro 71- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2024: Ata 1

A.1	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Sugestão: Para que o Conselho aprove uma moção solicitando que a CPRH firme o acordo de cooperação com a CPRH/SEMAS/PEDI para que possa continuar colaborando com o projeto			X
	II. Pedido para que fosse registrado em ata que quando a Usina Petribú solicitou a mudança de categoria do RVS Quizanga para RPPN			X
	III. Marcar reunião específica com a SEMAS para tratar sobre a revisão do plano de manejo	A.4 Ano 24		

Quadro 72- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2024: Ata 2

A.2	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. Solicitação para registrar em ata que o motivo da abstenção é o entendimento diverso em relação à aplicação do art. 11 da Lei Federal no 11.428/2006 – Lei da Mata Atlântica, que tratam dos casos de vedação para supressão de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica			X

Quadro 73- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2024: Ata 2

A.2	DEMANDAS	EFETIVADA		
	Não houve	S	P	N

Quadro 74- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2024: Ata 3

A.3	SOLICITAÇÕES - SUGESTÕES Não houve

Quadro 75- Solicitações-Sugestões presentes na síntese das reuniões 2024: Ata 3

A.3	DEMANDAS	EFETIVADA		
		S	P	N
	I. *Cinthia Renata Vieira de Lima* relatou que terá uma audiência ministerial do Ministério Público de Recife, solicitada por provocação deste Conselho através de manifestação em 2021, para tratar justamente dos processos licitados pela Prefeitura do Recife sem ciência da gestão da APA			X
	II. reunião será realizada no dia 10 de setembro de 2024; e a partir disso, entende-se que a prefeitura dará ciência a APA sobre esses processos e conseguiremos obter um alinhamento com definição de procedimentos visando à ciência da APA			X
	III. A Sra. *Taíza Nascimento*, servidora da CPRH, informou que durante a manifestação dos processos de licenciamento, quando existem UCs municipais, a gerência da UGUC recomenda que seja enviado ofício, por parte do analista responsável pelo licenciamento, solicitar a manifestação das prefeituras que gerem as UCs municipais. *Taíza* pontuou ainda que o exemplo da CPRH irá estimular outros municípios a adotarem essa prática de consultar os órgãos gestores das UCs			X
	IV. Foi sugerida que constasse na ata do Conselho Gestor a sugestão que entrasse como índice qualitativo para recebimento do ICMS socioambiental a participação de representantes dos municípios nos conselhos gestores ativos das unidades de conservação			X
	V. Ficou acordado que *Joaquim* e *Ana Carolina* irão ajudar *Cinthia Renata Vieira de Lima* a elaborar o Ofício e o documento indicando a revisão do Plano de Manejo e a atualização do zoneamento da APA num prazo até o dia 20 de setembro de 2024; em seguida, os referidos documentos finalizados serão enviados para o grupo de WhatsApp da APA para validação e ad referendum na próxima reunião do Conselho			X

4.3 Análise das sínteses das Atas do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe (2015-2024)

A análise dos resumos das atas do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe entre 2015 e 2024 revela um panorama complexo da gestão da Unidade de Conservação, marcado por avanços, desafios persistentes e obstáculos. As discussões e deliberações do Conselho evidenciam a necessidade de aprimorar a governança da APA para garantir a efetividade de suas ações e a proteção dos recursos naturais da região.

Sobre a Governança na APA Aldeia Beberibe, pontua-se:

- *Formação e Implantação do Conselho*: O Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe foi formado com a missão de assegurar a gestão participativa da Unidade, reunindo representantes do poder público e da sociedade civil. Essa composição busca garantir a representatividade dos diversos atores sociais com interesse na APA.

-*Composição e Participação:* A composição do Conselho demonstra a pluralidade de interesses na gestão da APA.

-*Representantes do Poder Público:* A participação de órgãos estaduais como CPRH e SEMAS demonstra o papel do Estado na gestão da Unidade. Entretanto, a participação irregular de representantes das prefeituras municipais, como apontado em diversas atas, revela a necessidade de maior engajamento dos municípios na gestão da APA.

-*Representantes da Sociedade Civil*: A participação ativa de Usinas (São José e Petribú), ONGs ambientalistas (FSaA, CEPAN, ANE) e universidades (UFRPE, IFPE) evidencia o importante papel da sociedade civil na gestão da APA.

-*Desigualdade na Participação*: Apesar da diversidade de representação, observa-se uma disparidade na participação. A CPRH e a SEMAS, juntamente com algumas ONGs e Usinas, assumem um papel mais proativo, enquanto a participação de outras entidades se mostra menos frequente e menos influente nas decisões.

Sobre obstáculos e desafios na Gestão da APA Aldeia-Beberibe, pontua-se:

- *Falta de Gerenciamento Executivo e Recursos*: A falta de estrutura administrativa e recursos financeiros para a APA, constantemente apontada nas atas, emerge como um dos principais obstáculos para a efetividade da gestão da Unidade.

- *Sobrecarga da Presidência*: A ausência de um corpo técnico dedicado exclusivamente à APA sobrecarrega a presidência do Conselho, que acumula responsabilidades de gestão, acompanhamento de projetos e articulação interinstitucional.

- *Dificuldade na Implementação de Ações*: A falta de recursos dificulta a execução de projetos e ações de conservação, como a implementação dos corredores ecológicos, a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

- *Comunicação Deficitária*: A comunicação entre os membros do Conselho e as instituições representadas se mostra deficiente em diversos momentos, impactando o fluxo de informações e a tomada de decisões.

-*Ausência de Informações*: A falta de informações sobre licenciamentos ambientais concedidos pelos municípios dentro da APA, sem a ciência do Conselho, exemplifica a fragilidade na comunicação e a necessidade de maior transparência.

-*Conflitos de Interesse e Baixa Capacidade de Influência*: Em diversos momentos, as atas revelam conflitos de interesse entre os membros do Conselho, especialmente em relação ao licenciamento de grandes empreendimentos. A limitada capacidade de influência do Conselho em decisões externas à sua esfera de atuação, como nos licenciamentos estaduais, ressalta a necessidade de fortalecer o papel do Conselho na gestão da APA.

Sobre pressões e ameaças, pontua-se:

Fatores que colocam em Risco a Integridade da APA:

-*Expansão Urbana Desordenada*: A proximidade da Região Metropolitana do Recife (RMR) impulsiona a especulação imobiliária e o crescimento urbano desordenado no entorno da APA. A construção de condomínios e o parcelamento irregular do solo representam uma das principais ameaças à integridade da Unidade.

-*Grandes Empreendimentos:* A proposta de implantação de grandes empreendimentos, como a UTE Pau Ferro II e o Arco Metropolitano, gera preocupações no Conselho, evidenciando a necessidade de avaliar cuidadosamente os impactos socioambientais dessas obras e buscar alternativas que minimizem os danos à APA.

-*Desmatamento e Degradação Ambiental:* O desmatamento, impulsionado pela expansão urbana, agrícola e por outros fatores, coloca em risco a biodiversidade da APA e compromete a qualidade dos recursos hídricos da região. As atas apontam para a necessidade de intensificar as ações de fiscalização e de implementar medidas para a recuperação de áreas degradadas.

-*Incêndios Florestais:* A ocorrência frequente de incêndios na APA, especialmente durante períodos de seca, destaca a necessidade de implementar medidas preventivas, como a educação ambiental e a criação de aceiros, além de fortalecer a capacidade de combate aos incêndios.

Sobre Ações, Iniciativas e Projetos, pontua-se:

Buscando Soluções para os Desafios da APA:

-*Plano de Manejo*: O Plano de Manejo da APA, elaborado em 2014, representa um importante instrumento para a gestão da Unidade, definindo diretrizes para o uso e ocupação do solo, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento de atividades sustentáveis. Entretanto, a necessidade de revisão do Plano de Manejo, reconhecida pelo Conselho, demonstra a necessidade de adaptá-lo às novas realidades e desafios da APA.

-*Corredores Ecológicos:* A implementação dos corredores ecológicos surge como uma estratégia para conectar fragmentos florestais e garantir a conservação da biodiversidade da APA. As discussões no Conselho apontam para a importância do mapeamento, da definição de estratégias de implantação e da articulação com os proprietários de terras para a efetividade dos corredores.

-*Projetos de Educação Ambiental*: Diversos projetos de educação ambiental foram aprovados pelo Conselho, visando a sensibilizar a população sobre a importância da conservação da APA. Dentre os projetos, destacam-se a elaboração de cartilhas educativas, a realização de oficinas em escolas e a formação de agentes de educação ambiental.

-*Lei de Proteção de Mananciais:* A criação de um GT para analisar a Lei de Proteção de Mananciais evidencia a preocupação do Conselho com a proteção dos recursos hídricos da APA. A necessidade de revisão da lei, apontada em diversas atas, visa a aperfeiçoar a legislação e fortalecer a proteção das áreas de recarga de aquíferos.

-*Importância do Conselho Gestor:* Espaço de Diálogo, Participação e Busca por Soluções.

-*Conselho Gestor*: A análise das atas demonstra que o Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe, apesar dos desafios enfrentados, tem desempenhado um papel fundamental na busca por uma gestão mais participativa, transparente e eficaz da Unidade de Conservação. O conselho tem se consolidado como um espaço de diálogo e negociação. Reunindo diferentes atores sociais, o conselho se torna um espaço privilegiado para o diálogo e a negociação em busca de soluções para os conflitos e desafios da gestão da APA. As discussões sobre o licenciamento de empreendimentos, a implementação dos corredores ecológicos e a revisão do Plano de Manejo demonstram a importância do Conselho como mediador entre diferentes interesses.

-*Participação e Controle Social:* A participação da sociedade civil no Conselho garante maior transparência e controle social sobre as ações da gestão da APA. As sugestões, questionamentos e críticas apresentados pelos conselheiros demonstram o papel do Conselho na fiscalização das atividades desenvolvidas na Unidade.

-*Articulação Interinstitucional:* O Conselho atua como um articulador entre diferentes instituições, promovendo a cooperação entre órgãos governamentais, universidades, ONGs e outras entidades com interesse na gestão da APA.

-*Construção de Soluções Conjuntas:* Apesar dos conflitos e divergências, o Conselho tem buscado construir soluções conjuntas para os problemas da APA. A elaboração de propostas, a criação de GTs e a aprovação de projetos demonstram a capacidade do Conselho de atuar de forma propositiva na busca por soluções para os desafios da gestão da Unidade.

Sobre pressões, obstáculos e governança na APA Beberibe, pontua-se:

A Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe, localizada em Pernambuco, enfrenta uma série de pressões que ameaçam a integridade de seus recursos naturais e a efetivação de sua gestão.

-*Grandes Empreendimentos:* A implantação de grandes empreendimentos, como a Rodovia do Arco Metropolitano e a Escola de Formação de Sargentos de Carreira (ESA) do Exército Brasileiro, representam uma grave ameaça à APA. A Rodovia, com 50,9 km de extensão, prevê a supressão de 21 hectares de floresta, enquanto a ESA, com 149 hectares, ocuparia a totalidade da área destinada ao projeto dentro da APA. O Conselho Gestor, a sociedade civil organizada e não organizada têm se manifestado contra a localização proposta para a ESA, defendendo alternativas que minimizem os impactos ambientais.

- *Rodovia Arco-metropolitano*, ressalta-se que a proposta da Rodovia do Arco Metropolitano, apresentada pelo Governo de Pernambuco em 2021, prevê uma área afetada total de 294 hectares, com supressão florestal de 65 hectares. Dessa área, 144 hectares estão dentro da APA Aldeia Beberibe, com 39 hectares de supressão florestal. A construção da rodovia resultaria em diversos impactos negativos, incluindo:

i. Fragmentação florestal: A rodovia dividiria a mata em partes menores, isolando populações de animais e plantas, dificultando a reprodução e a dispersão de sementes, e aumentando a vulnerabilidade a incêndios florestais.
ii. Perda de habitat: A supressão de 39 hectares de floresta dentro da APA representaria uma perda significativa de habitat para diversas espécies da fauna e flora.
iii. Aumento do risco de atropelamentos: A rodovia aumentaria o risco de atropelamentos de animais, especialmente aqueles que se deslocam entre fragmentos florestais.
iv. Poluição sonora: O ruído gerado pelo tráfego de veículos prejudicaria a comunicação entre animais e aumentaria o estresse da fauna.

v. Alteração da paisagem: A construção da rodovia impactaria a paisagem natural da APA, com a criação de novas bordas florestais mais secas e quentes.

- *Escola de Formação de Sargentos de Carreira (ESA):* A proposta da ESA, apresentada pelo Exército Brasileiro, prevê uma área afetada de 149 hectares, inteiramente dentro da APA Aldeia Beberibe. A supressão florestal seria total, atingindo 149 hectares de floresta. Os impactos seriam semelhantes aos da rodovia, com fragmentação florestal, perda de habitat e aumento do risco de atropelamentos.

- *Usinas termelétricas:* A presença de usinas termelétricas no território da APA gera impactos como poluição do ar e sonora, além do tráfego de caminhões que transportam óleo, o que aumenta o risco de acidentes ambientais. É importante destacar que a implantação desses empreendimentos na APA resultaria na perda de um importante remanescente de Mata Atlântica, que abriga diversas espécies ameaçadas de extinção, além de ser fundamental para a proteção dos recursos hídricos da região.

- *Desmatamento e Degradação Ambiental:* A supressão da vegetação nativa para diversos fins, como agricultura, pecuária e expansão urbana, é um problema persistente na APA. A fiscalização insuficiente e a dificuldade em coibir o desmatamento ilegal agravam a situação.

- *Implementação Inadequada do Corredor Ecológico:* A criação do corredor ecológico da APA, prevista no Decreto Estadual nº 48.638/2020, não tem sido efetivamente implementada. A ausência de fiscalização e a divergência de interpretações sobre a legislação que regulamenta a área têm permitido o licenciamento de empreendimentos dentro do corredor, comprometendo sua efetividade.

Sobre a expansão urbana desordenada, pontua-se:

A especulação imobiliária e o crescimento urbano desordenado também representam uma ameaça à APA. A construção de loteamentos e condomínios, muitas vezes sem a devida "anuência" da gestão da APA, contribui para a fragmentação florestal, a poluição de rios e a perda de biodiversidade (Figura 13).

Figura 13. Especulação imobiliária na APA Aldeia Beberibe (Assentamento Pitanga II e III)

Fonte: NBL Engenharia Ambiental (2018a).

A busca por uma governança mais eficaz para a APA Aldeia Beberibe extraídas da análise das atas do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe (2015-2024) revela a complexidade da gestão de uma Unidade de Conservação inserida em uma área de intensa pressão antrópica. Os avanços alcançados, como a elaboração do Plano de Manejo, a implementação de projetos de educação ambiental e a criação de um GT para analisar a Lei de Proteção de Mananciais, demonstram o empenho do Conselho na busca por uma gestão mais eficiente.

No entanto, os desafios persistem. A falta de estrutura administrativa e de recursos financeiros, a comunicação deficitária entre os atores envolvidos, os conflitos de interesse e a limitada capacidade de influência do Conselho em decisões externas representam obstáculos a serem superados.

Para garantir a efetividade da gestão da APA Aldeia Beberibe e a proteção de seus recursos naturais, é fundamental fortalecer a governança da Unidade, por meio de ações, como: (i) Fortalecer o Conselho Gestor: Capacitar os conselheiros, garantir maior representatividade dos municípios e ampliar sua capacidade de influência em decisões que afetam a APA; (ii) Criar um Núcleo Técnico para a APA: Dotar a APA de uma estrutura administrativa própria, com equipe técnica e recursos financeiros adequados, para garantir a implementação das ações definidas no Plano de Manejo e pelo Conselho; (iii) Aprimorar a Comunicação: Estabelecer mecanismos eficazes de comunicação entre os membros do Conselho, as instituições representadas e a sociedade, garantindo a transparência e o fluxo de informações relevantes para a gestão da APA; (iv) Implementar Mecanismos de Monitoramento e Avaliação: Criar indicadores para avaliar a efetividade das ações desenvolvidas na APA e (v) Adaptar as estratégias às necessidades da Unidade, garantindo a proteção dos recursos naturais e o fortalecimento da Resiliência Socioecológica Geral do território.

Ressalta-se a pertinência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no processo de construção de um "projeto civilizatório" em um "mundo em metamorfose" para balizamento da gestão e governança da APA, retomando-se inclusive os ODSs apontados como aderentes à presente pesquisa, com especial destaque para os: ODS 15 (Vida Terrestre); ODS 6 (Água Potável e Saneamento): Relacionado à qualidade dos recursos hídricos na APA e ao acesso das comunidades; ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis): Conectado à urbanização e ao desenvolvimento das comunidades no entorno da APA; ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima): Ligado à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, considerando o papel da floresta; ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura): Conforme indicação, no que tange aos projetos de infraestrutura na Mata Atlântica e à necessidade de promover uma industrialização sustentável e resiliente, que não comprometa os ecossistemas e os direitos das comunidades.

A análise das “Sínteses das Atas do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe entre 2015 e 2024” revela um panorama complexo da gestão da Unidade de Conservação, marcado por avanços, desafios persistentes e obstáculos. As discussões e deliberações do Conselho evidenciam a necessidade de aprimorar a governança da APA para garantir a efetividade de suas ações e a proteção dos recursos naturais da região.

Neste direcionamento, assevera-se que é na construção da racionalidade ambiental que nasce a proposta, ainda em gestação, do saber ambiental[19] o qual rompe a dicotomia entre o sujeito e objeto do conhecimento para reconhecer as potencialidades do real e para incorporar valores e identidades no saber. Ele emerge como resposta ao reducionismo da realidade, da exclusão das ciências fixadas em seus objetos de conhecimento, integrando fenômenos naturais e sociais, resgatando saberes e sentidos. Contudo, ele não é uma retotalização e acabamento do conhecimento existente através de procedimentos interdisciplinares, nem se resume a um método ou teoria (Leff, 2001, 2007).

Diante da proposta do saber ambiental, o conceito de ambiente nos traz a noção não apenas de "relações complexas e sinérgicas gerada pela articulação dos processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural", mas também como:

> [...] a falta de conhecimento que impulsiona o saber. **É o outro- o absolutamente outro- diante do espírito totalitário da racionalidade dominante.** O saber ambiental se projeta para o infinito do impensado- o por pensar- reconstituindo identidades diferenciadas em vias antagônicas de reapropriação do mundo. **A complexidade ambiental contribui para um reposicionamento do ser através do saber** (Leff, 2010, p.38, grifos nossos).

Ou seja, o saber ambiental nos impele a uma reapropriação do mundo, do ser, a uma construção de novos valores, ao reconhecimento da diversidade, do Outro, ao questionamento do ser humano e de seu propósito. Questões essenciais para lidar com as novas realidades que emergem diante dos riscos globais.

4.4 Destaques dos resumos síntese das Atas

Esta subseção realiza uma análise dos resultados da pesquisa à luz dos sete princípios para aumentar a resiliência socioecológica, conforme proposto por Biggs *et al.* (2012) e sintetizado no Quadro 3 do documento original.

Pontua-se como cada princípio se manifesta (ou a ausência de sua manifestação) nos processos de gestão e governança da APA Aldeia Beberibe:

[19] Quando uso a palavra saber, o faço para distingui-la de conhecimento. O primeiro é o processo através do qual o sujeito se encontra modificado pelo que conhece, ou melhor, pelo trabalho que fez para conhecer. É o que permite a modificação do sujeito e a construção do objeto. Conhecimento é o processo que permite a multiplicação dos objetos cognoscíveis, o desenvolvimento de sua inteligibilidade, a compreensão de sua racionalidade, enquanto que o sujeito que faz investigação permanece sempre o mesmo (FOUCAULT, 1991, p. 70 apud LEFF, 2010, p. 39).

-A diversidade de atores envolvidos na gestão (governo, sociedade civil, academia) e a redundância de funções que podem fortalecer a resiliência geral do sistema.

- A conectividade funcional e estrutural dentro do sistema socioecológico da APA, incluindo a importância dos corredores ecológicos e a conectividade entre diferentes níveis de governança e atores, segue-se com discussão sobre como a gestão e governança da APA reconhecem e respondem às variáveis de mudança lenta (ex.: desmatamento cumulativo, degradação da qualidade da água) e aos *feedbacks* (positivos ou negativos) que emergem do sistema.

-Compreensão de Sistemas Socioecológicos como os Sistemas Adaptativos Complexos (CAS), ao passo em que se proceder-se-á com a avaliação da gestão atual da APA, reconhecendo-se a incerteza e a imprevisibilidade inerentes ao SSE, e se adota uma postura de aprendizagem e adaptação diante dessa complexidade.

-Processos de aprendizagem e experimentação: a capacidade do Conselho Gestor e demais atores de aprender com as experiências passadas e de incorporar experimentações na busca por soluções para os desafios da APA.

-Aprofundamento: busca-se complexificar a discussão sobre a participação dos diferentes *stakeholders* na gestão da APA, incluindo a efetividade e a representatividade dos mecanismos participativos.

-Policentricidade: a distribuição de poder e responsabilidades entre múltiplos centros de decisão na governança da APA (governo, sociedade civil, academia), e como essa estrutura pode fortalecer ou fragilizar a resiliência.

A discussão desses princípios fornece uma estrutura para avaliar a capacidade adaptativa e transformadora da APA Aldeia Beberibe, e como o *framework* heurístico proposto na tese pode contribuir para fortalecer a resiliência do sistema diante dos desafios do Capitaloceno.

A partir da análise da importância da participação e do diálogo evidencia-se a importância da participação de todos os conselheiros, representando os diversos setores da sociedade, para a construção de uma gestão participativa e democrática. As atas demonstram a relevância do diálogo e da busca por consenso nas discussões, mesmo em temas polêmicos e complexos (Quadro 76).

Em resumo, a análise da "Síntese das Atas do Conselho Gestor da Aldeia Beberibe, 2015 a 2024" revela a importância do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe como um espaço de debate, articulação e tomada de decisão para a gestão da Unidade. As atas demonstram a complexidade dos desafios enfrentados e a necessidade de contínuo fortalecimento do Conselho para a construção de uma governança de alto impacto e efetividade na APA.

Quadro 76- Destaques dos resumos das Atas do Conselho Gestor

ANO	ATA	RESUMO
2015	1	A primeira reunião do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe aconteceu no Centro de Educação Ambiental do Parque Estadual Dois Irmãos, no Recife. A pauta incluiu a posse dos conselheiros, a discussão do regimento interno e informes gerais. **[DESTAQUE(S)] Durante a discussão do regimento, Herbert Tejo, do Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA), demonstrou preocupação com o licenciamento ambiental na APA, abrangendo oito municípios com diferentes níveis de autonomia. Cinthia Renata, da CPRH, esclareceu os critérios para licenciamento municipal e informou sobre um Grupo de Trabalho da CPRH para definir impacto local e tipologias. Ficou acordado que a minuta final do regimento seria enviada por e-mail e votada na próxima reunião.**
	2	A segunda reunião ocorreu no Auditório do Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC), em Paudalho. A pauta contemplou a aprovação da ata anterior, posse de novos conselheiros, aprovação do Regimento Interno, apresentação do Plano de Manejo, informes gerais, apresentação sobre o CIMNC e reconhecimento de área do CIMNC. **[DESTAQUE(S)] A ata destaca a aprovação do Regimento Interno e a apresentação do Plano de Manejo da APA, que já continha programas e subprogramas para nortear a gestão. Diversos informes sobre ações da CPRH na APA foram apresentados, incluindo operações de combate a crimes ambientais e recursos de compensação ambiental disponíveis.**
2016	1	A reunião aconteceu no Auditório da Estação Ecológica (ESEC) Caetés, em Paulista. A pauta incluiu a aprovação da ata anterior, posse de novos conselheiros, discussão sobre o pedido de licenciamento da PE-18, definição de diretrizes para o Plano de Ação e apresentação sobre a ESEC Caetés. **[DESTAQUE(S)] A discussão sobre a PE-18 gerou preocupações sobre os impactos ambientais da obra, com Herbert Tejo, do FSaA, questionando a necessidade do empreendimento e defendendo uma alternativa de Estrada-Parque. Cinthia Renata apresentou as diretrizes para o Plano de Ação, que deveria conter ações prioritárias a serem desenvolvidas pelos membros do Conselho.**
	2	Realizada no Auditório da CPRH, no Recife, a reunião tratou da aprovação da ata anterior, posse de novos conselheiros, **[DESTAQUE(S)] discussão sobre licenciamento de condomínios na APA, discussão sobre o projeto de corredores ecológicos e discussão do Plano de Ação. O FSaA solicitou esclarecimentos sobre a aplicação da Lei de Proteção de Mananciais no licenciamento de condomínios. Nelson Maricevich, da CPRH, explicou que a CONDEPE/FIDEM era responsável por essa análise. A discussão sobre o Plano de Ação teve como base as contribuições do FSaA, CIMNC e CPRH, totalizando 47 ações**.
	3	A reunião aconteceu no Auditório da CPRH, no Recife, e teve como pontos de pauta a aprovação da ata anterior, posse de novos conselheiros, deliberação sobre o desligamento da AMANE, **[DESTAQUE(S)] apresentação da CONDEPE/FIDEM sobre a Lei de Proteção de Mananciais, discussão do Plano de Ação e informes gerais. Decidiu-se substituir a AMANE pelo CEPAN no Conselho. A apresentação da CONDEPE/FIDEM sobre a Lei de Proteção de Mananciais evidenciou as dificuldades de aplicação da lei devido a lacunas e diferentes interpretações. Herbert Tejo, do FSaA, defendeu uma interpretação mais restritiva da lei**.
	1	A reunião aconteceu no auditório da CPRH, no Recife. A pauta incluiu a aprovação da ata anterior, a apresentação de propostas para aplicação de recursos de compensação ambiental, a discussão sobre o Plano de Ação e a definição do calendário de reuniões de 2017. **[DESTAQUE(S)]: A discussão principal focou na aplicação de R$200.000,00 de compensação ambiental. O Conselho debateu a necessidade de um gerenciamento executivo para a APA e a urgência de ações de conservação**.

2017	**2**	A reunião aconteceu no Auditório da CPRH, no Recife. A pauta incluiu a aprovação da ata anterior, a posse de conselheiros, a apresentação de instituições para assumir a suplência da representação de ONGs ambientalistas, **[DESTAQUE(S)]: sugestões de locais para as próximas reuniões e a deliberação sobre o conteúdo mínimo para um projeto de formação em educação ambiental. Herbert Tejo, do FSaA, reiterou sua crítica ao modelo tradicional de educação ambiental e defendeu a priorização de projetos de restauração.**
	3	A reunião aconteceu na sala de reuniões da Prefeitura de Camaragibe. Os pontos de pauta foram a aprovação da ata anterior, posse de conselheiros, apresentação de instituições para a suplência de ONGs ambientalistas, **[DESTAQUE(S)]: deliberação sobre o conteúdo mínimo para um projeto de formação em educação ambiental, discussão sobre a proposta de gestão executiva da APA pelo FSaA, e informes gerais. A discussão sobre a gestão executiva da APA ganhou destaque, com o Conselho buscando um modelo viável para a Unidade.**
	4	A reunião foi realizada no salão de eventos do Privê Haras de Aldeia, em Paudalho. A pauta contemplou a aprovação da ata anterior, a posse de conselheiros, a apresentação da ANE para a suplência de ONGs ambientalistas, **[DESTAQUE(S)]: a apresentação de três projetos a serem desenvolvidos na APA ("Meu Ambiente", "Corredores Ecológicos" e "Formação em Educação Ambiental e Recomposição de Mata Ciliar"), e informes gerais. A apresentação dos projetos evidenciou a importância da participação do Conselho para o sucesso das iniciativas.**
	5	Realizada no salão de eventos do Privê Haras de Aldeia, em Paudalho, a reunião teve como pauta a aprovação da ata anterior, a posse de conselheiros, a apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento ("Meu Ambiente", "Corredores Ecológicos" e "Formação em Educação Ambiental"). **[DESTAQUE(S)]: a apresentação do relatório anual de atividades da APA, a proposição do calendário de 2018 e informes gerais. O Conselho reconheceu os avanços proporcionados pelos projetos, mas cobrou maior envolvimento para garantir a continuidade das ações.**
2018	**1**	Realizada no Auditório da CPRH, no Recife, a reunião incluiu a apresentação do Diretor-Presidente da CPRH ao Conselho, a aprovação da ata anterior, a posse de conselheiros, a apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento, a apresentação da assiduidade dos membros do Conselho, a definição de coordenador e relator para o GT Lei de Proteção de Mananciais, a proposição de criação de uma Câmara de Acompanhamento de Autuações e informes gerais. **[DESTAQUE (S)]: A necessidade de reformulação do Conselho para garantir maior participação e a criação de um GT para discutir a Lei de Proteção de Mananciais foram destaques da reunião.**
	2	A reunião aconteceu na sede do Parque Municipal de Aldeia, em Camaragibe. A pauta incluiu a aprovação da ata anterior, a posse de novos conselheiros, **[DESTAQUE(S)]: a apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA, informes gerais e uma aula-campo sobre restauração florestal. A integração entre a CPRH e a CIPOMA para fiscalização ambiental e a necessidade de atualização do decreto da APA para incluir a zona de corredor ecológico foram pontos importantes da reunião.**
	3	A reunião foi realizada no Anexo do Centro de Educação Ambiental do Parque Estadual Dois Irmãos, no Recife. A pauta contemplou a aprovação da ata anterior, a posse de conselheiros, a apresentação do status dos projetos em desenvolvimento, a apresentação do projeto de estudos para revisão do Plano de Manejo do PEDI, a apresentação do projeto de categorização das UCNs Beberibe e Dois Irmãos, a apresentação de informações sobre autuação e regularização de um empreendimento em Camaragibe e informes gerais., **[DESTAQUE(S)] A discussão sobre a gestão do viveiro florestal a ser implantado e a necessidade de um GT para discutir estratégias para sua gestão a longo prazo foram destaques da reunião**.
	4	A reunião foi realizada no auditório da CPRH, Recife-PE. **Pauta:** Aprovação da ata anterior. Posse de conselheiros. Status dos projetos na APA. Proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN. Relatório anual e cronograma de 2019 e informes gerais. **[DESTAQUE(S)]: Posse de conselheiras suplentes, apresentação de projetos em andamento, incluindo a proposta de criação de corredores ecológicos, discussão sobre a conversão do RVS Quizanga em RPPN, com a solicitação de apoio do Conselho e apresentação do relatório anual.**

2019	**1**	A reunião foi realizada no Auditório do Parque Estadual Dois Irmãos, com Pauta: aprovação da ata anterior, posse de conselheiros. status dos projetos na APA, proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN, Plano de ação do Conselho Gestor e informes gerais. **[Destaque (s)]: Discussão sobre a conversão do RVS Quizanga em RPPN, com sugestões de melhorias, como a inclusão de APPs como corredores ecológicos, Busca por financiamento para a distribuição de cartilhas educativas, Início da instalação do viveiro florestal da APA, Início da discussão sobre o plano de ação do Conselho Gestor.**
	2	A reunião na sala de reuniões da Diretoria-Presidência da CPRH, com Pauta: Aprovação da ata anterior, Posse de conselheiros, Discussão do plano de ação do Conselho Gestor e Informes gerais**. [Destaque(s)]: Consolidação do documento de aprovação da conversão do RVS Quizanga em RPPN, discussão sobre o plano de ação, com a sugestão de inclusão de atividades de planejamento territorial e proposta de criação de Grupos de Trabalho (GTs) para tratar de temas específicos.**
	3	A reunião aconteceu no Auditório do Parque Estadual Dois Irmãos com Pauta: Pauta: Aprovação da ata anterior, Posse de conselheiros. Resultados do GT sobre a Lei de Proteção de Mananciais, encaminhamentos sobre o plano de ação do Conselho Gestor e Informes gerais**. [Destaque (s)]: Apresentação da proposta de gestão executiva da APA pelo Fórum Socioambiental de Aldeia, apresentação dos resultados parciais do GT sobre a Lei de Proteção de Mananciais, discussão sobre a necessidade de avanços nos GTs e definição de diretrizes para o período de licença maternidade da gestora.**
	4	A reunião aconteceu no auditório do Parque Estadual dois irmãos. Com a pauta: Pauta: Aprovação da ata anterior, Posse de conselheiros. Resultados do GT sobre a Lei de Proteção de Mananciais, encaminhamentos sobre o plano de ação de conselho gestor e informes gerais**. [Destaque (s)]: discussão sobre pendências da ata anterior, incluindo a proposta de gestão da APA por uma OS e a situação do GT Restauração, debate sobre o RAS da termelétrica Pau Ferro II e sugestão de realização de reunião técnica informativa, deliberação sobre a assinatura do Termo de conversão do RVS Quizanga em RPPN, com a alteração de um termo específico. Definição do calendário de reuniões para 2020.**
2020	**1**	A reunião aconteceu no Auditório do Parque Estadual Dois Irmãos, Pauta: licenciamento da, UTE Pau Ferro II. **[Destaque (s)]: Relato sobre a Reunião Técnica Informativa (RTI) acerca do licenciamento da UTE Pau Ferro II, Formação de um GT para elaborar um documento sobre o processo de licenciamento da UTE**.
	2	A reunião aconteceu no Ambiente virtual. Pauta: Aprovação das atas anteriores, Manifestação sobre o licenciamento da UTE Pau Ferro II, Informes gerais. **[Destaque (s)]: Aprovação da Manifestação sobre o licenciamento da UTE Pau Ferro II, Deliberação para protocolar a Manifestação na CPRH e enviar ao MPPE e solicitação de reunião técnica com o MPPE para apresentar o documento.**
	3	A reunião aconteceu no ambiente virtual. Pauta: aprovação das atas anteriores, encaminhamentos da Manifestação sobre a UTE Pau Ferro II. reativação do GT restauração e propostas para o Viveiro-Escola, pulverização de agrotóxicos na APA e Informes gerais. **[Destaque (s)]: Relato dos encaminhamentos da Manifestação sobre a UTE Pau Ferro II, incluindo a reunião com o MPPE e a falta de resposta da CPRH, discussão sobre a reativação do GT Restauração e a necessidade de destinação de mudas do viveiro florestal, debate sobre a pulverização de agrotóxicos na APA e a necessidade de regulamentação.**
	4	A reunião aconteceu no ambiente virtual. Pauta: aprovação da ata anterior, encaminhamentos da Manifestação sobre a UTE Pau Ferro II.**,** encaminhamentos do GT Restauração, encaminhamentos do GT Arco Viário, desafios para a governança ambiental da APA em 2021, calendário de reuniões de 2021e informes gerais. **[Destaque (s)]: Falta de resposta da CPRH e do MPPE sobre a Manifestação da UTE Pau Ferro II, Discussão sobre a gestão compartilhada do viveiro florestal e a necessidade de recursos para sua manutenção, análise do edital para o Arco Viário Metropolitano e preocupação com os impactos socioambientais e definição do calendário de reuniões para 2021.**

2021	**1**	A reunião aconteceu no ambiente virtual. Pauta: aprovação da ata anterior, relato do GT Arco Viário, apresentação de projetos de pesquisa na APA, **[Destaque (s)]: informes gerais, discussão sobre a resposta da ADDiper à consulta do GT Arco Viário e decisão de enviar ofício ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, apresentação de dois projetos de pesquisa a serem realizados na APA, atualização sobre a Manifestação da UTE Pau Ferro II e a falta de resposta da CPRH e do MPP.**
	2	A reunião aconteceu no Ambiente virtual. Pauta: aprovação da ata anterior. relato do GT Arco Viário, relato do GT Restauração, revisão do Plano de Manejo da APA, informes gerais. **[Destaque (s)]: Discussão sobre os trabalhos do GT Arco Viário e a necessidade de articulação com outros atores, debate sobre o edital de restauração florestal e a preocupação com a área da Barragem de Botafogo, apresentação sobre a revisão do Plano de Manejo da APA e a necessidade de adequações ao Termo de Referência.**
	3	A reunião aconteceu no Ambiente virtual. Aprovação da ata anterior. **[Destaque (s)]** Revisão do Plano de Manejo da APA, edital de restauração florestal, Proposta de Escola de Sargentos do Exército no CIMNC, informes gerais. **[Destaque (s)]: apresentação detalhada do Programa UCs Pernambuco e do processo de revisão do Plano de Manejo da APA, discussão sobre os desafios da revisão do Plano de Manejo e a necessidade de um plano objetivo e realista, adiamento da discussão sobre o edital de restauração florestal e a proposta da Escola de Sargentos.**
	4	A reunião aconteceu no ambiente virtual. Pauta: Aprovação da ata anterior, edital de restauração florestal, proposta de Escola de Sargentos do Exército no CIMNC, Informes gerais. **[Destaque (s)]: Apresentação da proposta de edital de restauração florestal e debate sobre os critérios de seleção dos projetos, discussão sobre a proposta de Escola de Sargentos do Exército e a necessidade de uma audiência pública. preocupação com a não inclusão do RVS Mata da Usina São José no Programa UCs Pernambuco.**
2022	**1**	A reunião aconteceu no ambiente Virtual. Pauta: aprovação da Ata anterior, posse de conselheiros, andamento da revisão dos Planos de Manejo da APA e RVS Mata de Miritiba, discussão sobre a proposta da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC e Informes Gerais. **[Destaque (s)]: A conselheira Maíra Braga, da SEMAS, informou que o processo de contratação não foi acompanhado pelas equipes gestoras das UCs e que precisa de adequações, Foi definido que a SEMAS, CPRH e o Conselho se reunirão para discutir sobre a proposta da Escola de Sargentos.**
	2	A reunião aconteceu no ambiente Virtual. Pauta: aprovação da ata anterior, posse de conselheiros, andamento da revisão dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba. discussão sobre empreendimento licenciados sem o conhecimento da gestão da APA, atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC, Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano e Informes Gerais **[Destaque (s)]: A conselheira Fabiane Santos, do CEPAN, informou que os produtos preliminares do primeiro diagnóstico ambiental parcial das UCs e o relatório da oficina participativa foram aprovados pela SEMAS, Foi decidido que a SEMAS cobrará do ITEP o compartilhamento dos produtos gerados até o momento para o GT, foi acordado que o Conselho se manifestará sobre o licenciamento de empreendimentos na APA, a SEMAS continua tentando viabilizar a reunião extraordinária do CONSEMA/PE sobre a ESA, mas depende da disponibilidade do Exército.**
	3	A reunião aconteceu no Auditório do Parque Estadual Dois Irmãos. Pauta**:** Aprovação da ata anterior, Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes, discussão sobre procedimentos da CPRH no licenciamento, fiscalização e implementação do corredor ecológico na APA Aldeia-Beberibe, atualização sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba, atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC e atualização Sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano e Informes Gerais. **[Destaque (s)] Foi acordado que haverá um seminário com gestores de APAs para discutir procedimentos de licenciamento ambiental e uma reunião extraordinária com a CPRH, SEMAS, e o conselho gestor, será elaborada uma nota de repúdio pela postura da CPRH, o processo licitatório para a elaboração dos estudos e projetos do Arco Viário ocorreu entre janeiro e fevereiro, o Conselho**

		continuará monitorando o projeto do Arco Viário e a CPRH se comprometeu a criar procedimentos internos para anuência e ciência da gestão das Unidades de Conservação nos licenciamentos ambientais.
	4	A reunião aconteceu no auditório do Parque Estadual Dois Irmãos. Aprovação da ata anterior. Pauta**:** posse de novos conselheiros, Apresentação de projetos de pesquisa realizados na APA Aldeia-Beberibe, Atualização sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba, Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA, atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC. atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano e Informes Gerais. **[Destaque (s)] Houve apresentação de projetos de pesquisa de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado na APA; A SEMAS e o ITEP realizaram uma oficina participativa para a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba, O Ministério Público estadual entrou com uma ação civil pública para solicitar a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA.**
2023	**1**	A reunião aconteceu no ambiente virtual. Pauta: deliberação sobre indicação de representantes para o GT do Decreto Estadual nº 54.683/2023, informes, a conselheira Dra. Bruna Bezerra, da UFPE, e o conselheiro Herbert Tejo, do FSaA, se apresentaram para compor o GT. **[Destaque (s)] Os gestores suspenderam as atividades dos Conselhos devido à falta de redesignação das gratificações, Houve uma audiência ministerial sobre os empreendimentos na APA no dia 12 de abril de 2023.**
	2	Não informado na ata. Pauta: Aprovação das atas anteriores, posse de novos conselheiros, deliberação sobre alteração no regimento interno, atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba, Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos, Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano, atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC, e informes gerais. **[Destaque (s) O Programa UC Pernambuco foi finalizado sem ter alcançado os resultados esperados, foi proposto convidar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para uma reunião para discutir o Arco Viário, o Fórum Socioambiental de Aldeia apresentou um estudo de relevo com base nos dados do projeto Pernambuco Tridimensional, foi agendada uma reunião extraordinária para o dia 18 de abril de 2024 para discutir a resposta ao MPF sobre a Escola de Sargentos.**
2024	**1**	Local não informado na ata. Pauta: Aprovação da ata anterior, Posse de novos conselheiros, apresentação de resultados parciais de projetos de pesquisa, discussão sobre o licenciamento de novos empreendimentos imobiliários de grande porte na APA, atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba, Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA, atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano, atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC e Informes gerais**. [Destaque (s)] Apresentação de resultados parciais dos projetos "Surucucu" e "Uso de ferramentas autônomas e remotas para monitoramento da biodiversidade", discussão sobre o licenciamento de novos empreendimentos imobiliários na APA e a necessidade de consulta à gestão da Unidade. a SEMAS não tem novidades sobre a revisão dos planos de manejo, a correção do decreto dos corredores ecológicos está aguardando o parecer da Procuradoria Geral do Estado e Conselho irá se manifestar sobre o pedido de pronunciamento do MPF a respeito da Escola de Sargentos.**
	2	A reunião aconteceu no Parque Estadual Dois Irmãos (PEDI). Pauta: aprovação da ata anterior, posse de novos conselheiros, aprovação de resposta ao MPF sobre a Escola de Sargentos e informes gerais. **[Destaque (s)] A resposta ao MPF sobre a documentação da Escola de Sargentos foi aprovada por maioria, com abstenção da Usina São José, AFCP e Exército, e a Usina São José solicitou registro em ata do motivo de sua abstenção.**
	3	A reunião aconteceu no local não informado na ata. Pauta: aprovação da ata anterior, posse de novos conselheiros, Informes sobre licenciamento de empreendimentos na APA pela CPRH, Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba, Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA, atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano, atualização sobre o projeto da

		Escola de Sargentos do Exército no CIMNC e Informes gerais. **[Destaque (s)] A CPRH informou sobre o licenciamento de empreendimentos na APA, mas sem muitos detalhes, A SEMAS/PEDI informou que não há evolução no Programa UC Pernambuco e nem previsão para a revisão dos planos de manejo, o Ministério Público estadual entrou com uma ação civil pública para solicitar a correção do decreto dos corredores ecológicos, o Arco Viário Metropolitano continua sem novidades, o Exército Brasileiro realizou uma reunião sobre a Escola de Sargentos, mas sem a presença de representantes da sociedade civil.**

Fonte: Autoria própria (2024).

A leitura das sínteses das reuniões realizadas (Quadros 6 a 76) revela que a legislação ambiental impacta diretamente o desenvolvimento na APA Aldeia-Beberibe uma vez que a lei de proteção de mananciais apresenta muitas lacunas e que acabam ensejando diferentes interpretações na forma da lei que acabam sobrepujando os interesses econômicos em detrimento dos socioambientais. Um bom exemplo disso é a Lei de Proteção de Mananciais, que, impõe restrições ao uso e ocupação do solo em áreas de mananciais, o que pode gerar conflitos com o setor imobiliário.

As discussões sobre o licenciamento de condomínios e da PE-18 ilustram esse impasse entre a necessidade de desenvolvimento e a proteção ambiental. A complexidade do processo de licenciamento ambiental e a falta de clareza sobre os critérios de licenciamento também são apontadas como obstáculos.

Diversas estratégias para a conservação e uso sustentável da APA Aldeia-Beberibe são discutidas nas Atas do Conselho. A elaboração e implementação do Plano de Manejo, com programas e subprogramas para nortear a gestão, é um passo fundamental. A criação de corredores ecológicos para conectar fragmentos florestais e garantir a preservação da sociobiodiversidade também é uma ação propulsora.

A restauração florestal, através do plantio de mudas nativas e da recuperação de áreas degradadas, é crucial para a conservação da APA. O monitoramento da qualidade da água e a fiscalização de atividades que possam impactar os recursos hídricos são essenciais para garantir a segurança hídrica da região.

A educação ambiental, com foco na conscientização da população sobre a importância da APA e na promoção de práticas sustentáveis, também é fundamental para a conservação da área. A participação da comunidade local na gestão da APA, através do Conselho Gestor e de outras instâncias de participação, é fundamental para garantir a efetividade das ações de conservação.

Daí porque se dizer que, a gestão da APA Aldeia-Beberibe enfrenta desafios complexos, relacionados à aplicação da legislação, à estrutura de gestão, à participação dos sujeitos envolvidos e à necessidade de conciliar desenvolvimento e conservação. A implementação de estratégias eficazes para a conservação e uso sustentável da APA depende da superação desses obstáculos e do engajamento de todos os atores sociais.

4.5 Poiética de gestão e governança

A abordagem da "poiética de gestão e governança" na APA Aldeia Beberibe vai além da simples análise de estruturas e processos, buscando compreender a dimensão criativa e dinâmica de como a governança se "faz" e se "reconfigura" em um sistema socioecológico complexo.

O termo "poiética" (do grego *poiesis*, que significa fazer, criar) aqui ressalta que a gestão não é uma mera aplicação de regras predefinidas, mas um processo contínuo de construção e reconstrução, de elaboração de soluções diante da incerteza e da imprevisibilidade (Biggs *et al.*, 2012; Leff, 2007).

Esta seção discutirá como os resultados da pesquisa revelam os elementos "poiéticos" na gestão da APA, especialmente à luz dos princípios metodológicos orientadores do pensar complexo (Sistêmico/Organizacional, Hologramático, Retroatividade, Recursividade, Autonomia/Dependência, Dialógico, Reintrodução do Sujeito Cognoscente), conforme discutido na metodologia.

- **Criação Coletiva de Soluções:** A frase de Li Junhua (ONU, 2024, p.33) ressoa fortemente com a ideia de poiética, onde a "mente coletiva" dos atores envolvidos na APA (Governo, sociedade civil, academia) é mobilizada para "criar soluções para problemas aparentemente intratáveis". As atas do Conselho Gestor, apesar dos desafios, mostram momentos de intensa colaboração na proposição de ações, como a criação de Grupos de Trabalho para a Lei de Proteção de Mananciais (ATA 3/2016 - Sugestão II) ou para o Arco Viário (ATA 3/2020 - Demanda II).

- **Aprendizagem e Transformação:** A poiética da governança se manifesta na capacidade do sistema de aprender e, se necessário, transformar-se. A busca por revisão do Plano de Manejo (ATA 3/2024 - Demanda V) ou por uma "forma de gestão mais eficiente e viável" (ATA 1/2017 - Sugestão III) são expressões dessa

natureza transformadora. O embate com as "lacunas e inconsistências" da Lei de Proteção de Mananciais (ATA 3/2016 - Sugestão V, VI) impulsiona um processo de reinterpretação e, potencialmente, de recriação normativa.

- **Dialógica e a Gestão dos Conflitos:** Apoiada no princípio dialógico da complexidade (Morin; Ciurana e Motta, 2009), a poiética da governança na APA se revela na gestão constante das tensões entre os interesses da conservação e os da lógica do capital. Os inúmeros debates sobre licenciamentos ambientais (ex.: UTE Pau Ferro II, Arco Viário, licenciamentos municipais sem ciência da APA) demonstram um fazer contínuo da governança que tenta conciliar essas forças opostas, sem, contudo, sempre atingir a resolução ideal. O fato de os atores buscarem levar a problemática "para fora", para as redes sociais e ONGs (ATA 2/2020 - Sugestão), também é uma forma de expandir o campo de criação de soluções e pressão para a governança.

- **Reintrodução do Sujeito Cognoscente:** A poiética reconhece que os atores (sujeitos cognoscentes) não são meros executores de regras, mas criadores ativos da realidade da governança. As "solicitações, sugestões e demandas" registradas nas atas, com a participação de diversos conselheiros (Ex.: Sr. Zenilson, Sra. Giannina, Cel. Vidal, Sra. Danusa, Sr. Anselmo, Sra. Mônica Rocha, Sr. Herbert, Sra. Taíza, Joaquim, Ana Carolina, etc.), são exemplos claros desse fazer poiético, no qual o conhecimento e a experiência individual contribuem para a construção coletiva da gestão e da resiliência.

Em suma, a "poiética de gestão e governança" na APA Aldeia Beberibe é um processo em constante mutação, onde a capacidade de adaptação, a aprendizagem coletiva e a gestão dialógica dos conflitos são elementos essenciais para a construção de um caminho resiliente diante dos desafios complexos do Capitaloceno.

4.5.1 Conceitos fundamentais para governança de Áreas Protegidas

A governança de Áreas Protegidas, como a APA Aldeia Beberibe, demanda a aplicação de conceitos fundamentais que, em sua interconexão, fortalecem a capacidade do sistema

socioecológico de enfrentar as pressões e alcançar seus objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável.

- **Governança Robusta e Adaptativa:** A robustez da rede de governança está intrinsecamente ligada à capacidade de resiliência socioecológica (Burgos, 2019). No contexto da APA, a governança, conforme definida como as "interações entre estruturas, processos e tradições" e as "instituições" (Institute on Governance, 2003; Armitage *et al.*, 2009; Borrini-Feyerabend & Hill, 2015; Alexander *et al.*, 2016; Brown *et al.*, 2002), deve ser adaptativa (Biggs *et al.*, 2012; Folke *et al.*, 2005), ou seja, capaz de aprender e ajustar-se a mudanças. A análise das atas revela que o Conselho Gestor, embora busque essa adaptabilidade através da criação de GTs e discussões, ainda enfrenta barreiras na sua plena efetivação.

- **Policentricidade e Coordenação:** A policentricidade, caracterizada pela existência de múltiplos centros de decisão na governança (Biggs et al., 2012), é crucial para APAs que abrangem diversos municípios e jurisdições. A pesquisa apontou para a necessidade de melhorar a articulação entre as prefeituras e o órgão gestor da APA (ATA 3/2024 - Demanda I, II, III). A sugestão de um consórcio entre as prefeituras e o governo do estado (ATA 2/2016 - Sugestão V) e a proposição de incluir a participação municipal como índice de ICMS socioambiental (ATA 3/2024 - Sugestão IV) são tentativas de fortalecer essa coordenação policêntrica.

- **Participação Efetiva e Engajamento:** A participação dos *stakeholders* é um pilar da governança e um princípio de resiliência. As atas evidenciam esforços para estimular o envolvimento (reuniões itinerantes, sensibilização de prefeituras, busca por novos representantes). No entanto, a baixa participação de alguns atores e a necessidade de "sondar" o interesse (ATA 2/2017 - Sugestão III) indicam que a efetividade da participação ainda é um desafio que impacta a legitimidade e a capacidade de tomada de decisão do Conselho.

- **Aprendizagem e Conhecimento:** A governança de APs deve ser um processo de aprendizagem contínua (Folke *et al.*, 2005). A pesquisa demonstra a busca por conhecimento técnico (ATA 3/2016 - Sugestão VII), a colaboração com a academia (ATA 1/2016 - Sugestão VII; ATA 3/2018 - Sugestão VI) e a tentativa de integrar

resultados de pesquisas (ATA 1/2016 - Sugestão VII). A capacidade de traduzir esse conhecimento em ações e políticas adaptativas é um diferencial para a resiliência.

- **Transparência e Responsabilidade (*Accountability*):** Embora não explicitamente detalhado nas demandas gráficas, a transparência na gestão e a responsabilidade dos atores (públicos e privados) são cruciais para a confiança e a legitimidade da governança. A solicitação por informações sobre empreendimentos licenciados (ATA 3/2016 - Sugestão I) e a cobrança de posicionamento da CPRH (ATA 3/2016 - Demanda III; ATA 3/2020 - Sugestão I) são indicativos da busca por maior *accountability* na gestão da APA.

- **Gestão de Conflitos e Mediação:** Em um sistema complexo com "diversidade de leituras" e "conflitos de interesse" (SECTMA, 2012), a capacidade de gerir conflitos de forma construtiva é um conceito fundamental. As discussões sobre a Lei de Proteção de Mananciais e os licenciamentos são exemplos claros de conflitos que exigem mediação e soluções inovadoras, muitas vezes através da criação de Grupos de Trabalho específicos, demonstrando um esforço de governança para enfrentar e tentar resolver esses impasses.

Em suma, a governança eficaz da APA Aldeia Beberibe, para promover a resiliência, depende de uma estrutura policêntrica que fomente a participação efetiva e a aprendizagem contínua, com base na transparência e na capacidade de gerir os inevitáveis conflitos decorrentes da interação entre diferentes interesses e visões.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa se concentrou na construção de um framework heurístico de resiliência socioecológica, buscando identificar as pressões, os obstáculos e os desafios para uma governança de alto impacto na Unidade de Conservação. O estudo se desenvolveu a partir da análise de atas do Conselho Gestor da APA, de documentos legais e de dados secundários sobre a gestão da Unidade, além da revisão bibliográfica sobre os temas abordados.

Este capítulo apresenta a síntese dos principais resultados alcançados pela pesquisa, bem como a avaliação do cumprimento dos objetivos propostos e a confirmação da hipótese formulada. Além disso, discute as contribuições teóricas e práticas do estudo, as limitações identificadas e as sugestões para futuras investigações no contexto da APA Aldeia Beberibe.

A presente tese, ao investigar a gestão e governança no Capitaloceno a partir do sistema socioecológico da APA Aldeia Beberibe, Pernambuco, confirmou a hipótese inicial de que a unidade de conservação se configura, de fato, como um Sistema Socioecológico (SSE) complexo e dinâmico.

A análise permitiu identificar que a gestão e governança na APA pode se beneficiar substancialmente de um framework heurístico de resiliência socioecológica para superar problemas decorrentes da cisão natureza-sociedade, das assimetrias de poder e das diversidades de interesses. Os resultados demonstraram que a APA Aldeia Beberibe é um sistema permeado por múltiplas interações entre componentes sociais (comunidades locais, órgãos governamentais, setor produtivo, sociedade civil) e ecológicos (remanescentes de Mata Atlântica, recursos hídricos). Essa complexidade, como discutido com base em autores como Leff (2007, 2009) e Beck (2011, 2018), exige uma abordagem que transcenda a "patologia reducionista" para uma compreensão holística das dinâmicas.

A pesquisa identificou atributos e variáveis que influenciam diretamente a resiliência socioecológica geral da APA. Dentre eles, destacam-se a diversidade de atores sociais e a conectividade entre os fragmentos florestais e os sistemas hídricos, embora esta última seja constantemente ameaçada por projetos de infraestrutura. A qualidade da água e a capacidade de adaptação dos atores diante das pressões ambientais e socioeconômicas também se mostraram elementos cruciais para a resiliência do sistema. No que tange à governança, a pesquisa revelou tanto potencial quanto fragilidades. A efetividade das ações do Conselho Gestor, analisada por meio de suas atas (2015-2024), apontou que, embora diversas solicitações e sugestões tenham sido efetivadas, a persistência de "conflitos e divergências entre os atores

sociais" constitui um desafio significativo. Exemplos claros incluem as discussões sobre a Lei de Proteção de Mananciais (ATA 2/2016, ATA 3/2016, ATA 3/2016 - Demanda III, ATA 2/2016 - Sugestão II), os processos de licenciamento da Prefeitura do Recife sem ciência da gestão da APA (ATA 3/2024 - Demanda I, II, III), e as pressões de grandes empreendimentos como o Arco Viário (ATA 1/2016 - Sugestão I, ATA 3/2020 - Demanda I, II) e a UTE Pau Ferro II (ATA 1/2020 - Demanda I, ATA 2/2020 - Sugestão, ATA 3/2020 - Sugestão I).

Essa falta de integração intergovernamental e a pressão de grandes empreendimentos afetam diretamente a capacidade de resiliência da APA, sobrepujando, em alguns momentos, os interesses socioambientais em detrimento dos econômicos. A baixa participação de alguns municípios (como São Lourenço da Mata, ATA 1/2018 - Demanda II) e a dificuldade em instituir um Gerenciamento Executivo da APA por uma Organização Social (ATA 2/2016 - Sugestão III, ATA 2/2016 - Demanda III, ATA 2/2017 - Sugestão X, XI) são indicadores adicionais de fragilidades estruturais na governança.

A presença do Racismo Ambiental, sobretudo nas áreas periféricas da APA, evidencia assimetrias de poder que fragilizam a resiliência das comunidades mais vulneráveis, sublinhando a necessidade de uma governança que internalize e combata essas injustiças.

A principal contribuição desta tese reside na proposição de um framework heurístico de resiliência socioecológica, que serve como uma lente analítica e uma ferramenta para auxiliar a gestão e governança da APA Aldeia Beberibe. Ao aplicar os sete princípios para aumentar a resiliência propostos por Biggs *et al*. (2012) – diversidade e redundância, conectividade, variáveis lentas e feedbacks, compreensão de SES como CAS, aprendizagem e experimentação, participação e policentricidade – a pesquisa ofereceu um arcabouço para: i) diagnosticar as interações complexas dentro da APA como um Sistema Socioecológico Adaptativo Complexo (CAS); ii) avaliar a capacidade da governança existente em promover a adaptabilidade (permanecer no regime atual de forma resiliente) e a transformabilidade (criar um novo regime, se necessário, diante de rupturas) (Walker *et al*., 2004); iii) identificar oportunidades para fortalecer as "fontes sociais de resiliência" (Folke *et al*., 2005), como a combinação de diferentes tipos de conhecimento e a promoção da auto-organização entre os atores.

O framework heurístico não apenas permite identificar as fragilidades, mas também direciona a busca por "passos para mover o sistema para uma direção percebida como positiva" (Resilience Alliance, 2010), promovendo uma "resiliência geral em termos de aprendizagem, capacidade, flexibilidade".

As implicações práticas deste estudo são diversas. Para a gestão da APA Aldeia Beberibe, o *framework* heurístico oferece um guia para:

a) Aprimorar a integração intergovernamental e a coordenação entre os diferentes níveis e setores envolvidos na gestão. Isso inclui, por exemplo, a formalização de convites a entidades ausentes (ATA 1/2018 - Demanda I, II), a realização de reuniões técnicas conjuntas com órgãos como CONDEPE/FIDEM para dirimir dúvidas sobre a Lei de Proteção de Mananciais (ATA 2/2016 - Sugestão II, Demanda II), e a definição de procedimentos internos na CPRH para comunicação de licenciamentos na APA (ATA 3/2024 - Demanda III, Sugestão VIII).

b) Fortalecer os mecanismos de participação social no Conselho Gestor, garantindo que a "diversidade de leituras" e os "interesses" (SECTMA, 2012) sejam efetivamente conciliados. Isso envolve a realização de reuniões itinerantes nos municípios (ATA 1/2017 - Sugestão IV, V; ATA 2/2017 - Sugestão VI), a sensibilização de prefeituras (ATA 2/2017 - Sugestão IV) e a busca ativa por novos representantes quando houver falta (ATA 2/2016 - Demanda I).

c) Desenvolver estratégias de conservação e uso sustentável que considerem as variáveis lentas e os feedbacks do sistema, buscando antecipar e mitigar impactos. Abordar as assimetrias de poder e o racismo ambiental, fomentando políticas e ações que promovam um desenvolvimento mais justo e inclusivo para as populações vulneráveis na APA. A sugestão de incluir a participação de representantes dos municípios nos conselhos gestores ativos das unidades de conservação como índice qualitativo para recebimento do ICMS socioambiental (ATA 3/2024 - Sugestão IV) é um exemplo de mecanismo que pode fomentar maior responsabilidade municipal e, consequentemente, uma governança mais equitativa. Orientar a revisão e atualização do Plano de Manejo (ATA 3/2024 - Demanda V) e a implementação dos corredores ecológicos de forma mais resiliente, incorporando as informações e discussões dos GTs criados.

No plano teórico, esta tese contribui para o campo da resiliência socioecológica ao aplicar e aprofundar a compreensão dos seus princípios em um contexto complexo de Mata Atlântica e de alta pressão antrópica. Ela reforça a necessidade de abordagens interdisciplinares e sistêmicas para a gestão de Áreas de Proteção Ambiental, superando as "limitações da gestão de recursos naturais convencional".

A pesquisa também expande a discussão sobre a governança adaptativa e transformadora (Chaffin *et al.*, 2016), demonstrando como a atuação em diferentes níveis de aprendizagem (Folke *et al.*, 2005) é crucial para a sustentabilidade de SSEs. Contudo, apesar dos resultados alcançados, é fundamental reconhecer as limitações intrínsecas a esta pesquisa. A análise documental das atas do Conselho Gestor, embora rica, reflete as informações formalizadas e pode não capturar integralmente todas as dinâmicas e nuances das interações informais entre os atores. A observação participante, embora aprofundada, representa a perspectiva da

pesquisadora e de seus contatos. A complexidade do sistema socioecológico da APA Aldeia Beberibe é vasta, e o estudo focou em aspectos específicos que foram viáveis dentro do escopo da tese.

Para futuras pesquisas sobre o tema, sugere-se assim:

1) expandir a análise da aplicação dos ODS além do ODS 15, investigando a fundo como outros objetivos (como ODS 9, 6, 11, 13) estão sendo efetivamente integrados e monitorados na gestão da APA, e os *trade-offs* e sinergias que surgem. Realizar estudos de caso mais aprofundados sobre os mecanismos de conflito e divergência no Conselho Gestor (conforme evidenciado nas ATA 2/2016, 3/2016, 3/2024 sobre a Lei de Proteção de Mananciais e licenciamentos municipais), explorando as percepções de todos os atores envolvidos para identificar as barreiras para a construção de consensos e soluções mais resilientes. Isso incluiria a investigação sobre a conduta dos municípios nos licenciamentos na APA e o cumprimento de atos normativos (ATA 1/2022 - Demanda IV).

2) Investigar o impacto de políticas públicas específicas na APA, como as relacionadas ao saneamento básico e ao desenvolvimento urbano, e sua correlação com a qualidade dos serviços ecossistêmicos e a vulnerabilidade das comunidades. Analisar a efetividade de demandas específicas, como o envio da “Minuta Final sobre Impacto Local e as Tipologias” (ATA 1/2015 - Demanda I) e a aplicação de recursos de compensação ambiental (ATA 3/2016 - Sugestão IX, Demanda IV, Sugestão XIII).

3) Desenvolver e testar ferramentas mais específicas de monitoramento da resiliência, que possam ser aplicadas de forma contínua pela própria gestão da APA, facilitando a aprendizagem adaptativa. Aprofundar a discussão sobre o Racismo Ambiental na APA, realizando entrevistas e estudos etnográficos focados nas comunidades mais vulneráveis para propor ações específicas de justiça ambiental e empoderamento.

Dessa forma, o estudo da APA Aldeia Beberibe sob a lente da resiliência socioecológica no Capitaloceno revela a urgência de uma governança ambiental que não apenas responda aos desafios presentes, mas que seja proativa na construção de futuros mais justos, sustentáveis e sustentados. A capacidade humana de trabalhar coletivamente para criar soluções para problemas aparentemente intratáveis, como apontado pela ONU (2024), é a esperança que permeia a busca por um "projeto civilizatório" diante da "metamorfose do mundo".

Esta tese, ao propor um framework heurístico, oferece um caminho para que a gestão e governança da APA Aldeia Beberibe possa não apenas adaptar-se às mudanças, mas, mais importante, transformar-se em um modelo de coexistência harmoniosa entre a “sociedade” e a

"natureza", reforçando a importância da conservação da Mata Atlântica para o bem-estar das pessoas e do planeta.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. A heurística do medo, muito além da precaução. **Estudos Avançados,** 30 (86), 2016.

ACOSTA A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ACSELRAD, H *et al*. **Conflitos ambientais no Brasil**. Relume Dumará, 2014.

ALCANTARA, L. e SAMPAIO, C. Good Living as a Paradigm of Development: Utopia or Alternative Possible? **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 40, p. 231-251, abril 2017.

ANDRADE, W. M. *et al.* Knowledge, uses and practices of the licuri palm (Syagrus coronata (Mart.) Becc.) around protected areas in northeastern Brazil holding the endangered species Lear´s Macaw (Anodorhynchus leari). **Tropical Conservation Science**, México, v.8, p.893-911, 2015.

ANDRADE, J. T. **Gestão Participativa de Unidades de Conservação no Brasil – Interpretando a APA Petrópolis.** Orientador: Rodrigo Jesus de Medeiros**. 2007.** Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) – Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

ANDRADE, T. M. **Modelo de resiliência socioecológica e as suas contribuições para a geração do desenvolvimento local sustentável**: validação no contexto comunitário de marisqueiras em Pitimbu-PB. 2007. 276 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

ARBILLA, G.; SILVA, C. M. A Química no Antropoceno: Desafios para um Futuro Sustentável. **Química Nova**, v. 41, n. 5, p. 510-520, 2018.

AZEVÊDO, J. L. C. **Percepção dos proprietários sobre a biodiversidade de suas florestas e a necessidade de incentivos econômicos para sua conservação na APA Aldeia-Beberibe, Pernambuco**. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARTHOLO JR., R.; BURSZTYN, M. Prudência e Utopismo: Ciência e Educação para a sustentabilidade". *In*: BURSZTYN, M. (Org.) **Ciência, ética e sustentabilidade**. 2 ed., São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

BECK, U. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade.** São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

BECK, U. **Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade.** São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010. 361 p.

BIERNARCKI, P; WALDORF, D. Snowball sampling problems and techniques of chain referral sampling**. Sociological Methods and Research 10**: 141-163. 1981.

BIGGS, R. M. *et al.* Towards principles for enhancing the resilience of ecosystem services. **Annual Review of Environment and Resources** 37: 421-448, 2012.

BPBES – PLATAFORMA BRASILEIRA DE BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS**. Sumário para tomadores de decisão: 1º diagnóstico brasileiro de biodiversidade e serviços ecossistêmicos.** JOLY, Carlos A.; SCARANO, Fabio R.; BUSTAMANTE, Mercedes; GADDA, Tatiana; METZGER, Jean Paul; SEIXAS, Cristiana S.; OMETTO, Jean-Pierre; PIRES, Aliny P. F.; BOESING, Andrea Larissa; SOUSA, Francisco Diogo Rocha; QUINTÃO, José Maurício; GONÇALVES, Leandra; PADGURSCHI, Maíra;

AQUINO, Michely Ferreira Santos de; CASTRO, Paula Drummond de; SANTOS, Isabela de Lima. 1. ed. Campinas, SP: BPBES, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 16.161, de 21 de julho de 1944.** Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Ministério da Guerra, os imóveis que menciona, situados no município de Paulista, Estado de Pernambuco. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, p. 844, 1944.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322. Acesso em: 11 nov. 2020.

BURGOS, A. **Conectividade e ajustes em sistemas socioecológicos: o papel das redes de colaboração na conservação da biodiversidade.** 2019**.** Tese (Doutorado em Ambiente e Sustentabilidade) Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2019. 235p.

BUSCHBACHER, R. A Teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível? **Boletim regional, urbano e ambiental, 09**, Jan. – Jun., 2014.

BUSCHBACHER, R. *et al*. Avaliação da Resiliência como ferramenta para entender a fronteira amazônica como um sistema socioecológico. **Sustentabilidade em Debate**, v. 7, n. 2, 2016.

BÜSCHER, B.; FLETCHER, R. Towards Convivial Conservation. **Conservation and Society.** 17(3): 283-296, 2019.

BUSTAMANTE, M. M. C. *et al*. Tendências e impactos dos vetores de degradação e restauração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. In: JOLY, C. A.; SCARANO, F. R.; SEIXAS, C. S.; METZGER, J. P.; OMETTO, J. P.; BUSTAMANTE, M. M. C.; PADGURSCHI, M. C. G.; PIRES, A. P. F.; CASTRO, P. F. D.; GADDA, T.; TOLEDO, P. (eds.). **1º Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos**. São Carlos: Editora Cubo, 2019.

CABRAL, L. N. **Resiliência socioecológica como foco às formas de acesso e utilização dos recursos hídricos: uma proposta de framework e aplicação no município de Campina Grande, PB.** 242f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais), Universidade Federal de Campina Grande. 2019.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Enfermagem, Florianópolis, v. 15, n. 4**, p. 679-684, out./dez. 2006.

CASTELO BRANCO, B. P. **Indicadores de desenvolvimento sustentável e a conservação da Mata Atlântica do Nordeste do Brasil.** Dissertação (Mestrado - Desenvolvimento e Meio Ambiente) PRODEMA – Recife, 2015.

CAVALCANTI, E. R. **Vulnerabilidade de comunidades rurais diante da variabilidade climática no semiárido pernambucano: perspectiva de governança adaptativa dos recursos hídricos.** Tese (Doutorado em Engenharia Civil) Universidade Federal de Pernambuco, 2015, 305f.

CHAFFIN *et al*. Transformative Environmental Governance. **Annu. Rev. Environ. Resour.** 41:399–423. 2016.

CHAVES, C. F. **Estrutura da comunidade de plantas do Refúgio de Vida Silvestre Mata de Miritiba em Abreu e Lima, Pernambuco**. 2017. 106 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2017.

CLIFFORD, J. **Returns: Becoming Indigenous in the Twenty-First Century**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2013

COSTA, A. Da verdade inconveniente à suficiente: cosmopolíticas do antropoceno. **Cognitio-Estudos: revista eletrônica de filosofia**, v. 18, n. 1, p. 37-49, 2021.

COUTO ZOLTOWSKI, A. P. **Como escrever um artigo de revisão sistemática**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323255862_Como_escrever_um_artigo_de_revisao_sistematica. Acesso em: 23 dez. 2020.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Famílias que realizaram a primeira ocupação em Pernambuco celebram 30 anos de conquista da terra**. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/3524-familias-que-realizaram-a-primeira-ocupacao-em-pernambuco-celebram-30-anos-de-conquista-da-terra. Acesso em: out. 2017.

CRIST, E. On the poverty of our nomenclature. **Environmental Humanities**, v. 3, n. 1, p. 129-147, 2013.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The anthropocene IGBP newsletter, 41. **Royal Swedish Academy of Sciences, Stockholm, Sweden**, n. 41, p. 17-18, 2000. Disponível em: http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

CUCUEREANU, R.; MEIRIEUX, P. Unnatural disasters: gender, race and the politics of vulnerability in the Capitalocene. **Global Environmental Politics**, v. 20, n. 4, p. 94-114, 2020.

CUNHA, J. S. A. Minor loss or huge threat? Assessment of potential infrastructure projects reveals drastic landscape degradation in the Atlantic forest. **Journal for Nature Conservation**, v. 73, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jnc.2024.126662. Acesso em: 14 dez. 2024.

CUNHA, J. S. A. **Trajetória Da Conectividade Florestal em uma Paisagem de Floresta Atlântica: da Dinâmica Sucessional Ao Futuro Planejado**. 2023. 120 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2023.

CUNHA, J. S. *et al*. **Empreendimentos previstos para a APA-Aldeia Beberibe: avaliação e alternativas FINAL. Recife: Fórum Socioambiental de Aldeia, 2023**. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/48rs2ewajt1pdyc/Projetos%20na%20APA-AB_avalia%C3%A7%C3%A3o%20e%20alternativas_FINAL%20%281%29.pdf?dl=0. Acesso em: 10 abr. 2023.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FIGUEIREDO, R. A. *et al*. Resiliência em sistemas socioecológicos, paisagem rural e agricultura. **Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente**, v. 5, n. 1, p. 49-57, 2017.

FOLKE, C. *et al*. Resilience and sustainable development: building adaptive capacity in a world of transformations. **Ambio**. Vol. 31, n. 5, 2002. DOI: 10.1579/0044-7447-31.5.437.

FOLKE, C. Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analyses, **Global Environmental Change**, v. 16, n. 3, p. 253–267, 2006.

FOLKE, C.; HANH, T.; OLSSON, P.; NORBERG, J. Adaptive governance of social-ecological systems. **Annual Review of Environmental Resources**, v. p. 441–473, 2005.

FORMAN, R. T. T. **Land Mosaics. Great Britain**. Cambridge University Press, 1995.

FRAPOLLI, E.; OROZCO, B.; SMITH, R. Different approaches towards the understanding of socio-environmental conflicts in protected areas. **Sustainability**, v. 10, p. 2240, 2018.

FRASER, M. T.; GONDIM, S. M. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, n. 28, 2004.

FRÉMONT, A. **A Região, Espaço Vivido**. Tradução de António Gonçalves. Revisão de António Gama Mendes. Coimbra: Livraria A.L. Medina, 1980.

GALUSZKA, A.; MIGASZEWSKI, Z. M.; NAMIESNIK, J. The role of analytical chemistry in the study of Anthropocene. **Trends in Analytical Chemistry**, v. 97, p. 146-154, 2017.

GASPAR, C.C. **Resumo: cor e raça e outros conceitos analíticos**. Jusbrasil, online, 2018. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/resumo-cor-e-raca-e-outros-conceitos-analiticos/465552058#:~:text=Categoria%20anal%C3%ADtica%20%C3%A9%20o%20que,utilizado%20no%20mundo%20cientifico%20te%C3%B3rico. Acesso em: 28 nov. 2024.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. São Paulo: Zahar, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIZ BRASIL. **Aplicação dos princípios de equidade na governança e na gestão de unidades de conservação no Brasil**. Brasília: Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ); ICLEI; UICN, 2022.

GOMES, R. *et al.* Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

GOMES, W. S. **A percepção da transformação socioambiental do espaço periurbano de Aldeia**. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

GUANAES, S. A. **"Meu *Quintal* não é Parque!": Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina- BA.** Tese (Doutorado Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) Universidade Estadual de Campinas, 2006.

GUIVANT, J. O legado de Ulrich Beck**. Ambiente & Sociedade. São Paulo**, v. XIX, n. 1, p. 229-240, jan.-mar. 2016.

HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: Fazendo parentes. Clima com Cultura Científica. **Pesquisa, jornalismo e arte**, Ano 3 - N. 5 / Abril de 2016 / ISSN 2359-4705

HARAWAY, D. J. Staying with the trouble: kin in the Chthulucene. **Environmental Humanities**, v. 6, n. 1, p. 11-28, 2016.

HARAWAY, D. J. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HOGGAN, J. **Climate Cover-Up: The Crusade to Deny Global Warming.** Vancouver: Greystone Books, 2009.

HOLLING, C. S. *et al*. Resilience and stability of ecological systems. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v. 4, p. 1–23, 1973. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2096802. Acesso em: 24 nov. 2024.

JOLY *et al.* Apresentando o Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. In: Joly C.A.; Scarano F.R.; Seixas C.S.; Metzger J.P.; Ometto J.P.; Bustamante M.M.C.; Padgurschi M.C.G.; Pires A.P.F.; Castro P.F.D.; Gadda T.; Toledo P. (eds.) (2019). **1° Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos**. Editora Cubo, São Carlos.

JONAS, H. **O Princípio Responsabilidade. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.** Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KAMEOKA, K. M. **Répteis de um fragmento de Floresta Atlântica localizado na APA Aldeia Beberibe**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LATOUR, B. **Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas.** São Paulo: Editora 34, 2016.

LATOUR, B. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LATOUR, B. *et al*. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 1, 2014.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFF, E. Pensar a Complexidade Ambiental. *In*: LEFF, E. (Coord.) **A Complexidade Ambiental**. Trad. Eliete Wolff- 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder.** Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes., 2009.

LEWIS, S. L.; MASLIN, M. A. Defining the Anthropocene. **Nature**, v. 519, n. 7542, p. 171-180, 2015.

LIMA, G. F.; LAYRARGUES, P**.** Mudanças climáticas, educação e meio ambiente: para além do Conservadorismo Dinâmico. **Educar em Revista**, p. 73-88, 2014. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155032909006. Acesso em: 05 maio 2022.

LINDOSO, D. P. **Vulnerabilidade e Adaptação da Vida às Secas: desafios à sustentabilidade rural familiar nos semiáridos nordestinos.** Tese (Doutorado) Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013. 519 p

LIRA, C. S. **Estrutura da comunidade de plantas do Refúgio de Vida Silvestre Mata de Miritiba: componente arbóreo e epifítico**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017. 109 p.

MALM, A. **Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming**. London: Verso, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 4º. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2004.

MARQUES, L. O antropoceno como aceleração do aquecimento global. **Liinc em Revista**. ibict.br. 2022

MARQUES, M. C. *et al.* Mata Atlântica – o desafio de transformar um passado de devastação em um futuro de conhecimento e conservação. In: **Conhecendo a biodiversidade**. Brasília: MCTIC, CNPq, PPBIO, 2016. p. 50-67.

MATTOS, C. L. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: sumário executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 44 p.

MELO, E. S. A. **A percepção da transformação socioambiental do espaço periurbano de Aldeia: uma análise sob a ótica da Geografia Humanista.** Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes. 2017. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Recife, 2017.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário.** 6ª ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MINAYO, M. C. *et al.* Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE). **Corredores ecológicos: iniciativa brasileira no contexto continental**. Brasília, 2016.

MOORE, J. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?: Natureza, história e a crise do capitalismo.** São Paulo: Elefante, 2019.

MOORE, J. W. **Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital**. London: Verso, 2016.

MOORE, J. W. The Capitalocene, Part I: On the nature and origins of our ecological crisis. **Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017.

MORIN, E.; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. **Educar na Era Planetária: O Pensamento Complexo como Método de Aprendizagem no Erro e na Incerteza Humana.** Tradução Sandra Trabucco Valenzuela; revisão técnica da tradução Edgar de Assis Carvalho- 3 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2009.

MOURÃO, J. S.; NORDI, N. Etnoictiologia de pescadores artesanais do estuário do rio Mamanguape, Paraíba, Brasil**. Boletim do Instituto de Pesca**, 29 (1): 9-17. 2003.

MYERS, N. *et al*. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, n. 6772, p. 853-858, 2000. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1038/35002501. Acesso em: Acesso em: 11 abr. 2023.

NBL ENGENHARIA AMBIENTAL EIRELI EPP. **Execução dos serviços de mapeamento e elaboração de estratégia de implantação dos corredores ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe - PE: relatório com as áreas prioritárias para a implantação de corredores ecológicos na APA Aldeia Beberibe – Produto 2 - Versão Final**. Piracicaba (SP), abril de 2018 (a).

NBL ENGENHARIA AMBIENTAL EIRELI EPP. **Execução dos serviços de mapeamento e elaboração de estratégia de implantação dos corredores ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe - PE: relatório com o levantamento de dados e mapeamento de toda a área de abrangência da APA Aldeia Beberibe - Produto 1 - Versão Final**. Piracicaba (SP), 2017.

NBL ENGENHARIA AMBIENTAL EIRELI EPP. **Execução dos serviços de mapeamento e elaboração de estratégia de implantação dos corredores ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe - PE: relatório das oficinas e planos de ação com as estratégias para a implantação dos corredores ecológicos – Produto 4 - Versão Final**. Piracicaba (SP), julho de 2018 (c).

NBL ENGENHARIA AMBIENTAL EIRELI EPP. **Execução dos serviços de mapeamento e elaboração de estratégia de implantação dos corredores ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe - PE: relatório das oficinas participativas com a delimitação consolidada dos corredores ecológicos – Produto 3 - Versão Final**. Piracicaba (SP), abril de 2018 (b).

NBL ENGENHARIA AMBIENTAL EIRELI EPP. Piracicaba (SP) (2017). Execução dos serviços de mapeamento e elaboração de estratégia de implantação dos corredores ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe- PE. **Relatório com o levantamento de dados**

e mapeamento de toda a área de abrangência da APA Aldeia Beberibe - Produto 1 -Versão Final. 2017.

OMETTO, J. P. *et al.* Interações entre natureza e sociedade: trajetórias do presente ao futuro. In: JOLY, C. A.; SCARANO, F. R.; SEIXAS, C. S.; METZGER, J. P.; OMETTO, J. P.; BUSTAMANTE, M. M. C.; PADGURSCHI, M. C. G.; PIRES, A. P. F.; CASTRO, P. F. D.; GADDA, T.; TOLEDO, P. (eds.) **1° Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos.** São Carlos: Editora Cubo, 2019.

PÁDUA, J. A. Localizando a história do antropoceno: o caso do Brasil. In: **Os mil nomes de Gaia: do antropoceno à idade da terra.** 2022. p. 187-217.

PERNAMBUCO. **Regimento Interno da Área de Proteção Ambiental Aldeia-Beberibe. Recife: CPRH, 2015.** Disponível em: https://www.cprh.pe.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Regimento-Interno-APA-Aldeia-Beberibe-Aprovado-26112015.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RESILIENCE ALLIANCE. **Assessing resilience in social-ecological systems: workbook for practitioners. Version 2.0, 2010**. Disponível em: http://www.resalliance.org/files/ResilienceAssessmentV2_2.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

REYES, J. E.; BALLESTEROS, E. R. Resiliencia socioecológica: aportaciones y retos desde la antropología. **Revista de Antropologia Social**, v. 20, p. 109-135, 2011.

REZENDE, C. *et al*. From hotspot to hopespot: An opportunity for the Brazilian Atlantic Forest. **Perspectives in ecology and conservation**, 16(4), 208-214. 2018.

RIBEIRO, K. S. **Desafios e potencialidades da educação e gestão ambiental: um estudo de caso da APA Aldeia-Beberibe**. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

RIBEIRO, M. C. *et al*. Brazilian Atlantic forest: how much is left and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. **Biological Conservation**, v. 142, p. 1141–1153, 2009.

RIOS, M. C. A convivialidade como uma ontologia de conectividade na educação no Antropoceno. **Revista Enunciação**, 2024.

ROCKSTRÖM, J. *et al*. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and Society**, v. 14, n. 2, 2009.

ROSA, M. *et al.* Hidden destruction of older forests threatens Brazil's Atlantic Forest and challenges restoration programs. **Science Advances**, v. 7, eabc4547, 20 jan. 2021.

SANDRONI, L. T.; FERRAZ, K. M. P**.** Conservação convivial: explorando conceitos transformadores para a promoção da (bio)diversidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 62, p. 1498-1527, jul./dez. 2023. Disponível em: file:///C:/Users/socor/Downloads/andriguettofilho,+Sandroni_PT%20(2).pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 176 p. 2013.

SCHNEIDER, S. H. Planetary Boundaries: A Safe Operating Space for Humanity?. **Nature**, v. 461, n. 7263, p. 472-475. 2009

SECTMA (SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE). **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Aldeia - Beberibe (Resumo Executivo)**. Recife, 2012a.

SECTMA (SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE). **Proposta técnica para criação da Área de Proteção Ambiental – APA Aldeia-Beberibe**. Recife, 2009.

SECTMA – SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE. **Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Aldeia-Beberibe**. Recife, 2012.

SEIXAS C.S. *et al*. Capítulo 2: Contribuições da natureza para a qualidade de vida. *In:* Joly C.A.; Scarano F.R.; Seixas C.S.; Metzger J.P.; Ometto J.P.; Bustamante M.M.C.; Padgurschi M.C.G.; Pires A.P.F.; Castro P.F.D.; Gadda T.; Toledo P. (eds.) **1° Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos**. Editora Cubo, São Carlos.. 2019.

SILVA, C. M.; ARBILLA, G. Antropoceno: Os Desafios de um Novo Mundo. **Rev. Virtual Quim,** Vol. 10, No. 6, 1619-1647, 2018.

SILVA, T. S. **Efeitos de borda e de espécies exóticas lenhosas na comunidade arbórea de florestas secundárias de mata atlântica em Aldeia, Região Metropolitana do Recife-PE.** Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal). Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SMOLSKI, F. M.; DALCIN, D. Resiliência regional: um conceito em desenvolvimento? In: **VII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional**, 2017.

SOS MATA ATLÂNTICA/INPE. **Relatório Anual 2019**. [2019]. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/iniciativa/atlas-da-mata-atlantica>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica.** Disponível em: https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes/. Acesso em: Acesso em: 15 set. 2022

SOTERO, M. C. **Percepção ambiental e participação social na área de proteção ambiental Aldeia-Beberibe, região metropolitana do Recife**, PE. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

STEFFEN, W. *et al*. The Anthropocene: from global change to planetary stewardship. **AMBIO**, v. 40, n. 7, p. 739-761, 2011.

STEFFEN, W. *et al*. The trajectory of the Anthropocene: the great acceleration. **The Anthropocene Review**, v. 2, p. 81-98, 2015.

TABARELLI, M. *et al*. Desafios e oportunidades para conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. **Megabiodiversidade**, v.1, n. 1, p. 132 – 138, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 1980.

VERÇOSA, B. F. M.; MACHADO, F. P. Estudos científicos de biologia realizados na área de proteção ambiental Aldeia-Beberibe: uma revisão sistemática. **Centro Universitário Internacional -** Uninter. 2022.

WALKER, B. *et al*. Resilience, adaptability and transformability in social-ecological systems. **Ecology and Society**, v. 9, n. 2, p. 5, 2004.

WATERS, C. N. *et al*. The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. **Science,** v. 351, n. 6269, 2016.

WHITEHEAD, A. N. **The Concept of Nature**. Cambridge: Cambridge University Press, 1920.

7. APÊNDICES

7.1 APÊNDICE I- Síntese das reuniões do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe (2015-2024)

SÍNTESE DAS REUNIÕES REALIZADAS EM 2015

- **ATA 1**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2015 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Centro de Educação Ambiental do Parque Estadual Dois Irmãos - Praça Farias Neves, s/n - Bairro Dois Irmãos, Recife, PE	
DATA	
10 de setembro de 2015	
PAUTA	
a) Posse dos conselheiros titulares e suplentes b) Discussão do Regimento Interno do Conselho Gestor c) Informes gerais	
OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Andrea Olinto	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)
Giannina Cysneiros Bezerra	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)
Cel. Lenilson Pfeifer Macedo	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
2º Ten. Sabrina Leãez Gomez Lorenzoni	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Antônio Fernando Mateus da Silva Júnior	Prefeitura Municipal de Abreu e Lima
Kleber Ribeiro Moureira da Silva	Prefeitura Municipal de Abreu e Lima
José Murilo Pereira das Chagas	Prefeitura Municipal de Paulista
Bruna Roberta Santos Maldonado	Prefeitura Municipal de Paulista
Williams de Souza	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Anselmo Bezerra	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Monica Rocha Correia	Usina São José

Jeruza Cavalcanti de Morais	Usina Petribú
Sandra Pires Barbosa	Usina Petribú
Luciane Pereira do Nascimento	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Roberto de Souza Leão Barros	Associação Chã de Peroba
Alex Jenner Norat	Associação Chã de Peroba
Hilton Fernando Losant Macedo	Associação dos Condomínios de Aldeia (ACA)
Herbert de Tejo Pereira	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Paulo Gileno Cysneiros	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Moacir Botelho Cabral	Instituto São Jorge
Flávio José Rufino	Associação do Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental de Araçoiaba (ASDERGA)

ATIVIDADES REALIZADAS

- Apresentação e discussão da minuta de regimento interno da APA
- Posse e exercício dos Conselheiros titulares: ***Andrea Olinto*** (SEMAS), ***Cel. Lenilson Pfeifer Macedo*** (CIMNC), ***Antônio Fernando Mateus da Silva Júnior*** (Prefeitura Municipal de Abreu e Lima), ***José Murilo Pereira das Chagas*** (Prefeitura Municipal de Paulista), ***Williams de Souza*** (UFRPE), ***Anselmo Bezerra*** (IFPE), ***Monica Rocha Correia*** (Usina São José), ***Jeruza Cavalcanti de Morais*** (Usina Petribú), ***Luciane Pereira do Nascimento*** (FIEPE), ***Roberto de Souza Leão Barros*** (Associação Chã de Peroba), ***Hilton Fernando Losant Macedo*** (ACA), ***Herbert de Tejo Pereira*** (Fórum Socioambiental de Aldeia) e ***Moacir Botelho Cabral*** (Instituto São Jorge) e dos Conselheiros suplentes: ***Giannina Cysneiros Bezerra*** (SEMAS), ***2º Ten. Sabrina Leãez Gomez Lorenzoni*** (CIMNC), ***Kleber Ribeiro Moureira da Silva*** (Prefeitura Municipal de Abreu e Lima), ***Bruna Roberta Santos Maldonado*** (Prefeitura Municipal de Paulista), ***Sandra Pires Barbosa*** (Usina Petribú), ***Alex Jenner Norat*** (Associação Chã de Peroba), ***Paulo Gileno Cysneiros*** (Fórum Socioambiental de Aldeia) e ***Flávio José Rufino*** (ASDERGA).
- Informes gerais

DESDOBRAMENTOS

- Ficou acordado que a minuta final seria enviada via e-mail para todos os conselheiros, e que a aprovação do regimento interno poderia ser votada na próxima na reunião do Conselho Gestor agendada para o dia 26 de novembro de 2015 em local a ser definido.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

Durante a leitura e discussão da minuta de regimento interno, no que se refere às competências da Plenária:

- Durante a leitura e discussão, mais precisamente sobre o procedimento de "manifestar-se sobre obra, atividade ou empreendimento potencialmente causador de impacto na APA, propondo medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias", ***Herbert Tejo***, do FSaA, demonstrou preocupação quanto ao licenciamento ambiental na APA, uma vez que seu território abrange 8 municípios e alguns deles, como Recife, Paulista e Igarassu, já estão realizando licenciamento ambiental municipal, enquanto os demais continuam no âmbito estadual e não existe procedimentos nos municípios para dar ciência ao Conselho Gestor para que este possa manifestar-se;
- Como representante da CPRH, ***Cinthia Renata Vieira de Lima,*** esclareceu que os municípios somente poderão licenciar obras, atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme a Lei Complementar nº 140/2011, porém, enquanto o CONSEMA/PE não definir as tipologias de impacto local considerando os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade, essa definição continuará subjetiva e

seguirá o critério do órgão licenciador. Em seguida, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que a CPRH formou um Grupo de Trabalho entre seus servidores para, em conformidade com a legislação, elaborar Minuta de Resolução CONSEMA/PE para definição de impacto local e as tipologias, incluindo procedimento para ciência e anuência do Órgão Licenciador ao Órgão Gestor no caso de licenciamento de empreendimentos que causem ou possam causar impacto direto nas APAs. Informou ainda que a Minuta Final foi apresentada, aos Conselheiros do CONSEMA/PE que compõem a Câmara Técnica de Controle de Fontes Poluidoras, no dia 09 de setembro de 2015.
SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES
❖ Não houve.
DEMANDAS
❖ *Cinthia Renata Vieira de Lima*, da CPRH, comprometeu-se em **enviar ao Conselho a "Minuta Final sobre Impacto Local e as Tipologias"**. ❖ **Aprovação do Regimento Interno do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe**.

- **ATA 2**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2015 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Auditório do Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC) - PE-027, Estrada de Aldeia, Km 33,5, Paudalho-PE	
DATA	
26 de novembro de 2015	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes c) Aprovação do Regimento Interno do Conselho Gestor d) Apresentação do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe e) Informes gerais f) Apresentação sobre o Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC) g) Reconhecimento de área do Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)	
OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
2º Ten. Sabrina Leãez Gomez Lorenzoni	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Antônio Ricardo de Moura	Associação dos Fornecedores de Cana do Estado de Pernambuco (AFCP)
Eduardo Albuquerque Marques Lins	Prefeitura Municipal de Recife
Puranci Pereira de Araújo	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
Zenilson Evangelista de Carvalho	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)

Danielle Nathally Silva	Prefeitura Municipal de Paudalho
Antônio José de Lima	Usina São José
Jeruza Cavalcanti de Morais	Usina Petribú
Sandra Pires Barbosa	Usina Petribú
Luciane Pereira do Nascimento	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Roberto de Souza Leão Barros	Associação Chã de Peroba
Alex Jenner Norat	Associação Chã de Peroba
Hilton Fernando Losant Macedo	Associação dos Condomínios de Aldeia (ACA)
Herbert de Tejo Pereira	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Paulo Gileno Cysneiros	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Moacir Botelho Cabral	Instituto São Jorge

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata anterior sem alteração;
- Posse e exercício dos Conselheiros titulares: ***Antônio Ricardo de Moura*** (AFCP) e ***Puranci Pereira de Araújo*** (CONDEPE/FIDEM) e dos Conselheiros suplentes: ***Antônio José Barros de Lima*** (AFCP), ***Eduardo Albuquerque Marques Lins*** (Prefeitura Municipal do Recife), ***Zenilson Evangelista de Carvalho*** (CONDEPE/FIDEM) e ***Danielle Nathally Silva*** (Prefeitura Municipal de Paudalho);
- Aprovação do Regimento Interno do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe;
- Apresentação do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe;
- Informes gerais;
- Apresentação de vídeo institucional do Exército Brasileiro no campo do meio ambiente.

DESDOBRAMENTOS

- O reconhecimento de área do Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC) - último ponto da pauta da reunião - não foi possível realizar em virtude da ausência do ***Coronel Lenilson Pfeifer*** (Comandante do CMINC que conduziria a ação), ausência esta justificada pelo ***Major Jorge Luiz de Medeiros Filho*** no início da reunião.
- Durante os informes gerais foram apresentados os resultados parciais da operação de combate a crimes e infrações ambientais realizada no dia 25 de novembro de 2015 no território da APA. Os resultados mostraram 8 desmatamentos observados, com autuação feita em campo quando identificados os infratores, enquanto os demais entraram na pauta de monitoramento para identificação posterior dos infratores; 1 incêndio apagado; 1 barramento de curso d'água suspenso com obrigação de retirada; 10 animais silvestres apreendidos para reabilitação, incluindo 2 papagaios e 2 pessoas presas por porte ilegal de armas.
- Ao final dos informes gerais foi feita a apresentação de vídeo institucional do Exército Brasileiro no campo do meio ambiente, antecipada por pronunciamento do ***Tenente Paulo Cesar*** do CIMNC.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

Durante a apresentação do Plano de Manejo:

- A ***Sra. Samanta***, da UGUC/CPRH, informou que a UGUC tem analisado tecnicamente a possibilidade de aquisição de imagens de satélites ou de drones para facilitar a fiscalização e o monitoramento das UCs estaduais, inclusive da APA, inclusive discutindo qual o melhor modelo e a frequência de imagens necessária.
- O ***Sr. Paulo***, do Fórum Socioambiental de Aldeia, avaliou o Plano de Manejo como muito interessante, mas pontuou que faltam informações numéricas para nortear a elaboração do

Plano de Ação, informando que ele não apresenta, por exemplo, a quantidade de escolas existentes na APA para um trabalho de educação ambiental. Lembrou que o Secretário de Meio Ambiente, ***Sérgio Xavier***, em reunião de apresentação da nova gestora, no final de junho de 2015, informou que existiam R$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais) em recursos de compensação ambiental para serem aplicados na APA e que esse recurso podia ser utilizado em sua identificação através de placas.

- A ***Sra. Samanta*** informou que o Conselho Gestor da APA pode financiar pesquisas com recursos de compensação ambiental para obter informações numéricas do Plano de Manejo, seja através de concessão de bolsas de pesquisa em parceria com a FACEPE (convênio já existente) ou lançamento de editais específicos com esse objetivo.
- A ***Tenente Sabrina***, do CIMNC, informou que foram realizados trabalhos de educação ambiental em algumas escolas da APA com a parceria entre o CIMNC e a UFPE – Pós-graduação em Biologia. As representantes da CPRH, ratificaram a importância de parcerias desta natureza, juntando esforços para viabilizar ações.
- O ***Sr. Herbert***, do FSaA, contextualizou os passos desde a criação da APA, do Conselho Gestor e a elaboração do Plano de Manejo, salientando o privilégio da APA diante das demais UC estaduais no sentido de ter seus principais pilares para a gestão já instituídos, concluindo que já se tem tudo que é necessário para dar início às ações efetivas de implementação da APA. Nesse sentido, sugeriu que o Conselho se debruçasse sobre as informações já disponíveis para dar a partida nas ações efetivas de gestão e elaboração do Plano de Ação.

Durante os informes gerais:

- Disponibilização, a partir de 2016, dos calendários, convocações e atas de reunião e regimentos internos dos Conselhos Gestores de UCs estaduais, que serão digitalizadas e disponibilizadas no portal da CPRH, de modo a dar publicidade e transparência às discussões realizadas.
- Recurso de compensação ambiental proveniente de licenciamento de linha de transmissão realizado pelo IBAMA, disponibilizado para a APA, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). A CPRH encaminhou inicialmente proposta de aplicação do recurso na implantação de Plano de Manejo - Projeto de Educação Ambiental, mas o IBAMA recusou a proposta por avaliar que essa não é ação prioritária para UC, inteirando que a ação prioritária seria "atividades para proteção da unidade". ***Cinthia Renata Vieira de Lima***, informou que a CPRH está contatando o IBAMA para rever esse posicionamento.
- Sobre o status do processo de licitação para a "Contratação de consultoria para execução dos serviços de mapeamento e elaboração de estratégia de implantação dos corredores ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia-Beberibe", a ***Sra. Samanta***, esclareceu que o processo de licitação encontra-se em andamento e a empresa vencedora do certame deverá ser contratada no primeiro semestre de 2016 para início dos estudos que contarão com mapeamento de áreas potenciais, diagnósticos e oficinas participativas com os atores locais em todas as fases.
- Após o quinto e último informe sobre a operação de combate a crimes e infrações ambientais realizada no dia 25 de novembro de 2015 no território da APA, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** ressaltou a necessidade de outras operações dessa natureza no território da APA e as dificuldades encontradas pela CPRH no exercício de sua competência de fiscalização, tanto pela escassez de recursos humanos quanto de estrutura de segurança (colete a prova de balas e porte de armas), o que faz depender de apoio policial da CIPOMA ou de batalhões da Polícia Militar locais em todas as ações, o que tem sido cada dia mais difícil de conseguir.

❖ O ***Sr. Herbert***, do FSaA, registrou que foram levantados outros pontos de queimadas e desmatamentos nos sobrevoos realizados, cujas coordenadas foram registradas para apuração posterior. ❖ O ***Sr. Roberto***, da Associação Socioambiental Chã de Peroba, expressou que espera que essa operação seja o marco inicial da efetiva gestão da APA e que devem ser realizadas ações como essa sistematicamente, envolvendo todas as prefeituras, inclusive, realizando ações em cada um dos municípios por vez.
SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES
❖ O *Sr. Herbert* solicitou que a **apresentação do Plano de Manejo fosse enviada aos conselheiros**. ❖ A *Sra. Samanta* sugeriu a **Criação de Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Gestor para definição de ações prioritárias para o Plano de Ação para efetivação do Plano de Manejo da APA**. ❖ O *Sr. Herbert*, do FSaA, ressaltou a necessidade de **instituir um gerenciamento executivo da APA a partir da contratação de uma Organização Social**, uma vez que a CPRH nunca vai possuir pessoal suficiente para gerir e fiscalizar todas as UCs satisfatoriamente, o que acontece não só em Pernambuco, mas em todo o Brasil. ❖ Quanto às informações numéricas do Plano de Manejo, a *Sra. Samanta* sugeriu que poderia ser **criado um Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Gestor para definição de ações prioritárias para o Plano de Ação**. ❖ O *Sr. Moacir*, do Instituto São Jorge, sugeriu a **formação de um consórcio, entre as Prefeituras Municipais que compõem a APA e o Governo do Estado**, de modo a garantir uma equipe para gestão e fiscalização ostensiva desse território. Em resposta, *Cinthia Renata Vieira de Lima* pontou que, em sua opinião, essa sugestão teria que ser muito bem amadurecida, uma vez que algumas prefeituras sequer nomearam seus representantes ao Conselho Gestor da APA. Assim, precisaríamos sensibilizar esses entes para a importância desse Conselho Gestor para que venham a participar efetivamente da gestão da APA, sanando problemas de comunicação deficitária, por exemplo. ❖ O *Sr. Zenilson*, da CONDEPE/FIDEM, sugeriu que as **reuniões do Conselho sejam realizadas nesses municípios, de modo a aproximá-los da gestão.**
DEMANDAS
❖ Não houve.

SÍNTESE DAS REUNIÕES REALIZADAS EM 2016

- **ATA 1**

TÍTULO
ATA DA REUNIÃO DO DIA 9 DE MARÇO DE 2016 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE
LOCAL
Auditório da Estação Ecológica (ESEC) Caetés - PE-018, km 2,5, Paulista – PE
DATA

9 de março de 2016	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes c) Discussão sobre o pedido de licenciamento ambiental para implantação e pavimentação da PE-18 d) Definição de diretrizes para elaboração de Plano de Ação do Conselho Gestor e) Apresentação sobre a Estação Ecológica Caetés f) Informes gerais.	
OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Eduardo Ribeiro de Melo Filho	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Cel. Mário Antônio Medeiros Vidal	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
2º Ten. Sabrina Leãez Gomez Lorenzoni	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Antônio Ricardo de Moura – AFCP	Associação dos Fornecedores de Cana do Estado de Pernambuco (AFCP)
Anselmo Bezerra	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Williams de Souza	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Antônio Fernando Mateus da Silva Júnior	Prefeitura Municipal de Abreu e Lima
Bruna Roberta Santos Maldonado	Prefeitura Municipal de Paulista
José Murilo Pereira das Chagas	Prefeitura Municipal de Paulista
Monica Rocha Correia	Usina São José
Jeruza Cavalcanti de Morais	Usina Petribú
Alex Jenner Norat	Associação Chã de Peroba
Herbert de Tejo Pereira	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Sandra Cavalcanti	Gestora da ESEC Caetés
Não tem os nomes dos representantes	Parque Dois Irmãos (PEDI/SEMAS)
Não tem os nomes dos representantes	Representantes da Associação Pernambucana de Apicultores e Meliponicultores (APIME)
Não tem os nomes dos representantes	Comunidade local
ATIVIDADES REALIZADAS	
❖ Aprovação da ata anterior sem qualquer alteração; ❖ Posse do Coronel ***Mário Antônio Medeiros Vidal*** como conselheiro titular, representado CIMNC; ❖ Discussão sobre o pedido de licenciamento ambiental para implantação e pavimentação da PE-18; ❖ Definição de diretrizes para elaboração de Plano de Ação do Conselho Gestor; ❖ Apresentação sobre a Estação Ecológica Caetés; ❖ Informes gerais.	
DESDOBRAMENTOS	

- Na condição de gestora da APA e presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima***, realizou uma breve apresentação sobre a PE-18 e seu contexto diante da APA Aldeia Beberibe, esclarecendo que a Secretaria de Transportes do Estado de Pernambuco havia solicitado Licença Prévia para o empreendimento na CPRH. <u>*Relato de Cinthia*</u>: "O trecho em licenciamento inicia-se no conjunto de presídios de Abreu e Lima e finaliza-se com o entroncamento com a PE-27, nas proximidades do km 14, tratando-se de uma rodovia vicinal que atravessa diversos fragmentos florestais na Zona Rural e de Proteção de Mananciais – ZRPM, e na Zona de Proteção da Biodiversidade e Serviços Ambientais – ZPBSA, conforme o Plano de Manejo da APA, inclusive tangenciando a ESEC Caetés. A CPRH realizou vistoria conjunta entre os setores envolvidos e elaborou Termos de Referência para Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), exigindo a necessidade de estudar a adequação de capacidade da PE-16 como uma das alternativas locacionais do estudo, já que ela é uma rodovia paralela, com entroncamentos nas mesmas vias e num contexto socioambiental menos nocivo. No entanto, a Secretaria de Transportes solicitou o arquivamento do requerimento, alegando que o projeto não será desenvolvido no momento por falta de verba".
- Após a apresentação, Cinthia mencionou a presença da ***Sra. Danusa Ferraz***, Coordenadora do NAIA/CPRH, que se colocou à disposição para prestar esclarecimentos necessários.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima***, realizou a apresentação sobre as "Diretrizes para elaboração do Plano de Ação", destacando a legislação aplicável e os instrumentos e documentos já existentes que nortearão sua, que deverá definir as ações prioritárias a serem desenvolvidas conjuntamente pelos diferentes atores do Conselho Gestor, dentro do cronograma estabelecido, que pode ser anual ou bianual, conforme o mandato dos conselheiros. Informou ainda que o Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe já apresenta programas e subprogramas de manejo que auxiliarão na definição do Plano de Ação. <u>Adendo de Cinthia:</u> "*Para isso, é necessário que cada órgão e representante estude esse documento e identifique as ações prioritárias, destacando em quais ações cada um pode contribuir para a efetivação da gestão da APA, de acordo com as possibilidades de cada um*".
- Passando aos informes gerais, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** atualizou sobre o andamento do Projeto dos Corredores Ecológicos para APA, informando que foram selecionadas seis empresas na lista curta do processo licitatório, avaliadas através de seus currículos. Elas receberam os Termos de Referência para execução do projeto e deverão apresentar as propostas até abril, quando a CPRH e o PSHPE as avaliarão. Informou também sobre a aprovação de dois Projetos de Pesquisa sobre a Vegetação em Miritiba os quais devem ser iniciados na próxima semana e sobre três Pesquisas de Mestrado na área de herpetofauna que estão sendo concluídos e a gestão entrará em contato com os pesquisadores para apresentação de seus resultados no Conselho.
- Ao final dos informes gerais, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** passou a palavra a ***Sandra***, da ESEC Caetés, que apresentou a UC e a história de defesa de meio ambiente da comunidade de Caetés a qual culminou no estabelecimento da ESEC que comemora 25 anos em 2016.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- O ***Sr. Herbert Tejo***, do FSaA, questionou o objetivo do Estado em conectar a BR-101 a PE-27, uma vez que na sua visão, não há justificativa plausível para tal investimento. Relembrou que o Arco Viário, em seu projeto original, indeferido pela CPRH, previa significativos impactos negativos semelhantes aos que seriam gerados com o empreendimento atualmente proposto, sobretudo no que diz respeito à fragmentação florestal e recarga hídrica dos mananciais. Esclareceu que o FSaA não é contrário ao melhoramento das estradas, mas que tal atividade deve ser planejada considerando os aspectos ambientais da APA e que, inclusive,

a três ou quatro anos atrás, apresentou uma proposta de implantação de uma Estrada-Parque na rodovia ao então ***Secretário de Transportes Isaltino Nascimento***, mas que o atual projeto da PE-18 em nada se adequa a esse conceito. Informou que, coincidentemente, existem dois grandes empreendimentos nas imediações do entroncamento da PE-27 com a PE-18 em instalação que parecem que serão diretamente beneficiados com o aumento da infraestrutura de acesso viário. Questionou, ainda, como o Conselho Gestor se posicionará diante desse empreendimento no território da APA, solicitando espaço para apresentar algumas imagens de cobertura vegetal ao longo do tempo que ratificam a pressão que o bioma Mata Atlântica vem sofrendo nesse território.

- A ***Sra. Giannina Cysneiros***, da SEMAS, comentou sobre a importância da cobertura florestal para a recarga dos mananciais e aquíferos subterrâneos da região, que abastece grande parte da Região Metropolitana do Recife e está sendo ameaçada por todo tipo de pressão para impermeabilização do solo. Comentou que a FIDEM, órgão responsável pelo planejamento urbano do Estado, ainda na década de 70 já demonstrava a vocação da porção oeste da RMR para abastecimento público, estabelecendo parâmetros de ocupação diferenciados buscando compatibilizar a conservação dos atributos naturais e evitar o adensamento populacional. Falou ainda que "*a crise hídrica já é uma realidade e que as mudanças climáticas devem tornar a situação ainda mais difícil e que o Conselho Gestor não pode ser conivente com essa prática*".
- A ***Sra. Sandra Cavalcanti***, da ESEC Caetés, lembrou que as Reservas Ecológicas, foram criadas em 1987 com o objetivo principal de resguardar as áreas verdes importantes para recarga hídrica, e que a comunidade de Caetés, abastecida principalmente por poços artesianos, já relata a diminuição da vazão do lençol freático. Informou ainda, que "*sempre que começam os rumores sobre a pavimentação da rodovia, as ocupações e construções irregulares aumentam*".
- A ***Sra. Danusa Ferraz***, do NAIA/CPRH, compartilhou a preocupação com os aspectos ambientais do empreendimento, destacando o importante papel do Conselho Gestor e da sociedade como fortalecedores dos aspectos técnicos no processo de licenciamento ambiental. Informou que o processo foi devidamente indeferido e arquivado após a solicitação da Secretaria, mas o que "*o Conselho precisa ficar alerta, pois o interesse no empreendimento persiste, já que o motivador para a desistência foi apenas a falta de recurso*".
- O ***Sr. Herbert***, FSaA, comentou que a Lei de Proteção de Mananciais de 1986 estabelece que o adensamento populacional em regiões de recarga de aquífero deve ser mínima a fim de não comprometer os serviços ambientais prestados por esse recurso natural, no entanto, em sua visão, "*essa lei é corriqueiramente desrespeitada pelo Estado de Pernambuco, inclusive pela FIDEM e pela CPRH, que "seguem a legislação menos restritiva do município de Camaragibe*". Recentemente, a Procuradoria Geral do Estado se pronunciou sobre a lei, informando que ela se encontra em desuso, pontuou então que esse não é o entendimento do Ministério Público e que a CPRH foi formalmente consultada sobre o assunto há alguns meses, mas não respondeu. Lembrou ainda que "*a região abriga um polo cervejeiro, o que ratifica a quantidade e qualidade da água produzida no aquífero, porém, diante da inexistência das matas ciliares dos rios da região, essas características estão sendo comprometidas, o que salienta a necessidade de recuperação da vegetação ripária*".
- O ***Cel. Vidal***, do CIMNC, afirmou que a UFPE e UFRPE já trabalham em pesquisas dentro do seu território, mas que o CIMNC tem sugerido pesquisas voltadas à produção de água, dando apoio logístico para que essas pesquisas se desenvolvam.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima***, comentou a importância do Conselho para a integração dos atores que participarão das atividades com a elaboração Plano de Ação, uma vez que neste há

representantes de todos os segmentos. Informou que a solicitação de pronunciamento do FSaA foi encaminhada para a diretoria responsável pelo licenciamento de condomínios (DGTRH).

- A ***Sra. Danusa*** informou que o NAIA continua aplicando a Lei de Proteção de Mananciais e sugeriu a utilização do Conselho para provocar a revisão da lei, atualizando também sobre as situações socioambientais e as questões técnicas. A ***Sra. Giannina*** reforçou o entendimento da *Sra. Danusa*, informando que as questões técnicas precisam ser consideradas para que o desenvolvimento sustentável não fique apenas no discurso, uma vez que hoje em dia as políticas ambientais estão sendo revistas no âmbito do legislativo e por questões políticas, sem discussões técnicas. Já o ***Sr. Herbert*** falou que "*as diferentes equipes técnicas da CPRH possuem entendimentos diversos sobre a aplicação da lei de proteção de mananciais e não entende o porquê*".
- O ***Sr. Anselmo***, do IFPE, sugeriu que tentemos identificar de onde está partindo as provocações para alteração da Lei de Proteção de Mananciais para que possa ser convocado deputado ou grupo político interessado para discussão no Conselho Gestor.
- No âmbito das discussões sobre o plano de ações, a ***Sra. Sandra***, da ESEC Caetés, informou que a ESEC ainda não tem um Plano de Ação formal, mas que os conselheiros sempre têm atuado de forma colaborativa em diversas atividades da Unidade e que esse relacionamento tem feito toda a diferença viabilizando ações que seriam impossíveis de realizar apenas pela CPRH.
- O ***Sr. Herbert*** comentou sobre a proposta que o FSaA fez a SEMAS, desde 2010, de uma gestão através de uma organização social submetida ao Conselho Gestor, já antevendo os desafios que envolvem a gestão de uma unidade de conservação de categoria APA. Durante essa discussão com a SEMAS, levantou-se a possibilidade de utilizar recursos de compensação ambiental no programa de recuperação de áreas degradadas, programa de manejo prioritário do ponto de vista do Fórum.
- O ***Sr. Fernando Mateus***, da Prefeitura de Abreu e Lima, afirma que, no seu ponto de vista, a ação prioritária é manter a cobertura vegetal que já existe através do reforço da fiscalização envolvendo todos os atores possíveis, inclusive a CIPOMA.
- O ***Sr. Alex***, da Associação Chã de Peroba, se pronunciou entendendo que estamos tratando de assuntos diferentes, já que o Plano de Ação é para ações dos representantes do Conselho, enquanto a contratação de uma instituição para atuar na execução de um programa é algo de pode coexistir com o plano de ação, desde que realmente haja a disponibilidade do recurso financeiro.
- O ***Cel. Vidal*** ratificou o entendimento do ***Sr. Alex***, e entende que o recurso, caso esteja disponível, pode ser utilizado da forma que o Conselho julgar necessário, desde que exista um projeto consolidado, e pode, por exemplo, ser utilizado para fazer imagens aéreas de toda a APA para se conhecer a situação atual da cobertura vegetal.
- O ***Sr. Herbert*** entende que é dever do Estado elaborar os documentos e levantamentos necessários, bem como executar as ações de restauração das áreas degradadas, ao que a ***Sra. Giannina*** rebateu, colocando que não cabe apenas ao Estado essas responsabilidades, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** reforçou que existem obrigações legais inerentes a vários atores e segmentos, como por exemplo, aos proprietários manterem suas Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legais conservadas.
- O ***Sr. Herbert*** falou da inoperância do Estado na utilização de instrumentos de comando e controle para efetivação da restauração florestal das áreas legalmente protegidas e cumprimento de passivos ambientais, uma vez que a situação das matas ciliares é crítica em todo o Estado.

- O ***Cel. Vidal*** informou que diversos projetos de reflorestamentos estão sendo destinados ao território do CIMNC, a maior parte em parceria com a iniciativa privada, para cumprimento de passivos ambientais.
- A presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima***, esclareceu que é preciso definir o Plano de Ação e, se for o caso, a partir dele e das ações prioritárias nele definidas, construir um projeto concreto a ser submetido à Câmara Técnica de Compensação Ambiental da CPRH para que o recurso de compensação ambiental destinado à APA Aldeia-Beberibe seja acessado.
- Nos informes finais, o ***Cel. Vidal***, do CIMNC, comentou que está recepcionando todas as pesquisas, mas está tendendo a aceitar novas pesquisas apenas nas áreas de interesse do CIMNC, direcionando as pesquisas para áreas mais aplicadas.
- A presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que as pesquisas básicas são tão necessárias quanto à pesquisa aplicada, e que uma não se faz sem a outra e que, de fato, há a necessidade de se fomentar outros setores de pesquisa buscando preencher as lacunas de conhecimento existentes para a APA.
- Passando a outro informe, a presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que ainda não recebeu nenhuma indicação de escolas públicas com bibliotecas para a aplicação do projeto de educação ambiental da CPRH denominado "Circuito Ambiental". O CIMNC se pronunciou apresentando a indicação de duas escolas no município de Araçoiaba.

SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES

- O *Sr. Herbert Tejo*, do FSaA, questionou **como o Conselho Gestor se posicionará diante do objetivo do Estado em conectar a BR-101 a PE-27** e os impactos desse empreendimento no território da APA, solicitando **espaço para apresentar algumas imagens de cobertura vegetal ao longo do tempo que ratificam a pressão que vem sofrendo a Mata Atlântica nesse território**.
- O *Sr. Herbert,* tratando sobre o adensamento populacional em regiões de recarga de aquífero disse que a Lei de Proteção de Mananciais e considerando o Conselho Gestor como fórum para discutir questões pertinentes à APA, sugeriu **debater o uso da Lei de Proteção de Mananciais. Nesse sentido, sugeriu ainda a aproximação das Universidades para identificar os impactos e sugerir soluções**.
- A *Sra. Giannina*, da SEMAS, parabenizou a apresentação sobre as "Diretrizes para elaboração do Plano de Ação" destacando a objetividade dos pontos abordados, uma vez que entende que organização é primordial para gestão, e **sugeriu que partamos dos objetivos da APA definidos no seu decreto de criação, elegendo um deles para centrar esforços durante o cronograma**.
- O *Cel. Vidal*, do CIMNC, afirmou que o CIMNC **tem sugerido pesquisas voltadas à produção de água, dando apoio logístico para que essas pesquisas se desenvolvam**.
- A *Sra. Danusa* sugeriu a **utilização do Conselho para provocar a revisão da Lei de Proteção de Mananciais, atualizando as situações socioambientais e as questões técnicas**.
- O *Sr. Anselmo*, do IFPE, **sugeriu que a gestão da APA tente identificar de onde está partindo as provocações para alteração da Lei de Proteção de Mananciais para que se possa convocar o deputado ou grupo político interessado para discussão no Conselho Gestor** para esclarecer os rebatimentos da lei e a necessidade de sua revisão.
- Sobre o andamento do Projeto dos Corredores Ecológicos na APA, *Cinthia Renata Vieira de Lima* informou que três trabalhos de mestrado na área de herpetofauna que estão em fase de conclusão **terão seus autores contactados para a que possam ter seus resultados apresentados no Conselho**.

❖ *Cinthia Renata Vieira de Lima* ao comentar que **ainda não havia recebido nenhuma indicação de escolas públicas com bibliotecas para a aplicação do projeto de educação ambiental da CPRH denominado "Circuito Ambiental" recebeu a indicação de duas escolas pelo CIMNC no município de Araçoiaba**.
DEMANDAS
❖ O encaminhamento dado ao final das discussões sobre o Plano de Ação para efetivação do Plano de Manejo foi que **cada representante e instituição estudará os programas e subprogramas do Plano de Manejo e elencará as ações prioritárias do ponto de vista de cada um dos segmentos da sociedade, indicando as ações que poderão participar ou contribuir, bem como ações que já estão em desenvolvimento**. As informações devem ser encaminhadas por e-mail para a gestora *Cinthia Renata Vieira de Lima* até dia 11 de maio de 2016 para compilação, devendo o material ser levado novamente à discussão na próxima reunião do Conselho. ❖ A *Sra. Giannina Cysneiros*, da SEMAS, sugeriu a **elaboração de Câmara Técnica para realizar a proposição de uma Estrada-Parque para a rodovia PE-18**, de modo a se antecipar a futuros pedidos. ❖ O *Sr. Herbert***,** antevendo os desafios que envolvem a gestão de uma UC de categoria APA, relembrou a proposta submetida ao Conselho Gestor e endereçada à SEMAS, desde 2010, sobre **Gestão da APA Aldeia Beberibe por uma Organização Social**. Durante essa discussão com a SEMAS, levantou-se a possibilidade de utilizar recursos de compensação ambiental no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, programa de manejo prioritário no ponto de vista do Fórum. ❖ *Cinthia Renata Vieira de Lima,* esclareceu que é preciso **definir o Plano de Ação** e, se for o caso, a partir dele e das ações prioritárias nele definidas, construir um projeto concreto a ser submetido à Câmara Técnica de Compensação Ambiental da CPRH para que o recurso de compensação ambiental destinado à APA Aldeia-Beberibe seja acessado. ❖ A *Plenária* decidiu, ao final da discussão sobre o pedido de licenciamento ambiental para implantação e pavimentação da PE-18, por **pesquisar as últimas notícias sobre as alterações da Lei de Proteção de Mananciais**, visando identificar as instituições e pessoas que possam estar envolvidas com essa temática.

➢ **ATA 2**

TÍTULO
ATA DA REUNIÃO DO DIA 24 DE MAIO DE 2016 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE
LOCAL
Auditório da Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH) – Rua Santana, nº 367, Casa Forte, Recife – PE
DATA
24 de maio de 2016
PAUTA

a) Aprovação da ata da reunião anterior
b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes
c) Discussão sobre o licenciamento ambiental de condomínios na APA Aldeia-Beberibe
d) Discussão para elaboração do Plano de Ação do Conselho Gestor
e) Informes gerais

OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Andréa Olinto	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)
Cel. Vidal	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Herbert Tejo	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Hibernon	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Jerusa Cavalcanti	Usina Petribú
Jóice Brito	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Mônica Rocha	Usina São José
Naira	Parque Dois Irmãos (PEDI/SEMAS)
Nelson Maricevich	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Norma Gusmão	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Roberto Souza Leão	Associação Chã de Peroba
Samanta Bella	Usina São José
Sandra Pires	Usina Petribú
Walber Santana	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata anterior sem alterações;
- Nomeação das conselheiras titulares: ***Sra. Norma Buarque Gusmão*** da UFPE e a ***Sra. Sandra Guaraná Bello*** da Prefeitura Municipal de Camaragibe;
- Discussão sobre o licenciamento ambiental de condomínios na APA Aldeia-Beberibe (pauta solicitada pelo FSaA);
- Discussão sobre o projeto para mapeamento e elaboração de estratégias para a implantação dos corredores ecológicos da APA Aldeia-Beberibe
- Discussão do Plano de Ação do Conselho Gestor

DESDOBRAMENTOS

- A presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** apresentou o Diretor de Gestão Territorial e de Recursos Hídricos da CPRH, ***Sr. Nelson Maricevich***, que fez uma apresentação sobre os licenciamentos ambientais de loteamentos e conjuntos habitacionais realizados pela sua diretoria. Na oportunidade, o *Sr. Nelson* informou que o licenciamento ambiental segue a legislação ambiental vigente e esclareceu que as diretrizes para ordenamento territorial em áreas urbanas são determinadas pelos municípios, cabendo anuência prévia e aprovação do projeto pela Agência CONDEPE/FIDEM nos municípios compõem a Região Metropolitana do Recife.
- A ***Sra. Samanta Bella*** fez uma apresentação sobre os objetivos e o processo de licitação do projeto financiado pelo Programa de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco (PSHPE) do Banco Mundial, informando o seu status atual – análise das propostas das seis empresas que foram selecionadas na lista curta – além de dirimir as dúvidas que surgiram a

partir da apresentação. O processo deve ser finalizado até o final do segundo semestre de 2016, com a assinatura do contrato pela empresa vencedora do certame.

- Entrando na discussão do Plano de Ação do Conselho Gestor, considerando as novas informações cedidas pela *Sra. Samanta*, ***Cinthia Renata Vieira de Lima,*** apresentou uma tabela compilando as contribuições para o Plano de Ação do Conselho encaminhadas previamente pelo FSaA, CIMNC e CPRH. No total, foram indicadas 47 ações, sendo que o Programa de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais foi incluído integralmente. Uma das ações incluídas é a implantação do Conselho Gestor, atividade em curso apesar da falta de indicação dos conselheiros por algumas entidades e órgãos.
- Outro ponto incluído no Plano de Ação foi o Planejamento de Rotina para acompanhar os licenciamentos ambientais na APA, sobretudo com a recente municipalização da gestão ambiental.
- Na pauta de informes gerais, ***Cinthia Renata Vieira de Lima***, informou que a AMANE, originalmente instituição componente do Conselho, encerrou suas atividades e por isso não havia encaminhado indicação de representantes até o momento. Dessa forma, encaminhou notificação informando sobre seu possível desligamento do Conselho, cuja substituição deve ser deliberada na próxima reunião.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

Durante a discussão sobre o licenciamento ambiental de condomínios na APA:

- O ***Sr. Hibernon***, do FSaA, informou que tem observado diferentes entendimentos para empreendimentos imobiliários similares e próximos em Aldeia, sobretudo no que diz respeito à Lei de Proteção de Mananciais e ao número máximo de lotes permitido por ela.
- O ***Sr. Nelson***, da CPRH, respondeu que já havia sido providenciada a resposta ao processo protocolado pelo FSaA referente ao caso concreto discutido (Condomínio Divinópolis).
- O ***Sr. Herbert Tejo***, do FSaA, pediu a palavra para esclarecer os questionamentos que geraram a inclusão desse ponto na pauta da reunião do Conselho Gestor, que se resumem ao fato da CPRH considerar ou não a Lei de Proteção de Mananciais na avaliação do licenciamento de condomínios em Aldeia, além de quais os critérios utilizados para definição do número de lotes nos condomínios situados nesse território.
- O ***Sr. Nelson*** respondeu que a consulta prévia e a anuência prévia da Agência CONDEPE/FIDEM são pré-requisitos para o licenciamento ambiental, cujas observações e determinações são incorporadas ao corpo das exigências das licenças dos empreendimentos, não competindo à CPRH a definição do número de lotes permitidos à luz das Legislações Municipais de Uso e Parcelamento do Solo e da Lei de Proteção de Mananciais, mas sim à Agência CONDEPE/FIDEM.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** ratificou que desde que assumiu a gestão da APA Aldeia-Beberibe tem recebido processos de licenciamento ambiental para conhecimento e pronunciamento quanto ao zoneamento definido no Plano de Manejo, mas que tem que considerar que se trata de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável que admite diversos tipos de uso.
- O ***Sr. Herbert*** se pronuncia no entendimento de que se faz necessário um pronunciamento formal da CPRH quanto à aplicação da Lei de Proteção de Mananciais uma vez que, diante dos casos concretos apresentados e da discussão, "*parece que tanto a CPRH quanto a CONDEPE/FIDEM não têm respeitado a lei*".
- A ***Sra. Mônica Rocha***, da Usina São José, entende que caberia a Procuradoria Geral do Estado definir a interpretação legal a ser considerada no âmbito do Estado de Pernambuco.

- O ***Sr. Roberto Souza Leão***, da Associação Chã de Peroba, demonstra a preocupação de compor um Conselho Gestor num território com tantas lacunas e interpretações, podendo prejudicar a ação do próprio conselho.
- A ***Srta. Jóice Brito***, analista da Unidade de Gestão de Unidades de Conservação da CPRH e anterior gestora da APA Aldeia Beberibe, afirma que já participou de reuniões para discussão do tema na CONDEPE/FIDEM, oportunidades que "*ficou claro que a Lei de Proteção de Mananciais é respeitada e considerada no cálculo para a definição do número de lotes permitido, mas que as Organizações da Sociedade Civil de Aldeia não concordam com tal cálculo*".
- A ***Sra. Samanta Bella***, gerente da Unidade de Gestão de Unidades de Conservação da CPRH, esclarece que a interpretação técnica e as definições dos parâmetros urbanísticos na área de proteção de mananciais cabem à CONDEPE/FIDEM, entendendo que os critérios adotados parecem razoáveis diante das reuniões anteriores realizadas para discussão desse tema.
- A ***Sra. Mônica Rocha***, da Usina São José, esclarece que os conselheiros devem ter cuidado ao reportar opiniões pessoais ou de entidades como se representassem todo o conselho gestor da APA, pois existem diferentes pontos de vista a serem considerados e para que não haja desgaste entre os conselheiros nem do conselho perante os órgãos. Nesse sentido, afirmou que *"devemos nos desarmar para escutar e respeitar as competências dos entes federativos e seus órgãos"*.
- A ***Sra. Sandra Pires***, da Usina Petribú, destacou que *"devemos resguardar os direitos adquiridos e dos terceiros de boa-fé que residem em condomínios no território da APA, pelo princípio da irretroatividade das normas legais"*.
- O ***Sr. Herbert*** pediu a palavra para deixar claro que sempre expõe os pontos de vista do FSaA e não do Conselho Gestor e que apenas pede para que seja esclarecida qual a linha em que se dá o licenciamento ambiental.
- A ***Sra. Andréa Olinto***, da SEMAS, destaca o papel fundamental da preservação de Aldeia para a manutenção das nascentes existentes e da segurança hídrica da RMR, justificando a atenção que se deve envidar no esclarecimento do assunto.
- O ***Sr. Walber Santana***, diretor de Recursos Florestais e Biodiversidade da CPRH, destacou que *"estamos trabalhando junto à CEHAB para sanar as angústias da comunidade de Aldeia no que diz respeito à restauração das APPs do rio Pacas, tendo em vista as obrigações assumidas por esse órgão"*.
- A ***Sra. Jerusa Cavalcanti***, da Usina Petribú, informa que o licenciamento ambiental municipal está muito complicado, o que foi ratificado pela ***Sra. Mônica Rocha***, da Usina São José, revelando a preocupação com a gestão de territórios como APAs, por exemplo.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** esclareceu que a CPRH está participando das discussões sobre impacto local no âmbito do CONSEMA/PE, mas que o processo está bastante conturbado. *"Estamos procurando conscientizar as prefeituras para que informem a CPRH, enquanto órgão gestor da APA, o licenciamento de empreendimentos e atividades em seu território"*.

Durante a discussão do Plano de Ação do Conselho Gestor:

- O ***Cel. Vidal***, do CIMNC, se pronunciou no sentido de ratificar o interesse em apoiar pesquisas na área do centro de instrução, sobretudo no tema de recursos hídricos, enquanto a ***Sra. Norma Gusmão*** afirmou que é possível fazer um levantamento das pesquisas que têm sido desenvolvidas na APA no âmbito da UFPE para dar conhecimento ao Conselho.
- A ***Sra. Samanta Bella*** relatou a dificuldade em supervisionar as atividades de pesquisa desenvolvidas em APAs pela impossibilidade de gestão próxima de um território tão extenso.

- A ***Sra. Samanta Bella*** salienta que as ações propostas no Plano de Ação devem ser objetivas e exequíveis dentro das possibilidades de cada um dos representantes.
- O ***Sr. Herbert***, concordou com a necessidade de inclusão de ações de educação ambiental no Plano de Ação, mas afirmou que não precisamos aguardar grandes projetos para buscar soluções para restauração de matas ciliares, sobretudo no rio Pacas, nascente do rio Beberibe.
- O ***Sr. Walber Santana***, diretor de Recursos Florestais e Biodiversidade da CPRH, destacou que estão trabalhando junto à CEHAB para sanar as angústias da comunidade de Aldeia no que diz respeito à restauração das APPs do rio Pacas, tendo em vista as obrigações assumidas por esse órgão.
- A presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*****,** esclareceu que as discussões sobre impacto local têm sido conduzidas pela SEMAS da melhor forma possível, sempre prezando pelo meio ambiente e sem corporativismo, mas que os municípios têm defendido um posicionamento com base na territorialidade para definição de impacto local, o que não é razoável do ponto de vista de avaliação de impactos ambientais. Deixou claro ainda que a CPRH não pode impedir ou auditar o licenciamento ambiental realizado pelos municípios e que diante da situação jurídica a Agência não tem mais assinado Acordos de Cooperação Técnica para repasse de atribuições aos municípios.

Durante a discussão sobre o Projeto para Mapeamento e Elaboração de Estratégias para Implantação dos Corredores Ecológicos:

- O ***Cel. Vidal*** informou que o CIMNC pretende contratar, a partir do próximo ano, um serviço de consultoria muito útil e relativamente barato para disponibilizar imagens de satélite mensais de todo o centro de instrução, de modo a auxiliar o gerenciamento do território.

Durante os Informes Gerais:

- O ***Cel. Vidal***, se pronunciou no sentido de ratificar o interesse em apoiar pesquisas na área do CIMNC, sobretudo no tema de recursos hídricos. Já a ***Sra. Norma Gusmão*** afirmou que é possível fazer um levantamento das pesquisas que têm sido desenvolvidas na APA no âmbito da UFPE para dar conhecimento ao Conselho.

SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES

- O *Sr. Nelson* informa que **os processos de licenciamento ambiental no território da APA são encaminhados para gestão da APA Aldeia-Beberibe** e sugere que **na próxima revisão do Plano de Manejo sejam incorporadas restrições para área de proteção de mananciais**.
- A *Sra. Norma Gusmão*, da UFPE, sugere que a **CPRH convide a CONDEPE/FIDEM para uma Reunião Técnica para esclarecer e dirimir dúvidas e entendimentos diversos sobre a forma de cálculo do número de lotes permitido pela Lei de Proteção de Mananciais**, visando fazer ajustes para os licenciamentos futuros e regularizar os empreendimentos já existentes no que for possível.
- O *Sr. Herbert* pediu que **seja esclarecida qual a linha em que se dá o licenciamento ambiental na APA**, "*já que na percepção do FSaA, que estuda o assunto há muitos anos, a Lei de Proteção de Mananciais não está sendo respeitada*".
- O *Sr. Roberto*, da Associação Chã de Peroba, **sugere que o *Sr. Walber* e o *Sr. Nelson* estejam presentes na próxima reunião do Conselho**, haja vista a possibilidade da presença da CONDEPE/FIDEM para esclarecer os critérios para parcelamento do solo em área de proteção de mananciais.

❖ A *Sra. Mônica Rocha* lembrou que a **CPRH já trabalhou de diversas formas com educação ambiental e produção de material didático** voltado ao tema com resultados satisfatórios e **sugere que essas metodologias sejam resgatadas para se tornarem linhas de atuação do Conselho Gestor**. ❖ A *Sra. Naira*, do Parque Dois Irmãos, **ressaltou a necessidade de incluir ações de educação ambiental no Plano de Ação, cuja contribuição deve ser encaminhada para construção do documento**.
DEMANDAS
❖ A *Sra. Mônica Rocha* sugere, como encaminhamento para a questão da falta de indicação de representantes para a implantação do Conselho Gestor, **realizar contato com as instituições que não tem comparecido às reuniões para que indiquem seus representantes ou os substituam**. Nesse sentido, o *Cel. Vidal* se comprometeu em **contatar a Prefeitura de Araçoiaba** e os representantes da *Usina Petribú* em **contatar a Prefeitura de São Lourenço da Mata**. ❖ A *Sra. Norma Gusmão* e o *Sr. Hebert*, sugeriu que a **CPRH convide a CONDEPE/FIDEM para uma Reunião Técnica** para esclarecimento sobre a forma de cálculo do número de lotes permitido pela Lei de Proteção de Mananciais, de modo a fazer os ajustes para os licenciamentos futuros e regularizar os empreendimentos já existentes no que for possível. O *Sr. Hibernon* sugere, ainda, que seja realizada uma **Reunião Técnica prévia entre a CPRH, CONDEPE/FIDEM e o FSaA** para nivelamento das informações a serem discutidas. ❖ *Sr. Herbert* se pronuncia no entendimento de que se faz necessário **um pronunciamento formal da CPRH quanto à aplicação da Lei de Proteção de Mananciais**, uma vez que, diante dos casos concretos apresentados e da discussão, parece que tanto a CPRH quanto a CONDEPE/FIDEM não têm respeitado essa lei. ❖ A *Sra. Naira*, do Parque Dois Irmãos, ressaltou a **necessidade de incluir ações de educação ambiental no Plano de Ação do Conselho**, cuja contribuição deve ser encaminhada para construção coletiva do documento. ❖ Durante a discussão dos pontos relativos à restauração e conservação, foi observada a inter-relação entre o Plano de Ação do Conselho e o Projeto dos Corredores Ecológicos, ficando clara a imensa contribuição que o projeto gerará para guiar a execução das ações do Plano de Manejo. Logo, o encaminhamento proposto por *Cinthia Renata Vieira de Lima*, e acatado pela Plenária, foi que este **documento inicial fosse avaliado pelos conselheiros em cada uma das instituições representadas para que na reunião seguinte se pudesse lapidá-lo**.

- **ATA 3**

TÍTULO
ATA DA REUNIÃO DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2016 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE
LOCAL
Auditório da sede da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), situada na Rua Santana, nº 367, Casa Forte, no município do Recife – PE
DATA
19 de setembro de 2016
PAUTA

a) Aprovação da ata da reunião anterior
b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes
c) Deliberação sobre o desligamento da AMANE do Conselho Gestor
d) Apresentação da Agência CONDEPE/FIDEM sobre a Lei de Proteção de Mananciais
e) Discussão para elaboração de Plano de Ação do Conselho Gestor
f) Informes gerais.

OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Ana Luíza	Unidade de Controle e Monitoramento Florestal (UCMF/CPRH)
Andrea Olinto	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)
Anselmo Bezerra	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Claudia Paes Barreto	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
Herbert Tejo	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Hibernon Souza	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Paulo Gileno	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Mônica	Usina São José
Norma Buarque	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Samanta Bella	Unidade de Gestão das Unidades de Conservação (UGUC/CPRH)
Sandra Pires	Usina Petribú
Severino	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata anterior sem alterações;
- Nomeação do conselheiro suplente ***Sr. Severino Rodrigo Ribeiro Pinto*** representante do CEPAN;
- Deliberação sobre o desligamento da AMANE do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe;
- Apresentação da Agência CONDEPE/FIDEM sobre a Lei de Proteção de Mananciais;
- Discussão da elaboração do Plano de Ação do Conselho Gestor.

DESDOBRAMENTOS

- Foi decidido, em virtude do encerramento das atividades da instituição, pelo desligamento da AMANE do Conselho Gestor da APA e pela substituição da titularidade pelo CEPAN, o qual até então ocupava a suplência da representação. ***Cinthia Renata Vieira de Lima,*** informou que solicitou inúmeras vezes, conforme determina o Regimento Interno, justificativas formais para as repetidas ausências nas reuniões, porém não houve devolutiva por parte da AMANE. Deliberou-se ainda que fossem convidadas instituições para ocupar a vaga de suplente da representação uma ONG ambientalista.
- Acatando a sugestão do conselheiro ***Severino***, formou-se um GT sobre a Lei de Proteção de Mananciais (composto pela CPRH, CONDEPE/FIDEM, CEPAN, Usina Petribú, Usina São José e Fórum Socioambiental de Aldeia) para propor soluções para a problemática que a referida lei aduz. O calendário de reuniões será definido posteriormente, conforme disponibilidade de agendas dos participantes. *Severino* sugeriu ainda que o GT trabalhasse focado em dois pontos principais, o geoespacial e o legal, dividindo as tarefas entre os participantes e sistematizando as informações já existentes.

- A conselheira ***Mônica Rocha***, da Usina São José, sugeriu dois encaminhamentos: (1) Trabalhar na alteração da Lei de Proteção de Mananciais com o objetivo de atualizá-la e (2) Listar as diferentes interpretações e incongruências na referida lei para pedir pronunciamento a PGE sobre elas, já que somente a Procuradoria é responsável por ditar a interpretação legal no Estado de Pernambuco.
- Na discussão sobre a elaboração do Plano de Ação do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** fez um breve histórico do objeto pretendido. Salientou a importância de alguns assuntos que estão relacionados ao plano, como o processo de anuência e ciência para o licenciamento ambiental e o rebatimento disso para a APA.
- Dentro da pauta informes gerais, a ***Sra. Samanta***, da UGUC/CPRH, repassou o status atual do processo de licitação para execução do Projeto para Mapeamento e Elaboração de Estratégias para Implantação dos Corredores Ecológicos na APA Aldeia Beberibe informando que foi finalizada a análise técnica e que se passará para a abertura das propostas financeiras. Adendo de Samanta: *"Serão avaliadas conjuntamente as propostas técnica e financeira, definindo o ranking do processo licitatório e convidando a empresa primeira colocada para reunião de negociação. A previsão é que o processo seja finalizado até o final do ano*".

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

Durante a discussão sobre a Lei de Proteção de Mananciais:

- A ***Sra. Claudia Paes Barreto***, Gerente de Regularização e Ordenamento Espacial, Diretoria de Articulação e Apoio ao Desenvolvimento Metropolitano da Agência CONDEPE/FIDEM, elencou as competências da instituição e a legislação pertinente ao parcelamento, uso e ocupação do solo utilizada para subsidiar as consultas prévias e anuências expedidas, salientando as dificuldades encontradas diante das lacunas legais existentes. Destacou as incongruências da Lei de Proteção de Mananciais quanto ao entendimento do percentual possível de utilização de cada lote, a forma de utilização dos lotes nos condomínios, onde cada lote é dividido em frações ideais (mesmo respeitando os percentuais máximos de ocupação do solo), e ainda ao uso residencial não discriminado (uni ou multifamiliar), o que dá margem a diversas interpretações.
- O ***Sr. Hibernon Souza***, do FSaA, se pronunciou no sentido de que, embora as lacunas da legislação existam e permitam diferentes entendimentos, a interpretação a ser seguida deveria ser a mais restritiva, considerando que a lei se destina à proteção da região de recarga de mananciais e a regulação da expansão imobiliária na área. Dessa forma, somente deveriam ser aprovados lotes com até 5.000 m^2 destinados exclusivamente a residências unifamiliares. A ***Sra. Claudia*** respondeu que a análise dos processos de consulta prévia e anuências na CONDEPE/FIDEM respeita a legislação existente, mas diante das incongruências existentes é difícil manter os posicionamentos mais restritivos.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** se pronunciou no sentido de que também entendia que a lei possui lacunas importantes que levam a aprovação de projetos que possam ser julgados como contrários ao objetivo da Lei de Proteção de Mananciais, mas que durante a análise técnica e argumentação dos empreendedores fica difícil manter posicionamentos mais restritivos. Continuou dizendo que essa dificuldade também é sentida pela equipe técnica da CPRH em relações a outras leis e que "*muitas vezes nos sentimos de mãos atadas diante das lacunas existentes*".
- O conselheiro ***Severino***, do CEPAN, afirmou que *"devemos pensar além de Aldeia, pois precisamos entender todo o território da APA com base em fundamentação técnica"* e defendeu que *"temos que fazer levantamentos de dados básicos para fazer a mais do que necessária revisão/atualização da lei de proteção de mananciais"*. Informou que o CEPAN

realizou, em parceria com a CPRH, o levantamento de áreas degradadas nas Unidades de Conservação, inclusive da APA Aldeia Beberibe, onde foi feito também o levantamento dos recursos hídricos e que verificará junto à UGUC a possibilidade de divulgação desses dados, uma vez que o projeto ainda não foi finalizado.

- A ***Sra. Claudia*** ressaltou a importância de os municípios participarem dessa revisão da Lei de Proteção de Mananciais, uma vez que os Planos Diretores são atualizados com frequência e muitas vezes somente para possibilitar a instalação de empreendimentos sem levar em consideração aspectos socioambientais.
- O conselheiro ***Herbert Tejo***, do FSaA, afirmou que ficou claro que a Lei de Proteção de Mananciais é confusa, mas foi elaborada baseada sobretudo na preocupação com o adensamento populacional na região, destacando que a interpretação deveria ser mais restritiva. Levantou ainda o questionamento sobre os afastamentos em relação a margens de tabuleiro, que a lei também determina, mas que, segundo ele, não são respeitadas. Apresentou ainda algumas imagens e informações sobre a região de Aldeia e a legislação ambiental aplicável na interpretação do Fórum Socioambiental de Aldeia, ressaltando que existem platôs e pontos de inflexão que formam as bacias dos principais rios da região, o que caracterizariam os tabuleiros. Afirmou que "*instituições como CPRH e CONDEPE/FIDEM não têm respeitado a legislação de proteção de mananciais e as margens dos tabuleiros, ficando acomodadas com as brechas da legislação (...) e que o Conselho Gestor da APA precisa se dedicar a essa discussão para debelar as fragilidades da legislação*".
- ***Herbert Tejo*** esclareceu que quando se refere a "Aldeia" quer dizer toda a APA Aldeia-Beberibe, e não apenas ao bairro de Aldeia, restrito a Camaragibe, uma vez que a área de atuação do Fórum é todo território da APA.
- A ***Sra. Claudia*** destaca que a CONDEPE/FIDEM trabalha com o que a lei estabelece e que o ideal é que existissem mapeamentos com as delimitações dos tabuleiros. Nesse sentido, o ***Sr. Hibernon***, do FSaA, salientou a necessidade da definição dos termos de tabuleiro para efetiva proteção da área.
- O ***Sr. Hibernon***, voltando à questão dos tabuleiros, destacou que a CONDEPE/FIDEM já considerou a faixa de proteção das margens de tabuleiros na análise de um processo apresentado. A ***Sra. Claudia*** esclareceu que, "*no caso concreto referido, possivelmente existia a situação de tabuleiro e por isso ela foi registrada, mas a análise realizada pela CONDEPE/FIDEM é caso a caso*".
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** se pronunciou em relação a essa questão afirmando que a discussão de casos específicos não seria construtiva para a resolução do problema no momento. Pontuou que, no seu entendimento, a maior parte do território da APA constitui-se como tabuleiro costeiro enquanto conceito geomorfológico, mas a borda de tabuleiro denominada como Área de Preservação Permanente (APP) na legislação ambiental deve cumprir requisitos de inclinação (igual ou superior a 45°), que ocorrem apenas em alguns pontos da APA, conforme mapa do Plano de Manejo.
- O conselheiro ***Severino***, do CEPAN, ratificou o entendimento de tabuleiro de *Cinthia Renata Vieira de Lima* e destacou que o "*desregramento para uso e ocupação do solo é um problema que reflete a falta de conhecimento acerca das áreas importantes para conservação no Estado, logo não exclusivo da APA Aldeia Beberibe. Relatou que um processo de levantamento de dados e informações foi necessário em caso semelhante, no CONSEMA/PE, com o objetivo de recomendar medidas de proteção para os brejos de altitude quando, após alteração pontual da Política Florestal do Estado de Pernambuco, cerca de 90% dos brejos de altitude perderam seu status de APP*".

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que o ***Sr. Gustavo Amorim***, Analista em Gestão Ambiental da CPRH, formado em geografia e que tem trabalhado diretamente com o SIG Caburé, poderia compartilhar informações concretas sobre quais informações espaciais já estão disponíveis no referido SIG, mas como tal demanda somente foi observada às vésperas da reunião, ele não pode comparecer na presente reunião por ter outro compromisso agendado.
- O ***Sr. Hibernon***, do FSaA, salientou a necessidade da definição dos termos de tabuleiro para efetiva proteção da área.
- ***Sandra Pires***, da Usina Petribú, comentou que "*a lei muitas vezes tem suas omissões e conceitos indeterminados, o que favorece diferentes interpretações, que é infrutífera a discussão no Conselho sobre o posicionamento que os órgãos devem seguir, uma vez que resta claro que a lei possui lacunas importantes que não podem ser supridas por interpretações e que muitas vezes recai para o técnico que analisa os processos caso a caso e que tal responsabilidade não pode ser cobrada deles*". Continuou argumentando que se deve fazer é seguir o encaminhamento dado pela ***Sra. Claudia***, da CONDEPE/FIDEM, e complementado pelos conselheiros ***Mônica*** e ***Severino***, no sentido de sanar as lacunas existentes com base em informações técnicas para dar suporte concreto às decisões dos órgãos estaduais.
- ***Herbert***, do FSaA, esclareceu que as críticas que fez não se referem aos técnicos pessoalmente, mas às instituições, que já deveriam ter suas interpretações definidas para que os técnicos não tivessem que fazer interpretações pessoais na análise dos processos.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que de fato é difícil para os técnicos dos órgãos estaduais avaliarem um processo à luz de legislações falhas e com lacunas e, ainda que *"tentemos fazer interpretações mais restritivas, os empreendedores sempre se posicionam fortemente relutantes ao atendimento dessas interpretações, chegando ao ponto de solicitar alteração da legislação por outras vias em alguns casos".* Apontou como exemplo o Decreto Estadual nº 24.017, de 7 de fevereiro de 2002, referente ao Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC) do Litoral Norte, que proibia a destruição ou degradação de remanescentes de Mata Atlântica em qualquer estágio de regeneração. Adendo de Cinthia: *"O corpo técnico da CPRH entendia que tal definição se aplicava tanto para os casos de supressão regular quanto irregular, e estabeleceu a inviabilidade de alguns empreendimentos com base nesse Decreto. Em 19 de março de 2014, o ZEEC do Litoral Norte foi alterado pelo Decreto Estadual nº 40.503, conceituando a expressão 'destruição ou degradação de remanescentes da Mata Atlântica' como 'o corte, a supressão ou a exploração de remanescentes de vegetação do bioma Mata Atlântica sem autorização do órgão competente, em desacordo com a obtida ou sem a compensação ambiental na forma de destinação de área equivalente ou superior à extensão da área desmatada', possibilitando assim, a supressão regular e deixando os técnicos de mãos atadas, porque as demais leis também possuem brechas para supressão".*

Durante a discussão do Plano de Ação:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que as Prefeituras Municipais que hoje realizam licenciamento são Recife, Paulista e Igarassu, e que foram encaminhadas correspondências sobre o assunto para Recife e Paulista, restando enviar para Igarassu. No entanto, apenas Paulista tem encaminhado informações sobre os empreendimentos dentro da APA.
- A conselheira ***Mônica*** pontuou que as Prefeituras podem estar emitindo licenças ambientais sem segurança jurídica, podendo trazer prejuízos aos empreendedores pela não observação da legislação sobre proteção de mananciais por parte desses municípios. Nesse prosseguimento, ***Herbert Tejo***, solicitou que fosse compartilhado com o Conselho informações sobre o licenciamento municipal. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que poderia passar essa

informação, mas possivelmente ela não representará a realidade, uma vez que o licenciamento ambiental de vários empreendimentos não passou pela gestão da APA, mas que *"em breve teremos essa informação concreta, ao menos no âmbito da CPRH, com a nova versão do SIG Caburé interligado ao SILIA"*.

- Voltando ao foco do Plano de Ação do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** destacou que se deve construir o plano considerando as possibilidades concretas para que se possa de fato viabilizar as ações propostas.

Durante os informes gerais:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que apenas a Prefeitura de Paudalho se pronunciou quanto à indicação das escolas para receber o jogo do projeto de educação ambiental "Circuito Ambiental", da CPRH, destacando a necessidade de participação das prefeituras e dos conselheiros para a efetivação das ações ambientais em parceria com a Agência.
- Como último informe, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** relatou aos conselheiros que a Câmara Técnica Federal de Compensação Ambiental (IBAMA) destinou recurso no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para aplicação em projeto a ser desenvolvido na APA Aldeia-Beberibe, referente ao licenciamento ambiental de linha de transmissão na esfera federal. A referida Câmara solicitou uma proposta de aplicação do recurso à CPRH, que foi respondida com a informação de que se planejou utilizar o recurso em projetos de educação ambiental. A proposta inicialmente foi indeferida, pois a Câmara entendeu que o recurso deveria ser utilizado prioritariamente em ações para proteção da Unidade. Solicitou-se reconsideração da proposta e emitiu-se parecer justificando a aplicação do recurso em atividades de educação ambiental diante da categoria da UC (APA – Uso Sustentável) e a realidade local (Aldeia-Beberibe contempla território urbano e rural de 8 municípios da RMR), com fundamentação técnico-científica sustentando a argumentação de que a educação ambiental é a estratégia mais efetiva para a proteção da UC, nesse contexto. Diante das novas informações apresentadas, a Câmara Técnica Federal de Compensação Ambiental aprovou a proposta de aplicação do recurso no Programa de Comunicação, Pesquisa e Educação Ambiental do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe, devendo a CPRH apresentar em seguida o plano de trabalho para aplicação dos recursos.
- A ***Sra. Samanta Bella***, da UGUC/CPRH, comentou que após definição da Linha de Ação em que se pretende aplicar o recurso destinado pela Câmara Técnica Federal de Compensação Ambiental (IBAMA), é preciso elaborar o Termo de Referência para o projeto e o Edital.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** conclui informando que nesse caso a contratação do serviço será realizada diretamente pelo empreendedor, o que garante a celeridade do processo. Corroborou com a fala da ***Sra. Samanta*** e informa que se perde muito tempo na fase de elaboração desses documentos iniciais.
- A conselheira ***Mônica***, da Usina São José, informou que a empresa que representa possui um projeto de reflorestamento com conceito similar ao proposto pelo conselheiro ***Herbert*** e que o mesmo tem apresentado ótimos resultados, mas salienta que o seu custo vai além da simples produção de mudas, pois envolve também a remuneração do pessoal para manutenção do reflorestamento durante o tempo adequado, o que eleva o custo envolvido.
- A conselheira ***Norma Buarque***, da UFPE, informou que entrou em contato com o ***Coronel Vidal*** para realizar estudos em parceria com o Exército Brasileiro, no território do CIMNC.

SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES

- O conselheiro *Herbert*, solicitou que fosse **disponibilizada ao Conselho Gestor a lista de empreendimentos licenciados na APA**.

- No âmbito da discussão sobre mudança na Lei de Proteção de Mananciais, o conselheiro *Anselmo Bezerra*, do IFPE, destaca que *"precisamos ser mais propositivos na reunião, considerando a periodicidade das reuniões e o tempo disponível para cada ponto de pauta"*, e **propõe um Grupo de Trabalho com os órgãos envolvidos (CPRH e CONDEPE/FIDEM) e instituições do Conselho que queiram participar do processo**.
- O conselheiro *Severino*, **pontuou que a formação de um GT é uma saída interessante** e que realizou trabalho semelhante em conjunto com outras instituições no âmbito do CONSEMA/PE para recomendar tecnicamente ações para conservação dos brejos de altitude, o que foi concluído com sucesso.
- O conselheiro *Severino* **sugeriu que o GT sobre a Lei de Proteção de Mananciais trabalhasse focado em dois pontos principais, o geoespacial e o legal, dividindo as tarefas entre os participantes e sistematizando as informações já existentes**.
- A conselheira *Mônica Rocha*, da Usina São José, **sugeriu dois encaminhamentos para o GT**: **(1)** trabalhar na alteração da lei de proteção de mananciais com o objetivo de atualizá-la e **(2)** listar as diferentes interpretações e incongruências na referida lei para pedir pronunciamento a PGE sobre elas, já que somente a Procuradoria é responsável por ditar a interpretação legal no Estado de Pernambuco.
- *Andrea Olinto*, da SEMAS, **salientou que o Conselho Gestor pode ter o papel de propor subsídios para a alteração da legislação de proteção de mananciais**.
- Sobre a Lei de Proteção de mananciais, a conselheira *Sandra Pires*, da Usina Petribú, **sugere que o que se deve fazer é seguir o encaminhamento dado pela *Sra. Claudia*, da CONDEPE/FIDEM, e complementado pelos conselheiros *Mônica* e *Severino*, no sentido de sanar as lacunas existentes com base em informações técnicas para dar suporte concreto às decisões dos órgãos estaduais**.
- A conselheira *Mônica*, da Usina São José, **sugeriu que sejam encaminhadas correspondências às Prefeituras Municipais que estão realizando licenciamento ambiental informando sobre a existência da APA Aldeia Beberibe sobre a necessidade de informar ao Conselho Gestor e ao Órgão Gestor da UC sobre licenciamentos na APA**.
- O conselheiro *Herbert* pontuou que o valor de R$ 200.000,00 é um valor razoável e suficiente para a execução de atividades interessantes de educação ambiental, que podem ir além das usuais cartilhas que, em sua opinião, não são efetivas para o que se propõe na prática. Afirma que **pode ser proposto um projeto maior, que inclua, por exemplo, o reflorestamento das matas ciliares com o envolvimento das escolas da região, subsídios para o desenvolvimento de viveiros florestais nas comunidades locais etc**. *Cinthia Renata Vieira de Lima* informa que está colocando esse assunto na pauta do Conselho justamente para colher ideias e soluções, buscando a melhor e mais efetiva forma de aplicação possível.
- A *Sra. Samanta Bella*, **sugeriu utilizar como base para elaboração dos Editais de educação ambiental os já utilizados pela CPRH**, o que pode ser um ganho para acelerar o processo.
- O conselheiro *Paulo Gileno*, do FSaA, **sugere a elaboração de mapas da APA para disponibilizar para as escolas da região**, no sentido de dar conhecimento às crianças, adolescentes e docentes sobre a UC.
- A *Srta. Ana Luíza*, estagiária da UCMF/CPRH, comentou que **é interessante envolver a extensão rural nos projetos de educação ambiental**, além das escolas, uma vez que a conscientização das comunidades rurais no território da APA pode trazer resultados promissores, a exemplo do que vem sendo realizado nos arredores do Parque Dois Irmãos.
- *Cinthia Renata Vieira de Lima* **sugere que se faça uma avaliação das ideias levantadas para observar se elas se encaixam nas Linhas de Ação definidas no Programa de Comunicação, Pesquisa e Educação Ambiental e que seja deliberado sobre a aplicação**

do recurso destinado pela Câmara Técnica Federal de Compensação Ambiental (IBAMA) na reunião extraordinária marcada para o dia 26 de outubro.
DEMANDAS
❖ *Mônica* propôs que **marcar uma Reunião Extraordinária para a discussão exclusiva do tema "Licenças Ambientais"**, dada a sua importância. A sugestão foi acatada pela Plenária e a Reunião Extraordinária foi agendada para o dia 26 de outubro de 2016, às 09h, no auditório da CPRH, oportunidade na qual devesse realizar uma Oficina para construção do Plano de Ação do Conselho Gestor. ❖ *Cinthia Renata Vieira de Lima,* considerando o não encaminhamento de novas contribuições para a construção do Plano de Ação do Conselho Gestor e a falta de participação das Prefeituras nas reuniões, **solicitou a discussão desse assunto ponto a ponto em Reunião do Conselho**, uma vez que não foi alcançada a objetividade pretendida inicialmente.

SÍNTESE DAS REUNIÕES REALIZADAS EM 2017

- **ATA 1**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Auditório da sede da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), situada na Rua Santana, nº 367, Casa Forte, no município do Recife – PE	
DATA	
25 de janeiro de 2017	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes c) Apresentação de propostas para aplicação de recursos de compensação ambiental na APA (dentro do Programa de Comunicação, Pesquisa e Educação Ambiental) d) Discussão sobre o Plano de Ação do Conselho Gestor e estratégia de envolvimento das Prefeituras e) Informes gerais	
OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Roberto Souza Leão	Associação Chã de Peroba
Sandra Pires	Usina Petribú
Ludmila	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Moacir	Instituto São Jorge
Luciene	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE)
Cristiane	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
ATIVIDADES REALIZADAS	

- Aprovação da ata anterior;
- Apresentação de propostas para aplicação de recursos de compensação ambiental na APA;
- Discussão sobre o Plano de Ação do Conselho Gestor e estratégia de envolvimento das Prefeituras;
- Definição do calendário das reuniões ordinárias trimestrais do Conselho Gestor para o ano de 2017 nas seguintes datas: 08 de março, 07 de junho, 06 de setembro e 06 de dezembro, com locais a definir.

DESDOBRAMENTOS

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** reintroduziu a discussão sobre a aplicação de R$ 200.00,00 (duzentos mil reais) decorrente de licenciamento ambiental de Linhas de Transmissão no âmbito federal (IBAMA) que havia sido iniciada na última reunião do conselho. Nesse sentido, o conselho voltou a tratar do assunto para deliberação final sobre o projeto a ser financiado com o recurso. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** propôs que se utilizasse como base o último edital da CPRH para adiantar a discussão, já que ele trata de conteúdos mínimos para projetos de educação ambiental nas áreas temáticas "Produção de Material Educativo e de Sensibilização" e "Formação em Educação Ambiental", o que foi acatado pela Plenária.
- Considerando o pronunciamento do Conselheiro ***Herbert Tejo***, do FSaA, na reunião do dia 19 de setembro de 2016, ratificado na fala dos Conselheiros ***Paulo***, do FSaA, ***Sandra***, da Usina Petribú e ***Norma***, da UFPE; a Plenária concordou em descartar as áreas temáticas relacionadas à produção de material educativo e de sensibilização, entendendo que nesse momento a simples produção de material pode não ter a efetividade necessária na APA, uma vez que a comunidade necessita de um projeto que se propague e se perpetue.
- Após a discussão, foi deliberado que o recurso de compensação ambiental destinado pela Câmara Técnica Federal de Compensação Ambiental (IBAMA) deverá ser aplicado na área temática de Formação em Educação Ambiental, uma vez que a atividade propõe a formação de agentes ambientais em diversos setores da APA, capacitando-os acerca dos conceitos ambientais que deverão ser colocados em prática.
- Na discussão sobre o status atual do processo de licitação para execução do Projeto para Mapeamento e Elaboração de Estratégias para Implantação dos Corredores Ecológicos na APA Aldeia Beberibe, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que a análise das propostas técnicas e financeiras já foi finalizada pela equipe da CPRH e do PSHPE, já tendo ocorrido inclusive reuniões de negociação com a empresa melhor posicionada na seleção, mas que havia sido contatada para fazer algumas alterações na nota técnica que compõe o processo e justifica o preço orçado pela empresa proponente selecionada antes de pedir a homologação do Banco Mundial.
- Em seguida, foi definido o calendário das Reuniões Ordinárias do Conselho Gestor para o ano de 2017 nas seguintes datas: 08 de março, 07 de junho, 06 de setembro e 06 de dezembro, com locais a definir.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- Em relação à produção de material educativo, a ***Sra. Cristiane***, do CEPAN, esclareceu que geralmente o material didático elaborado para cursos de formação são específicos para aquela aplicação, sendo necessária à sua adequação para utilização como material educativo.
- A Conselheira ***Luciene***, da FIEPE, questionou se a CPRH já possui estudos e levantamentos de fauna e flora recentes para a APA para servir como base para o projeto.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que as informações relativas à APA compõem o Plano de Manejo da Unidade, que é do ano de 2013, e que formalmente somente teria como atualizar tais informações com a revisão de tal instrumento, que deve ocorrer a cada 5 anos.

Além disso, existem as pesquisas realizadas na APA e autorizadas pela CPRH, que trazem novos subsídios, e o projeto para mapeamento dos corredores ecológicos que deve fazer levantamentos primários dos componentes ambientais da APA.

- O Conselheiro ***Roberto***, da Associação Chã de Peroba, demonstrou preocupação quanto ao formato de gestão da APA pela falta de um gerenciamento executivo e recursos mínimos para seu funcionamento adequado e presente, remetendo-se a uma queixa recorrente do Fórum Socioambiental de Aldeia, o que o leva a se questionar o quão efetivo poderá ser o projeto que será financiado com o recurso disponibilizado pelo IBAMA. Lembrou que as instituições que compõem o FSaA entregaram um projeto de gestão executiva para APA Aldeia-Beberibe há mais de um ano para apreciação da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco – SEMAS/PE, que até então não foi sequer considerado. Finalizando sua fala, sugeriu que o Conselho Gestor se empenhe para pensar numa forma de gestão mais eficiente e viável para a APA, considerando a urgência de ações voltadas à conservação ambiental e a velocidade com a qual a degradação avança em seu território.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** destacou que o levantamento de áreas degradadas nas Unidades de Conservação, projeto finalizado recentemente pelo CEPAN, pode ser um importante guia para indicar as áreas a restaurar, fazendo sair do papel uma ideia antiga de cadastrar os proprietários que tenham tal interesse e colocá-los em contato com quem tem passivos ambientais a sanar, construindo um banco de áreas para restauração florestal, o que pode se tornar um projeto piloto para o Estado. No entanto, para conseguir tal feito, se faz necessário o empenho de todo o Conselho Gestor.
- Em resposta, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que ela, representando os demais servidores da CPRH, se angustia por não poder atender de forma mais efetiva aos anseios da sociedade por conta da falta de recursos humanos e estrutura. Adendo de Cinthia: *"Além disso, essa é uma problemática existente no país inteiro, onde se busca um modelo de gestão exequível e eficiente diante de recursos escassos e, quando existentes, com restrições de uso pela legislação".* ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** salientou ainda que apesar das dificuldades, a APA Aldeia-Beberibe tem o grande diferencial de possuir uma sociedade civil organizada, mobilizada e preocupada com as questões socioambientais, o que a fez colher frutos como Plano de Manejo, Conselho Gestor ativo e gestão no âmbito da CPRH, mesmo sendo uma das UCs criadas mais recentemente, ao passo que outras não possuem qualquer desses instrumentos de gestão.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** relatou a falta de participação das Prefeituras nas últimas reuniões, provavelmente por conta das eleições municipais, e a importância desses representantes na discussão do Plano de Ação do Conselho Gestor, pois esses atores são primordiais para a efetivação de muitas das ações discutidas. Salientou ainda que as Prefeituras, no papel de poder público, têm obrigações relativas à proteção do meio ambiente, sobretudo aqueles municípios que já assumiram a gestão ambiental (licenciamento, fiscalização e monitoramento), mas que muitas vezes a falta de articulação com o conselho gestor impede a realização de ações mais efetivas.
- O Conselheiro ***Moacir***, do Instituto São Jorge, relatou que está em contato direto com a nova gestão da Prefeitura de Camaragibe e que envidará esforços para o envolvimento do município no Conselho Gestor.
- O Conselheiro ***Roberto***, da Associação Chã de Peroba, sugeriu que o Conselho Gestor fizesse reuniões itinerantes entre os municípios que compõem a APA Aldeia-Beberibe, como forma de estimular o seu envolvimento. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que as primeiras reuniões foram realizadas em diferentes locais – Parque Dois Irmãos (Recife), ESEC Caetés (Paulista/Abreu e Lima) e CIMNC (Araçoiaba) – justamente utilizando dessa estratégia, mas

ainda assim não se conseguiu o envolvimento de algumas Prefeituras, além de alguns conselheiros se queixarem sobre a dificuldade para chegar aos locais.

- Na discussão sobre o status atual do processo de licitação para execução do Projeto de Corredores Ecológicos, a conselheira ***Sandra,*** da Usina Petribú, questionou se existe a possibilidade real do projeto ser aprovado pelo banco e qual o tempo de execução estimado. **Cinthia *Renata Vieira de Lima*** respondeu que acredita que o projeto será aprovado sim, pois atende ao Termo de Referência e o valor orçado pela empresa foi devidamente justificado.
- A Conselheira ***Luciene***, da FIEPE, questionou se existem outras fontes de recurso disponíveis para ações a serem desenvolvidas na APA. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que, de imediato, não existem, mas que pode aparecer outros recursos de compensação ambiental oriundos de empreendimentos instalados na APA, bem como podem ser buscadas parcerias com empresas privadas da região para financiar ações ambientais no território, como: o Shopping Camará, em Camaragibe, que já demonstrou interesse em desenvolver projetos socioambientais na APA; a Celpe, que tem atuado em prol das Unidades de Conservação em parceria com a CPRH visando compensar danos pela manutenção de suas linhas de transmissão; os proprietários de áreas passíveis de restauração florestal, que podem receber reposições florestais de empresas com passivos ou recomposição de suas Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, etc. *"Nesse último ponto, especificamente, o levantamento de áreas degradadas nas Unidades de Conservação, projeto finalizado recentemente pelo CEPAN, pode ser um importante guia para indicar as áreas a restaurar, fazendo sair do papel uma ideia antiga de cadastrar os proprietários que tenham tal interesse e colocá-los em contato com quem tem passivos ambientais a sanar, construindo um banco de áreas para restauração florestal, o que pode se tornar um projeto piloto para o Estado. No entanto, para conseguir tal feito, se faz necessário o empenho de todo o Conselho Gestor".*
- Nos informes gerais, a ***Sra. Cristiane***, do CEPAN, informou que o CEPAN e a BVRio promoverão o Seminário "Caminhos para a implementação do Código Florestal para os Estados do Nordeste", que tratará sobre a implementação do Programa de Regularização Ambiental.
- A conselheira ***Sandra***, da Usina Petribú, pediu a palavra para relatar a grande incidência de incêndios nos últimos meses na região de Aldeia, o que foi corroborado pelos demais conselheiros presentes na reunião, destacando que nem sempre o Corpo de Bombeiros consegue combatê-los.
- A ***Sra. Ludmila***, do FSaA, questionou sobre o GT instituído para discutir a Lei de Proteção de Mananciais. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** justificou que as reuniões do grupo não foram viabilizadas por conta de outras demandas em que ela foi envolvida nos últimos meses, o que a impediu de articular as reuniões com as instituições, mas que assim que for possível o fará.
- A ***Sra. Luciene***, da FIEPE, questionou se existe previsão para instalação de sede da APA Aldeia Beberibe, e se já existe alguma previsão de local. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que já havia sido levantada a possibilidade de ser no mesmo local do CETAS Tangará, recentemente inaugurado no Km 8 da PE-16, na Guabiraba, em Recife, mas que não há nada concretizado nesse sentido, pois o grande problema é a equipe e estrutura, que inexistem atualmente.

SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES

- *Cinthia Renata Vieira de Lima* **propôs que se utilizasse como base o último edital da CPRH para adiantar a discussão sobre a aplicação de R$ 200.00,00 (duzentos mil reais) destinado pela Câmara Técnica Federal de Compensação Ambiental (IBAMA)**, já que ele trata de conteúdos mínimos para projetos de educação ambiental nas áreas temáticas

"Produção de material educativo e de sensibilização" e "Formação em Educação Ambiental", o que foi acatado pela Plenária. ❖ *Cinthia Renata Vieira de Lima* **destacou que o Conselho precisa usar os poucos recursos existentes de maneira inteligente** para buscar a máxima efetividade nas ações. ❖ Na discussão sobre o envolvimento das prefeituras, *Cinthia Renata Vieira de Lima* **sugeriu que se aguardasse as novas gestões se organizarem em seus municípios para que se voltasse a discutir o Plano de Ação do Conselho**, podendo ser viabilizada, inclusive, **visitas de alguns conselheiros aos municípios** com o objetivo de sensibilizá-los quanto à importância de sua participação no Conselho Gestor, o que foi acatado pela Plenária. **Solicitou que os conselheiros que puderem atuar junto aos municípios**, que o façam, buscando estreitar o relacionamento entre os municípios e a gestão da APA. ❖ O conselheiro *Roberto*, da Associação Chã de Peroba, **sugeriu que o Conselho Gestor fizesse reuniões itinerantes entre os municípios que compõem a APA Aldeia-Beberibe**, como forma de estimular o seu envolvimento. ❖ O conselheiro *Roberto*, da Associação Chã de Peroba, **sugeriu que o Conselho Gestor se empenhe para pensar numa forma de gestão mais eficiente e viável para a APA**, considerando a urgência de ações voltadas à conservação ambiental e a velocidade com a qual a degradação avança em seu território. ❖ A conselheira *Luciene* demonstrou preocupação em relação à **disseminação de doenças atreladas à** fauna, sugerindo que se buscasse recursos para realização de pesquisas voltadas a esse tema. ❖ O *Sr. Moacir*, do Instituto São Jorge, **sugeriu que as próximas reuniões fossem na APA**, para viabilizar a participação de outras pessoas da comunidade. ❖ *Cinthia Renata Vieira de Lima* **sugeriu que a próxima reunião ainda seja na CPRH, e que nela sejam sugeridos locais para a realização das demais**.
DEMANDAS
❖ Em relação ao projeto de Formação em Educação Ambiental a ser financiado com recursos da compensação ambiental federal, ficou acordado que *Cinthia Renata Vieira de Lima* fará um **recorte nas partes pertinentes do edital anterior e encaminhará o documento para todos os conselheiros. O prazo para devolução das contribuições será até o dia 24 de fevereiro**, quando *Cinthia Renata Vieira de Lima* consolidará o documento para aprovação na próxima reunião e posterior discussão sobre a forma de execução junto ao empreendedor.

- **ATA 2**

TÍTULO
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE MARÇO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE
LOCAL
Auditório da sede da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), situada na Rua Santana, nº 367, Casa Forte, no município do Recife – PE
DATA
08 de março de 2017
PAUTA

a) Aprovação da ata da reunião anterior
b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes
c) Apresentação de instituições para assumir a suplência da representação no Conselho Gestor no setor ONG ambientalista
d) Apresentação de sugestão de locais para a realização das próximas reuniões
e) Deliberação sobre o conteúdo mínimo para projeto de Formação em Educação Ambiental
f) Informes gerais.

OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSA)
Anselmo	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Cristiane	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Roberto	Associação Chã de Peroba
Moacir	Instituto São Jorge
Célio Muniz	Prefeitura de Camaragibe
Mônica Rocha	Usina São José
Norma Gusmão	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Paulo Gileno	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Dandara	Prefeitura de Camaragibe
Samanta	Unidade de Gestão das Unidades de Conservação (UGUC/CPRH)
Hibernon	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)

ATIVIDADES REALIZADAS

- Apresentação do ***Sr. Gleydson Castelo Branco***, novo gerente da UGUC/CPRH;
- Aprovação da ata da reunião anterior sem alteração;
- Nomeação dos conselheiros titular e suplente da Prefeitura Municipal de Igarassu, ***Adriana Lopes Nóbrega Fragôso de Barros*** e ***José Rinaldo Silva Rufino***, respectivamente;
- Apresentação de instituições para assumir a suplência da representação no Conselho Gestor no setor ONG ambientalista;
- Deliberação sobre o conteúdo mínimo para o Projeto de Formação em Educação Ambiental.

DESDOBRAMENTOS

Durante a apresentação de sugestão de locais para a realização das próximas reuniões:

- Sobre as solicitações para local da reunião, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que essa estratégia de reuniões itinerantes foi adotada inicialmente na retomada do Conselho Gestor, quando foram realizadas as primeiras reuniões no Parque Estadual Dois Irmãos (Recife), ESEC Caetés (Paulista/Abreu e Lima) e no CIMNC (Araçoiaba), mas alguns conselheiros sugeriram que as reuniões fossem na própria CPRH, por ser mais acessível, o que foi acatado.
- O ***Sr. Célio Muniz***, da Prefeitura de Camaragibe, disponibilizou a sede do município para a próxima reunião, que está prevista para o dia 07 de junho, e a Plenária concordou em decidir os próximos locais mais adiante.
- Antes de adentrar na discussão do próximo item de pauta, o ***Sr. Herbert*** sugeriu que fosse ouvida a apresentação do ***Sr. Célio Muniz***, Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura de Camaragibe, sobre os projetos almejados pela nova gestão municipal, entendendo que o tema

tem ligação direta com o projeto que se discutiria em seguida. A Plenária concordou com a inclusão da apresentação na pauta.

- O ***Sr. Célio*** fez sua apresentação destacando os projetos voltados ao meio ambiente e sustentabilidade pretendidos pela gestão municipal envolvendo as comunidades locais, ressaltando as atividades de agroecologia a serem desenvolvidos nas faixas de servidão de linhas de transmissão (produção de adubo e alimentos orgânicos, além de mudas florestais nativas) e a restauração florestal de matas ciliares em conjunto com parceiros.

Durante a discussão do projeto de educação ambiental:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** apresentou a minuta do projeto de Formação em Educação Ambiental a ser financiado com recursos de compensação ambiental oriundo do IBAMA.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- A ***Sra. Mônica***, da Usina São José, parabenizou a iniciativa da Prefeitura de Camaragibe e destacou a importância da interação da comunidade no processo de proteção de UCs, mas demonstrou preocupação sobre os usos pretendidos para faixas de servidão de linhas de transmissão, uma vez que a maior parte dessas áreas não é de propriedade da CHESF, mas na verdade tem cessão de uso por conta de seu caráter de utilidade pública. O ***Sr. Célio*** esclareceu que a procuradoria do município e o setor jurídico da CHESF já levantaram essa questão e que a prefeitura já está trabalhando na identificação das áreas que pertencem ao município e estão ocupadas indevidamente.
- A ***Sra. Mônica*** voltou a se pronunciar para afirmar que dará conhecimento sobre o projeto à diretoria da Usina São José, que também possui projeto voltado à restauração de matas ciliares, para intermediar possível parceria. Sugeriu também que podem ser aplicados nesse projeto recursos de conversão de multas aplicadas pela CPRH em decorrência de infrações ambientais constatadas, conforme prevê a legislação vigente.
- O ***Sr. Paulo Gileno***, do FSaA, destacou a importância das vivências na educação de crianças, afirmando que essas atividades devem ser realizadas com enfoque nas escolas da região.
- O ***Sr. Célio*** finalizou agradecendo o espaço disponibilizado e colocando a Diretoria de Meio Ambiente de Camaragibe à disposição do Conselho Gestor para sugestões adicionais ao projeto e esclarecimentos porventura necessários.
- A ***Sra. Dandara***, também da Diretoria de Meio Ambiente da Prefeitura de Camaragibe, destacou que o viés educacional do projeto também deve focar nas áreas com atividade rural do município (ainda que o plano diretor dite que seu território é 100% urbano), de modo a demonstrar as oportunidades existentes no meio rural para a comunidade, sobretudo os jovens que em geral não veem potencialidades na área.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** enfatizou o discurso da ***Sra. Dandara***, salientando que somente se pode fazer uso sustentável adequado do território se conhecemos e nos empoderamos de suas potencialidades e fragilidades.

Durante a discussão do Projeto de Educação Ambiental:

- O ***Sr. Herbert*** relembrou que há duas reuniões ele havia se posicionado contrário à utilização do recurso num projeto de educação ambiental nos moldes tradicionais (apenas de trabalhar conceitos através de capacitação e produção de materiais didáticos) por entender que essa estratégia é pouco eficiente para produzir resultados concretos e alterar a situação atual de degradação da APA. Lembrou também que foram apresentados dois projetos à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco – SEMAS/PE e a CPRH, para

efetivar a gestão da APA, sendo um para gestão executiva da APA Aldeia-Beberibe através da contratação de uma organização social e outro para efetivação de programas do plano de manejo da UC, afirmou então que não entende porque tais projetos não foram considerados para o uso do recurso, *"já que podemos utilizar esse recurso em algo mais efetivo e duradouro que sirva de exemplo de projeto a ser seguido"*. Afirmou que a posição do Fórum Socioambiental de Aldeia é contrária à aprovação do projeto de educação ambiental, que não tem contribuições a dar ao projeto caso seja mantida essa modelagem e que o recurso deveria ser utilizado em projetos de restauração florestal e recuperação de áreas degradadas dentro da APA. Aproveitou a oportunidade para expor uma opinião pessoal, "*afirmando que acredita que a figura do Conselho Gestor de APAs foi feita para não funcionar, uma vez que a maior parte das instituições representadas não se esforça para se envolver nas problemáticas e para buscar soluções*".

- O ***Sr. Moacir***, do Instituto São Jorge, endossou as palavras do ***Sr. Herbert***.
- Em resposta a tal pronunciamento, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** afirmou que de fato a SEMAS ainda não apresentou resposta aos projetos propostos pelo Fórum Socioambiental de Aldeia para gestão executiva da APA, apesar dos reiterados questionamentos acerca da questão, mas informou também que diante do cenário atual essa resposta não pode ser cobrada da pessoa dela, uma vez que ela não tem poder de decisão política para tal, e que sua competência enquanto gestora é limitada à aplicação da legislação vigente e aos recursos disponíveis, que são claramente insuficientes. Adendo de Cinthia: *"Apesar das dificuldades e diferentemente do que acontece na maioria das UCs do Estado, temos conseguido avançar, ainda que a pequenos passos, no sentido da efetivação da gestão da APA Aldeia-Beberibe. Tal feito é, sem dúvidas, mérito da mobilização da sociedade civil no território, que tem cobrado ações concretas do poder público. No entanto, as dificuldades também são concretas e refletem uma realidade nacional na gestão de UCs, sobretudo as de Uso Sustentável. Nesse contexto de dificuldades, foi destinado o recurso de compensação ambiental na ordem de R$ 200.000,00 para aplicação na APA Aldeia-Beberibe"*.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** relembrou a todos os conselheiros como se deu a deliberação sobre a aplicação do recurso, tendo sido a destinação à educação ambiental (Programa de Comunicação, Pesquisa e Educação Ambiental do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe) aprovada pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal – CCAF, com foco na Formação em Educação Ambiental aprovada nesse Conselho Gestor. Adendo de Cinthia: *"A pauta que foi discutida nas reuniões dos dias 19 de setembro de 2016 e 25 de janeiro de 2017, quando se definiu que utilizaríamos como base o termo de referência lançado no último edital da CPRH para dar celeridade ao processo e, considerando a necessidade de atividades voltadas à restauração florestal na APA e o formato da formação, que a fase de intervenção da formação (60% do curso) fosse voltada para vivências em restauração florestal de matas ciliares, atendendo as diretrizes do CCAF e à demanda levantada no Conselho Gestor. Uma das possibilidades de projetos, por exemplo, seria a fase de capacitação com conceitos de educação ambiental e restauração florestal e a fase de intervenção prevendo a construção e operação de um viveiro florestal com culminância no plantio de matas ciliares, envolvendo no processo atores que pudessem contribuir com a manutenção das atividades, com a identificação de áreas para restauração (oportunidade para construção de um banco de áreas), etc."*.
- O ***Sr. Herbert*** afirmou que entende que o valor disponibilizado seria suficiente para a execução de um projeto de recomposição de um longo trecho de matas ciliares do rio das Pacas, onde seriam incluídas atividades de educação ambiental. Dessa forma, seriam atendidos os programas de manejo prioritários para a APA.

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** voltou a se pronunciar no sentido de que entendia que as propostas expostas são convergentes e podem ser perfeitamente conciliadas, mas que *"precisamos trabalhar no documento apresentado para que as contribuições sejam incorporadas à ideia original, até porque as ações apresentam uma importante transversalidade no plano de manejo da APA, cumprindo atividades em programas de manejo igualmente prioritários para a APA"*.
- O ***Sr. Herbert*** se pronunciou novamente entendendo que diante do impasse para aplicação do recurso, essa discussão precisaria ser aprofundada, afirmando que não se estava conseguindo estabelecer um diálogo construtivo para a definição da sua aplicação, "*que a CPRH apenas traz dificuldades para a implantação das ações de restauração orquestradas pelo Fórum na APA e que começa a questionar o papel da instituição por ele representada no Conselho Gestor. Criticou, ainda, a destinação de recursos para os serviços de levantamento e mapeamento de estratégias de implantação de corredores ecológicos para a APA Aldeia-Beberibe, afirmando que tal projeto poderia ser executado com menos tempo e recursos pelo IFPE e pela UFRPE. Questionou, ainda, como se dará a contratação da empresa para a elaboração desse projeto*".
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** se pronunciou no sentido de que, em seu entendimento, as propostas expostas para aplicação do recurso de compensação são convergentes e podem ser perfeitamente conciliadas, mas que *"precisamos trabalhar no documento apresentado para que as contribuições sejam incorporadas à ideia original, até porque as ações apresentam uma importante transversalidade no plano de manejo da APA, cumprindo atividades em programas de manejo igualmente prioritários para a APA"*.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que a contratação da executora do projeto deverá ser realizada diretamente pela empresa Interligações Garanhuns, em decorrência do licenciamento do empreendimento LT Luiz Gonzaga, e que a CPRH deverá apresentar o conteúdo mínimo para a contratação do projeto e acompanhar a sua seleção e a execução.
- A ***Sra. Mônica***, da Usina São José, demonstrou preocupação sobre os usos pretendidos para faixas de servidão de linhas de transmissão, uma vez que a maior parte dessas áreas não é de propriedade da CHESF, mas na verdade tem cessão de uso por conta de seu caráter de utilidade pública. O ***Sr. Célio*** esclareceu que a procuradoria do município e o setor jurídico da CHESF já levantaram essa questão e que a prefeitura já está trabalhando na identificação das áreas que pertencem ao município e estão ocupadas indevidamente.
- O ***Sr. Roberto***, da Associação Chã de Peroba, afirmou que acredita que o montante é insuficiente para a execução de um projeto amplo de restauração conjugada à educação ambiental, mas que se pode concentrar esforços na implantação de projeto mais simples, mas que marcará o início das ações efetivas de gestão no território da APA, incluindo a integração com a comunidade. Acrescentou que o Fórum está disposto a cobrar respostas da SEMAS e do Governo do Estado aos projetos propostos para a gestão executiva da APA buscando um modelo de gestão viável, considerando a velocidade com que a degradação avança no território e a sua importância no contexto ambiental e de segurança hídrica.
- O ***Sr. Herbert*** relatou a origem da proposta de gestão, cuja primeira versão foi apresentada antes da consolidação do Conselho Gestor e foi revisada em 2015, quando foi novamente colocada à apreciação da SEMAS. Ressaltou que não há mais como prolongar a situação existente, com apenas uma pessoa para gerir e ainda dividida em outras demandas e sem recursos logísticos e infraestrutura.
- O ***Sr. Anselmo***, do IFPE, afirmou que, embora tenha contribuído para a adequação do documento com conteúdo mínimo para elaboração de projeto, diante da discussão, endossa as palavras do ***Sr. Herbert*** no sentido de que um simples plantio de mudas pode não trazer a

efetividade que buscamos, que é o que pode acontecer se o foco do projeto for a educação ambiental e não a restauração florestal. Ressaltou que de fato a gestão executiva de UCs é um problema para o Estado, mas que apesar das dificuldades o Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe permanece reunido e atuante, ao contrário de outras UCs que até possuem equipe gestora, mas não conseguem mobilizar adequadamente seus Conselhos Gestores.

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** reafirmou que a APA Aldeia-Beberibe tem o diferencial de possuir uma sociedade civil organizada, mobilizada e preocupada com as questões socioambientais, o que já a fez colher frutos como Plano de Manejo, Conselho Gestor ativo e gestão no âmbito da CPRH, mesmo sendo uma das UCs criadas mais recentemente, ao passo que outras não possuem qualquer desses instrumentos de gestão. No entanto, como a APA foi criada após o último concurso da CPRH, que ocorreu em 2008, não foi previsto quadro técnico para atender a Unidade, o que prejudicou demasiadamente a sua gestão executiva, refletindo uma situação crítica geral de toda a Agência em relação à equipe técnica.
- O ***Sr. Anselmo***, do IFPE, defendeu que o Conselho Gestor se posicione politicamente para cobrar a gestão adequada da APA perante CPRH e SEMAS e *"enquanto não tivermos uma situação melhor, trabalhemos no que é possível"*. Em relação ao recurso de compensação ambiental, por exemplo, propôs que melhoremos o documento com conteúdo mínimo para o projeto buscando atender as necessidades expostas.
- ***Cinthia*** esclareceu que em nenhum momento a proposição do projeto de formação em educação ambiental foi impositiva, mas sim sugerida por ela própria e pela ***Sra. Samanta***, gerente da UGUC à época, para acelerar o processo e acatada pela Plenária do Conselho Gestor. A partir de tal decisão, o documento foi construído por ela e encaminhado a todos os conselheiros antecipadamente para apreciação e contribuições, conforme deliberado na reunião anterior, mas que apenas o ***Sr. Anselmo***, do IFPE, fez uma contribuição pontual, fazendo-a crer, desse modo, que o documento estava atendendo a todos.
- A ***Sra. Cristiane***, do CEPAN, compartilhou a sua experiência em outros Conselhos Gestores, afirmando que a problemática da gestão é similar em todos eles, e que a estratégia de contratação de uma organização social pode parecer uma boa solução, mas que possivelmente a adoção da proposta esbarre numa limitação financeira por envolver repasses financeiros mensais a essas organizações. Sugeriu que estudassem a proposta do Fórum bem como outras possibilidades de gestão para a APA, observando as experiências de outras UCs e outros territórios, buscando a melhor solução para o nosso caso.
- O ***Sr. Herbert***, sugeriu que se apresentasse a proposta elaborada e entregue à SEMAS na próxima reunião do Conselho, para que ela seja discutida e assimilada pelos demais conselheiros.
- ***Cinthia*** se pronunciou para relatar a dificuldade burocrática e financeira que a CPRH está enfrentando há quase 2 anos para a contratação de uma organização social para gerir o CETAS Tangará (Centro de Triagem de Animais Silvestres do Estado de Pernambuco), apesar da urgência que o caso requer e da falta de corpo técnico na Agência para atuação na área (médicos veterinários, zootecnistas, biólogos com perfil de fauna, etc.), para demonstrar que essa solução não é tão simples e rápida, ainda que o Estado opte por essa alternativa. Adendo de Cinthia: *"Outro caso, ainda mais similar ao caso em discussão, foi a tentativa de contratação de uma gestão através de organização social para o Parque Dois Irmãos, que não obteve sucesso mesmo após várias tentativas da SEMAS, sobretudo pela impossibilidade financeira de pagamento do Estado".*
- A ***Sra. Cristiane***, do CEPAN, esclareceu que "*Organizações Sociais (OS) são mais complexas de serem instituídas, pois mais da metade do Conselho precisa ser composto por servidores públicos, o que torna os contratos de administração para manter uma OS maiores e mais*

complexos. Já no caso das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), formadas exclusivamente por pessoas da sociedade civil, sendo vetada a participação de servidores públicos, o contrato de administração é muito menos custoso, pois não há a necessidade de manter as despesas dos salários dos servidores. Outro fato é que o SNUC e SEUC não mencionam a possibilidade de firmar contratos para a gestão de UCs através de OS, mas sim de OSCIP".

- O ***Sr. Roberto***, da Associação Chã de Peroba, afirmou que podemos viabilizar um modelo de gestão executiva para a APA se estudarmos as possibilidades juntos, sociedade civil e poder público.
- A ***Sra. Cristiane*** afirmou que na sua visão, não podemos deixar de dar andamento aos projetos disponíveis por não termos a gestão ideal, mas usá-los para atingir os objetivos da APA enquanto essa questão não se resolve. Sugere que o projeto de formação em educação ambiental seja adequado para atender às expectativas de todos, mas que não seja condicionado à resolução da questão da gestão.

SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES

- *Cinthia Renata Vieira de Lima* **sugeriu que o CEPAN assumisse tanto a titularidade quanto a suplência da cadeira**, em virtude da falta de indicação de outras instituições. No entanto, o *Sr. Herbert*, do FSaA, **defendeu a necessidade de pluralidade máxima na representação do Conselho Gestor, sugerindo que fosse dado mais um período para a indicação de novas entidades para ocupar a suplência da representação**, o que foi reforçado pelo *Sr. Anselmo*, do IFPE.
- A *Sra. Cristiane*, representante do CEPAN, **se comprometeu a divulgar a vaga no setor ONG ambientalista no Fórum de Entidades Ambientalistas de Pernambuco**, do qual faz parte, **e sugeriu que as demais instituições também fizessem a divulgação**. *Cinthia Renata Vieira de Lima* **sugeriu que esse assunto fosse tratado via e-mail para que na próxima reunião já se tivesse algo definido para que seja possível editar a portaria do Conselho e formalizar as alterações**, o que foi acatado pela Plenária.
- O *Sr. Herbert*, **sugeriu que as demais instituições que não estão comparecendo às reuniões fossem sondadas sobre o interesse em permanecer no Conselho Gestor**, o que foi acatado.
- O *Sr. Roberto*, da Associação Chã de Peroba, **sugeriu que a Prefeitura de Camaragibe, com representante presente na reunião, tentasse entrar em contato com as Prefeituras de São Lourenço e Paudalho** para sensibilizar sobre a importância de suas atuações no Conselho.
- O *Sr. Moacir*, do Instituto São Jorge, **sugeriu que a próxima reunião fosse realizada na FOP (Faculdade de Odontologia de Pernambuco)**, pois o local é mais central para a participação da comunidade e tem amplo estacionamento. O *Sr. Herbert*, do FSaA, **sugeriu que o assunto fosse discutido via e-mail**.
- O *Sr. Roberto*, da Associação Chã de Peroba, **sugeriu que as reuniões aconteçam nas Prefeituras municipais, sendo já a próxima em Camaragibe**, visando envolver as diversas comunidades existentes no território da APA.
- Após a apresentação do *Sr. Célio*, a *Sra. Mônica* se pronunciou **sugerindo que podem ser aplicados no projeto de educação ambiental recursos de conversão de multas aplicadas pela CPRH em decorrência de infrações ambientais constatadas, conforme prevê a legislação vigente**.
- A *Sra. Norma Gusmão*, da UFPE, **sugeriu que as secretarias de educação também sejam envolvidas no projeto** com o intuito de profissionalizar crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas no projeto.

❖ Em relação ao recurso de compensação ambiental, o *Sr. Anselmo* **propôs que se melhorasse o documento com conteúdo mínimo para o projeto** buscando atender as necessidades expostas. ❖ O *Sr. Herbert* **sugeriu que se convocasse uma reunião extraordinária do Conselho Gestor para apresentação da proposta do Fórum antes da próxima reunião ordinária**, salientando que a proposta apresentada previa a busca de recursos para manutenção da organização social após 1 ou 2 anos de contrato com o Governo do Estado, e acredita que existem recursos para a implantação do projeto, já que o secretário Sérgio Xavier prometeu a aplicação de R$ 1.000.000 (um milhão) oriundos de compensação ambiental para a APA Aldeia Beberibe. O *Sr. Hibernon* sugeriu, diante do exposto, que fosse **agendada uma audiência com o secretário *Sérgio Xavier*** para cobrar resposta à proposta. ❖ A *Sra. Cristiane*, do CEPAN, **sugeriu que estudassem a proposta do FSaA bem como outras possibilidades de gestão para a APA**, observando as experiências de outras UCs e outros territórios, buscando a melhor solução para o nosso caso. ❖ O *Sr. Roberto*, da Associação Chã de Peroba, **fez um apelo para que o Conselho Gestor adote a proposta do FSaA para a gestão executiva e a defenda perante o Governo do Estado** para que a APA Aldeia-Beberibe seja implantada de fato. ❖ O *Sr. Hibernon* **sugeriu que fosse agendada uma audiência com o secretário *Sérgio Xavier*** para cobrar a resposta à proposta. ❖ A *Sra. Cristiane*, do CEPAN, **sugeriu que o projeto de formação em educação ambiental seja adequado para atender às expectativas de todos, mas que não seja condicionado à resolução da questão da gestão**.
DEMANDAS
❖ Não houve.

- **ATA 3**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE JUNHO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE	
LOCAL	
Sala de reuniões do gabinete da Prefeitura de Municipal de Camaragibe - Av. Dr. Belminio Correia, nº 2340, Timbi, Camaragibe – PE	
DATA	
14 de junho de 2017	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes c) Apresentação de instituições para assumir a suplência da representação no Conselho Gestor no setor ONG ambientalista d) Deliberação sobre o conteúdo mínimo para projeto de Formação em Educação Ambiental e) Discussão introdutória sobre a proposta de gestão executiva da APA (proposta do Fórum Socioambiental de Aldeia) f) Informes gerais.	
OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)

Célio Muniz de Lima	Prefeitura Municipal de Camaragibe
Josimário Marques da Silva	Prefeitura Municipal de Paudalho
Wanessa Kamily Bezerra dos Santos	Prefeitura Municipal de Paudalho
Andrea	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PE)
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura Municipal de Recife
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura Municipal de Abreu e Lima
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura Municipal de Araçoiaba (Representantes da Brigada Ambiental e do Programa de Vigilância em Saúde de Camaragibe)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Condomínios de Aldeia (ACA)

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata anterior
- Posse dos novos conselheiros: ***Sr. Célio Muniz de Lima***, representando a Prefeitura Municipal de Camaragibe e o ***Sr. Josimário Marques da Silva*** e a ***Sra. Wanessa Kamily Bezerra dos Santos***, representando a Prefeitura Municipal de Paudalho.
- Apresentação de instituições para assumir a suplência da representação no Conselho Gestor no setor ONG ambientalista.
- Deliberação sobre o conteúdo mínimo para projeto de Formação em Educação Ambiental.
- Discussão introdutória sobre a proposta de gestão executiva da APA proposta pelo Fórum Socioambiental de Aldeia

DESDOBRAMENTOS

- A conselheira ***Andrea***, da SEMAS, sugeriu que a ANE – Associação de Águas do Nordeste, fosse novamente convidada a fazer parte do Conselho Gestor da APA, o que foi reforçado pelos conselheiros Célio e Herbert e acatado pela Plenária.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** apresentou a nova minuta do documento com as especificações de conteúdo mínimo para projeto de Formação em Educação Ambiental.
- O conselheiro ***Célio***, da Prefeitura de Camaragibe, ressaltou a importância de projetos de educação ambiental voltados para restauração para a APA, uma vez que ele reforçará outras ações que a Prefeitura já pretende executar em parcerias com outros atores.
- O conselheiro ***Herbert*** questionou o conselheiro ***Célio*** quanto ao reflorestamento da área do Espaço Saber, onde fica a nascente do rio Pacas, o qual respondeu que a área já se encontra destinada às reposições florestais de dois empreendimentos (Condomínio Parque Verde e Corredor Leste-Oeste – Secretaria das Cidades).
- Considerando as sugestões recebidas para o Projeto de Educação Ambiental, sobretudo no que diz respeito à implantação de viveiro florestal e cadeia produtiva da restauração florestal e inclusão de atividades mais efetivas para a restauração de mata ciliares nas cabeceiras do rio Beberibe, e após os devidos esclarecimentos, discussão e contribuições dos conselheiros, o documento foi aprovado com alterações, sendo por fim autorizada pela Plenária a abertura do processo seletivo junto com a empresa Interligações Garanhuns para assinatura do Termo de Compromisso e consequente execução do projeto.

Durante os informes gerais:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que o processo de licitação para execução do projeto de mapeamento e elaboração de estratégias para a implantação dos corredores ecológicos da APA Aldeia-Beberibe foi finalizado, homologado e teve seu contrato assinado, cuja ordem de serviço será assinada nos próximos dias.
- O conselheiro ***Herbert*** propôs que a empresa vencedora apresente o projeto no Conselho Gestor e que o Termo de Referência seja encaminhado aos conselheiros, o que foi acatado.
- Por fim, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que não está conseguindo compatibilizar as agendas para reunir o grupo de trabalho para discussão da lei de proteção de mananciais, mas que vai trabalhar esse assunto no Núcleo Técnico para tentar articular a reunião com todos os componentes.
- Finalizando a reunião, a Plenária deliberou pela manutenção da data da próxima reunião ordinária do Conselho Gestor, conforme calendário anual aprovado na reunião anterior. Salvo decisão conjunta posterior, a reunião deverá ser realizada no dia 06 de setembro de 2017, no Condomínio Haras de Aldeia, localizado na PE-27, Km 20, Paudalho – PE.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

Durante a discussão introdutória sobre a proposta de gestão executiva da APA proposta pelo Fórum Socioambiental de Aldeia:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** esclareceu que, apesar de ter sido pré-agendada uma reunião extraordinária do Conselho Gestor antes da reunião ordinária de hoje para discutir exclusivamente acerca de um modelo de gestão efetivo para a APA Aldeia-Beberibe, incluindo a proposta do Fórum Socioambiental de Aldeia formalizada à SEMAS, a reunião perdeu o sentido após a realização de reuniões com o ***Sr. Carlos André Cavalcanti*** , Secretário Executivo da SEMAS/PE, ***Sr. Paulo Teixeira,*** Gerente Geral de Desenvolvimento Sustentável da SEMAS/PE e o conselheiro ***Herbert***, do Fórum Socioambiental de Aldeia. *"Nas oportunidades de discussão da questão, o **Sr. Carlos André**, com base na análise da SEMAS/CPRH, informou sobre a impossibilidade de atendimento à proposta do Fórum devido a inviabilidade financeira e questões legais e burocráticas.*
- A conselheira ***Andrea***, da SEMAS/PE, reforçou que a ideia é constituir uma força-tarefa para a implementação de ações executivas na APA.
- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, comentou que a legislação prevê a gestão de UCs por entidades sociais e que não enxerga os grandes obstáculos colocados pela gestão estadual. Ressaltou que ainda tem dificuldade para entender como funcionará o Núcleo Técnico proposto para a gestão da APA, e que compreende que é impossível que apenas uma pessoa, dividida entre outras atribuições, consiga realizar minimamente a gestão efetiva de um território tão extenso, enquanto outras APAs do Estado possuem quadro técnico muito maior e questionou se não seria possível a transferência de técnicos de APAs com equipes maiores para a Aldeia-Beberibe, de forma a harmonizar os quantitativos de agentes entre elas. Afirmou que a gestão da APA não pode se resumir às reuniões trimestrais do Conselho Gestor, considerando a rotatividade dos representantes dos órgãos e a assiduidade nas reuniões, concluindo que, dessa forma, a gestão nunca funcionará efetivamente, o que frustra os representantes da sociedade civil, que participam do Conselho Gestor de forma totalmente voluntária. Reconheceu os esforços desta gestora para a realização das atividades e que, apesar de todas as dificuldades e diferentemente do que acontece na maioria das UCs do Estado, a APA se destaca por ser uma das mais recentes e já possuir plano de manejo, mas que ainda está tudo no papel. Concluiu perguntando qual a estratégia pensada o Núcleo Técnico proposto pela SEMAS/CPRH.

❖ ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** esclareceu que, a princípio, a ideia é trabalhar no Plano de Ação do Conselho Gestor, documento que estava em pauta de discussão, mas encontrava-se aguardando retorno das gestões municipais à composição do Conselho e, assim, agilizar as ações prioritárias nele indicadas que sejam de competência da gestão estadual. *"Infelizmente a APA somente foi criada em 2010, após o último concurso da CPRH, que ocorreu em 2008; logo, não foi previsto quadro técnico para atender a Unidade, o que prejudicou demasiadamente a sua gestão executiva, refletindo uma situação crítica geral de toda a Agência em relação à equipe técnica"*. ❖ ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** afirmou que compartilha das preocupações e críticas levantadas pelos conselheiros, mas que não cabe a ela dar solução a questões de cunho político-institucional, mas que tais solicitações podem ser feitas à SEMAS e CPRH. Por fim, esclareceu que as ações na máquina pública levam mais tempo para se efetivar do que a sociedade civil espera, e muitas vezes não é por falta de dedicação da equipe, mas por burocracias necessárias e inerentes ao Poder Público, mas nem por isso significa que não estamos trabalhando, mas sim que os resultados demoram a aparecer. ❖ O conselheiro ***Célio***, da Prefeitura de Camaragibe, informou que há interesse de se implantar a sede da Brigada Ambiental do município no prédio existente no Espaço Saber, e que coloca à disposição parte do espaço para a implantação da sede da APA Aldeia-Beberibe.
SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES
❖ O *Sr. Carlos André Cavalcanti*, Secretário Executivo da SEMAS/PE, diante da impossibilidade de atendimento da proposta do FSaA para gestão da APA, **sugeriu que fosse formado um Núcleo Técnico SEMAS/CPRH para dar apoio à gestão da APA Aldeia-Beberibe** e, dessa forma, possibilitar maior amplitude e eficiência das ações da pasta no território da UC.
DEMANDAS
❖ Não houve.

➢ **ATA 4**

TÍTULO
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE
LOCAL
Salão de eventos do Privê Haras de Aldeia, situado na PE-027, km 20, município de Paudalho – PE
DATA
06 de setembro de 2017
PAUTA
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes c) Apresentação da Associação Águas do Nordeste – ANE para assumir a suplência da representação no Conselho Gestor no setor ONG ambientalista d) Apresentação dos projetos a serem desenvolvidos na APA: "Meu Ambiente: Comunidades Escolares na Gestão Pública de Unidades de Conservação", "Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe – PE" e "Formação em Educação Ambiental e Recomposição de Mata Ciliar – APA Aldeia-Beberibe"

e) Informes gerais.

OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
Amanda	Movimento de Assistência e Inclusão Social (MAIS Consultoria Social)
Anselmo	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Célio Muniz	Prefeitura Municipal de Camaragibe
Dandara	Prefeitura Municipal de Camaragibe
Danielle	NBL Engenharia Ambiental (Bioflora)
Érica	Movimento de Assistência e Inclusão Social (MAIS Consultoria Social)
Flávio	Associação para o Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental de Araçoiaba (ASDERGA)
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Joaquim	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Julia Sá	NBL Engenharia Ambiental (Bioflora)
Luciene	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Nara Lúcia da Silva	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE e Parque Dois Irmãos)
Norma	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Paulo Gileno	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Ricardo Braga	Associação Águas do Nordeste (ANE)
Roberto Pessoa	Privê Haras de Aldeia
Wanessa	Prefeitura Municipal de Paudalho
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Não tem os nomes dos representantes	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Não tem os nomes dos representantes	Comunidade local

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata da reunião anterior
- Posse da nova conselheira, a ***Sra. Nara Lúcia da Silva***, representando a suplência da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco – SEMAS/PE e Parque Dois Irmãos.
- Apresentação dos projetos a serem desenvolvidos na APA, iniciando pelo projeto "Meu Ambiente: Comunidades Escolares na Gestão Pública de Unidades de Conservação".

DESDOBRAMENTOS

- A ***Sra. Amanda***, responsável pela coordenação do projeto "Meu Ambiente: Comunidades Escolares na Gestão Pública de Unidades de Conservação", informou os objetivos, a metodologia a ser utilizada e os produtos previstos. Após a apresentação, Amanda se colocou à disposição para esclarecer as dúvidas dos conselheiros.
- Passando a apresentação do próximo projeto, de Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe – PE, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** passou a palavra a ***Julia Sá***, coordenadora do projeto pela empresa NBL Engenharia Ambiental - Bioflora, vencedora do processo licitatório junto ao Programa de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco (Contrato PSHPE N° 008/2017). Após apresentar o projeto e os resultados preliminares já disponíveis, ***Julia*** se colocou à disposição para esclarecimentos.
- Após todos os esclarecimentos, passou-se a apresentação do projeto "Formação em Educação Ambiental e Recomposição de Mata Ciliar – APA Aldeia-Beberibe". O projeto tem por objetivo a formação de agentes de formação em educação ambiental com foco na restauração florestal e sua cadeia produtiva, incluindo as fases de capacitação (teórica) e de intervenção (prática) e a construção de um viveiro florestal para subsidiar ações de restauração na APA, com prazo de execução de 12 meses. Desse modo, o ***Sr. Joaquim***, do CEPAN, apresentou o conteúdo do projeto à Plenária, disponibilizando-se a prestar os esclarecimentos necessários ao final da apresentação.
- Concluindo tal ponto, passou-se à apresentação da Associação Águas do Nordeste – ANE para assumir a suplência da representação no Conselho Gestor no setor ONG ambientalista, momento em que Cinthia passou a palavra ao ***Sr. Ricardo Braga***. Após tal apresentação, a Plenária deliberou pela aprovação da inclusão da ANE como representante do Conselho Gestor.
- Passando aos "Informes gerais", ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou aos conselheiros que a CPRH definiu a indicação de um servidor para atuar na Secretaria Executiva do Conselho Gestor, o ***Sr. Carlos Mororó***, que deverá iniciar os trabalhos no próximo mês. Informou ainda que diante das dificuldades para dar andamento ao GT sobre a Lei de Proteção de Mananciais, seria importante definir um coordenador e um relator para conduzi-lo, conforme estabelece o Regimento Interno do Conselho. Porém, considerando que parte dos componentes do GT (Usinas São José e Petribú e Agência CONDEPE/FIDEM) não estavam presentes na reunião, deliberou-se por discutir esse assunto na próxima reunião.
- O conselheiro ***Herbert,*** do Fórum Socioambiental de Aldeia, de toda forma, já sugeriu que o coordenador do GT seja o secretário executivo do Conselho Gestor. A Plenária deliberou pela manutenção da data da próxima reunião ordinária do Conselho Gestor, conforme calendário anual aprovado na reunião anterior, a ser realizada no dia 06 de dezembro de 2017, no Condomínio Haras de Aldeia, localizado na PE-27, Km 20, Paudalho – PE.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

Durante a discussão do projeto "Meu Ambiente: Comunidades Escolares na Gestão Pública de Unidades de Conservação":

- O conselheiro ***Paulo Gileno***, do FSaA, sugeriu que fosse utilizada como base para o trabalho a cartilha do Plano de Manejo da APA disponível no site da CPRH.
- A ***Sra. Amanda*** esclareceu que eles pretendem utilizar vários elementos na construção do material, mas que o essencial é que ele seja construído com base nos elementos levantados nas oficinas junto às comunidades escolares e na sua realidade, de modo que os alunos se reconheçam no material, numa linguagem simples para que qualquer público consiga absorver o seu conteúdo.

- O conselheiro ***Paulo Gileno*** ainda destacou que seria interessante que o material pudesse ser disponibilizado também em meio digital, considerando que hoje em dia muitas pessoas têm acesso à internet e esse é um dos principais meios de busca de informações.
- O ***Sr. Roberto Pessoa***, síndico do Privê Haras de Aldeia e representante da comunidade local, sugeriu que fosse incluída a escola de Chã de Cruz no projeto, considerando sua importância na comunidade local.
- A ***Sra. Amanda*** respondeu que o MAIS Consultoria Social está entrando em contato com as secretarias de educação dos municípios para pedir indicação das escolas em que o projeto pode ser desenvolvido, e que esse processo ainda está em andamento.
- A conselheira ***Luciene***, da FIEPE, registrou que além de Camaragibe e Recife, outros municípios constituem a APA; desse modo, seria interessante incluir escolas desses outros municípios no projeto.
- O conselheiro ***Herbert,*** do Fórum Socioambiental de Aldeia, destacou que esse projeto não foi discutido no Conselho Gestor, mas deveria ter sido de modo a colher sugestões para sua execução adequada aos objetivos da APA.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que o projeto foi selecionado pela Câmara Técnica de Compensação Ambiental da CPRH através de Chamamento Público e que por um entendimento de que seria melhor não envolver os gestores diretamente na seleção dos projetos, para evitar rumores de beneficiamento de determinadas proponentes, a seleção se deu dessa forma. Esclareceu, ainda, que já se posicionou de forma contrária a tal entendimento, uma vez que ninguém melhor para selecionar os projetos a serem desenvolvidos do que a própria gestão da unidade, uma vez que ela conhece os anseios e necessidades do território e de seu Conselho Gestor.
- O conselheiro ***Herbert*** questionou ainda qual o público-alvo pretendido do projeto e a sua faixa etária, bem como se está prevista alguma etapa de educação ambiental vivenciada.
- A ***Sra. Amanda*** esclareceu que se pretende trabalhar com o público da Educação de Jovens e Adultos - EJA, principalmente por serem carentes de projetos nesse sentido, que em geral são voltados à educação infantil, e que, embora o tempo e o recurso sejam bastante limitados, eles pretendem realizar trilhas em áreas de mata com os alunos envolvidos no projeto.
- O conselheiro ***Herbert*** ainda reforçou a necessidade de participação de escolas dentro da APA efetivamente, e sugeriu que a cartilha deixasse estímulos para que os alunos busquem maiores informações sobre a Unidade e se engajem na proteção ao meio ambiente.
- O conselheiro ***Célio Muniz***, representante da Prefeitura Municipal de Camaragibe, se colocou à disposição para auxiliar no que for necessário dentro de sua competência municipal e convidou os representantes do projeto para reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente, a ser realizada no dia 13 de setembro, no auditório da Prefeitura. Reforçou, ainda, a importância da educação ambiental vivenciada no projeto, sugerindo parceria com a Brigada Ambiental do município para atingir tal objetivo.
- O conselheiro ***Paulo Gileno*** se pronunciou para sugerir o levantamento de escolas dentro do território da APA em que já existem projetos de educação ambiental para unir esforços nesse sentido, o que foi reforçado pelo conselheiro ***Anselmo***, da IFPE.
- A ***Sra. Danielle***, da Bioflora, informou que realizou um levantamento e diagnóstico das escolas estaduais e municipais da APA Aldeia-Beberibe no âmbito de sua dissertação de mestrado, que pode ser utilizado como base para o projeto proposto.
- A ***Sra. Amanda*** agradeceu as sugestões e fez um contraponto na discussão ao fazer uma reflexão sobre o ponto de vista da organização que representa, que considera que trabalhar com alunos do EJA seria mais importante considerando a carência desse público em projetos.

- A ***Sra. Érica***, diretora executiva do MAIS Consultoria Social, reforçou a fala da ***Sra. Amanda***, ponderando que a discussão do público-alvo do projeto foi realizada durante a sua elaboração, e que o objeto do edital era somente a produção de material educativo, mas que a organização, entendendo a necessidade de escuta social, se propôs a incluir essa etapa em seu projeto.
- Finalizando, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** agradeceu às representantes da organização pelos esclarecimentos e reforçou a necessidade de nos mantermos próximos no desenvolvimento do projeto, considerando que as contribuições dos conselheiros foram bastante convergentes.

Durante a discussão do projeto de Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos:

- O ***Sr. Roberto***, do Privê Haras de Aldeia, colocou o condomínio à disposição para fazer parte do projeto e destacou que já realizaram reflorestamentos na área e que o condomínio atua em parceria com a CPRH para soltura de animais provenientes do CETAS.
- A ***Sra. Julia*** informou que parte importante do projeto é o levantamento de proprietários interessados em participar do projeto.
- O conselheiro ***Célio Muniz***, da Prefeitura Municipal de Camaragibe, destacou a importância do projeto para o levantamento de dados que serão utilizados como base para a gestão dos órgãos públicos, como as prefeituras, Agência CONDEPE/FIDEM, CPRH etc.
- A conselheira ***Wanessa***, da Prefeitura Municipal de Paudalho, destacou o interesse da entidade em atuar em parceria com o projeto considerando o trabalho que busca desenvolver nos assentamentos rurais para estímulo de sistemas agroflorestais e de agricultura orgânica. A ***Sra. Julia*** informou que estão sendo levantadas informações nesse sentido para auxiliar a elaboração das estratégias e a sua posterior implementação.
- O conselheiro ***Herbert*** destacou a necessidade de o Conselho Gestor participar da discussão técnica e da avaliação dos produtos do projeto de modo a evitar que os seus resultados não sejam exequíveis ou viáveis diante da realidade da APA, mas que, no entanto, já houve reunião da empresa com a CPRH para a qual o conselho não foi convidado. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** esclareceu que a principal premissa do projeto é que ele seja desenvolvido da forma mais participativa possível e que não existe qualquer intenção da CPRH na não participação do conselho no processo de acompanhamento do projeto; as reuniões já realizadas com a empresa tiveram como objeto principalmente questões administrativas e que o conteúdo apresentado no momento foi exatamente o mesmo que foi apresentado agora.
- A conselheira ***Norma***, da UFPE, questionou como foram selecionadas as comunidades onde serão desenvolvidas as oficinas participativas. A ***Sra. Julia*** esclareceu que essas localidades ainda estão sendo levantadas, já que a realização das oficinas se dará na próxima fase do projeto, mas que levarão em conta os territórios mais contemplados com os corredores levantados através da metodologia utilizada, além de estar estrategicamente espacializados dentro do território da APA.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** destacou que os conselheiros que tiverem informações relevantes ao projeto poderão entrar em contato com os responsáveis da Bioflora para auxiliá-los no levantamento de dados.
- A conselheira ***Nara***, da SEMAS/PE questiona como será realizado o monitoramento da execução do projeto, que envolverá restauração florestal, para a qual a ***Sra. Julia*** respondeu que o projeto em questão envolve apenas o levantamento das áreas e a definição de estratégias para implantação dos corredores, mas não inclui a execução propriamente dita do projeto, que deverá ser objeto de outras iniciativas.

- O ***Sr. Joaquim***, do CEPAN, perguntou se a Bioflora estimará os custos envolvidos com a restauração florestal previstas no projeto. A ***Sra. Julia*** informou que poderão ser estimados custos para as áreas de restauração florestal, porém há situações nas quais se estimulará sistemas agroflorestais, por exemplo, que envolve muitas variáveis, nesses casos a estimativa é mais complicada.
- A conselheira ***Luciene*** questionou quais dados do meio biótico foram levantados para a definição dos corredores e se foram considerados dados de fauna. A ***Sra. Julia*** respondeu que foram utilizados prioritariamente dados florísticos, que serão objeto de levantamento de dados em campo, inclusive, mas que para a fauna serão considerados apenas dados secundários, uma vez que se pretende apenas utilizá-los para corroborar a importância da área para a conservação de biodiversidade, enquanto os dados florísticos serão utilizados como base para definição das estratégias de implementação dos corredores, incluindo a restauração florestal.
- A conselheira ***Norma***, da UFPE, reforça que a restauração da flora é primordial para o restabelecimento da fauna, uma vez que é necessário ter abrigo e recursos para que a fauna se estabeleça.
- A conselheira ***Luciene*****,** da FIEPE, destacou a necessidade de se articular com o INCRA na tentativa de viabilizar a regularização da posse dos assentamentos da região de Igarassu e Abreu e Lima (Pitanga I e II).

Durante a discussão do projeto "Formação em Educação Ambiental e Recomposição de Mata Ciliar – APA Aldeia-Beberibe":

- O conselheiro ***Flávio***, da ASDERGA, perguntou qual será o público-alvo do projeto, para o qual o ***Sr. Joaquim*** respondeu que o público-alvo ainda não foi definido, mas serão levantadas associações agrícolas, assentamentos rurais, ou pessoas que já tenham alguma vivência na área de restauração florestal e produção orgânica e agroecológica, além dos representantes do Conselho Gestor.
- O conselheiro ***Anselmo***, do IFPE, revelou uma preocupação com o conteúdo pretendido para o curso e o público-alvo, considerando que alguns temas podem não ser bem absorvidos caso o público tenha baixa escolaridade, por exemplo; além disso, se o curso for prioritariamente para os conselheiros, pode deixar de ter a efetividade que se espera, considerando que as atividades da maior parte dos representantes não são compatíveis ao desenvolvimento que se espera no curso. O ***Sr. Joaquim*** respondeu que o CEPAN sempre teve a preocupação de nivelar o conteúdo de seus cursos ao nível de conhecimento prévio dos participantes, adequando a forma de abordagem ao público, e que acatará as sugestões do Conselho Gestor relacionadas à seleção dos participantes.
- O conselheiro ***Herbert*** parabenizou o CEPAN pela qualidade do projeto e o Conselho Gestor pela construção e consolidação das diretrizes para seleção do projeto, demonstrando a importância desse fórum para a gestão do território da APA, e reforçou a preocupação dos conselheiros **Flávio** e ***Anselmo*** quanto à seleção do público-alvo; finalizou afirmando que a implementação e perpetuação dos produtos desse projeto serão grandes desafios para o Conselho Gestor.
- O conselheiro ***Célio***, da Prefeitura Municipal de Camaragibe, afirmou que está muito feliz pelo projeto porque ele converge para as ações que a gestão municipal tem buscado, sobretudo no sentido de estabelecer a cadeia produtiva da restauração florestal. Complementando, colocou-se à disposição para levar os envolvidos para conhecer a área que a Prefeitura cedeu para a instalação do viveiro e que espera que a comunidade se envolva no projeto de modo a perceber uma alternativa de renda com o projeto.

❖ A conselheira ***Norma***, da UFPE, salienta que "*essa é a reunião mais produtiva do Conselho e que isso reflete o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos meses, recomendando que os responsáveis pelos três projetos apresentados conversem e interajam para que os resultados sejam ampliados*". ❖ O conselheiro ***Herbert*** destacou que além da sociedade civil organizada, é necessário que as prefeituras presentes na APA devem ser mais participantes para a efetivação das atividades. ❖ A conselheira ***Wanessa***, da Prefeitura Municipal de Paudalho, questionou se já estão definidos os locais de formação. O ***Sr. Joaquim*** respondeu que como o projeto ainda não foi iniciado, esses detalhes ainda não foram definidos, mas a intenção é que os locais da formação sejam sugeridos na reunião de apresentação do projeto, já prevista na fase de planejamento. ❖ A ***Sra. Dandara***, da Prefeitura Municipal de Camaragibe, questionou quem será responsável pela gestão do viveiro florestal após a finalização do projeto. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que, a princípio, pensamos em alguma forma de gestão compartilhada junto com a Prefeitura de Camaragibe, mas podemos também articular junto a empresas e outros parceiros que queiram atuar no projeto, considerando que o desafio de gerenciar o viveiro pós-projeto será ainda maior do que a própria execução do projeto. ❖ Finalizando, o ***Sr. Joaquim*** ressaltou que já está levantando contatos para a mobilização do projeto e que os interessados em participar já podem contatá-lo.
SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES
❖ Sobre o **Projeto de Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos:** - O conselheiro *Herbert* **sugeriu que fosse criada uma dinâmica para tomada de conhecimento dos produtos entregues e das reuniões realizadas**, de modo que os conselheiros que queiram fazer sugestões as façam em momento oportuno; - O *Sr. Ricardo Braga*, da ANE, **sugeriu que seja estabelecido uma comissão tripartite entre empresa, CPRH e Conselho Gestor para conduzir o projeto**, uma vez que o Conselho representa todos os interessados em sua implementação.
DEMANDAS
❖ Não houve.

- **ATA 5**

TÍTULO
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE
LOCAL
Salão de eventos do Privê Haras de Aldeia, situado na PE-027, km 20, município de Paudalho – PE
DATA
06 de dezembro de 2017
PAUTA

a) Aprovação da ata da reunião anterior
b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes
c) Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA: "Meu Ambiente: Comunidades Escolares na Gestão Pública de Unidades de Conservação", "Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe – PE" e "Formação em Educação Ambiental e Recomposição de Mata Ciliar – APA Aldeia-Beberibe"
d) Apresentação do relatório anual de atividades da APA
e) Proposição de calendário de reuniões ordinárias do Conselho Gestor para o ano de 2018
f) Informes gerais.

OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
Alessandra Sá	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE)
Célio	Prefeitura Municipal de Camaragibe
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Joaquim	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Roberto	Privê Haras de Aldeia
Ten. Elisabeth	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Wanessa	Prefeitura de Paudalho
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura Municipal do Paulista
Não tem os nomes dos representantes	Usina Petribú
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Não tem os nomes dos representantes	Comunidade local

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata da reunião anterior
- Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA
- Apresentação do relatório anual de atividades da APA
- Deliberação sobre o calendário anual de reuniões ordinárias do Conselho Gestor para o ano de 2018

DESDOBRAMENTOS

- O ***Sr. Joaquim***, coordenador de projetos do CEPAN, se dispôs a apresentar o andamento do projeto que está em desenvolvimento pela entidade denominado "Formação em Educação Ambiental e Recomposição de Mata Ciliar – APA Aldeia Beberibe", explicando os detalhes sobre o curso e o viveiro escola a ser construído no âmbito do projeto, com capacidade para 100 mil mudas por ano, tirando as dúvidas dos Conselheiros quanto ao perfil dos participantes, forma de seleção, participação prioritária dos conselheiros, local e período da formação. Finalizando sua fala, o *Sr. Joaquim* se colocou à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais e informou que o evento de lançamento do curso deverá ser realizado na segunda quinzena de fevereiro, junto com a construção do viveiro, e o curso deverá ser iniciado em março.
- Passando ao próximo projeto, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que a coordenadora do projeto "Meu Ambiente: Comunidades Escolares na Gestão Pública de Unidades de

Conservação", do Movimento de Assistência e Inclusão Social – MAIS Consultoria Social, selecionado por meio do Edital de Chamamento Público CPRH nº 02/2016 para produção de materiais educativos e de sensibilização (elaboração de publicação educativa) na Área de Proteção Ambiental Aldeia-Beberibe não pode comparecer para apresentar o seu andamento, devido a um conflito de agendas, mas que o projeto está sendo executado e que as oficinas previstas já estavam sendo concluídas em todas as escolas.

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a apresentação do relatório anual de atividades da APA destacando as ações que ela vem desempenhando cumulativamente (Presidência e Secretaria Executiva do Conselho Gestor, bem como acompanhamento dos projetos, pronunciamento nos licenciamentos ambientais na APA e suporte à fiscalização, além das atividades em desenvolvimento do Plano de Manejo), demonstrando a sobrecarga de tarefas a ela atribuídas na gestão da UC. Esclareceu algumas dúvidas dos conselheiros em relação ao pronunciamento para o licenciamento ambiental, que sugeriram que desenvolvêssemos uma forma de consulta ao Conselho Gestor no processo, para os quais respondeu que precisaríamos amadurecer a ideia uma vez que não há previsão legal para essa situação em APAs, onde os licenciamentos municipais, por exemplo, sequer dependem de autorização do órgão gestor da Unidade. Por fim, a Plenária aprovou o relatório anual apresentado.
- Dando prosseguimento a pauta, a Plenária deliberou pelo seguinte calendário anual de reuniões ordinárias do Conselho Gestor para o ano de 2018, respeitando as disposições do seu Regimento Interno: 07 de março, 13 de junho, 05 de setembro e 05 de dezembro, com locais a serem definidos oportunamente.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

Durante a discussão do projeto "Formação em Educação Ambiental e Recomposição de Mata Ciliar – APA Aldeia Beberibe":

- A Conselheira ***Wanessa***, da Prefeitura de Paudalho, lembrou que se deve fazer uma importante conexão desse projeto com o projeto dos corredores ecológicos para que a área a ser restaurada esteja em conformidade com os resultados nele obtidos, de modo a somar os seus ganhos ambientais. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** afirmou que a ideia é exatamente essa, de que os projetos sejam sinérgicos e que o projeto de formação seja apenas o pontapé inicial para instituição de uma cadeia de restauração florestal na APA para embasar a efetiva implementação dos corredores ecológicos da APA Aldeia-Beberibe, demonstrando à população o potencial de mercado da restauração florestal para regularização das propriedades rurais.
- O Conselheiro ***Célio*** ressaltou a necessidade de tentar novas conversas com o CIMNC para levantamento de matrizes para produção de mudas de qualidade, bem como outros fragmentos como da Usina São José e Privê Vermont.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** salientou a importância dessa etapa para ambos os projetos e aproveitando a oportunidade de comentar sobre o projeto de "Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe – PE", em execução pela NBL Engenharia Ambiental, informou que os representantes não puderam comparecer à presente reunião devido ao cronograma de oficinas da etapa 2 do projeto, que previa reunião na data de hoje no município de Araçoiaba, o que impossibilitou também a representação desse município. Informou ainda que o produto 1 foi entregue e aprovado, mas o produto 2 está atrasado, o que foi justificado pela empresa pela densidade de informações que ele deve trazer. No entanto, a equipe já está trabalhando no produto 3 de modo a não atrapalhar o cronograma geral. No mais, informou que as oficinas estão sendo bastante produtivas e esclarecedoras ao público, que muitas vezes

não tinham sequer conhecimento da Unidade de Conservação e nesse momento tomam conhecimento dos objetivos do projeto. Ressaltou ainda a necessidade de o Conselho Gestor participar das atividades previstas no projeto, uma vez que a oficina voltada para esse fórum ter tido uma baixa participação dos conselheiros. Assim, sugeriu que os conselheiros que não puderam comparecer às oficinas específicas para o Conselho Gestor e do Fórum Socioambiental de Aldeia fizessem um esforço para participar das demais oficinas que ainda serão realizadas.

- Foi questionado aos participantes das oficinas suas opiniões em relação às informações obtidas, o Conselheiro ***Herbert*** concordou que a empresa parecia muito profissional e que o trabalho vem sendo desenvolvido com qualidade, mas que, na oportunidade da oficina, "*sugeriu aos executores que ao final do projeto sejam desenvolvidas ações concretas para demonstrar as estratégias de implementação dos corredores funcionando como vitrines, e não apenas planos de ação no papel, o que não sabemos se será atendido por não fazer parte do objeto do contrato. Destacou ainda a necessidade de os produtos referentes aos projetos serem compartilhados com os conselheiros, o que foi reforçado pelos Conselheiros Wanessa e Célio, considerando a importância das gestões municipais no controle do uso do solo de seus territórios*".
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** se comprometeu a repassar os produtos aprovados para os conselheiros, considerando que os produtos preliminares ainda são passíveis de correções e alterações. Destacou novamente que os projetos desenvolvidos pelo CEPAN e pela NBL se comunicam em vários aspectos, sendo plenamente possível o uso dos resultados dos projetos dos corredores (que acaba antes) no projeto de formação, mais precisamente no que diz respeito às restaurações previstas no seu escopo. Nesse sentido, aproveitou para salientar a importância do CIMNC estar representado nesta reunião após um lapso de afastamento do Conselho, sobretudo num período tão importante de definições dos projetos em que o seu território é estratégico para marcação de matrizes e coleta de sementes. Sugeriu que a ***Ten. Elisabeth*** levasse os esclarecimentos necessários ao comando do CIMNC para que possamos tê-los como parceiros ativos nesses projetos, a qual se comprometeu a repassar as informações recebidas.
- O Conselheiro ***Herbert*** afirmou que os três projetos são importantes ganhos para a APA Aldeia-Beberibe, mas que o Conselho Gestor precisa se envolver para perpetuar os seus ganhos.

Durante os informes gerais:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que o servidor ***Carlos Mororó***, que assumiria a Secretaria Executiva da APA, teve que assumir a Câmara Técnica de Compensação Ambiental da CPRH por conta da saída inesperada da servidora que desempenhava tal função, fazendo com que tal decisão fosse abortada.
- O Conselheiro ***Herbert*** lembrou que a SEMAS/CPRH se comprometeram a formar um Núcleo Técnico para dar suporte à gestão da APA Aldeia-Beberibe, o que não foi cumprido, uma vez que apenas a ***Sra. Alessandra Sá***, da SEMAS, vem acompanhando as discussões do Conselho, mas, na prática, as dificuldades continuam as mesmas já que a gestão continua centralizada numa só pessoa.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** relembrou que precisamos voltar a discutir o Plano de Ação do Conselho Gestor para que sejam definidas as prioridades para a Unidade e delas sejam retiradas as ações do Governo do Estado que possam ser acompanhadas pelo Núcleo Técnico proposto pela SEMAS/CPRH.

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** finalizando, agradeceu novamente a presença de todos e a parceria do ***Sr. Roberto*** e do Privê Haras de Aldeia com o Conselho Gestor.

SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES

- Sobre o **Projeto de "Formação em Educação Ambiental e Recomposição de Mata Ciliar – APA Aldeia Beberibe":**

  - *Herbert*, do FSaA, **questionou se a renda proveniente das mudas a serem produzidas no viveiro florestal será revertida aos participantes da produção**, entendendo que esta pode ser uma saída para complementação de renda para a comunidade local. O *Sr. Joaquim* respondeu que durante o projeto as mudas não serão comercializadas, mas utilizadas em projetos de restauração na APA e que a comercialização é uma possibilidade para manutenção do equipamento após a finalização do projeto e repasse da estrutura à Prefeitura de Camaragibe, na forma que ainda está sendo idealizada.
  - *Célio*, representante da referida Prefeitura, **pediu o apoio do Conselho Gestor para buscar formas futuras para manutenção do viveiro**, já que a estrutura ficará sob a responsabilidade do município de Camaragibe, mas infelizmente os recursos nem sempre são prioritários para a área de meio ambiente.
  - *Herbert* **reforçou que precisamos buscar formas de sustentabilidade financeira do equipamento**, principalmente porque nada garante que as futuras gestões municipais serão comprometidas com a manutenção do viveiro florestal
  -O *Sr. Joaquim*, coordenador de projetos do CEPAN, solicitou ajuda do Conselho para fase atual de mobilização da sociedade civil.

- O *Fórum Socioambiental de Aldeia* solicitou o registro em ata do **pedido de prioridade da CPRH na análise do processo de regularização ambiental do Parque Municipal de Aldeia (Parque do Saber)**, considerando o benefício socioambiental que o equipamento trará para a comunidade.
- Quanto ao **Grupo de Trabalho para discussão da Lei de Proteção de Mananciais, sugeriu que fosse definido o Coordenador e o Relator para que ele seja formalmente instituído**, uma vez que diante das demandas de *Cinthia Renata Vieira de Lima* com a APA e com as atribuições enquanto Assessora da Presidência da CPRH tem ficado impossibilitada de conduzir as discussões. Como as Usinas São José e Petribu e a Agência CONDEPE/FIDEM, componentes do GT, não estavam representadas na reunião, a Plenária deliberou pela discussão desse assunto na próxima reunião do Conselho Gestor.

DEMANDAS

- *Cinthia Renata Vieira de Lima* se comprometeu em **verificar a situação do processo de regularização ambiental do Parque Municipal de Aldeia** e agilizar da forma que for possível. Demonstrou alguns pontos críticos de desmatamento no município de Abreu e Lima que não fazem parte da APA mas que possuem fragmentos florestais importantes para conectividade, esperando que a Prefeitura responsável estivesse presente para que discutíssemos ações para coibir a expansão da degradação, que hoje atinge até as faixas de proteção do gasoduto Nordestão, da Petrobrás, que já foi informada sobre a situação para a tomada das ações de sua competência, considerando o risco não só ao meio ambiente mas à segurança da estrutura.
- **Discussão na próxima reunião sobre a definição do Coordenador e do Relator Grupo de Trabalho para o GT Lei de Proteção de Mananciais.**

SÍNTESE DAS REUNIÕES REALIZADAS EM 2018

➢ ATA 1

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE MARÇO DE 2018 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Auditório da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, situada na Rua Sant'Anna, nº 367, Casa Forte, município de Recife - PE	
DATA	
07 de março de 2018	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes c) Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA d) Apresentação da assiduidade dos membros do Conselho Gestor e proposição de substituição de representações e) Definição de Coordenador e Relator para o GT Lei de Proteção de Mananciais f) Proposição de criação de Câmara de Acompanhamento de Autuações no âmbito do Conselho Gestor g) Informes gerais.	
OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
Ademir Damião	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SINTAPE)
Artur Costa Malheiros Neto	Usina Petribú
Célio	Prefeitura de Camaragibe
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Joaquim	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Luciene	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Ricardo Braga	Associação Águas do Nordeste (ANE)
Não tem os nomes dos representantes	Parque Estadual Dois Irmãos (PEDI/SEMAS)
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura Municipal de Paulista
Não tem os nomes dos representantes	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
ATIVIDADES REALIZADAS	

- Apresentação do Diretor-Presidente da CPRH ao concelho gestor da APA Beberibe
- Aprovação da ata anterior
- Posse dos conselheiros ***Artur Costa Malheiros Neto***, empossado como titular representando a Usina Petribu e ***Ricardo Braga***, representando a Associação Águas do Nordeste – ANE, enquanto conselheiro suplente no setor ONG ambientalista.
- Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento da APA
- Apresentação da assiduidade dos membros do Conselho Gestor e proposição de substituição de representações
- Definição de Coordenador e Relator para o GT Lei de Proteção de Mananciais

DESDOBRAMENTOS

- Apresentação do Diretor-Presidente da CPRH, ***Sr. Eduardo Elvino***, ao Conselho Gestor. Na ocasião, ele contextualizou as últimas ações da CPRH na APA Aldeia-Beberibe e esclareceu algumas dúvidas sobre a situação do Arco Viário Metropolitano, afirmando que nas últimas reuniões sobre o projeto no âmbito do Governo do Estado, a CPRH se posicionou sobre a inviabilidade ambiental do traçado atravessar a APA, diante de sua importância para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos da região.
- Apresentação pelo ***Sr. Joaquim*** do status do projeto "Formação em Educação Ambiental com foco em restauração florestal", financiado com recursos de compensação ambiental proveniente de licenciamento ambiental do IBAMA. *"O projeto já passou pela fase de mobilização e seleção dos participantes, sendo previsto o início das capacitações para abril/2018. Após a fase de capacitação, será realizada a construção do viveiro-escola da APA e iniciada a fase de intervenção, que envolverá a produção de mudas, o planejamento e o plantio de áreas a serem restauradas. O viveiro florestal já possui licença ambiental da CPRH (o equipamento foi incluído na licença do Parque Municipal de Aldeia, em área conhecida como Espaço do Saber) e deverá estar em funcionamento em junho/2018".* Após a apresentação, o ***Sr. Joaquim*** realizou esclarecimentos necessários.
- O projeto apresentado em seguida foi a Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe – PE, que vem sendo executado pela NBL Engenharia Ambiental - Bioflora, vencedora do processo licitatório junto ao Programa de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco (Contrato PSHPE N° 008/2017). *"O projeto tem por objetivo indicar áreas prioritárias para implantação de corredores ecológicos na APA Aldeia-Beberibe e estabelecer metodologias adequadas para sua implantação a partir do levantamento de dados da vegetação, de uso e ocupação do solo e de dados socioeconômicos da região, com prazo de execução de 12 meses".* ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que os produtos 2 e 3 estavam em análise e foram solicitadas correções pela equipe técnica da CPRH por conta de algumas adequações necessárias, sobretudo no que diz respeito ao mapeamento da cobertura florestal. *"Embora a aprovação dos produtos esteja atrasada, o restante do cronograma continua em andamento, na tentativa de não comprometer o prazo final do projeto".*
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** ratificou que os estudos para mapeamento de corredores ecológicos da APA demonstram a importância da região para conectividade dos fragmentos florestais, um projeto do Governo do Estado, e que não seria coerente que o próprio Governo não considere tal investimento.
- Passando ao projeto seguinte, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou sobre o projeto "Meu Ambiente: Comunidades Escolares na Gestão Pública de Unidades de Conservação", do Movimento de Assistência e Inclusão Social – MAIS Consultoria Social, selecionado por meio do Edital de Chamamento Público CPRH nº 02/2016 para produção de materiais educativos e de sensibilização (elaboração de publicação educativa) na Área de Proteção Ambiental Aldeia-

Beberibe. Cinthia informou que a entidade apresentou os relatórios 1 (reuniões com os gestores públicos) e 2 (oficinas nas escolas), junto com a prestação de contas, que foram aprovados. *"O prazo inicial de execução do projeto era de 06 meses, mas a entidade executora solicitou a CPRH a sua prorrogação considerando o cronograma escolar para retorno avaliativo do material produzido, o que também foi aprovado"*.

Durante a discussão para a definição de Coordenador e Relator para o GT Lei de Proteção de Mananciais:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** relatou a dificuldade de conciliar as agendas de todos os participantes, bem como a pendência de definição da coordenação e relatoria para o GT. "*A composição do GT já havia sido definida em reunião anterior, sendo: CPRH, SEMAS, Fórum Socioambiental de Aldeia, Usina São José, Usina Petribu, CEPAN, ANE e CONDEPE/FIDEM*".
- Deliberou-se que a Coordenação do GT será da CPRH, na pessoa de ***Eduardo Ribeiro***, vice-presidente do Conselho Gestor e a relatoria será do CEPAN, na pessoa de ***Joaquim Freitas***.

Durante os informes gerais:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou aos conselheiros que foi criado um grupo no aplicativo Whatsapp para compartilhamento das informações de interesse do Conselho Gestor e que o link de entrada foi enviado para todos via e-mail.
- A Conselheira ***Luciene***, da FIEPE, informou que dia 23 será lançado um selo em homenagem à proteção animal, desenhado por Marcela Tenório, em evento na Assembleia Legislativa de Pernambuco.
- Finalizando a reunião, a Plenária deliberou pela manutenção da data da próxima reunião ordinária do Conselho Gestor, conforme calendário anual aprovado na reunião anterior, a ser realizada no dia 13 de junho, em local a ser definido.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

Durante a apresentação do Sr. Eduardo Elvino:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** ratificou que os estudos para mapeamento de corredores ecológicos da APA demonstram a importância da região para conectividade dos fragmentos florestais, um projeto do Governo do Estado, e que não seria coerente que o próprio Governo não considere tal investimento.

Durante a apresentação da assiduidade dos membros do Conselho Gestor e proposição de substituição de representações:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** pontuou que a "*participação da UFRPE, Usina São José, Associação Chã de Peroba, Associação dos Condomínios de Aldeia, SINDAÇUCAR, Rotary Club de Aldeia, instituições representantes da sociedade civil, não tem atendido às disposições do Regimento Interno do Conselho"*, cabendo notificação das instituições sobre o interesse na continuidade de representação, que será enviada em breve. Esclareceu que a intenção não é de desligar entidades do Conselho, mas garantir a participação das entidades que estejam de fato comprometidas com a governança ambiental no território da APA Aldeia-Beberibe através da reformulação da composição do Conselho. *"Na representação do Poder Público, verificou-se baixa participação das Prefeituras, sobretudo de São Lourenço da Mata,*

que sequer tomou posse, além do CIMNC e da Agência CONDEPE/FIDEM, que tem se ausentado das reuniões nos últimos meses".

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que poderia abrir mais duas vagas para o Conselho, considerando a paridade necessária, sendo uma para a ANE, representando a sociedade civil no setor ONG ambientalista, e outra para a CIPOMA – Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente, representando o Poder Público, o que foi acatado pela Plenária.
- O Conselheiro ***Ricardo***, da ANE, esclareceu que tem todo o interesse em participar do Conselho, seja como membro suplente, seja como titular, mas destacou que seria conveniente a criação de novas cadeiras para que a ANE possa contribuir com mais empenho da gestão da APA.

Durante a discussão sobre as últimas autuações da CPRH na APA Aldeia-Beberibe e seus desdobramentos, bem como sobre a criação da Câmara de Acompanhamento de Autuações no âmbito do Conselho Gestor:

- O Conselheiro ***Herbert,*** do FSaA, destacou que, no seu entendimento, o valor das multas aplicadas é baixo considerando a situação econômica dos infratores, o que poderia induzir cada vez mais atividades irregulares. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que as multas são aplicadas com base na legislação vigente e que o analista ambiental não tem total liberdade para arbitrar os valores das penalidades.
- O Sr. ***Ademir Damião***, do SINTAPE, ressaltou a dificuldade dos fiscais da CPRH para autuação, uma vez que os infratores muitas vezes têm conseguido derrubar os autos de infração no CONSEMA nos casos de multas mais altas, embora muitas vezes o dano ambiental requerer uma penalidade maior. Esclareceu, ainda, que a CPRH já consultou a PGE sobre a situação, mas ainda não houve resposta, mas o fato é que desde a formação da Câmara de Julgamento no CONSEMA, os autos de infração da CPRH têm sido derrubados numa proporção estrondosa.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que o SINTAPE e o Movimento Meu Recife já encaminharam ofícios a SEMAS cobrando esclarecimentos sobre possíveis conflitos de interesse existentes na composição da Câmara de Julgamentos, mas que a SEMAS respondeu que não tinha nada de errado. Outra dificuldade que Cinthia destacou foi "*que se tem autuado empreendimentos licenciados pelas Prefeituras, muitas vezes por conta da segmentação das áreas dentro das entidades de meio ambiente municipais, onde existem setores que participam do Conselho Gestor da UCs e outros setores que licenciam, mas desconhecem as restrições para o território, demonstrando a necessidade de maior integração de informações dentro dos órgãos*". Em seguida, esclareceu dúvidas dos conselheiros relativas ao processo de análise das defesas e recursos no âmbito da CPRH e do CONSEMA, de compensação das áreas suprimidas, destinação dos recursos para o FEMA – Fundo Estadual de Meio Ambiente, além de como se dá o procedimento para conversão de multas em serviços ambientais.
- Como a criação da Câmara de Acompanhamento de Autuações no âmbito do Conselho Gestor foi demandada pelo Fórum Socioambiental de Aldeia, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** solicitou ao *Conselheiro Herbert* a sua contextualização, o qual informou que entende que é de interesse do Conselho Gestor a atualização sobre as autuações realizadas e o andamento das defesas e recursos aos autos de infração aplicados pela CPRH.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou sobre a dificuldade da CPRH em identificar as autuações realizadas em UCs, já que nosso sistema não possui filtros nesse sentido. Além disso, ressaltou que não teria sentido formar uma câmara no âmbito do Conselho Gestor se

apenas ela poderia acessar e repassar as informações relativas às autuações, já que o acesso é restrito aos servidores da CPRH.

SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES

- *Herbert*, do FSaA, sugeriu que no caso de reformulação da composição do Conselho, **a ANE poderia se tornar membro titular do Conselho**, o que foi ratificado pelos Conselheiros Luciene, da FIEPE, e Célio, da Prefeitura de Camaragibe.

- **Durante a discussão para a definição de Coordenador e Relator para o GT Lei de Proteção de Mananciais:**

  - O Conselheiro *Ricardo* sugeriu que **convidar a APAC e a COMPESA para participar das reuniões**, de modo a acompanhar as discussões diante do assunto que tem interesse direto nessa temática, o que foi acatado pela Plenária.

- Durante a apresentação do status do projeto de Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos na APA:

  - O *Sr. Herbert* **solicitou que a NBL apresente os produtos seguintes após a sua aprovação pela CPRH**, conforme acordado na reunião de apresentação do projeto.
  - O *Sr. Ricardo Braga* sugeriu que além do argumento ambiental, **devemos explorar o argumento do desenvolvimento econômico que poderá ser levado à Zona da Mata Norte ao considerar o traçado do Arco Viário circundando a APA**.

- **Criação da Câmara de Acompanhamento de Autuações no âmbito do Conselho Gestor:**

  - O Conselheiro *Herbert* solicitou que **as tramitações dos processos de apuração dos autos de infração sejam informadas ao Conselho, independentemente da criação da câmara, considerando o interesse no acompanhamento desses assuntos**, inclusive quando estes forem objeto de análise no CONSEMA, para garantir que as penalidades aplicadas pela CPRH sejam mantidas.
  -O Conselheiro *Célio*, da Prefeitura de Camaragibe, destacou a **necessidade de dar publicidade a situação do CONSEMA**, relatado pelo *Sr. Ademir Damião***,** para que a sociedade cobre atitudes da SEMAS de modo a garantir que o referido Conselho Estadual não trabalhe na contramão do órgão ambiental, defendendo os interesses de terceiros em detrimento da coletividade.

- Durante os informes gerais, o Conselheiro *Ricardo*, da ANE, informou que no dia 13 de março será realizada oficina do projeto "Navegando em Águas Protegidas", da ANE e **solicitou a participação de entidades da sociedade civil para contribuições**.

DEMANDAS

- **Durante a apresentação da assiduidade dos membros do Conselho Gestor e proposição de substituição de representações:**

- Ficou acordado que a CPRH formalizará o convite a CIPOMA quanto ao interesse em integrar o Conselho, e que as entidades faltantes deverão manifestar o interesse em continuar ou não do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe.

❖ **Durante a apresentação da assiduidade dos membros do Conselho Gestor e proposição de substituição de representações:**

- [...] "Na representação do Poder Público, verificou-se baixa participação das Prefeituras, sobretudo de São Lourenço da Mata, que sequer tomou posse, além do CIMNC e da Agência CONDEPE/FIDEM, que tem se ausentado das reuniões nos últimos meses". Nesses casos, *Cinthia Renata Vieira de Lima* se comprometeu a tentar **agendar reuniões com esses atores junto a Diretoria para facilitar o diálogo**, considerando a importância desses atores num território tão extenso e para o qual se estabeleceu o Uso Sustentável dos recursos.

➢ **ATA 2**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE JUNHO DE 2018 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Sede do Parque Municipal de Aldeia, situado na PE-27, km 10,5, s/n, no bairro Aldeia dos Camarás, município de Camaragibe - PE	
DATA	
13 de junho de 2018	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes c) Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA d) Informes gerais e) Aula-campo de restauração florestal com plantio participativo de mudas na nascente do rio Pacas (afluente do rio Beberibe).	
OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
Aline Bacelar	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
Ana Carolina	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Célio Muniz	Prefeitura de Camaragibe
Elenilza Ferreira	Rotary Club Aldeia
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Hibernon	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Paulo Gileno	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Reginaldo Morais	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool (SINDAÇÚCAR)
Ricardo Braga	Associação Águas do Nordeste (ANE)

Sérgio Souza	Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (CIPOMA)
Severino Rodrigues	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Silvana Rocha	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
Não tem os nomes dos representantes	Parque Estadual Dois Irmãos (PEDI/SEMAS)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro – Centro de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação do Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental de Araçoiaba (ASDERGA)
Não tem os nomes dos representantes	Usina Petribú
Não tem os nomes dos representantes	Representantes da Brigada Ambiental de Camaragibe
Não tem os nomes dos representantes	Comunidade local

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata da reunião anterior sem nenhuma alteração
- Posse dos novos conselheiros titulares: ***Comandante Major Sérgio Souza***, representando a CIPOMA (instituição recém-integrada ao Conselho Gestor); ***Prof.ª Dr.ª Ana Carolina,*** representando a UFRPE; ***Sr. Severino Rodrigues***, representando o CEPAN; ***Sr.ª Elenilza Ferreira***, representando o Rotary Club Aldeia, e a ***Sr.ª Silvana Rocha***, representando a CONDEPE/FIDEM
- Posse dos novos conselheiros suplentes: ***Sr. Reginaldo Morais***, representando o SINDAÇÚCAR, e ***Aline Bacelar***, representando a CONDEPE/FIDEM
- Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento da APA
- Aula-campo de restauração florestal com plantio participativo de mudas na nascente do rio Pacas (afluente do rio Beberibe)

DESDOBRAMENTOS

- Após a posse dos novos conselheiros, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*****,** ressaltou a necessidade de intensificação das fiscalizações ambientais no território da APA de forma integrada entre CPRH e CIPOMA, considerando a velocidade de degradação que a UC vem sofrendo. O ***Major Sérgio*** enfatizou o interesse em contribuir com a conservação da APA, destacando as possibilidades de melhoria da efetividade e abrangência das ações diante do recente convênio firmado com a CPRH.
- Na pauta sobre a apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA, ***Cinthia*** informou que o projeto de "Formação em Educação Ambiental com foco em restauração florestal", financiado com recursos de compensação ambiental proveniente de licenciamento ambiental do IBAMA está sendo executado pela empresa Interligação Elétrica Garanhuns/CEPAN, cuja aula-campo prevista para o final da reunião é parte integrante do curso. *"Houve um atraso no cronograma de instalação do viveiro previsto devido a alguns itens não previstos que estão sendo viabilizados"*.
- ***Cinthia*** informou que o projeto "Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos na APA", que vem sendo executado

pela NBL Engenharia Ambiental - Bioflora, está em fase final de execução, porém precisará de 2 meses para ser finalizado.

- Um dos encaminhamentos idealizados com a discussão do projeto dos corredores ecológicos é a alteração do Decreto de criação da APA Aldeia-Beberibe de modo a contemplar a Zona de Corredor Ecológico construída participativamente no projeto e indicá-la como área prioritária para compensação de Reserva Legal e para projetos de pagamento por serviços ambientais.
- Passando ao projeto seguinte, ***Cinthia*** informou que o projeto "Meu Ambiente: Comunidades Escolares na Gestão Pública de Unidades de Conservação", executado pelo Movimento de Assistência e Inclusão Social – MAIS Consultoria Social, também está atrasado, mas se encontra em andamento na etapa de elaboração da cartilha.
- ***Cinthia*** concluiu esse ponto da pauta refletindo sobre a importância de todos os projetos para disseminação de conhecimentos sobre a APA Aldeia-Beberibe e sobre a existência e importância das Unidades de Conservação, já que além de seus objetivos específicos eles também sensibilizam sobre esses pontos, mobilizando atores para auxiliar na gestão.
- Finalizando a reunião, a Plenária deliberou pela manutenção da data da próxima reunião ordinária do Conselho Gestor, conforme calendário anual aprovado na reunião anterior, a ser realizada no dia 05 de setembro, em local a ser definido.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

Durante a discussão sobre o Projeto "Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos na APA":

- O conselheiro ***Ricardo Braga***, da ANE, questionou como está o CAR no território da APA. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que a última informação formal foi levantada justamente pelo projeto dos corredores ecológicos, que indicou que cerca de 15% do território estava inscrito no CAR. No entanto, o levantamento foi realizado em novembro/2017, e desde então houve um grande crescimento do número de cadastros devido aos encerramentos dos prazos de cadastro em dezembro/2017 e maio/2018 (posteriormente prorrogado para dezembro/2018). Logo, é possível que esse número tenha aumentado. *"No entanto, há que se destacar que as áreas urbanas de alguns municípios que compõem a APA estão em seu território, além do fato de que Recife e Camaragibe são 100% urbanos, não incidindo a obrigatoriedade de cadastro"*.
- O conselheiro ***Ricardo*** questionou se as Prefeituras estão prestando apoio aos pequenos proprietários rurais para a inscrição no CAR. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que não sabia certificar isso, mas que tinha conhecimento que a CPRH, a SEMAS, o IPA e o ITERPE capacitaram os técnicos dos municípios, servidores dos escritórios regionais do IPA, membros de sindicatos e associações rurais para o cadastro.
- O conselheiro ***Severino***, do CEPAN, destacou que o projeto de formação está utilizando dados levantados pelo projeto dos corredores e fazendo cruzamentos de informações para aperfeiçoar a seleção de áreas para restauração no âmbito do projeto em desenvolvimento na instituição, de modo a selecionar as áreas com maior potencial de conectividade estrutural.
- O conselheiro ***Ricardo*** questionou se a restauração será realizada em propriedades privadas. O conselheiro ***Severino*** respondeu que sim, que os proprietários estão sendo mobilizados e que serão priorizadas as áreas com maior potencial de regeneração natural para que os recursos sejam otimizados.
- O conselheiro ***Célio Muniz***, da Prefeitura de Camaragibe, deu as boas-vindas a todos e agradeceu o apoio da CIPOMA e da Brigada Ambiental de Camaragibe pela atuação no território. Informou que, apesar da precariedade em que se encontra o recém nomeado Parque Aldeia dos Camarás, com área total de 8 hectares, a atual gestão do município vem trabalhando

para sua a revitalização: "*o embargo existente foi levantado pela regularização do empreendimento na CPRH e os recursos para reforma do prédio e iluminação do parque estão sendo viabilizados*".

- O ***Sr. Hibernon***, do FSaA, parabenizou pelo início das atividades do parque, assim como o nome escolhido.
- O conselheiro ***Célio*** informou que a Prefeitura criou um projeto de sinalização e informação para direcionar as atividades de ecoturismo no município.
- O conselheiro ***Paulo***, por sua vez, levantou a problemática do lixo nas comunidades, uma vez que a coleta não está sendo eficiente.

Durante os informes gerais:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou aos conselheiros que foi publicada no Diário Oficial do Estado naquela data a Portaria CPRH N.º 76/2018, atualizando a composição do Conselho Gestor, conforme deliberado nas reuniões anteriores: criação de representação da CIPOMA como membro titular e suplente e ampliação do segmento de ONGs ambientalistas, de modo que agora o CEPAN e a ANE são membros com titularidade e suplência.
- A pedido do conselheiro ***Herbert***, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** relembrou que o GT da Lei de Proteção de Mananciais está composto por CPRH, SEMAS, CONDEPE/FIDEM, Fórum Socioambiental de Aldeia, CEPAN, ANE e Usinas São José e Petribú, e que já foi agendada a primeira reunião técnica para o dia 26 de junho para início dos trabalhos.
- A conselheira ***Silvana***, da CONDEPE/FIDEM, ressaltou a importância de discutir essa lei, considerando as inseguranças e brechas jurídicas existentes.
- Após breve discussão sobre os principais problemas da lei, acordou-se de continuar a discussão no GT, criado exclusivamente para debater esse tema.
- O conselheiro ***Severino*** informou sobre a publicação do livro "Avaliação das Oportunidades de Restauração para o Estado de Pernambuco", disponibilizando cópias para os conselheiros e informando sobre a sua versão digital disponível no site do CEPAN.
- Por fim, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que a CPRH desenvolveu a campanha "São João Ambiental" com base na sugestão da conselheira ***Luciane***, da FIEPE, que infelizmente não pode comparecer na reunião de hoje, com o objetivo de sensibilizar a população a não soltar balões e não comprar fogueiras de origem ilegal, entre outras orientações, e que foi montada uma fogueira simbólica na CPRH com alçapões apreendidos durante as fiscalizações.

SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES

- O conselheiro *Herbert*, do FSaA, **sugeriu que a discussão das áreas a serem restauradas, no âmbito do projeto de Formação em Educação Ambiental, seja trazida para o Conselho**.
- *Célio Muniz*, da Prefeitura de Camaragibe, **sugeriu que no prédio do Parque Aldeia dos Camarás poderia funcionar a sede da APA Aldeia-Beberibe**, concentrando as atividades de gestão ambiental no território da Unidade. Por fim, externou a expectativa em relação às atividades que poderão ser realizadas após a instalação do viveiro florestal e efetivação dos demais equipamentos do parque.
- *Paulo Gileno*, do FSaA, **destacou a necessidade de implantar uma placa informando sobre o Parque Aldeia dos Camarás** e **ratificou a sugestão de alocar no parque a sede da APA**.

DEMANDAS

- **Discussão sobre a problemática do lixo nas comunidades**. *Cinthia Renata Vieira de Lima* afirmou que, em conversa com o comandante do CIMNC também foi levantada a questão da

destinação dos resíduos sólidos, que tem contaminado os recursos hídricos da região, foi de comum acordo que essa pauta precisa ser posteriormente discutida no Conselho, sobretudo junto às prefeituras.

- **ATA 3**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2018 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Anexo do Centro de Educação Ambiental do Parque Estadual Dois Irmãos, situado na Praça Farias Neves, s/n, Dois Irmãos, município de Recife - PE	
DATA	
17 de setembro de 2018	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes c) Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA d) Apresentação do projeto de estudos para subsidiar revisão do Plano de Manejo do PEDI e) Apresentação do projeto de categorização das UCNs Beberibe e Dois Irmãos f) Apresentação de informações sobre a autuação e regularização de empreendimento no bairro do Oitenta, em Camaragibe g) Informes gerais.	
OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
Ana Carolina	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Artur	Usina Petribú
Carlos Ribeiro	Secretária Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife
Eduardo Albuquerque Marques Lins	Prefeitura do Recife
Fabiane Santos	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Karine Matos Magalhães	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Maíra Braga	Gerência de Áreas Protegidas da Prefeitura do Recife
Monica	Usina São José
Norma	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Ricardo	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Ricardo	Associação Águas do Nordeste (ANE)
Silvana	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
Não tem os nomes dos representantes	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Não tem os nomes dos representantes	Parque Estadual Dois Irmãos (PEDI/SEMAS)

Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro – Centro de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Não tem os nomes dos representantes	Comunidade local

DESDOBRAMENTOS

- Posse dos novos conselheiros: a ***Prof.ª Dr.ª Karine Matos Magalhães***, como Conselheira suplente representando a UFRPE e o ***Sr. Eduardo Albuquerque Marques Lins***, passando de conselheiro suplente para titular, representando a Prefeitura do Recife, após alteração de indicação por parte do ente municipal.

Sobre a apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou sobre o projeto "Meu Ambiente: Comunidades Escolares na Gestão Pública de Unidades de Conservação", do Movimento de Assistência e Inclusão Social – MAIS Consultoria Social. Apresentou a formatação final da cartilha em primeira mão para os conselheiros, explicando como se deu o processo de elaboração participativa junto às comunidades escolares e revisão junto à CPRH, finalizando com a informação de que está aguardando apenas o ISBN para ser encaminhada à gráfica para impressão de 2.500 exemplares.
- Em seguida, ***Cinthia*** comentou sobre a finalização do projeto de "Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos na APA", executado pela NBL Engenharia Ambiental - Bioflora, afirmando que o banco de dados com todo o material produzido e aprovado está disponível na CPRH para os que se interessarem. *"A partir dos resultados do projeto, a CPRH pretende minutar uma alteração do decreto de criação da APA Aldeia-Beberibe de modo a contemplar a Zona de Corredor Ecológico, indicando-a como área prioritária para compensação de Reserva Legal e para projetos de pagamento por serviços ambientais, considerando que a estratégia principal para a instituição dos corredores é a conservação".*
- Quanto ao projeto de "Formação em Educação Ambiental com foco em restauração florestal", financiado com recursos de compensação ambiental proveniente de licenciamento ambiental do IBAMA, está sendo executado pela empresa Interligação Elétrica Garanhuns/CEPAN, *Cinthia* passou a palavra à ***Fabiane Santos***, analista de projetos do CEPAN, para apresentar o andamento do projeto. Ela apresentou as etapas já executadas e as ações em atraso em decorrência das pendências nas contrapartidas da Prefeitura de Camaragibe relacionadas à instalação do viveiro florestal, além de algumas intervenções de preparação do terreno (sobretudo drenagem) necessárias, porém não previstas no orçamento inicial, de modo que estão buscando recursos complementares de conversão de multa para possibilitar tais atividades.
- Consolidando toda a discussão e as falas, a Plenária deliberou pela **criação do Grupo de Trabalho para discussão de estratégias para implantação e gestão do viveiro florestal da APA Aldeia-Beberibe**, formado pela CPRH, Usina São José, Fórum Socioambiental de Aldeia, UFRPE/UFPE e CEPAN (a confirmar).

Sobre o projeto de "Estudos para Subsidiar a revisão do Plano de Manejo do PEDI":

- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, apresentou estudos realizados no Parque Estadual Dois Irmãos que podem ser utilizados para subsidiar a revisão do Plano de Manejo. Na apresentação, a conselheira destacou a inclusão do sítio de pesquisa do PEDI no Programa de

Pesquisa em Biodiversidade (PPBIO), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o qual tem levantado importantes informações sobre a biodiversidade da UC, sobretudo em sua área de ampliação, que carecia de dados. Ao finalizar, agradeceu aos parceiros e se colocou à disposição para os esclarecimentos, que se seguiram às dúvidas levantadas pelos demais conselheiros.

Sobre a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação da Natureza Municipais de Recife:

- *Cinthia Renata Vieira de Lima*, passou a palavra à ***Sr.ª Maíra Braga***, da Gerência de Áreas Protegidas da Prefeitura do Recife, que conduziu a apresentação do ponto de pauta seguinte que tratou sobre a elaboração dos planos de manejos das Unidades de Conservação da Natureza municipais de Recife. O ***Sr. Carlos Ribeiro***, Secretário Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife, contextualizou o projeto que está sendo desenvolvido pelo município em caráter participativo, agradecendo o oportuno espaço oferecido pelo Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe para discussão desse importante projeto para gestão das UCNs municipais. Passando a palavra de volta a ***Sr.ª Maíra***, esta apresentou o projeto, objetivos, metodologias e cronograma de atividades previsto. Finalizando, colocou-se à disposição para os esclarecimentos necessários, respondendo as dúvidas dos conselheiros acerca do processo.

Sobre a apresentação de informações sobre a autuação e regularização de empreendimento no bairro do Oitenta, em Camaragibe:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** fez um histórico sobre a autuação, que ocorreu em fevereiro de 2018 após a constatação de falta de licenciamento ambiental e supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente e de Proteção de Mananciais, promovendo o embargo da obra, além da aplicação de multas que totalizaram R$ 42.650,00. *"No entanto, a obra continuou em descumprimento ao embargo, o que caracterizou nova infração ambiental e autuação por parte da CPRH. O empreendedor então promoveu a regularização ambiental do empreendimento e iniciou as atividades de recuperação das áreas de preservação atingidas, além de protocolar defesas administrativas aos autos para conversão de multas, que estão sob análise da CPRH e poderão ser utilizadas para complementar os recursos necessários à instalação do viveiro florestal da APA".*

Sobre o Grupo de Trabalho para discussão da Lei de Proteção de Mananciais:

- A conselheira ***Silvana***, da Agência CONDEPE/FIDEM, apresentou um breve relato do GT, onde a CPRH trabalhou na espacialização das áreas de categoria M1, a Agência CONDEPE/FIDEM trabalhou no levantamento e espacialização das áreas de categoria M3 e todo o grupo iniciou a discussão do texto da lei. *"A princípio, definiu-se a priorização das bacias dos rios Beberibe, Paratibe e Igarassu, nessa ordem, considerando o volume de informações existentes em cada uma delas".*
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que se verificou que os planos diretores dos municípios são essenciais para a regulação do uso e ocupação do solo, o que fica visível ao comparar o limite entre os municípios de Recife e Camaragibe, por exemplo. *"A ideia do GT é que os trabalhos sejam continuados até que sejam amadurecidos os entendimentos acerca*

da aplicação da Lei de Proteção de Mananciais no território da APA e, futuramente, construir um documento que embase a atualização de tal lei".

- A Plenária discutiu acerca das restrições impostas pelos diferentes entes federativos e sobre a insegurança jurídica que ronda o tema, diante da falta de regulamentação e das restrições impostas pelo Estado aos municípios.
- O conselheiro ***Eduardo***, da Prefeitura de Recife, pontuou a dificuldade de analisar projetos concretos diante de uma legislação tão complicada, onde muitas vezes tem que se embasar em justificativas técnicas para concluir pelas suas aprovações ou reprovações.
- Finalizando a discussão desse ponto, ***Cinthia*** comentou que a revisão do plano diretor de Recife e o processo de categorização e elaboração dos planos de manejo ao mesmo tempo é muito oportuna neste momento em que estamos discutindo a aplicação desta lei, de modo que pode trazer muitos exercícios práticos à nossa discussão, cabendo a nós procurar nos envolver em tais discussões.
- Encerrando a reunião, a Plenária deliberou pela manutenção do calendário anual com próxima reunião a ser realizada no dia 05 de dezembro, em local a ser definido.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

Durante a discussão do projeto de "Formação em Educação Ambiental com foco em restauração florestal":

- A conselheira ***Karine***, da UFRPE, questionou quem fará a gestão do viveiro após a finalização do projeto, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que a princípio a Prefeitura de Camaragibe disponibilizou 3 servidores para capacitação e posterior atuação no viveiro, mas que não se descarta alternativas à gestão caso exista algum imprevisto futuro, como por exemplo, algumas tratativas de parceria junto ao Jardim Botânico do Recife.
- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, parabenizou o CEPAN pela qualidade na execução do projeto e propôs uma reflexão à Plenária ao lembrar que esse foi o primeiro projeto que teve origem e se materializou no âmbito do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe. Logo em seguida, fez um questionamento em relação às áreas que estavam previstas para recuperação (2 hectares no curso de formação e mais 10 hectares independente do curso), se elas serão mantidas e onde serão localizadas. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que, diante do atraso na instalação do viveiro foram adicionados custos na aquisição das mudas para o plantio de 2 hectares previsto para o curso, de modo que provavelmente a área a ser recuperada além do curso terá que ser redimensionada.
- A conselheira ***Norma,*** da UFPE, lembrou do compromisso da Prefeitura de Camaragibe em ceder local e infraestrutura em diversas reuniões do Conselho Gestor da APA, mas sugeriu que pensarmos em outras estratégias de gestão para o viveiro, de modo a garantir a sua sustentabilidade ao longo do tempo.
- O conselheiro ***Ricardo***, da ANE, comentou sobre a oportunidade que temos que fazer todo o ciclo da restauração funcionar, uma vez que teremos o viveiro florestal produzindo as mudas, as áreas prioritárias para restauração identificadas e os proprietários rurais com passivos em APP e Reserva Legal precisando se regularizar e recursos de compensação ambiental que podem financiar algumas ações.
- O conselheiro ***Herbert*** voltou a comentar sobre a proposta de gestão executiva da APA que foi apresentada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente há alguns anos, que poderia ser uma solução para gerir o viveiro florestal.

Durante a discussão sobre a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação da Natureza municipais de Recife:

- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, externou a preocupação sobre a categorização de áreas onde existem sobreposição com outras Unidades de Conservação estaduais mais restritivas, de modo que tais restrições sejam consideradas na definição de categoria e zoneamento. A ***Sr.ª Maíra*** respondeu que a intenção é que o processo seja o mais participativo possível, respeitando as restrições porventura existentes pelas Unidades existentes, inclusive ouvidos os conselhos gestores, quando esses existirem.
- O ***Sr. Carlos*** ratificou as palavras da *Sr.ª Maíra*, informando que o objetivo é que os planos de manejo das UCNs municipais estabeleçam até as diretrizes urbanísticas para uso e ocupação de solo, quando este for possível, peculiaridade que apenas UCs municipais podem estabelecer considerando as competências dos entes federativos. Ressaltou ainda, que as realidades locais devem ser consideradas de modo a não criar situações impossíveis de serem regularizadas ou viabilizadas.
- O conselheiro ***Ricardo,*** da AFCP, questionou qual o tamanho total das UCNs municipais em relação ao território do município de Recife, para o qual foi respondido que seriam mais de 8 mil hectares.
- O conselheiro ***Ricardo***, da ANE, parabenizou o projeto da Prefeitura do Recife e ressaltou a necessidade do plano diretor municipal ser coerente com os planos de manejo e zoneamento das unidades.
- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, destacou a necessidade dos entes federativos se comunicarem para envidar esforços na gestão dos territórios, se articularem dentro de suas competências para efetivar as ações nas UCs.

Durante a discussão sobre a autuação e regularização de empreendimento no bairro do Oitenta, em Camaragibe:

- O conselheiro ***Herbert*** externou sua indignação diante do dano ambiental causado e pelo valor das multas, uma vez que nem de longe são suficientes para sanar os impactos ambientais causados. A conselheira ***Monica*** esclareceu, no entanto, que a multa é uma penalidade administrativa pela infração constatada, mas que não retira a obrigação do infrator recuperar o dano ambiental causado.

Durante os informes gerais:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que a APA Aldeia-Beberibe será contemplada com a **criação da logomarca da UC dentro do projeto de compensação ambiental da CELPE**; outras UCs que tem gestão local já foram contempladas em anos anteriores e o processo de construção levará em consideração as nossas orientações, seguindo o padrão de logomarcas de UCs pré-estabelecido. Outro informe foi que o conselheiro ***Herbert***, do Fórum Socioambiental de Aldeia, foi agraciado pela CPRH com o certificado de "Amigo do Meio Ambiente" no Prêmio Vasconcelos Sobrinho realizado em junho, nas comemorações da quinzena do meio ambiente.
- O conselheiro ***Artur***, da Usina Petribu, pediu a palavra para comentar sobre o processo de conversão do RVS Quizanga em RPPN, ocasião em que esclareceu que, à princípio, a empresa que representa entrou com processo judicial para anulação do RVS criado em seu território sem qualquer consulta formal, mas que depois entendeu que poderia tratar junto a SEMAS, CPRH e PGE para um acordo convertendo o RVS em RPPN, ao passo em que a área seria ampliada.

SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES
❖ A conselheira *Ana Carolina*, da UFRPE, relatou as dificuldades e insegurança para desenvolver pesquisas na área e a pressão antrópica que sofre o remanescente do PEDI, destacando a **necessidade de desvincular a imagem do PEDI da imagem do zoológico que ele abriga, considerando que esse equipamento ocupa apenas 1% da UC**. ❖ A *Sr.ª Maíra* destacou a necessidade, diante das problemáticas e potencialidades de cada unidade, de **discussão da categorização das Unidades de Conservação da Natureza Municipais de Recife**. ❖ A conselheira *Mônica*, da Usina São José, **destacou a necessidade de se realizar o diagnóstico socioambiental das Unidades de Conservação da Natureza Municipais de Recife e do seu entorno para estabelecer suas categorias e zoneamento para não se criar "UCs de papel"**, dando o exemplo das UCs estaduais de 1987 que foram recategorizadas sem qualquer estudo ou consulta pública e ocasionando transtornos, deixando registrada a sua crítica construtiva ao Estado quanto a esse procedimento. ❖ Sobre o projeto de "Formação em Educação Ambiental com foco em Restauração Florestal", *Herbert*, do FSaA, **sugeriu que o Conselho se aproprie dos resultados e da gestão do viveiro para fazê-lo se perpetuar e se converter em áreas a serem restauradas na APA**. ❖ Após discussão na Plenária do projeto de "Formação em Educação Ambiental com foco em restauração florestal", a conselheira *Mônica*, da Usina São José, **sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para pensar, dentro do Conselho Gestor, estratégias para atender aos objetivos do projeto ao longo do tempo**, dando como exemplo o projeto Reflorestart, da empresa que representa, que produz mudas nativas e realiza reflorestamentos em seu território. ❖ A conselheira *Ana Carolina*, da UFRPE, **se ofereceu para participar do GT representando a academia, colocando a demanda de alunos de graduação e pós-graduação que podem participar de projetos de implantação e acompanhamento de restaurações florestais**, gerando ganho ambiental e científico. ❖ O conselheiro *Herbert*, do FSaA, **sugeriu que seja incluída em uma próxima reunião do Conselho Gestor da APA a proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN**, o que foi aceito pelo conselheiro *Artur*, da Usina Petribú.
DEMANDAS
❖ Não houve.

➢ **ATA 4**

TÍTULO
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE
LOCAL
Auditório da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, situada na Rua Santana, 367, Casa Forte, município de Recife - PE
DATA
12 de dezembro de 2018
PAUTA

a) Aprovação da ata da reunião anterior
b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes
c) Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA
d) Apresentação da proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN
e) Apresentação do relatório anual de atividades da APA e proposição de cronograma de reuniões para 2019
f) Informes gerais.

OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
Ademir Damião	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SINTAPE)
Ana Carolina	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Anselmo	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Artur	Usina Petribú
Fabiane Carolyne dos Santos	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Luciane	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Maria Cecília Peixoto Correa Lima	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
Monica	Usina São José
Norma	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Patrícia Tavares	Diretoria de Recursos Florestais e Biodiversidade (DRFB)
Ricardo	Associação Águas do Nordeste (ANE)
Sandra Pires	Usina Petribú
Thiago Costa Lima	Setor de Fiscalização Florestal da CPRH
Não tem os nomes dos representantes	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco (SINDAÇÚCAR)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Não tem os nomes dos representantes	Movimento de Assistência e Inclusão Social (MAIS Consultoria Social)

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata da reunião anterior
- Posse das conselheiras suplentes: ***Fabiane Carolyne dos Santos***, representando o CEPAN e ***Maria Cecília Peixoto Correa Lima***, representando a Agência CONDEPE/FIDEM.
- Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA
- Apresentação da proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN
- Apresentação do relatório anual de atividades da APA e proposição de cronograma de reuniões para 2019

DESDOBRAMENTOS

Sobre os status dos projetos em desenvolvimento na APA:

- Em relação ao projeto de corredores ecológicos, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que o último encaminhamento da gestão foi a elaboração de minuta alterando o Decreto de criação da APA Aldeia-Beberibe de modo a incluir a criação dos corredores, que se encontra em análise na Coordenadoria Jurídica da Agência. *"A previsão é encaminhar o documento para assinatura do Governador ainda este ano".* Em seguida, Cinthia informou sobre o lançamento

da cartilha da APA Aldeia-Beberibe, produto final do projeto "Meu Ambiente: Comunidades Escolares na Gestão Pública de Unidades de Conservação", do MAIS Consultoria Social. *"A cartilha foi então disponibilizada aos conselheiros, que elogiaram o material produzido".* ***Jailson***, da MAIS Consultoria Social, explicou que a cartilha foi construída coletivamente e foi trabalhada nas 5 escolas que se envolveram na sua produção, com a leitura lúdica do conteúdo por educadores ambientais e arte-educadores.

- O conselheiro ***Herbert*** salientou a necessidade de desenvolvermos um planejamento para trabalhar com todas as escolas da APA Aldeia-Beberibe e atingir o objetivo de divulgar ao máximo o primeiro instrumento de divulgação efetivo da Unidade, "*para que o investimento não seja perdido na simples distribuição das cartilhas, que provavelmente não surtirá o resultado desejado. Comentou ainda que algumas escolas particulares, como o EIA, podem produzir exemplares para distribuição interna a partir da arte final disponibilizada pela CPRH, o que pode ser outra alternativa de parceria a ser buscada para priorizar que o material produzido seja destinado às escolas públicas*". ***Cinthia de Lima*** comentou que se pode realizar um projeto semelhante para divulgação do material e buscar fontes de financiamento para arcar com as despesas, como conversão de multas, que já tem sido utilizada dessa forma em projetos coordenados pela equipe de comunicação social e educação ambiental da CPRH.
- Quanto ao projeto de "Formação em Educação Ambiental com foco em Restauração Florestal", ***Cinthia de Lima*** informou que todas as etapas do projeto já foram cumpridas, com exceção da construção do viveiro florestal. *"A pendência dessa atividade ocorreu, inicialmente, devido ao atraso das contrapartidas prometidas pela Prefeitura de Camaragibe, e culminou na problemática gerada pelo prefeito do município quando tentou instalar um* ***acesso viário sem licenciamento ambiental atravessando o Parque Municipal de Aldeia****, atingindo a área previamente destinada à instalação do viveiro florestal, fato amplamente divulgado na imprensa local. Diante de tais acontecimentos, a CPRH, a Interligação Elétrica Garanhuns e o CEPAN* ***deliberaram por não mais instalar o equipamento na área****,* ***ocasião em que foi encontrada uma alternativa de estruturação do viveiro florestal do PEDI****, mas com uma redução da produção estimada do viveiro de 100.000 mudas para 50.000 mudas por ano. A ideia é formalizar a gestão compartilhada do viveiro florestal entre a CPRH e o Parque, a equipe do* ***PEDI será responsável pela sua operação enquanto a CPRH/APA Aldeia-Beberibe será responsável por fomentar a operação e manutenção com recursos de conversão de multa por meio do Programa RestaurAção APA Aldeia-Beberibe****, visando produzir mudas para regularização ambiental de pequenas propriedades na UC".*
- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, havia solicitado, em reunião anterior, que o produto final do projeto de "Execução dos Serviços de Mapeamento e Elaboração de Estratégia de Implantação dos Corredores Ecológicos da Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe – PE", executado pela NBL Engenharia Ambiental – Bioflora, fosse apresentado ao Conselho. No entanto, tal apresentação final não estava prevista no contrato da empresa, o que impossibilitou sua realização. ***Cinthia Renata Vieira de Lima,*** informou então, que em momento oportuno, a atividade podia ser realizada por ela, mas como tal pauta não foi incluída na presente reunião devido à necessidade de discussão de assuntos mais críticos, a atividade será realizada em outra oportunidade.
- Em relação aos corredores ecológicos, ***Cinthia*** informou que o último encaminhamento da gestão foi a elaboração de minuta alterando o Decreto de criação da APA Aldeia-Beberibe de modo a incluir a criação dos corredores, que se encontra em análise na Coordenadoria Jurídica da Agência.

Sobre a proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN:

- A ***Sra. Sandra Pires,*** representante da Usina Petribú, destacou que a Usina Petribú tem participado ativamente das discussões da APA desde a elaboração do Plano de Manejo, mais tarde passando a integrar o seu Conselho Gestor. Durante a apresentação, fez um breve histórico sobre o Engenho Quizanga, destacando as ações da usina para garantir a conservação dos remanescentes florestais nele existentes, que culmina, nesse momento, com a proposta de conversão ora discutida, aumentando o território de área protegida em quase 3 vezes (de 237 hectares para 716).
- O conselheiro ***Ricardo***, da ANE, questionou se existe interesse da usina em integrar outros fragmentos de mata atlântica à RPPN, considerando que tem igual proteção. ***Sandra*** respondeu que nesse momento, não existe pretensão de aumentar a área, mas que no futuro seria possível, após algum tempo de experiência de gestão como RPPN.
- ***Sandra*** esclareceu ainda que, apesar da gestão ser particular, ela permanece sob a supervisão do Estado enquanto Unidade de Conservação, inclusive sendo responsável pelo Plano de Manejo que norteará as atividades a serem desenvolvidas na propriedade, que será perpetuamente destinada à conservação, mesmo que alterada a titularidade. Comentou que, "*embora a categoria de RPPN conste como unidade de uso sustentável, na prática, ela tem características de unidade de proteção integral, devido a um equívoco durante o processo de aprovação/sanção da lei do SNUC, quando os dispositivos que garantiam o uso sustentável foram vetados.* ***Uma das atividades previstas para a área é a ocupação de baixa densidade, que seria possível no entorno de RPPN, que não tem zona de amortecimento****. Após detalhar como se daria o processo de conversão do RVS em RPPN, finalizou a apresentação pedindo o apoio do Conselho Gestor no encaminhamento da pauta*".

Sobre a apresentação do relatório anual de atividade da APA:

- Foi salientado que as atividades de fiscalização destacadas, inclusive na mídia, totalizando um valor de multas aplicadas superior a R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), além dos 3 projetos desenvolvidos durante o último ano já apresentados, bem como o Programa RestaurAção APA Aldeia-Beberibe, construído dentro do conselho com base no plano de manejo da unidade. Como objetivos ainda para esse ano, está o encaminhamento da minuta de decreto dos corredores ecológicos da APA para assinatura do Governador, que também declara a UC como área prioritária para compensação de Reserva Legal na Mata Atlântica e como área prioritária para projetos de pagamento por serviços ambientais. "*Para 2019, os objetivos são formar equipe gestora da APA a partir de concurso público da CPRH, que depende de autorização do Governo do Estado, a implementação do Programa RestaurAção APA Aldeia-Beberibe, implantação da sede e estrutura de gestão, fomentar a criação de RPPNs e regularização ambiental das propriedades rurais, bem como a revisão da Lei de Proteção de Mananciais*". Finalizo a apresentação agradecendo a parceria e o apoio dos conselheiros nas atividades, pois neste ano evoluímos muito enquanto conselho. A ***Sra. Patrícia Tavares***, da DRFB, ratificou minhas palavras e parabenizou o conselho pela efetiva participação, empenho e comprometimento com a APA Aldeia-Beberibe.
- O conselheiro ***Herbert*** estendeu os elogios ao analista ***Thiago Costa Lima***, do Setor de Fiscalização Florestal da CPRH, pelo apoio às ações de fiscalização no território da APA.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

Durante a discussão sobre o projeto "Meu Ambiente: Comunidades Escolares na Gestão Pública de Unidades de Conservação":

- A conselheira ***Silvana,*** da Agência CONDEPE/FIDEM, sugeriu que sejam levantadas as escolas da APA e que o projeto seja realizado em etapas, buscando parcerias para a sua execução, além da divulgação da publicação em meio digital.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** complementou que a estratégia para divulgação em meio digital pode adaptar trechos da cartilha para as redes sociais, como Instagram, que torna o conteúdo mais leve e palatável ao público em geral.
- A conselheira ***Monica***, da Usina São José, sugeriu que a CPRH poderia realizar um projeto de formação de professores para que esses possam atuar como agentes multiplicadores nas escolas, aplicando o conteúdo da cartilha na sala de aula. Sugeriu ainda, que realizemos o lançamento da cartilha em Aldeia, em um local movimentado como o Aldeia Boulevard Mall.

Durante a discussão sobre o projeto "Formação em Educação Ambiental com foco em restauração florestal":

- O conselheiro ***Herbert*** questionou sobre a área inicialmente prevista para restauração florestal, que seriam 2 hectares durante o curso de formação e mais 10 ao final do projeto, bem como a razão para diminuição da produção estimada do viveiro. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que "*os 2 hectares foram atendidos durante o curso foram realizados durante a formação, no entorno da nascente do rio Pacas, dentro do Parque Municipal de Aldeia, esclarecendo que foram contemplados cerca de 1 ha de atividades de restauração ativa (plantio total) e mais 1 ha de atividades passivas (condução da regeneração natural). Quanto aos 10 ha de restauração previstos no plano de trabalho inicial, eles deveriam ser restaurados com medidas passivas de restauração (condução de regeneração, adensamento e enriquecimento), e estavam vinculados à produção das mudas no viveiro previsto no projeto, o que não aconteceu no prazo previsto pelos motivos já expostos. Dessa forma, para conclusão da formação e início das atividades de restauração, foi necessária a aquisição de mudas, componente mais caro do processo, o que impactou o orçamento e elevou muito os custos do projeto. Assim, houve a necessidade de se adequar o tamanho da área de restauração e da produção do viveiro florestal, tanto em função do recurso quanto da área disponíveis.* ***Inclusive teremos que buscar recursos de outras fontes para complementar o valor do projeto, que será viabilizado por meio de conversões de multas***".
- A conselheira ***Monica*** relatou que vem acompanhando alguns processos de conversão de multa, e que muitas vezes não é possibilitado por falta de regulamentação. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que já estão trabalhando nesse sentido nos últimos meses, inclusive propondo alterações legislativas para possibilitar o maior uso dessa fonte de recurso em projetos, mas essa pauta foi momentaneamente suspensa devido ao período pré-recesso da ALEPE, quando são votadas apenas pautas em regime de urgência.
- A ***Sra. Sandra Pires***, da Usina Petribú, comentou que a divulgação da publicação nas escolas, para o público infanto-juvenil é importante, mas que ela se preocupa com a sensibilização dos adultos também, que não tem dado bons exemplos às crianças em sua maioria.
- A conselheira ***Norma***, da UFPE, opinou que infelizmente os adultos só aprendem quando sentem no bolso, quando o órgão ambiental autua, mas que estratégias de bonificação aos bons exemplos e às boas práticas, mais escassos, também devem ser fomentados e que as prefeituras municipais têm papel fundamental nesse quesito.

- A conselheira ***Luciane***, da FIEPE, informou que está planejando para 2019 o levantamento das indústrias localizadas dentro da APA Aldeia Beberibe para que o Conselho possa buscar parcerias e fontes de financiamento para os projetos idealizados no âmbito do mesmo. Comentou ainda que esperava que o lançamento da cartilha acontecesse no Parque Municipal de Aldeia, em Camaragibe, e lamentou a postura do gestor municipal tenha impossibilitado o desenvolvimento dos projetos previstos para aquele espaço.
- A conselheira ***Monica*** comentou que tem conhecimento de projetos similares ao que a FIEPE tem planejado onde empresas contribuem para a gestão de UCs, atuando principalmente na divulgação e sensibilização sobre a importância da conservação desses territórios.
- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, informou que a instituição que representa tem um projeto para montar uma exposição no Parque Estadual Dois Irmãos (PEDI) sobre a Mata Atlântica – fauna, flora, solos etc., visando atingir as escolas no entorno da UC.

Durante a discussão sobre a proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN:

- Abrindo a discussão sobre o tema, o conselheiro ***Herbert*** solicitou um espaço para pontuar algumas considerações sobre a proposição, realizando uma pequena apresentação com imagens da área. Iniciou comentando que "*achava muito pertinente a discussão no âmbito do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe, considerando a provável repercussão que a proposta pode vir a ter, já que prevê a desafetação do RVS Quizanga para que posteriormente seja criada a RPPN Quizanga, e a aprovação deste Conselho pode ser providencial para o deferimento do pleito no CONSEMA. Afirmou que conhece bastante a área, por realizar passeios ciclísticos na região, e que, de fato,* ***existem bastante áreas degradadas com plantios de cana-de-açúcar em todo o entorno dos remanescentes florestais, que estão consolidados nos trechos onde a declividade acentuada impossibilitou as atividades agrícolas****. Disse ainda que o que se comenta na região é que* ***a Usina Petribú teria interesse em converter os plantios de cana do engenho em projetos imobiliários****, considerando a proximidade com o núcleo urbano de Aldeia, em preocupante expansão*".
- O conselheiro ***Artur***, da Usina Petribu, informou que ainda não existem projetos concretos para a área de entorno de Quizanga, esclarecendo que o que vier a ser proposto será projetado nas áreas já degradadas do entorno, e não nas áreas de mata.
- O Sr. ***Ademir Damião***, do SINTAPE, destacou que a área já é protegida pela lei da Mata Atlântica e questionou qual a área da zona de amortecimento atual do RVS Quizanga. ***Cinthia*** respondeu que "*a UC não tem plano de manejo definindo tal zona, aplicando-se então o definido pela* ***Resolução CONAMA nº 428/2010****, que estabelecem 3 km de zona de amortecimento a partir dos limites da UC*". Salientou ainda que "*a* ***Lei da Mata Atlântica é bastante genérica e possibilita a supressão e o uso em diversas situações, sobretudo em áreas urbanas e regiões metropolitanas****, como é o caso*".
- O conselheiro ***Herbert*** comentou que "*essa é uma das questões importantes a serem discutidas, uma vez que RPPNs não possuem zonas de amortecimento e que, considerando a situação de especulação imobiliária em que Aldeia se encontra atualmente e as brechas existentes na Lei da Mata Atlântica, seria temerário a retirada de uma garantia de conservação do entorno de importantes remanescentes como os de Quizanga, embora compreenda que a usina foi a responsável pela conservação do que restou de mata na propriedade e que tem seus interesses comerciais nas áreas do entorno*".
- A conselheira **Monica**, da Usina São José, lembrou que o RVS Quizanga, assim como o RVS Mata da Usina São José, foi criado em 2011 com a necessidade de categorização das Reservas Ecológicas criadas em 1986 para compatibilização com o SNUC/SEUC, porém sem qualquer

estudo ou consulta ao proprietário e/ou pública, numa decisão unilateral por parte do Estado quanto à categoria de UC, o que inclusive, rendeu ações judiciais pedindo a anulação da criação por parte de alguns proprietários. Ressaltou, ainda, que existem diversas jurisprudências e decisões judiciais que já consideram RPPNs como UCs de proteção integral, considerando suas características, e que de fato, o que existe conservado nesses territórios se deveu à proteção garantida pelas usinas e não pelo Estado. Finalizou afirmando que entende que a proposta representa um ganho ambiental e uma oportunidade para efetiva gestão da UC, já que poucas possuem gestão efetiva e participativa, como a APA Aldeia-Beberibe, à qual teceu elogios, diante do cenário onde a maioria das UCs existem apenas "no papel", além do que as penas para infrações e crimes em UCs são legalmente mais rigorosas.

- O conselheiro ***Anselmo,*** do IFPE, questionou se a área em questão já faz parte da Reserva Legal da usina, para o qual recebeu resposta positiva dos representantes da usina presentes, salientando então que a área já encontra-se protegida pela legislação vigente e, onde a lei da Mata Atlântica não for suficiente para protegê-la, o "novo código florestal" será, não sendo necessariamente a conversão para RPPN que garantirá a sua perpetuidade, embora entenda que pode ser uma boa estratégia para gestão por parte do particular, garantindo principalmente o controle do acesso.
- A Sra. ***Sandra Pires*** comentou que esse é um dos pontos importantes da proposta, considerando que o Estado não indenizou o proprietário para a criação da UC, mas impôs restrições às suas atividades, de modo que com a RPPN o proprietário poderá desenvolver atividades para garantir a sustentabilidade financeira da propriedade, reforçando o que foi dito pela conselheira Monica, da Usina São José, sobre a criação dos RVS sem consulta aos proprietários. Disse ainda, que o potencial uso da área para fins imobiliários seria para empreendimentos de baixa densidade, de modo a não descaracterizar os atributos naturais locais.
- O conselheiro ***Ricardo***, da ANE, historiou o processo de criação das Reservas Ecológicas, em 1986, lembrando que ainda que "de papel", a maior parte continuou conservada e que essa discussão somente existe hoje devido à tal criação, já que provavelmente não existiria o que se discutir hoje caso a lei não as tivesse protegido. Nos últimos anos, iniciou-se a regulamentação das UCs, que trouxe a questão da criação de unidades de proteção integral, sobretudo RVSs, em áreas particulares sem qualquer discussão prévia, e que acredita que o momento atual é de amadurecimento, onde faz-se necessária a gestão para solução dos conflitos porventura existentes. "*Há de se considerar o crescente mercado de ativos ambientais, relacionados tanto a negociação de créditos de áreas de mata quanto ao aumento de valor de empreendimentos imobiliários associados à conservação da natureza, além da necessidade de incentivar os proprietários de RPPNs a realizar projetos voltados para esse fim, garantindo assim a sustentabilidade econômica das suas propriedades*".
- A conselheira ***Norma***, da UFPE, questionou se a proposta de RPPN prevê uma Unidade de Gestão de Pesquisas, já sugerindo parcerias com a gestão pública, a exemplo da FACEPE. A ***Sra. Sandra***, respondeu que é uma possibilidade que pode ser buscada, mas que a prioridade a princípio será a fiscalização e monitoramento da unidade, já que a usina não pode implantar todas as atividades de uma vez.
- Complementando a sua fala anterior, o conselheiro ***Herbert*** concluiu que a usina já realiza fiscalização e monitoramento em suas áreas independente da conversão e que, como comentou o conselheiro Anselmo, de fato a conversão não agrega no sentido de proteção, mas sim de gestão mais focada do território, a não ser que se agregasse pequenos trechos hoje degradados, inclusive em APP, mas que tem potencial alto de regeneração natural e conectividade ao passo que tem alto custo de manutenção dos cultivos de cana. Comentou ainda que tem uma

preocupação adicional quanto às alternativas de mobilidade para os empreendimentos que potencialmente podem se instalar na área. Por fim, entende que uma decisão consensuada neste Conselho fortalece a proposta frente às próximas etapas de aprovação.

- A ***Sra. Sandra*** se pronunciou no sentido de que entende que a conversão em RPPN constitui um ganho ambiental real, já que garante a perpetuidade da conservação da área, registrado à margem da escritura do imóvel, e que a recuperação de determinadas áreas para possibilitar a conectividade dos fragmentos pode ser realizada independente dos limites da RPPN, mas que assim como a inclusão dos corpos d'água em seus limites não foi indicada pela STCP (empresa que desenvolveu o estudo ambiental para criação da RPPN), também não seria oportuno restringir os usos nas áreas que hoje não possuem cobertura florestal.
- O ***Sr. Ademir Damião***, do SINTAPE, questionou se o processo determinado pela PGE foi seguido e se existem pareceres técnico e jurídico da CPRH acerca da proposta de conversão. O ***Sr. Gleydson Castelo Branco***, gerente da UGUC, se pronunciou que existe parecer favorável da unidade que gerencia para a criação da RPPN em sobreposição ao RVS já existente, mas que não se posicionou formalmente sobre a conversão.
- A ***Sra. Sandra Pires*** esclareceu que a PGE, a SEMAS e o Diretor de Recursos Florestais e Biodiversidade da CPRH à época, Walber Santana, se posicionaram favoravelmente acerca da conversão. O conselheiro ***Artur***, da Usina Petribú, reforçou que a STCP também se posicionou favoravelmente à conversão no estudo de criação da RPPN.
- O conselheiro ***Ricardo***, da AFCP, elogiou a proposta da Usina Petribú, considerando que a área se encontra conservada devido aos seus esforços. A atual diretora de Recursos Florestais e Biodiversidade, ***Patrícia Tavares***, esclareceu que a CPRH entende que a proposta de conversão é uma iniciativa vista com bons olhos pelo órgão, mas que se precisa atender todas as diretrizes apontadas pela PGE para que não sejamos surpreendidos com questionamentos futuros.

SOLICITAÇÕES/ SUGESTÕES

- *Os conselheiros* sugeriram que seja **desenvolvido um projeto para trabalhar a "Cartilha da APA Aldeia Beberibe"**, produto final do projeto Meu Ambiente: Comunidades Escolares na Gestão Pública de Unidades de Conservação.
- A conselheira *Monica* sugeriu que a **CPRH busque formas de regulamentar o processo de conversão de multas para financiar projetos socioambientais**, como fez o Governo Federal.
- *Cinthia Renata Vieira de Lima* sugeriu, no âmbito do Conselho Gestor, **discutir e propor soluções conjuntas para as problemáticas relativas à conversão de multas em projetos socioambientais, para o atendimento de diversos grupos sociais e objetivos nos projetos de educação ambiental e para identificação de lacunas nos planejamentos e projetos já existentes**.
- A conselheira *Ana Carolina*, sugeriu que a **Exposição Itinerante, que está sendo realizada no âmbito do PEDI, possa também atender outras áreas da APA Aldeia Beberibe**.
- O conselheiro *Herbert* sugeriu a **revisão dos limites para a possível RPPN Quizanga da Usina Petribú**.
- *Hebert*, sugeriu que **sejam implantadas Estradas-Parque para garantir a mobilidade e não prejudicar a conservação da biodiversidade contida nos fragmentos florestais da RVS Quizanga**.

DEMANDAS

- Não houve.

SÍNTESE DAS REUNIÕES REALIZADAS EM 2019

- **ATA 1**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE MARÇO DE 2019 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Auditório do Parque Estadual Dois Irmãos – PEDI	
DATA	
20 de Março 2019	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes c) Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA d) Apresentação, discussão e deliberação sobre a proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN e) Apresentação sobre plano de ação do Conselho Gestor f) Informes gerais	
OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Não tem os nomes dos representantes	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Ana Carolina	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Luciane	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Não tem os nomes dos representantes	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Aline Galdino Bacelar	Agência CONDEPE/FIDEM
Bruna Roberta Santos Maldonado	Prefeitura Municipal do Paulista
Herbert Souza de Andrade	Prefeitura Municipal do Paulista
Mônica	Usina São José
Paula Christiane Cintra Mariano Sandra Pires	Usina Petribú
Não tem os nomes dos representantes	Servidores da SEMAS
Não tem os nomes dos representantes	Servidores do PEDI
Produtores orgânicos e agroflorestais da APA Aldeia-Beberibe	Sr. Bruno Rodrigues e Sra. Cristina Petroni
ATIVIDADES REALIZADAS	

- Aprovação da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada pelos Conselheiros presentes sem alterações
- Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes
- Apresentação, discussão e deliberação sobre a proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN
- Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA
- Apresentação sobre o plano de ação do Conselho Gestor

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas a todos e agradecendo mais uma vez a parceria do PEDI ao ceder o espaço para reunião do nosso Conselho, bem como a presença dos Sr. ***Bruno Rodrigues*** e da Sra. ***Cristina Petroni***, produtores orgânicos e agroflorestais da APA Aldeia-Beberibe que nos recepcionaram com uma feirinha com seus produtos. Em seguida entramos no primeiro ponto da pauta:
- a) Aprovação da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada pelos Conselheiros presentes sem alterações.
- b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes: ***Bruna Roberta Santos Maldonado***, como conselheira titular representando a Prefeitura Municipal do Paulista, ***Herbert Souza de Andrade***, como conselheiro suplente representando a Prefeitura Municipal do Paulista, ***Paula Christiane Cintra Mariano***, como conselheira suplente representando a Usina Petribú, e ***Aline Galdino Bacelar***, como conselheira suplente representando a Agência CONDEPE/FIDEM.
- d) Apresentação, discussão e deliberação sobre a proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN, por solicitação da Sra. ***Sandra Pires***, da Usina Petribú, o que foi acatado pela Plenária.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** lembrou que a proposta prevê o aumento do território protegido em quase 3 vezes (de 237 ha para 716 ha) na condição de conversão de categoria de Refúgio de Vida Silvestre (RVS) para Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). Naquela ocasião, os conselheiros propuseram algumas melhorias para que fosse aprovada, como adicionar as Áreas de Preservação Permanente (APPs) na proposta, que funcionaria como corredores ecológicos entre os fragmentos do Engenho Quizanga, sugestão que a representante da Usina Petribú se comprometeu a levar à apreciação da empresa, solicitando ainda uma reunião técnica posterior com a CPRH e o Fórum Socioambiental de Aldeia para discutir essas alterações. Na reunião técnica realizada no dia 07/02/2019, os representantes da Usina Petribú mencionaram, de forma muito transparente, as dificuldades internas na empresa para alterar a poligonal da área proposta, uma vez que alguns acionistas ainda eram resistentes à proposta atual, o que impossibilitaria a alteração da proposta sob risco de desistência por parte da empresa. Somaram a isso a insegurança jurídica relacionada à criação do RVS, que não seguiu os ditames legais para categorização, o que desencadeou ação judicial de anulação por parte da proprietária, o que também aconteceu com outros RVS. Além disso, ressaltaram que a sugestão de inclusão das APPs no território da RPPN poderia impossibilitar alguns usos excepcionais hoje permitidos pela legislação ambiental vigente, sobretudo pela Lei Federal no 12.651/2012, o que poderia inviabilizar projetos futuros da empresa para a área. A CPRH, por sua vez, se posicionou no sentido de que a aprovação da proposta no Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe é necessária ao prosseguimento do processo administrativo, porém não exime a interessada de apresentar a documentação e

estudos necessários para efetivação do pleito, que posteriormente será apreciada pelo CONSEMA. Tendo registrado o relato dos últimos acontecimentos, A representante da usina—----, a Sra. ***Sandra Pires***, que refez a apresentação sobre o Engenho Quizanga, destacando as ações da empresa para garantir a conservação dos remanescentes florestais nele existentes, a problemática envolvida com a criação do RVS e a equivalência de proteção entre RVS e RPPN de acordo com a legislação, apesar de serem de categorias diferentes, bem como os programas ambientais a serem desenvolvidos na Unidade a partir de uma gestão privada.

- O conselheiro ***Herbert***, pediu a palavra para algumas considerações. Inicialmente ressaltou a importância de os dados e as informações sobre o caso serem transparentes, para que o Conselho possa refletir e deliberar com base numa situação concreta, e que existem muitas convergências entre a proposta apresentada pela usina e o entendimento do Fórum enquanto entidade, destacando a forma cordial como a discussão tem sido realizada. Chamou a atenção para a imagem dos fragmentos florestais que constituem o Engenho Quizanga e os cursos d'água que ali existem, bem como para a tendência de urbanização do entorno, sobretudo nas áreas planas no entorno à Estrada de Aldeia, que tem sido dominado por empreendimentos imobiliários – condomínios residenciais, inclusive da própria Usina Petribú, lembrando que o mercado valoriza áreas com capital natural que agregam valor a esse tipo de negócio. Nesse sentido, expôs o receio de que as áreas degradadas que permeiam os remanescentes florestais de Quizanga sejam usados para este fim, acabando com qualquer potencial de conectividade funcional da área, o que seria possível com a conversão de categoria. Enquanto como RVS tal uso seria impedido pela legislação que não permite loteamentos urbanos em zonas de amortecimento de UCs de Proteção Integral, sendo essa a principal implicação da alteração de categoria proposta. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** fez um adendo de uma problemática adicional que temos na região de os loteamentos serem descaracterizados como condomínios residenciais, o que cria uma brecha para esse tipo de uso do solo que deveria ser evitado. Outro ponto esclarecido foi relacionado à zona de amortecimento, que na verdade não faz parte da UC, mas que tem o objetivo de minimizar os impactos ambientais de empreendimentos ou atividades ali existentes, sendo como uma faixa de desaceleração desses impactos. Continuando, o conselheiro ***Herbert*** afirmou que concorda com a ideia de que RPPNs devem ser incentivadas no território da APA, que de fato a usina protege a mata que lá existe hoje, mas que o que restou de remanescentes ali se deveu ao relevo da área, com altas declividades, o que provavelmente não aconteceria se a área fosse plana como o seu entorno. Comentou, ainda, que seria de grande importância que o projeto da usina previsse a conexão dos fragmentos florestais existentes em Quizanga para garantir a conservação das espécies, reforçando que o Fórum Socioambiental de Aldeia não é contrário à conversão, mas que entende que a proposta pode ser melhorada.
- A Sra. ***Sandra***, da Usina Petribú, reforça que o projeto da usina prevê a conectividade dos fragmentos propostos para compor a RPPN, no entanto a empresa entende que as implicações jurídicas de incluir as APPs no polígono da RPPN não são interessantes do ponto de vista empresarial, já que a empresa vislumbra a possibilidade de implantar nas áreas degradadas do Engenho Quizanga um empreendimento imobiliário de baixa densidade, o que ainda não está definido e, caso se concretize, será objeto de licenciamento ambiental na CPRH, que estabelecerá as diretrizes e restrições adequadas. Além disso, o Plano de Manejo da UC também será objeto de análise e apreciação tanto da CPRH quanto do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe. A conselheira ***Mônica***, da Usina São José, lembrou que existe a real possibilidade da criação do RVS ser anulada, já que existe ação judicial sobre o tema, e assim, corre-se o risco de toda a área ficar sem proteção legal se a conversão para RPPN não for

aprovada, diante do não atendimento ao procedimento legal para criação do RVS. Por outro lado, sendo aprovada a proposta, já está acordado que os autores das ações as cancelaram na justiça, resolvendo a questão na esfera administrativa/legislativa. Destacou, ainda, que a conversão é interessante para o poder público, já que as obrigações com gestão passam a ser do proprietário, o que ajuda a garantir a conservação da natureza através da gestão privada, já que se sabe que a realidade, não apenas em Pernambuco, mas no Brasil, é que as UCs são criadas e ficam apenas "no papel", uma vez que os governos não têm condições de geri-las. Além disso, lembrou que a recuperação das APPs estabelecida no âmbito do PRA/PE garantirá a conectividade entre os remanescentes florestais da propriedade, que tem característica rural apesar de estar situada em área urbana.

- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, voltou a se pronunciar lembrando que hoje toda a área do entorno do RVS Quizanga é cercada por cana-de-açúcar e que seu manejo causa impactos diretos à floresta, por meio do uso de fertilizantes, queima para colheita, entre outras atividades associadas à cultura, de modo que a proposta não representa a conversão do uso do entorno de uma situação boa para uma pior, mas de uma situação não ideal por outra não ideal, e já que não existem estudos sobre os impactos dos diferentes usos no entorno de fragmentos florestais, não é possível afirmar se o cultivo da cana-de-açúcar é mais ou menos impactante do que a ocupação urbana de baixa densidade, por exemplo. Nesse sentido, consolidando todas as sugestões postas.
- Assim, após exposição e discussão das preocupações e sugestões sobre a proposta, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** submeteu à deliberação da plenária do Conselho a aprovação sobre a conversão do RVS Quizanga em RPPN mediante as condições postas, o que foi aprovado por unanimidade. Finalizando esse item da pauta, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** salientou que consolidarei tal posicionamento em um documento do Conselho Gestor a ser apreciado pelos conselheiros, o qual deve ser acostado ao processo administrativo que trata do requerimento de conversão da Usina Petribú, lembrando que todo o procedimento estabelecido pela PGE deve ser respeitado até culminar na efetiva conversão de categoria da UC.
- c) Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA, iniciando pela publicação das cartilhas educativas, cujo Termo de Colaboração com a MAIS Consultoria Social já teve suas atividades concluídas, mas que ainda estamos buscando financiamento para possibilitar a sua efetiva distribuição nas escolas da APA. Na reunião anterior, a conselheira ***Luciane***, da FIEPE, vislumbrou a possibilidade de levantar indústrias associadas à federação que estejam localizadas na APA Aldeia-Beberibe e que possam ser parceiros nesse projeto. Na ocasião, a conselheira afirmou que levou essa demanda ao Conselho da FIEPE e que o Sindaçúcar se interessou em participar, se colocando à disposição para ajudar na divulgação das cartilhas. Além disso, o referido Conselho solicitou uma proposta mais concreta de financiamento e/ou parceria para que possa submeter aos associados que se encaixem no perfil que buscamos.
- A conselheira ***Luciane*** aproveitou para divulgar a FIEPE Ambiental, iniciativa da federação que promove eventos uma vez ao mês para tratar dessa temática, convidando os conselheiros a participar e convidando a gestão da APA Aldeia-Beberibe a fazer uma apresentação de modo a divulgar a UC aos empresários. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** colocou-se à disposição para participar, comentando que talvez seja mais interessante promovê-la após a construção do nosso projeto, que já pode ser divulgado neste momento. Em relação ao projeto de Formação em Educação Ambiental com foco em restauração florestal, que vem sendo desenvolvido pela Interligação Elétrica Garanhuns e CEPAN, informou que finalmente iniciamos na última segunda-feira, dia 18 de março, a instalação do viveiro florestal da APA

Aldeia-Beberibe previsto no projeto, única etapa pendente, que tem prazo de entrega para final de abril. Como informado na reunião anterior, após os imprevistos ocorridos com a Prefeitura de Camaragibe, optamos por instalar o viveiro no PEDI, estruturando a pequena sementeira que ali existia, transformando-a em viveiro florestal com as melhores tecnologias de produção. Passando ao ponto de pauta

- e) Apresentação sobre o plano de ação do Conselho Gestor,
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** lembrou que há algum tempo iniciamos a discussão desse documento, mas diante dos projetos em andamento que exigiram o acompanhamento da gestão da APA, não foi possível concluí-lo. Considerando que os projetos estão sendo finalizados e que em meados de setembro sairei de licença maternidade, entendendo ser pertinente a discussão desse ponto neste momento, de modo a estabelecer diretrizes para a gestão do território por parte dos conselheiros, no que for possível, durante o período em que eu estiver afastada. Estando a plenária de acordo com tal encaminhamento, apresentou a última versão do plano de ação discutido anteriormente, já com algumas contribuições de conselheiros.
- f) Informes gerais:
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou aos conselheiros que durante toda esta semana, de 18 a 22 de março, estamos desenvolvendo ações comemorativas ao aniversário da APA Aldeia-Beberibe, dia 17 de março, em conjunto com a Semana da Água. Muitas das ações somente foram possíveis devido ao comprometimento de diversos parceiros da gestão da APA, aos quais agradeço publicamente neste momento: Usina São José, Usina Petribú, PEDI, S.r. ***Bruno Rodrigues*** e a Sra. ***Cristina Petroni***, Trilha Eco Verdejante, Ultramega Hospitalar e Projeto Semear, bem como as Escolas Municipais de Camaragibe: 19 de Abril, Rita Neiva, São José e Ensina Lapenda, e as Escolas Municipais de Araçoiaba Dom Pedro II e Helena Cavalcanti de Petribú, além da equipe do CETAS Tangará, que deram suporte às soltura de animais nos RVS Quizanga e Mata da Usina São José.
- Nada mais havendo a tratar, às 12h00min ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** declarou encerrada a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe.
- Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata Vieira de Lima, Presidente do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes na reunião, conforme lista de presença em anexo.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- A conselheira ***Aline***, da Agência CONDEPE/FIDEM, questionou quais as diferenças práticas para a conservação das APPs sendo postas como RPPN ou não, uma vez que ambas têm proteção legal. A Sra. ***Sandra*** respondeu que existem efeitos jurídicos distintos para APPs e RPPN, já que a legislação ambiental vigente prevê a proteção integral da APP, mas também garante usos excepcionais dessas áreas mediante regularização e/ou licenciamento ambiental, enquanto para RPPNs as possibilidades são muito mais restritas, além de possuir caráter perpétuo, já que a UC é averbada à margem da escritura do imóvel. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** deu um exemplo prático da diferença dos efeitos jurídicos para a conservação das APPs: tais áreas devem estar conservadas e, se não estiverem, devem ser recompostas dentro do que estabelece o Programa de Regularização Ambiental do Estado de Pernambuco – PRA/PE, já vigente, aguardando apenas a análise dos registros no Cadastro Ambiental Rural - CAR. No entanto, a própria Lei Federal no 12651/2012, que estabelece o regime de proteção das APPs, indica uma série de possibilidades de intervenções de utilidade pública, interesse social, baixo ou eventual impacto ambiental aceitas mediante licenciamento e compensação ambiental, como por exemplo, construção de travessias e pontes dentro de propriedades. Por

outro lado, nas RPPNs somente são possíveis intervenções relacionadas à pesquisa, educação ambiental e turismo ecológico, o que pode inviabilizar projetos futuros para a área, ainda que já se encontrem degradadas, inclusive estradas vicinais já estabelecidas. Além disso, como se trata de uma RPPN onde a demanda para conservação parte do proprietário, não podemos impor a ele a obrigação de aumentar as áreas inicialmente propostas por ele para conservação, restando a possibilidade de sugerir e adequar alguma situação em específico, que é o que estamos tentando fazer nesse momento.

- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, questionou se o futuro plano de manejo da RPPN seria apreciado pela CPRH e pelo Conselho Gestor, considerando que a UC teria gestão privada. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que a aprovação dos planos de manejo de UCs estaduais é de competência da CPRH, independente da gestão ser pública ou privada, e que nesse caso, no meu entendimento caberia também a apreciação do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe, já que se refere a um território protegido com muitas restrições dentro do zoneamento da APA, independentemente de sua categoria. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou inclusive que provavelmente qualquer equipamento de turismo ecológico, educação ambiental e pesquisa científica devem estar localizados fora da poligonal da RPPN, já que ela se caracterizaria exclusivamente por fragmentos florestais de Mata Atlântica em estágio médio a avançado de regeneração, onde a supressão não seria permitida.
- O conselheiro ***Anselmo***, do IFPE, questionou, por sua vez, se o Conselho Gestor da APA tem que deliberar sobre essa proposta de conversão ou se o empreendedor poderia dar prosseguimento ao processo administrativo independentemente da deliberação do Conselho. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que, em teoria, não existe obrigação da aprovação por nosso Conselho, mas que tal deliberação reforça a proposta quando da discussão futura no CONSEMA, já que demonstra o interesse do proprietário em dar conhecimento e discutir com a sociedade envolvida a proposta. O conselheiro ***Anselmo*** então comentou que existem duas posições que podem ser tomadas, considerando o cenário ideal ou o cenário real, e que diante da situação exposta e de tudo o que foi discutido, por mais que a decisão vá de encontro aos ideais dos conselheiros, é difícil se posicionar contra a proposta, mas que ainda se preocupa em relação aos usos da área no entorno, que deixaria de ser zona de amortecimento diante da nova categoria. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** lembrou, então, que ainda que a área deixe de ser zona de amortecimento, ela continua como território da APA Aldeia-Beberibe, mantendo-se as restrições de uso e ocupação definidas no seu zoneamento e plano de manejo.

SOLICITAÇÕES

- Não houve.

DEMANDAS

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** sugeriu que como encaminhamento que a aprovação da conversão do RVS Quizanga em RPPN proposta pela Usina Petribú seja condicionada à assinatura do Termo de Compromisso do PRA/PE para regularização ambiental do Engenho Quizanga, além de que seja firmado o compromisso de submeter à apreciação do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe o futuro Plano de Manejo da RPPN Quizanga durante o processo de análise e aprovação da CPRH, o que foi aceito pelos conselheiros presentes.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** sugeriu que pensemos em um projeto simples para submeter a FIEPE visando acessar esses parceiros e recursos, de modo que possa iniciar a proposta e submeter à contribuição dos conselheiros.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** sugeriu então que todos pudessem se debruçar sobre o documento e revisar as contribuições realizadas, de modo que possamos discutir com mais

tempo em uma reunião extraordinária com pauta única. Diante da decisão da plenária, agendamos reunião extraordinária para o dia 02 de maio de 2019, se comprometeu a enviar todo o material base aos conselheiros até o dia 27 de março para avaliação e envio de contribuições até o dia 26 de abril, quando compilara os dados para apresentação e discussão no dia 02 de maio. Aproveitando, definimos o calendário de reuniões ordinárias para este ano: 12 de junho, 04 de setembro e 04 de dezembro, em locais a definir.

- **ATA 2**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE MAIO DE 2019 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Sala de reuniões da Diretoria-Presidência da CPRH	
DATA	
02 / 05 / 2019	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes; c) Discussão do plano de ação do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe; e d) Informes gerais.	
OBS.: Não há Lista de Presença anexa, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas neste resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Não tem os nomes dos representantes	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro – Centro de Instrução Marechal Newton Cavalcanti – CIMNC
Ana Carolina	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Sindicato das Indústrias do Açúcar e do Álcool – SINDAÇÚCAR
Ricardo	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Severino	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Silvana	Agência CONDEPE/FIDEM
Não tem os nomes dos representantes	Usina Petribú
Não tem os nomes dos representantes	Servidores do SEMA
Não tem os nomes dos representantes	Servidores do CPRH
ATIVIDADES REALIZADAS	

- Aprovação da ata da reunião anterior
- Discussão do plano de ação do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe
- Discussão do plano de ação do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Iniciou a sessão dando boas-vindas e agradecendo pela presença de todos. Em seguida entramos no primeiro ponto da pauta:
- a) Aprovação da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada pelos Conselheiros presentes sem alterações. Diante da deliberação da reunião anterior de se consolidar documento com os termos da aprovação da conversão do RVS Quizanga em RPPN, proposta pela proprietária – Usina Petribú, foi lida a minuta de correspondência a ser enviada à usina, a qual foi aprovada pelos presentes.
- b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes, mas identificando a ausência de membros aptos a tomar posse, iniciou-se a discussão do ponto de pauta seguinte:
- c) Discussão do plano de ação do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe. Nesse sentido, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou apresentando o documento base objeto para discussão na presente reunião, o qual reúne as atividades elencadas como prioritárias pelos conselheiros dentro dos programas do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe, bem como aquelas que já foram ou estão sendo atendidas pela gestão da UC. A conselheira ***Silvana***, da Agência CONDEPE/FIDEM, comentou que sentiu falta de atividades voltadas ao planejamento do território, como a revisão da Lei Estadual no 9860/1986, que estabelece as áreas de proteção de mananciais da RMR, uma vez que no Programa de Gestão Participativa e Fortalecimento da Gestão – Subprograma Organização e Fortalecimento da Gestão, somente são listadas ações operacionais, uma vez que estas devem ser antecedidas pelo planejamento para que seja possível a gestão efetiva do território. O conselheiro ***Herbert*** comentou sobre o Programa de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais, afirmando que diante dos investimentos já realizados pelo Poder Público em estudos e levantamentos que abrangem esse programa, está mais do que na hora de começar a se investir na implementação dessas atividades, com ações programadas de reflorestamento, buscando evitar que tais estudos fiquem apenas em gavetas, como já estão. Lembrou que além desses estudos, temos outros instrumentos que possibilitam a execução dessas atividades, como o Cadastro Ambiental Rural – CAR, que tem a missão de identificar passivos ambientais em Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e de Uso Restrito, visando à adequação ambiental das propriedades. Além disso, ressaltou que temos neste Conselho entidades de ensino e pesquisa que possuem expertise em restauração florestal, como o CEPAN, e que tais conhecimentos e instrumentos devem ser articulados para atingirmos os objetivos de criação da APA Aldeia-Beberibe, mas que para isso temos que trabalhar efetivamente para implementação dessas ações, definindo prazos e metas, baseados nos estudos realizados com alto investimento do Estado, para estabelecer planos de trabalho. A conselheira ***Ana Carolina*** destacou os projetos da ANE e da Prefeitura do Recife que têm realizado excelentes produtos e atividades de educação ambiental, de modo que seria importante estreitar esses laços para convergir as ações. Informou ainda que o levantamento de imagens aéreas por meio de drones que está sendo realizado no âmbito dos estudos para categorização das UCN municipais do Recife pode ser de grande valia para a implementação de projetos de recomposição de vegetação nativa. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** ressaltou que, considerando o fato das UCN Dois Irmãos e Beberibe estarem localizados integralmente dentro da APA Aldeia-Beberibe, a participação deste Conselho nas discussões futuras será primordial, sobretudo considerando

que esses territórios estão em Área de Proteção de Mananciais, o que demanda esforço para entendimentos mais claros e objetivos do que é possível no que diz respeito ao uso e ocupação do solo. Informou ainda que estou em contato direto e constante com a equipe que está conduzindo o processo, de modo a garantir a consulta a este Conselho no processo.

A conselheira ***Silvana***, da CONDEPE/FIDEM, comentou que seria interessante que a cartilha desenvolvida para a APA Aldeia-Beberibe também esteja disponível no portal e que busquemos uma forma de trabalhá-la nas comunidades escolares da APA, mas não simplesmente entregando exemplares, mas trabalhando os conteúdos com os professores e em sala de aula.

- d) Informes gerais, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que estamos conseguindo viabilizar conversões de multas simples para o projeto RestaurAção APA Aldeia-Beberibe, mais especificamente para finalização do viveiro florestal no PEDI, e que trabalharemos para mantê-lo também com essa fonte de recurso. Também estamos vislumbrando a possibilidade de buscar recursos de compensação ambiental para realizar campanha de mobilização voltada aos proprietários que possuam áreas com passivos ambientais que queiram aderir ao projeto, seja disponibilizando áreas para restauração, seja executando-a diretamente com auxílio de insumos cedidos pelo projeto. O conselheiro ***Severino***, do CEPAN, comentou que precisamos gerar demanda para o viveiro para que ele se sustente, e que a melhor forma de gerar demanda é buscando os proprietários rurais que precisam se adequar, pois muitas vezes o mais difícil para restauração é conseguir áreas disponíveis. Geralmente boas mobilizações que levem ao esclarecimento de dúvidas sobre a regularização ambiental e suas vantagens já são suficientes para garantir a disponibilização de áreas, mas que temos que atuar estrategicamente para atingir diferentes públicos, uma vez que é mais fácil conversar com o setor sucroalcooleiro, que já sabem da necessidade da regularização ambiental diante do CAR/PRA, do que com pequenos proprietários que muitas vezes não estão familiarizados com esses programas e projetos.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- O conselheiro ***Ricardo***, da AFCP, questionou como está o andamento do CAR no âmbito da CPRH e se o PRA depende da análise do CAR. Respondi que a situação atual é que já recebemos o módulo de análise do CAR do Ministério do Meio Ambiente, porém estamos dependendo da normatização interna dos procedimentos para iniciar as análises em escala, inclusive a definição da forma de priorização das análises, bem como confirmei que a análise do PRA somente poderá ser realizada após a aprovação do CAR de cada propriedade.
- Ana Carolina, da UFRPE, questionou se os produtos dos projetos dos corredores ecológicos já estavam disponíveis no site da CPRH, mas respondi que ainda não estão, embora já tenha solicitado a inclusão de tais documentos no portal, me comprometendo a reforçar a solicitação.
- O conselheiro ***Ricardo***, da AFCP, questionou se esse viveiro poderá subsidiar ações do PRA, ao qual ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que sim, prioritariamente no território da APA Aldeia-Beberibe.
- A conselheira ***Silvana***, da CONDEPE/FIDEM, questionou como anda o processo de elaboração da marca institucional da APA Aldeia-Beberibe, a qual ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que ainda não conseguimos viabilizar o início das atividades junto à CELPE, que é a empresa responsável pelo projeto junto à CPRH, relacionado a compensação ambiental por interferência em UCs, mas que estou buscando agilizar isso junto ao nosso gerente ***Gleydson Galeno***.

SOLICITAÇÕES
❖ O conselheiro *Herbert* **solicitou então que tais esforços fossem reforçados para evitar que os planos de manejo dessas Unidades sejam incoerentes com o que dispõe os planos do PEDI e da APA Aldeia-Beberibe**. A conselheira Ana Carolina, da UFRPE, comentou que entende ser importante a conexão entre os estudos realizados nas diferentes UCs de Proteção Integral que fazem parte da APA, pois muitas vezes os estudos deixam de considerar a sua existência. Além disso, disse que precisam ser discutidas a forma de autorização das pesquisas nas UCs, pois muitas vezes os pesquisadores deixam de pedir autorização à CPRH por desconhecimento ou por acharem que o processo é burocrático, de modo que as informações precisam ser disseminadas com o meio acadêmico para que tenhamos uma real dimensão das pesquisas que estão sendo realizadas em nossas UCs. ❖ O conselheiro *Herbert*, do FSaA, sugeriu que fossem criados Grupos de Trabalho com os diversos componentes do Conselho Gestor, cada um atuando nas áreas que mais se identifica e/ou tem interesse, para que desses grupos saiam as ações prioritárias para avaliação da Plenária, não se atendo apenas às atividades, programas e subprogramas do Plano de Manejo.
DEMANDAS
❖ O conselheiro ***Herbert*** sugeriu que os CAR de propriedades que estejam em Unidades de Conservação que tenham gestão e Conselho Gestor ativo sejam priorizadas para as análises, e solicitou informações sobre as propriedades cadastradas na APA Aldeia- Beberibe, pois tais dados podem subsidiar articulações para facilitar a recomposição de áreas dentro dos corredores ecológicos, por exemplo. Nesse sentido, sugeriu que um dos GTs a serem criados no Conselho seja voltado para restauração florestal, envolvendo a CPRH, o CEPAN, as usinas e outros que sejam envolvidos nessa temática para discutir ações estratégicas para regularização ambiental das propriedades. O conselheiro ***Herbert*** apresentou como segunda sugestão a apresentação da proposta de gestão executiva da APA Aldeia-Beberibe elaborada pelo Fórum Socioambiental de Aldeia por meio de um órgão executivo vinculado ao conselho, lembrando que essa possibilidade é prevista na legislação, considerando que o Conselho Gestor é uma instância consultiva, mas não deliberativa ou executiva. Lembrou que a proposta já havia sido apresentada ao então Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade Sérgio Xavier em 2015, que gostou da ideia, mas que o espírito corporativista da equipe da CPRH na ocasião impossibilitou encaminhamentos nesse sentido porque não entendeu o teor da proposta. A ideia foi então descartada, mas não foram implementadas outras ações para melhorar a gestão por parte da CPRH, o que pode ser constatado no fato de a gestão da APA Aldeia-Beberibe se resumir a uma analista sem qualquer estrutura física para auxiliar a gestão. Como à época o Conselho ainda estava desarticulado, a proposta não chegou a ser discutida nesta plenária, de modo que propôs a apresentação na próxima reunião ordinária, se colocando à disposição par realizar a explanação. Por fim, ressaltou que na área de comunicação podemos utilizar os materiais elaborados pela MAIS Consultoria Social para a APA Aldeia-Beberibe, bem como outros materiais produzidos por entidades vinculadas ao Conselho e que tratem de temáticas ambientais, levando discussão e vivências desses temas para as escolas que fazem parte da UC. ❖ A conselheira ***Aline***, da CONDEPE/FIDEM, sugeriu que fosse criada uma página no portal da CPRH para a APA Aldeia-Beberibe, onde seriam disponibilizados os materiais informações relacionados à UC. Reunindo os encaminhamentos propostos.

❖ ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** sugeriu o estabelecimento de 3 Grupos de Trabalho no âmbito do Conselho: (1) GT Restauração, buscando implantar ações relacionadas ao projeto dos corredores ecológicos e o de formação em educação ambiental, traçando estratégias para operação do viveiro florestal que está em fase final de implantação no PEDI; (2) GT Comunicação, Pesquisa e Educação Ambiental, para reunir informações sobre as pesquisas realizadas na APA Aldeia-Beberibe, bem como vislumbrar estratégias para educação ambiental nas escolas em seu território levando o conteúdo da cartilha da APA Aldeia-Beberibe; e (3) GT Proteção de Mananciais, no sentido de continuar discutindo formas de garantir a proteção das áreas indicadas pela Lei Estadual no 9860/1986, assim como propor a alteração da lei de modo a deixá-la mais clara e sem as brechas hoje existentes. Sendo tal encaminhamento aprovado, definiu-se a composição dos GTs da seguinte forma: Restauração – CPRH, CEPAN, Fórum Socioambiental de Aldeia, Usina São José e Usina Petribú; Comunicação, Pesquisa e Educação Ambiental – CPRH, IFPE, UFRPE, SEMAS e FIEPE (com a participação eventual de CIMNC, PEDI e ESEC Caetés); e Proteção de Mananciais – CPRH, SEMAS, CONDEPE/FIDEM, Fórum Socioambiental de Aldeia, ANE, Usina São José e Usina Petribú. Os coordenadores e relatores serão definidos no âmbito de cada GT, assim como o calendário de reuniões. O encaminhamento foi então aprovado pela Plenária, devendo os resultados de cada grupo serem apresentados nas reuniões ordinárias do Conselho.

➢ **ATA 3**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE JUNHO DE 2019 DO CONSELHO GESTOR ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Auditório do Parque Estadual Dois Irmãos – PEDI	
DATA	
12 / 06 / 2019	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes c) Apresentação dos resultados parciais do Grupo de Trabalho que trata sobre a Lei de Proteção de Mananciais d) Discussão de encaminhamentos sobre o plano de ação do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe e) Apresentação de proposta de gestão executiva da APA Aldeia- Beberibe pelo Fórum Socioambiental de Aldeia f) Informes gerais	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Não tem os nomes dos representantes	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)

Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro – Centro de Instrução Marechal Newton Cavalcanti – CIMNC
Eduardo	Prefeitura da Cidade do Recife
Luciene	Federação das Indústrias de Pernambuco – FIEPE,
Ricardo Augusto Pessoa Braga	Fórum Socioambiental de Aldeia e Associação Águas do Nordeste – ANE
Não tem os nomes dos representantes	Sindicato das Indústrias do Açúcar e do Álcool – SINDAÇÚCAR
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Não tem os nomes dos representantes	Representantes do Projeto Patinhas
Não tem os nomes dos representantes	Agência CONDEPE/FIDEM
Herbert Tejo	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Não tem os nomes dos representantes	Usina Petribú
Mônica	Usina São José
Não tem os nomes dos representantes	Servidores do SEMA
Janaína Teixeira	Servidores do CPRH

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata da reunião anterior
- Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes
- Apresentação de proposta de gestão executiva da APA Aldeia-Beberibe pelo Fórum Socioambiental de Aldeia
- A Plenária deliberou pela aprovação da apresentação da proposta de gestão executiva da APA Aldeia-Beberibe aos gestores da SEMAS e da CPRH

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, Cinthia Renata Vieira de Lima iniciou a sessão dando boas-vindas e agradecendo pela presença de todos e pelo apoio da gestão do PEDI mais uma vez cedendo o espaço para nossa reunião. Em seguida entramos no primeiro ponto da pauta:
- a) Aprovação da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada pelos Conselheiros presentes sem alterações.
- b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes, dando a posse ao conselheiro titular ***Ricardo Augusto Pessoa Braga*** representando a Associação Águas do Nordeste - ANE. Diante de problemas na apresentação do ponto de pauta seguinte, com a concordância dos presentes, adiantamos o ponto
- e) Apresentação de proposta de gestão executiva da APA Aldeia-Beberibe pelo Fórum Socioambiental de Aldeia; onde o conselheiro ***Herbert Tejo***, presidente do Fórum Socioambiental de Aldeia, apresentou a proposta de modelo de gerenciamento executivo da APA Aldeia-Beberibe, que começou a ser discutido no âmbito daquele fórum ainda no ano de 2010 e chegou a ser apresentada aos secretários de meio ambiente ***Sérgio Xavier*** e ***Carlos André*** buscando apoio para sua implementação, ao entender que o poder público não tem condições de atuar diretamente na gestão de todas as UCs do Estado. O princípio seria utilizar dispositivo legal já existente para viabilizar um contrato de gestão com uma organização social onde o Estado prover os recursos para as atividades iniciais de estruturação e

organização (aproximadamente 3 anos) e a contratada buscaria formas de sustentabilidade financeira para manter a gestão executiva ao longo dos anos sem depender de recursos do Estado. Lembrou que, embora este Conselho Gestor possa atuar na gestão, pensando em estratégias e projetos para cumprir os objetivos da APA, as questões executivas acabam ficando apenas nos planos já que não existe uma equipe para colocá-las em prática. Comentou ainda que o viveiro florestal que conseguimos construir é um dos desafios que temos para gerenciar nesse sentido, uma vez que será necessário acompanhar de perto a produção e a destinação das mudas para efetiva recuperação de áreas degradadas dentro da APA. Finalizando a apresentação, o conselheiro ***Herbert*** colocou a proposta à apreciação dos demais conselheiros para contribuições. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** aproveitou a oportunidade para apresentar a Sra. ***Janaína Teixeira***, Diretora de Recursos Florestais e Biodiversidade da CPRH, presente na reunião. O conselheiro ***Ricardo***, da ANE, parabenizou o conselheiro ***Herbert*** pela proposta e pela atuação do Fórum Socioambiental de Aldeia, e fez algumas reflexões acerca do que foi apresentado. Comentou que a APA Aldeia- Beberibe tem uma característica peculiar que é ter território em 8 municípios, o que exige que o Governo do Estado atue na articulação e na integração dos municípios para efetivar as ações estratégicas que esse território exige. Fez ainda um paralelo com os Comitês de Bacias Hidrográficas, onde é possível existir agências para executar as ações definidas pelos comitês, e onde está acontecendo alguma coisa é justamente onde as agências estão atuando, de modo que entende ser uma boa estratégia para implementação dos projetos na APA Aldeia-Beberibe. Criticou o corporativismo dos servidores da CPRH no sentido de serem contrários a descentralização da gestão das UCs por meio da contratação de organizações sociais e o uso dos recursos de compensação ambiental, que são geralmente aplicados em pequenos projetos, deixando de fora o investimento em projetos maiores e desafiadores, como o proposto pelo Fórum Socioambiental de Aldeia.

- A conselheira ***Mônica***, da Usina São José, se pronunciou concordando com a proposta, mas salientou que é necessário pensar numa alternativa de viabilizar financeiramente o projeto antes de conversar com os gestores públicos, já que o recurso de compensação ambiental tem restrições para aplicação em UCs de Uso Sustentável. Comentou sobre a necessidade de alterações legislativas para possibilitar a ampliar a utilização de recursos de conversão de multas, por exemplo, que muitas vezes poderiam financiar importantes projetos nas UCs, o que seria algo relativamente simples, mas que não é providenciado pela CPRH. Outra alternativa é contactar os empreendimentos instalados na APA e beneficiados pelos recursos naturais providos pela UC, para financiar coletivamente ações para conservação desses recursos, o que já vem sendo feito com sucesso em outros Estados. Expôs ainda o receio de como ficará a gestão da APA nos meses de minha licença maternidade, reconhecendo que o trabalho desenvolvido durante a minha gestão à frente da UC foi pautado em dedicação e comprometimento profissional, mas também pessoal, já que não é fácil gerir um território tão complexo praticamente sozinha. Quanto ao uso de recursos de compensação ambiental, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** esclareceu que de fato o uso é muito restrito em UCs de Uso Sustentável sem que tenha influência direta de algum empreendimento de significativo impacto sujeito à EIA/RIMA, mas que por outro lado existem recursos não vinculados a UCs de Proteção Integral que, mediante justificativa técnica, podem ser utilizados nesses territórios, mas que, em geral, dependem de decisão política. Já em relação à conversão de multas, o recurso é mais acessível, mas pode ser ampliado mediante alteração na legislação, já que hoje somente podem ser convertidas multas se o pedido for feito no ato da defesa. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** adiantou aos conselheiros, ainda, um dos informes gerais,

que é a indicação de uma servidora da CPRH que assumirá a gestão da APA Aldeia Beberibe durante minha licença maternidade, mas que infelizmente na data de hoje ela não pode comparecer pois já tinha viagem à trabalho agendado. A conselheira ***Luciene***, do FIEPE, comentou que já levou ao Comitê de Meio Ambiente da FIEPE a necessidade de levantar as indústrias instaladas na APA Aldeia-Beberibe para buscar formas de parceria, que a diretoria solicitou apenas que o Conselho Gestor formalizasse o pedido para que fosse atendido.

- O SINDAÇÚCAR já se pronunciou também no interesse em formar parceria para ações de educação ambiental na APA Aldeia-Beberibe. Na oportunidade da chegada à reunião da Prof. Dra. ***Claudia***, do ITCBio – Instituto Tecnológico de Cadeia Biossustentáveis, apresentei-a à Plenária e, considerando o projeto executivo do instituto na APA Aldeia-Beberibe que vem sendo discutido junto à SEMAS e sua convergência com pauta que está sendo discutida, Cinthia ***Renata Vieira de Lima*** cedeu a palavra a ela para que explicasse melhor o que é instituto, seus objetivos e o projeto proposto. Na ocasião, ela esclareceu que o ITCBio um instituto de pesquisa que recentemente se tornou organização social do Governo de Pernambuco que busca atender demandas da sociedade utilizando recursos produzido pelas universidades e que propôs projeto à SEMAS para o desenvolvimento de várias ações na APA Aldeia-Beberibe voltadas à implementação de seu plano de manejo, melhorando a qualidade dos recursos naturais e da vida da população residente.
- O conselheiro ***Herbert*** concordou que devemos ter cautela, mas não deixar de discutir essas necessidades justamente no âmbito do Conselho, que é o fórum onde esse tipo de discussão deve ocorrer, por isso a garantia a presença de todos os entes da sociedade. A conselheira ***Mônica*** lembrou que no ano de 2020 será de eleições municipais, o que pode dificultar ainda mais algumas deliberações.
- Após toda a discussão, a Plenária deliberou pela aprovação da apresentação da proposta de gestão executiva da APA Aldeia-Beberibe aos gestores da SEMAS e da CPRH como proposta do Conselho Gestor, após sua revisão e atualização pelos conselheiros ***Herbert***, do Fórum Socioambiental de Aldeia, e ***Ricardo***, da ANE, até o final do mês de julho.
- c) Apresentação dos resultados parciais do Grupo de Trabalho que trata sobre a Lei de Proteção de Mananciais, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** seguiu com a apresentação do resumo das informações trabalhadas no âmbito do GT, salientando que a CPRH ficou com o levantamento das áreas de M1 e a Agência CONDEPE/FIDEM, com as áreas de M3, lembrando que as áreas que sobram são de categoria M2. A partir dessas definições e o rebatimento delas em arquivos vetoriais, construímos uma base de dados para consulta nos processos de licenciamento ambiental e consultas de interferências e parcelamentos. Embora ainda tenhamos algumas incógnitas em relação a algumas nascentes e pequenos cursos d'água intermitentes ou efêmeros, por ser necessária verificação em campo ou ainda por influência do uso do solo do entorno que pode ter promovido a diminuição ou até mesmo a extinção da vazão de afloramentos naturais, de modo geral não temos muitas perdas de áreas de categoria M1, pois existem várias sobreposições de áreas de proteção de cursos d'água com áreas de proteção do relevo, considerando os talvegues que caracterizam grande parte da área protegida pela Lei de Proteção de Mananciais na APA Aldeia-Beberibe. Finalizando a apresentação, comentou que ainda está pendente na CPRH o documento que elaborou e encaminhou à diretoria da Agência para nivelar os entendimentos em relação à aplicação da lei, garantindo a proteção dessa área de interesse especial do Estado de Pernambuco. Em seguida, passou a palavra à conselheira ***Aline***, da Agência CONDEPE/FIDEM, que explicou sobre a metodologia para identificação das áreas de categoria M3. Ressaltou a mudança no padrão de ocupação do território desde a década de 80 (loteamentos e parcelamentos) até o

presente momento (condomínios), bem como a alteração da legislação, sobretudo as municipais, que possibilitam um aumento significativo da impermeabilização dessa área, o que impacta diretamente o potencial de absorção de água dos mananciais da região. O conselheiro ***Eduardo*** comentou novamente sobre a problemática envolvida com a lei de proteção de mananciais, uma vez que a maior parte dos municípios não segue as diretrizes nele estabelecidas por entender que ela perpassa as competências para regulação de uso do solo que são dos municípios. A conselheira ***Aline*** respondeu dizendo que é exatamente por isso que precisamos analisar e discutir com base em números e dados concretos quais são os impactos da não observação dessa lei, já que eles ultrapassam os limites municipais e podem atingir toda a RMR. A conselheira ***Mônica*** salientou a necessidade do jurídico da CPRH participar das discussões sobre a Lei de Proteção de Mananciais de modo a buscar uma solução, e ainda trazer os entes municipais para a discussão demonstrando a realidade de cada um. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que no caso de Recife, estamos em uma oportunidade de discutir essa questão no âmbito da categorização e construção dos planos de manejo das UCNs municipais Beberibe e Dois irmãos, já que eles devem entrar no mérito de restrições ao uso do solo nesses territórios.

- d) Discussão de encaminhamentos sobre o plano de ação do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe. De forma geral, várias questões relativas a esse ponto já foram comentadas e discutidas nos demais pontos de pauta, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** recapitulou as definições da reunião anterior, na qual deliberamos pelo estabelecimento de 3 Grupos de Trabalho no âmbito do Conselho: (1) GT Restauração, buscando implantar ações relacionadas ao projeto dos corredores ecológicos e o de formação em educação ambiental, traçando estratégias para operação do viveiro florestal inaugurado no último dia 07 de junho no PEDI, sendo formado por CPRH, CEPAN, Fórum Socioambiental de Aldeia, Usina São José e Usina Petribú; (2) GT Comunicação, Pesquisa e Educação Ambiental, para reunir informações sobre as pesquisas realizadas na APA Aldeia-Beberibe, bem como vislumbrar estratégias para educação ambiental nas escolas em seu território levando o conteúdo da cartilha da APA Aldeia-Beberibe, formado por CPRH, IFPE, UFRPE, SEMAS e FIEPE (com a participação eventual de CIMNC, PEDI e ESEC Caetés); e (3) GT Proteção de Mananciais, no sentido de continuar discutindo formas de garantir a proteção das áreas indicadas pela Lei Estadual no 9860/1986, assim como propor a alteração da lei de modo a deixá-la mais clara e sem as brechas existentes. Os coordenadores e relatores seriam definidos no âmbito de cada GT, assim como o calendário de reuniões. No entanto, diante da incompatibilidade de agendas, não conseguimos agendar as reuniões específicas dos GTs, com exceção do GT Proteção de Mananciais, que trouxe os resultados parciais das discussões e trabalhos nele desenvolvidos para apresentação na presente reunião. Salientou a necessidade de nos esforçarmos para termos algo de concreto para discutir na próxima reunião ordinária, tendo em vista que deverá ser a última antes do afastamento por licença maternidade, e que seria interessante que o Conselho já tivesse diretrizes para trabalhar com a pessoa que a substituirá durante os meses seguintes.
- d) Informes gerais, informei ao conselheiro Herbert que ainda não
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** conseguiu compilar os dados do CAR para a APA Aldeia-Beberibe, de modo que se compromete a apresentá-los posteriormente. Informou também que tem reunião agendada com a equipe da SEMAS e SMAS/Recife para tratar da categorização e dos planos de manejo das UCNS municipais de modo a garantir a compatibilização entre os objetivos das UCs estaduais e as definições de seus respectivos planos de manejo. Ainda nos informes, comentou sobre a solicitação da conselheira ***Luciane*** sobre a reedição da

campanha "São João Ambiental" para conscientização da população acerca das tradições juninas e seu impacto sobre o meio ambiente, a qual já está sendo providenciada junto a SEMAS. Tivemos ainda, no último dia 05 de junho, em evento comemorativo ao Dia do Meio Ambiente, a assinatura do decreto de criação do Corredor Ecológico da APA Aldeia-Beberibe por parte do Governador do Estado Paulo Câmara, um marco para a gestão da UC, resultado de projeto amplamente participativo e importante para garantir o futuro da biodiversidade dessa importante UC. O decreto também estabelece a APA como território prioritário para projetos de Pagamento por Serviços Ambientais e Compensação de Reserva Legal no Bioma Mata Atlântica, políticas de incentivo ao mercado verde. Além disso, tivemos a inauguração do viveiro florestal da APA Aldeia-Beberibe bem como a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre CPRH e PEDI para gestão compartilhada do equipamento, no dia 7 de junho. A ideia a partir de agora é estimular os proprietários a cederem áreas para restauração ou realizar a regularização ambiental de seus imóveis com apoio do Estado. A conselheira ***Luciane***, da FIEPE, parabenizou o Fórum Socioambiental de Aldeia pela conquista em relação ao Parque Municipal de Aldeia, o que foi reforçado pela Plenária.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- Não houve.

SOLICITAÇÕES

- Não houve.

DEMANDAS

- ***Herbert*** sugeriu a realização de uma reunião entre representantes do Conselho Gestor da APA Aldeia- Beberibe com o Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade Antônio Bertotti, o Diretor-Presidente da CPRH, ***Djalma Paes*** e a Diretora ***Janaína Teixeira*** para apresentação de uma versão atualizada e resumida da proposta apresentada pelo Fórum Socioambiental de Aldeia, colocando-se à disposição para participar da elaboração do documento.
- O conselheiro ***Eduardo***, da Prefeitura do Recife, sugeriu que tenhamos cautela nas discussões sobre a gestão executiva, de modo a não ir de encontro às competências municipais, pois pode não ser de interesse dos municípios alguma restrição de atuação que parta da APA, já que os municípios podem inclusive licenciar nessas UCs.
- A Diretora ***Janaína*** se comprometeu em agendar uma reunião com o presidente da CPRH para discutir a proposição da alteração legislativa para possibilitar a ampliação das conversões de multa e uma reunião com os gestores, inclusive com o secretário Bertotti, para apresentação da proposta do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe.
- Ficou definido como encaminhamento a continuidade dos trabalhos do GT de Proteção de Mananciais e o reenvio do material elaborado para subsidiar o nivelamento sobre o entendimento da aplicação da lei à diretoria da CPRH, bem como o envio das apresentações e documentos ao grupo de e-mails do Conselho.
- ***Luciane*** sugeriu que a próxima reunião ordinária do Conselho Gestor seja antecipada para a segunda quinzena de agosto, de modo que a servidora que assumirá a gestão da APA durante minha licença maternidade seja devidamente apresentada e a transição seja feita de maneira mais tranquila, o que foi acatado pela Plenária, restando a definição da data posteriormente.

- **ATA 4**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2019 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Auditório do Parque Estadual Dois Irmãos – PEDI	
DATA	
04 / 12 / 2019	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Discussão sobre o RAS da Termoelétrica Pau Ferro II; c) Discussão e deliberação sobre a proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN - Ofício Petribú Empreendimentos Imobiliários LTDA; d)Apresentação e deliberação do calendário das reuniões do Conselho Gestor para o próximo ano; e e) Informes gerais.	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Anna Paula Alves Maia	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Não tem os nomes dos representantes	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Fabiane	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste – CEPAN
Ricardo Augusto Pessoa Braga	Fórum Socioambiental de Aldeia e Associação Águas do Nordeste – ANE
Não tem os nomes dos representantes	Sindicato das Indústrias do Açúcar e do Álcool – SINDAÇÚCAR
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Agência CONDEPE/FIDEM
Herbert Tejo	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Não tem os nomes dos representantes	Usina Petribú
Mônica	Usina São José
Não tem os nomes dos representantes	Servidores do SEMAS– PEDI
Não tem os nomes dos representantes	Servidores do CPRH
ATIVIDADES REALIZADAS	
❖ Aprovação da ata da reunião anterior ❖ Discussão sobre o RAS da Termelétrica Pau Ferro II ❖ Discussão sobre a proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN – Ofício Petribú Empreendimentos Imobiliários LTDA	

- Sobre a votação dos conselheiros ficou decidido pela desvinculação da assinatura do referido Termo, porém que essa assinatura seja realizada em momento oportuno e onde se ler a palavra "apreciação", leia-se "apresentação"
- Apresentação do calendário de reuniões para o ano de 2020

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora, em exercício, da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Anna Paula Alves Maia*** iniciou a sessão dando boas-vindas a todos e agradecendo a parceria do PEDI. Em seguida entramos no primeiro ponto da pauta:
- a) Aprovação da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada pelos Conselheiros presentes. O conselheiro ***Herbert***, do Fórum Socioambiental de Aldeia, pediu a palavra e fez algumas observações sobre as pendências com relação a alguns pontos da ata da reunião passada. A primeira foi que o Conselho Gestor ficou de enviar um ofício ao Presidente da CPRH e ao Secretário de Meio Ambiente para uma reunião com o objetivo de tratar sobre a questão da gestão da APA através de uma Organização Social (OS). ***Ricardo*** (ANE) se dispôs a entrar em contato com Inamara (Secretária Executiva da SEMAS) para articular uma reunião para tratar sobre este assunto. A segunda diz respeito ao GT Restauração. ***Herbert*** lembra que houve três reuniões do GT e que ficou acordado que ele ficou responsável de ir atrás da questão de regularização ou como está regularizado o lago da represa Botafogo, isto porque o GT Restauração tem como proposta iniciar o corredor pela APP do lago, que, em tese, é uma área pública, mas que a Usina São José tem cana plantada nessa área. A grande dificuldade dos corredores é porque a grande maioria da área é privada. A conselheira ***Fabiane***, do CEPAN, coloca que é preciso esclarecer ao Conselho Gestor como se dá a gestão compartilhada entre CPRH/PEDI. O conselheiro ***Ricardo***, da ANE, informa que foi o CEPAN quem montou o viveiro e se por acaso quisesse fazer a gestão seria o ideal, já que tem expertise na produção de mudas. O conselheiro ***Herbert***, do Fórum, coloca que o GT Restauração tem que puxar essa discussão no grupo. A conselheira ***Fabiane*** coloca que o CEPAN, no seu planejamento para o próximo ano, já encontrou várias fontes de financiamento para elaborar um projeto de redes de sementes na APA Aldeia-Beberibe. Já foram identificados alguns fundos que são potenciais para se submeter a esse tipo de proposta. Coloca que o viveiro não está parado, tem gente cuidando dele, porém está subutilizado com uma demanda apenas de 300/500 mudas e que ele poderia estar produzindo muito mais. Enfatiza que é preciso saber a responsabilidade de cada um nessa gestão compartilhada.
- b) Discussão sobre o RAS da Termoelétrica Pau Ferro II:
- ***Anna Paula Alves Maia*** informou que chegou um processo de solicitação de Licença Prévia da Usina Termoelétrica (UTE) Pau Ferro II, vindo da Diretoria de Gestão Territorial e de Recursos Hídricos (DGTRH) da CPRH, para emissão de um Parecer Técnico quanto a sua localização no município de Igarassu, nas terras da Usina São José, dentro do território da APA Aldeia- Beberibe, à luz do Plano de Manejo. A Termelétrica estará localizada dentro da Zona Rural de Proteção de Mananciais - Subzona Agroindustrial, de acordo com o Plano de Manejo da APA. Do ponto de vista do Plano de Manejo não há nenhum impedimento legal que impeça a sua instalação no local. Chama atenção o fato de que ela estará localizada na mesma área onde está funcionando, atualmente, as termelétricas Pau Ferro I e Pernambuco III, formando assim um conglomerado de Usinas Termelétricas (cluster). Verificou-se também que ela estará fora da zona dos corredores ecológicos. ***Anna Paula Alves Maia*** destacou que além da elaboração desse Parecer, elaborou uma Nota Técnica informando os caminhos legais para dar prosseguimento ao licenciamento da referida Termoelétrica, uma vez que não foram seguidos os passos apresentados na Resolução CONAMA no 279/2001,

no qual o Relatório Ambiental Simplificado (RAS), estudo ambiental apresentado pelo empreendedor, está baseado. Identificou-se também que a UTE Pau Ferro II estará localizada na Área de Proteção de Mananciais de categoria M2 e que por isso é necessário, de acordo com a Lei Estadual no 9.860/86, a anuência prévia da Agência CONDEPE/FIDEM. O conselheiro ***Herbert***, do Fórum Socioambiental de Aldeia, informa que já requereu uma cópia do RAS para análise. Em seguida faz considerações sobre as 2 termelétricas existentes, inclusive sobre o ruído produzido por elas quando em funcionamento, afirmando que é possível ouvi-las a 10Km de distância. Foi feita uma denúncia à CPRH e foi instalado um equipamento para diminuir o ruído. Reporta também a questão dos caminhões que transportam o óleo provocando danos ambientais diversos. A conselheira ***Mônica***, da Usina São José, solicita que o jurídico da CPRH seja acionado para analisar se o estudo ambiental apresentado deve ser um RAS ou EIA/RIMA. O conselheiro Ricardo, da ANE, sugere que a Reunião Técnica Informativa, prevista na Resolução CONAMA N.º 279/2001, desde que seja solicitada pela sociedade civil, poderia acontecer dentro de uma Reunião Extraordinária do Conselho Gestor. A conselheira ***Mônica*** coloca que a Reunião Técnica Informativa não deverá acontecer numa Reunião Extra do Conselho Gestor.

- c) Discussão sobre a proposta de conversão do RVS Quizanga em RPPN – Ofício Petribú Empreendimentos Imobiliários LTDA: ***Anna Paula Alves Maia*** informou que a CPRH recebeu um Ofício da Usina Petribú em resposta à carta do Conselho Gestor sobre o assunto acima pautado.
- No Ofício em questão, a Petribú solicita que haja a desvinculação da aprovação do pedido de conversão da RVS da Mata Quizanga em RPPN à assinatura do Termo de Compromisso do Programa de Regularização Ambiental de Pernambuco (PRA/PE) para a regularização ambiental do Engenho Quizanga. Como também que seja retirada a palavra "apreciação" utilizada na redação do segundo ponto do documento da APA Aldeia- Beberibe que diz respeito ao compromisso de submeter o futuro Plano de Manejo da RPPN Quizanga ao Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe. Após discussão e votação dos conselheiros ficou decidido pela desvinculação da assinatura do referido Termo, porém que essa assinatura seja realizada em momento oportuno e onde se ler a palavra "apreciação", leia-se "apresentação".
- d) Calendário para o próximo ano:
- ***Anna Paula Alves Maia*** apresentou o calendário de reuniões para o ano de 2020: 04 de março; 10 de junho; 02 de setembro e 02 de dezembro, o qual foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros.
- e) Informes Gerais:
- ***Anna Paula Alves Maia*** informou que, no momento, não há nenhum processo sobre o Arco Metropolitano tramitando na CPRH.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- ***Herbert*** questiona se o Conselho Gestor vai participar da gestão do viveiro.

SOLICITAÇÕES

- Não houve.

DEMANDAS

- Após discussão e votação dos conselheiros ficou decidido pela desvinculação da assinatura do referido Termo, porém que essa assinatura seja realizada em momento oportuno e onde se ler a palavra "apreciação", leia-se "apresentação".

SÍNTESE DAS REUNIÕES REALIZADAS EM 2020

- **ATA 1**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2020 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Auditório do Parque Estadual de Dois Irmãos – PEDI	
DATA	
12 / 02 / 2020	
PAUTA	
a) Licenciamento da UTE Pau Ferro II	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Anna Paula Alves Maia	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Não tem os nomes dos representantes	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Ana Carolina Lins e Silva	Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Ricardo Augusto Pessoa Braga	Associação Águas do Nordeste – ANE
Não tem os nomes dos representantes	Sindicato das Indústrias do Açúcar e do Álcool – SINDAÇÚCAR
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Anselmo Bezerra	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Agência CONDEPE/FIDEM
Herbert Tejo	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Mônica Rocha	Usina São José
ATIVIDADES REALIZADAS	
❖ Relato sobre participação na Reunião Técnica Informativa (RTI) sobre o licenciamento da UTE Pau Ferro II; ❖ Votação e aprovação para formação de um Grupo de Trabalho (GT).	
DESDOBRAMENTOS	
❖ Na função de gestora em exercício da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Anna Paula Alves Maia*** iniciou a sessão dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos. ❖ O conselheiro ***Herbert Tejo***, do Fórum Socioambiental de Aldeia, fez um relato da sua participação na Reunião Técnica Informativa (RTI) sobre o licenciamento da UTE Pau Ferro II, que ocorreu no dia 21 de janeiro de 2020 no auditório do PEDI e em seguida exibiu para Plenária a apresentação que ele fez na ocasião. Após a apresentação foi aberto o debate.	

❖ Após um amplo debate, a Plenária votou e aprovou a formação de um Grupo de Trabalho (GT) no âmbito do Conselho Gestor que tem como objetivo elaborar um documento sobre o processo de licenciamento da UTE Pau Ferro II apontando as falhas ocorridas. Em seguida o documento produzido será apresentado à Plenária para discussão e devidos encaminhamentos. ❖ Fazem parte do GT Pau Ferro II os seguintes conselheiros e instituições: Herbert Tejo (**Fórum Socioambiental de Aldeia**), Ricardo Braga (**ANE**), Anselmo Bezerra (**IFPE**), Mônica Rocha (**Usina São José**), Ana Carolina Lins e Silva (**UFRPE**) e Anna Paula Maia (**Gestora em exercício da APA Aldeia-Beberibe**).
OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS
❖ Não houve.
SOLICITAÇÕES
❖ Não houve.
DEMANDAS
❖ **Formação do GT UTE Pau Ferro II** para discutir o processo de licenciamento do empreendimento.

- **ATA 2**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE JUNHO DE 2020 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Ambiente virtual	
DATA	
19 / 06 / 2020	
PAUTA	
a) Aprovação das atas das reuniões anteriores b) Aprovação e definição de encaminhamentos acerca da Manifestação sobre o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica Pau Ferro II c) Informes gerais	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Não tem os nomes dos representantes	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura da Cidade do Recife
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura Municipal de Paudalho
Não tem os nomes dos representantes	Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Luciene Nascimento	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)

Ricardo Augusto Pessoa Braga	Associação Águas do Nordeste – (ANE)
Não tem os nomes dos representantes	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Anselmo Bezerra	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Herbert Tejo	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Mônica Rocha	Usina São José
Não tem os nomes dos representantes	Usina Petribú
Não tem os nomes dos representantes	Instituto São Jorge
Não tem os nomes dos representantes	Servidores da CPRH

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação das atas das reuniões anteriores, as quais foram aprovadas pelos Conselheiros presentes após algumas alterações sugeridas;
- Aprovação e definição de encaminhamentos acerca da Manifestação sobre o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica (UTE) Pau Ferro II;
- A Plenária deliberou que a "Manifestação acerca do licenciamento ambiental da UTE Pau Ferro II" deveria ser protocolada na CPRH e, concomitantemente, enviada ao MPPE/CAOPMA para conhecimento.;
- A Plenária deliberou pela solicitação de reunião técnica entre o ***Dr. André Felipe*** e os componentes do GT UTE Pau Ferro II para que o documento fosse devidamente apresentado.

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas a todos e agradecendo a presença e a compreensão pela necessidade da reunião virtual considerando a situação de pandemia em que estamos vivendo.
- a) Aprovação das atas das reuniões anteriores após algumas alterações sugeridas.
- b) Aprovação e definição de encaminhamentos acerca da Manifestação sobre o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica (UTE) Pau Ferro II:

  - ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que os leilões de energia elétrica que seriam atendidos pela UTE Pau Ferro II foram, devido à pandemia de COVID-19, postergados por tempo indeterminado pela Portaria N.º 134, de 28 de março de 2020, emitida pelo Ministério de Minas e Energia o que nos possibilita mais tempo para discutir a implantação do empreendimento junto a CPRH. Em seguida, apresentou o documento elaborado pelo GT UTE Pau-Ferro II, formado por CPRH, UFRPE, Usina São José, Usina Petribu, ANE e FSA;
  - O conselheiro ***Anselmo*** informou que, apesar de ter se disponibilizado a participar do GT representando o IFPE, não pode efetivar a sua participação;
  - A Minuta de manifestação foi apreciada pela Plenária que sugeriu algumas alterações e complementações. Foi solicitada a inclusão de cópia da licença concedida como anexo à manifestação, já que ela inclui o gasoduto, que em momento algum fez parte do licenciamento ambiental, bem como a adutora de captação de água que também não foi objeto do licenciamento. O documento foi então aprovado pela Plenária, por unanimidade.

- A Plenária deliberou que a "Manifestação acerca do licenciamento ambiental da UTE Pau Ferro II" deveria ser protocolada na CPRH e, concomitantemente, enviada ao MPPE/CAOPMA para conhecimento. A Plenária deliberou ainda pela solicitação de reunião técnica entre o Dr. ***André Felipe*** e os componentes do GT Pau Ferro II para que o documento fosse devidamente apresentado. ❖ c) Informes Gerais: - ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou sobre a campanha de São João que a CPRH vem realizando para tratar da proibição da venda e queima de fogueiras, visando atender interesses ambientais e de saúde pública em virtude da pandemia de COVID-19. Além disso, divulgou a Cartilha Virtual sobre o tema, elaborada pelo Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental da CPRH.
OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS
❖ Não houve.
SOLICITAÇÕES
❖ A conselheira *Luciene Nascimento*, da FIEPE, afirmou que deve ser **levar a problemática da UTE Pau Ferro II "para fora", para as redes sociais, para as ONGs ambientais**, dando assim uma visibilidade maior ao fato que vem acontecendo.
DEMANDAS
❖ O conselheiro *Ricardo Braga*, da ANE, propôs **entregar a CPRH, SEMAS e MPPE a "Manifestação acerca do licenciamento ambiental da UTE Pau Ferro II"** e solicitar **reunião com o promotor André Felipe,** do Centro de Apoio às Promotorias de Meio Ambiente (CAOPMA) do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), para situá-lo diante da problemática. A conselheira *Mônica Rocha*, da Usina São José, por sua vez, **propôs que o documento, primeiramente, fosse entregue à CPRH com um prazo para a resposta da Agência**. O conselheiro *Herbert Tejo*, do FSA, **se pronunciou para defender que o documento fosse enviado para o André Felipe e solicitada uma reunião com ele e o GT que elaborou o documento.**

➢ **ATA 3**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE
LOCAL
Ambiente virtual
DATA
29 / 09 / 2020
PAUTA
a) Aprovação das atas das reuniões anteriores b) Relato de encaminhamentos da Manifestação sobre o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica Pau Ferro II c) Discussão sobre a reativação do GT Restauração e propostas para o Viveiro-Escola no Parque Estadual Dois Irmãos

d) Discussão sobre a pulverização de defensivos agrícolas na APA - solicitação do Fórum Socioambiental de Aldeia
e) Informes gerais

OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo.

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Silvana	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura da Cidade do Recife
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura Municipal de Paudalho
Ana Carolina	Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Não tem os nomes dos representantes	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação Águas do Nordeste – (ANE)
Severino	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Herbert Tejo	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Ludmila	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Mônica Rocha	Usina São José
André Felipe	Ministério Público de Pernambuco (MPPE)

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação das atas das reuniões anteriores;
- Relato de encaminhamentos da Manifestação sobre o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica Pau Ferro II;
- Discussão sobre a reativação do GT Restauração e propostas para o Viveiro-Escola no Parque Estadual Dois Irmãos;
- A Plenária aprovou o encaminhamento de reativar o GT Restauração, mas priorizar as ações relativas ao GT Arco Viário;
- Discussão sobre a pulverização de defensivos agrícolas na APA.

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas a todos e agradecendo a presença e a compreensão pela necessidade da reunião virtual considerando a situação de pandemia em que estamos vivendo.
- a) Aprovação das atas das reuniões anteriores, realizadas em 04 de março (pendente de aprovação por falta de quórum na ocasião) e em 19 de junho do ano corrente. Houve aprovação por unanimidade, após alguns ajustes.
- b) Relato de encaminhamentos da Manifestação sobre o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica Pau Ferro II:

- Foi lembrado que aprovamos a referido documento em Plenária na reunião do dia 19 de junho, cuja ata acabamos de aprovar, na qual também deliberamos pela protocolização formal da manifestação na CPRH para pronunciamento, bem como a solicitação de reunião técnica entre o ***Dr. André Felipe***, do Ministério Público de Pernambuco, e os componentes do GT Pau Ferro para que o documento fosse devidamente apresentado. Nesse sentido, no dia 25 de junho de 2020 ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** protocolou o documento no Sistema Eletrônico Integrado (SEI) do Governo do Estado de Pernambuco sob o no 0031000088.001433/2020-36, o qual teve os devidos encaminhamentos até a Diretoria de Gestão Territorial e de Recursos Hídricos (DGTRH/CPRH), responsável pelo licenciamento ambiental do empreendimento, no dia 09 de julho de 2020. No entanto, desde então não houve qualquer pronunciamento da referida Diretoria ou da CPRH em relação às questões expostas na manifestação deste Conselho.;
- Em relação ao segundo encaminhamento, foi agendada uma reunião virtual, com o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Meios Ambiente do Ministério Público de Pernambuco (CAOPMA/MPPE), para o dia 29 de junho de 2020, da qual participaram os componentes do GT Pau Ferro (CPRH, FSA, UFRPE, ANE, CONDEPE/FIDEM e Usina São José), Dr. André Felipe e sua equipe. Após a exposição do conteúdo da manifestação, os componentes do MPPE concordaram que o processo de licenciamento ambiental parece ter tido falhas e inconsistências que merecem uma reanálise por parte da CPRH;
- ***Dr. André Felipe*** informou que estavam priorizando as tratativas relacionadas à queima de cana-de-açúcar, considerando o período de colheita em algumas regiões e o potencial de agravamento das questões de saúde por conta da emissão de fumaça e fuligem e a pandemia de COVID-19;
- O conselheiro ***Herbert***, do FSA, propôs cobrar um posicionamento da CPRH sobre a manifestação encaminhada, o que foi acatado pela Plenária por unanimidade.
- A conselheira ***Silvana***, da CONDEPE/FIDEM, solicitou um espaço para realizar um esclarecimento que ficou pendente na Reunião Ordinária do dia 04 de março: ela informou que o contrato da consultoria que está elaborando o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) está suspenso por conta da pandemia, mas que será retomado tão logo seja possível; informou ainda que está prevista a realização de Audiência Pública após a posse dos novos prefeitos, em 2021, ocasião na qual deverá ser discutida as alternativas de traçado do Arco Viário Metropolitano;
- O conselheiro ***Severino***, do CEPAN, comentou sobre a importância de o Conselho buscar dados concretos para subsidiar o argumento de proteção do território de modo a demonstrar, com números, as perdas ambientais que podem ocorrer com a implantação da rodovia no local inicialmente pretendido para o Arco Viário, e colocou o CEPAN à disposição para trabalhar, em conjunto com o Conselho, em uma modelagem que resulte em diferentes cenários de implantação e não implantação;
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que apesar de os dados de impacto de rodovias sobre remanescentes florestais e habitats naturais já sejam bem conhecidos pela ciência, certamente a análise do caso concreto resultando em dados específicos para o local dará robustez ao argumento, que pode ser primordial para a discussão de alteração do traçado. Após ampla discussão sobre o tema, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** propôs a criação do GT Arco Viário para tratar desses estudos à parte, o que foi acatado pela Plenária por unanimidade. Formam o referido GT as seguintes entidades: CPRH, CEPAN, Usina São José, CONDEPE/FIDEM, FSA, IFPE, UFRPE e CIMNC, tendo o CEPAN na coordenação, que se compromete, até o dia 07/10/20, a apresentar ao GT um rascunho inicial do documento técnico que subsidiará as discussões com o Governo do Estado sobre o Arco Viário. Deverá

ser criado um grupo à parte no WhatsApp e uma pasta no Google Drive para facilitar a construção conjunta do documento e o compartilhamento de dados e informações entre os participantes.

❖ c) Discussão sobre a reativação do GT Restauração e propostas para o Viveiro-Escola no Parque Estadual Dois Irmãos:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** abriu a discussão informando que o viveiro florestal de gestão compartilhada entre a APA Aldeia-Beberibe/CPRH e PEDI/SEMAS encontra-se subutilizado considerando a sua capacidade potencial de produção, principalmente pela falta de pessoal, sobretudo nesse momento, considerando o advento da pandemia, que inclusive impede a volta às atividades normais do próprio PEDI. Ainda assim, várias mudas estão em tamanho ideal para plantio, sendo necessária sua destinação, de modo que pensou em realizar uma atividade de distribuição de mudas em algum local da APA Aldeia-Beberibe na IV Semana das Unidades de Conservação de Pernambuco, que está sendo organizada pela CPRH e deve ocorrer na segunda quinzena de novembro deste ano;
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que fez uma visita técnica ao viveiro na semana passada junto com ***Marina*** e ***Clóvis***, do PEDI, para observar algumas necessidades de insumos e manutenção e vislumbrar algumas possibilidades para a ampliação da capacidade de produção atual bem como o seu escoamento para efetivação de projetos de recomposição florestal, já que, segundo ela, não adianta resolver as questões operacionais e não ter destinação para a produção. Informou que além do Programa RestaurAção APA Aldeia-Beberibe, estar sendo elaborado, no âmbito da Unidade de Gestão das Unidades de Conservação (UGUC/CPRH), um Programa para Conversão de Multas Ambientais que também poderá ser uma fonte de recurso para efetivação de algumas ações. Diante de tal contexto, comentou ainda que a ideia inicial fosse propor a reativação do GT Restauração no âmbito deste Conselho, que acabou também permanecendo sobrestado por causa da pandemia, para discutir formas de utilizar o equipamento considerando todos os seus objetivos, mas que diante da recém instituição do GT Arco Viário, gostaria de ouvir o posicionamento dos conselheiros sobre a questão. Após debate sobre o tema e considerando que a maior parte das instituições que compõem o GT Restauração também faz parte do GT Arco Viário e, considerando ainda que o objeto deste último é de certa urgência e motivo de extrema preocupação pelo impacto ambiental potencialmente irreversível envolvido, a Plenária aprovou o encaminhamento de reativar o GT Restauração mas priorizar as ações relativas ao GT Arco Viário, por enquanto, de modo que as instituições que constituem o GT Restauração envidarão esforços dentro de suas competências para prever possibilidades de atuação para promover o viveiro florestal e o Programa RestaurAção APA Aldeia-Beberibe. ***Cinthia Renata Vieira de Lima***, enquanto CPRH, procurou estreitar o relacionamento com o PEDI e a SEMAS para estruturar procedimentos (verificar com o jurídico se é possível trocar mudas por insumos ou por mão-de-obra e como proceder, bem como a possibilidade de firmar acordos de cooperação técnica para gestão operacional), viabilizar novas conversões de multa para as adequações e manutenções necessárias para retomada das atividades do viveiro e tentar destinar pessoal para a produção através de um Programa de Voluntariado.
- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, vai iniciar tratativas com o Instituto Ipê para verificar a possibilidade de firmar Acordo de Cooperação com CPRH/SEMAS/PEDI para operacionalizar o viveiro e utilizá-lo como estrutura de apoio à pesquisa científica. Durante

a discussão surgiram possibilidades de áreas a serem contempladas com restauração ecológica, a exemplo do CIMNC e da APP da Barragem de Botafogo.

- ❖ d) Discussão sobre a pulverização de defensivos agrícolas na APA - solicitação do Fórum Socioambiental de Aldeia:

  - A conselheira ***Mônica***, da Usina São José, que também representa a Usina Petribú, informou que não tem conhecimento do uso de aeronaves na pulverização agrícola nas áreas das duas empresas, e que causa estranheza que essa atividade esteja sendo realizada em um período que geralmente é de colheita, e não de plantio. Afirmou ainda que ouviu comentários sobre a existência de um novo aeródromo no litoral norte, que pode ser o motivo de ter aumentado o fluxo de aeronaves de pequeno porte na região.

- ❖ e) Informes Gerais:

  - Como já havia adiantado, ***Cinthia Renata Vieira de Lima***, em novembro a CPRH promoverá a IV Semana das Unidades de Conservação de Pernambuco, com diversas atividades para estimular a população a conhecer e apreciar as belezas e riquezas desses territórios protegidos no nosso Estado. A programação deve contar com palestras, lançamento de livros, contação de histórias (virtuais), distribuição de mudas de espécies nativas (presencial) e um concurso de fotografias. Desse modo, foi solicitada a participação e divulgação dos conselheiros para que possamos atingir o maior número de pessoas possível com as ações;
  - O conselheiro ***Severino***, do CEPAN, pediu a palavra para informar que de 12 a 18 de outubro acontecerá a Celebração das Áreas Protegidas na América Latina e no Caribe, que talvez fosse interessante participarmos de alguma forma;
  - A conselheira ***Mônica***, da Usina São José, informou que no dia 14 de outubro a APAC promoverá curso sobre a cobrança do uso da água e ressaltou a importância da participação dos conselheiros.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- ❖ A conselheira ***Ludmila***, do FSA, comentou sobre a passagem de aeronave rotineiramente pela região de Chã de Cruz, e questionou a possibilidade dessa atividade em Área de Proteção Ambiental, bem como se as usinas que compõem o Conselho têm informações sobre a situação. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que infelizmente não há no Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe nada em específico sobre o uso de agrotóxicos nas zonas que permitem o uso agrícola e que eu desconhecia legislação estadual que trate sobre o tema, ressaltando que sabia apenas de um projeto de lei estadual para proibir a atividade que está sob consulta pública (deixou o link disponível na ocasião).

SOLICITAÇÕES

- ❖ O conselheiro *Herbert*, do FSA, propôs **cobrar um posicionamento da CPRH sobre a Manifestação do licenciamento ambiental da Usina Termelétrica Pau Ferro II**, o que foi acatado pela Plenária por unanimidade.
- ❖ *Dr. André Felipe*, do MPPE, solicitou o **envio de toda a documentação disponível sobre o caso (estudo ambiental, licença prévia e processo digitalizado, além da própria manifestação) para subsidiar um parecer do CAOPMA** a ser encaminhado à Promotoria de Igarassu para providências, bem como uma **interlocução junto à CPRH para provocar um posicionamento acerca das questões postas na Manifestação**.

DEMANDAS

- ❖ O conselheiro *Herbert*, do FSA, propôs que o **Conselho Gestor seja mais propositivo na discussão sobre o Arco Viário**, para que, enquanto fórum coletivo e não apenas como entidades isoladas, seja possível antecipar e discutir propostas que respeitem os atributos que fizeram a APA Aldeia-Beberibe ser um território protegido.
- ❖ *Cinthia Renata Vieira de Lima,* propôs a **Criação do GT Arco Viário** para levantar dados específicos para o local sobre o impacto de rodovias sobre remanescentes florestais e habitats naturais, o que foi acatado pela Plenária por unanimidade.
- ❖ **O CEPAN se comprometeu:**
- ❖ - Apresentar ao GT Arco Viário um rascunho inicial do documento técnico que subsidiará as discussões com o Governo do Estado sobre o Arco Viário até o dia 07/10;
  - Criar um grupo à parte no WhatsApp e uma pasta no Google Drive.
- ❖ **Reativar o GT Restauração, mas, por enquanto, priorizar as ações relativas ao GT Arco Viário** de modo que as instituições que constituem o GT Restauração envidarão esforços dentro de suas competências para prever possibilidades de atuação para promover o Viveiro-Escola e o Programa RestaurAção APA Aldeia-Beberibe.
- ❖ **A CPRH se comprometeu:**
  - Retomar a criação do Programa para Conversão de Multas Ambientais;
  -Estreitar laços entre CPRH, PEDI e a SEMAS para estruturar procedimentos para novas conversões de multa em adequações e manutenções necessárias para retomada das atividades do Viveiro- Escola;
  -Verificação com o jurídico sobre procedimentos, como: trocar mudas por insumos ou por mão-de-obra e como proceder, bem como a possibilidade de firmar acordos de cooperação técnica para gestão operacional;
  -Tentar destinar pessoal para a produção de mudas através de um Programa de Voluntariado.
- ❖ A conselheira *Ana Carolina*, da UFRPE, se comprometeu a **iniciar tratativas com o Instituto Ipê para verificar a possibilidade de firmar Acordo de Cooperação com CPRH/SEMAS/PEDI para operacionalizar o Viveiro- Escola**.

- ➢ **ATA 4**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2020 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE
LOCAL
Ambiente virtual
DATA
11 / 12 / 2020
OBS: No preâmbulo da ata a data de realização da reunião é 11/12/20, contudo no final desta a data é 19/09/20. Consideramos a data do título e do preâmbulo.
PAUTA
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Relato de encaminhamentos da Manifestação sobre o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica Pau Ferro II c) Relato de encaminhamentos do GT Restauração d) Relato de encaminhamentos do GT Arco Viário e) Apresentação sobre os desafios para a governança ambiental da APA Aldeia-Beberibe para o ano de 2021

f) Deliberação sobre o calendário de reuniões ordinárias do ano de 2021
g) Informes gerais

OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo.

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Cinthia Renata Vieira de Lima	Agência Estadual de Maio Ambiente (CPRH)
Antônio Bertotti	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Não tem os nomes dos representantes	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura da Cidade do Recife
Ana Carolina	Universidade Federal Rural de Pernambuco – (UFRPE)
Luciane	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação Águas do Nordeste – (ANE)
Não tem os nomes dos representantes	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Herbert Tejo	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Ludmila	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Não tem os nomes dos representantes	Representantes da comunidade

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 29 de setembro de 2020;
- Relato de encaminhamentos da Manifestação sobre o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica (UTE) Pau Ferro II;
- Relato de encaminhamentos do GT Restauração;
- Relato de encaminhamentos do GT Arco Viário;
- Apresentação sobre os desafios para a governança ambiental da APA Aldeia-Beberibe para o ano de 2021;
- Deliberação sobre o calendário de reuniões ordinárias do ano de 2021.

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas a todos e agradecendo a presença e as contribuições voluntárias ao longo de todo o ano de 2020 e pela compreensão pela necessidade da reunião virtual considerando a situação de pandemia.
- a) Aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 29 de setembro de 2020, por unanimidade.
- b) Relato de encaminhamentos da Manifestação sobre o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica (UTE) Pau Ferro II:

  - ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou o relato contextualizando a situação da existência de usinas termelétricas movidas a óleo diesel no território da APA Aldeia-Beberibe, que vem

gerando impactos socioambientais diversos e relatando a recente contestação por parte deste GT UTE Pau-Ferro II, a gás natural, diante de diversas falhas e inconsistências observadas;
- O documento elaborado foi encaminhado formalmente à CPRH (processo SEI no 0031000088.001433/2020-36) e ao MPPE (enviado por e-mail ao CAOPMA após reunião técnica com a equipe em 29 de junho de 2020), mas até o momento não teve retorno desses órgãos. O secretário ***Bertotti*** se comprometeu a se inteirar da situação e cobrar da CPRH um posicionamento em relação à manifestação.

❖ c) Relato de encaminhamentos do GT Restauração:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** fez um resumo das últimas deliberações relacionadas ao viveiro-florestal de gestão compartilhada entre a APA Aldeia-Beberibe/CPRH e PEDI/SEMAS. Comentou sobre a impossibilidade da reativação efetiva do GT Restauração por conta da pandemia e da formação do GT Arco Viário.
- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, informou que está discutindo alternativas com o Instituto Ipê para firmar um Acordo de Cooperação entre CPRH/SEMAS/PEDI para operacionalizar o viveiro.
-***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que a SEMAS está planejando um grande Projeto de Restauração Ecológica e que a APA pode ser um território piloto para sua implantação uma vez que já possui estudos e certa estrutura para colocá-lo em prática, inclusive áreas com potencial de sucesso, a exemplo da APP da Barragem de Botafogo, o que foi corroborado na ocasião pelo secretário ***Bertotti***.

❖ d) Relato de encaminhamentos do GT Arco Viário, criado na última reunião diante de informações acerca da retomada do projeto do Arco Metropolitano da RMR:

-***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que em outubro do ano corrente tomou ciência de um novo edital para contratação de um conjunto de estudos para implantação do empreendimento, já descartado em análise ambiental da CPRH e com processo impugnado pelo Fórum Socioambiental de Aldeia, o que motivou a análise de toda a documentação e histórico disponíveis e elaboração de uma Minuta de Consulta à ADDiper sobre pontos preocupantes acerca do processo licitatório. Considerando o prazo para impugnações do processo destacado pelo conselheiro ***Herbert*** se comprometeu a enviar a consulta do Conselho Gestor, ainda na presente data à ADDiper.

❖ e) Apresentação sobre os desafios para a governança ambiental da APA Aldeia-Beberibe para o ano de 2021:

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** discorreu sobre a importância da conservação dos atributos naturais da UC, a composição do Conselho Gestor e as atividades desempenhadas buscando a governança ambiental no território, zoneamento e plano de manejo, corredores ecológicos e UC de proteção integral inseridos no território, projetos já implementados etc., destacando a falta de recursos humanos e infraestrutura para a gestão. Neste ponto em específico, a conselheira ***Ludmila***, do FSA, reclamou da falta de combustível da CPRH para fiscalização, que se soma à falta de pessoal para atendimento às denúncias de incêndios que têm ocorrido diariamente nessa época do ano, situação que se agrava diante os desmatamentos corriqueiros. O secretário ***Bertotti*** respondeu que essa situação do combustível se deu por um equívoco e que estava sendo resolvida junto à Secretaria de Administração do Estado e que

mesmo com todas as limitações a gestão tem feito esforços para combater a degradação da UC.

- f) Deliberação sobre o calendário de reuniões ordinárias do ano de 2021:

  - Seguindo o já praticado, foi proposto, reuniões na primeira quarta-feira de cada trimestre (com exceção do mês de junho por conta da semana do meio ambiente) a serem confirmadas oportuna e tempestivamente, o que foi acatado pela Plenária.

- g) Informes Gerais:

  - ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** agradeceu aos participantes da IV Semana das UC, remetendo agradecimento especial ao conselheiro ***Herbert***, do FSaA, por ter participado da live "Importância da Sociedade Civil na Gestão das UC", à FIEPE ao Sindaçúcar e ao AFCP, por terem patrocinado e doado as premiações que viabilizaram o "I Concurso de Fotografias Unidades de Conservação no Meu Caminho", o qual obteve grande sucesso;
  - Pequenos, mas importantes passos, dados em direção à implementação do Corredor Ecológico da APA;
  -A Usina Petribú adquiriu máquinas que possibilitam a colheita da cana sem queima da palha, diminuindo drasticamente o impacto da atividade sobre a biodiversidade e a qualidade de vida da população do entorno;
  - ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que nos próximos dias estará focada no preenchimento do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMGe, do ICMBio, que visa avaliar, de forma rápida e com resultados imediatos, o cumprimento da política pública relacionada à conservação da biodiversidade por meio das UCs.
  - A conselheira ***Luciane***, da FIEPE, pediu um espaço para falar da problemática do descontrole populacional de animais domésticos na APA, sobretudo gatos e cachorros, que colocam a fauna silvestre em risco devido aos seus instintos de caça.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- Não houve.

SOLICITAÇÕES

- A conselheira *Luciane*, da FIEPE, pediu um espaço para falar da problemática do descontrole populacional de animais domésticos na APA, sobretudo gatos e cachorros, que colocam a fauna silvestre em risco devido aos seus instintos de caça; desse modo, **propôs que o Conselho pense em formas de viabilizar a castração desses animais domésticos.**

DEMANDAS

- O secretário *Bertotti* se comprometeu a se **inteirar sobre o licenciamento da UTE Pau Ferro II e cobrar à CPRH um posicionamento em relação à manifestação do Conselho.**
- *Ana Carolina*, da UFRPE, sugeriu que **convidar atores da SEMAS envolvidos no projeto para participar das próximas reuniões do GT Restauração** e tentar otimizar os esforços em torno dessa questão, o que foi acatado pelos presentes.
- *Herbert*, do FSaA, se comprometeu com o **envio à ADDiper da Minuta de Consulta sobre o Arco Viário**.

SÍNTESE DAS REUNIÕES REALIZADAS EM 2021

- **ATA 1**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 2021 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃOAMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Ambiente virtual	
DATA	
11 / 03 / 2021	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Relato do GT Arco Viário e encaminhamentos relacionados; c) Apresentação de projetos de pesquisa a serem realizados na APA Aldeia-Beberibe: "Estrutura Vertical e Biomassa Arbórea por Escaneamento a Laser Aerotransportado em Fragmentos de Floresta Atlântica" e "Estratégias para o Aumento da Conectividade Florestal: da Dinâmica Sucessional à Projeção de Cenários Eficientes de Restauração de Paisagens" d) Informes gerais.	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima ***Ademir Damião***	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH)
Não tem os nomes dos representantes	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE)– Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Silvana ***Aline***	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
-	Prefeitura Municipal de Paudalho
Ana Carolina ***Jhonatan Santos*** ***Jéssica Cunha***	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Não tem os nomes dos representantes	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Não tem os nomes dos representantes	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool de Pernambuco – SINDAÇÚCAR
Não tem os nomes dos representantes	Usina São José
Não tem os nomes dos representantes	Usina Petribú
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)

Não tem os nomes dos representantes	Associação Águas do Nordeste (ANE)
Não tem os nomes dos representantes	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Não tem os nomes dos representantes	Representantes da Comunidade

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 11 de dezembro de 2020
- Relato do GT Arco Viário e encaminhamentos relacionados
- Discussão sobre os termos da resposta diante da incoerência em relação ao que a licitação propõe
- Apresentação de projetos de pesquisa a serem realizados na APA Aldeia-Beberibe
- Apresentação projeto intitulado "Estrutura Vertical Biomassa Arbórea por Escaneamento a Laser Aerotransportado em Fragmentos de Floresta Atlântica".
- Apresentação do projeto intitulado "Estratégias para o Aumento da Conectividade Florestal: da Dinâmica Sucessional à Projeção de Cenários Eficientes de Restauração de Paisagens".

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas a todos e agradecendo a presença e pela compreensão pela necessidade da reunião virtual considerando a situação de pandemia. Em seguida entramos no primeiro ponto da pauta:
- a) Aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 11 de dezembro de 2020, que se deu após apreciação do texto pelos conselheiros presentes, por unanimidade.
- b) Relato do GT Arco Viário e encaminhamentos relacionados. Criado em 2020 diante de informações acerca da retomada do projeto do Arco Metropolitano da RMR, o GT elaborou minuta de consulta à ADDiper sobre pontos preocupantes acerca do processo licitatório do empreendimento, a qual foi aprovada pela Plenária na reunião ordinária do dia 11 de dezembro de 2020 e encaminhada por e-mail na mesma data à Comissão Permanente de Licitação daquela Agência, como estabelecido no edital. Considerando que até 19 de fevereiro de 2021 não tivemos retorno sobre a consulta, reenviou o e-mail com a consulta naquela data. No dia 05 de março de 2021 recebeu, então, o Ofício no 061/2021 – Diretoria da Presidência / AD Diper, na qual o Diretor-Presidente da Agência afirma que "o traçado e extensão proposto no Projeto Básico é meramente sugestivo (...) que nos momentos oportunos toda sociedade civil será convidada a discutir os diversos aspectos deste projeto, (...) sendo o Comitê Gestor da APA Aldeia /Beberibe um destacado representante que deverá se fazer presente nestes momentos (sic)". Em seguida, a Plenária discutiu sobre os termos da resposta diante da incoerência em relação ao que a licitação propõe, uma vez que há espaço para interpretações diferentes diante do que está lá exposto, inclusive por parte das empresas proponentes. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que o GT está levantando toda a legislação e informações pertinentes ao caso para subsidiar futuras discussões acerca de alternativas locacionais que contornam a APA, sobretudo relativas às Leis da Mata Atlântica e de Proteção de Mananciais. Aliados a isso, temos os estudos que foram contemplados no seguinte ponto da pauta:
- c) Apresentação de projetos de pesquisa a serem realizados na APA Aldeia-Beberibe: "Estrutura Vertical e Biomassa Arbórea por Escaneamento a Laser Aerotransportado em Fragmentos de Floresta Atlântica" e "Estratégias para o Aumento da Conectividade Florestal: da Dinâmica Sucessional à Projeção de Cenários Eficientes de Restauração de Paisagens",

que trarão subsídios ainda mais concretos para caracterização dos atributos ambientais/recursos naturais que devem ser protegidos no território da UC. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Informou que os projetos já foram analisados pela gestão da APA e receberam autorização para realização por parte da CPRH. ***Jhonatan Santos***, doutorando do Departamento de Ciências Florestais da UFRPE, apresentou seu projeto intitulado "Estrutura Vertical Biomassa Arbórea por Escaneamento a Laser Aerotransportado em Fragmentos de Floresta Atlântica".

- ***Jéssica Cunha***, doutoranda do Departamento de Ciências Florestais da UFRPE, apresentou seu projeto intitulado "Estratégias para o Aumento da Conectividade Florestal: da Dinâmica Sucessional à Projeção de Cenários Eficientes de Restauração de Paisagens". A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, destacou como os produtos dessas pesquisas irão subsidiar tomadas de decisão mais coerentes com o que se pretende para o território da APA, inclusive em relação ao que se tem com o resultado das ações de reflorestamento desenvolvidas até o presente momento, já que têm se demonstrado ineficientes para a efetiva recomposição de ecossistemas considerando a forma como foram desenvolvidas – utilizando baixa diversidade de espécies, muitas vezes incluindo espécies exóticas às fitofisionomias originais, como os projetos vinculados aos Termos de Compromisso firmados com o setor sucroalcooleiro para recomposição de APP, que não tiveram continuidade. Sobre isso, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que a CPRH chegou a acompanhar por um tempo esses projetos das usinas, que tinham o objetivo de recompor 2 hectares por ano de APP, mas depois de encerrado o prazo de vigência dos Termos de Compromisso, de fato não houve continuidade das ações, embora permaneça vigente a obrigação legal para recomposição dessas áreas. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Concordou que diante desses fatos, a manutenção da floresta em pé é a melhor estratégia que temos para conservação de biodiversidade e a compensação ambiental/reposição florestal somente deveria ser cogitada nos casos excepcionais onde não exista alternativa locacional aos empreendimentos. Por fim, lembrou que esse território já foi fortemente impactado há anos pela decisão de governo de implantar assentamentos rurais, o que motivou grande desmatamento, mas na época não tínhamos tantos dados científicos sobre a extensão e dimensão desses impactos, mas que hoje a situação é completamente diferente e precisamos nos munir dessas informações para fundamentar nossos argumentos, o que estamos fazendo no GT Arco Viário.
- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, informou que está acompanhando de perto os trâmites do processo licitatório e que o fechamento do período de aceite de propostas foi alterado de 26 de dezembro de 2020 para 26 de março de 2021; assim, também foi alterado o período para solicitar a impugnação do edital, o que o FSaA deve fazer nos próximos dias. Ao finalizar a discussão desse ponto, o Sr. ***Ademir Damião***, servidor da CPRH e conselheiro titular do Conselho Estadual de Meio Ambiente/PE representando o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SINTAPE), pediu a palavra para parabenizar a atuação deste Conselho Gestor e se disponibilizou a repercutir as pautas que entendamos ser necessárias naquele fórum estadual, o que agradeci, entendendo ser muito pertinente considerando que muitas questões são tratadas de forma pouco transparente na CPRH e na SEMAS, sendo necessário levar ao conhecimento daquele Conselho.
- d) Informes Gerais, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** atualizou sobre os encaminhamentos da Manifestação do Conselho Gestor sobre o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica (UTE) Pau-Ferro II; informou que o processo SEI no 0031000088.001433/2020-36, aberto na CPRH, continua na pauta da Diretoria de Gestão Territorial e Recursos Hídricos

(DGTRH), sem qualquer andamento, mesmo após o comprometimento do secretário Antônio Bertotti na reunião de 11 de dezembro de 2020, em cobrar providências no sentido de emitir pronunciamento formal da CPRH sobre o documento; também não tivemos retorno em relação ao procedimento encaminhado ao CAOPMA/MPPE, o que foi justificado pela equipe do órgão pela substituição do Dr. André Felipe por uma nova coordenadora, que ainda não teve conhecimento de tal demanda.

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou ainda que está estreitando relação com a SEMAS para tentar viabilizar um grande projeto de restauração ecológica na APA Aldeia-Beberibe, com foco na APP da Barragem de Botafogo, que está na fase de elaboração de edital. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que me coloquei à disposição para participar de todo o processo de construção do edital e análise técnica das propostas apresentadas e que assim que tivermos algo mais concreto vou propor a reunião com nosso GT. Em seguida, lembrou a todos que no dia 17 de março comemoraremos o aniversário de 11 anos da APA Aldeia-Beberibe e que, para marcar a data, a CPRH está elaborando um vídeo especial sobre a UC. Finalizando a pauta, aproveitou para agradecer publicamente à conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE e a todos os envolvidos no Projeto Irmãos do Parque pelo curso "Conservação da Biodiversidade", pela excelente qualidade conteúdo; sugere que todos os conselheiros da APA façam em próximas oportunidades como capacitação dentro dessa temática.
- Nada mais havendo a tratar, às 17h30min ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** declarou encerrada a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe.
- Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata Vieira de Lima, Presidente do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registros em anexo. Recife, 11 de março de 2021.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- . O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, questionou se poderíamos submeter a impugnação à Plenária em reunião extraordinária, mas verifiquei que não seria possível diante dos prazos do Regimento Interno do Conselho (07 dias corridos para convocação de reuniões extraordinárias). Diante disso, sugeriu que oportunamente façamos a alteração desse prazo no regimento, considerando que alguns assuntos podem requerer urgência.
- A Sra. ***Aline***, da Agência CONDEPE/FIDEM, questionou se não seria o caso de se propor a criação de UC de proteção integral na região da Mata da Pitanga, considerando as evidências preliminares dos estudos apresentados, para resguardar de forma mais restrita os recursos naturais da área.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que seria uma ótima estratégia, mas o Estado precisaria articular com os proprietários nesse sentido ou desapropriar as áreas; esta última opção não tem sido recorrente devido aos valores envolvidos para regularização fundiária sequer nas UC que já existem.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Comentou ainda que levantamos informações no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e identificamos os proprietários das áreas (grupos empresariais), que somadas chegam a 3 mil hectares de Mata Atlântica incluindo as APP vegetadas dos rios Bonança e Utinga, mas essas áreas sequer foram postas como Reserva Legal dessas propriedades, já que aguardam análise e encaminhamentos do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

SOLICITAÇÕES

- A conselheira ***Silvana***, da Agência CONDEPE/FIDEM, solicitou que ***Jonathan*** apresentasse à Plenária os dados preliminares que foram apresentados anteriormente ao GT Arco Viário,

considerando a relevância para a discussão do empreendimento, o que ele atendeu prontamente. ❖ O conselheiro ***Herbert***, do FsaA, solicitou esclarecimento acerca do licenciamento ambiental de poços diante da recente alteração da legislação. Informei que a CPRH não se pronunciou formalmente acerca dessa questão, mas que pelo que a equipe técnica da área competente nos informou, houve um equívoco: a ideia era excluir apenas algumas tipologias relativas ao uso de água da lei de licenciamento estadual, mas acabaram excluindo toda a sessão. Assim, legalmente, a CPRH não pode emitir nenhum licenciamento relativo a essas atividades, e para efeito prático é como se não houvesse mais necessidade de licenciamento ambiental para essas atividades.
DEMANDAS
❖ O Conselheiro ***Herbert***, do FSaA sugeriu que o Conselho envie ofício à SEMAS, à CPRH e ao MPPE solicitando pronunciamento, o que foi acatado pela Plenária. Em relação ao GT Restauração, os trabalhos conjuntos permanecem sobrestados diante do foco no GT Arco Viário, embora alguns andamentos institucionais estejam sendo realizados no âmbito da competência de cada membro. ❖ O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, lembrou que acordamos na reunião anterior de acatamos a sugestão da conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, no sentido de que, assim que for possível, propúnhamos uma reunião do GT Restauração com a equipe da SEMAS.

➢ **ATA 2**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE JUNHO DE 2021 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Ambiente Virtual	
DATA	
11 / 06 / 2021	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Relato do GT Arco Viário e encaminhamentos relacionados; c) Relato do GT Restauração e encaminhamentos relacionados d) Apresentação sobre a revisão do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe e) Informes gerais	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima Ana Paula	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH)
Marina	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE)– Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti – CIMNC

Silvana	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura Municipal de Paudalho
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura da Cidade do Recife
Ana Carolina	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Anselmo	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Luciane	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Edneida	Associação Águas do Nordeste (ANE)
-	Representantes da Comunidade

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 11 de março de 2021
- Relato do GT Arco Viário e encaminhamentos relacionados
- A Plenária aprovou o encaminhamento de realizarem reunião extraordinária com SEMAS envolvendo a COMPESA e a Usina São José
- Apresentação sobre a revisão do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe
- Deliberação pela realização de reunião extraordinária para tratar do tema antes da próxima reunião ordinária

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas a todos e agradecendo a presença e pela compreensão pela necessidade da reunião virtual considerando a situação de pandemia. Em seguida entramos no primeiro ponto da pauta:
- a) Aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 11 de março de 2021, que se deu após apreciação do texto pelos conselheiros presentes, por unanimidade.
- b) Relato do GT Arco Viário e encaminhamentos relacionados. Desde março, o GT continuou seus trabalhos na articulação de atores e levantamento de informações para basear a necessidade de estudo de alternativas locacionais que passem por fora da APA Aldeia-Beberibe, bem como auxiliar o FSaA na construção de documento solicitando a impugnação do edital diante dos vícios de origem apontados, diante da impossibilidade de submeter o documento à apreciação da Plenária deste Conselho em tempo hábil diante dos prazos regimentais e do edital. A impugnação foi formalizada pelo FSaA e o processo de licitação foi suspenso por alguns dias, sendo em seguida retomado pela ADDiper, que desconsiderou os termos nela apresentados e continuou com a avaliação das propostas apresentadas, que resultou na aprovação da proposta do Consórcio JBR/Future no valor de aproximadamente R$ 3,8 milhões, ainda pendente de contratação. O conselheiro ***Herbert*** demonstrou nos mapas as especificações do edital da ADDiper para o Arco Viário dentro do contexto do território, deixando claro que há um direcionamento para o traçado no edital, além do próprio traçado proposto, e não há espaço para alternativas que passem por fora da APA no que está posto no processo licitatório, que deve ser respeitado por força da lei, demonstrando ainda a abrangência das possíveis áreas de influência do empreendimento. A conselheira ***Marina***, da SEMAS/PEDI, informou que um empreendimento desse porte e num contexto de Unidade de Conservação, deve ter áreas de influência muito grandes, sobretudo para o meio

biótico/fauna, o que deve ser destacado. A conselheira ***Silvana***, representante da Agência, comentou sobre o empenho da equipe daquele órgão em pensar nessas alternativas, inclusive estimando custos envolvidos, levando os resultados à diretoria.

- A conselheira Ana ***Carolina***, da UFRPE, compartilhou a informação que recebeu de que a empresa que venceu a licitação já estaria fazendo visitas de campo na área da Usina São José, mas que a princípio descartaram a alternativa que passaria na Mata de Pitanga, pela presença de Mata Atlântica conservada, e da duplicação da PE-41, pelo relevo ondulado e presença cursos d'água. Destacou a necessidade de participarmos de perto de todo o processo, e não apenas recebermos as informações por terceiros, para que possamos atuar de acordo com o que se espera de um Conselho Gestor de Unidade de Conservação.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** lembrou, então, que desde que teve conhecimento do processo licitatório, em outubro de 2020, nos colocamos à disposição para participar de todo o processo, mas a ADDiper respondeu apenas que "oportunamente seríamos consultados".
- c) Relato do GT Restauração e encaminhamentos relacionados. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** lembrou que a princípio o GT está sobrestado por conta das representações no GT Arco Viário, mas que cada uma das instituições que o compõem está trabalhando no sentido de viabilizar processos e projetos que visem a restauração florestal na APA Aldeia-Beberibe. ***Cinthia Renata Vieira de Lima***, informou que a SEMAS está elaborando um edital de restauração florestal que contemplará o território da APA Aldeia-Beberibe, do qual ela tem participado fornecendo informações e realizando algumas articulações, bem como indicando áreas potenciais para que ocorram, a exemplo das Áreas de Preservação Permanente (APP) da Barragem de Botafogo que dependem de solução para questão fundiária/obrigações em relação à COMPESA e Usina São José. No entanto, a SEMAS optou por dar andamento ao edital ainda que tal questão não esteja solucionada, visando não perder a oportunidade de utilização de recursos em prol da UC. Além disso, a SEMAS também está intermediando um possível projeto de uma entidade privada internacional chamada Instituto Éden, que busca áreas para execução de reflorestamento envolvendo-se em todo o processo produtivo para ampliar oportunidades sociais. A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, comentou sobre os valores altos envolvidos com os projetos governamentais, destacando que precisamos ser o mais precisos possível para otimizar a utilização desses recursos, minimizando possíveis imprevistos com os proprietários das áreas ou técnicos na execução dos projetos. Sugeriu, ainda, o acompanhamento da academia para geração de dados científicos relacionados à geração de protocolos locais de restauração florestal. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que concorda com todas as preocupações postas e tem levado às reuniões que tem participado com a SEMAS. O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, pontuou que a área prioritária para restauração é a Barragem de Botafogo, e que o Conselho precisa pressionar para que seja possível a sua recomposição, bem como apreciação do edital antes de sua divulgação. Dessa forma, a Plenária aprovou o encaminhamento de realizarem reunião extraordinária com SEMAS envolvendo a COMPESA e a Usina São José para tratar do assunto.
- d) Apresentação sobre a revisão do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que a SEMAS contratou o ITEP para a elaboração e revisão de 47 planos de manejo de UC, entre outros produtos, e que a APA Aldeia-Beberibe foi contemplada, já que seu plano de manejo é de 2012, aprovado em 2013. No entanto, o processo de contratação não foi acompanhado de perto pelas equipes gestoras das UC, de modo que temos entendido ser necessárias algumas adequações ao Termo de Referência e Plano de Trabalho apresentado pela empresa executora, sobretudo no que diz respeito ao levantamento de dados primários. Dessa forma, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou

que iria compartilhar com os conselheiros os documentos para apreciação e eventuais contribuições. Por outro lado, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** destacou que já podemos nos organizar dentro do Conselho para que esse trabalho possa ser realizado adequadamente de acordo com as necessidades de atualização do seu plano de manejo. Destaquei também que, embora inicialmente a APA Aldeia-Beberibe fosse contemplada apenas no segundo ano do projeto, há possibilidade de adiantamento dos trabalhos do grupo Aldeia, que conta com a APA Aldeia-Beberibe e o RVS Mata de Miritiba, para o segundo semestre deste ano.

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que havia acordado com a Sra. Maíra Braga, que participará do projeto por parte do ITEP, para apresentar o projeto no Conselho nesta reunião ordinária, porém diante do adiamento desta do dia 09 para hoje, dia 11, não foi possível compatibilizar a agenda, de modo que ela já se disponibilizou a participar numa nova oportunidade, assim como os gestores da SEMAS que vem conduzindo a contratação.
- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, refletiu que temos bastante informações secundárias para a APA Aldeia-Beberibe, sobretudo para plantas e aves, sendo necessário agregar novos dados, e com base nessas informações trabalhar nos programas de gestão, o que pode se tornar mais efetivo, além de trazer destaque para o levantamento do que ameaça a biodiversidade nesses territórios. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que isso faz muito sentido, mas temos grupos que não tem uma representação adequada no plano de manejo da APA, como mamíferos e répteis, que precisa ser melhorado, de fato. A conselheira ***Silvana***, da Agência CONDEPE/FIDEM, sugeriu que a revisão do plano de manejo preveja diretrizes de ocupação de uso solo, destacando os usos incentivados e tolerados. Deliberamos então pela realização de reunião extraordinária para tratar do tema antes da próxima reunião ordinária, em setembro.
- d) Informes Gerais,
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou sobre a questão dos licenciamentos na APA Aldeia-Beberibe que não tem passado pela gestão da UC, que têm sido um transtorno. No entanto, no último caso que soube, de um loteamento no km 13 da PE-27 que já possui Licença de Instalação, apresentada na ocasião da fiscalização, e conseguiu subsidiar a diretoria da CPRH de modo que tomaram a decisão de suspender a licença concedida até a adequação da documentação apresentada e pronunciamento da APA e Diretoria de Recursos Florestais e Biodiversidade, já que o projeto prevê a supressão de vegetação em área do corredor ecológico da APA Aldeia-Beberibe. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que a Licença Prévia da Usina Termelétrica (UTE) Pau-Ferro II perdeu a validade, mas o empreendedor solicitou a prorrogação na data limite, para a qual não houve nenhum pronunciamento da Agência até o momento. Em relação a esse assunto, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** lamentou por não ter conseguido formalizar os encaminhamentos oficiais ao MPPE, à SEMAS e à CPRH cobrando posicionamentos em relação à Manifestação do Conselho Gestor sobre o licenciamento ambiental da UTE, mas que já incluiu a elaboração desses documentos na pauta de urgências, que deve estar providenciando nos próximos dias. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que tem levado a gravidade dessa situação aos gestores da Agência e da SEMAS sempre que possível, e a direção da CPRH já deliberou pela elaboração de uma instrução normativa interna para orientar o pronunciamento obrigatório da gestão das UC quando empreendimentos em licenciamento na Agência puderem causar impactos diretos ou indiretos à Unidades, considerando que tem sido uma situação recorrente não apenas na APA Aldeia-Beberibe. A conselheira ***Silvana***, da Agência CONDEPE/FIDEM informou que foi enviado ofício à CPRH pedindo esclarecimentos em relação a empreendimentos que estão sendo licenciados sem a anuência daquele órgão. O

conselheiro ***Herbert***, do FSaA, reforçou que precisamos nos envolver mais na questão dos licenciamentos, sobretudo no território da APA Aldeia-Beberibe, e adiantou que a entidade deve solicitar o levantamento de todos os empreendimentos que foram licenciados nos últimos 10 anos. A Sra. ***Ana Paula***, servidora da CPRH, comentou que muitos empreendimentos que deveriam ter estudos ambientais (EIA/RIMA, RAS, RAP) analisados pelo Núcleo de Avaliação de Impacto Ambiental (NAIA), estão sendo licenciados pela CPRH sem a devida análise técnica de viabilidade ambiental, fragilizando o processo de gestão ambiental sobretudo nas áreas protegidas.

- Nada mais havendo a tratar, às 17h15min ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** deu por encerrada a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe. Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata Vieira de Lima, Presidente do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registros em anexo. Recife, 11 de junho de 2021.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, relatou os últimos acontecimentos relacionados ao processo, ocasião em que ele explanou sobre as reuniões e debates realizados no período com os diversos segmentos representantes da sociedade, como ALEPE, OAB, Arquidiocese de Olinda e Recife, Universidades, Conselhos de Classe etc., além de contatos com o Ministério Público Estadual (MPPE) das Promotorias de Camaragibe, São Lourenço da Mata e Abreu e Lima, e o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE).
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que também houve uma reunião no dia 18 de maio do GT Arco Viário com os gestores da CPRH, SEMAS e SEINFRA, na qual foram colocadas as preocupações e argumentos relacionados ao empreendimento. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Informou que ainda estamos recebendo apoio da Rede Brasileira de Ecologia de Transportes (REET), iniciativa de pesquisadores de impactos socioambientais dos modais de transporte, que deverão emitir posicionamento formal sobre o caso.
- na extensão do traçado do empreendimento, e que devemos considerar isso como argumento também. O conselheiro ***Herbert*** questiona de que forma o Conselho Gestor pode atuar para garantir a proteção da APA diante dessa ameaça.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Informou que foram realizadas vistorias técnicas na região junto com a Agência CONDEPE/FIDEM para levantamento de potenciais alternativas locacionais menos impactantes.
- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, questionou se estamos prevendo a utilização do viveiro-escola instalado no PEDI, considerando que é importante o envolvimento daquela estrutura em ações de maior escala, que o equipamento teria condições de atender, aproveitando o investimento realizado. Destacou a necessidade de se ter uma avaliação técnica criteriosa das propostas apresentadas, considerando que por vezes os projetos preveem a utilização de alta diversidade nos momentos iniciais do plantio, quando já se sabe que o mais efetivo para recobrimento das áreas é a utilização de um número relativamente baixo de espécies, entre 15 e 20, e específicos para as situações ambientais apresentadas, como APP por exemplo, que tem uma composição florística bem específica, a utilização de apenas 5 espécies inicialmente já é suficiente. Questionou ainda se o edital será apreciado pelo Conselho Gestor.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que sempre leva a necessidade de utilização do viveiro-escola para as reuniões que participa sobre o tema, embora exista certa resistência para a utilização diante do equipamento diante da possível concessão ao BNDES, de forma

que ainda não exista nada de concreto nesse sentido. Além disso, o PEDI não tem conseguido manter o viveiro diante da falta de recursos, inclusive humanos.

- A conselheira ***Marina***, do PEDI, reforçou essas dificuldades, o que se precarizou ainda mais com a pandemia. O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, sugeriu que o Conselho convoque uma reunião extraordinária com a CPRH, SEMAS, COMPESA e Usina São José para que busquemos solucionar o imbróglio sobre as obrigações da recomposição da APP de Botafogo. Sugeriu ainda, que diante da participação do Conselho em todo o processo de criação dos corredores ecológicos, que também possamos participar enquanto fórum gestor da UC da construção do edital, incluindo também a administração do viveiro-escola no período de vigência dos projetos, lembrando que este fórum tem responsabilidade sobre a gestão do equipamento, concebido no âmbito deste Conselho.
- A conselheira ***Marina***, do PEDI, reforçou essas dificuldades, o que se precarizou ainda mais com a pandemia.
- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, sugeriu que o Conselho convoque uma reunião extraordinária com a CPRH, SEMAS, COMPESA e Usina São José para que busquemos solucionar o imbróglio sobre as obrigações da recomposição da APP de Botafogo. Sugeriu ainda, que diante da participação do Conselho em todo o processo de criação dos corredores ecológicos, que também possamos participar enquanto fórum gestor da UC da construção do edital, incluindo também a administração do viveiro-escola no período de vigência dos projetos, lembrando que este fórum tem responsabilidade sobre a gestão do equipamento, concebido no âmbito deste Conselho.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** esclareceu que temos uma dificuldade em estabelecer áreas delimitadas para restauração florestal dentro do edital considerando se tratar de áreas privadas, onde os projetos são passíveis de concordância dos proprietários, o que poderia limitar muito a prospecção de áreas potenciais pelos proponentes, mas que a ideia seria limitar às áreas que estejam no corredor ecológico da APA e em Área de Proteção de Mananciais.
- A conselheira ***Edneida***, da ANE, reforçou as preocupações postas por ***Herbert*** e a importância de se vincular o projeto à promoção de oportunidades sociais para a comunidade que já ocupa o território.
- O conselheiro ***Herbert*** questionou se a CPRH já tem algum levantamento baseado no Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades que têm áreas com passivo ambiental ao qual ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que a SEMAS e a CPRH ainda não estão realizando a análise dos cadastros realizados, como alguns Estados já estão fazendo, o que é prejudicado ainda mais pelo fato da maioria dos proprietários terem informado apenas os limites de suas propriedades e não relacionando áreas com remanescentes, de vegetação nativa, APP ou Reservas Legais no cadastro.
- O conselheiro ***Herbert*** questionou se, diante da contratação já formalizada, há possibilidade de alteração do plano de trabalho. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que o TR é tão aberto em determinados pontos que existe possibilidade sim de especificações diante da necessidade da UC, considerando que o plano de manejo é o principal documento de orientação de ações para promover a conservação de recursos e valores nesses territórios.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** ainda destacou que o TR propõe planos de manejo mais objetivos e genéricos, diferentemente do que é o atual plano de manejo da APA Aldeia-Beberibe, de modo que surge preocupação sobre o aprofundamento das atualizações necessárias.
- A conselheira ***Edneida***, da ANE, questionou por que as equipes gestoras das UC não foram envolvidas no processo de contratação, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que no

início do processo nos pronunciamos mas os apontamentos não foram considerados e mesmo assim o processo seguiu sem nosso conhecimento.
SOLICITAÇÕES
❖ Não houve
DEMANDAS
❖ A conselheira Edneida, da ANE, sugeriu que elaborar um documento destacando todas as preocupações relacionadas aos impactos socioambientais do empreendimento e solicitando informações sobre o abstrato "plano de desenvolvimento territorial", diante do contexto de fragilidade ambiental do território em que se propõe os traçados; chamou atenção ainda para o Projeto de Lei 984/2019, que pretende criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e instituir a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu, que tramita no Congresso e se configura grande ameaça à conservação de áreas protegidas. ❖ ***Edneida*** sugeriu ainda que as instituições do Conselho usem outros espaços de representação, como comitê de bacias, conselhos de meio ambiente e recursos hídricos, fóruns municipais, etc., para levar a discussão da obra e seus potenciais impactos. ❖ O conselheiro ***Anselmo***, da IFPE, sugeriu que o GT Arco Viário consolide as informações em um documento formal e apresente ao Conselho, de modo que possamos propor encaminhamentos concretos aos órgãos que têm conduzido o processo licitatório e à empresa porventura contratada, encaminhamento que foi acatado pela Plenária. ❖

➢ **ATA 3**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 05 DE AGOSTO DE 2021 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Ambiente Virtual	
DATA	
05 / 08 / 2021	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Apresentação sobre a revisão do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe (SEMAS/ITEP) c) Apresentação sobre edital de restauração florestal na APA Aldeia-Beberibe (SEMAS) d) Apresentação sobre proposta de Escola de Sargentos do Exército no CIMNC e) Informes gerais	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**

Cinthia Renata Vieira de Lima	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
Não tem os nomes dos representantes	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti – (CIMNC)
Não tem os nomes dos representantes	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata,
Bruna Bezerra	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Ana Carolina	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Mônica	Usina São José
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Edneida	Associação Águas do Nordeste (ANE)
Não tem os nomes dos representantes	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Maíra Braga ***Mauro Buarque***	Instituto Técnico de Pernambuco (ITEP)
Não tem os nomes dos representantes	comunidade e servidores da CPRH
Maurício Guerra	SEMAS/PE

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 11 de junho de 2021
- Apresentação sobre a revisão do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe (SEMAS/ITEP)
- Plenária deliberou por adiar a discussão dos itens c) Apresentação sobre edital de restauração florestal na APA Aldeia-Beberibe (SEMAS), e
- Apresentação sobre proposta de Escola de Sargentos do Exército no CIMNC, para a próxima reunião ordinária pré-agendada para o dia 1 de setembro de 2021

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas a todos e agradecendo a presença e pela compreensão pela necessidade da reunião virtual considerando a situação de pandemia, bem como justificando a necessidade da reunião extraordinária diante dos diversos assuntos de interesse do Conselho Gestor que não tem tido tempo suficiente para apenas nas reuniões ordinárias. Entramos então no primeiro ponto da pauta:
- a) Aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 11 de junho de 2021, que se deu após apreciação do texto pelos conselheiros presentes, por maioria, com abstenção da Usina São José, que não esteve presente na reunião relatada.
- b) Apresentação sobre a revisão do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe (SEMAS/ITEP), ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** na ocasião passou a palavra à Sra. ***Maíra Braga***, representante do ITEP, que fez a explanação sobre o Programa UCs Pernambuco

juntamente com o Sr. ***Mauro Buarque***, da mesma instituição, que teve também esclarecimentos por parte do Sr. ***Maurício Guerra***, da SEMAS/PE, órgão contratante do projeto que compõe o programa. A Sra. ***Maíra*** informou que a APA Aldeia-Beberibe está no Agrupamento Aldeia, juntamente com o RVS Mata de Miritiba, estando previstas a revisão do diagnóstico ambiental e do Plano de Manejo da APA, além da elaboração do diagnóstico ambiental e do Plano de Manejo, a criação do Conselho Gestor e do Corredor Ecológico do RVS. Para tanto, serão contratadas instituições para a execução de algumas etapas do projeto e alguns serviços, como a elaboração dos diagnósticos ambientais, os quais serão orientados e supervisionados pelo ITEP; embora já tenham sido lançados os editais de contratação dessas instituições, o Agrupamento Aldeia não foi contemplado por nenhuma proposta, de modo que o edital será lançado ainda nesta semana, para que seja possível o início dos trabalhos desse agrupamento ainda no mês de setembro do ano corrente. Continuou explanando sobre a execução das atividades e o cronograma previsto para as atividades e, ao final da apresentação, se colocou à disposição para questionamentos dos conselheiros. O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, destacou o tamanho do desafio do Estado ao propor a elaboração de tantos instrumentos de gestão concomitantemente e com realidades de gestões bem distintas nas UCs, desde que as que não tem plano de manejo, àquelas que têm plano de manejo que precisam ser revisados, mas nunca foram implementados por falta de gestão, e ainda outras que têm plano de manejo em implementação e conselho gestor atuante, como é o caso da APA Aldeia-Beberibe. Comentou que o FSaA vê essa revisão como grande oportunidade de construirmos um plano de manejo objetivo, realista e claro no que diz respeito às diretrizes para atingir os objetivos da UC, de forma que não haja espaço para que projetos como o Arco Viário sejam conduzidos de forma equivocada e descontextualizada como o Governo do Estado tem feito na discussão atual do projeto. Salientou que nessa nova oportunidade o nosso Conselho Gestor já tem experiência e domínio sobre o que acontece no território para estabelecer de forma mais acurada o que de fato é de interesse para a conservação da UC, sobretudo no que diz respeito aos programas de manejo, que se encontram desatualizados e pouco executivos. Enfatizou que precisamos ser, enquanto conselheiros, protagonistas nesse processo, e não apenas aceitar o que for definido por terceiros que não tem conhecimento do que acontece na UC. Em relação às oficinas, destacou que boa parte do nosso Conselho tem bom conhecimento de ferramentas de geoprocessamento e/ou domínio do território, de modo que as oficinas de diagnóstico ambiental podem ser mais profundas do ponto de vista técnico, para que não fique algo superficial ou semelhante ao que já existe, agregando mais informações. O Sr. ***Maurício***, da SEMAS, concordou e ratificou que o objetivo é que os planos de manejos sejam, sim, mais objetivos e diretos, com base em princípios metodológicos como a "Adaptação Baseada em Ecossistemas", incorporando a questão das mudanças climáticas e a forma como os espaços naturais são essenciais nesse processo de adaptação, e a gestão colaborativa, que por sua vez busca promover a articulação dos atores no processo de elaboração e implementação do plano de manejo. A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, esclareceu que a "Adaptação Baseada em Ecossistemas" e "Avaliação Ecológica Rápida" são princípios metodológicos que têm como base o planejamento, mas não são "receitas de bolo", precisam de definições técnicas prévias, como por exemplo os grupos a serem estudados (aves e plantas, plantas e mamíferos, aves e répteis etc.), para que então sejam estudadas ao longo de um determinado período, não inferior a um ano - na teoria. Comentou ainda que tais princípios já foram bastante complementados, criando outras metodologias como o RAPELD (pesquisas ecológicas de longa-duração com inventários rápidos para avaliação da complementaridade biótica), mas que o primordial é a definição do planejamento do que levantar diante da equipe, dos recursos e do tempo disponível para o

diagnóstico. Diante disso, questiona se poderemos, enquanto conselho participativo e atuante que somos, acompanhar essa etapa do planejamento também, bem como da construção dos indicadores de diagnóstico e monitoramento necessários ao processo.
Por fim, volta a comentar sobre a situação do RVS Mata da Usina São José, destacando a sua importância para conservação da biodiversidade, que serve de laboratório para grupos das universidades que estudam a região, finalizando com um apelo para ações efetivas no sentido de proteger esse remanescente. A Sra. ***Bruna Bezerra***, representante da UFPE, ratificou as palavras da conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, destacando a importância do RVS Mata da Usina São José para o Estado em termos de riqueza de biodiversidade de mamíferos e primatas, bem como para outros fragmentos da região para além do RVS e da APA Aldeia-Beberibe. O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, lembrou que muitos desses fragmentos de propriedade da Usina São José não estão albergados por UC e precisam ser objeto de alguma iniciativa de conservação para integração e/ou conexão a essas UC diante de tal importância para a biodiversidade, além de estarem em área de proteção de mananciais. Reforcei que realmente perdemos mais uma oportunidade de definir a zona de amortecimento do RVS da Mata da Usina São José com a criação de seu plano de manejo, o que seria primordial para adequação dos empreendimentos que tem se instalado em seu raio de entorno. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou ainda que, de fato, precisamos buscar alternativas para proteger melhor os fragmentos florestais inseridos na APA, bem como pensar em estratégias de proteção dos que estão fora, talvez pensando no estabelecimento de corredores ecológicos entre a APA Aldeia-Beberibe e a APA de Santa Cruz, já que o corredor ecológico da primeira se restringe a seu território. A Sra. ***Maíra*** informou que o RVS da Mata da Usina São José pode ser colocado como um ponto de atenção durante o processo para garantir ações voltadas à sua conservação. Quanto à possibilidade dos corredores entre as APA,informou que seria necessário verificar as possibilidades técnicas e tecnológicas com a equipe do ITEP, mas que poderemos construir conjuntamente essa possibilidade. O Sr. ***Maurício***, da SEMAS, informou que o Conselho poderá ser consultado no planejamento da metodologia a ser aplicada para os diagnósticos ambientais, respondendo ao questionamento anterior da conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, e levantou a possibilidade de aditamento do contrato para inclusão de estudos para o RVS Mata da Usina São José se realmente ficar demonstrada tal necessidade caso não se avance as tratativas para conversão da UC em RPPN. O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, solicitou a palavra para deixar uma reflexão ao Conselho Gestor: qual a importância e significado da APA Aldeia- Beberibe diante de todos os projetos que estão sendo propostos para a UC – Arco Viário, novas Linhas de Transmissão, ampliação de rede de gasodutos, ampliação de termelétricas, Escola de Sargentos de Armas do Exército etc., todos concentrados na área mais importante para conectividade e proteção de mananciais da Unidade, sem contar a disseminação de condomínios residenciais sobre os quais não se tem informações sobre a regularidade do ponto de vista de licenciamento ambiental nas áreas de expansão urbana dos municípios que a integram. Destacou que precisamos, enquanto Conselho Gestor, pensar seriamente de que forma lidamos com a revisão do plano de manejo da APA diante de projetos com objetivos totalmente divergentes à conservação do seu território, propostos pelo próprio Governo do Estado, como o Arco Viário e a Escola de Sargentos. Afirmou que precisamos cobrar que a defesa do equilíbrio ambiental e da sustentabilidade não fiquem apenas no discurso da gestão estadual, mas que se reflitam em ações, decisões e políticas públicas efetivas nesse sentido; afirmou ainda que não temos tido tempo de pensar em ações para promover a conservação porque vivemos tentando proteger a APA de tantas ameaças, e que o território está perdendo cada vez mais as características que a vocacionado a ser uma UC. O Sr. ***Maurício***, da SEMAS, afirma que as preocupações do

conselheiro ***Herbert***, do FSaA, são mais do que pertinentes diante da observação dos fatos, mas a SEMAS tem buscado um diálogo assertivo para a proteção da APA Aldeia-Beberibe junto aos demais componentes do Governo. Comentou sobre alguns projetos da gestão estadual para o meio ambiente, destacando o edital para restauração florestal na APA Aldeia-Beberibe, cuja discussão está na pauta do dia de hoje. Sobre o Arco Viário, comentou que não existe definição oficial do Governo em relação ao traçado a ser utilizado no projeto, e mesmo quando este for definido será submetido a licenciamento ambiental, que definirá as medidas adequadas de mitigação e compensação ambiental. Comentei que pode não existir posição oficial do Governo em relação ao traçado do Arco Viário, mas que a promulgação de um Decreto (no 48.638/2020) pelo Governador do Estado que prevê a compatibilização do projeto viário com o corredor ecológico da APA Aldeia-Beberibe sem qualquer consulta pública já nos parece evidência clara do que se planeja para o projeto. O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, ratifica que o edital posto para contratação do pacote de estudos para o projeto do Arco Viário delimita uma área geográfica específica que não dá outra possibilidade aos proponentes além da passagem pela APA. Destacou que inclusive o TCE já se manifestou pela suspensão do processo licitatório promovido pela ADDiper nesse sentido, entendendo que pode haver prejuízo ao erário se for conduzido da forma que o edital está posto. O Sr. ***Maurício***, da SEMAS, salientou que o Conselho deve continuar se posicionando na defesa da APA; o conselheiro ***Herbert***, do FSaA, respondeu que assim o faremos, pois é o que nos resta. Diante do avançar da hora, a Plenária deliberou por adiar a discussão dos itens

- c) Apresentação sobre edital de restauração florestal na APA Aldeia-Beberibe (SEMAS), e d) Apresentação sobre proposta de Escola de Sargentos do Exército no CIMNC, da pauta de hoje para a próxima reunião ordinária pré-agendada para o dia 1 de setembro de 2021.
- e) Informes Gerais;
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que, em consequência do registro da Manifestação do Conselho Gestor sobre o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica (UTE) Pau-Ferro II no MPPE, o CAOPMA determinou que fossem oficiadas (1) a CPRH solicitando informações acerca do processo SEI no 0031000088.001433/2020-36 (que encaminhou a Manifestação do Conselho ao conhecimento da CPRH), e (2) a Promotoria de Justiça de Igarassu, solicitando que informe se existe ou existiu procedimento instaurado para apurar o fato e, em caso de resposta afirmativa, em que fase se encontra.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** lembrou que a Licença Prévia da UTE Pau-Ferro II perdeu a validade, mas o empreendedor solicitou a prorrogação na data limite, para a qual não houve nenhum pronunciamento da Agência até o momento.
- Nada mais havendo a tratar, às 17h30min ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** declarou por encerrada a reunião extraordinária do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe.
- Por não haver mais nada a declarar, eu, ***Cinthia Renata Vieira de Lima***, Presidente do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registros em anexo. Recife, 05 de agosto de 2021.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** questionando se existe a possibilidade de substituirmos a atividade de criação do Conselho Gestor do RVS Mata de Miritiba pela revisão do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe, considerando que o RVS já tem Conselho instituído, mas que não tem sido implementado, além de ser composto por instituições que estão no Conselho da APA, que é quem tem feito a gestão da UC.

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** questionou ainda sobre a possibilidade de levantamento de dados primários para fragmentos florestais que não estejam nas UC de Proteção Integral que integram o território da APA, que concentram quase todos os estudos científicos, de modo a complementar tais dados secundários e trazer novas informações importantes para a gestão.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** compartilhou ainda a preocupação com a realização das oficinas participativas em virtude da pandemia, considerando que nem toda a comunidade, sobretudo a rural, tem acesso à internet de qualidade para participar de reuniões virtuais.
- A Sra. ***Maíra*** passou a responder esse primeiro bloco de questionamentos;
- sobre o Conselho, informou que podemos discutir a melhor forma de efetivá-lo, bem como a integração entre eles; sobre o levantamento de dados primários, ela informou que esses apontamentos às áreas de interesse podem subsidiar maior esforço no levantamento de dados secundários e até a indicação de levantamento de dados primários, em campo; em relação às oficinas, esclareceu que o projeto foi construído com a previsão de reuniões virtuais, mas que estão sendo estudadas formas de garantir a complementaridade na escuta dos diversos atores sociais, inclusive por meio de visitas técnicas.
- A conselheira **Ana Carolina**, da UFRPE, questionou por que o RVS Mata da Usina São José não entrou no Programa UCs Pernambuco, considerando que ela já tem Conselho Gestor (que, no entanto, nunca foi implementado, apesar de ter conselheiros empossados), e está sofrendo tantos impactos de empreendimentos sendo instalados em seu entorno.
- O Sr. ***Maurício***, da SEMAS, respondeu que a UC não entrou no Programa porque existem tratativas para sua conversão em RPPN, embora não haja nada concreto ainda, o que foi confirmado pela conselheira ***Mônica,*** da Usina São José,
- ***Mônica,*** da Usina São José, questionou como se dará o acompanhamento das atividades e dos produtos do Programa por parte da CPRH, dos Conselhos Gestores e da sociedade de uma forma geral.
- O Sr. ***Mauro***, do ITEP, destacou que as instituições contratadas terão um roteiro metodológico a seguir que inclui a "Avaliação Ecológica Rápida", que é uma metodologia validada pelo ICMBio para elaboração de diagnósticos ambientais e criação de UC. Salientou ainda que em todas as fases do projeto estão previstas as consultas e reuniões técnicas para nivelamento de informações com os diversos atores envolvidos. Destacou que serão propostas padronizações de zoneamentos, setores e programas de manejo semelhantes entre as UC para facilitar a compreensão dos territórios pela gestão da CPRH.
- A Sra. ***Maíra*** complementou que durante todo o processo os atores serão envolvidos nas discussões, sobretudo os conselheiros da APA Aldeia-Beberibe que já tem um conhecimento ímpar do território e são referência na governança ambiental em Pernambuco.
- A conselheira ***Mônica***, da Usina São José, questionou se haverá proposição de recategorização de UC, uma vez que o diagnóstico ambiental pode indicar incompatibilidade entre a situação ambiental existente e a categoria da UC, para a qual o
- Sr. ***Maurício*** respondeu que não há qualquer previsão nesse sentido, mas que havendo essa indicação, deverá ser objeto de análise pelas equipes da CPRH e SEMAS; ressaltou também que conta com a colaboração de todos os conselheiros na construção dos produtos.
- A conselheira ***Edneida***, da ANE, questionou se existe alguma orientação metodológica para a realização da mobilização social para o projeto tendo em vista a diversidade de atores existentes no território.
- A Sra. ***Maíra*** respondeu que o ITEP vai acompanhar de perto o processo de mobilização desde o mapeamento de toda essa diversidade de atores sociais, e ressaltou que as

contribuições serão recebidas em todas as fases do projeto. Não havendo mais questionamentos por parte dos conselheiros, agradeci a disponibilidade dos representantes da SEMAS e do ITEP e coloquei o Conselho Gestor à disposição no sentido de contribuir para que tenhamos o melhor produto possível diante dos recursos disponíveis, considerando ser de extrema importância a atualização das diretrizes para conservação da APA diante da atual realidade de demandas no seu território.
SOLICITAÇÕES
❖ ***Mônica,*** da Usina São José, solicitou informações sobre a metodologia "Avaliação Ecológica Rápida". Ela solicitou ainda que os proprietários dos imóveis privados sejam envolvidos nos trabalhos do Programa, sobretudo na definição dos Corredores Ecológicos, de modo a evitar eventuais demandas judiciais em virtude da limitação do uso atual dessas áreas.
DEMANDAS
❖ Não houve.

- **ATA 4**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2021 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Ambiente virtual	
DATA	
01 /09 / 2021	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Apresentação sobre edital de restauração florestal na APA Aldeia-Beberibe (SEMAS) c) Apresentação sobre proposta de Escola de Sargentos do Exército no CIMNC d) Informes gerais. Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor,	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima Ana Paula	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
Maurício Guerra	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Não tem os nomes dos representantes	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura de Camaragibe
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura de Municipal de São Lourenço da Mata
Bruna Bezerra	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Ana Carolina	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Herbert,	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Luciane	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE)
Edneida	Associação Águas do Nordeste (ANE)
Fabiane	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Não tem os nomes dos representantes	Servidores da CPRH

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata da reunião anterior
- Apresentação da proposta de edital a ser discutida por este Conselho,
- Discussão edital de restauração florestal na APA Aldeia-Beberibe
- Discussão sobre a proposta de Escola de Sargentos do Exército no CIMNC
- Deliberação pela formação de Grupo de Trabalho (GT) para tal, o qual será composto pela CPRH, FSaA, UFPE e UFRPE.

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas a todos e agradecendo a presença e pela compreensão pela necessidade da reunião virtual considerando a situação de pandemia, e lembrei que os pontos de pauta principais da reunião de hoje foram os que ficaram pendentes na reunião extraordinária realizada no dia 05 de agosto de 2021. Dessa forma, entramos então no primeiro ponto da pauta protocolar:
- a) Aprovação da ata da reunião anterior, que se deu após apreciação do texto pelos conselheiros presentes, por unanimidade.
- b) Apresentação sobre edital de restauração florestal na APA Aldeia-Beberibe (SEMAS), resultado de uma iniciativa da SEMAS para fomentar a restauração florestal nas Unidades de Conservação (UC) estaduais, mas que só teve aderência da APA Aldeia-Beberibe considerando que as demais Unidades possuem prioridades diferentes no momento, como a regularização fundiária, por exemplo. Sr. ***Maurício Guerra***, da SEMAS, com a palavra apresentou a proposta de edital a ser discutida por este Conselho, que prevê a utilização de recursos na ordem de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), envolvendo até 5 projetos de até R$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil 30 reais) cada para a restauração florestal de cerca de 225 hectares de áreas degradadas dentro do corredor ecológico da APA Aldeia-Beberibe, conforme a priorização estabelecida no estudo que o definiu, com prazo de execução de 36 meses, prorrogáveis por mais 12 meses. Finalizando sua fala, abriu espaço para esclarecimentos aos conselheiros. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que, de fato, temos discutido e trabalhado na elaboração das diretrizes do edital e buscando garantir que as definições postas no estudo dos corredores ecológicos para a restauração dos 7 mil hectares hoje degradados sejam seguidas, e que as áreas de muito alta prioridade devem ser, de fato, as prioritárias para iniciar o processo, já que basicamente se caracterizam por serem APP ou Áreas de Proteção de Mananciais de categoria M1. Assim, buscamos também fomentar a adesão dos proprietários ao projeto, já que a adequação ambiental das propriedades, sobretudo as rurais, já se faz necessária por força de lei e, aderindo ao projeto de implementação dos corredores ecológicos o proprietário será diretamente beneficiado pela isenção ou redução de custos relacionados à tal adequação. A

conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, comentou que nos estudos dos corredores estimou-se cerca de 2 mil hectares de áreas passíveis de restauração em área de muito alta prioridade para restauração, sendo de fato boa parte em APP, mas que essas áreas encontram-se inseridas em granjas, chácaras, assentamentos rurais, e grandes propriedades de produção de cana-de-açúcar das usinas, e questionou se não existe restrição para que o Estado Fomente a regularização ambiental dessas APP quando essa obrigação legal é do proprietário. Outra questão levantada pela conselheira é a preocupação relacionada à seleção específica das áreas contempladas, de modo a se observar que podem ser restauradas pequenas áreas para melhorar o formato dos remanescentes, reduzindo efeitos de borda dos fragmentos, por exemplo, e otimizando o investimento a ser realizado; além disso, destacou que no corredor ecológico existem áreas onde é impossível ou inviável realizar restauração, a exemplo de áreas já convertidas à urbanização. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que, de fato, há a obrigação legal do proprietário recuperar as APP porventura degradadas em sua propriedade, mas que por outro lado o Estado não pode se eximir de buscar a melhoria da qualidade ambiental que repercute para toda a sociedade, de modo que precisamos buscar talvez uma alternativa intermediária para não perdermos a oportunidade de restaurar APPs tão importantes para a manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais à vida humana, como a provisão de água; lembrou que no caso dos pequenos proprietários rurais (até 4 módulos fiscais), o poder público pode prestar apoio para a regularização ambiental. Aproveitou a oportunidade para mostrar as poligonais especializadas no aplicativo Google Earth Pro das áreas passíveis de restauração florestal às margens da Barragem de Botafogo, que totalizam 83 hectares, destacando a necessidade de solução para a questão de titularidade visando possibilitar a sua recomposição. O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, pontuou que esse imbróglio precisa ser resolvido o quanto antes para que seja definido de que forma será possível implementar tal recomposição, e também aproveitou para apresentar algumas imagens de espacialização das áreas a serem restauradas ao redor do manancial, destacando as diferentes situações ambientais encontradas. Continuou mostrando a totalidade da área do corredor ecológico da APA Aldeia-Beberibe em mapa sobreposto à imagem de satélite da região, afirmando que não acredita que será possível a restauração dos 7 mil hectares hoje degradados considerando a realidade de uso e ocupação do solo envolvidos; que seria mais factível trabalhar com o objetivo dos 2 mil hectares de muito alta prioridade. O conselheiro comentou ainda que seria interessante fazer uma análise de conveniência em relação às áreas selecionadas, se dispersas ou aglomeradas, uma vez que aglomeradas facilitaria a implementação e monitoramento dos plantios. O Sr. ***Maurício*** esclareceu que o ideal é que sejam seguidas as diferentes estratégias de restauração da APA Aldeia-Beberibe, considerando cada aspecto socioambiental, o que está sendo proposto neste edital é uma delas; as usinas têm capacidade técnica e orçamentária de executar suas regularizações por meios próprios, necessária inclusive por força da lei. Em relação à APP da Barragem de Botafogo, comentou que seja de responsabilidade da Usina São José ou da COMPESA, ambas têm possibilidade de executar a sua recomposição por meios próprios, mas que não podemos aguardar essa definição para conduzir essa outra estratégia; que o edital é uma oportunidade de chamamento a interessados em realizar ou receber processos de restauração, e existem vários exemplos de projetos de restauração sendo financiados pelo poder público em áreas privadas, de modo que não vê impedimentos que isso aconteça aqui também. Comentou que achou interessante pontuar de forma diferenciada projetos em assentamentos rurais, já que tem potencial de desenvolver também a parte social, assim como escalonar as áreas de muito alta, alta e média prioridades de restauração. A Sra. ***Bruna Bezerra***, da UFPE, também ratificou o entendimento dos conselheiros que se pronunciaram anteriormente, e

ressaltou a importância do envolvimento da população local na produção e o estímulo à criação de pequenos viveiros florestais nas comunidades; deu o exemplo de uma área de exploração mineral na Paraíba, próxima a área de estudo de seu grupo de pesquisa, onde são desenvolvidas atividades minerárias cujas áreas depois são submetidas à restauração florestal com mudas provenientes de viveiros próprios mas também de viveiros comunitários, com pessoal capacitado no âmbito do projeto. Comentou que, além do envolvimento da comunidade, outro fator determinante para o sucesso da restauração é a manutenção e o monitoramento dos plantios, que vai muito além dos 3 anos que estão previstos no presente edital, que possivelmente não será suficiente para atingir seu objetivo final, de modo que sugere que haja uma adequação nesse cronograma para que não haja desperdício de dinheiro público. A Sra. ***Bruna*** compartilhou ainda preocupação relacionada à qualidade técnica dos projetos a serem aprovados e da metodologia proposta para as restaurações. Sugeri que o Sr. Maurício submete o edital à apreciação do nosso Grupo de Trabalho (GT) Restauração para que possamos fazer as sugestões de forma mais adequada e por escrito, o que foi acatado pelo Sr. Maurício, que solicitou celeridade diante urgência no lançamento do edital considerando o período de execução orçamentária. Dessa forma, foi definido o prazo de 7 dias, a contar da data de recebimento da minuta do edital pelo Conselho com as alterações já apresentadas nesta reunião, para que nos pronunciamos. Finalizando esse ponto de pauta, passamos ao seguinte:

- c) Apresentação sobre proposta de Escola de Sargentos do Exército no CIMNC.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que tomou conhecimento sobre a possibilidade de o CIMNC receber a nova Escola de Sargentos de Armas (ESA) do Exército Brasileiro em meados de abril deste ano, quando tal fato foi amplamente noticiado na imprensa. Naquela ocasião, o que se sabia era que Abreu e Lima era uma das cidades que estavam concorrendo para sediar o empreendimento, junto com Ponta Grossa (PR) e Santa Maria (RS), as quais estavam sendo avaliadas e visitadas pelo Exército para que fosse então definida a cidade que receberá o investimento, o que deverá acontecer ainda este ano. Desde então temos, enquanto Conselho, buscar informações concretas sobre o projeto, sem sucesso. Procurou o comando da 7a Região Militar, subordinada ao Comando Militar do Nordeste (CMNE), que informou que não tem informações oficiais sobre o assunto, mas que assim que fosse possível entrariam em contato com o Conselho Gestor da APA para prestar as informações e esclarecimentos necessários. Procurou também a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco (SEPLAG/PE), cujo contato foi intermediado pela conselheira Silvana, da Agência CONDEPE/FIDEM, ao saber que a proposta do Governo do Estado para sediar a ESA foi conduzido por aquela secretaria, mas também não tive sucesso no levantamento de informações; o servidor responsável pela condução do processo encontra-se de férias e por isso não foi possível contar com sua presença nesta reunião. De toda forma, visando o nivelamento de informações com os conselheiros, apresentei dois vídeos institucionais sobre a ESA, um do Governo do Estado de Pernambuco e outro do CMNE, onde fica claro que as tratativas estão avançadas entre os dois entes no sentido de viabilizar a instalação do empreendimento na área do CIMNC. No entanto, o que nos preocupa é a apresentação da proposta de projeto sobre a Mata do CIMNC, nas imediações de Chã de Cruz, ocupando, segundo o vídeo do CMNE, uma área de 1.235.000 m2, ou 123,5 hectares, onde estão previstos a escola, o parque de tiros, a vila olímpica e a vila militar com a possibilidade de três acessos internos, além da interligação entre esses complexos, com previsão de utilização por uma população de cerca de 10 mil pessoas. Os conselheiros presentes demonstraram extrema preocupação com a localização do projeto e sua dimensão dentro do contexto de

fragilidade ambiental da área. A conselheira ***Edneida***, da ANE, comentou que certamente o Arco Viário está atrelado a esse novo projeto, considerando sua localização. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que, conforme foi amplamente noticiado pela imprensa, no último mês de agosto durante a visita do Comandante do Exército à Pernambuco para tratar da candidatura de Abreu e Lima, o Governador do Estado e a maioria de seus secretários participaram de reunião onde foram apresentadas a propostas de projeto e as contrapartidas do Governo do Estado para receber a ESA, ocasião na qual o Arco Viário foi incluído como alternativa de mobilidade e acesso ao empreendimento, o que de certa forma traz sentido à insistência para que seu traçado atravesse a APA e nos faz ter que pensar nos impactos sinérgicos dos empreendimentos conjugados. Ressaltou que mais uma vez não houve qualquer tipo de consulta ou discussão com a sociedade sobre o assunto, o que torna ainda mais difícil a compreensão dos motivos que levaram à escolha desse local para a construção da proposta. Foi consenso entre os conselheiros que um empreendimento desse porte é imprescindível para movimentar a economia do Estado, de modo que defendemos que o Estado permaneça como candidato a recebê-lo, mas que a localização seja adequada e, assim, sigamos o mesmo entendimento do Arco Viário em relação à discussão de alternativas locacionais, considerando que possivelmente na área proposta temos vedações impostas pela Lei da Mata Atlântica e pela Lei de Proteção de Mananciais. A Sra. ***Marina***, da SEMAS/PEDI, lembrou que a Mata do CIMNC é habitat de várias espécies ameaçadas de extinção e que deve ser resguardada de qualquer impacto para garantir a conservação dessas e de várias outras espécies. A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, destacou o antagonismo entre as duas pautas discutidas na reunião de hoje, ambas de iniciativa governamental, que ressaltam a controversa política ambiental do governo estadual, lembrando ainda os demais empreendimentos que estão sendo implantados à revelia da existência das UCs na paisagem, e leva a pensar que sentido faz manter a proteção legal da área se, na prática, isso não é considerado. A Sra. ***Ana Paula***, da CPRH, ratificou o entendimento da conselheira Ana Carolina e comentou que tudo leva a crer que o edital de restauração já é uma compensação prévia pela supressão de vegetação para a ESA e o Arco Viário.

- A conselheira ***Luciane***, da FIEPE, comentou que a ideia da ESA nas imediações de Chã de Cruz está sendo muito bem aceita pela comunidade daquela localidade, que estão considerando apenas as oportunidades de aumento de renda vinculadas à sua implantação, além da especulação imobiliária, o que pode se tornar um fator limitador da articulação para alteração da proposta, ao contrário do que tivemos no caso do Arco Viário. Sobre isso, comentei que realmente é algo a se preocupar, já que esse tipo de empreendimento é indutor de degradação de áreas naturais e urbanização, o que não é interessante para a conservação daquele que é o maior remanescente de Mata Atlântica ao norte do rio São Francisco, área que caracteriza o Centro de Endemismo Pernambuco (CEPE).
- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, lembrou que além de estar inteiramente situado em Área de Proteção de Mananciais, na localização veiculada encontram-se diversas nascentes de tributários do rio Catucá, que abastece a Barragem de Botafogo e boa parte da população residente na Região Metropolitana do Recife (RMR).
- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, salientou que se for permitida a instalação da ESA na Mata do CIMNC é possível que no futuro surjam novas demandas por outras estruturas e/ou equipamentos associados para aproveitar a infraestrutura e o precedente criado, então corrobora o encaminhamento pela audiência pública na ALEPE o quanto antes para que não sejamos pegos de surpresa com os projetos já prontos e licenciamento concedido, como tem acontecido. Considerando que Pernambuco tem muita chance de ganhar a disputa

considerando as questões climáticas, de infraestrutura aeroportuária e de descentralização, a conselheira afirmou que acredita que é possível que o Estado vença. O conselheiro ***Herbert*** apresentou as imagens de satélite do local demonstrando a existência de Mata Atlântica densa e consolidada no local pretendido, além de nascentes e cursos d'água albergados pela Lei de Proteção de Mananciais; destacou ainda a existência de várias áreas degradadas no entorno de Chã de Cruz, de Chã de Conselho e de Araçoiaba que poderiam ser consideradas como alternativas locacionais de menor impacto ambiental. Sugeriu que, caso aprovado o pedido de audiência pública, que nos organizemos para que tenhamos falas de 4 ou 5 conselheiros abordando diferentes pontos visando esclarecer aos deputados e demais presentes o quão equivocada é a proposta de local apresentada para a ESA, e se disponibilizou a fazer um levantamento de possíveis alternativas locacionais para apresentar na audiência. Finalizou destacando que não podemos aguardar a decisão para nos pronunciarmos, tendo em vista que depois que o projeto for apresentado dificilmente conseguiremos alguma mudança. A Sra. ***Marina***, da SEMAS/PEDI, ressaltou a importância de incluirmos no documento os últimos dados do relatório do IPCC em relação às mudanças climáticas e a necessidade de proteção da floresta para segurança hídrica. Lembrei que o Brasil é o único país do planeta que poderia zerar suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) ao conter queimadas e desmatamentos; que mesmo com diversos acordos internacionais para conservação ambiental, o poder público nas três esferas ainda insiste em conduzir ou promover projetos que são contrários ao que se espera para o cumprimento de suas metas ambientais.

- d)Informes Gerais;
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima i***nformou que o CEPAN foi a instituição contratada para fazer a revisão do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe, assim como os instrumentos de gestão do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Mata de Miritiba, o que foi comemorado pelos conselheiros considerando a experiência da organização no território. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou também que na próxima reunião estaremos realizando a posse dos conselheiros que foram indicados no período da pandemia. A conselheira ***Ana Carolina*** voltou a se posicionar com indignação pela não inclusão do RVS Mata da Usina São José não ter entrado no Programa UC Pernambuco diante da sua importância e completa falta de instrumentos de gestão, e cobrou que seja dada celeridade ao processo de conversão para Reserva Particular de Patrimônio natural (RPPN), já que esse foi o motivo do referido RVS não ter entrado no programa e é de interesse do proprietário, uma vez que atualmente a UC encontra-se estagnada num limbo que a impede de ter melhorias mas não a protege de ser impactada por todos os empreendimentos que estão sendo instalados em seu entorno. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que na reunião anterior o Sr. ***Maurício***, da SEMAS, vislumbrou a possibilidade de aditamento do contrato para inclusão de UCs não contempladas inicialmente ou mesmo a substituição de algumas que podem ser inviabilizadas por questões de conflito relacionadas à situação fundiária. O conselheiro ***Herbert*** lembrou que na conversão de RPPN para RVS perde-se a zona de amortecimento, o que pode não ser interessante para a Mata da Usina São José diante da realidade de seu entorno. No entanto, ressaltei que caso o proprietário opte por essa possibilidade a área da UC deve ser incrementada, a exemplo do que está sendo proposto para a conversão do RVS Quizanga em RPPN, onde a área protegida foi quase triplicada; nesse raciocínio, poderíamos negociar uma área de corredor ecológico para garantir a conectividade ao menos no entorno da UC. O conselheiro ***Herbert*** apresentou ainda imagem do município de Camaragibe, demonstrando que grande parte da área antropizada e urbanizada da APA está aglomerada no território

daquele município, e que pouco resta de solo que já não esteja convertido, de modo que não faz sentido mais ter perda de remanescentes diante dessa realidade.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, agradeceu pela apresentação e questionou (1) se está prevista alguma priorização de projetos que contemplem assentamentos rurais sobre àqueles que contemplem propriedade particulares, (2) se existirá algum termo de compromisso a ser firmado com os proprietários para garantir a manutenção das áreas restauradas ao longo do tempo, considerando que praticamente toda a área passível de restauração é de domínio privado, e (3) se após o término do projeto há previsão de algum monitoramento por parte do Governo do Estado.
- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, também agradeceu a apresentação e questionou (1) se as áreas a serem contempladas no projeto serão definidas já no edital ou se serão indicadas pelos proponentes e, (2) considerando as áreas a serem restauradas são em grande parte privadas, se serão contempladas Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais no projeto, lembrando que há um impasse sobre a titularidade da propriedade das áreas das margens da Barragem de Botafogo, prioritárias para a restauração.
- O Sr. ***Maurício***, da SEMAS, agradeceu os questionamentos e destacou que nas reuniões de construção do edital está gestora sempre pontuava tais questões diante da realidade de domínio territorial da APA. Comentou que, nas primeiras conversas, a ideia era contemplar exatamente a APP da Barragem de Botafogo, mas que diante da indefinição da questão de dominialidade da propriedade e da imprevisão de solução para tal, decidiu-se optar por elaborar o edital em aberto de modo que as instituições proponentes possam indicar as áreas em que executarão os projetos. Ressaltou também que a priorização deve seguir as indicações do estudo dos corredores ecológicos, onde as APP já estão delimitadas como muito alta prioridade para restauração. Desta forma, a preservação dessas áreas já está assegurada por lei, mas que de toda forma deve ser apresentado documento de anuência do proprietário onde deve constar também a responsabilidade pela manutenção dos plantios, como contrapartida.
- A conselheira ***Edneida***, da ANE, questionou como serão estabelecidas as áreas a serem restauradas diante da indefinição do traçado do Arco Viário, tendo em vista que as áreas escolhidas podem estar situadas em áreas diretamente impactadas pelo empreendimento caso se concretize a sua implementação atravessando a Unidade e seu corredor ecológico, perdendo-se o investimento que deveria ter o objetivo de aumentar a conectividade do território; sugere que o Conselho estabeleça como condição a aprovação do edital que tenhamos alguma definição sobre a situação da rodovia antes de efetivar a escolha das áreas para evitar gasto de dinheiro público em vão, e destacou que o Estado precisa definir suas políticas públicas de forma horizontalizada para que questões como essa não voltem a ser problemas por simples falta de planejamento estratégico. Sugere também que sejam estabelecidos compromissos concretos e até coparticipação com os proprietários que receberão as restaurações no sentido de, no mínimo, garantir a sua manutenção, tendo em vista que poderão ser beneficiados mesmo estando em situação irregular em relação a seus passivos em APP e reserva legal; sugere ainda, que as ações sejam concentradas o tanto quanto possível, para potencializar o impacto da ação.
- A conselheira ***Ana Carolina*** se pronunciou no sentido de concordar que é válida a definição de prioridades de acordo com as categorias definidas no estudo dos corredores, com o impacto social, mas também com a funcionalidade da área, uma vez que o estudo focou na conexão

entre as áreas, sobretudo aumento de área com floresta e a conectividade entre as áreas. Pontuou ainda que entende ser necessária a previsão da utilização do viveiro-escola da APA Aldeia-Beberibe, implantado no Parque Dois Irmãos, para que o investimento realizado não seja perdido sem que o objetivo para o qual ele foi criado seja minimamente atendido, mas que seja ao invés disso otimizado dentro desse novo escopo.

- O conselheiro ***Herbert*** pediu que o Sr. ***Maurício*** esclarecesse se realmente é possível a utilização dos recursos previstos na implantação do objeto do edital mesmo que em áreas privadas, para o qual ele respondeu que é permitido, sim, esse tipo de apoio governamental em ações de restauração.
- O conselheiro ***Herbert*** comentou ainda as falas das conselheiras ***Edneida***, em relação ao Arco Viário, e ***Ana Carolina***, em relação ao viveiro-escola, concordando com o que foi posto por elas, demonstrando que precisa haver uma articulação entre os investimentos realizados na APA, que envolveram o mapeamento de matrizes, formação de agentes ambientais para a restauração florestal, estruturação do viveiro e estudo das áreas para restauração para potencializar a conectividade na área de abrangência da UC.
- Destacou a necessidade das mudas a serem utilizadas nos projetos serem produzidas na região da APA, utilizando o viveiro-escola, considerando que não existe demanda para ações de reflorestamento em escala atualmente no Estado.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que a questão da previsão da utilização do viveiro-escola foi levantada por ela na discussão do edital em todas as reuniões das quais participoi, o que foi confirmado pelo Sr. ***Maurício***, que esclareceu ainda que serão utilizados todos os estudos e produtos existentes já realizados. Em relação ao viveiro, compartilhou que se preocupa com a inclusão do viveiro-escola no edital considerando que podem ser contemplados até 5 projetos, de modo que pode existir algum conflito na sua utilização; além disso, o prazo previsto inicialmente para os projetos pode não ser compatível à inclusão das etapas de produção de mudas.
- O conselheiro ***Herbert*** reforçou o que já havia comentado no sentido de que não há produção para atender plantios em escala, sendo necessário incluir sim dentre as atividades dos projetos a produção de mudas.
- O Sr. ***Maurício*** comentou que a SEMAS está com edital para apoio à produção de mudas em viveiros florestais municipais, e que tem outro em discussão para promover a coleta de sementes por mulheres, mas que fica aberto a contribuições para buscar uma alternativa para essa questão. O Sr. ***Maurício*** comentou que, diante do cronograma esperado para execução dos projetos, talvez seja necessária a aquisição de mudas de outras áreas da Zona da Mata ou até mesmo de outras regiões, de modo que a possibilitar a implementação dos plantios ainda no primeiro ano dos projetos, mesmo tendo ciência de que não é o ideal.
- O conselheiro ***Herbert*** sugeriu que o Governo do Estado provoque a produção de mudas nos viveiros que tem gestão estadual, sobretudo o viveiro-escola do PEDI, construído para este fim, para que eles deem conta ao menos da demanda inicial dos reflorestamentos.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** reiterou a fala do conselheiro, afirmando que com uma reestruturação do equipamento seria possível suprir essa demanda, já que a cadeia produtiva da restauração florestal no Estado anda sem estímulos sobretudo por conta da falta de definições relacionadas ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), vinculado ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- O Sr. ***Maurício*** concordou que essa indefinição sobre o CAR e PRA são fatores limitantes para a produção e que a SEMAS e a CPRH estão tentando estabelecer uma estratégia regional para conseguir implementá-los.

- A conselheira ***Fabiane***, do CEPAN, endossou os pontos levantados pelas conselheiras Ana Carolina e Edneida e pelo conselheiro Herbert, sobretudo no que se refere ao aproveitamento de tudo que já se tem para a APA relacionado à restauração, e registrou ainda que o objetivo da restauração precisa ser bem definido no edital de modo a subsidiar todas as etapas do projeto. Destacou que além da baixa demanda por mudas de espécies nativas pelas indefinições do CAR e PRA, os viveiristas foram seriamente impactados pela pandemia, o que torna a situação ainda mais delicada para a execução de projetos de restauração em escala. Lembrou que o viveiro do PEDI tem potencial para ser centro de formação e de beneficiamento de sementes tanto para produção de mudas quanto para execução de semeaduras diretas. Sugeriu que sejam incluídas metodologias passivas de restauração, como a condução de regeneração natural, dentre as atividades elencadas no edital, de modo a otimizar o tempo no primeiro ano do projeto - período de produção de mudas. Salientou que o CEPAN teve uma experiência prática recente e pode testemunhar como é difícil mobilizar áreas para execução de restauração na APA diante da situação fundiária, e que a adesão ao edital pode ser prejudicada diante da falta de áreas já disponíveis para executar os projetos.
- O Sr. Maurício afirmou que o cronograma do edital garantirá tempo suficiente para o levantamento de áreas passíveis de restauração dentro de sua abrangência.
- A conselheira ***Edneida***, da ANE, questionou sobre a autonomia do CIMNC em relação às áreas em seu território, e respondi que não sei exatamente bem, mas que dentro da hierarquia do Exército eles estão submetidos ao Comando da 7a Região Militar; mas informei que o certo é que a lei vale para todos, de modo que deve ser respeitada por todos os entes federativos e instituições. Diante das informações apresentadas e da discussão realizada, sugere que o Conselho elabore documento levantando as questões pertinentes relacionadas às restrições ambientais da área aparentemente escolhida para sediar a ESA.
- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, afirmou que concorda com esse encaminhamento e que entende ser de responsabilidade do Conselho fazer esse alerta às autoridades que estão conduzindo essas tratativas, preferencialmente antes da definição formal da cidade que receberá a escola, e sugeriu que provoquemos uma audiência pública sobre o tema. Concordei que seria muito pertinente a realização de uma audiência pública e que de preferência ela ocorra na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), uma vez que tem sido noticiada também a mobilização e a articulação dos deputados estaduais e federais do Estado no sentido que atrair o empreendimento para Pernambuco, certamente sem ter informações concretas sobre as restrições existentes para a área proposta.
- O conselheiro ***Herbert*** questionou se a CPRH e o MPPE se pronunciaram em relação ao licenciamento ambiental da Usina Termelétrica (UTE) Pau-Ferro II e se a CPRH respondeu à recomendação do MPPE em relação ao licenciamento ambiental do Arco Viário.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que até o momento não tive conhecimento de pronunciamento da CPRH em resposta à Manifestação do Conselho Gestor sobre o licenciamento ambiental da UTE Pau-Ferro II; em relação ao MPPE, a último andamento registrado foi o despacho do CAOPMA para que fossem oficiadas
- O conselheiro ***Herbert*** questionou se de fato houve solicitação de supressão de vegetação de remanescente de Mata Atlântica existente na propriedade onde está se instalando o Condomínio Hyeda Castro, no Km 13 da Estrada de Aldeia, para o qual ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que sim, mas que estamos analisando criteriosamente o pedido e já temos uma indicação de que a supressão requerida é vedada pela Lei da Mata Atlântica, de modo que o pedido deve ser indeferido.

SOLICITAÇÕES

❖ Não houve.
DEMANDAS
❖ A ***Cinthia Renata Vieira de Lima)*** minutará documento solicitando a audiência pública à ALEPE, o qual será disponibilizado aos conselheiros para contribuições e envio à Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade daquela Casa Legislativa; ❖ O FSaA fará articulações com o deputado Wanderson Florêncio no sentido de destacar a urgência da pauta. ❖ O conselheiro ***Herbert*** sugeriu que o Conselho Gestor encaminhe a solicitação de audiência pública à Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade da ALEPE e, se necessário, que solicitemos também uma audiência prévia com o deputado estadual Wanderson Florêncio, presidente da referida comissão, para esclarecer a importância e a urgência dessa discussão. ❖ A conselheira ***Edneida***, da ANE, sugeriu que façamos uma abordagem do ponto de vista de reflexão sobre as mudanças climáticas no pronunciamento do Conselho, e se disponibilizou para contribuir no documento a ser enviado pelo conselho para solicitar a audiência pública à ALEPE.

➢ **ATA 2**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE JUNHO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Ambiente virtual	
DATA	
22 / 06 / 2022	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes c) Apresentação sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba d) Discussão sobre empreendimentos licenciados sem o conhecimento da gestão da APA e) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC f) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano g) Informes Gerais	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH)
Marina	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Não tem os nomes dos representantes	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Agência CONDEPE/FIDEM)

Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura do Recife
Não tem os nomes dos representantes	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Ana Carolina	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Luciane	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE)
Mônica Rocha	Usina São José
Não tem os nomes dos representantes	Usina Petribú
Ricardo Braga	Associação Águas do Nordeste (ANE)
Fabiane Santos	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Valdir Luna	Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP)
Paulo Batista Gleydson	servidores da CPRH
Ana Célia Maíra Braga Maurício Guerra	SEMAS

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata da reunião anterior, realizada no dia 24 de março de 2022
- Apresentação sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba.
- Discussão sobre empreendimentos licenciados sem o conhecimento da gestão da APA

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas a todos e agradecendo a presença e a compreensão pela necessidade da reunião virtual considerando a nova onda de COVID que assola nossa cidade. Dessa forma, entramos então no primeiro ponto da pauta protocolar:
- a) Aprovação da ata da reunião anterior, realizada no dia 24 de março de 2022, que se deu após apreciação do texto pelos conselheiros presentes, por unanimidade. A seguir, passamos ao ponto:
- b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; no entanto, todos os presentes já foram devidamente empossados, de modo que passamos ao ponto seguinte:
- c) Apresentação sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** cedeu a palavra à conselheira ***Fabiane Santos***, do CEPAN, entidade selecionada para a elaboração dos estudos, que informou que os produtos preliminares do primeiro diagnóstico ambiental parcial das UCs e o relatório da oficina participativa foram aprovados nas últimas semanas pela SEMAS e agora ficarão disponíveis para consulta e contribuições. A conselheira ***Fabiane*** informou também que o mapeamento do uso e cobertura do solo das UCs está 90% pronto e considerou bases de dados disponíveis para utilizar o material mais atualizado possível, complementando dados já obtidos, mas não tão atuais, como os do PE 3D. Em relação às imagens de satélite, comentou que estão sendo utilizadas imagens Planet e Google Earth Pro, de altíssima resolução. A Sra. ***Ana Célia***, da SEMAS, esclareceu que é importante que o Conselho Gestor contribua no diagnóstico

ambiental e que não necessariamente precisa aguardar a aprovação dos produtos preliminares para isso. A conselheira ***Fabiane*** lembrou que a definição das contribuições do Conselho após a aprovação dos produtos preliminares havia sido um alinhamento com a SEMAS no início do processo, mas entende que é possível e oportuno um realinhamento no sentido de ampliar a participação do Conselho no processo. A Sra. ***Maíra Braga***, da SEMAS, reforçou a necessidade de realinhar a forma de participação do Conselho no processo de elaboração desses instrumentos de gestão, considerando que o momento inicial de definição de fluxos já foi superado, e se comprometeu a cobrar do ITEP o compartilhamento de um link com os produtos gerados até o momento para subsidiar os trabalhos do GT de acompanhamento da revisão/elaboração dos planos de manejo das UCs. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** esclareceu que o GT já está constituído desde novembro de 2021 e desde então estamos aguardando os produtos para contribuir com mais propriedade na elaboração dos instrumentos pretendidos. A conselheira ***Fabiane*** continuou apresentando um mapa com a espacialização da área de abrangência dos estudos de flora e fauna levantados até o momento, bem como o conteúdo bibliográfico, ressaltando que tais documentos foram solicitados pela Plenária do Conselho na reunião anterior. Destacou que nos mapas ficaram evidenciadas as lacunas de estudos (RVS Quizanga, Mata da Pitanga, além de algumas áreas privadas), que devem orientar as atividades de campo. ***Fabiane*** comentou ainda que permanecem sem autorização para realizar estudos no RVS Mata de Miritiba, no CIMNC, que a SEMAS reiterou o pedido de acesso ao comando do Exército, mas que ainda não deram retorno; salientou que isso pode comprometer a entrega dos produtos referentes ao diagnóstico ambiental da UC. Revelou que os próximos passos serão, mediante repactuação do calendário de atividades e entregas, a realização das visitas de campo para levantamento primário complementar os dados de flora e fauna, especialmente em locais que ofereçam segurança às equipes, elaboração dos produtos referentes aos diagnósticos finais e realização das novas oficinas. Finalizou a apresentação se colocando à disposição para alguma dúvida que pudesse surgir. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que precisamos definir os fluxos de contribuição nos documentos de forma concreta; que o RVS Mata de Quizanga já foi efetivamente convertida na RPPN Quizanga, de modo que devemos atualizar essa questão no novo plano de manejo, sendo também uma área importante para ampliar o levantamento de dados primários, assim como a Mata de Pitanga, que boa parte pertence à Usina São José; que ambas as áreas das usinas podem oferecer condições de segurança às equipes. A conselheira ***Luciane***, da FIEPE, comentou que pode articular junto aos líderes do assentamento Pitanga a visita à parte da Mata de Pitanguinha que fica naquele assentamento rural. O conselheiro ***Herbert*** destacou a importância do levantamento de informações nas matas ciliares do rio Bonança, inclusive de quem seriam os proprietários. A Sra. ***Maíra Braga***, da SEMAS, salientou a importância da participação do Conselho no processo de elaboração do plano de manejo, sobretudo nas próximas etapas das oficinas participativas, que deverão contemplar o zoneamento, uma vez que nessa etapa o conhecimento das situações do território é essencial. Informou ainda que a SEMAS realizou reunião com o Exército Brasileiro no sentido de esclarecer os objetivos do Programa UC Pernambuco e desvinculá-lo das questões relacionadas à ESA, de modo que a instituição se comprometeu a reconsiderar o pedido de acesso ao CIMNC para a realização dos estudos. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** lembrou que o Sr. ***Maurício Guerra***, da SEMAS, em uma das reuniões com nosso Conselho levantou a possibilidade de substituir alguma UC na qual a elaboração dos instrumentos de gestão não prospere pelo RVS Mata da Usina São José, possibilidade que deveríamos voltar a levantar junto à gestão; propus ainda que este Conselho tente intermediar e sensibilizar a diretoria da Usina São José sobre a liberação ao acesso aos pesquisadores das universidades e do CEPAN para realização de

estudos tão necessários, considerando que o remanescente da Mata de Pitanga parece ser um dos mais antigos da APA Aldeia-Beberibe, encaminhamento que foi aprovado pela Plenária. A conselheira ***Mônica Rocha***, da Usina São José, informou que a empresa já autorizou o início do processo administrativo na CPRH para conversão do RVS em RPPN e que as tratativas para a elaboração do plano de manejo da UC devem ser iniciadas tão logo seja emitida a titulação da Reserva; comentou que a questão de autorização para acessar propriedades da usina deve ser tratada diretamente com a diretoria da empresa. A conselheira ***Marina***, da SEMAS/PEDI, informou que o Plano de Manejo do PEDI já foi finalizado e disponibilizará o documento para que seja utilizado como base de dados secundários para a revisão do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe. A Sra. ***Maíra*** informou que a oficina de zoneamento somente será realizada após a finalização do diagnóstico ambiental e da consolidação dos dados socioeconômicos, ambientais e de uso e ocupação do solo e prevê um esforço para convergir os instrumentos de gestão do PEDI e das UCs municipais.

- d) Discussão sobre empreendimentos licenciados sem o conhecimento da gestão da APA;
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou esclarecendo que a discussão desse ponto se fez necessária devido aos transtornos que a gestão da UC vem sofrendo pelo número cada vez maior de empreendimentos sendo licenciados sem o conhecimento da gestão da APA, tanto pela CPRH quanto pelos municípios de Recife, Igarassu e Paulista, muitas vezes ocasionando desdobramentos complexos. Por essa razão, essa questão tem sido assunto recorrente nas reuniões deste Conselho, de modo que convidamos o Diretor de Licenciamento Ambiental da CPRH, o Sr. ***Eduardo Elvino***, para discutir tal problemática. No entanto, tal diretor comunicou, pouco antes do início da presente reunião, que foi convocado para uma outra reunião urgente e estaria impossibilitado de comparecer à nossa. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que é uma proposta muito interessante e que poderíamos de fato propor tal normatização ao CONSEMA/PE, já que o problema tem sido registrado com órgãos ambientais das duas esferas, estadual e municipal, ambos sob o regramento daquele fórum pelo SISNAMA;
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Comentou ainda que tal situação tem sido relatada também pelos gestores de outras APAs estaduais, como a de Guadalupe e de Santa Cruz, demonstrando que é uma questão disseminada e não pontual, tendo sido inclusive proposto, no âmbito do Conselho Gestor da APA de Guadalupe, um seminário entre os Conselhos Gestores das APAs estaduais para requisitar uma solução para a questão. Sobre o CONSEMA, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** lembrou que sou conselheira pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos de Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SINTAPE) e que posso levar ao conhecimento daquele fórum tal proposta de resolução, se optarmos por formulá-la diante da problemática posta. O conselheiro ***Herbert*** afirmou que a proposta é excelente, já que parece ser uma política de governo não informar à gestão das UCs sobre os licenciamentos nos seus territórios, contrariamente ao discurso de valorização das áreas protegidas; que o fato de não informar sobre empreendimentos na UC se reflete no fato de também não sermos consultados, o que põe em xeque o caráter consultivo do Conselho Gestor; que o problema vai além do licenciamento, uma vez que quando são registradas denúncias aos órgãos ambientais não se tem qualquer retorno de desdobramentos, e citou o caso do Retrô, em Camaragibe. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** esclareceu que a legislação trata de anuência/ciência do órgão gestor da UC, o que muitas vezes foi compreendido de forma equivocada pela CPRH ao não remeter os processos à Unidade de Gestão das Unidades de Conservação, mas que não há vinculação ao pronunciamento do Conselho, exceto nos casos de empreendimentos de significativo impacto, ou seja, aqueles submetidos à

EIA/RIMA; apesar disso, ao tomar conhecimento de empreendimentos que possam afetar de forma crítica a UC, em geral remeto à apreciação deste fórum, como foi o caso do loteamento Hyeda Castro, também em Camaragibe. A conselheira ***Marina***, do PEDI, comentou sobre a questão dos poços, que pode parecer algo simples e pontual, mas que no caso de muitos distribuídos num espaço territorial pequeno podem ter impactos sinérgico e afetar o nível dos lençóis freáticos, afetando inclusive a demanda de água para o abastecimento público, que foi o que parece ter acontecido nos últimos anos no entorno do PEDI, onde se observou uma considerável redução do nível dos açudes. Nesse sentido, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** salientou que talvez seja oportuna a manutenção de todas as tipologias para a ciência da gestão da UC, mesmo as de menor impacto, para que tenhamos conhecimento das demandas regulares e, assim, focar nas situações irregulares para que possamos otimizar as ações de fiscalização. A conselheira ***Mônica***, da Usina São José, concorda com a definição de regramento para ciência/anuência da gestão da UC, bem como definir quais tipologias/portes de empreendimentos seriam passíveis de análise, mas salientou que devemos ser cautelosos em relação à participação do Conselho Gestor nesse pronunciamento, considerando o lapso temporal entre as reuniões para que não se engesse o licenciamento. A conselheira Silvana, da Agência CONDEPE/FIDEM, voltou a trazer a situação do licenciamento ambiental em Recife, sobretudo na Comissão de Controle Urbanístico (CCU), onde a representação da Prefeitura do Recife insiste em descumprir o estabelecido pela Resolução CONAMA no 428/2010, e licenciado empreendimentos imobiliários de grande porte na APA sem qualquer consulta à gestão da Unidade. Acordado por unanimidade, este ponto será tratado novamente na pauta da próxima reunião.

- e) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que, conforme deliberação do Conselho na última reunião, requisitou em nome deste fórum o acesso ao processo administrativo em que o IBAMA se posicionou pela isenção de licenciamento ambiental para a ESA, o que foi deferido no dia 29 de março; no processo foi possível constatar que os registros iniciais datam de abril de 2021, quando o Exército Brasileiro requereu posicionamento do IBAMA quanto à regularização ambiental do CIMNC, incluindo a possível construção da Escola de Sargentos, na qual o IBAMA se posiciona pela isenção mas deixa claro que deve ser observada a necessidade de autorizações estaduais e/ou municipais. Informou também que a ESA é objeto de representações do Ministério Público Estadual (MPPE) e do Fórum Socioambiental de Aldeia ao Ministério Público Federal (MPF), em procedimento que se encontra sob responsabilidade da Procuradora da República Dra ***Mabel Seixas***. Também havia sido deliberado pela Plenária na última reunião que eu provocasse a discussão sobre a ESA no CONSEMA/PE, propondo reunião extraordinária para tratar dos possíveis impactos ambientais da escola sobre a APA Aldeia-Beberibe se instalada no CIMNC, o que fez na reunião ordinária do Conselho Estadual realizada no dia 25 de março, na qual o encaminhamento foi aprovado por unanimidade. No entanto, até o momento a reunião extraordinária não foi realizada por impossibilidade da presença do Exército nas datas previstas, inicialmente 13 de maio e, depois, 27 de maio. A Sra. ***Maíra Braga***, da SEMAS, informou que a Secretaria está envidando esforços para a realização da reunião extraordinária do CONSEMA/PE sobre a ESA, mas que realmente estão dependendo da disponibilidade do Exército. Sem mais sobre esse tema e diante do tempo escasso, fizemos uma inversão da pauta para tratar do item

- f) Informes Gerais, deixando o item e) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano, para o final. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou esse ponto informando que formalizou, em nome deste Conselho Gestor conforme deliberação na última reunião, manifestação ao Ministério Púbico de Pernambuco sobre os licenciamentos ambientais que estão sendo realizados no território da APA Aldeia-Beberibe sem o conhecimento da gestão da UC, a qual foi remetida ao conhecimento da 13a Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital (Meio Ambiente) sob número 02019.000.433/2022, para adoção das providências cabíveis. Do mesmo modo, em nome deste Conselho e conforme deliberação da Plenária na última reunião, registrei pedido de acesso à informação à CPRH protocolado sob o no 202250127 requisitando informações sobre os empreendimentos licenciados pela Agência na APA Aldeia-Beberibe desde sua criação, em 2010, até a presente data, de modo a subsidiar análise de pressão sobre os ecossistemas naturais na revisão do Plano de Manejo da APA, bem como nortear ações de fiscalização sobre empreendimentos irregulares. Informei também que não tivemos desdobramentos sobre a manifestação do Conselho Gestor da APA sobre o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica (UTE) Pau-Ferro II até o momento, mesmo diante das provocações à CPRH, SEMAS e Ministério Público Estadual, mas tivemos conhecimento que a empresa responsável requereu novo pedido de prorrogação de Licença Prévia; tal assunto seria um dos exemplos a serem tratados na pauta da presente reunião com o Sr. ***Eduardo Elvino***, Diretor de Licenciamento Ambiental da CPRH, mas que poderemos tratar na reunião seguinte, como o próprio ponto de pauta principal será. Informou então sobre o recente questionamento sobre a aplicação do Corredor Ecológico da APA Aldeia-Beberibe, situação levantada na defesa administrativa ao auto de infração lavrado no âmbito de supressão de vegetação não autorizada do empreendimento Loteamento Hyeda Castro, na qual se alega que a falta de publicação do anexo referente ao mapa de delimitação do corredor o torna inaplicável. Salientou que desde que tomei conhecimento de tal falha na publicação do decreto, ainda em 2019, comunicou a gestão da CPRH para promover a sua publicação. No entanto, dias depois entrou em licença maternidade, seguida dos transtornos da pandemia, o que fez a situação sair do acompanhamento direto e estarmos neste momento diante de uma grande insegurança jurídica, colocando em risco remanescentes de Mata Atlântica sabidamente importantes para conectividade da paisagem na APA. Nesse sentido, propôs que encaminhemos documento à gestão ambiental estadual (CPRH/SEMAS) solicitando que envide esforços para sanar o decreto, salientando a urgência necessária, o que foi aprovado por unanimidade pela Plenária. O conselheiro Herbert comentou que essa situação é de uma gravidade monumental, que mais uma vez expõe a divergência entre o discurso e a prática da gestão estadual na área ambiental, que precisamos dar publicidade a tal situação e, enquanto sociedade civil. Em seguida, submeteu à aprovação da Plenária os documentos elaborados com a contribuição de vários conselheiros, conforme deliberação da reunião anterior: a "Carta aberta ao Governo de Pernambuco e ao Exército Brasileiro sobre a implantação da Escola de Sargentos de Armas no Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti, na Área de Proteção Ambiental Aldeia- Beberibe", nas versões longa e curta; ambos foram aprovados pela Plenária por unanimidade. A conselheira ***Luciane***, da FIEPE, apresentou as peças da campanha sobre a ESA, com camisas e adesivos com a frase "Escola de Sargentos: para construir não precisa desmatar", destacando que a campanha é promovida pelo Fórum Socioambiental de Aldeia e pretende sensibilizar o Exército Brasileiro e a gestão estadual sobre a importância de instalar a ESA em local que não coloque em risco refúgios de biodiversidade tão importantes quanto aquele encontrado no CIMNC; deixou claro que não se trata de uma campanha contra o Exército, mas em busca uma alternativa

ambientalmente viável para a escola. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que diante da tragédia histórica das chuvas que vivenciamos nos últimos dias fica mais evidente que não podemos perder mais floresta e como estamos vulneráveis aos eventos extremos provocados pelas mudanças climáticas e, dessa forma, precisamos levar essa mensagem para a sociedade. A conselheira Luciane aproveitou o espaço ainda para sugerir que o Conselho encaminhe um pedido à Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) solicitando a regulamentação da lei dos fogos de artifício, de modo a definir, entre outras coisas, o órgão responsável pela sua fiscalização. Comentei que entendo que a regulamentação caberia ao poder executivo estadual, considerando que a lei já existe, e questionei se a Sra. ***Maíra***, da SEMAS, presente na reunião, poderia provocar tal regulamentação. Ela se pronunciou informando que a regulamentação é importante, mas também a sensibilização da sociedade para o cumprimento do que a lei estabelece.

- e) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano, momento em que o conselheiro Herbert explanou sobre o novo processo licitatório do empreendimento, com edital lançado em dezembro de 2021 e licitação prevista para fevereiro de 2022. Afirmou que o novo edital foi lançado em um período oportuno para o governo, que fez com que o FSaA não conseguisse se debruçar e questionar no prazo adequado sobre o projeto, em virtude do recesso de final de ano seguido da onda de COVID em nossa região no mês de janeiro, que acometeu muitos dos membros do Fórum, inclusive o próprio conselheiro. Informou que o Ministério Público de Pernambuco, por meio da Promotoria de São Lourenço da Mata, realizou audiência em maio deste ano para tratar do acompanhamento do processo, ocasião na qual deixou de convidar a CPRH, por equívoco; em tal oportunidade, o MPPE questionou sobre a avaliação que o FSaA fazia sobre o novo edital. O conselheiro prosseguiu e apresentou o material que levou à audiência, comparando os editais e demonstrando que houve apenas alterações pontuais em relação ao anterior, essencialmente apenas mudanças de termos dos estudos (de projeto básico para anteprojeto, de anteprojeto para termo de referência, etc.), permanecendo a mesma delimitação de área para apresentação das propostas, que limita o projeto a atravessar a APA Aldeia-Beberibe, apesar de terem excluído os mapas de traçado. Outra mudança relatada pelo conselheiro foi a diminuição de estudos em relação ao edital anterior: antes, estavam previstos 20 estudos, e no novo edital estão previstos apenas 6; no entanto, o valor previsto para contratação permaneceu, inexplicavelmente, o mesmo. O conselheiro ***Herbert*** salientou que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) emitiu questionamento à Comissão Permanente de Licitação responsável pelo projeto sobre a delimitação da área de abrangência do projeto permanecer a mesma, para o qual foi respondido que o estudo de alternativas locacionais está previsto, inclusive as que contornam a APA Aldeia-Beberibe; no entanto, o conselheiro demonstrou que não existe essa previsão em nenhuma parte do edital. Relatou que os representantes do Governo presentes na audiência com o MPPE informaram que na reunião de trabalho com a empresa contratada foi acordado que a elaboração dos estudos deveria prever ao menos 2 alternativas locacionais que contornam a APA; no entanto, diante da evidente falta de formalização de tal afirmação no processo, o MPPE acertadamente requereu que o Estado se compromete a publicar a ata de tal reunião no âmbito do processo licitatório. Finalizou compartilhando sua avaliação de que o projeto do Arco Viário passando por Chã de Cruz está vinculado ao projeto da ESA, o que inclusive foi posto publicamente como contrapartida do Governo Do Estado ao Exército Brasileiro, e lembrou que a ESA se beneficiaria da mesma forma se ambos os projetos fossem deslocados para o entorno da APA. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que essa movimentação demonstra que não podemos perder o andamento do projeto do Arco Viário

de vista, uma vez que permanece como potencial ameaça, principalmente neste momento em que é colocado como contrapartida para a ESA. Finalizando a pauta, agradeceu aos presentes informando que em julho estarei gozando de licença-prêmio de 30 dias, voltando em agosto próximo, e que na minha ausência Sandra Cavalcanti, gestora da Estação Ecológica (ESEC) Caetés acumulará as funções e responderá pela gestão da APA Aldeia-Beberibe, oportunidade na qual a apresentou aos conselheiros e ela se colocou à disposição para contribuir. O Sr. ***Gleydson***, gerente da UGUC/CPRH, lembrou que estamos cada vez mais fazendo a integração entre as gestões das UCs estaduais e, nesse sentido, a ESEC Caetés está cedendo o uso do veículo destinado àquela UC para reforçarmos a fiscalização do território da APA, que inclui parte da zona de amortecimento da ESEC Caetés. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** salientou que a nossa intenção é reforçar a fiscalização agora que temos um servidor focado na fiscalização das UCs na UGUC. O Sr. ***Paulo Batista***, gestor da APA de Santa Cruz, também se pronunciou agradecendo o convite pra participação e pela oportunidade de compartilhamento de vivências e experiências. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Lembrou que no Programa UC Pernambuco está previsto também o estabelecimento de corredores ecológicos entre as UCs e, considerando a existência de remanescentes de Mata Atlântica importantes entre a APA de Santa Cruz e Aldeia-Beberibe, é possível que precisemos trabalhar em conjunto em breve para definição dessas importantes conexões entre as áreas protegidas.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- O conselheiro ***Herbert*** lembrou que estamos tratando do pouco que nos restou da Mata Atlântica em Pernambuco; ***Herbert*** questionou como estão sendo tratados na revisão do plano de manejo da APA os grandes projetos estruturadores na UC (Arco Viário, ESA e ampliação das termelétricas); comentou que seria importante que os estudos fossem realizados nas áreas onde se pretende instalar tais empreendimentos, para que seja possível saber o que poderemos perder em termos de biodiversidade; questionou como serão tratadas as áreas definidas como de proteção de mananciais pela Lei Estadual no 9.860/1986 para que possamos cobrar sua implementação, pedir sua adequação ou mesmo a sua revogação, caso ela continue a ser negligenciada, já que não faz sentido existir se não há a intenção de cumpri-la.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** sugeriu que dentre os projetos estruturadores de impacto fossem incluídos também o complexo de linhas de transmissão que partem da subestação Pau-Ferro, nas proximidades da usina termelétrica, uma vez que elas limitam a implantação de um corredor ecológico estrutural num trecho importante de conectividade entre o RVS Mata da Usina São José e as áreas vegetadas das Áreas de Preservação Permanente (APPs) da Barragem de Botafogo, que por sua vez se conectarem à Mata do CIMNC e ao RVS Mata de Miritiba.
- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, comentou que, em relação à atualização dos estudos de fauna e flora, poderá ser consultado o plano de manejo do PEDI que deve ser lançado no próximo mês, pois foi feito um grande esforço de compilar todos os dados de estudos ali realizados nos últimos anos, assim como considerar os dados dos planos de manejo das UCN municipais de Recife, que tiveram um grande esforço para elaboração de listas de espécies; que tratando especialmente do plano de manejo do PEDI, as listas são muito confiáveis já que foram realizadas, checadas e referendadas por especialistas de cada área; destacou a necessidade de integração entre esses instrumentos, otimizando as articulações para gestão de várias áreas protegidas que se sobrepõem no território.

- A conselheira comentou ainda que vem tendo dificuldade em conseguir autorização da Usina São José para acessar a Mata de Pitanga para realização de estudos para vários grupos de pesquisa. Por fim, registrou descontentamento pelo fato de que apesar da grande quantidade de estudos no RVS Mata da Usina São José, certamente um dos remanescentes de Mata Atlântica mais estudados de Pernambuco junto com o PEDI, a UC continua sem previsão de plano de manejo.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** questionou a Sra. ***Maíra*** qual a previsão de novo
- cronograma de atividades do Programa UC Pernambuco para o Agrupamento Aldeia diante do atraso no cronograma;
- A Sra. ***Maíra*** respondeu que a previsão é que as atividades se estendam até o final do ano no que diz respeito ao plano de manejo, sendo talvez necessários mais alguns meses para as questões dos conselhos gestores.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** questionou à Plenária se poderíamos adiar a discussão desse ponto de pauta para a próxima reunião, considerando que sem a presença da diretoria específica da CPRH não seria possível ter encaminhamentos efetivos para sanar o problema. O conselheiro Herbert concordou com o adiamento da discussão com a diretoria da CPRH para a próxima reunião, mas sugeriu que o Conselho remeta um ofício à Agência relatando nossa frustração com o fato de novamente não ser possível discutir o assunto e propor soluções, o que foi acatado por unanimidade pela Plenária.
- O conselheiro ***Ricardo Braga***, da ANE, comentou que seria interessante definirmos quais as tipologias e/ou portes de empreendimentos em que há necessidade de pronunciamento da gestão da APA por ter potencial de causar dano aos atributos naturais da UC, de modo que possamos propor a normatização do CONSEMA/PE para os órgãos licenciadores; exemplificou que, uma simples casa ou poço podem não oferecer potencial impacto, talvez não havendo necessidade desse pronunciamento, mas para um condomínio, loteamento, ou usina termelétrica, sim; sugeriu que poderíamos minutar uma resolução para ser apreciada pelo CONSEMA/PE.

SOLICITAÇÕES

- O Sr. ***Valdir Luna***, novo coordenador técnico do Programa UC Pernambuco pelo ITEP, solicitou a palavra para se apresentar e se colocou à disposição para colaborar sempre que possível. Esclareceu que o programa está em descompasso com o cronograma previsto devido ao grande desafio de se gerenciar processos em conjunto, sobretudo com uma grande heterogeneidade de situações e públicos envolvidos.

DEMANDAS

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** propôs que encaminhemos documento à gestão ambiental estadual (CPRH/SEMAS) solicitando que envide esforços para sanar o decreto, salientando a urgência necessária, o que foi aprovado por unanimidade pela Plenária.
- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, sugeriu que sejam enviadas camisas para pessoas públicas que possam divulgar a campanha e assim ajudar a mobilizar a sociedade.
- A conselheira ***Luciane*** propôs, então, que solicitemos à ALEPE a alteração da lei de fogos de artifício, de modo a já constar em seu texto o órgão fiscalizador de seu cumprimento.

- **ATA 3**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA-BEBERIBE	
LOCAL	
Auditório do Parque Estadual Dois Irmãos	
DATA	
02 / 09 / 2022	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; c) Discussão sobre procedimentos da CPRH no licenciamento, fiscalização e implementação do corredor ecológico na APA Aldeia-Beberibe; d) Atualização sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba; e) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC; f) Atualização Sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano; e g) Informes Gerais.	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	***Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH)***
Marina	***Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)***
Não tem os nomes dos representantes	***Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)***
Silvana Rocha,	***Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Agência CONDEPE/FIDEM)***
Rejane Strieder	***Prefeitura do Recife***
Mabel Seixas	***Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)***
Não tem os nomes dos representantes	***Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)***
Não tem os nomes dos representantes	***Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)***
Não tem os nomes dos representantes	***Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)***
Herbert	***Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)***
Não tem os nomes dos representantes	***Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE)***
Mônica Rocha	***Usina São José***
Edneida,	***Associação Águas do Nordeste (ANE)***
Pedro Sena	***Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)***
Valdir Luna	***Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP)***
Iran Vasconcelos	***Servidores da CPRH***
Maíra Braga	***SEMAS***

ATIVIDADES REALIZADAS
❖ Atualização sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba ❖ Aprovação da ata da reunião anterior, realizada no dia 22 de junho de 2022 ❖ Discussão sobre procedimentos da CPRH no licenciamento, fiscalização e implementação do corredor ecológico na APA Aldeia-Beberibe. ❖ Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC ❖ Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano.
DESDOBRAMENTOS
❖ Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas a todos. Agradeceu a hospitalidade do PEDI em disponibilizar o espaço para nossa reunião e parabenizou a todos os envolvidos no projeto "Floresta Irmã" pelos resultados, em especial pela exposição recém-inaugurada que visitamos antes do início protocolar da presente reunião. Agradeceu também a presença de todos na reunião. ❖ Ao adentrar a pauta de discussão, houve a necessidade de inverter a ordem dos itens pautados, tendo em vista que o *Sr.* ***Valdir Luna***, do ITEP, tinha outro compromisso. Dessa forma, entramos então no quarto ponto da pauta protocolar: ❖ d) Atualização sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba. ❖ Sr. ***Valdir Luna***, coordenador técnico do Programa UC Pernambuco pelo ITEP, entidade contratada pela SEMAS para a elaboração do Diagnóstico, Plano de Manejo e Conselho Gestor da APA e do RVS Mata de Miritiba, informou que foi iniciada a etapa do diagnóstico ambiental para revisão/elaboração dos planos de manejo das UCs, tendo sido realizadas a mobilização social e a oficina de diagnóstico socioambiental, atividades que subsidiaram a elaboração do Relatório Parcial que foi entregue pelo CEPAN. A Sra. ***Maíra Braga***, da SEMAS, informou que enviou tal documento por e-mail no dia anterior a esta reunião, e justificou que o envio não foi feito antes porque houve uma falha na comunicação, já que ficou acordado na reunião anterior que o material seria disponibilizado. O Sr. ***Valdir*** continuou sua fala, informando que o Relatório Parcial será complementado com as informações geradas a partir das atividades de campo, a serem desenvolvidas pelo CEPAN, para gerar o Diagnóstico Final do Plano de Manejo das supracitadas UCs. O ITEP, enquanto responsável pelo Zoneamento dos Planos de Manejo, elaborará um documento nos moldes do que está proposto para o programa UC Pernambuco como um todo, padronizando nomenclaturas semelhantes de áreas com determinadas destinações/vocações para o zoneamento entre as UCs albergadas no programa; no caso da APA Aldeia-Beberibe, que já tem Plano de Manejo, haveria uma conversão de nomenclaturas; para alinhamentos neste sentido, sugeriu a realização de uma reunião prévia entre a CPRH, SEMAS, CEPAN e ITEP antes da oficina de zoneamento. A Sra. ***Maíra Braga***, comunicou que a SEMAS enfim conseguiu junto ao Exército Brasileiro a autorização para os estudos na Mata de Miritiba, cabendo ao CEPAN informar qual será o período de realização das pesquisas, para que ela elabore e envie o documento pois este trâmite para o agendamento será realizado via SEMAS. O representante do CEPAN, ***Pedro Sena***, esclareceu que está organizando a logística, assim como os profissionais e que assim que tiverem um período definido informará a SEMAS. ❖ O Sr. ***Valdir*** também falou sobre o cronograma de atividades e informou que a Oficina de Conselho Gestor estaria prevista para o dia 20 de outubro, mas que só será possível se o Diagnóstico Final for finalizado e aprovado pela SEMAS a tempo; a Oficina de Zoneamento

está prevista para os dias 03 e 04 de novembro; após a realização destas Oficinas será feita a Devolutiva para a comunidade. O conselheiro ***Herbert,*** do FSaA, afirmou estar frustrado com o encaminhamento do projeto, já que as informações repassadas na reunião foram praticamente as mesmas daquelas apresentadas na reunião de junho, há 3 meses. O Sr. ***Valdir*** justificou que tanto a falta de autorização do Exército para as atividades de campo quanto alguns entraves na análise dos produtos pela SEMAS acabaram comprometendo o cronograma inicialmente previsto. O CEPAN afirmou que está sim disponível, informou que já existem atualizações nos dados e que o território da APA é muito complexo tendo em vista a formação floresta/cidade/cana-de-açúcar, além de que o levantamento de dados está atrelado à pesquisa de campo.

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Agradeceu a contribuição dos presentes sobre esse ponto da pauta e então voltamos ao início da pauta para tratar do item:
- a) Aprovação da ata da reunião anterior, realizada no dia 22 de junho de 2022, que se deu após apreciação do texto pelos conselheiros presentes, por unanimidade. A seguir, passamos ao ponto:
- b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; no entanto, todos os presentes já foram devidamente empossados, de modo que passamos ao ponto seguinte:
- c) Discussão sobre procedimentos da CPRH no licenciamento, fiscalização e implementação do corredor ecológico na APA Aldeia-Beberibe.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou este item da pauta contextualizando os problemas enfrentados pela gestão da APA diante da existência de muitos empreendimentos e atividades sendo licenciados pelos municípios e pela própria CPRH sem o conhecimento da gestão da UC, o que impacta diretamente os procedimentos de fiscalização, e a necessidade de cobrança de providências pela gestão da SEMAS e CPRH; dessa forma, conforme deliberado na última Reunião deste Conselho, foi emitido o Ofício CGAPAAB no 04/2022 para o Diretor-Presidente da CPRH e para os Diretores da Agência com o objetivo de convidá-los para esta reunião para expor o contexto de ameaças da APA, de modo a garantir a efetiva conservação no âmbito das atribuições de cada uma dessas Diretorias; e o Ofício CGAPAAB no 05/2022 para a SEMAS, com o mesmo objetivo, conforme atribuições da Secretaria. Após esta fala, informou que por motivos diversos estava presente nesta reunião apenas o Sr. ***Iran Vasconcelos***, Diretor Interino da DBUC, tendo em vista que a Diretora ***Janaína Teixeira*** se encontra afastada por motivo pessoal; e que devido à ausência dos outros Diretores, de setores imprescindíveis (licenciamento e fiscalização), fica inviável a discussão deste tema neste dia. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Abordou também de uma forma geral que a CPRH vem passando por uma reestruturação em seu organograma e que as denúncias que são feitas via Ouvidoria estão sendo atendidas pela Diretoria de Fiscalização e, que as denúncias feitas diretamente pelo Conselho Gestor, eu tento atender enquanto gestora da APA nos casos de danos diretos ao território e à biodiversidade, como desmatamentos por exemplo. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Cedeu a palavra para o Sr. ***Iran***, que justificou a ausência dos outros diretores e falou sobre a complexidade do território da APA com relação à fiscalização. Sobre esse tema, ele informou que apesar da reformulação que a CPRH vem passando, que a Agência não irá se eximir da responsabilidade de fiscalizar a APA e comentou também sobre o curso realizado no mês de Agosto do corrente ano voltado exclusivamente para a fiscalização em Unidades de Conservação. O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, trouxe para a discussão o quanto desrespeitosa tem sido a Diretoria da CPRH no sentido de que não se apresenta ou dá retorno quanto a essa questão dos licenciamentos e autorização de supressão de vegetação nativa em área de mata atlântica dentro da APA, tendo em vista que este pleito

é muito antigo; exemplificou com o licenciamento da termelétrica a gás sem incorporar o gasoduto nos estudos ambientais, sobre os desdobramentos das fiscalizações realizadas e questionou o papel de atuação do Conselho Gestor da APA; comentou ainda sobre a situação do Condomínio Hyeda Castro e do Clube Retrô, em especial sobre a autorização de supressão que foi emitida para o primeiro, onde o jurídico da CPRH alegou ser possível pelo erro de não ter sido publicado o mapa dos corredores ecológicos anexados, apesar da CPRH ter sido gestora do projeto e conhecer os limites do corredor. A Sra. ***Maíra***, da SEMAS, justificou a ausência de Inamara e Maurício, e sugeriu que a SEMAS e a CPRH buscassem de forma interna discutir esse assunto antes de participar da reunião do Conselho Gestor.

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que a proposta de realizar um seminário com outros gestores de APAs para abordar sobre esses problemas e construir uma proposta para ser enviada ao CONSEMA para definição de procedimentos para ciência e anuência nos licenciamentos realizados nas UCs ou no seu entorno, o que é essencial para evitar transtornos futuros. Como encaminhamentos deste tema: realização de seminário juntamente com outros gestores de APAs para elaborar e sugerir procedimentos de licenciamento ambiental, provocar uma reunião extraordinária especificamente deste item entre a CPRH e a SEMAS e o conselho gestor com data a ser definida de acordo com a disponibilidade desses órgãos, e a elaboração de nota de repúdio pela postura da CPRH; no caso desse último ponto, a nota seria nominal com todos os representantes para ter uma maior força e não parecer uma conduta unilateral desta gestora.
- e) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** começou informando sobre o processo no Ministério Público Federal (MPF), motivado pelo Ministério Público Estadual (MPPE) e o Fórum Socioambiental de Aldeia, contestando sobre a ESA ser instalada dentro da área do CIMNIC, diante dos impactos ambientais associados à instalação deste projeto. Sobre o andamento deste processo, relatou que ainda não teve audiência, apenas uma reunião inicial para entender o contexto com a Procuradora da República, Dra. Mabel Seixas, a promotora de São Lourenço da Mata, Dra. ***Rejane Strieder*** e a gestora ***Cinthia Renata Vieira de Lima***. A Dra. ***Mabel Seixas***, em nome do MPF, fez indagações a alguns órgãos, inclusive ao Exército Brasileiro e ao IBAMA, sobre como se deu o processo de dispensa de Licenciamento Ambiental e sobre o projeto que se pretende instalar. O Exército e o IBAMA enviaram respostas e, diante delas, o MPF solicitou pronunciamento do Conselho Gestor da APA em relação ao posicionamento destes órgãos. Como não houve reunião do Conselho Gestor nesse meio tempo, informou que acionou alguns conselheiros e elaboramos um documento em nome deste Conselho ad referendum, o Ofício CGAPAAB no 06/2022, o qual já foi remetido ao MPF diante do prazo posto; assim, submeteu o documento à aprovação do Conselho, que o aprovou por unanimidade. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que para subsidiar tal resposta, elaborou um mapa com as áreas de M1 de proteção aos mananciais dentro do CMINC, que contém uma rica rede hidrográfica na Bacia do rio Botafogo, ressaltando que as áreas de M1 são mais restritivas que as Áreas de Preservação Permanente (APPs), com o objetivo de demonstrar que não existem grandes áreas fora de M1 no CIMNC, já que o Exército diz que a proposta é instalar o projeto fora das áreas de M1, mas que os estudos ambientais ainda estão sendo feitos e que não tem localização definida; no mapa elaborado ficou claro que a área Inicialmente proposta, próxima do Distrito de Chã de Cruz, no município de Abreu e Lima, é uma área bem complexa, pois toda a bacia de captação da Barragem de Botafogo está localizada dentro da área do CMINC. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Informou que foi formalizado um Acordo de Cooperação entre o Exército Brasileiro e

o Governo do Estado sobre a pretensão de doar 150 hectares no entorno da Cidade da Copa para instalação desse Complexo Logístico do Exército e uma série de infraestruturas tanto para o Complexo Logístico quanto para a ESA. Nesse acordo o Governo já sinaliza várias contrapartidas para esse empreendimento, que pode trazer riqueza para o Estado e desenvolvimento para a região, mas que é preciso minimizar os impactos ambientais, sobretudo considerando que as nascentes que contribuem para Botafogo estão nessa área do CMINC e que já existe uma escassez no abastecimento de água para a população. Sobre a cessão de área pelo Governo do Estado para um Complexo Logístico do Exército, ficou o questionamento sobre o porquê não fazer a ESA neste local, já que a área seria equivalente. O Sr. ***Iran*** falou sobre a importância do fragmento florestal de Mata Atlântica existente na área do CIMINC e sobre as espécies da fauna que ocorrem no local, que são muitas vezes animais ameaçados de extinção e que não tem necessidade de desmatar esse fragmento, o que reforçou. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que foi bastante trabalhoso construir o mapa correto das áreas de M1 para o CIMNC e ressaltei que o ITEP e CEPAN precisam ser cautelosos na revisão do material cartográfico do Plano de Manejo, pois ele encontra-se defasado e com erros de interpretação legal, sobretudo em relação à Lei de Proteção de Mananciais.

- A conselheira ***Edneida***, da ANE, afirmou que o Conselho Gestor e o Fórum Socioambiental de Aldeia são dignos de uma Menção Honrosa do CONSEMA pela atuação do grupo no território da APA Aldeia-Beberibe. O conselheiro ***Herbert*** informou que o MPF também solicitou posicionamento do FSaA sobre os documentos emitidos pelo IBAMA e pelo Exército Brasileiro, e comentou que existem muitas contradições no documento; informou que dentro do CIMNC existe uma área degradada de cerca de 170 hectares e sem a presença de hidrografia ou áreas de M1 de proteção de mananciais.
- Como encaminhamento para este item de pauta, ficou definido que trataremos desse ponto na Reunião Extraordinária a ser realizada com a SEMAS e CPRH, na tentativa de subsidiar a pasta a conversar com o Governo para demonstrar o equívoco que é construir a ESA dentro do CMINC e ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** sugeriu que este empreendimento seja instalado no entorno de Araçoiaba, além de relacioná-lo com o Arco Viário, considerando que mudando a rota do Arco Viário a ESA o acompanharia, o que seria bom para desenvolver a região a noroeste da APA e por se tratar de uma área que já está extremamente degradada.
- O outro encaminhamento foi a divulgação do documento aprovado na reunião anterior para coleta de assinaturas das entidades que apoiem a proteção da APA Aldeia-Beberibe (abaixo-assinado) para entregar na reunião extraordinária do CONSEMA a SEMAS. Adiante, tratamos do ponto de pauta
- f) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano.

  Herbert, que informou que ocorreu o processo licitatório para contratação de empresa para elaboração dos estudos e projetos do Arco Viário entre janeiro e fevereiro, quando houve uma nova onda de COVID que impossibilitou questionamentos sobre o edital, que sob a ótica do FSaA permaneceu com os mesmos problemas do anterior; dessa forma, o processo foi finalizado e a empresa foi contratada pelo Governo do Estado para a realização dos estudos, inclusive os de alternativa locacional. Comentou que, apesar do edital não mencionar, o MPPE exigiu que constasse nos autos do processo o compromisso assumido pela Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) em audiência ministerial de que pelo menos duas das três alternativas locacionais a serem estudadas pela instituição contratada seriam contornando a APA Aldeia-Beberibe ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Complementou informando que recentemente foi solicitado a CPRH autorização para levantamento de fauna para fomentar o

EIA/RIMA do Arco Viário considerando um traçado que contorna a APA Aldeia-Beberibe, o que pode ser um bom indicativo que a rodovia vai "arrodear" a UC; a autorização não foi concedida porque ainda não existe nenhum processo na CPRH vinculado ao empreendimento, mas se se confirmar será a maior vitória deste Conselho Gestor em termos de conservação e proteção do território. Adicionalmente, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que o traçado proposto corresponde àquele construído conjuntamente com a Condepe/Fidem, e apresenta distância equivalente ao traçado original que cortaria a APA; para a FIAT fica uma distância praticamente igual, aumentando apenas um pouco mais para atender ao Polo Cervejeiro, porém o objetivo principal é para atender a FIAT. O conselheiro ***Herbert*** continuou informando que, após assinarem o contrato, a empresa se propôs a entregar o estudo do traçado em 60 dias, mas que não concluiu e pediu um aditivo de tempo no cronograma, o que está sendo aguardado; lembrou que o estudo não é garantia que irão contornar a APA, mas eu ressaltei que o pedido de levantamento de fauna que foi solicitado, são estudos mais complexos com metodologias bem específicas para EIA/RIMA. Como encaminhamento se definiu a continuidade do monitoramento do projeto.

- g) Informes Gerais.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que, conforme deliberação da última reunião, solicitei à CPRH através da Lei de Acesso à Informação, em nome do Conselho, a lista de empreendimentos licenciados desde 2010 (ano de criação da APA) até o presente momento; a CPRH enviou em resposta uma planilha em Excel com os empreendimentos listados, a partir do qual poderemos verificar o que foi licenciado neste período sem o conhecimento da gestão da APA. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** destacou, no entanto, que os dados não estão especializados, o que seria importante para identificar a tendência de ocupação do território, sobretudo no contexto de revisão do Plano de Manejo, para identificar quais são as áreas mais vulneráveis. O próximo informe foi referente ao Ofício CGAPAAB no 08/2022 encaminhado à ALEPE sobre a questão da responsabilidade de fiscalização dos fogos de artifício em áreas protegidas e que até o momento aguardamos retorno.
- Do mesmo modo, conforme deliberação do Conselho, foi encaminhado o Ofício CGAPAAB no 07/2022 para a Diretoria da Usina São José solicitando acesso de pesquisadores e da equipe do CEPAN à Mata de Pitanga e Mata do Engenho Piedade (conhecida como Mata da Usina São José). Quanto a manifestação sobre o licenciamento da Usina Termelétrica Pau-Ferro II, que já fez 2 anos sem retorno, localizada dentro da APA, prevista para ser movida a gás natural mas que o projeto não contemplou o gasoduto nos estudos ambientais, além de outras irregularidades no processo de licenciamento, mandamos o encaminhamento para a SEMAS e para a CPRH, pois o gasoduto vai passar pelo corredor ecológico (não que se a impeditivo) mas para que se exija estudos mais criteriosos como também quais serão as medidas de compensação ambiental e a mitigação desses impactos. O informe seguinte é sobre a ESEC Caetés: a servidora ***Sandra*** deixou a Agência por motivos pessoais e eu passarei a responder também pela gestão daquela UC, de modo que precisaremos pensar num modelo de gestão adequado para otimizar a governança ambiental; ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que a ESEC passou recentemente por uma reforma e conta hoje com uma boa estrutura de trabalho, possuindo inclusive um veículo. Informou também que a servidora Bruna Vanessa entrou na equipe da APA, mas que por motivos pessoais encontra-se trabalhando remotamente, focada na revisão do Plano de Manejo. Outro informe diz respeito à denúncia ao MPPE sobre o licenciamento de empreendimentos licenciados pelos municípios de Recife, Paulista e Igarassu na APA sem o conhecimento da gestão da UC: o processo está na 13ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, onde o

promotor já demandou questionamentos sobre esses empreendimentos irregulares, para o qual respondemos indicando alguns empreendimentos que ocasionalmente tivemos conhecimento, enfatizando que certamente existem outros que não temos. Comentei que a Prefeitura do Recife tem resistência em atender as demandas da APA para conhecimento dos licenciamentos, e que lá existe um grande volume de processos de regularização de empreendimentos, principalmente no bairro da Guabiraba, de modo que a preocupação volta-se para a questão da proteção dos mananciais, principalmente com o esgotamento sanitário.

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que identificamos uma área vizinha a ESEC Caetés que é uma UC municipal de Paulista e, e o CEPAN comentou que está fazendo um levantamento de outras UCs municipais por indicação de Maíra pois dentro da cartografia é importante saber quais outras UCs possuem no território.
- O Sr. ***Iran*** divulgou um projeto que está sendo desenvolvido junto com a CELPE com o objetivo de proteger os animais da rede elétrica dentro da APA.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- O Sr. ***Iran Vasconcelos***, da Unidade de Gestão de Fauna (UGF/CPRH), que na ocasião estava representando a Diretoria de Biodiversidade e Unidades de Conservação (DBUC/CPRH), questionou se, no zoneamento, haveria a identificação de áreas destinadas à recuperação, já que isso facilitaria a implementação de projetos considerando a demanda crescente por áreas para compensação ambiental
- O Sr. ***Valdir*** respondeu que essa atividade não está incluída nas atividades do programa.
- A conselheira ***Mônica Rocha***, da Usina São José, comentou que seria interessante que essa demanda fosse atendida pelo Estado em alguma oportunidade, já que facilitaria a restauração de áreas nas UCs.
- A conselheira ***Silvana Rocha***, da Agência Condepe/Fidem, questionou se serão definidas zonas de amortecimento para as UCs no âmbito do projeto, bem como as atividades proibidas neste território, considerando a importância dessas áreas para o disciplinamento do uso e ocupação do solo no entorno dessas Unidades, o que é importante para a Agência que representa.
- O Sr. ***Valdir*** lembrou que nem todas as UCs têm necessidade de zona de amortecimento, como em Reservas de Floresta Urbana (FURBs); nesses casos, o ITEP propõe uma faixa interna de amortecimento na UC; nas Unidades que é necessária a zona de amortecimento, ela deverá ser definida e regulamentada.

SOLICITAÇÕES

- Não houve.

DEMANDAS

- Como não houve tempo hábil para análise do material enviado pela Sra. ***Maíra*** ontem, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** sugeriu marcar uma reunião do GT Revisão do Plano de Manejo para discutir o documento, além de incluir o CEPAN no GT para as discussões e contribuições, no sentido de agilizar e otimizar o tempo para trabalhar com o material.
- A conselheira ***Marina***, do PEDI, sugeriu marcar uma reunião extraordinária para tratar deste tema, tendo em vista a complexidade e a dificuldade dos Diretores comparecem numa reunião que tem outros temas em pauta. A conselheira Edneida, da ANE, falou sobre a necessidade de monitoramento dessas áreas fiscalizadas.
- A conselheira ***Mônica Rocha***, da Usina São José, falou sobre a importância de definir procedimentos internos na CPRH para ficar claro para a sociedade; comentei que enquanto

Conselho Gestor fica difícil contribuir em procedimentos internos da Agência, mas que podemos cobrar.

- ***Herbert*** propôs uma reflexão sobre a afirmação do Exército sobre uma possível compensação ambiental em seu posicionamento ao MPF, no qual afirma que os custos relacionados pela supressão e compensação seriam arcados pelo próprio Exército, mas como o Exército é mantido com o dinheiro de impostos pagos pela sociedade, seremos nós então que iremos pagar pela localização inadequada do empreendimento, causando uma série de impactos sociais e ambientais?

- **ATA 4**
-

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA-BEBERIBE	
LOCAL	
Auditório do Parque Estadual Dois Irmãos	
DATA	
15 / 12 / 2022	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; c) Apresentação de projetos de pesquisa realizados na APA Aldeia-Beberibe; d) Atualização sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba; e) Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA; f) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC; g) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano; h) Informes Gerais.	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH)
Não tem os nomes dos representantes	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE)– Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Silvana Rocha	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Agência CONDEPE/FIDEM)
Bruna Bezerra	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Ana Carolina Jéssica Cunha	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Luciane	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Herbert	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Edneida	Associação Águas do Nordeste (ANE)

Valdir Luna	Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP)
Não tem os nomes dos representantes	Servidores da SEMAS

ATIVIDADES REALIZADAS

- ❖ Apresentação os projetos de pesquisa de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado
- ❖ Apresentação dos resultados do projeto "Estratégias para o Aumento da Conectividade Florestal: da Dinâmica Sucessional à Projeção de Cenários Eficientes de Restauração de Paisagens"
- ❖ Aprovação da ata da reunião anterior; a ata foi aprovada pelos presentes, por unanimidade.
- ❖ Atualização sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba.
- ❖ Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA;

DESDOBRAMENTOS

- ❖ Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, **Cinthia Renata Vieira de Lima** iniciou a sessão dando boas-vindas a todos. Agradeceu a hospitalidade do PEDI em disponibilizar o espaço para nossa reunião e a presença de todos. Ao iniciar, houve a necessidade de inverter a ordem dos itens pautados para que fosse possível a apreciação da ata da reunião anterior por conselheiros que não tiveram tempo hábil para fazê-lo antes da reunião. Iniciamos então pelo ponto:
- ❖ b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; no entanto, todos os presentes já foram devidamente empossados, de modo que passamos ao ponto seguinte:
- ❖ c) Apresentação de projetos de pesquisa realizados na APA Aldeia-Beberibe.
  Cinthia Renata Vieira de Lima introduziu o tema falando que são as pesquisas científicas que trazem à tona a importância de territórios protegidos como a APA Aldeia-Beberibe para a conservação da natureza e toda sua diversidade, e que não podemos perder de vista elementos tão importantes no meio de tantas ameaças e barganhas. A Profa. Dra. **Bruna Bezerra**, conselheira pela UFPE, apresentou os projetos de pesquisa de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado que orienta, os quais visam investigar impactos sonoros e o uso de recursos ambientais por diferentes espécies da fauna silvestre em remanescentes de Mata Atlântica de Pernambuco e da Paraíba utilizando tecnologias emergentes como armadilhas fotográficas e gravadores sonoros passivos, sendo uma das áreas de estudo a APA Aldeia-Beberibe e o Refúgio de Vida Silvestre Mata da Usina São José. Destacou a parceria com o Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETRAS) Tangará, que também fica na APA Aldeia-Beberibe, para o estudo de métodos de enriquecimento ambiental e bem-estar animal e relatou ainda a importância do território da APA para formação de novos profissionais da biologia, ressaltando que ela mesma foi uma das profissionais formadas com conhecimento obtido na área da UC, quando trabalhou com biologia comportamental de saguis. Em seguida, **Cinthia Renata Vieira de Lima** passou a palavra para **Jéssica Cunha**, doutoranda em Ciências Florestais da UFRPE, sob a orientação da conselheira Profa. Dra. **Ana Carolina**, que apresentou os resultados do seu projeto intitulado "Estratégias para o Aumento da Conectividade Florestal: da Dinâmica Sucessional à Projeção de Cenários Eficientes de Restauração de Paisagens", onde destacou a relação direta entre incremento de perda de floresta e a proximidade com infraestrutura urbana, além da importância da conservação dos remanescentes existentes na APA Aldeia-Beberibe para a conectividade e a qualidade de habitats para as espécies dependentes de floresta; esses e outros dados subsidiaram a elaboração de um estudo científico para pressionar a melhor alocação de empreendimentos estruturadores, como o Arco Viário e a Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) para áreas onde haja o mínimo de perda de cobertura florestal possível. A Plenária aplaudiu e parabenizou **Jéssica** pelo trabalho. **Cinthia Renata Vieira de Lima** Comentou que a pesquisa de **Jéssica** demonstra de forma concreta como as pesquisas científicas podem subsidiar a tomada de decisão do poder público em ações para o efetivo desenvolvimento sustentável. A conselheira **Edneida**, da ANE, comentou que tem observado muito mais animais nos últimos anos na região do Borralho, em Aldeia, e atribui isso à perda de habitat

em virtude do crescente desmatamento. Junto com a Srta. **Iza Vilella**, estagiária do LIAR que acompanha o projeto intitulado "Ecologia e conservação da serpente *Lachesis muta* (surucucu) na Mata Atlântica de Pernambuco", elaborado em virtude do recorrente aparecimento de indivíduos dessa espécie em áreas urbanizadas da APA Aldeia-Beberibe, a Profa. **Ednilza** falou sobre o projeto. Em seguida, falou sobre o projeto que pesquisa a biologia do anfíbio *Physalaemus caete*, uma espécie ameaçada difícil de ser encontrada e que somente aparece após as chuvas em áreas alagadas, encontradas recentemente na Estação Ecológica de Caetés e em remanescentes florestais em Chã de Cruz. A Profa. Dra. **Jozélia**, falou do projeto Jacarés, que envolve o estudo dos crocodilianos, inclusive em Unidades de Conservação como a APA Aldeia-Beberibe; comentou que na APA é possível encontrar indivíduos do jacaré-anão (*Paleosuchus palpebrosus*), de rara ocorrência em Pernambuco, e que o projeto se vê no desafio de trabalhar com a conservação de espécies de fauna que, devido a fatores culturais, não despertam o sentimento de proteção na população e demandam manejo adequado, o que torna tudo ainda mais complexo. Relatou ainda a importância da triagem de todos os animais triados pelo LIAR, que recebem microchip para possibilitar monitoramento futuro em caso de recapturas, além da análise de material biológico coletado, e nos projetos de extensão para divulgação científica na educação ambiental de comunidades escolares e capacitação de professores. Finalizou agradecendo o apoio da APA Aldeia-Beberibe no desenvolvimento dos trabalhos. **Cinthia Renata Vieira de Lima** colocou que a APA Aldeia-Beberibe, que agradece pelo apoio de todos os conselheiros, pesquisadores e envolvidos por terem o interesse de trabalhar na UC e que não seria possível fazer nem 10% do que fazemos nela se não fosse pelas parcerias que nutrimos. Por fim, convidou o Prof. Msc. **Jhonathan dos Santos**, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), doutorando em Ciências Florestais da UFRPE, que, sob a orientação da conselheira Profa. Dra. **Ana Carolina**, vem estudando as árvores emergentes e a paisagem da APA Aldeia-Beberibe e entorno, no projeto intitulado "Estrutura Vertical e Biomassa Arbórea por Escaneamento a Laser Aerotransportado em Fragmentos de Floresta Atlântica", apresentado remotamente à Plenária. Um dos principais resultados já encontrados do estudo foi que os principais aglomerados de "mega árvores", que são as maiores árvores da paisagem, estão localizados em áreas protegidas na forma de Unidades de Conservação de Proteção Integral, salientando a importância da delimitação de áreas restritas de conservação. Outro resultado importante que tem sido buscado é o desenvolvimento de uma ferramenta de "assinatura sucessional", onde pode ser feita a análise dos estágios sucessionais de remanescentes com base na cobertura florestal e características do dossel, bem como o levantamento das bordas, uma vez que nossas florestas são extremamente fragmentadas e certamente, por serem tão pequenas, algumas delas sempre terão características de borda, ou seja, de estágio inicial de regeneração. **Cinthia Renata Vieira de Lima** agradeceu o empenho de **Jhonathan** para estar remotamente conosco apresentando seus resultados parciais e parabenizou pelo trabalho.

- a) Aprovação da ata da reunião anterior; a ata foi aprovada pelos presentes, por unanimidade. Dessa forma, passamos então ao quarto ponto da pauta protocolar:
- d) Atualização sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba.
- Sr. **Valdir Luna**, coordenador técnico do Programa UC Pernambuco pelo ITEP, entidade contratada pela SEMAS para a elaboração do Diagnóstico, Plano de Manejo e Conselho Gestor da APA e do RVS Mata de Miritiba, que informou que o diagnóstico ambiental para revisão/elaboração dos planos de manejo dessas UCs está sendo finalizado pelo CEPAN, que deve estar entregando em meados de janeiro/2023 e será encaminhado ao Grupo de Trabalho que está acompanhando a revisão no Conselho. Considerando a transição de governo, **Valdir** informou que o ITEP estima que o processo deva ficar sobrestado cerca de dois meses até que seja retomado pela nova gestão, quando poderão ser realizadas as oficinas de zoneamento e demais etapas para efetiva elaboração dos Planos de Manejo das UCs. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** salientou que precisamos fazer a revisão de Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe, conforme acordado em momentos anteriores, em substituição ao serviço de criação do Conselho Gestor do RVS Miritiba, já que tal Conselho já existe. comentou que,

paralelamente, seria interessante que as entidades que hoje já participam do Conselho revisem a indicação de seus representantes de modo a atender ao Regimento Interno, para que em março/2023, se tudo ocorrer dentro dos prazos previstos, possamos realizar a oficina de revisão do Conselho Gestor da APA. Diante do avançar da hora, os pontos de pauta seguintes foram tratados rapidamente, começando pelo item

- e) Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA;
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que foi enfim realizada, no dia 06 de dezembro de 2022, reunião de representantes do Conselho Gestor com a gestão da SEMAS, nas pessoas da Secretária **Inamara Melo** e do Superintende de Conservação e Biodiversidade **Maurício Guerra**, e da diretoria da CPRH, nas pessoas do Diretor-Presidente **Djalma Paes**, do Diretor de Licenciamento Ambiental, **Eduardo Elvino**, da Diretora de Biodiversidade e Unidades de Conservação, **Janaína Teixeira**, e do Diretor de Monitoramento Ambiental e Inovação, **Nelson Maricevich**, onde esse ponto foi tratado como um dos principais. Considerando que a minuta de decreto para alteração do decreto dos corredores ecológicos estava na SEMAS, a Secretária se comprometeu a despachar o processo para a Casa Civil ainda naquela semana, o que ocorreu, de fato. No dia de hoje, 15 de dezembro, a última atualização é que o processo já se encontra na Procuradoria Geral de Apoio Jurídico-Legislativo ao Governador. O conselheiro **Herbert** informou que o FSaA protocolou denúncia ao Ministério Público Estadual (MPPE) nesta semana em virtude da falta de correção da publicação do decreto do corredor ecológico da APA, como medida de garantir o acompanhamento da demanda para além da gestão que finda nos próximos dias. Sobre o ponto de pauta f) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC: o Exército Brasileiro permanece mantendo o Conselho alheio à discussão sobre o projeto. Tivemos conhecimento sobre a realização, pelo Exército, de um seminário de três dias em novembro sobre a sustentabilidade arquitetônica do projeto da ESA com diversas entidades da área, mas nenhuma representação ou convite aos setores, órgãos ou entidades ambientais. O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual (MPPE) continuam acompanhando os desdobramentos, mas sem encaminhamentos resolutivos ainda. Adiante, tratamos do ponto de pauta: g) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano**,** para o qual ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que até o momento não foi protocolado novo pedido de Licença Prévia para o empreendimento na CPRH, o que deve estar aguardando a finalização dos estudos, inclusive ambientais, contratados pelo Governo do Estado. O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, informou que vem tentando acompanhar as entregas dos estudos contratados pelo governo estadual, mas diante da dificuldade em conseguir os documentos via Lei de Acesso à Informação, formalizou denúncia à Ouvidoria Geral do Estado e estão aguardando os desdobramentos. Passamos ao último ponto, enfim:
- h) Informes Gerais, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que na mencionada reunião do dia 06 de dezembro de 2022, além das questões já relatadas, houve o comprometimento do Diretor de Licenciamento Ambiental da CPRH, Eduardo Elvino, em criar procedimentos internos para anuência e ciência da gestão das Unidades de Conservação nos licenciamento ambientais que as afetam direta ou indiretamente, assim como a observação da exigência de Consulta e Anuência Prévia da CONDEPE/FIDEM nos casos que essas forem necessárias, em especial em áreas de proteção de mananciais e UCs.
- Nada mais havendo a tratar, às 12h30min ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** declarou encerrada a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe.
- Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata Vieira de Lima, Presidente do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registros em anexo.
- Recife, 15 de dezembro de 2022.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

❖ A conselheira **Luciane**, da FIEPE, questionou se existem dados científicos sobre o impacto da fauna domesticada, especialmente gatos, sobre a fauna da APA Aldeia-Beberibe, pois está tentando buscar recursos para dar escala a programas de controle populacional/de natalidade desses animais; a conselheira **Bruna** informou que não existem dados publicados, mas que seu grupo já possui diversos registros das armadilhas fotográficas de gatos no interior dos remanescentes, inclusive onde existem registros de outros felinos silvestres. Propus que, à medida que forem finalizando seus estudos na APA, os pesquisadores tragam seus resultados para conhecimento do Conselho, de modo que possamos ter novas perspectivas e reflexões para a melhor gestão da UC. ❖ A Sra. **Maíra Braga**, da SEMAS, questionou quais os dados vetoriais utilizados para a pesquisa sobre os impactos dos empreendimentos estruturadores, e **Jéssica** respondeu que foram utilizados os traçados vetorizados a partir de informações divulgadas - no caso do Arco Viário, o último edital da obra, e no caso da ESA, o *master plan* divulgado nos meios de comunicação pelo Exército Brasileiro. ❖ A conselheira **Silvana Rocha**, da Agência CONDEPE/FIDEM, questionou se os dados já foram publicados, pois toda a sociedade precisa ter conhecimento que existem alternativas para empreendimentos desse porte. ❖ A conselheira **Ana Carolina**, da UFRPE, orientadora de ***Jéssica***, informou que ainda estão pensando no formato para divulgação dessas informações para a sociedade geral, mas que para o meio acadêmico ainda está sendo preparado o material conforme as diretrizes requeridas pelas revistas científicas, que em breve será submetido. Em seguida, **Cinthia Renata Vieira de Lima** convidou a Profa. **Dra**. **Ednilza Maranhão**, da UFRPE, para falar sobre os projetos desenvolvidos e coordenados pelo Laboratório Interdisciplinar de Anfíbios e Répteis (LIAR) na APA Aldeia-Beberibe. ❖ **Cinthia Renata Vieira de Lima** questionou a **Jhonathan** sobre o cruzamento dos dados encontrados com o tipo de solo dos locais. **Jhonathan** respondeu que não identificaram relação entre a altura das árvores e o tipo de solo dentro das variáveis pesquisadas. Finalizando as apresentações dos projetos de pesquisa, voltamos ao primeiro ponto de pauta,
SOLICITAÇÕES
❖ Não houve.
DEMANDAS
❖ Não houve.

SÍNTESE DAS REUNIÕES REALIZADAS EM 2023

- **ATA 1**

TÍTULO
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE JUNHO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE
LOCAL
Ambiente virtual
DATA
02 / 06 / 2023
PAUTA

a) Deliberação sobre indicação de representantes de Organização da Sociedade Civil para compor o GT de que trata o Decreto Estadual nº 54.683/2023
b) Informes gerais.

OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Cinthia Renata Vieira de Lima	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH)
Não tem os nomes dos representantes	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Bruna Bezerra	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Não tem os nomes dos representantes	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Herbert Tejo	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Não tem os nomes dos representantes	Associação Águas do Nordeste (ANE
Não tem os nomes dos representantes	Representantes da Comunidade

ATIVIDADES REALIZADAS

- Dra. ***Bruna Bezerra***, da UFPE, e o conselheiro ***Herbert Tejo***, do FSaA. aprovados por unanimidade pela plenária para compor o grupo de trabalho
- Informações gerais.

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA Aldeia-Beberibe e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Entramos então no primeiro e principal ponto da pauta:
- a) Deliberação sobre indicação de representantes de Organização da Sociedade Civil para compor o GT de que trata o Decreto Estadual nº 54.683/2023; ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que foi endereçado este fórum o Ofício SEMAS nº 375/2023, que trata de GT instituído pelo Decreto Estadual nº 54.683/2023 com o objetivo de monitorar a implantação da ESA, que solicita a indicação de dois representantes, sendo um titular e um suplente, de Organização da Sociedade Civil, designada por esse Conselho Gestor com base em suas normas de governança, para participar do referido Grupo de Trabalho.
- b) Informes gerais,
- Na audiência, a Secretária ***Ana Luiza*** informou que o Governo do Estado instituiu um GT informal para tratar do Arco Viário, para o qual estão em andamentos estudos para subsidiar as próximas etapas; os resultados dos estudos, que já eram de conhecimento do FSaA, foram contestados naquela ocasião pelo presidente da entidade, que se colocou à disposição para contribuir na discussão, entendendo que a obra é essencial para o desenvolvimento da Região

Metropolitana do Recife (RMR), mas que deve ser feita de maneira que atenda aos objetivos de conservação ambiental do território.

- Sobre a ESA, a Sra. ***Ana Luiza*** informou que a nova gestão estadual está buscando estreitar os laços com o Exército Brasileiro para conhecer o projeto e buscar espaço para discutir melhor o empreendimento. Comentou ainda que seria realizada uma "visita técnica" à área onde se pretende implantar a ESA no CIMNC no dia 26 de abril; Dr. ***Rodrigo Chaves*** questionou sobre o acompanhamento da equipe técnica, em especial a gestão da APA Aldeia-Beberibe, ***Ana Luiza*** respondeu que nesse momento só participaram o alto escalão do governo. O Diretor-Presidente da CPRH informou que ainda não existe processo de licenciamento ambiental na Agência sobre o lote 1 do Arco Viário, assim como para a ESA, mas que quando chegarem serão analisados criteriosamente. Após o relato da audiência, o conselheiro ***Herbert*** destacou a importância da representação do Conselho no GT que acompanhará a ESA, considerando que até o momento essa é a primeira abertura para discussão do projeto com a sociedade, ainda que precária. Finalizando o assunto, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que desde o ato da atual gestão estadual do dia 1º de janeiro, quando todos os cargos e funções gratificadas foram exonerados, não houve a redesignação das gratificações dos gestores de UCs na CPRH, o que tem fragilizado a situação de tais servidores à frente das diversas e importantes demandas desses territórios protegidos, sobretudo em relação às responsabilidades junto aos Conselhos Gestores. Diante de tal indefinição, os gestores suspenderam as atividades ordinárias dos Conselhos e, por isso, apesar de haver previsão de realização de reunião ordinária deste Conselho no mês de junho, não temos como pautá-la sem que haja resolução da situação posta.
- A Plenária expressou apoio e solidariedade à situação dos gestores e os conselheiros colocaram-se à disposição para envidar esforços para que esta seja solucionada.
- Nenhum dos conselheiros presentes contestou a decisão.
- Nada mais havendo a tratar, às 15h30min Cinthia Renata Vieira de Lima declarou encerrada a reunião extraordinária do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe.
- Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata Vieira de Lima, Presidente do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registros em anexo.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- . ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** questionou aos membros presentes que atendiam aos requisitos solicitados quais deles teriam interesse em compor o GT, tendo se apresentado à conselheira Dra. ***Bruna Bezerra***, da UFPE, e o conselheiro ***Herbert Tejo***, do FSaA.
- A representante da UFPE, no entanto, destacou a importância de a titularidade do assento ser do FSaA em virtude de todo protagonismo que a entidade tem em relação às lutas em prol da conservação da Unidade de Conservação (UC), aceitando a representação na qualidade de suplente. O conselheiro Herbert concordou com a proposição, que em seguida foi aprovada por unanimidade pela Plenária.

SOLICITAÇÕES

- O conselheiro ***Herbert*** solicitou que fosse atualizado os últimos acontecimentos relacionados à ESA e ao Arco Viário, ocasião em que ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que houve audiência ministerial sobre tais empreendimentos no dia 12 de abril de 2023 no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Meio Ambiente (CAOPMA), na presença da sua Coordenadora, a Dra. ***Belize Câmara***, e dos Promotores de Justiça Dr. ***Rodrigo Chaves***, de Abreu e Lima, e Dra. ***Rejane Strieder***, de São Lourenço da Mata. Estiveram presentes também, além desta gestora, representantes: do FSaA, ***Herbert Tejo*** e ***Ludmila Portela***; da

CPRH, incluindo o Diretor-Presidente, ***José de Anchieta dos Santos***; da SEMAS/PE, incluindo a Secretária ***Ana Luiza Ferreira***, e do DER.
DEMANDAS
❖ Não houve.

➢ **ATA 2**

TÍTULO	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
DATA	
13 / 12 / 2023	
PAUTA	
a) Aprovação das atas das reuniões anteriores; b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; c) Deliberação sobre alteração no regimento interno no que trata da Secretaria Executiva do Conselho; d) Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba; e) Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA; f) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano; g) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC; h) Informes gerais.	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH)
Maíra Braga	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Não tem os nomes dos representantes	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Gilmar	Prefeitura Municipal de Igarassu
Não tem os nomes dos representantes	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Mônica	Usina São José
Não tem os nomes dos representantes	IFPE
Herbert,	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Cristiane Lucena	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Edneida	Associação Águas do Nordeste (ANE)

Edvaldo Barbosa	Representantes da Comunidade: Movimento Negro Unificado

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação das atas das reuniões anteriores; reuniões ordinárias realizadas nos dias 28/06 e 14/9 de 2023 foram aprovadas por unanimidade
- Deliberação sobre alteração no regimento interno no que trata da Secretaria Executiva do Conselho
- Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba
- Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano
- Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC
- Apresentação do estudo de relevo elaborado pelo Fórum com base nos dados do projeto Pernambuco Tridimensional (PE 3D)

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA Aldeia-Beberibe e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Diante da pauta extensa, pediu a compreensão dos conselheiros no sentido de que seus pronunciamentos fossem sucintos a fim de que não restasse nenhum item pendente ao final da reunião.
- a) Aprovação das atas das reuniões anteriores; as atas das reuniões ordinárias realizadas nos dias 28 de junho e 14 de setembro de 2023 foram aprovadas por unanimidade, sem alterações.
- b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; não havendo novos conselheiros a tomar posse.
- c) Deliberação sobre alteração no regimento interno no que trata da Secretaria Executiva do Conselho.
- Na ocasião, **Cinthia Renata Vieira de Lima** contextualiza que venho, sem equipe, acumulando a gestão da Estação Ecológica (Esec) Caetés com a gestão da APA Aldeia-Beberibe, as quais têm perfis e necessidades muito diferentes, o que vem impossibilitando o acompanhamento adequado das demandas dos Conselhos Gestores de ambas as Unidades, já que tenho me desdobrado entre a gestão das UCs e as Presidências e Secretarias Executivas dos respectivos Conselhos. Diante de tal situação, na reunião anterior foi proposta a discussão sobre alteração do regimento interno do Conselho no que trata de sua Secretaria Executiva, de modo a permitir que um conselheiro possa assumir as tarefas atribuídas à função, uma vez que o atual regimento restringe a função a um servidor da CPRH.
- **Cinthia Renata Vieira de Lima** Rememora que tal definição foi posta à época da elaboração do regimento interno do Conselho como forma de estimular a Agência a alocar mais servidores na equipe gestora da APA Aldeia-Beberibe, mas o objetivo não foi atingido mesmo após quase nove anos de sua aprovação.
- A deliberação sobre a proposta de alteração do regimento interno no que trata sobre a Secretaria Executiva do Conselho foi então suspensa até que tenhamos retorno oficial da CPRH sobre a questão. Os pontos de pauta seguintes são devolutivas da SEMAS em relação a projetos de interesse da APA., de modo que passei a palavra à conselheira ***Maíra Braga***, da SEMAS. Sobre o item d) Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba, Maíra informou que não tem grandes novidades; o Programa UC Pernambuco foi finalizado por ter chegado ao fim de seu prazo, em setembro, sem ter alcançado um percentual mínimo dos resultados esperados.

- No caso do Agrupamento Aldeia, que envolvia os planos de manejo da APA Aldeia-Beberibe e do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Miritiba, apenas foi apresentado o diagnóstico ambiental parcial, restando a sua complementação, bem como o zoneamento e os programas de manejo que compõem o plano de manejo propriamente dito.
- Informou que o tema Unidades de Conservação foi eleito como um dos três prioritários para a atual gestão estadual e que a Secretaria de Projetos Estratégicos (SEPE) junto com a SEMAS tem estudado que estratégia deve ser seguida para implantar efetivamente essas áreas protegidas, iniciando pela priorização de algumas delas. Complementou que no caso específico da APA Aldeia-Beberibe, entende que é necessário fazer um encaixe de oportunidades, prioridades e pertinência de momento e de caminho institucional, para que possamos chegar ao melhor resultado, observando o tempo oportuno de alterar o plano de manejo, uma vez que até podemos avançar em algumas discussões, mas tem algumas situações de zoneamento que certamente teríamos dificuldade de avançar agora, por exemplo. Entretanto, entende que algumas discussões podem ser adiantadas no GT interno do Conselho que acompanha a revisão do plano de manejo, numa parceria entre SEMAS, CPRH, Conselho e parceiros, uma vez que não existe uma nova contratação definida, e que diante de impasses no território a discussão do zoneamento fica prejudicada, mas que na sua visão precisamos fazer essa análise de pertinência e melhor estratégia para que o plano de manejo não fique inviabilizado e surta os efeitos que queremos para conservação e desenvolvimento sustentável.
- A conselheira ***Cristiane Lucena***, do CEPAN, reforçou que os agrupamentos realmente precisam ser bem desenhados, de modo que se tenha benefícios de fazer uma análise integrada, mas que seus produtos sejam individualizados, de modo que um dado problema em apenas uma das unidades não impeça a entrega dos produtos das demais, como aconteceu no agrupamento metropolitano oeste do Programa UCs Pernambuco. No caso específico da APA, a conselheira ***Cristiane*** avaliou que o ITEP de fato teve muita dificuldade de conduzir o processo como um todo, dificultando sobremaneira o andamento dos trabalhos; informou, inclusive, que até o momento o ITEP não formalizou às subcontratadas, como o CEPAN, que o contrato com a SEMAS foi encerrado, ainda que reste o pagamento de mais de R$ 80 mil à entidade relacionados aos produtos entregues ao ITEP.
- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, reiterou a viabilidade da estratégia apontada pela conselheira ***Ana Carolina*** e comentou que a necessidade de o Conselho também faça uma autocrítica para a forma que está atuando, tendo em vista que desde o início o objeto do Programa UCs Pernambuco se demonstrava inviável e não contestamos firmemente seu formato.
- e) Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA; também se tratando de uma pauta conduzida pela SEMAS, rapidamente ***Ana Carolina*** contextualizou a situação de insegurança jurídica em que se encontra as disposições que dizem respeito aos corredores ecológicos da APA em virtude da falta de publicação do mapeamento, sobretudo do ponto de vista de gestão técnica em pareceres no licenciamento ambiental de atividades.
- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, por sua vez, lembrou que temos perdido floresta para supressão de vegetação nativa de Mata Atlântica "regularizada" pela CPRH por conta dessa insegurança jurídica; comentou que o MPPE tem acompanhado a questão e mencionou trechos de ata de audiência ministerial realizada no último dia 17 de novembro sobre o assunto, em fala atribuída ao Secretário Executivo de Meio Ambiente, Sr. ***Walber Santana***, que afirma que haveria "intenções de implementação de políticas públicas para o local da APA Aldeia-Beberibe que, aparentemente, poderia haver conflito com o desenho original

proposto para o corredor ecológico", "(...) a SEMAS ainda está avaliando sobre a oportunidade e conveniência sobre qual o desenho do corredor ecológico será o mais adequado", "(...) a SEMAS está conduzindo de forma democrática o diálogo acerca dos empreendimentos Escola de Sargentos e Arco Metropolitano, e que existe um termo de compromisso firmado entre o Governo do Estado e o Exército desde o ano passado para a implantação da Escola de Sargentos e esse compromisso precisa ser considerado". Sobre os trechos comentou que, em sua compreensão, é um absurdo contestar um estudo completo elaborado de forma participativa e seu respectivo mapeamento original consolidado e legalmente instituído em 2019 com a mera intenção de projetos previstos posteriormente, ou seja, o Estado está atribuindo mais importância a acordos de intenções do que a decretos estaduais previamente estabelecidos, deixando claro que a SEMAS não reconhece o decreto que estabeleceu o corredor ecológico. Em sua opinião, se essa é a posição do Governo do Estado de Pernambuco, deveriam revogar o decreto e assumir as consequências de tal ato, e não simplesmente descumpri-lo. O conselheiro informou que o Fórum Socioambiental de Aldeia vai remeter manifestação ao MPPE questionando fortemente a posição da SEMAS registrada na referida audiência ministerial. O conselheiro ***Anselmo***, do IFPE, lembrou da história de criação das APAs Aldeia-Beberibe e de Santa Cruz, vindas como promessas de governo para aumentar as áreas protegidas no Estado, mas que ao não serem efetivamente implementadas são objetos de cobrança da sociedade civil, que tensiona para cobrar ações nesse sentido.

- Continuou afirmando que o pilar ambiental das decisões políticas historicamente tem ficado somente na propaganda, mas na prática o pilar econômico está sempre se sobrepondo, inclusive, no caso dos corredores ecológicos da APA, desconsiderando estudos ambientais anteriores construídos tecnicamente em bases sólidas, o que não faz o menor sentido dos pontos de vista espacial e temporal. Entende que o nosso papel enquanto Conselho Gestor é justamente tensionar para a discussão na lógica do que foi construído historicamente, ao longo dos anos, com a criação de áreas protegidas, uma vez que os governos passam e muitas vezes não têm a dimensão e da complexidade criada a partir do momento em que se cria uma Unidade de Conservação. Comentou que os governos precisam compreender que ao instituir uma UC e seu Conselho Gestor, eles legitimam a sociedade civil a fazer parte da gestão compartilhada do território, e a gestão ambiental de fato precisa ser considerada efetivamente como um dos pilares nas tomadas de decisão política.
- O Sr. ***Edvaldo Barbosa***, do Movimento Negro Unificado, representante da comunidade presente na reunião, pediu a palavra para falar da importância das áreas de corredor ecológico e em como tem visto animais mortos em travessias de áreas florestais, mencionando o caso de uma jaguatirica que foi encontrada morta por atropelamento à margem da PE 27 na APA; falou sobre os muros que se multiplicam entre as propriedades, deixando ainda mais vulnerável a fauna que precisa se deslocar entre os remanescentes de Aldeia, além das milícias que tem loteado áreas de mata ocasionando em cada vez mais desmatamento, enquanto o poder público do estado e dos municípios não dão conta de conter, além dos condomínios que vem se alastrando; falou ainda que alguns políticos locais tem colocado a população pobre de Aldeia contra o Fórum Socioambiental dizendo inverdades de que o Fórum é contra a Escola de Sargentos, que as crianças estudarão nela e que serão gerados muitos empregos para o povo local, quando se sabe que não é assim e que o que será compartilhado somente serão somente as consequências dos impactos ambientais. Voltando ao assunto dos corredores, a conselheira ***Maíra***, da SEMAS, voltou a contextualizar o histórico do processo dos corredores na SEMAS, remetendo ao final da gestão anterior,

quando o processo chegou a ser encaminhado à Procuradoria de Apoio Jurídico-Legislativo ao Governador, mas por ocasião de mudança de gestão voltou à SEMAS, quando foi reavaliado na intenção de publicar e corrigir o erro, ocasião em que se entendiam ser meramente material.

- No entanto, disse que depois verificaram conflitos de interesses com outras políticas públicas e definiram a criação de um grupo de trabalho temporário entre os jurídicos da SEMAS, CPRH e Procuradoria Geral do Estado para se definir o encaminhamento a ser dado, e tudo está sendo acompanhado pelo MPPE.
- ***Maíra*** completou afirmando que a ideia de realizar estudos de valoração de serviços ecossistêmicos na APA Aldeia-Beberibe agrega a esse processo como um fator positivo para a conservação. Finalizou afirmando que se preocupa com a possibilidade de revogação do decreto, uma vez que ele, mesmo que incompleto, garante um certo grau de formalização do corredor, ainda que sem sua delimitação.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que eu, enquanto gestora técnica da UC, no momento em que me pronuncio mencionando a existência do corredor ecológico que não tem sua delimitação expressa no decreto que o criou, trago uma insegurança jurídica para meus pareceres e me vejo numa posição extremamente delicada, uma vez que ao mesmo tempo não posso deixar de mencionar um estudo com trâmites iniciados em 2013, do qual acompanhei todo o desenvolvimento a partir de 2015 até hoje.
- f) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano; sobre esse assunto, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** recordou que nas reuniões passadas deliberamos por convidar alguém da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para participar de nossa reunião para que nos atualizassem acerca do andamento do projeto, especialmente sobre o Lote 1/Trecho Norte, pela possível interferência na APA Aldeia-Beberibe. No entanto, informou que não consegui entrar em contato com alguém responsável pelo projeto naquela secretaria que pudesse nos atualizar.
- A conselheira ***Edneida***, da ANE, rememorou que nas últimas reuniões também foi levantada a necessidade de levar ao Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CONSEMA/PE) a vulnerabilidade da APA Aldeia-Beberibe frente a grandes empreendimentos que pretendem se instalar em seu território e podem impactar fortemente os atributos naturais que justificaram a sua criação.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que esses assuntos sempre são levados ao conhecimento do CONSEMA por ela (conselheira estadual indicada pela minha classe sindical) e outros conselheiros da sociedade civil daquele fórum, mas que infelizmente não são pautados com o devido aprofundamento. No entanto, depois de 2 anos exprimindo nossas preocupações ao CONSEMA, finalmente o projeto da ESA foi pautado, ainda que somente para ouvir a parte interessada – o Exército Brasileiro, em uma dinâmica similar ao que foi realizado nas audiências públicas na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). De acordo com a Presidente do CONSEMA e Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado, a Sra. ***Ana Luíza Ferreira,*** conforme solicitação dos conselheiros, será agendada nova reunião daquele Conselho para ouvir o Fórum Socioambiental de Aldeia, mas ainda sem data definida. Nessa oportunidade, o Fórum poderá apresentar a questão do Arco Viário atrelada com o projeto da ESA, como já vem fazendo nos espaços onde tem apresentado o contraponto da sociedade civil organizada.
- g) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC. Considerando que o Fórum Socioambiental de Aldeia foi eleito como representante titular do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe no Grupo de Trabalho (GT) criado pelo Governo de

Pernambuco por meio do Decreto Estadual no 54.683/2023 para acompanhar a implantação da Escola de Sargentos, e que este Conselho ainda não teve oportunidade de apreciar a argumentação defendida para proteção da Unidade de Conservação, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** passou a palavra ao conselheiro ***Herbert Tejo*** para fazer a apresentação que tem levado ao GT e a outros espaços de discussão do tema. Antes de iniciar a apresentação, ***Herbert*** atualizou a Plenária dos acontecimentos desde a nossa última reunião, informando que participou da terceira reunião ordinária do GT, onde o Exército respondeu a alguns questionamentos levantados pelo Fórum na segunda reunião, que em resumo descartavam as alternativas locacionais apontadas pelo FSaA para a ESA sem justificativas plausíveis; informou que o Fórum conseguiu articular duas reuniões com o Ministro da Defesa José Múcio, em Brasília, e que nesse intervalo ainda ocorreram as duas audiências públicas na ALEPE para tratar da ESA, uma destinada a ouvir o Exército e outra destinada a ouvir a sociedade civil, ocasião em que realizou a apresentação fora compartilhada.

- Na apresentação, o conselheiro ***Herbert*** destacou que o Exército já está na quarta revisão do projeto desde o início das discussões, tendo passado de uma área de 150 hectares na primeira versão para 189 na segunda, voltando a cerca de 150 hectares na terceira versão e agora passando a cerca de 94 hectares na quarta. Salientou que no estudo ambiental elaborado pela instituição e demais documentos encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF), o Exército se comprometeu a respeitar integralmente a legislação ambiental vigente, e é nessa afirmação que a argumentação do Fórum se baseia para cobrar a necessidade de alteração do projeto, considerando o arcabouço de proteção legal do território – Lei Estadual de Proteção de Mananciais, Lei da Mata Atlântica, Lei de Proteção à Vegetação Nativa e os decreto de criação da APA Aldeia-Beberibe e seu corredor ecológico.
- Entre outras informações, ***Herbert*** apresentou o estudo de relevo elaborado pelo Fórum com base nos dados do projeto Pernambuco Tridimensional (PE 3D) com a delimitação das bordas de tabuleiro caracterizadas como áreas de M1 de proteção de mananciais, com alta restrição ao uso e ocupação do solo e vedação de supressão de vegetação, demonstrando a necessidade de diminuição da área inicialmente planejada para o projeto.
- Em seguida, apresentou as áreas alternativas estudadas pelo Fórum sob as mesmas circunstâncias, em áreas contíguas ao CIMNC nas imediações da sede do município de Araçoiaba, além da área inserida no interior do próprio campo de instrução, também em Araçoiaba, que atenderia aos requisitos apresentados pelo Exército para a instalação da ESA e também respeitaria a legislação ambiental. Salientou ainda que a alternativa ao Arco Viário defendida pelo Fórum, conhecida como "Arrudeia", que circunda a APA Aldeia-Beberibe, também atenderia perfeitamente as alternativas à ESA apresentadas.
- No entanto, como já tinha adiantado, o Exército descartou todas as alternativas propostas sob a alegação de que ficaria muito distante do hospital e da escola militares, em Recife. Diante do impasse, como também já adiantado, o Fórum articulou reuniões em Brasília com o Ministro da Defesa junto aos deputados federais ***Túlio Gadelha*** e ***Coronel Meira***, na tentativa de sensibilizá-lo acerca das preocupações da sociedade civil acerca do projeto do ponto de vista de proteção ambiental; depois de muitas discussões, foi construída conjuntamente uma proposta de acordo (ainda não formalizada) para evitar a judicialização do processo nos seguintes termos, no qual o Exército e demais envolvidos garantiriam:
- 1 - a transferência das vilas militares para uma área ao longo da Estrada do Mussurepe, a ser adquirida pelo Governo de Pernambuco;
- 2 - a manutenção da ESA e do batalhão de apoio nas localizações e dimensões propostas na última reunião do GT estadual;

- 3 - a compensação ambiental a ser executada seria de 940 hectares em área de dominialidade do Exército, a ser iniciada antes da supressão vegetal, na bacia do Botafogo à montante do reservatório de Botafogo, a ser adquirida com recursos de emendas parlamentares e/ou pelo Governo de Pernambuco;
- 4 - o compromisso do Governo do Estado de que o projeto do Arco Viário contornará a APA Aldeia-Beberibe; e
- 5 - as sugestões estarão estabelecidas em termo de compromisso firmado entre Governo do Estado de Pernambuco, Exército Brasileiro, Ministérios Públicos Federal e Estadual, representantes dos parlamentos federal e estadual e uma representação da sociedade civil do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe.
- O conselheiro *Herbert* salientou que o documento teve uma construção muito complexa e que não tem garantia de que será implementado, tendo sido um exercício no sentido de buscar uma alternativa equilibrada para a questão. No entanto, deixou claro que não defende nenhum tipo de desmatamento dentro de uma bacia hidrográfica tão crítica, em um sistema de abastecimento público de água tão crítico; também lembrou que embora os trechos planos nas áreas de tabuleiro da área de proteção de mananciais sejam categorizados como M2, onde há uma menor restrição de uso e ocupação, elas são importantíssimas para a recarga do aquífero subterrâneo, já que a infiltração ocorre principalmente nas áreas planas, ao contrário do que ocorre nos talvegues, cuja drenagem tende a contribuir para os recursos hídricos superficiais. Por fim, lembrou que a Governadora e a Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade estão indo para a COP 28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, e se questionou o quão contraditório seria voltarem do evento sobre o clima e anunciarem uma supressão sem precedentes para um bioma em extinção. A conselheira ***Mônica*** comentou que o poder público tem que observar o equilíbrio entre o ambiental e o socioeconômico, e citou que inclusive o capítulo sobre meio ambiente na Constituição Federal está dentro do ordenamento social; identificou no trabalho do FsaA o esforço em tentar compatibilizar esses importantes pilares.
- A conselheira ***Edneida*** afirmou que se surpreende muito ao ver que o próprio Estado é um dos principais vetores de degradação ambiental, já que ao aceitar um empreendimento dessa magnitude numa área tão delicada sem condicionar ao conjunto de políticas públicas que limitaram a proposta, além de perceber as incoerências entre o discurso e a prática ao ponto de não ver a um posicionamento das secretarias de governo na defesa da legalidade – e não mais do que a legalidade, em relação ao projeto; lembrou que na primeira audiência pública na ALEPE questionou ao general como que vamos explicar para as gerações futuras, um ente a ser considerado na sustentabilidade, o fato de que será desmatada uma área de floresta madura para a construção de um equipamento que poderia ser em qualquer outro lugar sob o argumento da compensação, que é uma insanidade em tempos de emergência climática; afirmou que o tripé economia – meio ambiente – sociedade precisa ser atualizado para um momento de crise, onde o econômico não pode mais se sobrepor aos demais, ou se resolverão questões em curto prazo gerando consequências graves de médio a longo prazo para meio ambiente e sociedade.
- O conselheiro ***Herbert*** complementou que a narrativa do Exército é construída na dita "sustentabilidade", onde garantem que haverá ganho ambiental para a APA Aldeia-Beberibe e incremento hídrico no Sistema Botafogo, mas questiona como pode ser sustentável um empreendimento que inicia desmatando quase 100 hectares de um bioma em extinção, sem sequer uma proposta concreta acerca da eventual compensação ambiental.

- A conselheira ***Mônica*** se pronunciou no sentido de reconhecer que dificilmente teríamos todo o território do CIMNC restaurado se o Exército não estivesse lá, pois infelizmente a atuação do Estado deixou a desejar ao longo dos anos no quesito de proteção florestal, até mesmo nas áreas definidas como reservas ecológicas.
- O conselheiro ***Gilmar***, da Prefeitura de Igarassu, lembrou da situação de emergência que a cidade de Maceió está passando devido à exploração de mineração pela Braskem, fazendo referência aos alertas da sociedade civil e da comunidade científica décadas atrás, cujas preocupações hoje se confirmam.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** lembrou que o MPF solicitou pronunciamento do Conselho em relação aos documentos encaminhados pelo Exército em resposta à manifestação inicial, já encaminhado aos conselheiros, e informou que diante do meu período de férias entre dezembro e janeiro solicitei aditamento do prazo para resposta, mas que aguardo as contribuições para compor a resposta quando de meu retorno ao trabalho.
- h) Informes gerais; informei que a CPRH está em vias de assinar um Acordo de Técnica com a UFRPE tendo como objeto o Projeto Surucucus de Aldeia, de modo a destinar a conversão de multas ambientais na aquisição de materiais e equipamentos para o desenvolvimento do projeto, bem como possibilitar o apoio logístico às atividades de campo das equipes de pesquisa; o objetivo do projeto é entender a dinâmica desses animais no território da APA Aldeia-Beberibe e imediações, bem como investigar aspectos biológicos da espécie.
- A conselheira ***Edneida***, da ANE, colocou-se à disposição para viabilizar acesso ao condomínio Flor da Mata onde recentemente foram registrados três avistamentos de surucucus, e aproveitou para elogiar o atendimento da Brigada Ambiental de Camaragibe que atenderam aos chamados rapidamente.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** Salientou que de fato a atuação deles tem sido diferenciada e, inclusive, tem nos ajudado atuando em boa parte da região de Aldeia, mesmo fora dos limites de Camaragibe, evitando que esses animais sejam mortos ou fisicamente injuriados.
- A conselheira ***Edneida*** informou que nesta data se comemora o aniversário de 13 anos da ANE, e os presentes parabenizaram a entidade e a todos os seus colaboradores.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- A conselheira **Mônica Rocha**, da Usina São José, questionou se há previsão de quórum diferenciado para alteração do regimento interno e qual seria o prazo de vigência da assunção da função da Secretaria Executiva; após verificar as disposições do regimento.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que não há necessidade de quórum diferenciado, a alteração é possível por maioria simples em reunião da Plenária, e que o prazo não é definido já que a função seria exclusiva de um servidor da CPRH, mas que no caso de alteração pode ser deliberado pela Plenária e incluído.
- A conselheira **Ana Carolina Lins**, da UFRPE, questionou quais são as atribuições da Secretaria Executiva do Conselho, **Cinthia Renata Vieira de Lima** respondeu que se resumem a assessorar administrativamente a presidência do Conselho, organizando e arquivando documentos, recebendo sugestões de pauta e documentos de interesse do Conselho, elaborando pauta e atas das reuniões, encaminhando convocações de reuniões; **Cinthia Renata Vieira de Lima** salientou, no entanto, que sendo tais atribuições inevitavelmente teriam que ser compartilhadas com a presidência do Conselho caso seja eleito um conselheiro externo à CPRH para a função, uma vez que é importante que todos os documentos sejam arquivados nesta Agência para registro.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou ainda que as atividades que mais me

- sobrecarregam são a elaboração das atas e a convocação das reuniões, pois muitas vezes perco o prazo regimental pela alta demanda de atribuições.
- A conselheira B***runa Bezerra***, da UFPE, questionou se não seria possível deixar as datas das reuniões já agendadas para auxiliar a questão da convocação,
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** lembrou que já deixamos o calendário anual de reuniões pré-agendado na última reunião do ano anterior (inclusive devemos definir o calendário de reuniões de 2024 nesta reunião), mas de toda forma a convocação formal não pode deixar de ser feita até para lembrar os conselheiros do compromisso.
- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, questionou se de fato a CPRH não tem servidor disponível para assumir a Secretaria Executiva do Conselho, considerando que seria uma função de apoio e não demandaria o tempo de trabalho integral de um servidor, mas que seria difícil para um conselheiro externo assumir as atribuições de forma satisfatória.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que já tentou articular internamente esse apoio formal, mas sem sucesso.
- A conselheira ***Edneida***, da ANE, questionou a Maíra se a SEMAS tem feito uma avaliação
- de aprendizado institucional, questionando o que levou ao contrato chegar ao fim sem atingir minimamente seus objetivos, inclusive em termos de aplicação de recursos.
- A conselheira Maíra respondeu que eles têm feito essa avaliação sim, e que no caso do Programa UCs Pernambuco, apesar de se tratar de um programa complexo com a previsão de muitos estudos sendo realizados paralelamente, em sua visão a grande questão foi a dificuldade institucional gerencial do ITEP, que gerou uma sucessão de atrasos e dificuldades.
- No que se trata da aplicação dos recursos financeiros, ***Maíra*** comentou que os recursos não são perdidos uma vez que somente eram pagos os produtos recebidos e aprovados, devendo o saldo remanescente ser devolvido à CPRH, já que a fonte dos
- recursos foi a compensação ambiental, até o redesenho da nova estratégia para elaboração dos planos de manejo.
- A conselheira ***Mônica***, da Usina São José, comentou que na sua visão o problema
- não foi somente a gestão do ITEP, já que a forma de contratação por lotes de agrupamentos
- complicou ainda mais o processo, já que na maioria dos casos envolvia valores baixos para estudosem unidades muito distantes entre si e/ou de categorias e contextos territoriais muito diferentes, o que inviabilizou a participação de muitas instituições por desinteresse, ou mesmo prejudicou o andamento dos trabalhos daquelas que foram subcontratadas pelo ITEP; além disso, pontuou a falta de fiscalização dos termos e prazos contratuais, que poderia ter minimizado o problema. Por fim, a conselheira **Mônica** sugeriu que a nova gestão da SEMAS observe essas questões antes de fazer uma nova contratação.
- **Cinthia Renata Vieira de Lima** comentou que uma outra questão importante relacionada ao aprendizado institucional a ser observada é a necessidade de equilibrar a capacidade técnica operacional da própria SEMAS/CPRH ao contrato a ser firmado, já que se torna difícil acompanhar/fiscalizar um contrato com um grande número de produtos sendo desenvolvidos paralelamente com uma equipe pequena.
- O conselheiro ***Anselmo Bezerra***, do IFPE, comentou que entende que a mera indicação de um conselheiro para assumir a Secretaria pode não resolver a questão, tendo em vista que na ausência de tal conselheiro na reunião voltaríamos à mesma situação, de modo que entende que a melhor solução seria realmente que a CPRH indicasse um servidor para assumir a

função. A conselheira Mônica Rocha, da Usina São José, concordou e levantou ainda outro fato: que conselheiro teria condições e interesse de assumir a função?

- Continuou afirmando que, por outro lado, considerando que Presidência é assumida pela Secretaria Executiva e vice-versa, em suas ausências, caso a presidente tenha algum impedimento o Conselho teria problemas até mesmo para ser convocado na situação em que estamos. Nesse sentido, a conselheira afirmou que antes de alterar o regimento é importante que o Conselho pressione a CPRH para que indique um servidor para assumir a Secretaria Executiva do nosso Conselho. Complementarmente, a conselheira **Edneida Cavalcanti**, da ANE, comentou que diante das diversas Unidades de Conservação criadas pelo Governo do Estado e geridas pela CPRH, que demandam um mínimo de estrutura e organização, seria muito conveniente e oportuno que a Agência tivesse uma secretaria executiva que atendesse a vários Conselhos Gestores. Afirmou que não se trata de "querer ou não querer" assumir a função da Secretaria Executiva do Conselho, mas considerando que o fórum tem participação voluntária e que cada representante já acumula diversas outras funções em suas respectivas instituições, fica muito difícil conseguir conciliar mais uma de forma adequada.
- **Cinthia Renata Vieira de Lima** questionou a Maíra Braga se, diante do diagnóstico ambiental realizado pelo ITEP/CEPAN entregue, aprovado e pago, se poderíamos
- utilizar as informações nele levantadas como dados oficiais, considerando que os dados agregam muita informação e valor em termos de conservação aos dados já desatualizados do atual plano de manejo, que data de 2012.
- A conselheira ***Maíra*** esclareceu que o produto do Agrupamento Aldeia entregue pelo ITEP foi o diagnóstico ambiental parcial, e que todos os produtos entregues pelo ITEP à SEMAS até dezembro de 2022 foram aprovados e pagos, mas que tem conhecimento de produtos entregues pelas subcontratadas que não chegaram à SEMAS em tempo hábil para apreciação.Comentou que no dia anterior à finalização do prazo do contrato o ITEP encaminhou vários desses produtos para a SEMAS, sendo inviável qualquer apreciação, o que motivou o encaminhamento de processo à Câmara de Conciliação Estadual, onde será analisada formalmente a possibilidade de apreciar, aprovar e pagar tais estudos.
- A conselheira ***Ana Carolina***, da UFRPE, comentou que é necessário pensar em estratégias diferentes para contexto diferentes, considerando o fato de as UCs terem ou não gestão instituída, Conselho Gestor ativo ou inativo etc., pois não faz sentido investir recursos igualmente numa área que nunca teve nem tem previsão de ter gestão e em outras como APA Aldeia-Beberibe, com gestão ativa e atuante.
- Lembrou que legalmente os planos de manejo tem 5 anos de validade, devendo ser revisados depois desse prazo, e afirmou que não faz sentido investir em planos para áreas que não tem sequer previsão para gestão efetiva.
- Falou ainda que embora o Conselho tenha instituído um GT interno para acompanhar a revisão do plano de manejo, não houve discussão em grupo para validação dos produtos apresentados, apesar de os da APA Aldeia-Beberibe terem sido encaminhados ao GT.
- A conselheira demonstrou incômodo ao afirmar que muitas vezes os recursos (dinheiro, tempo e empenho) são revertidos apenas em "papel nas prateleiras", quando os planos de manejo não têm equipe para implementá-los, ao tempo em que lembra que em 2012 foi
- nomeada conselheira do RVS da Mata da Usina São José em uma grande cerimônia com a presença do Governador do Estado, mas que na prática o Conselho nunca existiu. Comentou, por fim, que o plano de manejo do Parque Estadual Dois Irmãos (PEDI) foi revisado voluntariamente pela UFRPE em parceria com a gestão e alguns conselheiros, com muito esforço, mas sem grandes contextualizações, resultando num produto completo e todo

mapeado, e ainda gerando oportunidades de treinamento para os estudantes da universidade; assim, sugeriu que a SEMAS faça vínculos com a academia para agregar interesses, repensando fluxos para buscar soluções que otimizem recursos. ❖ ***Herbert*** questionou a ***Maíra*** de que forma o processo para continuidade da revisão do plano de manejo se dará, se pela SEMAS ou pela CPRH, para o qual ***Maíra*** respondeu que deve ser conduzido pela SEMAS, mas construído conjuntamente com o Conselho no caso da APA Aldeia-Beberibe, tendo em vista as possibilidades levantadas. ❖ O conselheiro Anselmo, do IFPE, questionou se o ofício solicitando a minha participação no GT enquanto assessoria técnica foi encaminhada à SEMAS e à CPRH, ao qual ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que não, pois ainda não foi possível coletar as assinaturas dos conselheiros que deliberaram pela aprovação da proposta, como ficou acordado na reunião ordinária do dia 14 de setembro, mas que o conselheiro Herbert está coletando as assinaturas nesta reunião.
SOLICITAÇÕES
❖ Solicitar publicação do mapeamento dos corredores ecológicos da APA Aldeia-Beberibe ❖ Cristiane sugeriu que a SEMAS considere a continuação dos estudos que foram realizados através das entidades subcontratadas de modo a não perder o investimento, já que o diagnóstico é a etapa mais laboriosa e já parcialmente vencida. ❖ Os conselheiros Monica, da Usina São José, Herbert, do FSaA, e Edneida, da ANE, propuseram o encaminhamento de documento formal às SEMAS solicitando a publicação do mapeamento dos corredores ecológicos da APA Aldeia-Beberibe, o que foi acatado por unanimidade pela Plenária.
DEMANDAS
❖ A proposta da conselheira **Mônica**, da Usina São José, para que o Conselho encaminhe um documento à CPRH solicitando que indique um servidor para assumir a Secretaria Executiva do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe, endossada pelo conselheiro **Herbert Tejo**, do FSaA, foi submetida à votação e acatada por unanimidade pela Plenária. ❖ O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, propôs que formalizássemos o convite em nome do Conselho Gestor para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o que foi acatado por unanimidade pela Plenária.

SÍNTESE DAS REUNIÕES REALIZADAS EM 2024

- **ATA 1**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2024 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE
LOCAL
Sem informação na ata sobre o local de realização da reunião
DATA
15 / 03 / 2024
PAUTA
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes

c) Apresentação de resultados parciais dos projetos de pesquisa desenvolvidos na APA
d) Discussão sobre o licenciamento de novos empreendimentos imobiliários de grande porte na APA
e) Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba
f) Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA
g) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano
h) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC: manifestação sobre documentos enviados pelo Ministério Público Federal
i) Informes gerais

OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo

PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH)
Maíra Braga	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Gilmar Silva	Prefeitura Municipal de Igarassu
Ana Carolina ***Bárbara Lins Caldas de Moraes***	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Ednilza Maranhão ***Jozélia Correia***	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Anselmo Bezerra	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Luciane Nascimento	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Herbert Tejo	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Ricardo Braga	Associação Águas do Nordeste (ANE)
Pedro	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Não tem os nomes dos representantes	Servidores da CPRH
Mônica Rocha	Usina São José
Não tem os nomes dos representantes	Representantes da Comunidade

ATIVIDADES REALIZADAS

- Apresentação sobre o Projeto Surucucu
- Apresentação da pesquisa científica de Pós-doutorado "Uso de ferramentas autônomas e remotas para monitoramento da biodiversidade e avaliação ambiental em unidades de conservação no estado de Pernambuco"
- Aprovação da ata da reunião anterior; a ata da reunião ordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2023
- Discussão sobre o licenciamento de novos empreendimentos imobiliários de grande porte na APA
- Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA

DESDOBRAMENTOS

- Na função de gestora da APA Aldeia-Beberibe e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Diante da pauta extensa, pediu a compreensão dos conselheiros no sentido de que seus pronunciamentos fossem sucintos a fim de que não restasse nenhum item pendente ao final da reunião.
- Ao entrar na pauta, aguardando a formação de quórum, iniciamos a reunião pelo item: c) Apresentação de resultados parciais dos projetos de pesquisa desenvolvidos na APA;
- A primeira apresentação foi sobre o Projeto Surucucu, que é desenvolvido na APA Aldeia-Beberibe, e foi ministrada pelas professoras ***Ednilza Maranhão*** e ***Jozélia Correia***, coordenadoras do projeto na UFRPE. Informaram que o projeto é fruto da parceria entre o Parque Estadual Dois Irmãos, a Agência Estadual de Meio Ambiente CPRH, por meio do CETRAS Tangará e da gestão da APA Aldeia-Beberibe, o Fórum Socioambiental de Aldeia e o Laboratório Interdisciplinar de Anfíbios e Répteis (LIAR) da UFRPE, sendo desenvolvido por 17 colaboradores que formam a equipe executora do projeto. A professora ***Ednilza*** parabenizou e agradeceu o apoio da gestão da APA Aldeia-Beberibe no desenvolvimento do projeto, que vem sendo desenvolvido na APA desde 2019. Dentre as informações compartilhadas, foi citado que no município de Camaragibe e Paudalho houve o maior número de registros de surucucus em Pernambuco, cuja espécie encontra-se na lista de herpetofauna ameaçada de extinção do Estado de Pernambuco sendo considerada espécie vulnerável. O aumento e locais de registros são atípicos para a espécie e a principal hipótese é que a espécie esteja respondendo às pressões antrópicas que vem ocorrendo na APA Aldeia-Beberibe e que tem desequilibrado os ambientes naturais. As professoras relataram as pesquisas científicas e ações de campo que vem sendo desenvolvidas, a parceria com o Instituto Butantan, a realização de capacitações, o monitoramento dos estoques de soro antiofídico, a produção de livro paradidático, a criação de página do Instagram e as ações educativas que são desenvolvidas pelo projeto e os resultados do projeto. Ainda foram relatados os acidentes ofídicos com animais domésticos e humanos (dois incidentes) na APA Aldeia-Beberibe e a preocupação acerca da urgência e importância desse projeto no âmbito do Estado de Pernambuco, já que é um problema de saúde pública. Nesse sentido, salientaram a necessidade de um apoio mais efetivo, principalmente em relação à aquisição de materiais e equipamentos, para continuidade das ações desenvolvidas pelo projeto. As coordenadoras informaram ainda que aguardam a assinatura de acordo de cooperação técnica com a CPRH para viabilizar a compra de rádios para monitoramento e outros equipamentos por meio de conversão de multas ambientais da CPRH, e comentaram que a demora para formalização vem dificultando o pleno desenvolvimento do projeto.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que a CPRH vem contribuindo na divulgação dos resultados do projeto nas suas mídias sociais e enfatizou que esse projeto se encontra na carteira de projetos para conversão de multas da CPRH e que já conseguimos realizar uma conversão de multa para o projeto na gestão anterior; entretanto, a nova gestão solicitou a formalização de acordo de cooperação técnica entre as CPRH e UFRPE para dar continuidade às conversões. Complementou informando que o acordo se encontra desde dezembro de 2023 na CPRH para o Diretor-Presidente assinar, mas até o presente momento não foi assinado.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou ainda que o reitor da UFRPE contactou o presidente da CPRH para tratar da assinatura do documento, em virtude dos incidentes recentes, uma vez que o reitor já o assinou.
- A professora ***Ana Carolina***, conselheira da UFPE, salientou a urgência de assinar esse acordo, frisou que tem que se dar a mesma importância que é dada aos incidentes com tubarão

na orla e enfatizou a importância da moção. A conselheira comentou ainda sobre os canais de divulgação científica das pesquisas para a sociedade e exemplificou que existe uma exposição no Parque Estadual de Dois Irmãos desde o ano passado e que pouco foi divulgada.

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que a CPRH vem contribuindo na divulgação dos resultados do projeto nas suas mídias sociais e enfatizou que esse projeto se encontra na carteira de projetos para conversão de multas da CPRH e que já conseguimos realizar uma conversão de multa para o projeto na gestão anterior; entretanto, a nova gestão solicitou a formalização de acordo de cooperação técnica entre as CPRH e UFRPE para dar continuidade às conversões. Complementou informando que o acordo se encontra desde dezembro de 2023 na CPRH para o Diretor-Presidente assinar, mas até o presente momento não foi assinado.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou ainda que o reitor da UFRPE contactou o presidente da CPRH para tratar da assinatura do documento, em virtude dos incidentes recentes, uma vez que o reitor já o assinou.
- A professora ***Ana Carolina***, conselheira da UFPE, salientou a urgência de assinar esse acordo, frisou que tem que se dar a mesma importância que é dada aos incidentes com tubarão na orla e enfatizou a importância da moção. A conselheira comentou ainda sobre os canais de divulgação científica das pesquisas para a sociedade e exemplificou que existe uma exposição no Parque Estadual de Dois Irmãos desde o ano passado e que pouco foi divulgada. Em seguida, ocorreu a apresentação da pesquisa científica de Pós Doutorado do Laboratório de Ecologia, Comportamento e Conservação do Departamento de Zoologia da UFPE intitulada "Uso de ferramentas autônomas e remotas para monitoramento da biodiversidade e avaliação ambiental em unidades de conservação no estado de Pernambuco", ministrada pela Dr.a ***Bárbara Lins Caldas de Moraes***. A pesquisadora apresentou o projeto, financiado pelo CNPq e desenvolvido na APA Aldeia-Beberibe, que tem como objetivos utilizar ferramentas autônomas e remotas para o monitoramento da biodiversidade e avaliação ambiental nas UCs de proteção integral que compõem a APA Aldeia-Beberibe, realizar o monitoramento e caracterização da paisagem de fauna de médio porte e avaliar os riscos de doenças parasitárias zoonóticas em primatas não humanos. A pesquisadora focou nos resultados parciais do projeto e demonstrou preocupação com o grande registro de animais domésticos, sobretudo cachorros, no interior das Unidades de Conservação e dos remanescentes da APA Aldeia-Beberibe, registradas por câmeras trap instaladas no interior das áreas pesquisadas. Informou que os cachorros atacam várias espécies de animais silvestres, gerando um problema na biodiversidade; a pesquisadora relatou que as câmeras conseguiram registrar uma cena de uma matilha atacando uma preguiça em um dos locais estudados. A partir disto, foi dialogado entre os membros do conselho gestor que é importante encontrar uma solução para que não haja a presença e nem a proliferação desses cachorros e outros animais domésticos no interior dessas áreas pesquisadas.
- A conselheira ***Luciane Nascimento***, representante da FIEPE, mencionou a construção de uma clínica veterinária pela UNIBRA em parceria com a prefeitura de Camaragibe, a qual poderá também participar como parceiro para possíveis castração desses animais domésticos abandonados; comentou ainda que no município de Camaragibe os animais castrados são microchipados e monitorados.
- A professora ***Ednilza Maranhão*** afirmou que as gestões das unidades de conservação devem ser enérgicas de modo a não permitir que os funcionários criem os animais domésticos nas dependências das unidades de conservação em virtude da problemática gerada para a fauna silvestre.

- O conselheiro ***Gilmar Silva***, da Prefeitura de Igarassu, salientou que os cachorros e gatos são problemas das cidades e não das Unidades de Conservação, ainda citou fatos ocorridos na prefeitura de Igarassu e os problemas enfrentados com os animais abandonados e com pessoas que criam uma quantidade muito grande de animais soltos, principalmente, na área rural. Ainda mencionou que o foco é trabalhar nas áreas do entorno das áreas protegidas. Por fim, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** agradeceu às pesquisadoras pela presença e pela parceria no desenvolvimento de pesquisas nas nossas Unidades, prosseguimos com a pauta.
- a) Aprovação da ata da reunião anterior; a ata da reunião ordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2023 foi aprovada por unanimidade, sem alterações.
- b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; porém, na ausência de novos conselheiros a tomar posse, passamos ao ponto de pauta:
- d) Discussão sobre o licenciamento de novos empreendimentos imobiliários de grande porte na APA. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que este é um tema recorrente na APA Aldeia-Beberibe, desde que assumiu a gestão em 2015, principalmente pela especulação imobiliária em direção a APA, por se tratar de território próximo de Recife. Entretanto, salientou que é necessário ter diretrizes para o licenciamento desses empreendimentos, já que ficam dentro do território da APA e é necessário manter os atributos naturais da unidade.
- Nesse sentido, informou que a CPRH está ajustando o procedimento de licenciamento de modo que todos os empreendimentos na APA tenham a ciência da gestão da Unidade e, assim, têm chegado muitos empreendimentos ao nosso conhecimento, sendo a maioria de pequenos condomínios e residências; no entanto, tivemos conhecimento de dois grandes empreendimentos próximos à RPPN Quizanga, recentemente convertido da categoria Refúgio de Vida Silvestre (RVS). Apresentou aos conselheiros a localização pretendida para os empreendimentos e salientou que ambos estão no contexto de corredor ecológico na unidade de conservação: o empreendimento mais ao norte tem cerca de 90 hectares com previsão de 547 unidades habitacionais sendo denominado como condomínios de lotes, no município de Paudalho; o outro empreendimento, mais ao sul, também de condomínio de lotes, tem quase 50 hectares e previsão de 712 unidades habitacionais.
- A conselheira ***Mônica Rocha***, da Usina São José, reforçou que existe um novo regulamento federal sobre o parcelamento do solo. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** mencionou que o preocupante é que toda essa região tinha uso agropecuário quando da edição do Plano de Manejo da APA, em 2012, mas desde 2016 tem tido seu uso do solo convertido por demanda de expansão urbana, mas que diante da falta de revisão/atualização do documento diretor da UC, não há diretrizes para empreendimentos urbanos nos locais que pretendem se instalar, salientando a necessidade urgente da revisão do Plano de Manejo. Citou que os empreendimentos vão alterar de uso rural para uso urbano a área e os
- impactos gerados na implantação podem ser enormes para a biodiversidade e para os serviços ecossistêmicos prestados pela APA, sendo necessária a avaliação da capacidade de suporte dos recursos hídricos e o uso do solo daquela região. Relembrou que tudo indica que os problemas com o aparecimento das surucucus em áreas urbanas são por conta das dinâmicas de mudança do uso do solo. Informou que outros dois empreendimentos do mesmo requerente de um dos novos condomínios de lotes não passaram para manifestação da gestão da APA ou da Unidade de Gestão de Unidades de Conservação (UGUC), da CPRH, apesar de à época estarem na zona de amortecimento do RVS, equivocadamente. Além disso, o fato de que se trata de empreendimentos da mesma tipologia na mesma área de influência direta e do mesmo proprietário nos leva a crer que houve fracionamento do licenciamento ambiental para que não se enquadrarem em licenciamentos mais robustos, já que a tendência é que a conversão

de uso continue por toda a área. Afirmou que o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ajudou bastante para que os empreendimentos somente continuem o processo de licenciamento caso tenham a manifestação da APA. Por fim, informou que internamente estamos tentando construir um parecer com a Diretoria de Licenciamento Ambiental (DLAM) da CPRH para pedir um estudo ambiental adequado que inclua a avaliação dos impactos sinérgicos dos empreendimentos na área. Ao longo da explicação, os conselheiros foram dialogando e relatando os impactos que esses empreendimentos podem gerar, além de outros empreendimentos que já estão instalados ou em processo de instalação.

- O conselheiro ***Ricardo Braga*** salientou que as áreas públicas dos empreendimentos geralmente são doadas às prefeituras, que podem fazer um acordo para doação dessas terras para compensação ambiental de outros empreendimentos, por exemplo.
- O conselheiro ***Herbert*** chamou a atenção para o cenário em que os empreendimentos sejam instalados e a área deixe de servir como área de recarga de aquíferos, além do incremento da demanda por água por meio de novos poços perfurados, e que se isto não for levado em consideração a proteção da APA fica cada vez mais fragilizada, opinando que o conselho tem que se tornar mais protagonistas nesse debate sobre o licenciamento ambiental. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** mencionou que foi justamente esse fato que a preocupa e a fez trazer a questão à pauta deste Conselho Gestor, e esclareceu que ambos os processos estão sendo analisados pela também pela Agência Condepe/Fidem sobre a questão do parcelamento do solo. Sobre isso, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que o responsável pelo empreendimento em Paudalho contestou a necessidade de pronunciamento da Condepe/Fidem alegando o fato do município estar fora da Região Metropolitana do Recife (RMR), o que levou aquela Agência a formalizar consulta à PGE, que se pronunciou no sentido de afirmar a necessidade da consulta em virtude do empreendimento está situado em um contexto metropolitano. Sendo assim, vai aguardar o pronunciamento da Condepe/Fidem para dar continuidade à análise técnica em conjunto com a DLAM.
- O conselheiro ***Anselmo Bezerra***, conselheiro representante do IFPE, pediu para que fosse registrado em ata que quando a Usina Petribú solicitou a mudança de categoria do RVS Quizanga para RPPN, uma das preocupações dos conselheiros era a perda da zona de amortecimento do RVS, que por vedação legal de categoria não permitia loteamentos; O conselheiro ***Anselmo Bezerra***, afirmou que se a categoria de manejo não tivesse sido alterada, tais empreendimentos não poderiam existir na zona de amortecimento desta unidade de conservação; Apesar de ter ganho de área com a mudança de categoria para RPPN, perdeu-se a zona de amortecimento que minimizaria impactos negativos sobre a UC. Afirmou que este foi mais um problema da CPRH não pensar pela gestão da APA, já que os conselheiros anteciparam que esse tipo de discussão de recategorização não era tão simples. Salientou o problema crônico de que ainda existem empreendimentos que não passam pela manifestação da APA Aldeia-Beberibe. Salientei que, infelizmente, de fato alguns empreendimentos foram licenciados sem a ciência da gestão da Unidade, mas que a nova plataforma Caburé irá ajudar para que os empreendimentos possam passar pela gestão das Unidades de Conservação.
- A conselheira ***Mônica Rocha*** salientou mais uma vez que a falta de procedimentos na CPRH dificulta toda a gestão ambiental, seja no licenciamento, seja na governança de áreas protegidas, uma vez que os empreendedores estão sujeitos à subjetividade dos técnicos que analisam os processos; comentou que entende que se um empreendimento estiver numa Unidade de Conservação, quem deve analisar primeiro o licenciamento ambiental é a gestão da Unidade. A Sra. ***Ana Paula***, servidora da CPRH, mencionou que esse procedimento era adotado, na gestão anterior, no Núcleo de Avaliação de Impactos Ambientais (NAIA).

- e) Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que não tinha conhecimento de nenhuma novidade além do que já havia sido discutido na reunião anterior,
- f) Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA; ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que encaminhei à SEMAS/PE o Ofício CGAPAAB N.° 03/2024 no dia 05 de março de 2024, solicitando urgência na publicação do mapa dos corredores ecológicos, como havia sido decidido nas reuniões passadas. Rapidamente contextualizou a situação de insegurança jurídica em que se encontra as disposições que dizem respeito aos corredores ecológicos da APA em virtude da falta de publicação do mapeamento, sobretudo do ponto de vista de gestão técnica em pareceres no licenciamento ambiental de atividades. A conselheira ***Mônica Rocha***, da Usina São José, esclareceu que o Secretário Executivo da SEMAS, Walber Santana, haviam comentado que o governo ainda não tinha publicado o mapa pois existiam empreendimentos/projetos de interesse do governo para as áreas dos corredores ecológicos e isto foi falado numa reunião do Ministério Público. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que essa questão foi trazida ao nosso conhecimento na reunião anterior pelo Fórum Socioambiental de Aldeia e justificou o envio do ofício como atendimento à deliberação da Plenária do Conselho. Lembrou que na reunião anterior a conselheira ***Maíra*** afirmou que a SEMAS fez um grupo de trabalho com os servidores do jurídico da Secretaria para dialogar sobre essa questão.

  Salientou que estou acompanhando o processo pelo SEI, de modo que verifiquei despacho de Walber para a Secretária avaliar a questão, conforme parecer da PGE sobre o referido assunto; porém tal documento não consta no processo SEI em referência.
- O conselheiro ***Herbert***, do FSaA, relembrou que a entidade fez denúncia no MPPE sobre a questão dos corredores ecológicos e relembrou a resposta do Governo que tem projetos grandes e que, portanto, a delimitação dos corredores seria conflitante com os novos projetos do Governo, mas que já fez uma réplica da resposta para o Governo, via MPPE. Sobre esse assunto, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que a assessoria jurídica da Promotoria de São Lourenço da Mata do MPPE entrou em contato pedindo informações sobre o processo de criação dos corredores ecológicos, informando que deve entrar com uma ação civil pública em relação aos corredores. A conselheira ***Mônica Rocha***, da Usina São José, diz que tem certo receio dessa ação civil pública, pois a depender do que se peça, o Governo pode revogar o decreto. O conselheiro ***Herbert*** disse que pode acontecer a revogação do decreto, porém o Governo tem que lidar com o ônus político dessa decisão, já que foi investido um montante alto de recursos financeiros no projeto de repente jogar fora os estudos elaborados; afirmou ainda que o Fórum pretende acionar a instância do Tribunal de Contas do Estado caso esses valores sejam perdidos. A conselheira ***Mônica*** explanou sobre o que é uma ação civil pública, e o conselheiro Herbert falou sobre a complexidade dessa questão da ação civil pública. ***Cinthia Renata Vieira de Lima***, alertou sobre a urgência de resolução desse tema junto ao Governo do Estado.
- g) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano; sobre esse assunto, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** recordou que nas reuniões passadas foi deliberado que fosse elaborado um ofício para convidar o Secretário ou um representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC) para participar dessa reunião do conselho, sendo assim, foi encaminhado o Ofício CGAPAAB n° 02/2024, dia 05 de março de 2024, entretanto, até o momento não tivemos retorno desse Ofício; informou que na CPRH também não há nenhum processo de entrada de licenciamento do empreendimento. O conselheiro

Herbert informou que a única novidade de que tem conhecimento é sobre a nota oficial de imprensa do Governo do Estado de que implantará o projeto do Arco Viário Metropolitano e cita a licitação do projeto executivo do lote 2/sul, para além da APA; ainda salientou que o Conselho deve insistir na resposta ao ofício enviado à SDEC.

- h) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC: manifestação sobre documentos enviados pelo Ministério Público Federal. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** contextualizou sobre a situação do Conselho Gestor em relação ao assunto, ao ponto em que nossa participação nas discussões se resume à representação de ente da sociedade civil no Grupo de Trabalho (GT) criado pelo Governo de Pernambuco por meio do Decreto Estadual no 54.683/2023 para acompanhar a implantação da Escola de Sargentos, representado pelo FsaA (titular) e UFPE (suplente). Com o objetivo de atualizar sobre o assunto, o conselheiro ***Herbert***, do FsaA, informou que desde o ano passado não houve novos encaminhamentos no GT e que a próxima reunião está marcada para o dia 22 desse mês, porém a reunião não tem pauta. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** mencionou que para além do GT, o Ministério Público Federal (MPF), que tem atuado como interlocutor entre o Conselho e o Exército Brasileiro acerca do assunto, encaminhou documentos para serem conhecimento e pronunciamento pela gestão da APA (encaminhado ao e-mail desta gestora e remetidas para formalização na Ouvidoria da CPRH) e para a CPRH (encaminhados diretamente à Ouvidoria da CPRH). No entanto, após formalização das demandas na Ouvidoria, nenhuma das demandas tem sido remetida pela CPRH para a gestão da APA, para pronunciamento, sob a justificativa de que o órgão gestor a que se refere o MPF é a CPRH e não o Conselho Gestor da Unidade; no entanto, as demandas também não foram direcionadas para resposta por parte de nenhum setor da Agência, permanecendo sem resposta até o momento. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou, de forma muito transparente, que na ocasião de encaminhamento da primeira manifestação do Conselho Gestor da APA em resposta ao Ministério Público Federal, em setembro de 2023, a diretoria da CPRH não concordou com o fato de a resposta ter sido enviada diretamente ao MPF, sem passar pelo aval da diretoria da Agência; no entanto, mais uma vez a gestora esclareceu que o Conselho Gestor e suas manifestações não se submetem hierarquicamente à Agência, pois a resposta não foi da CPRH e sim do Conselho Gestor, órgão colegiado independente. Isto gerou uma discussão interna na Agência que ainda reverbera. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** lembrou que o novo pedido de pronunciamento encaminhado a esta gestora data do dia 05 de dezembro, quando o MPF encaminhou também laudo elaborado por peritos sobre o estudo ambiental da área em questão e sobre a nossa manifestação acerca do estudo, bem como outros documentos. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** esclareceu que trouxe esse fato sobre a gestão da CPRH e pediu o posicionamento do colegiado para demonstrar aos conselheiros como o processo administrativo é gerado no sistema de licenciamento da CPRH para que todos pudessem entender o fato relatado acima e a minha limitação enquanto servidora. Concordou que o Conselho deve se manifestar, porém entende que os conselheiros devem assinar conjuntamente o documento, pelas questões elencadas sobre a CPRH. Foi acordado que os conselheiros irão responder ao MPF, sendo agendada reunião extraordinária no dia 18 de abril de 2024 para apreciar e aprovar o documento em resposta, elaborado com as contribuições dos conselheiros, que terão até o dia 10 de abril de 2024 para encaminhar as contribuições para a manifestação.
- i) Informes gerais;
- Em relação a ESA , onde ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** registrou que a luta não é apenas dos representantes do Conselho Gestor e que a sociedade civil tem se mobilizado com manifestações; exemplos aconteceram nas mobilizações em frente ao Palácio do Governo de

Pernambuco e Conferência do Clima (COP 28), nos Emirados Árabes, onde representantes da defenderam a integridade dos remanescentes de Mata Atlântica da APA Aldeia-Beberibe, reforçando que a sociedade vem apoiando o movimento encabeçado pelo Conselho Gestor da APA.

- A conselheira ***Marina***, da SEMAS, informou que ***Ana Luíza*** e ***Walber***, Secretária e Secretário-Executivo da SEMAS, respectivamente, se disponibilizaram a participar de uma próxima reunião do Conselho Gestor, ficando acordado que Marina veria a possibilidade da participação já na próxima reunião extraordinária, agendada para o dia 18 de abril de 2024, em local e modalidade do evento (presencial ou virtual) a ser definido posteriormente.
- Finalmente, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** agradeceu a participação e o empenho de todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, às 12h40min declarou encerrada a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe.
- Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata Vieira de Lima, Presidente do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registros em anexo.
- Recife, 15 de março de 2024.

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- A conselheira, ***Mônica Rocha***, parabenizou a apresentação sobre o Projeto Surucucu e comentou sobre a importância de uma maior divulgação destes projetos e de outros projetos por parte da Universidade, além de sugerir que a universidade busque parcerias com empresas privadas para apoiar o projeto.
- ***Pedro***, conselheiro pelo CEPAN, questionou se havia registro de furtos dos materiais de campo da pesquisa, a *Bárbara* informou que não tinha registro. ***Pedro*** salientou que isto era um dado importante. A pesquisadora apresentou os dados de conectividade das áreas estudadas, bem como as ações educativas que são realizadas e os próximos passos que eles almejam para o projeto. Os conselheiros parabenizaram a apresentação e destacaram a importância desse tipo de pesquisa para conhecer a biodiversidade da APA. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou que diante dos resultados parciais desse projeto já estamos tentando elaborar um projeto para solucionar esse problema de controle desses animais domésticos e das zoonoses que podem ocorrer nessas áreas protegidas.
- Alguns conselheiros questionaram a nomenclatura da tipologia "condomínio de lotes" no processo administrativo de licenciamento, ocasião em que ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** esclareceu que se trata de loteamento que pode ser fechado ao acesso público.
- O conselheiro ***Herbert Tejo***, do Fórum Socioambiental de Aldeia, questionou se os empreendimentos estavam no corredor ecológico delimitado nos estudos realizados pela Bioflora e se os empreendimentos têm área verde. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que um dos empreendimentos se encontra quase integralmente dentro do corredor ecológico delimitado pela Bioflora, sendo prevista as áreas verdes nos projetos até onde se verificou.
- O conselheiro ***Ricardo Braga***, da ANE, esclareceu que a área verde deve ser permeável e que é possível considerar a área verde como cana-de-açúcar no projeto desde que após o ciclo da cana e a colheita o proprietário deixe a área se recuperar; entende que temos que considerar ainda a demanda por moradia e serviços no entorno desses empreendimentos, que podem ocasionar problemas de ocupação irregulares de áreas destinadas ao uso público ou conservação.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** comentou sobre o fato de que os próprios municípios ainda estão se adequando às diretrizes em relação aos empreendimentos denominados condomínios

de lotes, não havendo definições de como irão tratar as áreas públicas que ficarão fora da área cercada desses condomínios.

- A pesquisadora Bárbara questionou se existe algum estudo sobre capacidade de suporte de recursos hídricos na APA Aldeia-Beberibe, a qual o conselheiro ***Ricardo***, da ANE, explicou que existem estudos hidro geológicos sobre a RMR; no entanto, acredita que ainda não existem restrições na área dos empreendimentos em pauta, considerando que o uso anterior não demandava exploração dos recursos hídricos subterrâneos. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** confirmou que não tem conhecimento sobre estudo específico nesse sentido, mas que há uma exploração de água mineral entre os dois empreendimentos propostos. Houve discussão sobre problemas e implicações sobre o saneamento e tratamento de efluentes desses futuros empreendimentos, já que a área não possui abastecimento nem rede de coleta de esgotos públicos.
- A conselheira ***Mônica Rocha***, da Usina São José, questionou se a Compesa tem a pretensão de fazer um projeto de saneamento básico em Aldeia, especialmente nessa área, e sugeriu que o Conselho Gestor questione a Compesa sobre essa questão. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que poderemos incluir esse questionamento no processo de licenciamento.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** questionou a conselheira ***Marina***, representante da SEMAS/PEDI, se havia alguma informação nova sobre a evolução do Programa UC Pernambuco, pois é necessário que aconteça a atualização do Plano de Manejo da APA. ***Marina*** informou que a própria CPRH e a SEMAS também estão acompanhando e redesenhando um novo modelo para execução desses serviços.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** questionou ***Marina*** se existe um prazo para esse novo desenho, que respondeu que ainda não. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** relembrou que na última reunião os conselheiros ***Ana Carolina***, da UFRPE, e ***Herbert***, do FsaA, questionaram se seria possível fazer a revisão do Plano de Manejo da APA no mesmo formato que foi realizado o do Parque Estadual Dois Irmãos (PEDI), já que pode ser construído uma parceria com a Universidade e com os dados que o CEPAN já dispõe do diagnóstico realizado. Entretanto, também lembrou que a conselheira ***Maíra Braga***, da SEMAS, na reunião anterior afirmou que acredita que não seja oportuno seguir com a revisão nesse momento, pois existe um contexto muito mais complexo na APA, já que possui o Arco Metropolitano e outros empreendimentos. ***Marina*** colocou que nada evoluiu e sugeriu que o Conselho pudesse apresentar uma proposta para o Governo do Estado, já que os custos seriam muito mais em conta. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** ressaltou que o território da APA é muito mais complexo e não existem tantos estudos para a APA como um todo como existiam para o PEDI. A professora ***Jozélia*** concordou e ainda citou que existiam muitos estudos e pesquisas científicas no PEDI, diferentemente da APA.
- A conselheira ***Marina*** questiona ao ***Sr. Pedro***, representante do CEPAN presente na reunião, sobre os estudos de diagnóstico ambiental realizados pelo CEPAN, a qual ***Pedro*** respondeu que ficou evidenciado um salto de pesquisas realizadas no território da APA desde 2012, porém não se refletiu proporcionalmente no incremento de dados sobre as espécies e registros de comparação; ainda elencou que o CEPAN conseguiu realizar a metodologia indicado pela SEMAS e algum levantamento de dados primários, mesmo que não houvesse tal previsão de coletas e visitas de campo (principalmente, de algumas áreas indicadas pela gestão da APA e pelo Conselho Gestor), sendo priorizada a revisão bibliográfica; afirmou que o CEPAN tem o diagnóstico final da APA, entretanto, faltou a aprovação desse diagnóstico por parte da SEMAS e do ITEP e, por isso, não podem fornecer os dados , pois existe um contrato com o ITEP de propriedade intelectual sobre os dados produzidos, de modo que o CEPAN fica

impedido de disponibilizar os dados. ***Pedro*** afirmou ainda que o CEPAN provocou o ITEP a respeito da liberação dessas informações e sobre o pagamento dos serviços realizados, no entanto, não obteve até o presente momento nenhuma devolução dos questionamentos realizados. A conselheira ***Mônica*** afirmou que também entende que não é possível a utilização dos produtos já que eles não foram aprovados, mas orientou Pedro a consultar a SEMAS sobre a possibilidade de disponibilizar os dados. Pedro se disponibilizou a provocar a SEMAS sobre essa questão. A conselheira ***Marina*** complementou que buscou informações com a conselheira ***Maíra***, que por sua vez informou que não existe mais o contrato com o ITEP e que os produtos não foram aprovados, portanto, não poderão ser analisados nem pagos. Pedro, do CEPAN, confirmou que os produtos finais não foram aprovados nem pagos mesmo.

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** questionou a Plenária qual será o entendimento do Conselho Gestor acerca da resposta à solicitação do MPF. O conselheiro ***Herbert***, do FsaA afirmou que, sem dúvidas, o Conselho Gestor deve se pronunciar, já que claramente o documento faz alusão à manifestação do Conselho, no qual foi acompanhado pela maioria dos demais conselheiros; explanou que o Ministério Federal contratou os peritos que fizeram um estudo à parte e que o Conselho Gestor se debruçou e fez análises compiladas na manifestação encaminhada; lembrou que a gestão da APA apenas juntou as contribuições dos conselheiros a respeito desses estudos e que hoje tem-se a resposta do Exército a respeito das colocações postas pelos peritos e pelo Conselho Gestor, sobre as quais precisamos ter ciência, de modo que acredita que o Conselho tem que responder, independente das outras respostas da CPRH ou de outras instituições, devendo responder a todos os questionamentos elaborados pelo Exército e também pelo IBAMA. Afirmou ainda que entende que a gestora da APA deve se manifestar, porém se a servidora Cinthia é impedida de responder pela hierarquia, o Conselho Gestor deve responder, mesmo que a gestora não assine como Presidente do Conselho.

SOLICITAÇÕES

- Não houve.

DEMANDAS

- O conselheiro ***Ricardo Braga***, da ANE, sugeriu que o Conselho aprove uma moção solicitando que a CPRH firme o acordo de cooperação com a CPRH para que possa continuar colaborando com o projeto; por unanimidade, os conselheiros presentes aprovaram o encaminhamento e, posteriormente, o texto da moção, após leitura.
- O conselheiro ***Anselmo Bezerra***, conselheiro representante do IFPE, pediu para que fosse registrado em ata que quando a Usina Petribú solicitou a mudança de categoria do RVS Quizanga para RPPN, uma das preocupações dos conselheiros era a perda da zona de amortecimento do RVS, que por vedação legal de categoria não permitia loteamentos.
- A conselheira Ana Carolina, da UFRPE, informou que seria interessante resgatar as informações disponibilizadas no grupo de trabalho de acompanhamento desse Programa. Sugeri uma reunião específica com a SEMAS para tratar sobre a revisão do plano de manejo da APA e todos os presentes concordaram.

- **ATA 2**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 23 DE MAIO DE 2024 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE
LOCAL
PEDI
DATA
23 / 05/ 2024
PAUTA
a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; c) Deliberação: aprovação de resposta ao MPF sobre documentação encaminhada relativa à Escola de Sargentos do Exército; d) Informes gerais.
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Cinthia Renata Vieira de Lima	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH)
Deacir Almeida Júnior	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Não tem os nomes dos representantes	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Não tem os nomes dos representantes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)
Não tem os nomes dos representantes	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Não tem os nomes dos representantes	Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE)
Herbert Tejo	Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA)
Não tem os nomes dos representantes	Associação Águas do Nordeste (ANE)
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura Municipal de Abreu e Lima
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura Municipal de Igarassu
Não tem os nomes dos representantes	Prefeitura da Cidade do Recife
Não tem os nomes dos representantes	Servidores da CPRH
Não tem os nomes dos representantes	Usina São José
Não tem os nomes dos representantes	Representantes da Comunidade

ATIVIDADES REALIZADAS

- ❖ Aprovação da ata da reunião anterior
- ❖ Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes
- ❖ Aprovação de resposta ao MPF sobre documentação encaminhada relativa à Escola de Sargentos do Exército

DESDOBRAMENTOS
❖ Na função de gestora da APA Aldeia-Beberibe e Presidente do Conselho Gestor, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** iniciou a sessão dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos, bem como a disponibilidade do PEDI em ceder o espaço para nossa reunião. Iniciamos a pauta pelo ponto ❖ a) Aprovação da ata da reunião anterior, que tratou da ata da reunião ordinária realizada no dia 15 de março de 2024, a qual foi aprovada por unanimidade, sem alterações. ❖ b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes, onde foi empossado o Sr. Isaac Nilton Dias da Rocha como conselheiro suplente representando a Prefeitura Municipal de Abreu e Lima. ❖ c) Deliberação: aprovação de resposta ao MPF sobre documentação encaminhada relativa à Escola de Sargentos do Exército. ❖ Na ocasião ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** contextualizou que o Ministério Público Federal foi acionado tanto pelo Fórum Socioambiental de Aldeia como pelo Ministério Público de Pernambuco acerca da problemática envolvendo a localização da Escola de Sargentos do Exército, de modo que desde então aquele parquet tem intermediado a troca de informações entre a sociedade e os órgãos envolvidos sobre o assunto. ❖ c) Deliberação: aprovação de resposta ao MPF sobre documentação encaminhada relativa à Escola de Sargentos do Exército. Na ocasião ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** contextualizou que o Ministério Público Federal foi acionado tanto pelo Fórum Socioambiental de Aldeia como pelo Ministério Público de Pernambuco acerca da problemática envolvendo a localização da Escola de Sargentos do Exército, de modo que desde então aquele parquet tem intermediado a troca de informações entre a sociedade e os órgãos envolvidos sobre o assunto. Nesse sentido, o MPF tem solicitado pronunciamentos deste Conselho Gestor enquanto órgão colegiado que participa da gestão da Unidade de Conservação em relação aos estudos realizados para subsidiar a instalação do complexo militar, de modo a garantir a participação social no processo. Dessa forma, no ano passado este Conselho encaminhou ao MPF pronunciamento acerca do estudo ambiental realizado pelo Exército, o qual foi respondido e encaminhado novamente para que o Conselho emita novo posicionamento. ❖ A documentação foi enviada para os conselheiros para análise e contribuições, as quais foram compiladas pela gestora ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** e cuja minuta foi encaminhada antecipadamente aos componentes do Conselho para apreciação, de modo que trataremos nessa reunião de aprovar tal documento para envio de resposta formal ao MPF. Realizamos a leitura conjunta do documento e, após ajustes pontuais, o documento foi aprovado por maioria dos conselheiros presentes, com abstenção da Usina São José, da AFCP e do Exército Brasileiro – CIMNC ❖ d) Informes gerais, ❖ O Cel. ***Deacir Almeida Júnior***, representante do CIMNC, informou que o Exército está realizando reuniões para buscar áreas para compensação eventualmente necessária para a instalação da Escola de Sargentos, ao tempo em que convidou o Conselho a conhecer o CIMNC e a área proposta para o novo complexo militar. ❖ ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** agradeceu o convite em nome do Conselho e esclareceu que temos debatido a questão da Escola de Sargentos por entender a importância do remanescente de Mata Atlântica que compõe o CIMNC ao tempo em que entendemos a importância do equipamento para o Exército Brasileiro e para o desenvolvimento social.

❖ O conselheiro ***Herbert Tejo***, do Fórum Socioambiental de Aldeia, reforçou minhas palavras e rebateu os principais argumentos que baseiam a definição da localização pretendida pelo Exército para a Escola de Sargentos, nivelando as informações debatidas no GT criado pelo Governo do Estado para acompanhar as tratativas sobre o empreendimento com os demais conselheiros presentes na Plenária. ❖ Por fim, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** agradeceu a participação e o empenho de todos os presentes na elaboração e apreciação do documento.
OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS
❖ Não houve.
SOLICITAÇÕES
❖ A conselheira ***Mônica Rocha***, da Usina São José, solicitou registrar em ata que o motivo da abstenção é o entendimento diverso em relação à aplicação do art. 11 da Lei Federal no 11.428/2006 – Lei da Mata Atlântica, que tratam dos casos de vedação para supressão de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
DEMANDAS
❖ Não houve.

➢ **ATA 3**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2024 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALDEIA BEBERIBE	
LOCAL	
Sem informação na ata sobre o local de realização da reunião	
DATA	
04 / 09/ 2024	
PAUTA	
a) Aprovação da ata da reunião anterior b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes c) Informes sobre licenciamento de empreendimentos na APA pela CPRH d) Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba e) Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA f) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano g) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC h) Informes gerais	
OBS: Não há lista de presença em anexo, logo as informações referentes a "PARTICIPANTES" não estão completas nesse resumo.	
PARTICIPANTES	**INSTITUIÇÃO**
Cinthia Renata Vieira de Lima	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH)
Joaquim Neto	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Não tem os nomes dos representantes	Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC)
Ana Carolina	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Ricardo Moura	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP)
Não tem os nomes dos representantes	Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA) da Prefeitura de Abreu e Lima
Gilmar Gonçalves	Prefeitura Municipal de Igarassu
Não tem os nomes dos representantes	Representantes da Secretaria de Meio Ambiente (SAMA)
Ademir Damião ***Taíza Nascimento***	Servidores da CPRH
Não tem os nomes dos representantes	Usina São José

ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação da ata da reunião anterior, que tratou da ata da reunião ordinária realizada no dia 15 de março de 2024
- Informes sobre licenciamento de empreendimentos na APA pela CPRH
- Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba
- Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA

DESDOBRAMENTOS

- a) Aprovação da ata da reunião anterior, que tratou da ata da reunião ordinária realizada no dia 15 de março de 2024, a qual foi aprovada por unanimidade, sem alterações.
- b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes, porém, na ausência de novos conselheiros a tomar posse, passamos ao ponto de pauta:
- c) Informes sobre licenciamento de empreendimentos na APA pela CPRH, foi informado aos conselheiros sobre a nova Instrução Normativa CPRH n° 04/2024 que estabelece procedimentos administrativos de fluxo e análise de processos de licenciamento ambiental no âmbito da Agência. A partir dessa IN, a gestão da APA passa a ser informada sobre todos os empreendimentos a serem licenciados no território da UC, já que a IN exige a ciência do órgão gestor das UCs; no caso das UCs estaduais a ciência será dada pela gestão da UC no âmbito da CPRH. Sendo assim, a partir de abril do corrente ano estão sendo encaminhados vários processos de licenciamentos para a referida manifestação; além disso, estã passando outros empreendimentos que já possuem licença emitida pela CPRH, fazendo com que possamos conhecer quais os empreendimentos já foram licenciados pela CPRH no território da APA. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** apresentou um mapa com a visualização, até o presente momento, de todos os empreendimentos que tiveram a manifestação da gestão da APA nos processos de licenciamento.
- Na ocasião, ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** relatou ainda a dificuldade nos processos de licenciamento emitidos pelos municípios que compõem a APA, já que os municípios não adotaram o procedimento de enviar o processo de licenciamento para a gestão da UC se posicionar, a exemplo de Recife, Paulista e Igarassu. Alguns empreendimentos licenciados por estes municípios só são de conhecimento da gestão da APA quando os empreendedores dão entrada nos processos de licenciamento ambiental de poços, cuja atribuição é de responsabilidade da CPRH.
- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou ainda sobre dois empreendimentos imobiliários de grande porte que estão em licenciamento na CPRH e que terão que realizar os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório Impacto Ambiental (EIA/RIMA), solicitados pelo Núcleo de Licenciamento de Empreendimentos Estratégicos (NULE). Esses estudos serão analisados por NULE; as empresas poderão optar por realizar os estudos individualmente ou em

parceria. Ainda, expressou a preocupação nas análises dos processos de licenciamento, já que o Plano de Manejo da APA encontra-se desatualizado, pois não há definições de parâmetros urbanos para alguns zoneamentos da APA à época definidos como áreas rurais, por conta do histórico de monocultura de cana-de- açúcar, todavia, os perímetros urbanos municipais tem avançando desde 2012 para áreas anteriormente rurais e, dessa forma, não há como tratar de restrições nestas áreas no Plano de Manejo, além da falta de um mapeamento adequado para as áreas de Proteção de Mananciais Ademais, não há previsão da atualização do Plano de Manejo, apesar das cobranças técnicas do corpo técnico da Unidade de Gestão das Unidades de Conservação – UGUC/CPRH. Ainda mencionou sobre o licenciamento da PE-27 que passa por fora da área do CMINC submetido pelo Governo do Estado à CPRH, e a proposta alternativa, levemente retificada, apresentada pela gestão da APA para o traçado. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** relatou também que existem muitos empreendimentos que foram licenciados pela CPRH sem o conhecimento da gestão da APA; e citei como exemplo de empreendimentos os condomínios que foram licenciados em áreas de Proteção de Mananciais, denominadas M1, que são áreas mais restritivas do que as APPs. Alguns destes empreendimentos estão sendo investigados por esta irregularidade pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que estão pedindo o posicionamento da APA. A título de conhecimento, comunicou que irá acontecer uma audiência ministerial do MPPE de Camaragibe para tratar justamente sobre a situação desses empreendimentos que foram licenciados sem levar em consideração as restrições impostas pela Lei de Proteção dos Mananciais e a partir dessa reunião que se trará um consenso sobre a situação e estabelecer formas de ajuste a serem impostas para os tais empreendimentos, já que estão licenciados. Citou como um dos exemplos à situação de uma escola estadual que na sua ampliação foi licenciada justamente na área de M1. Somam-se a isto, os empreendimentos que não foram licenciados, porém encontram-se instalados. Para evitar que tal situação continue a acontecer e facilitar a compreensão dos limites das restrições legais da Lei de Proteção de Mananciais nos licenciamentos ambientais e urbanísticos, uma das estratégias acordadas com o MPPE foi instituir um grupo de trabalho entre a CPRH e a Agência Condepe/Fidem para realizar o mapeamento das áreas citadas nessa legislação. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que a proposição para o GT já foi formalizada e estamos aguardando o posicionamento da Condepe/Fidem. Em seguida, o conselheiro, ***Ricardo Moura***, representante da AFCP, perguntou se a CPRH poderia intervir nos licenciamentos emitidos pelos municípios e foi respondido que existe a Lei Complementar n° 140/2011 que rege sobre as competências entre os entes da federação, não sendo possível que um ente federativo audite outro, mas que é papel do MPPE fiscalizar a atuação de cada órgão. A conselheira ***Ana Carolina***, representante da UFRPE, perguntou se todos os municípios que compõem a APA podem realizar o licenciamento e foi respondido que, no momento, Recife, Paulista e Igarassu licenciam-se no território da APA. Além disso, foram realizadas outras intervenções sobre como se procede o processo de licenciamento por parte dos municípios e todas as dúvidas sobre esse tema foram respondidas. Ainda sobre esse tema, o Sr. ***Ademir Damião***, servidor da CPRH, informou que os municípios só podem realizar o licenciamento de empreendimentos e atividades de impacto local definidas na Resolução Conama n° 01/2018; todavia, a CPRH delegou para o município de Recife também o licenciamento de empreendimentos de grande porte através de acordo de cooperação técnica. ***Ademir*** esclareceu, no entanto, que em casos como o Complexo Portuário de SUAPE, mesmo alguns empreendimentos sendo considerados de impacto local são licenciados pela CPRH devido aos impactos sinérgicos mais abrangentes do complexo industrial. Explanei sobre como se procede os processos de

licenciamento nas APA e que nas próximas reuniões do conselho gestor, essa temática sempre será colocada na pauta.

- O conselheiro da Prefeitura de Igarassu, ***Gilmar Gonçalves***, questionou se os municípios que compõem a APA recebem o ICMS socioambiental e foi respondido que sim, porém não há uma vinculação para que o uso desse recurso financeiro seja destinado às unidades de conservação ou ações específicas de meio ambiente. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** pontuou que um dos únicos municípios que tenho conhecimento que aplica esse recurso integralmente em prol da unidade de conservação RPPN Frei Caneca é Jaqueira.
- ***Gilmar*** questionou por que os municípios recebem este recurso por possuírem em seu território uma unidade de conservação e, mesmo assim, não participam efetivamente das reuniões do conselho gestor, além de sugerir uma conferência reunindo todos os municípios que compõem o território da APA para mostrar os limites desta UC e estimular a participação desses municípios. Outros conselheiros dialogam sobre a questão levantada por Gilmar e foi sugerida que constasse na ata do Conselho Gestor a sugestão que entrasse como índice qualitativo para recebimento do ICMS socioambiental a participação de representantes dos municípios nos conselhos gestores ativos das unidades de conservação. Neste caso, se propõe uma alteração no Decreto Estadual n° 33.797, de 19 de agosto de 2009, que inclua a participação e frequência dos representantes dos municípios nos conselhos gestores ativos como sendo um novo índice qualitativo no tocante ao percentual das unidades de conservação. Essa sugestão será apresentada para o Setor de Planejamento das Unidades de Conservação – SPUC/CPRH.
- d) Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba; foi informado que não se teve nenhuma novidade no processo. Relatou-se que na reunião do dia 15 de março de 2024, quando a representante da SEMAS/PEDI esteve presente, ***Marina Falcão***, que não há evolução do Programa UC Pernambuco e não existe nenhum planejamento ou prazo para a revisão e elaboração desses planos de manejo.
- e) Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA; ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que não temos novidades no processo também desde a última reunião, em que foi repassado que o Ministério Público estadual deu entrada na ação civil pública para solicitar que o Estado de Pernambuco faça a correção do Decreto sobre os corredores ecológicos e publique o mapa com sua delimitação; no entanto, não teve nenhuma movimentação até o presente momento. ***Cinthia Renata Vieira de Lima r***elatou também que do ponto de vista administrativo, foi enviado um Ofício sobre esse mesmo assunto à secretária da SEMAS, ***Ana Luiza Ferreira***, e este Ofício encontra-se na pauta do secretário executivo, ***Walber Santana***, que não se pronunciou formalmente. Acordou-se que eu iria cobrar formalmente a ***Walber*** a resposta desse processo. Por fim, mencionou que nos processos de licenciamento, sempre informo sobre a conectividade dos corredores ecológicos descritos no Decreto, porém não cito o mapeamento, por orientação jurídica da CPRH.
- f) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano; ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** explanou que não se tem nenhuma novidade específica sobre este tema; apenas o fato de que o Governo do Estado anunciou que irá iniciar a execução do trecho do Lote 2 que já tem licença e recurso disponível do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal. Todavia, do trecho do Lote 1, se tem estudado e apontado uma alternativa para o traçado, desse trecho, pela nova via da PE-27, em processo de licenciamento, tendo sido essa sugestão já apresentada em parecer técnico elaborado pela gestão da APA e encaminhado ao NULE/CPRH, responsável pela análise do processo de licença prévia na CPRH. Demonstrou aos conselheiros essa alternativa do traçado proposto em imagem durante a reunião. Os

conselheiros dialogam sobre a questão de que é preciso o Arco Metropolitano, porém não concordam com o traçado que atravessa a APA Aldeia- Beberibe.

- g) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC; Cinthia ***Renata Vieira de Lima*** relatou que o processo se encontra sobre a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA que está para emitir o Termo de Referência, a partir da formação do grupo técnico, sobre a autorização da ASV para empreendimento Militar das Forças Armadas, conforme previsão da Lei Complementar n° 140/2011. Neste documento, o IBAMA definiu, conforme a Lei da Proteção da Mata Atlântica (Lei n° 11.428/2006), que não se exclui obras de caráter militar, mesmo as definidas como de preparo e emprego da força, da elaboração de estudos prévios de impacto ambiental para supressão de vegetação em estágio primário ou secundário, que tratam dos casos de vedação para supressão de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, recomendando a elaboração do Termo de Referência específico para estudos de impacto ambiental para o Projeto da Escola de Sargentos. Nestes termos, foi elaborado pelo IBAMA o referido Termo de Referência que está em vias para assinatura, em seguida, será enviado ao Exército Brasileiro. Se isso vigorar, será necessário o Exército apresentar alternativas técnicas e locacionais e os estudos ambientais. Tendo dito isto, foram apresentados outros documentos solicitados pelo Ministério Público Federal e apresentados ao conselho gestor da APA que já convalidavam com a exigência do IBAMA, neste caso específico. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** mencionou também que o Fórum Socioambiental de Aldeia recebeu resposta da indagação da ESA feita para o Ministério do Meio Ambiente – MMA que em parecer técnico salientou da importância dessa área que já é citada nos Planos de Ação Nacional de conservação de biodiversidade, bem como sendo áreas de Proteção de Mananciais, além de outros documentos que citam a importância da biodiversidade desta área. O MMA indicou que era importante a construção da ESA, porém recomendou a realização de tratativas em busca de alternativa locacional.
- h) Informes gerais; ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** mencionou que todos os informes já haviam sido relatados durante a reunião. Ainda sobre isso, ***Joaquim Neto***, do CEPAN, pediu a palavra para informar e convidar a todos os presentes sobre o evento online: "Diálogo sobre Criação de Áreas Protegidas no Semiárido Pernambucano" no dia 11 de setembro, das 9h às 11h que objetiva apresentar o projeto "Criando Unidades de Conservação no Semiárido Pernambucano". ***Joaquim*** destacou que o projeto é executado pelo CEPAN e realizado em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) e da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

- O conselheiro ***Joaquim José de Freitas Neto***, representante do CEPAN, que achou importante a APA ter conhecimento dos empreendimentos licenciados e perguntou até que nível é o acesso das informações quanto ao licenciamento no que tange a supressão de vegetação; e se existe a compensação ambiental, para entender o posicionamento da APA em relação ao direcionamento dessas compensações. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que não há ainda um protocolo para trazer essas informações para o Conselho; entretanto, quando há procedimentos que vão ocasionar ou já ocasionaram um impacto maior é trazido para o Conselho Gestor de forma mais detalhada para dialogar sobre a análise do processo; já os mais gerais não são mencionados nas reuniões dos Conselhos de forma detalhada. Essa proposta de informar ao Conselho Gestor é realizada também pela APA de Santa Cruz. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** relatou que está tentando dimensionar através de mapeamento todas essas informações atualizadas para serem utilizadas na atualização do

Plano de Manejo e para entender melhor o território da APA. No entanto, existe a carência das informações sobre os licenciamentos emitidos nesses municípios, de modo que é importante também sensibilizar os municípios para repassar as informações sobre os empreendimentos licenciados e a manifestação da APA.

- A conselheira ***Mônica Rocha Correia***, representante da Usina São José, expressou sentir a falta da representação dos municípios nas reuniões do Conselho Gestor da APA, já que os entes licenciam poderiam também participar das reuniões e trazer os municípios para atuarem efetivamente na gestão da APA; ainda sugeriu a estratégia de divulgar, através de ofício, para os municípios o ato de criação da APA e o mapa da UC. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** informou que isso era importante, porém no caso da Prefeitura de Recife não é falta de conhecimento em relação à UC e citou novamente audiência ministerial que vai tratar sobre os licenciamentos emitidos pela prefeitura do Recife. Foi comentado também que a representação no Conselho da Prefeitura de Recife será o Sr. ***Herbert Andrade***, que informou previamente o impedimento em participar da presente reunião.
- O conselheiro ***Ricardo Moura***, representante da AFCP, questionou se a CPRH não tinha conhecimento sobre as licenças emitidas pelas prefeituras que licenciam. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** respondeu que não, pois não existe uma forma de sistematizar essas informações entre os órgãos e que espera que a partir do que for acordado, na audiência ministerial, sobre o licenciamento da Prefeitura do Recife, seja adotado por outros municípios, como atualmente é realizado pela própria CPRH.
- Foi questionado se poderia fazer a revisão do Plano de Manejo da APA no mesmo formato que foi realizado o do Parque Estadual Dois Irmãos (PEDI), já que pode ser construída uma parceria com as universidades e com os dados que o CEPAN já dispõe do diagnóstico realizado, porém foi informado que não seria oportuno, pois existe um contexto muito mais complexo na APA, já que possui o Arco Metropolitano e outros empreendimentos de interesse do Governo do Estado. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** colocou que era preciso provocar a necessidade de revisão do ponto de vista do Conselho para subsidiar adequadamente os processos de licenciamento.
- ***Joaquim Neto***, da SEMAS, questionou se a CPRH já possui informações sobre a disponibilidade de áreas para restauração florestal na APA. Em relação à pergunta foi mencionado que Pernambuco não iniciou a análise do Cadastro Ambiental Rural – CAR e, portanto, não teria essas informações para regularização ambiental dessas propriedades. ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** citou que o CAR resolveria muitas questões ambientais das unidades de conservação, se estivesse em processo de análise, principalmente, no tocante aos corredores ecológicos.

SOLICITAÇÕES

- ***Joaquim Neto*** e ***Ana Carolina***, representantes do CEPAN e UFRPE, respectivamente, solicitaram que constasse na ata e deram a sugestão de solicitar formalmente a SEMAS essa informação, através de Ofício, enviado pelo Conselho Gestor da APA, informando que já se tem o diagnóstico realizado pelo CEPAN e pedindo um prazo para a revisão do Plano de Manejo da APA.

DEMANDAS

- ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** relatou que terá uma audiência ministerial do Ministério Público de Recife, solicitada por provocação deste Conselho através de manifestação em 2021, para tratar justamente dos processos licitados pela Prefeitura do Recife sem ciência da gestão da APA.

- A reunião será realizada no dia 10 de setembro de 2024; e a partir disso, entende-se que a prefeitura dará ciência a APA sobre esses processos e conseguiremos obter um alinhamento com definição de procedimentos visando à ciência da APA.
- A Sra. ***Taíza Nascimento***, servidora da CPRH, informou que durante a manifestação dos processos de licenciamento, quando existem UCs municipais, a gerência da UGUC recomenda que seja enviado ofício, por parte do analista responsável pelo licenciamento, solicitar a manifestação das prefeituras que gerem as UCs municipais. ***Taíza*** pontuou ainda que o exemplo da CPRH irá estimular outros municípios a adotarem essa prática de consultar os órgãos gestores das UCs.
- Foi sugerida que constasse na ata do Conselho Gestor a sugestão que entrasse como índice qualitativo para recebimento do ICMS socioambiental a participação de representantes dos municípios nos conselhos gestores ativos das unidades de conservação.
- Ficou acordado que ***Joaquim*** e ***Ana Carolina*** irão ajudar ***Cinthia Renata Vieira de Lima*** a elaborar o Ofício e o documento indicando a revisão do Plano de Manejo e a atualização do zoneamento da APA num prazo até o dia 20 de setembro de 2024; em seguida, os referidos documentos finalizados serão enviados para o grupo de WhatsApp da APA para validação e ad referendum na próxima reunião do Conselho.